



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos

Uma aposta educativa na participação de todos(as)

Estudo de Caso de Município Educador de Sever do Vouga

Faculdade de Psicologia e
de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra



Daniela Herculano
(autora)

António G. Ferreira
(orientador)

Julho 2009

“ A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos”.

(Ferreira, 2007)

“Nesta questão dos centros cívico-educativos, o que me parece mais interessante é a mobilização do tecido social local, necessária para garantir a sua concretização e viabilidade. Se esta ideia corresponde a uma utopia. Sim. É assumidamente uma utopia, que, como já alguém disse, não passa de uma antecipação da realidade. Ou seja, ela não deixa de ser relevante e viável por ser uma utopia. Numa sociedade tão desintegrada e pouco mobilizada para a colectividade, estes centros, facilitados pela administração local mas dinamizados pelas forças, instituições, associações, clubes, escolas ou outros agentes locais, podem ajudar na construção da cidade educadora, potenciadora de uma nova convivência colectiva para os espaços urbanos da actualidade”.

(Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras)



PRIMEIRA PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO



CAPÍTULO I

Globalização e as Repercussões na Sociedade



1. Peças da Globalização... um jogo entre o global, nacional e o local

Desde da II Guerra Mundial têm-se verificado transformações profundas em vários domínios da nossa sociedade – económicas, políticas, sociais, culturais, educacionais, etc. Boaventura Sousa Santos (2000) argumenta que estamos a viver um tempo de transição paradigmática em termos sociais e epistemológicos, considerando que a nossa sociedade é uma *'sociedade intervalar'*, sedimentada entre o paradigma da modernidade e o paradigma emergente.

O desassossego que vivemos deve-se à *"(...) desorientação dos mapas cognitivos, interaccionais e sociais que nos eram familiares e que deixaram de o ser"* (Ferreira, 2005:35). Esta desfamiliarização torna difícil a compreensão do mundo e dos fenómenos que nele têm lugar, mas também dificulta a intervenção activa e lúcida sobre os mesmos, abrindo espaço à experimentação e inovação social.

Este movimento de transformação social, que se repercute nos nossos dias, tem origem em vários momentos de crise mundial: do ponto de vista cultural, o Maio de 68 que simboliza a crise cultural; do ponto de vista económico, a crise do petróleo nos anos 70 e a crise financeira dela decorrente, que deu início à *'era da informação/conhecimento'*; e, do ponto de vista da governabilidade, a crise dos modelos tradicionais de governo, no início da década de 70, que colocou em causa a legitimidade democrática dos Estados e a sua capacidade de responder de forma eficaz e eficiente aos 'novos' desafios da sociedade. No caso concreto de Portugal, estas crises reflectem-se de um modo peculiar devido às conjunturas socio-políticas, económicas e geográficas.

António Barreto (2005) no seu trabalho *"A Situação Social em Portugal: 1960-2000"* chama atenção para uma série de mudanças rápidas e profundas, que ocorreram no nosso país nas últimas quatro décadas, como por exemplo, a emancipação da mulher, o aumento da escolaridade, a profissionalização dos serviços, o progressivo abandono do campo. Paralelamente, registaram-se um conjunto de mudanças demográficas, como é o caso do aumento da esperança média de vida, diminuição da natalidade e envelhecimento populacional.

Partilhamos da opinião de Barreto (2005), quando afirma que a revolução de 74 constituiu uma viragem paradigmática no contexto nacional, verificando-se uma mudança profunda ao nível político – passagem de um regime fascista para uma democracia – que teve repercussões em todas as esferas da nossa sociedade. Posteriormente, a entrada na União Europeia em 1986, promoveu novas formas de organização e de participação numa *'comunidade imaginada'*, de uma Europa ainda hoje em construção.

Existem autores (Santos, 2001; Ferreira, 2005; Santos, 2006) que rejeitam a ideia de que se operou uma transição que possa ser caracterizada em termos de passagem da modernidade para a pós-modernidade, argumentando que as questões actuais não diferem das que dominaram o mundo durante os últimos dois séculos e que estiveram na base da construção da modernidade.

Giddens (2001) e Fragoso (2005) também partilham desta opinião, uma vez que as condições actuais da modernidade, ou de uma *'modernidade tardia'*, exprimem os mesmos traços típicos da modernidade em algumas regiões do globo. Nos países semi-periféricos, como é o caso de Portugal, esta questão coloca-se de um modo particular, uma vez que enfrenta problemas da modernidade para os quais não existem soluções modernas. Nas regiões rurais, como é o caso do contexto empírico deste estudo, é possível observar sinais de modernidade que se misturam com sinais de pré-modernidade e pós-modernidade. Aqui, os municípios têm vindo a desenvolver um trabalho fundamental na modernização do território, através da criação de infra-estruturas: pólos industriais, educativos e desportivos; parques tecnológicos; centros culturais; e, redes viárias. Contudo, numa observação mais atenta deparamo-nos com profundos contrastes, como é o caso das casas dos neorurais dotadas de tecnologias e as casas em pedra, sem saneamento; e, escolas que reúnem todas as condições para a prática pedagógica e as escolas sem aquecimento.

Nesta linha de pensamento, temos que reconhecer que o nosso mundo está a ser (re)construído. Grandes aspectos que o orientaram no passado, como a produção em massa, o consumismo massivo, a grande cidade e o Estado nacional estão em declínio. Mas, a diversidade, a flexibilidade, a mobilidade, a comunicação, a descentralização e a transnacionalização estão em ascensão. Este processo traduz-se num jogo designado por globalização, que apresenta forças centrípetas e centrífugas de âmbito global, nacional, local que se fazem sentir nas instituições, nos modos de vida e na educação.

1.1. Os Fenómenos de Globalização e Localização

Pensa Global. Age Local.
(Theodore Levitt)

A globalização é hoje percebida de formas diversas, constituindo um fenómeno multifacetado, com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, educacionais, religiosas e jurídicas que se encontram interligadas de modo complexo. Segundo Giddens (1990:64) citado por Waters (1999:48), a globalização pode

“ (...) ser definida como a intensificação de relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa. Este processo é dialéctico porque essas ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral das ligações sociais através do espaço e do tempo”.

Santos (2001:69) reconhece a existência e interdependência dos fenómenos de globalização e localização e atribui-lhe igual importância. Define o processo de localização como um conjunto de *‘trocas desiguais’* pelo qual um localismo *‘estende a sua influência para além das fronteiras nacionais’*.

Seguindo a terminologia do mesmo autor, a educação é simultaneamente um *‘localismo globalizado’* e um *‘globalismo localizado’* na medida em que a *‘escola pública’*, *‘gratuita’*, *‘para as massas’*, tal como identificada na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) é um localismo ocidental que rapidamente se globalizou, tornando-se norma internacional. Por outro lado, a *‘educação europeia’* tem conduzido a uma mudança no papel da regulação deste *‘localismo globalizado’*. Lembremos como exemplo a aplicação Tratado de Bolonha, com o objectivo de homogeneizar o ensino e o reconhecimento de competências na Europa.

A globalização tem-se revelado como *“uma faca de dois gumes”*. Por um lado, temos a homogeneização, onde são esbatidas as fronteiras nacionais e a diversidade do local; o estreitamento das distâncias entre os vários pontos do globo; optimização da circulação da informação (ex: internet e os meios de comunicação social); participação colectiva em discussões (ex: ambiente, ajudas humanitárias, segurança, saúde); a mundialização de alguns localismos (ex: Mirtilos de Sever do Vouga). Por outro lado, vemos forjar-se um fenómeno de dimensões internacionais, promotor de

desigualdades sociais, da polarização dos países, das catástrofes ambientais e dos conflitos étnicos.

Uma das armadilhas da globalização neoliberal consiste em acentuar a distinção entre o 'local' e o 'global' e em simultâneo destruir esta diferenciação, agregando-as sob a designação de 'local'. Assim, são-lhe atribuídas conotações negativas, deslegitimando todos os obstáculos à expansão da globalização neoliberal.

Para Santos (2001:79) *"(...) o local e o global são cada vez mais os dois lados da mesma moeda"* e nesse sentido a globalização contra-hegemónica é tão importante quanto a localização contra-hegemónica. A globalização hegemónica consiste na uniformização dos localismos globalizados e dos globalismos localizados. Santos (2001:81) enumera algumas das características desta forma de globalização

"(...) a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado, a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais; a recomposição territorial das economias e a consequente perda de peso dos espaços nacionais e das instituições que antes os configuravam, nomeadamente os Estados nacionais; uma nova articulação entre a política e a economia em que os compromissos nacionais (sobretudo os que estabelecem as formas e os níveis de solidariedade) são eliminados e substituídos por compromissos com actores globais e com actores nacionais globalizados".

O capitalismo global, provocado pelo Consenso de Washington¹, desestruturou os espaços nacionais de negociação e enfraqueceu a capacidade financeira e reguladora do Estado. Falar em globalização, é falar numa economia global ou globalizada, já que *"(...) a única economia é a economia 'mundializada' e todo o mundo se encontra já, ou quase, 'economizado'"* (Melo, 1995:1).

Giddens (2001) argumenta que a globalização é um fenómeno cada vez mais descentralizado, que não está sob controlo de nenhum grupo de nações, nem das grandes multinacionais. Esta posição também é partilhada por Santos (2001:57) *"[h]oje, quer ao nível financeiro, quer ao nível da produção, quer ainda ao nível do consumo, o mundo está integrado numa economia global onde, perante a multiplicidade de interdependências, deixou de fazer sentido distinguir entre Norte e Sul, e aliás, igualmente entre centro, periferia e semiperiferia do sistema mundial"*.

Na nossa perspectiva, é um erro pensar-se que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas financeiros. Tal, como afirma Giddens (2001) a globalização não

¹ Decorreu em Washington em meados dos anos 80, onde foi subscrito pelos Estados Centrais do sistema mundial, algumas prescrições relativas ao fenómeno da globalização, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia.

é apenas mais uma coisa que *'anda por aí'*, longe da pessoa. É um fenómeno que faz parte do próprio 'eu', que influencia os aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas, como por exemplo, os valores da família. Todos nós reconhecemos que os valores da família se estão a alterar, resultado de várias transformações sociais, nomeadamente da emancipação da mulher que tem repercussões na família, no trabalho, no local, na política e na educação. Por outro lado, a globalização não tem que ser uma *'fatalidade que se tem que escapar'*, pois faz parte do nosso dia-a-dia e trouxe mais valias para o bem-estar da população. Hoje, a utilização do computador no local de trabalho é essencial ao nível da rapidez, da produção, da comunicação, da eficácia e da eficiência. As formas tradicionais de comunicação (ex: carta, telefone e fax) foram substituídas pelas novas tecnologias da informação e comunicação (ex: email, chats de conversação e o telemóvel).

O mundo está diferente e encontra-se em mutação, o que implica o desenvolvimento de novas competências e saberes ao longo de toda a vida, de modo a que o ser humano se consiga adaptar às constantes transformações sociais. Exige-se uma nova (re)organização do sistema educativo, no sentido de dar resposta aos desafios dos fenómenos de localização e globalização.

1.2. A Questão do Estado Nacional, da Política e da Democracia

"A sociedade nacional é agora o espaço-miniatura de uma arena social global".
(Santos, 2006)

Se para uns o Estado é uma entidade obsoleta em vias de extinção, para outros, continua a ser a entidade política central, na medida em que a (des)regulação da economia resulta da responsabilização/desresponsabilização dos Estados nacionais.

O Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa política, económica e social.

"A tendência geral consiste em substituir até ao máximo que for possível o princípio do Estado pelo princípio do mercado e implica pressões por parte de países centrais e das empresas multinacionais sobre os países periféricos e semi-periféricos no sentido de adoptarem ou se adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que estão a ocorrer no centro do sistema mundial" (Santos, 2001:46).

Santos (2006) no seu livro *"A Gramática do Tempo"* descreve o processo de reformismo do Estado em duas fases:

1ª Fase do Estado Mínimo – O Estado Irreformável – O Estado é uma grande estrutura que não é passível de reforma e por isso reduzem-no ao mínimo necessário para o funcionamento do mercado. Esta fase prolongou-se até ao início da década de 90, sendo o momento áureo do neoliberalismo, mas rapidamente se constatou que o capitalismo global não pode dispensar a existência de Estados fortes.

Santos (2006:322) afirma que “[a] questão do Estado não se resolve pela redução da quantidade de Estado, resolve-se sim, pela construção de uma outra qualidade de Estado” e para isso parte-se do pressuposto de que o Estado é reformável.

2ª Fase do Estado Reformável – Estado novíssimo-movimento-social – Esta fase é mais complexa e conflituosa do que a anterior do ponto de vista político, uma vez que sob a designação ‘Reinvenção do Estado’, se entendem duas concepções opostas ‘Estado-empresário’ e ‘Estado novíssimo-movimento-social’ (Santos,2006:324). A concepção ‘Estado-empresário’ é dominante, traduzindo-se na privatização de todas as funções que não pode desempenhar em exclusivo e na submissão da administração pública a critérios de eficiência, eficácia, criatividade, competitividade e serviço aos consumidores (Ibidem).

Tal como Santos (2006), defendemos que não é claro que estejamos a viver uma crise do ‘Estado’ e do ‘mercado’, porque actualmente o mercado permeia várias esferas da sociedade, nem uma crise generalizada do Estado, pois este continua a desempenhar uma posição forte, principalmente ao nível do capitalismo global. Trata-se de uma crise de papéis, ou seja, na mediação de relações não mercantis entre os cidadãos e o Estado.

A segunda concepção designada por “Estado-novíssimo-movimento-social” propõe uma articulação entre os princípios do ‘Estado’ e da ‘Comunidade’. Nesta nova organização política, o Estado tem um papel de mediador das várias redes, organizações estatais (ou não) de âmbito local, nacional e global. O Estado adopta uma estratégia de descentralização, subcontratando a prestação de serviços básicos a agentes não estatais. Isto, não significa o seu enfraquecimento, muito pelo contrário, é o fortalecimento na medida em que ocorre um reforço do seu papel enquanto ‘regulador social’².

² Santos (2006:338) fala-nos de meta-regulação, ou seja, apesar de o Estado perder o controle da regulação social, ganha em termos de selecção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais.

A forma política mais acabada do reformismo foi o Estado-Providência. Vejamos como exemplo, o actual Estado-Providência³, que não consegue consagrar os direitos sociais garantidos pela implementação da democracia, de modo a garantir um acesso igualitário a bens e serviços essenciais, tais como, a educação, a saúde e a segurança social.

Giddens (1999:97) perspectiva exactamente isto, na sua obra a '*Terceira Via para o Desenvolvimento*', ao afirmar que "(...) [o] Estado- Providência talvez precise de sofrer uma reforma radical, mas os sistemas de assistência social podem, e devem, manter a sua função de redistribuir os recursos (...)". Nos últimos anos, temos assistido em Portugal a indícios desta reforma, que no nosso entendimento, passa essencialmente pela descentralização dos serviços do Estado. Esta descentralização supostamente conduziria a uma cidadania activa, na medida em que seria a sociedade civil, como conhecedora das suas necessidades e potencialidades, que com '*poder*', geraria a mudança. Acontece que o Estado, por exemplo, deu autonomia às autarquias locais em termos legislativos, mas não lhe deu autonomia financeira, o que impede a acção plena destes órgãos locais.

Ora, isto significa que o Estado transfere responsabilidades e não poderes, o que configura alguma desresponsabilização face à sociedade civil. Inevitavelmente, a descentralização passaria pela (re)estruturação do sistema administrativo vigente na nossa sociedade, que tarda em ser feito, devido ao facto de o Estado não definir as competências ao nível do poder central e do poder local.

A questão fulcral é de ordem social e política, devido à necessidade de se encontrarem novas formas de intervenção que permitam combater as desigualdades sociais e territoriais, face à fragilização dos Estados nacionais. Esta fragilização está relacionada com o facto de terem sido os agentes económicos e financeiros os primeiros a entrar na lógica da globalização, ficando a máquina política agarrada aos modelos de democracia do século XIX (Ferreira, 2005).

No âmbito das actuais transformações sociais, urge repensar o conceito de cidadania e democracia, fruto do fenómeno da globalização.

Enquanto o conceito de cidadania moderna está intimamente associado à emergência do Estado-Nação, traduzindo-se por uma identificação social e política e pela pertença a uma comunidade, o conceito de '*nova cidadania*' traduz-se por um

³ Maurizio Ferrera citado por Santos (2001:86) caracteriza o Estado-Providência português, à semelhança do sul da Europa como "(...) um sistema corporativo de protecção social altamente fragmentado em termos ocupacionais, gerando assim muitas injustiças e disparidades; polarização entre esquemas generosos de protecção e grandes lacunas de protecção; sistema universal mas de baixa qualidade no domínio da saúde; baixos níveis de despesas públicas sociais; persistência de clientelismos e misturas altamente promíscuas entre actores e instituições públicas, por um lado, e privadas, por outro".

alargamento das esferas de pertença. Como referimos anteriormente, a *'sociedade de informação'* provocou alterações temporais e espaciais, e conseqüentemente uma maior aproximação e implicação nos problemas mundiais, alterando os referenciais de cidadania. Actualmente, as pessoas possuem várias identidades cívicas, conduzindo por vezes a um *'sentimento de não pertença'*. A cidadania não está vinculada à nacionalidade, ou seja, ao *status* atribuído pelo Estado, ela hoje tem que ser repensada a partir do local de residência do cidadão.

As bases sobre as quais se sustentava o Estado-Nação modificaram-se, os conceitos de *'defesa nacional'*, *'economia nacional'* e *'soberania nacional'* deixaram de fazer sentido. Por exemplo, um cidadão português beneficia de direitos e deveres em qualquer parte do território europeu. Mas que direitos e deveres? Um cidadão europeu, não possui praticamente nenhum direito político, se reside num território que não é da sua nacionalidade. Isto significa, que os direitos hoje são muito mais complexos que no passado e que os cidadãos já não se podem identificar somente com o âmbito territorial, o Estado-Nação, porque passámos a ser *'cidadãos do mundo'*. Por outro lado, tem-se verificado um recuo na função intervencionista do Estado e um aumento da sua função reguladora, permitindo a emergência de novos actores na esfera política, uma deslocalização dos poderes e a emergência de relações contratuais com outras entidades e instituições. Para Branco (2007:43)

" (...) a democracia está relacionada com a capacidade de decisão do maior número de actores sociais, a sociedade democrática é concebida como uma sociedade essencialmente aberta e não mais como uma criação política da cidade".

Os dois modelos de democracia utilizados como quadro de referência são a democracia formal ou representativa e a democracia participativa. A democracia representativa, também designada por concepção hegemónica da democracia, domina o mundo ocidental e caracteriza-se essencialmente pela criação de mecanismos para eleger e autorizar governos, colocando o debate democrático na questão dos desenhos eleitorais. De facto, a democracia formal ou representativa pode ser considerada como *'governo para o povo'*, nas mãos de uma minoria, provocando desequilíbrios e distanciamento dos centros de decisão (Domínguez, 1995).

Actualmente, a democracia formal ou representativa encontra-se em crise, devido à *'patologia'* da participação, sobretudo ao aumento dramático do abstencionismo e ao facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (Santos & Avritzer, 2003:37).

A concepção hegemónica da democracia ao colocar o problema da representação ligado exclusivamente ao problema das escalas, está a ignorar que ele envolve pelo menos três dimensões: a da autorização, a da identidade e da prestação de contas. Se é verdade que a autorização por via representação facilita o exercício da democracia em escala ampliada, ela dificulta a prestação de contas e a representação de identidades múltiplas e das minorias (Santos & Avritzer, 2003:43).

O fenómeno da globalização alterou os centros de decisão, tornando-os distantes dos cidadãos⁴, provocando alterações na identidade e autonomia no que se refere ao território nacional e confronta-nos, em termos de desenvolvimento, com níveis territoriais distintos do Estado-Nação, de tipo *'transnacional'*.

A democracia participativa, tida como concepção emergente, exige proximidade o que provoca uma forte identidade colectiva local. Os municípios são, em termos administrativos, os espaços de participação e decisão mais próximos dos cidadãos e onde a lógica centrífuga da globalização mais facilmente pode ser contrariada. Na realidade, o poder autárquico está longe da democracia participativa. Ele reproduz praticamente todos os vícios do poder central. Apenas estará mais preocupado com os problemas locais. Contudo, ele precisaria de ser revisto porque os munícipes estando perto dos centros de decisão local, facilmente podem contribuir com as suas opiniões, para a resolução dos problemas e anseios da sua comunidade.

A defesa da democracia participativa não implica que todas as formas de representação sejam abolidas. Exige-se uma convivência harmónica com a democracia formal, porque estamos perante uma procura de formas alternativas de democracia, mais adequadas ao contexto, que sejam capazes de lidar com o social e com a diversidade das formas de viver (Santos, 2003). Estas formas alternativas de democracia implicam: uma (re)organização do Estado Nacional, no sentido de transferir competências para o poder local; um comprometimento do governo municipal no desenvolvimento de processos participativos que envolvam os munícipes; e, uma co-responsabilização dos cidadãos na tomada de decisão sobre os assuntos das suas comunidades.

⁴ Entenda-se as multinacionais, corporações, instituições e grupos que representam o capitalismo globalizado, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), Organização Mundial de Saúde (OMS), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

1.3. A Globalização e as Cidades

“La ciudad emergente, fragmentada, dispersa ou difusa, de baja densidad y poco sostenible, es la negación de la ciudad, social y culturalmente (Borja y Maxi, 2001), con tendencias a la «guetización», a la dualidad o la exclusión social, donde predominan y marcan nuevas centralidades los grandes centros comerciales, en detrimento de lo que debería ser una ciudad densa y policéntrica, con centros conectados y con identidad propia, fomentando o espacio interrelacional, expresivo, de todos”.

(Pose, 2006)

A globalização e a localização são as grandes forças de desenvolvimento do século XXI, que assenta numa ‘rede’ cujos ‘nós’ são as cidades. Este processo não só nasce nas cidades, como também, assenta nas suas redes, porque: a população mundial concentra-se maioritariamente nas cidades; a interdependência territorial produz-se entre cidades; são os centros urbanos, de diferentes dimensões e capacidades funcionais, que estruturam e servem os espaços rurais, pela concentração de funções ao serviço das populações e das regiões por eles polarizadas; as cidades são um espaço de encontro e interações sociais que produz o (re)conhecimento da diversidade cultural; a ‘sociedade do conhecimento’ requer contornos urbanos (ex: infra-estruturas, serviços e equipamentos); os problemas globais requerem respostas urbanas (ex: segurança e respeito pelo ambiente); e, os desafios à democracia e ao exercício de uma cidadania activa são em grande parte desafios urbanos (Caballo, 2001; Prats, 2005; Fernandes, 2006; Machado, 2006; Cavaco e Moreno, 2006).

A globalização ao (re)estruturar o espaço provocou também uma alteração do conceito de ‘urbano’ e ‘cidade’ e quebrou o princípio político-administrativo de que a acção de um governo se circunscreve ao território da sua jurisdição. Hoje, o governo municipal deve perseguir os interesses da sua região e não pode limitar o território de referência das suas políticas e estratégias aos seus limites administrativos, necessita de estabelecer protocolos de cooperação com outros municípios e actores. Neste sentido, cada política ou estratégia municipal tem uma base territorial de referência diferente, por exemplo as políticas sociais circunscrevem-se ao bairro, as políticas de mobilidade a uma base regional, as infra-estruturais às redes de cidades, os recursos hídricos ao território nacional. Prats (2005:1-2) clarifica esta estratégia de governança das cidades, ao afirmar que

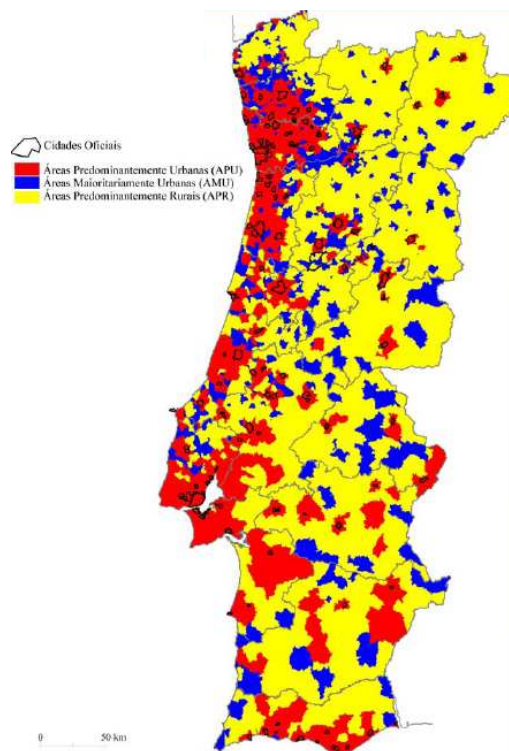
“[g]obernar una ciudad es intervenir en todos los ámbitos del territoriales en los que se desarrollan las estrategias urbanas (eje local/global). El gobierno de una ciudad es un gobierno-red con diferentes niveles de acción territorial que debe contar con la presencia y la concertación de los distintos actores con capacidad para poder impulsar las estrategias de la ciudad es un gobierno multinivel poco formalizado y flexible cuyas relaciones de poder entre los actores son variables y vulnerables”.

As cidades só podem gerar desenvolvimento económico, se criarem um clima favorável para o investimento, com serviços atractivos, infra-estruturas e que promovam a percepção de qualidade de vida. Nesse sentido, o ordenamento territorial das cidades deve ser considerado, uma vez que influencia o modo de vivermos e de nos relacionarmos com o território e seus habitantes.

Um olhar sobre as cidades leva-nos a constatar que estas deixaram de ser fundamentalmente um espaço de encontro e trocas, para se separarem e especializarem em áreas residenciais, comerciais, turísticas, industriais e universitárias, de acordo ou não, com os novos critérios de desenvolvimento definidos pelo governo local. Ora, como refere Mafra & Silva (2004:5): *“[a] forma como o espaço se organiza interfere no desenvolvimento, porque praticamente toda a actividade humana é localizada. Por isso, o espaço é simultaneamente factor e sujeito do desenvolvimento”.* Assim entendendo, os mesmos autores (2004) apresentam um conjunto de pressupostos que explicam a importância das políticas territoriais de ordenamento do território: o crescimento populacional, a concentração da população nos centros urbanos e as consequências para o ambiente; o facto de o território não ser homogéneo, apresentando disparidades e contrastes, traduzidas em diferentes níveis de desenvolvimento; a constatação de que as unidades territoriais são relevantes na gestão e na captação de recursos, sendo cruciais para a competitividade ao nível transnacional; e, o aparecimento de novos problemas sociais, que exigem novos paradigmas, políticas territoriais e formas de governação (distribuição de poderes).

Os territórios são resultado de um processo histórico e político relativamente sedimentado e por isso, o conceito de ‘Cidade’, bem como, a sua delimitação não são consensuais. O caso português, possui um índice de urbanização suave, onde as cidades atingem essa categoria por via administrativa, revelam situações de ambiguidade, uma vez que existem 141 povoações com a categoria de cidade, possuindo a mais pequena 1336 habitantes (Santana, Madeira) e a maior 564657 (Lisboa) (Ibidem).

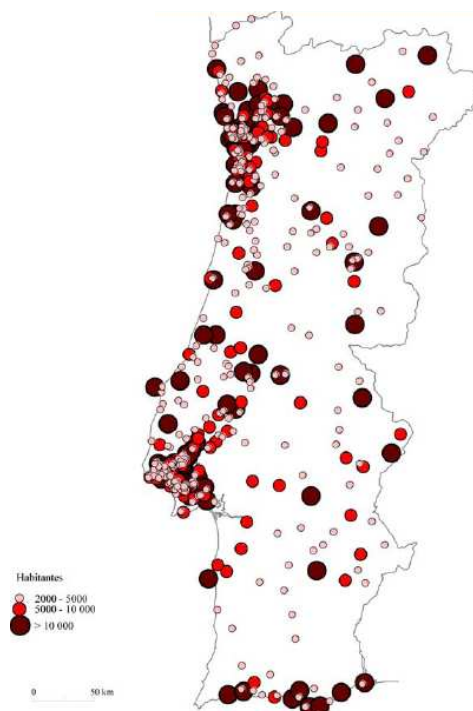
A figura nº1 evidencia que as áreas predominantemente urbanas (APU) se localizam no litoral e que se verificam desigualdades inter-regionais, não só em termos número de habitantes, como do seu perfil. Ferrão (2005) argumenta que a população idosa tende a concentrar-se em maior percentagem no interior do país, o que conduz à segregação espacial dos diferentes grupos sociais. No entanto, actualmente o envelhecimento da população portuguesa verifica-se em todo o território, embora seja mais significativa nas regiões do interior do país.



Fonte: PNPOT

Figura nº1 – Urbanização e estrutura urbana por freguesia, em 2001

Existem interdependências territoriais intensas entre as cidades e entre as cidades e o meio rural, quer ao nível dos serviços, como do emprego, da produção e do consumo. A figura nº2 mostra que existe uma metropolização e bipolarização do sistema urbano, no eixo Lisboa-Porto, interceptado pelas capitais de distrito, com uma população superior a 10 000 habitantes. Contudo, estes territórios não podem ser vistos isoladamente, mas numa relação de interdependência.



Fonte: PNPOT

Figura nº2 – Rede de Cidades, em 2001

Considerando a urbanização de um ponto de vista histórico, as nossas cidades teriam evoluído para um modelo mais disperso. De facto, segundo Pose (2006) ter-se-

ia dado uma evolução de um modelo mediterrânico clássico (cidade densa, compacta e policêntrica) para o modelo anglo-saxónico (cidade extensa), passando-se deste modo para um modelo de dispersão fragmentada do território.

Actualmente, o modelo de cidade dispersa é questionado devido à sua insustentabilidade em termos da utilização dos recursos locais, bem como dos seus impactos no planeta. Como alternativa, o conceito de cidade compacta tem vindo a ganhar força, reflectindo-se nas actuações dos governos e na definição de políticas espaciais, designadamente na Europa, o *“Livro Verde sobre o Ambiente Urbano”*, publicado pela Comissão Europeia em 1990, representou um primeiro passo numa abordagem integrada das matérias relativas ao ambiente urbano e da sua relação com a sustentabilidade. O modelo de cidade compacta baseado na concentração, conectividade e multifuncionalidade, deverá ter um índice de urbanização suave, que tenha em atenção o indivíduo e a sua relação com o outro, a qualidade de vida e a sustentabilidade do território.

Silva (2008:110) citando vários autores define uma cidade sustentável como uma cidade justa, bela, criativa, ecológica, fácil contacto e mobilidade, compacta e policêntrica e diversificada. Nós, acrescentamos que uma cidade sustentável é educadora, no sentido em que a educação pode ser entendida como a força motriz do desenvolvimento, bem como de consciencialização para o exercício de uma cidadania social e ecológica.

É importante referir que existem alguns autores que colocam em causa este modelo, porque não estão provadas as vantagens em termos de custos de mobilidade e o seu impacto na economia local. Atendendo ao contexto empírico do nosso estudo, reconhecemos os custos da mobilidade e as implicações na vida das famílias, uma vez que têm de se deslocar para satisfazer as suas necessidades básicas (comer, dormir), institucionais (trabalho, educação) e obrigações e preferências pessoais (compras, cuidados dos filhos e lazer). Acresce o facto, de os comportamentos da população serem condicionados por características como a idade, sexo, rendimento, estatuto profissional, estilo de vida, estrutura familiar, que dados os constrangimentos e oportunidades associadas às condições estruturais da sociedade, interferem no modo como nos relacionamos com as pessoas, instituições e território. Pressupomos que as escolhas estejam relacionadas com a satisfação pessoal e a procura de uma melhor qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida é complexo, mas relaciona-se com a satisfação das necessidades de uma população a nível económico, social, psicológico, espiritual

e ambiental. A qualidade de vida é um conceito subjectivo, pois está relacionado com uma percepção pessoal, que varia de indivíduo para indivíduo e de sociedade para sociedade, evoluindo conforme o progresso da sociedade (Valente, 2009).

O desenvolvimento das cidades e a sua capacidade de assegurar sustentabilidade do território, resulta do comprometimento dos agentes políticos, entidades públicas e privadas e sociedade civil, para gerir os recursos endógenos de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida. Mas como se pode medir a qualidade de vida de uma cidade? Um dos instrumentos que pode e deve ser utilizado para auscultar a opinião dos 'utentes' da cidade é a realização de estudos que avaliem a qualidade de vida urbana. Outro prende-se com a avaliação das políticas e medidas que têm sido implementadas, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das cidades, como por exemplo, às regulamentações na construção das casas (ex: acessibilidades, eficiência energética, uso de materiais amigos do ambiente), saneamento, equipamentos e infra-estruturas individuais e colectivas (ex: polidesportivos, centros culturais), valorização dos espaços verdes (ex: pedestrianismo) e a revitalização do comércio e centros históricos.

O estudo do impacto dos programas que visam a melhoria das condições de vida urbana, como é o caso do Programa de Requalificação e Valorização Ambiental das Cidades (POLIS), pode ser entendido como um instrumento para avaliar a qualidade de vida de uma cidade.

Valente (2009:5) no seu estudo sobre a qualidade de vida na cidade da Guarda, identificou 16 parâmetros que estão relacionados com a qualidade de vida: saúde, educação, segurança, vida cultural, ambiente, reconhecimento social, situação económica, habitação, emprego, liberdade/justiça, acessibilidades/mobilidade, relações sociais, comércio/serviços, tempo de lazer/recreio, acção social e habilitações.

De acordo com a bibliografia compulsada (Caballo,2001; Santos & Martins, 2002), consideramos que a planificação urbanística deveria ter em atenção quatro domínios. Um primeiro domínio, denominado de *Condições Ambientais* que se encontra relacionado com o ambiente em geral e nos remete para os aspectos naturais e físicos da cidade (ex: ar, água, verde, resíduos). O segundo, *Condições Materiais*, relacionado com os equipamentos e infra-estruturas colectivas, nas áreas da educação, cultura, desporto, ensino, saúde, assistência social, transportes, comércio e serviços. O terceiro domínio, *Condições Económicas*, pretende analisar a cidade enquanto núcleo de actividade económica e as questões daí decorrentes ligadas às condições individuais de vida na cidade – rendimento e consumo, mercado

de trabalho, habitação e a dinâmica económica. Por último, um quarto domínio designado por *Sociedade*, que integra os indicadores ligados à dimensão social da cidade e ao relacionamento entre as pessoas, ou seja, questões relacionadas com as escolhas individuais e com a participação dos cidadãos.

Pelo exposto, especulamos a necessidade de (re)desenhar um modelo de (re)organização territorial integrado, que tenha em atenção a relação de convivência de todos os cidadãos, independentemente da sua faixa etária, de modo a cidade se torne mais humana e com qualidade de vida.

As cidades são a força motriz do processo de globalização. Neste sentido, não é possível deixar a sua planificação, ao acaso, nas mãos do governo local. É necessário criar redes de actores locais, de modo a ter a colaboração do sector público e privado, das associações e de grupos comunitários.

CAPÍTULO II

Educação, Local e Desenvolvimento... que ligações?



1. Mudanças Paradigmáticas: que desafios se colocam à educação?

Como tivemos oportunidade de reflectir no capítulo anterior, a sociedade em que vivemos encontra-se em constante mutação, verificando-se o progresso a vários níveis, nomeadamente tecnológico, científico, político, social e económico. Esta transformação é inevitável e, como tal, necessitamos de estar preparados para fazer face aos desafios e gerar um desenvolvimento justo, democrático e harmonioso da sociedade, tendo aqui a educação um papel fundamental.

A educação encerra, em si, um direito fundamental – o direito à educação – consagrado na Declaração Universal do Direitos Humanos (artigo 26º):

“[a] educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz”.

Etimologicamente educação provém do termo latino ‘*educare*’ que significa ‘*criar, nutrir, alimentar*’ e do termo ‘*ex-educere*’ que significa ‘*sacar, conduzir de dentro para fora*’. No primeiro, a pessoa é vista como uma tábua rasa e o processo educativo realiza-se a partir de fora, como se fosse o acrescentar de algo. No segunda a pessoa é vista enquanto detentora de potencialidades que é necessário ajudar a ‘*desabrochar*’ e o processo educativo parte de dentro, ou seja, a pessoa é protagonista do seu percurso educativo.

Sublinhemos que a educação é um processo experiencial que decorre ao longo de toda a vida do ser humano, existindo uma dimensão holística fundamentada pela diversidade de experiências, vivências e situações que constituem aprendizagens globais e diversificadas. Daqui, resulta a compreensão do fenómeno educativo, que deve ter um carácter bidireccional, diacrónico⁵ e sincrónico⁶ (Lopes, 2006).

A tarefa essencial da educação deve ser, assim, a de preparar cada pessoa para se compreender a si mesma e aqueles que a rodeiam, através de um melhor conhecimento do mundo e da comunidade em que reside (Delors, 1996).

⁵ Segundo a qual cada experiência educativa é entendida em função de experiências anteriores, preparando e condicionando as seguintes.

⁶ Segundo a qual a experiência que a criança vive na escola se relaciona com o meio familiar e social.

Eliasson (1996) defende que a educação é responsável pela “*concepção democrática e funcionamento das nossas sociedades*”, considerando que é necessário criar condições de modo a que os cidadãos possam aceder ao saber, ao longo de toda a sua vida. Esta tarefa extravasa as competências da educação formal, exigindo a implicação de outros agentes e contextos educativos. Da relação ‘*escola-comunidade*’ surge uma nova visão da escola, como instituição de fronteiras fluidas, cuja intencionalidade educativa e de cidadania activa é irradiante, convocando os esforços comunitários.

A educação não deve ser vista só como instrumento de certificação e qualificação, mas também de difusão e promoção de cultura, em que cada pessoa adquire conhecimentos que lhe permitem ser autónoma na procura de saberes, no desenvolvimento de competências que lhe proporcionem maior igualdade de acesso ao mercado de trabalho, maior bem-estar e oportunidades de participação na sociedade. Isto é, que as pessoas não sejam meras consumidoras, mas actrizes, com um papel pró-activo e responsável no seu desenvolvimento e da sua comunidade.

Cabe à educação fornecer a cartografia de um mundo complexo, em constante mutação, ao mesmo tempo que pode constituir a bússola que nos orienta e nos permite percorrê-lo.

1.1. Educação na/com e através da vida

“A vida é um jogo e aprender nela – com/através dela – implica saber desfrutá-la, saboreá-la e nela participar sem prévias condições”.

(Cameiro, 2001:29)

Num tempo de globalização, os diversos contextos sociais exigem novas competências, qualificações e iniciativas. É necessário proporcionar às pessoas uma Educação Permanente dirigida às exigências de um ‘*sociedade intervalar*’, que englobe todas as etapas da vida e cuja finalidade vá mais além da educação escolar e formação profissional. Esta concepção implica flexibilizar a oferta educativa como forma de resposta às novas exigências sociais, bem como, a uma procura mais diversificada por parte das pessoas face ao produto educativo.

De acordo com Delors (1996:89) não é suficiente que cada pessoa acumule no início da vida determinada quantidade de conhecimento e competências e pense que se vai alimentar destes(as) interminavelmente, porque

“(...) a evolução rápida do mundo exige uma actualização continua dos saberes, apesar da educação inicial dos jovens tender a prolongar-se. Além disso, a redução do período de actividade profissional, a diminuição do volume total de horas de trabalho remunerado e o prolongamento da vida após a reforma aumentam o tempo disponível para outras actividades”.

Ainda neste contexto, Roberto Carneiro no seu livro *“Fundamentos da Educação e da Aprendizagem: 21 ensaios para o século 21”*, argumenta que a educação actual tem de se libertar do modelo fabril e escolarizado, fazendo parte da vida de uma pessoa, num período contínuo e ininterrupto, constituindo-se como um dos principais instigadores do desenvolvimento pessoal e social. Assim, considera que o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida⁷

“(...) está inspirado por um positivismo de ‘temporaneidade estendida’. A educação não se confinaria apenas a uma etapa inicial da vida mas ver-se-ia omnipresente em todos os tempos e ciclos da peregrinação humana, designadamente tendo em vista a adopção de uma noção ‘dura’ de conhecimento como motor intangível do desenvolvimento”(Carneiro,2001:28).

O conhecimento pode definir-se, então, como uma *‘energia renovável’*, que é condição essencial para estarmos integrados e em pé de igualdade no mundo. Por outro lado, este conceito visa a correcção da política educativa e social atendendo às suas constantes inovações e à sua abrangência, englobando diferentes grupos-alvo, numa lógica de interacção, de intercâmbio de saberes e constante (re)construção do saber. Entendemos que o tradicional conceito de educação tem que evoluir no sentido de ultrapassar as fronteiras do espaço e do tempo, para dar lugar a um processo de aprendizagem durante toda a vida do ser humano.

Actualmente, existe uma necessidade insaciável de educação à qual se dá resposta quantitativa, através de uma pesada bagagem escolar, que tende cada vez mais a prolongar-se. Esta mudança paradigmática requer uma (re)estruturação do conhecimento, exigindo cada vez mais um alargado leque de saberes transdisciplinares.

A transdisciplinaridade está ligada ao conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida e requer uma (re)construção do conhecimento, ligando a escola à vida, o mundo do trabalho ao mundo da formação, o tempo de aprender ao de fazer e a educação à cultura. Nesta linha de pensamento, e de acordo com Delors (1996) a educação dever

⁷ A multiplicidade de conceitos e escritos relativos à Educação e Formação ao Longo da Vida, leva-nos a especular que o conceito ainda não atingiu a harmonia ou a maturidade desejada. A sua imprecisão terminológica suscita algumas divergências, alguns falam de *‘Educação ao Longo da Vida’*, outros de *‘Aprendizagem ao Longo da Vida’* e outros de *‘Educação e Formação ao Longo da Vida’*. Ao longo deste trabalho vamos utilizar o termo *‘Aprendizagem ao Longo da Vida’* para evitarmos associações negativas com a educação formal.

ser organizada em torno de quatro aprendizagens: *aprender a conhecer*, aquisição de um conjunto de competências que permitam ao sujeito manusear instrumentos de conhecimento, com o objectivo de fazer face aos desafios da sociedade; *aprender a fazer*, indissociável do anterior, cria um terreno propício ao estabelecimento de uma corrente entre os conhecimentos, as aptidões e as competências para os/as pôr em prática; *aprender a viver juntos*, sendo este um dos maiores desafios à educação, uma vez que se trata de um exercício de cidadania, onde a pessoa deve ser capaz de gerir conflitos, trabalhar em equipa e participar activamente na comunidade; e, *aprender a ser*, pilar este que integra os três anteriores e destaca a importância do indivíduo viver em grupo e o conhecimento que daí resulta.

Não há dúvidas que a educação é um processo de construção social interactiva. Os seus quatro pilares, decorrem durante toda a vida do ser humano, “(...) *conceptualizados como uma rede de direitos e de responsabilidades implícitos em todo o esforço educativo, visando a preparação para uma vida de liberdade e de interdependências*” (Carneiro, 2001:49). Esta perspectiva vem consolidar a ideia de que a educação se efectua num meio social e cultural e que os seus fins, funções, factores (motivadores e condicionantes) são, na sua maioria, políticos e sociais (Quintana, 1989).

Tendo como base as ideias expressas anteriormente, que consideram a vida e os seus ensinamentos como um meio e agente educativo, somos levados a pensar que não podemos confundir educação com escolaridade. Tal como Lopes (2006), Ferreira (2005), Trilla (2004) e Quintana (1989) consideramos que o processo educativo é anterior e posterior à escola, pelo que só conseguimos estabelecer uma concepção triangular do sistema educativo- educação formal, educação não formal e educação informal- que devem coabitar de modo a equilibrar, humanizar e a valorizar a ligação do ensino à vida.

1.1.1. Tipos de Educação

A Aprendizagem ao Longo da Vida consiste ainda, entre outros processos, numa aprendizagem em todos os domínios da vida, salientando-se a complementaridade dos vários tipos de educação⁸ (formal, não formal e informal) e que surge em todas as fases da nossa vida, em qualquer dos seus contextos, com flexibilidade no tempo, espaço, conteúdos, técnicas e metodologias de aprendizagem. Esta cruza-se com o

⁸ Ao longo da revisão bibliográfica, confrontámo-nos com várias denominações: ramos da educação; modelos de aprendizagem; modelos de educação; tipos de educação; tipos de aprendizagem; âmbitos de educação;... pelo que decidimos designá-los por tipos de educação.

processo de socialização e de desenvolvimento integral das pessoas, ou seja, a educação engloba a dimensão da educação formal, que consiste no sistema educativo oficial, regido pela transmissão de conhecimentos com o objectivo de socializar as pessoas dentro das normas vigentes na sociedade.

Este sistema caracteriza-se por ser altamente estruturado, hierárquico e burocrático; regido por um ‘*currículum* nacional’; limitado no tempo; e, conduz a diplomas e qualificações reconhecidas. A escola/universidade simbolizam geralmente este sistema, centrado na figura do professor/mestre, detentor do saber/conhecimento. Actualmente, a escola tende a praticar um ensino que assenta na cópia de modelos desligados da vida, ‘*formando*’ jovens sem ter em atenção as reais necessidades do mercado de trabalho e as exigências do mundo actual.

Lopes (2006:398) refere que se deveriam

“(...) criar centros de interesse na escola e dispor de uma estratégia motivadora de participação no processo de ensino/aprendizagem, fomentadora de situações de aprendizagem que aliem a escola ao meio, tornando-a um centro de Animação Sociocultural. Esta oferece uma ampla gama de possibilidades dentro de uma metodologia que procura o aprender descobrindo e o aprender fazendo”.

O processo de socialização e desenvolvimento pessoal integra ainda a educação informal. A partir do meio onde vivemos, mais ou menos espontaneamente, aprendemos através das experiências pessoais, das influências externas e recursos educativos constantes do ambiente (ex: as pessoas, os livros e os media) que nos propiciam aprendizagens ao nível das atitudes, dos valores e aquisição competências.

A educação informal confunde-se com o processo de socialização, uma vez que não é necessariamente organizada, orientada ou intencional e, por vezes, até é deseducativa, no sentido que pode afastar-se das normas de conduta da sociedade. É um processo de aprendizagem contínuo que ocorre fora do sistema formal e não formal, existindo mesmo quem a designe por ‘*escola paralela*’.

Contrariamente à educação formal, a educação informal não tem que ser intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, até pelos próprios aprendentes, o seu contributo para o enriquecimento de conhecimentos e aptidões. Até ao momento,

“(...) aprendizagem formal tem dominado o pensamento político, modelando as formas como são ministradas a educação e formação e influenciando as percepções do que é importante em termos de aprendizagem. O contínuo da aprendizagem ao longo da vida atrai para este cenário os tipos de aprendizagem não formal e informal” (Comissão Europeia, 2000:9).

A separação entre educação formal e informal é mais teórica do que prática. A educação formal utiliza um leque diversificado de conteúdos do meio envolvente.

“A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interacção de experiências. Consideramos também práticas educativas às diversas formas de articulação que visem contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de actuação social” (Freire, 2001:16).

Os adeptos da ‘*desescolarização*’ da sociedade (Ivan Illich,1971) pretendem abolir com as instituições educativas com a esperança de que os indivíduos se eduquem devidamente, apenas com a educação informal. Partilhamos da opinião de Quintana (1989) que dificilmente esta ideia se tornaria viável. Em primeiro lugar, porque vivemos cada vez mais numa sociedade formalizada, com maiores exigências de especialização e eficácia, seria ilusório crer que os indivíduos assumissem espontaneamente a tarefa de auto-formação e que esta permitisse satisfazer as necessidades da sociedade. Pelo contrário, é previsível que a educação informal se formalize cada vez mais, para co-ajudar os propósitos da educação formal.

Também é importante referir que existem instituições educativas que não cumprem as suas funções sociais da educação⁹. Neste sentido, é necessário que estas instituições se adaptem às necessidades dos indivíduos e da sociedade. Com isto, é possível prever que a educação formal se desformalizará cada vez mais.

A educação não formal, tem vindo na actualidade, a ver reconhecido o seu potencial educativo, dado que através dos seus métodos tem revelado conseguir ir ao encontro das necessidades e potencialidades de diferentes pessoas, adequando para cada caso uma estratégia pedagógica que visa o desenvolvimento de competências e capacidades pessoais e colectivas.

Morand-Aymon (2007:11) diz-nos que *“(...) pode falar-se de educação não formal sempre que a organização de uma actividade social (produtiva, cultural, desportiva, associativa,...) tem em conta uma intenção educativa facilitadora da aprendizagem de conhecimentos e competências identificáveis”*.

Os métodos são fundamentalmente activos e participativos, baseados nas potencialidades, autonomia e responsabilidade de cada pessoa, propiciando uma melhor resposta às suas necessidades e interesses, contribuindo para o

⁹ Quintana (1989:17) considera que as principais funções sociais da educação são: adaptação do indivíduo às exigências do grupo social; assegurar uma continuidade social; introduzir a mudança social; capacitar profissionalmente os indivíduos; função económica; função política da educação; função de controlo social; função de selecção social; e, promoção do progresso humano e da sociedade.

desenvolvimento de competências pessoais e da comunidade. Esta aprendizagem, assim como a que se efectua em contexto informal, não é habitualmente considerada como *'verdadeira'*, nem os seus resultados têm muito valor de troca no mercado de trabalho, sendo frequentemente, subvalorizada (Comissão Europeia, 2000). A alternância e a diversidade das actividades (socioculturais e educativas), características da educação não formal, assim como a mestiçagem entre saberes gerais, competências sociais e técnicas, dificultam a percepção do valor educativo dessas actividades (Morand-Aymon, 2007).

A educação não formal, na nossa opinião, é um modelo educativo mais ajustado e necessário à actual sociedade do conhecimento com exigências de Aprendizagem ao Longo da Vida. A educação não pode ser limitada a um tempo e espaço.

Lopes (2006:406) afirma que a educação não formal consiste em

“(...) incitar, motivar, potenciar, enquadrar a educação formal através de actividades que conferem sentido, partilha, interacção e envolvimento ao acto de educar. Neste caso, a educação não formal tende a converter-se numa tecnologia educativa ao serviço das áreas do saber formal”.

Este tipo de educação aparece como uma resposta extra-escolar a novas necessidades específicas, diferentes daquelas a que o sistema educativo responde e dificilmente se irá extinguir, pois os sistemas formais por si só, nunca irão conseguir dar resposta à diversidade e riqueza dos contextos sociais que se desenvolvem e produzem continuamente (Quintana, 1989). Por outro lado, uma educação ligada às concepções da animação rejeita

“(...) o modelo de escola/armazém de jovens, valorizando, antes a partilha de saberes entre as educações formal e não formal, a interacção com o outro, o aprender fazendo, a valorização da diferença, o movimento, a promoção da relação escola/meio, a crença que a vida educa e que é imprescindível considerar-se a interacção entre a escola e as práticas educativas” (Lopes, 2006:396-397).

Isoladamente, nenhum tipo de educação satisfaz as necessidades educativas das pessoas e para uma educação integral será sempre necessário existir uma relação de complementaridade entre eles. Desta forma, os sistemas formais vão já integrando nos seus programas as problemáticas exploradas pela educação não formal. No entanto, esta permite ainda desenvolver experiências inovadoras, modelos pedagógicos autónomos, centrados na aprendizagem real, na análise e transformação de realidades concretas, sendo este modelo ajustado e flexível, o que o torna difícil de assumir e de reconhecer por parte dos sistemas educativos formais.

Segundo o Conselho da Europa (2002) a educação não formal possui as seguintes especificidades: é voluntária; acessível a todos; organizada (com objectivos pedagógicos pré-definidos); participativa; centrada na pessoa; visa a aquisição de capacidades para a vida; visa a cidadania participativa; é global e estruturada; valoriza a experiência dos participantes; e, é difusa e não é hierárquica. Assim, a educação não formal pela sua flexibilidade, permite uma maior ligação ao contexto, permitindo uma educação na/com e através da vida.

1.2. Uma Educação para a Cidadania Global

“ Se o ser humano é um animal político, que vive em sociedade e não pode sobreviver fora dela, e se considerarmos a política como uma noção que integra o que sentimos, sabemos, dizemos e fazemos sobre questões sociais, então não haverá muito mais que fique fora dos seus limites”.

(Alberto Melo)

A educação tem um papel preponderante no cultivo de uma sociedade mais justa, que passa pela descoberta de nós próprios e dos outros. Neste ponto, iremos reflectir sobre a educação enquanto uma questão de cidadania, consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26º), mas também como *‘energia’* para o exercício de uma cidadania activa e reconhecida, que defende uma *‘Educação para a Cidadania Global’*.

A educação que Freire (1967) propôs no seu livro *“Educação como Prática de Liberdade”*, que se reflectiu ao longo de toda a sua vida e obra, pode ser sucintamente definida como uma educação para liberdade e para a responsabilidade política e social. Como nos ensinou este pedagogo a educação é uma característica dos seres humanos, sendo uma forma de intervenção no mundo. Mas como se pode intervir? De uma forma simplista podemos afirmar que aprende-se a intervir tomando conhecimento. Mas não basta conhecer, é preciso reflectir e agir.

Interessa-nos reflectir sobre a questão da apatia, da ausência de consciência crítica, da aceitação com passividade da realidade, que é consequência de uma educação pouco problematizadora, designada por concepção *‘bancária’* da educação.

Freire (1974:66) na sua obra *‘Pedagogia do Oprimido’* caracteriza-a como *“[a] narração, de que o educador é sujeito, conduz os educandos à memorização*

mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador. Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com os seus ‘depósitos’ tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente ‘encher’, tanto melhores educandos serão”. Aqui, a acção do sujeito é de passividade, restrita ao receber depósitos, guardá-los e arquivá-los. Nesta visão *‘bancária da educação’*, o *‘saber’* é doado aqueles que julgam nada saber, por detrás de uma grande opressão das suas consciências.

Em confronto com esta tipologia de educação surge a *‘educação problematizadora’*, que estimula a reflexão que incita à intervenção e transformação. Neste sentido, *“(…) a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, menos pacientes, à maneira da educação ‘bancária’ mas um ato cognoscente”* (Freire,1974:78). Implica a conscientização, sobre os problemas da sociedade.

Para conseguir quebrar com a estrutura vertical da educação *‘bancária’* é preciso especificar a relação educador/educando. Em primeiro lugar cada ser humano é responsável pela sua educação ao longo de toda a vida. Esta ideia é sustentada por Freire (1974:79) ao afirmar que *“(…) ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”*. Em segundo lugar, nem só o educando constrói conhecimento, mas também o educador que (re)constrói constantemente o seu conhecimento, o que significa que aprendemos em conjunto.

À educação cabe ainda a função de intervenção na sociedade, como já foi referido. Por isso, é necessário preparar os educandos para a problematização da sociedade.

“Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de catá-los. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desaliendada” (Ibidem:80).

É no meio da insegurança causada pelo desafio, que (des)construímos a realidade tal como ela se nos apresenta, problematizando-a. Um dos pilares da obra de Paulo Freire reside na relação do ser humano consigo próprio, com os outros e com o mundo e a sua capacidade de diálogo, de compreensão e transformação do mundo.

Luzuriaga (1973) citado por Serrano (2003:120) partilha desta opinião e defende que a educação se faz em sociedade e em relação com os outros, daí que toda a educação seja educação social, uma vez que

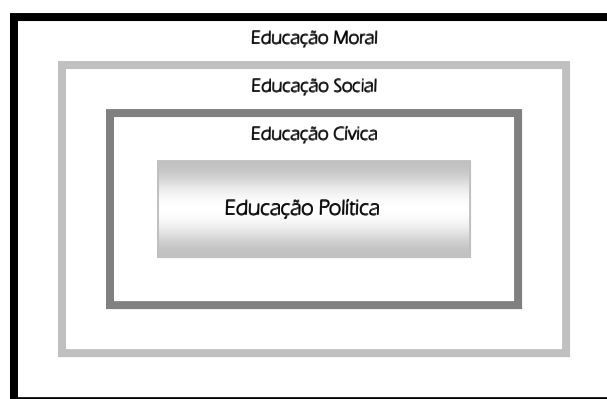
“[e]l individuo no vive solo en el mundo, sino en relación directa com los demás. De ellos recibe ayuda y estímulos y él, a su vez, influye sobre los demás”.

Tal como afirmou Quintana (1989:10) e Freire (1974) a educação efectua-se sempre no seio da vida social, onde educando e educador se ‘encontram’.

Os objectivos da Educação Social fazem referência à preparação do indivíduo para viver em sociedade, incluindo-o¹⁰, ‘formando’ cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, daí a relação estrita com a Educação Moral, Cívica e Política, uma vez que constituem dimensões da vida do ser humano (Fig.3).

A Educação Social pressupõe uma Educação Moral, para que o indivíduo tenha conhecimento das normas, usos e costumes da comunidade e é cada vez mais um contexto *‘glocal’*. Possui também, uma vinculação com a Educação Cívica que assenta na formação de cidadãos, de modo a que exercitem os seus direitos e deveres.

A Educação Cívica é apenas uma parcela da Educação Social que pretende formar bons cidadãos com o objectivo de exercerem uma cidadania activa, recorrendo à Educação Moral e à Educação Política.



Fonte: (Serrano, 2003:138) (adaptado)

Figura nº3 – Vínculos da Educação Social com os diferentes tipos de educação

Desde da década de 90, temos assistido a um crescente interesse das políticas educativas em promover uma educação para a cidadania, como resposta à

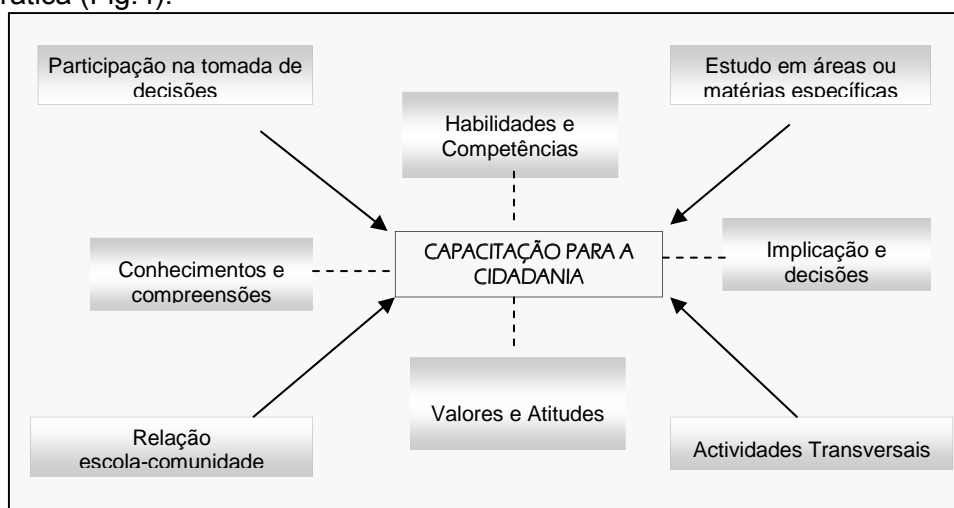
¹⁰ A adopção do conceito *‘inclusão’* por contraponto ao de *‘integração’* traduz um novo paradigma de intervenção social, centrada no propósito de fazer emergir as pessoas/grupos em condição de desvantagem, da sua condição de exclusão, implicando-os nos processos de escolha para apoiar os seus percursos de vida.

necessidade de formar cidadãos mais competentes civicamente e comprometidos, mediante a sua participação nas decisões colectivas.

O Conselho da Europa declarou em 2005 o “Ano Europeu da Cidadania através da Educação”, com o slogan “Aprender a viver em democracia”, levando a efeito, pelos vários Estados membros um conjunto de iniciativas com o objectivo de promover uma cidadania activa e uma cultura democrática. Como já foi referido, num mundo globalizado, as fronteiras nacionais são esbatidas, bem como, a cidadania nacional. Agora temos de falar numa ‘*cidadania global ou transnacional*’, daí a necessidade de reformular o papel dos vários agentes educativos na educação para a cidadania. Assim, entre os objectivos dos sistemas educativos da União Europeia para 2010 se inclui assegurar que na comunidade escolar se promove a aprendizagem de valores democráticos e a participação democrática, de modo a preparar os indivíduos para o exercício de uma cidadania activa (Bolívar, 2007). No nosso entender, não é suficiente colocar o enfoque na educação formal, é necessário que esteja articulado com outros espaços (ex: o município e a cidade) e agentes educativos.

Bolívar (2007) defende uma ‘*cidadania comunitária*’ cuja aposta é recuperar a comunidade educativa, num projecto educativo amplo, mas com uma articulação diferente entre a escola e a sociedade.

Cada vez mais ouvimos falar de participação, mas para isso é necessário educar de modo a que a pessoa desenvolva competências que lhe permitam participar activamente em distintos âmbitos da vida (económico, político, social, educacional, familiar,...) e tomar decisões, colaborando na construção de uma sociedade democrática (Fig.4).



Fonte: Bolívar,2007:99 (adaptado)

Figura nº4 – Factores e dimensões da capacitação para a cidadania

O relatório de Delors (1996:52) propõe uma educação para a cidadania que deve

“(...) dar a cada pessoa, ao longo de toda a vida a capacidade de participar activamente, num projecto de sociedade”.

Os conceitos de cidadania, democracia e civismo, como já referimos no capítulo anterior, são complexos e contextualizados historicamente, podendo ser interpretados de formas diferentes, de acordo com as várias ciências e a realidade de cada país. Neste trabalho vamos assumir a perspectiva de cidadania como vínculo entre o cidadão e a comunidade.

Segundo Bolívar (2007:17-18) as práticas greco-romanas deram origem a diferentes concepções de cidadania:

1. ***Cidadania como resultado*** – o cidadão tem um estatuto jurídico que lhe confere um conjunto de direitos e de deveres. É membro reconhecido de uma comunidade, o que implica a sua pertença e identidade. A educação resume-se a uma educação cívica onde são ensinados aspectos institucionais, estruturais e legislativos.
2. ***Cidadania como processo/prática*** – trata-se de uma concepção mais ampla que entende a cidadania em termos culturais e políticos num exercício activo. O cidadão é consciente e membro de uma comunidade inserida numa freguesia, por sua vez num município, região, país,... com os quais compartilha um conjunto de valores e atitudes, obrigações e responsabilidades e participa activamente. A educação aqui tem como objectivo o desenvolvimento de um conjunto de competências cívicas, na qual o indivíduo a partir da sua inserção consciente na comunidade, se perspectiva a si mesmo, como sujeito portador de direitos e deveres/responsabilidades, num exercício de uma cidadania activa.

Para o mesmo autor (2007:18) *‘Educar para a Cidadania’* implica

“(...) promover oportunidades de participación en los diversos ámbitos de la propia vida escolar, capacitando para reflexionar de modo autónomo sobre la democracia, la justicia social o la mejora de la estructura social establecida”.

A educação deve ser vista na sua perspectiva crítica e emancipadora, capaz de desenvolver o *‘capital social e cultural’*, nomeadamente, no que se refere ao conhecimento, ao alargamento da rede de relações e à co-responsabilização. Esta proporciona a aquisição de ferramentas que permitem uma leitura do mundo e dos

fenómenos que nele têm lugar, fornecendo pistas de como percorrê-lo, no sentido de capacitar e exercer uma cidadania activa.

Como referimos anteriormente, vivemos numa ‘aldeia global’ pelo que o exercício da cidadania deverá ser também de âmbito global. Os problemas tornam-se globalizados, exigem soluções globais, pelo que cada cidadão é co-responsável pela identificação dos factores que estiveram na sua origem e de estratégias para tentar solucioná-los. Para isso, é necessário que a pessoa possua competências que lhe permitam participar sem constrangimentos, constituindo a educação uma peça chave no processo de desenvolvimento integral.

2. A Importância do Local

Desde a segunda Guerra Mundial que o termo *'desenvolvimento'* tem sido bastante utilizado, sendo considerado uma característica fundamental a qualquer sociedade de difícil definição devido à multiplicidade de significados que se encontram a ele associados- *'crescimento económico'*, *'progresso'*, *'evolução'* e *'consumo'*. Para este carácter difuso, contribuem igualmente os termos aos quais o desenvolvimento pode ser aplicado: desenvolvimento económico, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento humano, desenvolvimento local e mais recentemente, o desenvolvimento participativo.

Ao longo das décadas de 80 e 90, acentuaram-se algumas características (ex: crescimento económico, produtividade e competitividade) do modelo dominante de desenvolvimento, devido à emergência do neoliberalismo. Contudo, começaram a surgir correntes e movimentos contra-hegemónicos insurgindo-se contra o capitalismo globalizado, no qual se inscreve o movimento de desenvolvimento local, no nosso ponto de vista.

Este movimento tece várias críticas ao modelo de desenvolvimento economicista: a crítica social que parte da constatação que certos grupos sociais e zonas do globo, beneficiam mais do que outros do progresso; a crítica cultural que vê o progresso económico como homogeneizador das sociedades, na tentativa de alcançar uma economia globalizada; e, a crítica ecológica, vê no crescimento populacional e no desenvolvimento tecnológico, uma antevisão da insustentabilidade do planeta, por ser altamente poluente, colocar em causa a biodiversidade e destruir os recursos naturais do planeta a um ritmo muito superior ao da sua reposição. Assim, o desenvolvimento local inscreve-se na ideia de sociabilidades alternativas de Santos (2006) com o objectivo de construir uma globalização também ela alternativa, com iniciativas a partir do 'local'. Aqui, a educação tem um papel fulcral, no sentido de permitir aos actores locais a reflexão sobre os problemas que afectam a sua comunidade e identificação de soluções para a melhoria da sua qualidade de vida.

2.1. Abordagem do Desenvolvimento Local

“Mon hypothèse c’est que le développement local s’inscrit dans un tel changement lent et en profondeur des mentalités, des modes de raisonnement, des représentations du monde au niveau de l’ensemble de la société, qu’il nous est difficile de voir”.

(François Plassard)

A análise teórico-conceitual do desenvolvimento local aponta para a importância do paradigma territorialista, que se tem vindo a constituir através da aglutinação de esforços de (re)construção dos conceitos de desenvolvimento regional e dos seus recursos endógenos.

Samagaio (1999) considera que o território deve ser compreendido na sua globalidade, à luz da interacção dos vários organismos, estruturas e sistemas sociais.

“Os territórios, considerados como fenómenos sociais totais, exigem para o planeamento dos seus processos de desenvolvimento uma visão interdisciplinar, territorialmente globalizante não só no que respeita às suas potencialidades como também no que concerne aos seus estrangulamentos (...)”(Samagaio, 1999:124).

Nas sociedades actuais, o ‘local’ é uma (re)descoberta que resulta de dois constrangimentos diferentes. O primeiro é o *“(...) das dinâmicas de acção do «estado local» do Poder Local, dirigidas para a reanimação da sociedade Local, em vista das suas debilidades e das suas carências de desenvolvimento (...)”*, ou seja, a constatação de que a crise do desenvolvimento é mais visível ao nível local, sendo aí que se sentem as maiores tensões e onde se pode iniciar o processo de desenvolvimento local (Reis, 1998:127). O segundo *“(...) resulta da própria concepção do território e da interpretação dos fenómenos de inscrição espacial dos movimentos económicos”*, ou seja, revitalizar os recursos endógenos, tornando-os em sistemas produtivos locais (Ibidem:128). Nesta perspectiva, o desenvolvimento local intersecta-se nas diversas estruturas e mecanismos que compõem o ‘local’, aproveitando-as, revitalizando-as, de forma a melhorar a qualidade de vida. É um processo dinâmico, onde são tidas em consideração as necessidades da comunidade, assim como as suas potencialidades.

O conceito ‘local’ tem as mesmas virtualidades do conceito de ‘comunidade’, devido à dificuldade de fazer uma delimitação sócio-espacial.

Para Frago (2005:23) o

“(...) local apresenta uma espécie de duplo carácter que o caracteriza; representa, por uma lado, o locus da vida social, o lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade mas, por outro lado, não pode escapar às formas de relação que lhe são externas”.

O ‘local’ é um espaço de mediação, de intervenção, de integração de programas sectoriais e de participação dos cidadãos.

Uma ‘cultura de desenvolvimento’

O desenvolvimento local defende uma abordagem focalizada nos contextos, nos actores, na acção e nas iniciativas locais, encarando o *“desenvolvimento como um processo, uma dinâmica, e não como um estádio”*(Ferreira, 2005:398).

Esta forma de desenvolvimento apresenta três características fundamentais: a *multidimensionalidade*, onde o desenvolvimento não pode ser reduzido à vertente económica, mas articulado com outros sectores da nossa sociedade (educação, saúde, ambiente e cultura); a *lógica quantitativa*, na medida em que o crescimento económico é susceptível de ser traduzido por indicadores quantitativos e a visão multidimensional faz apelo a indicadores qualitativos; e, a *valorização do local*, enquanto o Desenvolvimento Comunitário¹¹ valoriza uma intervenção analítica e segmentada (ex: indústria, saúde e educação) decidida e planeada a nível nacional, passam a valorizar processos de intervenção ao nível local, de acordo com as suas especificidades territoriais (Canário, 1999:63).

É um processo de revitalização do território, a partir da mobilização dos seus recursos endógenos, sejam eles materiais, financeiros, ambientais ou humanos. Mas apesar de ter um foco no ‘local’, este pensa numa lógica ‘glocal’, uma vez que as sociedades contemporâneas são cada vez mais abertas e exigem respostas em diferentes níveis de escala local, regional, nacional e transnacional. Problemas locais exigem respostas ‘glocais’.

Oliveira Baptista e Rolo (2006:40) referem que um tema associado ao desenvolvimento local é o despovoamento/desertificação, argumentando com o

“(...) contínuo abandono dos povoados rurais conduz a situações que limitam as sociabilidades e que simultaneamente vão justificando o desmantelamento de

¹¹ O Desenvolvimento Comunitário insere-se num movimento de crítica ao reducionismo do desenvolvimento económico, que tinha como ideais modernistas: o crescimento económico, o individualismo e a igualdade de desenvolvimento das sociedades. Surge em África num contexto da guerra colonial dos anos 50, aquando da luta pela independência, onde se pretendia a integração pacífica dos diferentes grupos sociais e o controlo social, ou seja a emancipação e a libertação das pessoas, mas controlando a sua participação. Vários autores consideram que este é um conceito desactualizado.

equipamentos sociais (escolas, postos de saúde,...) nas manchas mais despovoadas, concentrando-os nos aglomerados de maior dimensão. Daqui conclui-se depois que se vai erosionando os limiares de população que poderiam sustentar o desenvolvimento”.

O despovoamento é um dado adquirido em muitas comunidades rurais, mas não necessariamente uma fatalidade, urge a recomposição dos equipamentos sociais e refazer sociabilidades alternativas. O desenvolvimento local deve posicionar-se neste contexto, como um modo de produção de modelos adequados à baixa densidade populacional, capazes de tornar o rural atractivo e fixar velhos e novos residentes.

No nosso entender, este movimento passa, essencialmente pelo reforço da capacidade de autonomia dos actores locais para encetar o processo de identificação e resolução de problemas, sentidos localmente. Alberto Melo e Priscila Soares (1994) citado por Canário (1999:65) defendem que

“(...) o desenvolvimento local é antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. É aquilo a que se chama frequentemente a ‘cultura do desenvolvimento’: a situação atingida por uma população ao sentir-se e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais para em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global-pessoal como colectivo económico, cultural, sociopolítico”.

Esta ‘cultura de desenvolvimento’ faz com que os actores locais sejam protagonistas do seu desenvolvimento e do desenvolvimento das suas comunidades. Para isso, os recursos locais, humanos (ex: saberes e competências), infra-estruturais, patrimoniais, ambientais e financeiros são fundamentais.

Uma ‘cultura de participação’

Como já referimos anteriormente, os neoliberalistas criticam fortemente o intervencionismo estatal, reponsabilizando-o por grandes crises e defendem a liberalização do mercado, como forma de colmatar os problemas sociais.

“A filosofia política dominante é que o mercado livre capitalista é essencial para a democracia e liberdade individual e contra o poder do Estado dever-se-iam privatizar as empresas públicas” (Fragoso,2005:34).

Vimos também que a função do Estado seria regular o mercado, transferindo para a sociedade civil as suas responsabilidades e dando assim lugar a novas formas

de participação. No entanto, esta participação pode ser falaciosa, na medida em que o neoliberalismo precisa de cidadãos activos e participativos, que ocupem as áreas de intervenção estatal, para diminuir os encargos sociais, mas não abdica do seu papel de controlador. Tal como nos diz Fragoso (2005:36) este modelo de participação,

“(...) não só oferece aos cidadãos as suas aspirações eleitorais como esvazia o sentido crítico da sua participação num verdadeiro movimento de cooptação que lhe tira o estatuto de ameaça”.

O mesmo autor (2005) propõe outra denominação do conceito de desenvolvimento – Desenvolvimento Participativo – invocando uma desactualização do conceito de desenvolvimento local. Para isso contribui a crescente importância que é dada à participação dos cidadãos nas decisões da comunidade e na melhoria da sua qualidade de vida. Discordamos desta denominação, uma vez que o desenvolvimento Local só faz sentido se for um processo participado, onde os actores locais são os protagonistas do processo de desenvolvimento pessoal e da sua comunidade.

Rahnema (1999:117-120) citado por Fragoso (2005:36-38) sublinha alguns pontos centrais de participação de hoje:

- 1. O conceito de participação já não é concebido como uma ameaça;*
- 2. A participação converteu-se num slogan politicamente atraente;*
- 3. A participação converteu-se numa proposição atraente também do ponto de vista económico;*
- 4. A participação é concebida como um instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimento (conhecimento mais preciso da realidade, construção de redes relacionais e novos caminhos de cooperação);*
- 5. A melhoria da qualidade de vida depende cada vez mais da participação organizada dos cidadãos;*
- 6. Conhecer e realizar acções participativas que possam afirmar como contra-hegemónicas e que tenham como filosofia central uma perspectiva socio-crítica da realidade.*

Partilhamos da opinião desta autora, uma vez que o conceito de participação esvaziou-se de sentido, tornando-se parte de uma retórica, que não assume as utopias do exercício de uma cidadania activa.

Roque Amaro defende que o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de mudança, centrado numa comunidade de pequena dimensão geográfica, onde se possam construir relações de identidade e redes de solidariedade, que procura responder a necessidades básicas não satisfeitas; a partir das capacidades

locais; ou seja, implicando uma lógica de participação e emancipação das populações; mas com o apoio de recursos exógenos (de diversos tipos), que fertilizem e não inibam ou substituam as potencialidades endógenas; numa perspectiva integrada; o que exige uma estratégia de parceria entre instituições e recursos; traduzindo-se em impactos em toda a comunidade; e, com uma grande diversidade de situações, iniciativas, protagonistas, caminhos, ritmos e resultados (PNLCP, 2003).

A estratégia de desenvolvimento tendo por unidade territorial o 'local', tem como objectivo contrariar o conceito de desenvolvimento imposto pelo capitalismo neoliberal, que gera desigualdades sociais, dependência dos países mais desenvolvidos e afasta os espaços de decisão dos cidadãos.

Se é no 'local' que se sentem as necessidades, é no 'local' que se devem identificar as acções que conduzem a uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. No entanto, este processo não pode ser delineado no 'local' para os seus habitantes, pois estaríamos a reproduzir o modelo global. Este requer os actores locais sejam protagonistas do seu processo de desenvolvimento e do desenvolvimento das suas comunidades, mobilizando os recursos disponíveis e 'fertilizando-os' com recursos exógenos, de modo a que o local e o global possam conviver harmoniosamente.

2.2. Relação Educação e Desenvolvimento Local

"(...) os contextos locais da acção educativa não são ilhas dentro do sistema social global. Por um lado, o local tem de ser encarado em função do contexto social mais amplo em que se insere, por outro, o global tem de receber explicações locais para ser compreendido".

(Ferreira, 2005)

A relação entre educação e desenvolvimento não se subordina a uma lógica de causa e efeito, nem tampouco a uma lógica de uma pesada bagagem escolar, promotora da coesão social, da justiça social, do progresso e da promoção social.

À luz de uma perspectiva de desenvolvimento local são os próprios processos de desenvolvimento que correspondem a acções educativas colectivas (Ferreira, 2005).

Canário (1999:66) considera que os

“(...) processos de desenvolvimento local perspectivam-se educativos, globalizados a nível local, capazes de colocar o enfoque nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos e as experiências, a interacção colectiva na resolução de problemas locais”.

O conceito de educação tem que ser equacionado em função do seu carácter global e de desenvolvimento integral da pessoa, exigindo a (re)localização das políticas educativas, em pequenos territórios educativos. Isto obriga-nos a (re)pensar um Projecto Educativo, integrado nos principais Planos Estratégicos de Desenvolvimento de um território, de modo a que possa dar resposta às reais necessidades das populações.

Não é desconhecido para nós, que a educação constitui o principal factor de desenvolvimento e progresso, na medida em que é uma ideia afirmada e concretizada através de várias políticas a nível nacional e transnacional. Carneiro (2001:51-52) afirma que

“(...) hoje, a educação é apregoada como essencial à política geral: fundamental para a coesão social, para o desenvolvimento económico, para a competitividade sustentável, para o progresso humano, para a construção da paz mundial”.

Paralelamente, somos confrontados com notícias e discursos que alegam a ‘*crise da educação*’, a ‘*crise da escola*’ em fazer face aos desafios de uma ‘*sociedade do conhecimento*’. Na verdade, todos nós conhecemos situações de uma pesada bagagem escolar não ser sinónimo de emprego e de promoção social, verificando-se mesmo situações de desvalorização dos diplomas. Isto leva-nos a afirmar que a ‘*educação*’ entendida como ‘*escolarização*’ está em declínio, uma vez que não é suficiente uma pessoa adquirir um conjunto de conhecimentos numa etapa da sua vida, que a ajudem a ‘*percorrer e orientar*’ nesta ‘*aldeia global*’.

Ferreira (2005) defende que a instituição ‘*escola*’ é que se encontra em crise e não a ‘*educação*’, alegando que existe uma separação do mundo social. A ‘*escola*’ baseia-se num modelo de ensino que privilegia o processo de ‘*escrituralização – codificação dos saberes e das práticas educativas*’, o que conduz a uma desvalorização do modo oral de socialização e a uma ‘*relação distanciada da linguagem do mundo*’.

No nosso entender, existe uma sobrevalorização de determinadas tipologias de inteligência, menosprezando inteligências ligadas às artes e ao desporto, o que conduz a uma amputação do conceito de ‘*desenvolvimento integral da pessoa*’. Por outro lado, verifica-se uma excessiva valorização dos saberes académicos, em prol de saberes ligados à vida.

O ciclo vital e o ciclo escolar encontram-se desarticulados, o que faz emergir autênticos *'guethos'* etários, especializados na sua educação, limitando a sociabilidade transgeracional. Existe uma separação da 'escola' do 'local', que começa logo ao nível da administração e gestão escolar e se prolonga até aos currículos e manuais. Isto não só provoca o *'fechamento'* da escola, como um afastamento e uma relação de desconfiança e desresponsabilização por parte da comunidade educativa.

Tal como Freire (2001:30), acreditamos que a educação não é a 'alavanca' de transformação da sociedade, mas tem um papel muito importante, contudo é preciso reconhecer todos os limites das práticas educativas.

A relação entre *'educação'* e *'desenvolvimento'* tem que ser pensada de acordo com as conjunturas sociopolíticas que abalaram o mundo desde da década de 70 e que proporcionaram uma territorialização da acção política em vários domínios, como por exemplo o da educação, e à emergência de *'dinâmicas'* para contrariar os efeitos negativos da globalização neoliberal, como é o caso do desenvolvimento local (Ferreira, 2005). Conforme o que referimos anteriormente, este tenta gerar uma *'dinâmica de desenvolvimento'* que parte dos actores locais e baseada em dois conceitos fundamentais: participação e endogeneidade. Tal como Freire, acreditamos que a educação tem um papel fundamental no exercício de uma participação consciente e responsável, devendo por isso a educação ser crítica, autónoma e libertadora. Por outro lado, a participação é também um instrumento de aprendizagem.

Canário (1999:65) defende esta ideia ao afirmar que a

"(...) participação dos actores locais (ao nível da tomada de decisões, concretização das decisões e avaliação dos resultados) é que permite transformar o processo de desenvolvimento num trabalho que uma comunidade realiza sobre si própria, aprendendo a conhecer-se, a conhecer a realidade e a transformá-la".

Nesta linha de raciocínio, não haverá *'desenvolvimento'* sem conscientização, mobilização e participação dos actores locais.

O conceito de endogeneidade, diz respeito à forma como são identificados e mobilizados os recursos locais, que podem ser humanos, materiais, infra-estruturais, arquitectónicos, etc. Estes conceitos são indissociáveis, não fosse a pessoa o recurso local mais precioso e o epicentro do processo de desenvolvimento pessoal e 'local'.

A comunidade constitui um solo fértil para a aprendizagem permanente, propício para o desenvolvimento do *"aprender a ser"* (Delors, 1996). Assim, a cidade apresenta-se como um dos elementos importantes para a formação integral do indivíduo, uma vez que *"(...) é um sistema complexo e um agente educativo permanente, plural e*

poliédrico”, capaz de contrastar também com fortes factores deseducativos (AICE, 2004). Os recursos da cidade, a sua organização, a sua política, definem a vida de espaços que superam em muito o território em si. São as aglomerações urbanas o motor de desenvolvimento socioeconómico, cultural, tecnológico e os centros políticos de decisão (Caballo,2001:27). As cidades geram dinâmicas e relações funcionais de tal magnitude, que rompem a dimensão local-nacional alargando-se à dimensão global. É aqui que se inscrevem as Cidades Educadoras, como um Movimento de desenvolvimento local.

Nesta linha de raciocínio, urge repensar o actual modelo educativo, entendendo a educação num sentido mais amplo, abrangendo contextos educativos diversos e explorando as suas sinergias, através do reconhecimento de outros modelos educativos, designadamente aqueles em que os processos de desenvolvimento local – associativismo, democracia participativa e cidadania activa – se consubstanciam em processos de aprendizagem colectiva.

A educação, não é por si só factor de desenvolvimento. É a *‘dinâmica de desenvolvimento’* combinada com a *‘intervenção educativa’* que provocam o desenvolvimento local. Ora, num contexto de globalização que contribui para a desagregação das comunidades e afastamento dos espaços de decisão, o desenvolvimento local tem que ser repensado numa perspectiva de revitalização das comunidades, estabelecendo redes de relações densas, que promovam a aprendizagem conjunta. Interessa por isso, pensar a comunidade como um projecto a construir e não como um simples recurso educativo, capaz de promover o desenvolvimento do *‘capital social e cultural das populações’*.

CAPÍTULO III

Cidade Educadora: uma dialéctica com destreza



1. A Cidade como 'locus' de Educação

Olhar para a cidade significa olhá-la de diferentes perspectivas: a cidade como produto de um largo processo histórico e *"cenário da história e produtora da mesma"* (Rodriguez, 1999); a cidade física como um conjunto de diferentes elementos, com infra-estruturas, o seu ordenamento territorial e o ambiente; a cidade como epicentro económico, lugar de transacções mercantis e bancárias; a cidade como lugar de comunicação por excelência; e, a cidade como um espaço privilegiado de cultura e educação.

A cidade, no nosso estudo, não se circunscreve a um sentido territorial de um espaço com uma elevada concentração de população, mas a um sentido sociológico de uma cultura. Isto é, uma forma de estar, de se relacionar, de viver e de aprender num determinado território.

Mas o que é que define uma cidade? Quais os limites da cidade? Actualmente, as fronteiras entre o rural e o urbano encontram-se cada vez mais esbatidas, devido às acessibilidades, mobilidade das pessoas, à circulação da informação e capital financeiro, não fazendo sentido definir onde começa e termina a cidade.

Fernandes (2006:198) afirma que se *trata "(...) de um estilo de vida urbano que hoje invade todos os povos mesmo dispersos em zonas rurais (...)"*, devido ao processo de urbanização crescente, onde a cidade se expande para a periferia.

Cavaco e Moreno (2006) definem este esbatimento das fronteiras e permeabilidade de culturas rurais e urbanas, por cultura *'rurbana'*. Argumentam que não faz sentido a distinção dos limites do *'rural'* e do *'urbano'*, porque cada vez mais se encontram inter-ligados por uma questão de organização e funcionamento do território.

No nosso entender, a cidade é um espaço aberto de encontro, partilha, trocas, comunicação, cultura e educação dotado de infra-estruturas e equipamentos para serem usadas pelos seus habitantes e outras pessoas que necessitem delas. Assim, iremos debruçar-nos ao longo deste trabalho sobre o conceito de *'Cidade Educadora'* e sua operacionalização, explorando o binómio *'cidade-educação'*.

A ideia de potenciar a cidade através da sua função educadora, tem origem na *urban education*, que surgiu nos Estados Unidos, na década de 60 com o objectivo de compensar as fragilidades da educação escolar, através de Planos Municipais de

Educação (ex: construções escolares, Planos Educativos e de Reinserção de Jovens). Ora, a pedagogia urbana, não se centraliza num espaço, numa pessoa. Esta propõe uma abordagem sistémica e ecológica da educação na cidade (Machado, 2006).

Edgar Faure e outros autores no Relatório *“Aprender a Ser”* encomendado pela UNESCO, proclamaram na década de 70 a Educação Permanente a par do conceito de *‘Cidade Educadora’*, focando a educação como um direito de todos os cidadãos, essencial para o acesso aos demais direitos. Mais tarde, na década de 90, o conceito de *‘Cidade Educadora’* foi reafirmado com a institucionalização do Movimento, através da criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

“Hoje, mais do que nunca, a cidade, seja ela pequena ou grande, dispõe de inúmeras possibilidades educativas. Ela contém em si mesmo, de uma maneira ou de outra, elementos essenciais para a formação integral” (AICE, 2004).

Assim, não é a área geográfica que define a *‘Cidade Educadora’*, mas sim as suas possibilidades educativas e o modo como são potencializadas.

Segundo Pinto (2004) a condição para o sucesso da educação na cidade está na racionalização dos meios e na convergência reflexiva de sinergias locais. Mas também, por uma mudança de paradigma, onde o que era função da escola, passa a ser função da cidade; o que era o ciclo da aprendizagem escolar passa a ser o ciclo da vida; e, a educação passa a ser estabelecida numa relação local, horizontal e de proximidade, onde todos os habitantes de um território são educados e educadores. A *‘Cidade Educadora’* passa a ser o local onde se exerce uma verdadeira cidadania, que tanto compreende o rural, como o urbano, uma vez que as fronteiras são definidas pelo município.

1.1. Aproximação ao Conceito de Cidade Educadora

“Es decir, que la ciudad se construye en escenarios y ambientes globales de aprendizaje en donde confluyen procesos, estrategias y ambientes globales de aprendizaje en donde confluyen procesos, estrategias y vivencias educativas, así como el concepto de educación permanente a lo largo de la vida”.

(Rodríguez, 1999)

A Cidade Educadora é uma ideia inovadora, mas não propriamente nova, conforme o que referimos anteriormente, cujo conceito serve os propósitos do presente estudo.

Para Trilla (1990), Caballo (2001), Machado (2006) a Cidade Educadora é uma ideia extraordinariamente genérica, produtiva e heurística que incorpora conteúdos descritivos (patentes nos conteúdos educativos que podem ser descobertos no contexto da cidade) e, simultaneamente desiderativos (descoberta constante das suas potencialidades e de novas utopias) e projectivos (valorizando a capacidade mobilizadora dos actores locais e dos recursos endógenos para um Projecto de Cidade Educadora). Esta serve ainda de lema ou slogan com função sensibilizadora para a importância da pedagogia urbana, que por vezes se converte em mera retórica.

A ideia comporta o conceito de *'cidade'*, como *'locus'* da actividade humana e um novo paradigma educativo, que defende as potencialidades da educação na cidade. Machado (2006:247) diz-nos que este paradigma

"(...) dá unidade ao sistema humano, social, cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar em que medida a cidade educa ou deseduca os cidadãos, isto é, se aproxima ou afasta do conceito de cidade idealizada".

Bellot (2008) acrescenta que o novo paradigma possui um núcleo composto por três vectores educativos – o conhecimento, a consciencialização e o desenvolvimento – que interferem na definição de várias políticas de âmbito *'glocal'*. A importância do desenvolvimento dos actores locais e do desenvolvimento da cidade, faz emergir um leque diversificado de iniciativas educadoras, de carácter informal, não formal e formal, envolvendo vários agentes educativos. Por outro lado, vivemos numa sociedade globalizada que exige que os cidadãos se adaptem às constantes mutações sociais, exigindo uma Aprendizagem ao Longo da Vida.

A relação entre cidade e educação pode ser perspectivada a partir de diferentes concepções disciplinares, científicas e profissionais o que possibilita uma multiplicidade de leituras e de conceitos. Neste trabalho, privilegiámos a abordagem da Educação Social, na medida em que esta proporciona ao ser humano a consciência de si, da sociedade em que vive e do seu lugar e o desenvolvimento de competências, de modo a que se sinta parte integrante da sociedade.

Numa aproximação aos conceitos *"Cidade Educadora"* e *"Cidade Educativa"* verificamos que carecem de alguma imprecisão terminológica e têm sido utilizados indiscriminadamente, existindo autores que não fazem qualquer tipo de distinção entre ambos. Concordamos com Rodriguez (1999), no sentido em que é possível distinguir

os dois conceitos relativamente à sua função educativa. No primeiro, a cidade é quem assume a função da educação como agente, meio e conteúdo. No segundo resume-se a um conteúdo de educação, que pode ser utilizado pela escola.

Jaume Trilla (1990) também aborda este binómio a partir da concepção de cidade como envolvente, agente e conteúdo da educação, que serão alvo de uma reflexão mais aprofundada no ponto seguinte deste trabalho. No entanto, é importante referir que a relação entre cidade e educação reporta para uma perspectiva de análise pedagógica com incidência em questões políticas e comunicacionais. Isto porque não se trata tão só de ensino, mas de afirmar que a educação não se pode circunscrever a um espaço, tempo, a uma forma de fazer e a um agente educativo. Ela inscreve-se num tempo e num espaço que é a vida.

Faure (1972:34) reconheceu a Aprendizagem ao Longo da Vida e defendeu que

“[s]e aprender é acção de toda uma vida, tanto na sua duração como na sua diversidade, assim como de toda uma sociedade, no que concerne quer às suas fontes educativas, quer às sociais e económicas, então é preciso ir ainda mais além na revisão necessária dos sistemas educativos e pensar na criação duma sociedade educativa”.

Na perspectiva do mesmo autor, o ‘*desafio educativo do futuro*’ concretizava-se através da ‘*criação de sociedades educativas*’ como forma de fazer face aos desafios de uma sociedade em constante mutação, porque estas possuem possibilidades educativas que não eram tidas em consideração pelo sistema educativo. Assim, só uma Aprendizagem ao Longo da Vida poderia promover um desenvolvimento integral da pessoa, devido ao facto de reunir vários modelos, agentes, espaços e tempos educativos (Trilla,1990). Entendemos que a educação integral proporciona um desenvolvimento de competências intelectuais, físicas, estéticas e morais que abarquem vários contextos do quotidiano da pessoa – escola, trabalho, associativismo, tempo livre, etc.

É neste enquadramento que a Cidade Educadora é uma ideia de força que sugere uma intervenção local com vista à potencialização da dimensão educativa do território, consciencializando os cidadãos quanto a esta função e à responsabilidade que lhes é imputada na co-construção de um Projecto de Cidade Educadora (Trilla, 1993). No entanto, sem co-responsabilização de todos os actores locais e sem a implicação da comunidade, nomeadamente dos diversos agentes educativos, sociais, culturais, e económicos que actuam num território, este projecto seria impossível de concretizar. Numa Cidade Educadora

“(...) todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades económicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes (Pinto,2001:9)”.

Esta visão traduz uma concepção de cidade que não se limita a ser apenas um espaço físico mais ou menos infra-estruturado, com mais ou menos escolas, mas que pretende constituir-se como um agente educativo, co-responsabilizando todos os habitantes e município pela função educadora da cidade. É nesta linha de raciocínio que Fajardo (2007) defende que a Cidade Educadora como ferramenta de transformação social, uma vez que os seus habitantes têm acesso à Aprendizagem ao Longo da Vida, tornando-se mais conhecedores e conscientes e conseqüentemente com maiores competências para o exercício de uma participação activa.

“(...) [U]ma cidade educadora é a que entende a educação num sentido amplo, como ferramenta de transformação social que faça dos seus cidadãos parte do mundo e os equipare em oportunidades de conhecimento e desenvolvimento, uma cidade de e para os cidadãos, construtora de pactos debaixo da premissa do respeito e que privilegie a participação equitativa de todas as comunidades que a constituem”(Fajardo,2007:1).

O conceito de ‘Cidade Educadora’ reclama a visão sistémica do processo educativo e a necessidade de planeamentos integrados e integradores (Trilla,1990). No nosso ponto de vista, não é suficiente que uma cidade disponha de um leque diversificado de espaços, experiências e tempos educativos disponíveis para os seus habitantes, porque constituiria um amontoado de ofertas educativas e culturais. Entendemos que é necessário uma visão sistémica do processo socioeducativo, estabelecendo inter-relações entre as várias ofertas disponíveis no território, exigindo que os planeamentos estratégicos de um território integrem as várias políticas locais – o social, a cultura, a educação, o desporto, o ambiente, etc. Isto porque tal como na vida tudo se encontra inter-ligado e não é possível definir projectos que contemplem uma visão sectorial da realidade social.

O conceito de Cidade Educadora reflecte a complexidade do fenómeno educativo, na medida em que este rompe com as barreiras da escola e com a visão de que existe um tempo para aprender e outro para ensinar, chamando a intervenção na cidade de um conjunto diversificado de agentes educativos, recursos locais, fontes de conhecimento e experiências. Assim, a cidade enquanto produtora de relações – sociais, culturais, educativas, económicas e políticas – proporciona um conjunto de experiências que têm uma função educativa ou até deseducativa.

Trilla (1990) defende que para medir a capacidade educativa de uma cidade, não basta definir como indicadores a quantidade e qualidade dos equipamentos educativos, mas também se deve ter em atenção os agentes educativos que actuam num determinado território e a sua capacidade de se articular e coordenar. Por isso, o conceito de '*Cidade Educadora*' refere realidades e utopias. Por um lado, temos a cidade real com as suas potencialidades e fragilidades educativas. Do outro, temos o projecto de uma cidade a construir, com vista a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Este trabalho projectivo e utópico, nunca está concluído devido ao facto de o conceito ser '*aberto, dinâmico e evolutivo*', o que faz com que existam sempre acções de melhoria.

Importa ainda referir, que a ideia de Cidade Educadora não é sempre educadora, nem todos os cidadãos podem usufruir igualmente das suas oportunidades educativas, embora deva ter em atenção o '*direito à cidade*' e a '*igualdade de oportunidades*' (Trilla,1990). Como é óbvio, uma cidade é simultaneamente um espelho e uma máquina reprodutora e até amplificadora de contradições, injustiças, desigualdades de oportunidades e discriminações. Porém, um Projecto de Cidade Educadora integrado, tem por objectivo a minimização destas desigualdades, de modo a que mais pessoas, independentemente da sua condição social, raça, etnia, sexo ou idade possam usufruir da oferta educativa e cultural.

Rodriguez (1999) atribui seis características ao conceito de '*Cidade Educadora*': *sistémica*, uma vez que articula realidades e conceitos bastante amplos da cidade e da educação; *coerente*, na medida em que responde à função formativa da *urbe* e por outro lado, à condição cidadina da educação; *consistência interna*, mas por sua vez aberto a muitas realidades próprias da vida da cidade; *contextual*, a educação refere-se aos contextos de vida da cidade; *interactivo*, ao constituir-se justamente com relação a outros sistemas, realidades e processos; e *vivo*, em (re)construção, uma vez que a realidade sociedade está em constante transformação. Neste sentido, qualquer tentativa de definição do conceito de '*Cidade Educadora*' constitui apenas uma aproximação devido à sua abrangência e multiplicidade de perspectivas.

No âmbito do presente estudo, interessa-nos reforçar que o conceito de '*Cidade Educadora*' é um conceito em (re)construção que invoca para a complexidade do processo educativo que se realiza num território, vários actores locais e agentes educativos – sociais, culturais, educativos, empresariais – através de um Projecto de Cidade Educadora que pretende integrar todos os recursos socioculturais e educativos disponíveis no território, de modo a que mais pessoas possam ter acesso.

1.2. A Relação Cidade-Educação

“Es decir, que la ciudad se construye en escenarios y ambientes globales de aprendizaje en donde confluyen procesos, estrategias y ambientes globales de aprendizaje en donde confluyen procesos, estrategias y vivências educativas, así como el concepto de educación permanente a lo largo de la vida”.

(Rodríguez, 1999)

Neste ponto iremos debruçar-nos sobre a relação entre a ‘cidade’ e a ‘educação’, com base nas reflexões de Trilla (1990), Rodríguez (1999), Machado (2006) a partir de três dimensões que frequentemente se encontram associadas: a cidade como agente educativo (aprender da cidade), a cidade como meio educativo envolvente (aprender na cidade) e a cidade como conteúdo educativo (aprender a cidade). Estas três dimensões são conceptualmente diferentes e ocasionalmente convém distingui-las por questões metodológicas, mas na realidade encontram-se (inter)relacionadas, ou seja, quando aprendemos na cidade, aprendemos simultaneamente a conhecê-la e a usá-la.

A cidade como agente educativo

Chama atenção para o cenário urbano como sistema físico e social, onde se reúnem dimensões culturais, desportivas, recreativas e ambientais. Mais do que isso, alerta para um conjunto versátil de educadores (ex: pais, professores e amigos), de fontes de conhecimento (ex: escolas, bibliotecas, museus e painéis publicitários) e de uma diversidade de experiências e relações possíveis (Trilla, 1990).

Cabezudo (1998:90) citado por Rodríguez (1999:118) refere que esta dimensão do sistema físico e social da cidade como uma construção colectiva, ou seja, “ (...) *debe incorporar el sentido de creación colectiva, depositaria de los valores de la sociedad con todas sus contradicciones y, por lo tanto, en permanente transformación*”. Por outro lado, a cidade também possui a dimensão histórica e social, que lhe confere determinadas significações, portadora de uma identidade própria.

A interpretação da cidade como agente educativo, comporta políticas de ordenamento do território e uma dimensão pedagógica, uma vez que a forma como a cidade está ordenada e se torna funcional, produz acções educativas. Neste sentido, Rodríguez (1999:119) fala-nos dos ‘cenários urbanos’ que devem “ (...) *ser diseñados com un critério pedagógico y organizado dentro de los parâmetros de utilidad,*

armonia, convivência, eficiência, servicio comunal y público, ecologia, sentido social y cumplimiento de las normas”.

Numa perspectiva didáctica e escolocêntrica, ‘*a cidade como agente educativo*’ consiste em trazer a cidade para o interior da escola, através da mobilização das suas mensagens culturais, permitindo uma adaptação dos conteúdos curriculares e facilitando o processo pedagógico. Trata-se de *aprender da cidade*, que faz dela objecto de aprendizagem.

Concordamos com Machado (2006:232) quando afirma que esta forma de olhar a cidade é redutora, pois é necessário ir para além da leitura e abrir-se a programas formativos, como por exemplo, de educação para a saúde, de educação rodoviária e de educação ambiental.

A cidade como meio educativo

Ao longo da história da educação tem sido reconhecido o valor educativo do contexto local e as implicações na aprendizagem- *polis* grega, a *civitas* romana, a cidade renascentista e o espírito comunitário da Cidade do Sol de Tomaz Campanella.

O mapa educativo da cidade integra uma série de locais, actividades e agentes que, de forma intencional ou não, formal ou informal, constituem elementos de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Rodriguez (1999:124) considera que “[a]prender de la ciudad es un ejercicio académico, lúdico, político y cotidiano”, devido ao facto de o meio urbano ser um emissor de cultura e informações, constituindo um riquíssimo educador informal, que possui um currículo oculto.

O mesmo autor ao parafrasear Trilla (1993) apresenta algumas das componentes da Cidade Educadora, que constituem:

- *Uma estrutura pedagógica estável* – formada por instituições que asseguram a política educativa local, como por exemplo, o Pelouro da Educação, Conselho Municipal de Educação, Centro de Novas Oportunidades e os Centros de Formação Profissional. A rede escolar faz parte de uma estrutura estável, que por vezes também se abre para a promoção de actividades de educação não formal.
- *Uma ‘mala’ de equipamentos, recursos, meios e instituições que possuem uma intencionalidade educativa* – São instituições que apesar de terem missões culturais, desportivas e recreativas, partilham as suas funções educativas com as instituições de educação formal.

- *Um conjunto de actividades educativas planeadas* – São ofertas educativas (ex: congressos, concursos, comemorações) ocasionais que podem ser sugeridas por vários agentes educativos – município, sociedade civil e tecido empresarial.
- *Uma vasta oferta de espaços, encontros e vivências educativas* que apesar de não serem planeados pedagogicamente têm funções educativas (ex: jardim da cidade) (Rodriguez, 1999:121).

Machado (2006:228-229) sintetiza as possibilidades educativas da cidade como meio envolvente:

- a) Os processos educativos que se desenvolvem na cidade não são cumulativos – eles tanto se reforçam e complementam, como se interferem e contradizem.
- b) O que se passa no interior das instituições educativas ganha outra inteligibilidade quando inserido no meio urbano que se situa.
- c) As intervenções educativas na cidade pressupõem que cada instituição ou projecto não seja um sistema isolado, mas integrado numa política educativa local, com vista a um *'Sistema Formativo Integrado'*.
- d) O objectivo de complementaridade das instituições e iniciativas requer uma política educativa concertada com vista a dotar o território de múltiplas oportunidades educativas, independentemente do seu grau de intencionalidade formativa.
- e) Uma política educativa concertada consubstancia-se em torno de um projecto educativo de âmbito territorial.

A cidade é um meio educativo, mas também, uma fonte geradora de educação, formação e socialização, na medida em que todos os seus espaços, interacções humanas e culturais, geram acções comunicativas e consequentemente educativas.

Quando a criança ingressa no sistema de ensino formal não é uma *'tábua rasa'*, esta possui um conjunto de competências, saberes, valores, que adquiriu em vários contextos (ex: família e jardim) ao longo da sua *'curta'* vida. São aprendizagens que não têm uma intencionalidade educativa, mas que são significativas em termos de formação da personalidade. Nesta linha de pensamento, consideramos que mais do que aprender na cidade, é preciso saber ler a cidade, exercício esse que é interminável uma vez que surgem sempre novos elementos que escapam à nossa percepção. Rodriguez (1999:126) sustenta esta ideia ao afirmar que

“ [el] aprecio por la ciudad se construye com base en esa lectura, en la que los significados de los espacios y de los edificios cobran valores diferentes en la medida en la que el ciudadano se desarrolla como persona pensante. El “habitat” no consiste unicamente en residir en un lugar, sino en entenderlo y darle significado personal”.

A cidade como conteúdo educativo

O conhecimento informal ou do senso comum que se gera no meio urbano é também conhecimento sobre o próprio meio, uma vez que quando se aprende na cidade gera-se um conjunto de aprendizagens que são úteis à vida em sociedade, como por exemplo, a percepção do estado do tempo utilização dos recursos urbanos, como os transportes e os serviços. Esta aprendizagem informal que se realiza na cidade comporta dois limites: a superficialidade, porque o processo de aprendizagem não implica uma reflexão, resume-se à leitura da cidade e à parcialidade, uma vez que cada um de nós interpreta a cidade de acordo com a sua experiência de vida.

Do ponto de vista escolocêntrico, trata-se de trabalhar o currículo escolar aproveitando a experiência que a criança adquiriu no meio envolvente e não apenas a utilização da cidade como conteúdo.

Trilla (2003) defende que fazer da cidade um objecto de educação, tornando-a ‘*educada e educadora*’, significa ultrapassar a ideia limitativa de que o/a território/cidade, por si só, promove a aprendizagem directa e espontânea dos seus habitantes. Implica olhar para o ‘local’ com todo o seu potencial (des)educativo e transformá-lo num projecto com uma intenção educativa. Para a superação desta visão limitativa é necessário relacionar dialecticamente as três imagens que toda a cidade integra: a *imagem subjectiva* que cada um de nós constrói; a *imagem objectiva* que resulta das condições concretas que definem a cidade; e, a *imagem projectiva*, ou seja, o projecto de cidade que desejamos construir. Cruzando as ‘imagens’ com os ‘conteúdos educadores’, referidos anteriormente, obtêm-se algumas pistas que nos ajudam a compreender a complexidade da cidade (Quadro nº1).

	Descritivos (actores, contextos, espaços)	Desiderativos (expressão de possibilidades)	Projectivos (capacidade mobilizadora)
A Cidade Subjectiva (imagens, representações,...)	<ul style="list-style-type: none"> - História - Cultura - Modelos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso aos direitos - Poderes simbólicos - Lideranças 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de Participação
A Cidade Objectiva (contextualizada, real,...)	<ul style="list-style-type: none"> - Administração Central e Local - Actores Locais - Caracterização socio-demográfica e geográfica 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas Locais - Relações inter-institucionais - Parcerias - Redes Locais/Associativismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de Governança - Actividades e Projectos - Informação e Comunicação
A Cidade por Construir (projectos, sinais emergentes,...)	<ul style="list-style-type: none"> - Projectos Estruturantes - Novas Problemáticas (ambiente, segurança) 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas formas de sociabilidade (cidadania activa) - Formação de redes - Cidade Educadora 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de Políticas e Serviços - Coordenação de Projectos - Carta Educativa - Agenda 21 Local

Fonte: <http://www.fpce.up.pt/cie/OCE/propostaOCE.htm>, acedido a 20 de Janeiro de 2008 (adaptado)

Quadro nº1- Pistas para reflexão sobre a cidade

A apreensão da cidade gera um conhecimento informal que várias instituições educativas (formais e não formais) têm como objectivo dar-lhe um significado cultural. Por conseguinte, é lógico falar dos serviços culturais do território nos seguintes termos: *socialização*, que corresponde às experiências de integração e inter-relação socio-afectiva que os cidadãos vivem na cidade; a *aculturação*, onde os significados culturais da cidade, os seus signos, símbolos e monumentos permitem à pessoa ingressar na cultura urbana; e, a *comunicação*, verifica-se em todos os contextos, mas com maior intensidade na cidade (Rodríguez,1999). Assim, aprender a cidade é aprender a participar na sua construção, uma vez que a pessoa é elemento integrante da própria cidade, tendo um conhecimento das suas necessidades e potencialidades. Como afirma Machado (2006:233-234) ao citar Trilla (1993)

“[e]les facilitam a aprendizagem da cidade na medida em que ajudam a ler a cidade – nas suas dimensões estática e dinâmica, com a sua morfologia e a sua história – a utilizar os recursos existentes e aceder às possibilidades educativas e culturais, a ampliar o horizonte das vivências imediatas e quotidianas do próprio contexto urbano, a tomar consciência dos seus défices e dos seus excessos e a participar criticamente na sua transformação e na construção de uma cidade outra”.

1.3. De Barcelona Para o Mundo

“(...) Cidade Educadora é uma cidade com personalidade própria, integrada no país onde se encontra, sem se fechar em si mesma, que se relaciona com seu entorno: outros núcleos urbanos do seu território e cidades parecidas de outros países, com o objectivo de aprender a trocar experiências, enriquecendo a vida de seus habitantes, cónscios de que educar, sendo uma tarefa específica da escola e da família, é, antes de tudo, uma responsabilidade da sua acção no espaço e no tempo são pessoas que dão vida à cidade. Vida esta que pode ser boa e repleta de aspectos negativos”.

(Paetzold, 2006)

O *Movimento das Cidades Educadoras* teve início em 1990, com o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras que decorreu em Barcelona, onde os municípios presentes reconheciam que o desenvolvimento de uma cidade não devia deixar-se ao acaso, nem entregue às flutuações conjunturais de ideologias políticas. Aqui, assumiram que reconhecem as enormes possibilidades (des)educativas das cidades e definem como objectivo trabalhar conjuntamente em projectos para melhorar a qualidade de vida das cidades, a partir do envolvimento dos seus habitantes no processo de desenvolvimento, numa perspectiva de *“educação para uma cidadania emancipatória”* (Paetzold, 2006; Freire, 1974).

No referido congresso, foi aprovada a Carta das Cidades Educadoras, revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994), consolidada no VIII (Génova, 2004), onde se encontram alguns fundamentos ético-políticos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), Declaração Mundial Educação para Todos (1990), Convenção da Cimeira Mundial para a Infância (1990), Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

Actualmente, já se realizaram 10 Congressos Internacionais, que abordaram várias temáticas, na tentativa de aprofundarem o conceito de *‘Cidade Educadora’* e partilharem experiências de várias cidades de todo o mundo (Quadro nº1).

Nº	Ano	Cidade Organizadora	Tema
I	1990	Barcelona (Espanha)	A cidade Educadora para as crianças e adolescentes
II	1992	Gotenorg (Suécia)	A educação permanente
III	1994	Bolonha (Itália)	O multiculturalismo: reconhecer-se para uma nova geografia de identidades
IV	1996	Chicago (EUA)	As artes e as humanidades como agentes de mudança social
V	1998	Jerusalém (Israel)	Aproximar o legado e a história ao futuro
VI	2000	Lisboa (Portugal)	A cidade, o espaço educativo no novo milénio
VII	2002	Tampere (Finlândia)	O futuro da educação. O papel da cidade num mundo globalizado
VIII	2004	Génova (Itália)	Outra cidade é possível. O futuro da cidade como projecto colectivo
IX	2006	Lyon (França)	O lugar das pessoas na cidade
X	2008	São Paulo (Brasil)	A construção da cidadania em cidades multiculturais
XI	2010	Guadalajara (México)	Desporto, Políticas Públicas e Cidadania <i>(a realizar)</i>

Fonte: <http://www.bcn.es>, acedido em Julho de 2008 (adaptado)

Quadro nº 2- Congressos Internacionais das Cidades Educadoras

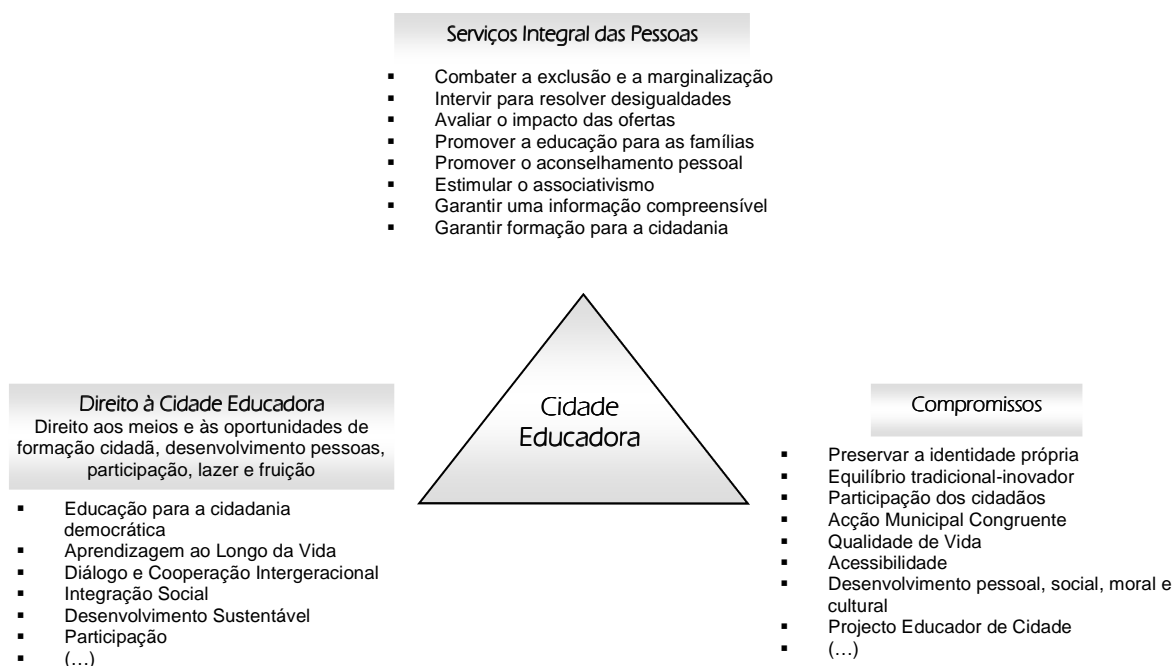
O conceito de ‘*Cidade Educadora*’ para além de se encontrar em (re)construção, é polissémico devido ao facto de estar impregnado de vários conceitos, que constituem os valores do Movimento das Cidades Educadoras:

- ***Igualdades de Oportunidades*** – *Todos os habitantes de uma cidade, independentemente da sua condição social, cultura, raça ou sexo têm direito de usufruir dos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que essa oferece.*
- ***Diálogo Transgeracional*** – *A cidade deve fomentar o diálogo transgeracional de modo a promover a convivência pacífica e a co-educação de gerações.*
- ***Aprendizagem ao Longo da Vida*** – *A cidade deve promover uma educação integral e permanente dos seus habitantes. Esta educação não se limita a um espaço e a um tempo, mas consentânea com as necessidades pessoais e sociais.*
- ***Cidadania Activa*** – *A cidade deve fomentar a participação cidadã, através do envolvimento dos seus habitantes na construção da mudança, enquanto actores locais, conhecedores da realidade. Assim, estimular o associativismo como forma de participação e co-responsabilização cívica, com o objectivo de canalizar as actuações ao serviço da comunidade e*

obter e difundir informação para o desenvolvimento integral dos seus habitantes.

- **Desenvolvimento Sustentável** – A cidade deve garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes, o que supõe uma atitude positiva com o ambiente. No entanto, esta sustentabilidade vai numa perspectiva ecológica de desenvolvimento, o que implica a sustentabilidade local (ex: ofertas de trabalho, acesso aos serviços e mobilidade).
- **Identidade** – Toda a cidade tem uma personalidade própria, que deve ser (re)conhecida, valorizada e preservada. A transformação e crescimento de uma cidade deve ter em atenção o equilíbrio entre o tradicional e o inovador, ou seja, entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam claras referências do seu passado e da sua existência (AICE, 2004).

Os 20 fundamentos da Carta das Cidades Educadoras estruturam-se em três dimensões: *'direito à cidade educadora'*, os *'compromissos assumidos pela cidade'* e o *'serviço integral das pessoas'* (Fig.5).



Fonte: Carta AICE (2004) (adaptado)

Figura nº 5 – Princípios da Carta das Cidades Educadoras

O *'direito à cidade educadora'* apresenta-se como uma extensão da Declaração dos Direitos Humanos, no que se refere ao *'Direito à Educação'*. A Carta das Cidades Educadoras refere que não é suficiente uma educação formal, pelo que só na Cidade Educadora, o cidadão pode usufruir de uma educação que promova o seu desenvolvimento integral, na medida em contempla vários contextos e agentes educativos. Assim, *"[t]odos os habitantes de uma cidade terão direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhe oferece"* (AICE, 2004). Para que os cidadãos possam usufruir deste direito é necessário o envolvimento dos municípios, na promoção de uma cidade verdadeiramente *'educadora'*, o que implica assumir os *'Compromissos da Cidade'* presentes na Carta.

Entenda-se as políticas educativas locais impulsionadas pelo município, são transversais, globais e inovadoras e têm como objectivo a promoção da coesão social, da democracia, da qualidade de vida e do desenvolvimento integral dos seus habitantes. Nesta linha de raciocínio, o conhecimento da cidade estabelece-se através da preservação da sua identidade própria, dos seus costumes e tradições, sem os considerar superiores aos de outras cidades, mas diferentes, condição básica para a coesão social.

Para concretizar os *'compromissos'*, o município tem que prestar *'serviços integrados às pessoas'*, ou seja, cada habitante deve sentir-se parte integrante da cidade, ao nível de fruição das oportunidades socioeducativas, de desenvolvimento e de participação.

Actualmente, o Movimento das Cidades Educadoras reúne cerca de quatro centenas de governos locais de 34 países¹², que se comprometem a cumprir os princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, a participar e cooperar activamente em projectos e intercâmbios; aprofundar o discurso sobre as Cidades Educadoras e a influenciar no processo de tomada de decisão dos governos e instituições internacionais de questões do seu interesse.

A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) surgiu do convencimento que uma cidade precisa de se relacionar com outras, de modo a poder partilhar experiências, reflectir e colaborar em projectos e acções concretas (ex: organização de congressos internacionais e seminários).

¹² Segundo informações no site: <http://www.bcn.es>, acedido em Abril de 2009.

O facto de um município pertencer à AICE beneficia também de visibilidade (ex: página na internet, redes e congressos internacionais) e é parte activa de um movimento social que partilha informação e constrói projectos comuns.

Na tentativa de fomentar o trabalho inerente aos Princípios da Carta das Cidades Educadoras, a AICE organiza-se em redes territoriais e em redes temáticas. As primeiras são grupos de cidades da mesma área geográfica que se juntam para reflectir sobre temas de interesse comum ou construir projectos em conjunto. Actualmente, existem 7 redes territoriais: San Sebastián, Torino, Rennes, Lisboa¹³, Rosario, Belo Horizonte e Budapest. As segundas são cidades que se encontram para discutir temáticas do seu interesse (ex: Transição escola -trabalho, TIC na Cidade Educadora, Rede de 1º Infância e Participação na Cidade).

A AICE possui um Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras (BIDCE) que constitui uma base de dados de experiências educativas de cidades de todo o mundo, para além de documentos e reflexões, com o objectivo de aprofundar a teoria e prática da Cidade Educadora.

¹³ A Rede Portuguesa de Cidades Educadoras conta actualmente com 34 municípios de norte a sul do país: Albufeira, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Braga, Cascais, Chaves, Coimbra, Esposende, Évora, Grândola, Guarda, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Moura, Odivelas, Oliveira de Azeméis, Porto, Palmela, Paredes, Portimão, Rio Maior, Sacavém, Santa Maria da Feira, Santarém, São João da Madeira, Sever do Vouga, Sintra, Torres Novas e Vila Real. (<http://www.bcn.es>, acedido em Abril de 2009)

CAPÍTULO IV

Administração Local e a Accção Educativa

1. Educação e Poder Local... o compromisso do Município com a Educação

Um olhar mais atento sobre o 'local' leva-nos a constatar que este ora é descrito como um espaço da comunidade, pronunciando a sua autonomia, ora como um espaço periférico do Estado, dependente do '*Poder central*' (Ferreira, 2005). No entanto, o 'local' é hoje o '*centro*' da actividade política.

No caso concreto da educação, fala-se agora de '*gestão local da escola*', '*territorialização das políticas públicas*' e na '*administração local da educação*'. Espera-se que estas iniciativas locais devolvam a legitimidade e confiança do Estado. Face a esta constatação e em resposta às críticas ao centralismo e à burocracia do Estado, à reprodução de desigualdades e às crises que assolaram o mundo após a década de 60, que tiveram impactos no sistema educativo, conduzindo a um leque de medidas legislativas com o objectivo de aproximar a gestão da educação dos actores locais.

Portugal tem na sua história dois '*fardos pesados*' que influenciaram a organização do sistema educativo: é um país maioritariamente cristão, onde a igreja teve um grande peso na educação moral; e, por outro lado, viveu uma longa opressão política durante o Estado Novo, que desvalorizou a educação como factor de desenvolvimento. Tudo isto, conduziu a um apanágio educativo e sociocultural, com repercussões no desenho do modelo educativo, caracterizado por uma organização piramidal, hierárquico, onde o bem público era definido pelo Ministério da Educação e os estabelecimentos de ensino eram considerados apenas unidades de execução (Ferreira, 2005). Esta forma de pensar e de fazer a educação, conduziu a um atraso do país em termos de política educativa e governação local, quando comparamos em igual período com outros países da União Europeia.

É com a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) que se coloca na agenda científica e política, temas como: a descentralização, a autonomia, o projecto educativo e a relação '*escola-comunidade*'. Mas como argumenta Barroso (1999) citado por Ferreira (2005:104) "*a crise do «Estado educador», sob a pressão do «global» e do «local», trouxe a escola – estabelecimento de ensino para o centro das políticas educativas*". No entanto, a centralidade da escola, nem sempre é benéfica. Esta tem sido acusada de reprodutora das desigualdades sociais, do (in)sucesso escolar, incapacidade de responder aos desafios do mercado de trabalho, etc.

Sarmento (2002:20) defende que estamos perante uma '*crise da educação escolar*'.

“(...) radica em parte na descrença sobre a sua real capacidade para construir os itinerários do ingresso no mercado de trabalho. Porém, mais do que isso, promovem atitudes de competição entre as crianças e as famílias que mantêm aspirações de ingresso nas profissões mais qualificadas, com vista à obtenção de resultados escolares compatíveis com o ingresso nos cursos desejados. Todos os indicadores apontam para que essa competição se esteja a verificar de modo cada vez mais precoce e para que a ela se associe uma intensa restrição dos tempos livres das crianças, pela sua subordinação a aulas suplementares e a ‘explicações’ que intensificam profundamente a sua jornada de trabalho”.

Porém, existem outros autores que defendem que não se trata de uma ‘*crise da escola*’, mas de uma ‘*crise de valores*’ como resultado do processo de globalização e localização.

Ainda no que se refere à centralidade da escola, é importante referir que actualmente esta não é sinónimo de autonomia pedagógica, pois os conteúdos continuam a ser definidos por um currículo nacional, adaptados ao local através do projecto educativo. Contudo, têm-lhe sido delegadas competências na área da gestão e administração, o que por si só evidencia as medidas descentralizadoras.

A criação dos Conselhos Locais de Educação como estrutura de participação de vários agentes educativos e de planeamento de actividades, em 1998, vem reforçar esta ideia, dando o protagonismo a outro agente educativo – o município.

As reformas educativas contemporâneas proclamam a centralidade do ‘local’ e a emergência de uma unidade territorial no desenho de Planos Estratégicos de Educação, materializados pela Carta Educativa, numa perspectiva de encontrar soluções para a ‘crise’ que atravessa o campo educativo e social.

Pelo exposto, é preciso explicitar que ao dedicarmos este trabalho ao estudo da educação no ‘local’ – município de Sever do Vouga – não temos a pretensão de substituir o foco do ‘*Poder central*’, pelo ‘*Poder local*’, onde o município assumiria o protagonismo. Ora, o município, enquanto actor social que participa nas dinâmicas locais, pode assumir mais ou menos protagonismo, de acordo com as suas visões e as conjunturas sócio-políticas nacionais e transnacionais, uma vez que fazemos parte de uma ‘*aldeia global*’.

Os problemas do ‘local’ são estruturais e exigem soluções ‘*glocais*’, onde a educação se assume como um desafio de preparar os cidadãos para ter uma intervenção pró-activa face aos problemas da sua comunidade, implicando um modelo de educação que ultrapasse as fronteiras da escola. Assim, num contexto onde se afirma o ‘local’ como palco de toda a acção educativa, temos de pensar na emergência

de estruturas e condições que a possam suportar, como por exemplo, as parcerias e as redes locais, bem como conhecer a dinâmica dos vários agentes educativos – Estado, escola, município, associações locais, empresas e família.

Debruçaremos uma parte significativa do nosso trabalho a compreender como se comportaram os agentes educativos ao longo dos últimos trinta anos, pois só compreendendo e aprendendo com o passado, nos é possível projectar o futuro.

1.1. História Concisa da Política Educativa em Portugal

“A partir dos anos oitenta, havia clara consciência de que os modelos dominantes de direcção e de gestão das escolas e do sistema não tinham favorecido o desenvolvimento de uma cultura de administração aberta, capaz de libertar os estabelecimentos de ensino da inércia corporativista e estatizante que os manietava. Sem real autonomia nem meios que permitissem a adopção de modelos de organização adequados aos contextos em que estavam inseridas, as escolas não possuíam condições para desenvolver iniciativas orientadas para o reforço da participação da comunidade e para a responsabilização de todos os intervenientes pelos resultados obtidos”.

(Ferreira, 2006)

A evolução das políticas e da administração da educação evidenciam uma tensão entre a centralização e a descentralização, entendidas como formas políticas de organização do Estado e não como meros processos técnicos para assegurar a eficácia da sua administração (Formosinho, 2006).

O sistema educativo português tem uma história de centralização, devido aos efeitos de uma ideologia conservadora e fascizante, que reivindicou para o Estado a função de *‘Estado-educador’*. Ora, a centralização tem vantagens evidentes na garantia da unidade de acção do Estado e na coordenação da actividade administrativa, uma vez que as decisões são tomadas pelo topo, gerando uma certa impessoalidade e homogeneização de respostas. Como afirma Formosinho (2006:16), *“[t]ais vantagens eram claramente apreciadas pelos liberais do séc. XIX pois viam nesta impessoalidade e uniformidade e no culto da distância e da reserva a maneira ideal de subtrair o Estado e os seus agentes quer às influências da igreja quer à dos caciques locais, assim poderiam impor, a partir de cima, a partir de uma elite iluminista, os novos ideais democráticos e o progresso da ciência e da razão”.*

A partir da II Guerra Mundial, o progressivo crescimento do Estado-Providência e consequente crescimento da máquina estatal, veio pôr em causa a centralização da administração pública.

Os processos de globalização e localização tornaram os problemas locais demasiado diversos e complexos, impondo a descentralização dos serviços centrais, uma vez que os consideravam incapazes de ter uma visão prospectiva dos problemas, bem como uma resposta célere (Formosinho, 2006:17). Com o crescimento da actividade social, os serviços centrais tiveram dificuldade em assegurar o volume de serviço de todas as unidades locais.

Na segunda metade do século XX, começou a evidenciar-se a incapacidade do sistema educativo centralizado e homogéneo em dar resposta às novas alterações sociais, tais como: a massificação da escola que conduziu a uma diversificação dos alunos em termos culturais, sociais e económicos; as mudanças tecnológicas e as crises que exigiram a qualificação dos trabalhadores, de modo a responder às necessidades do mercado; as movimentações demográficas, como o abandono progressivo do meio rural e a concentração das pessoas nas cidades, conduziram à integração de novos grupos sociais marginalizados no sistema educativo; a atribuição de responsabilidades acrescidas à escola, no campo da integração social, da dinamização cultural, do desenvolvimento económico e da formação democrática dos cidadãos; a democratização dos estados onde vigoravam regimes autoritários; e, a progressiva reivindicação da participação e descentralização emergentes nos estados democráticos (Fernandes, 2006; Ferreira, 2005). A resposta a estas mutações sociais tem sido perspectivada através de uma política educativa estruturada a partir do 'local', onde os agentes educativos são chamados a intervir na acção educativa. No entanto, a focalização no 'local', por vezes é contraditória, uma vez que este continua controlado pelo '*Poder central*', não possuindo em algumas situações a autonomia desejável.

Uma retrospectiva histórica leva-nos até à reforma educativa de Veiga Simão (Lei nº5/73), onde se introduziram mudanças substanciais no sistema educativo português, visando a democratização do ensino e a modernização da sociedade.

A revolução de 74, como afirmámos ao longo deste trabalho, representou uma viragem histórica na sociedade, que significou mais liberdade, mais autonomia, mais responsabilidade para os cidadãos. Isto teve consequências no sistema educativo, uma vez que as necessidades da sociedade mudaram, operando-se um conjunto de reformas em vários domínios da política e da administração local. Posteriormente, a Constituição de 1976 abriu espaço para a promoção da participação dos cidadãos na

vida política e social, mas a sua operacionalização não foi fácil, devido ao peso de uma 'escola' em que se viveu e aprendeu. As alterações significativas ao sistema de ensino só foram consolidadas dez anos mais tarde, com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei nº 14/86).

Formosinho e Machado (2006:115-116) citando Fernandes (1988) afirmam que a democratização da educação presente na LBSE inclui *"(...) uma distribuição de poder nas decisões educativas, através da descentralização dos órgãos e da participação popular na definição da política e na direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino"*. O que implicou a existência de vários centros de decisão com competências próprias e a responsabilização de vários agentes educativos, que tinham sido colocados à margem do sistema educativo.

A ligação da escola ao território local emerge também com esta lei, através da concepção da *'comunidade educativa'*, que apela à mobilização dos actores locais e à inovação, atendendo às características do território, fomentando uma dinâmica local que tem em conta as suas potencialidades educativas. Esta nova concepção tem em conta a diversidade do território educativo e propõe novas relações entre a comunidade local e o sistema educativo, através da sua participação na direcção de escola, orientada por *"(...) princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo"* (Art. 45º).

Os mesmos autores (2006:117) consideram que a LBSE coloca *"(...) o sistema educativo ao serviço não só do desenvolvimento global da personalidade dos educandos mas também do progresso social e da democratização da sociedade"*. Esta ideia materializa-se com o planeamento e reorganização da rede escolar e a existência de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional e local, de modo a assegurarem a proximidade com a comunidade. Preconiza ainda a criação de uma Direcção Regional da Educação, com o objectivo de *"(...) integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa"* (Art. 44º).

Da interpretação das várias medidas presentes na lei e da revisão bibliográfica, especulamos que se pretendia diminuir as assimetrias regionais e promover a igualdade de oportunidades ao nível do acesso (ex: escolaridade gratuita até ao 9ºano, apoios socio-económicos às famílias desfavorecidas) e sucesso educativo (ex: alteração dos currículos e métodos pedagógicos). Por outro lado, tem patente a diversidade do local, como referimos anteriormente, reformulando o papel do Estado na gestão da educação, através da descentralização das infra-estruturas e da delegação de competências para a comunidade local – município e escola.

Formosinho e Machado (2005:118) escrevem no seu artigo *“A administração da escola de interesse público em Portugal – políticas recentes”* que qualquer processo de (re)organização das estruturas de administração de educação, devem ter em atenção três aspectos:

“(...) as competências atribuídas aos estabelecimentos de educação e ensino, a distribuição de competências entre os vários níveis de administração – central, regional, local e institucional (Fernandes, 1988) – e a articulação entre estes níveis”.

No nosso entender, para além da clara definição de competências de cada um dos agentes educativos é necessário ter em atenção o seu grau de autonomia e a sua estabilidade em termos financeiros e de recursos. Por exemplo, uma Direcção Regional de Educação tem a competência de coordenação da actividade educativa, mas no entanto, as decisões competem ao Ministério da Educação. Verificamos também uma rotação das equipas, o que leva por vezes a um desperdício de recursos com um *know-how*. Assim, defendemos a adopção de uma estratégia que aumente a autonomia dos agentes educativos e diminua os processos burocráticos e morosos.

A actual Lei Orgânica do Ministério da Educação (Dec. Lei nº208/2002, de 17 de Outubro) concretiza a concepção das Direcções Regionais de Educação, na administração descentralizada da educação. Consequentemente, registaram-se várias alterações legislativas, no sentido de dotar as escolas de autonomia na gestão, prática pedagógica e do projecto educativo. Verificamos uma autonomia na gestão da escola e uma aproximação da relação da *‘escola-município’* ao nível da coordenação, planeamento e avaliação.

Em 1998 foram regulamentados os Conselhos Locais de Educação, sendo a sua constituição facultativa. Este órgão consultivo, para além, de ter na sua constituição os representantes do município, tinha representantes de escolas, dos serviços do Estado e outras entidades locais (Dec. Lei 115-A/98). Contudo, com o Dec. Lei 7/2003 a regulamentação dos Conselhos Locais de Educação é alterada substancialmente e passam a ser designados por Conselhos Municipais de Educação. O referido diploma obriga os municípios a criarem este órgãos e a elaborarem a Carta Educativa, enquanto documento fundamental para a (re)organização da rede de serviços educativos e definição de uma política educativa local, entendida como

“(...) um instrumento de planeamento e de ordenamento prospectivo de edificios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas da educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos

educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município” (Dec. Lei nº7/2003; Art.10º).

Em consonância com a LBSE, os Conselhos Municipais de Educação pretendem dar uma “(...) *resposta mais eficaz às necessidades de redimensionamento da rede escolar e a correcção das assimetrias territoriais*”. Assim, encontramos na Carta Educativa, uma finalidade territorial, indissociável das propostas definidas no PDM, influenciando os processos de autonomização e gestão da escola (Dec. Lei nº 115-A/98) e de gestão territorial, de modo a enriquecer o PDM na (re)organização e gestão da rede educativa (Freitas, 2006:20). No nosso entender, a principal vantagem da descentralização, é a adequação das respostas da administração pública aos problemas locais. Por exemplo, a implementação das normas é contextualizada, a resolução dos problemas é mais rápida e económica, uma vez que se diminuem as burocracias.

A descentralização aumenta a responsabilidade dos actores locais na resolução dos problemas da sua comunidade e na melhoria da sua qualidade de vida, sendo avaliada a sua capacidade/competência e os resultados alcançados, ao contrário do modelo centralizado que se centra no cumprimento dos procedimentos normativos. Para Formosinho (2006:21) a descentralização inserida num modelo democrático, tem duas vertentes de vantagens: a participativa, que visa aprofundar o exercício da vida democrática, envolvendo os cidadãos nas decisões e na gestão da administração pública; e, a do equilíbrio de poder, que visa respeitar os direitos e identidades locais, em que o Estado se torna um parceiro da sociedade civil.

Segundo a bibliografia compulsada, o processo de descentralização português apresenta três problemas:

- As competências não são, de forma geral, acompanhadas da respectiva transferência de recursos, nomeadamente ao nível financeiro;
- As competências transferidas, em muitos casos, ficam muito aquém da prática efectiva das autarquias, criando graves problemas de ordem financeira, uma vez que intervêm em áreas que não estão previstas por lei, devido à proximidade com os actores locais; e,
- As competências e a sua aplicação prática assentam numa visão espartilhada dos serviços, onde se deseja uma política de intervenção integrada.

É nossa convicção de que os problemas referidos anteriormente são espelho de um processo bastante incipiente de (re)construção da política e administração da

educação. Em termos futuros, perspectivamos que este processo de descentralização irá ser aprofundado e alargado a várias esferas da nossa sociedade.

1.2. O Papel dos Municípios na Educação

“Cumpra trabalhar por uma nova cultura na qual se compreenda o político e a administração como «o outro» dialogante e cooperante, na qual se compreenda que «a existência de uma verdadeira trama associativa, ao nível urbano e municipal, é a base insubstituível a partir da qual se tem que estruturar e globalizar uma sociedade civil democrática, participativa e activa, complemento essencial da estrutura democrática»”.

(Serra, 1994)

O município pelas suas características geopolíticas é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática, pela proximidade do ‘local’ e pelas suas competências, sendo a educação um dos campos que lhe é reconhecido.

No caso dos países anglo-saxónicos e nórdicos, que têm uma tradição democrática de descentralização local, os municípios sucederam às igrejas na responsabilidade da educação da população (Fernandes, 1999).

Nos países latinos e ocidentais, onde os regimes democráticos tiveram uma implantação tardia, o Estado criou um sistema educativo bastante centralizado, assumindo todas as competências em matéria de educação. Aos municípios foram atribuídas tarefas supletivas, tais como construção, conservação e acção social escolar.

Em Portugal, o papel dos municípios na educação está intimamente ligado ao (re)surgimento do município. Fernandes (1999:2) citando César (1995:12) diz-nos que *“(...) a partir de 1974, os municípios portugueses recuperaram, após um ocaso de 140 anos, a autonomia que usufruíram no Antigo regime e conquistaram novas atribuições e competências próprias e exclusivas. Simultaneamente com a lei das Finanças Locais passaram a dispor de outras capacidades de investimento inexistentes nos períodos liberal, republicano e salazarista”.*

Na sequência da revolução de 1974, ocorre a implementação de um regime democrático e verifica-se o (re)estabelecimento da autonomia municipal, em termos de autonomia política e financeira.

Na base da progressiva descentralização e autonomia do município esteve a constituição de 1976, que afirmou o *‘Poder Local’*, atribuindo-lhe competências, recursos financeiros e capacidade de iniciativa em vários domínios, entre os quais, o

da educação. Contudo, nem sempre esta delegação de competências e recursos corresponde às necessidades do 'local'.

As competências das autarquias, segundo o artigo 13º da Lei 159/99, de 14 de Setembro, inscrevem-se nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; acção social; habitação; protecção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; e, cooperação externa.

Seguindo a linha de pensamento de Fernandes (2006) existem três perspectivas que revelam as medidas legislativas tomadas pelo Estado desde 1974 e os posicionamentos locais acerca do papel do município na educação:

1. O município é considerado um serviço da administração, periférico do Estado (1976-1986)

Com o Dec-Lei nº 77/84 ocorre uma transferência de encargos em investimento para os municípios, em termos de educação inicial, que se limita a determinar os encargos financeiros em termos de educação infantil, transportes escolares para os alunos do 1ºCEB (Dec. Lei nº299/84) e apoios socioeducativos concretizados em ofertas de refeições e subsídios de alojamento (Dec. Lei nº 399-A/84) (Fernandes, 2006). Esta transferência de encargos suscitou uma forte contestação, porque não ocorreu um reforço das finanças locais correspondente às despesas.

2. O município é considerado um parceiro privado e um agente educativo supletivo (1986-1996)

Esta diferença de perspectiva ocorre com a LBSE em 1986, onde se consolida um conjunto de reformas avulsas e se incorporou alguns dos princípios de descentralização e participação decorrentes da Constituição de 1976. Embora o Estado reconheça um maior protagonismo do município, continua a considerá-lo um interveniente supletivo na educação escolar e parceiro social de estatuto idêntico aos dos agentes privados. Com esta lei, os municípios têm competências no âmbito da educação pré-escolar, da educação especial, da formação técnica, artística e profissional, da educação de adultos e de organização de actividades extra-curriculares.

A partir de 1987, as Câmaras Municipais passam a estar representadas em alguns órgãos consultivos do sistema educativo: no Conselho Nacional de Educação (Dec. Lei 31/87), através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP); nos Conselhos Consultivos das Escolas Básicas e Secundárias (Dec. Lei 172/91).

A intervenção suplementar do município também era feita ao nível de outros projectos promovidos pelo governo, como por exemplo, o Projecto Integrado de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) e Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) (Despacho nº147-B/ME/96).

Segundo Fernandes (2006:206) *“[o] estatuto do município é o de uma entidade privada ao lado das restantes embora, devido à maior abertura do Estado perante a sociedade civil, fosse elevado à categoria simbólica de parceiro social e consultor das políticas educativas públicas”*. Apesar desta mudança, o município encontra-se ainda numa situação de inferioridade legal, perante as entidades privadas, pois não possui e é-lhe vedada a intervenção ao nível do ensino regular do 1ºCEB, secundário e superior, ao contrário de outras entidades que podem intervir neste domínio. No entanto, é importante referir que os municípios tiveram um papel fundamental quer ao nível do apoio dos projectos promovidos pelo Governo, com a mediação e negociação com o poder central.

3. O município como interveniente de estatuto público e não privado (1996-2008)

Em 1997 é regulamentado um conjunto de leis que permitem a participação das autarquias na educação pré-escolar (Dec. Lei 147/97, Lei Quadro da Educação Pré-Escolar).

No âmbito da Lei-quadro da Educação Pré-escolar de 1997, previa-se a criação de uma Rede Municipal Pública de Educação Pré-escolar ao lado da Rede Nacional Pública e da Privada. Nesse sentido, foi elaborado um protocolo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) com o objectivo de expandir a rede pré-escolar. Posteriormente, foram celebrados protocolos com os vários municípios, onde os jardins-de-infância passaram a pertencer à rede pública nacional e foram garantidos subsídios.

Em 1998 é publicado um novo regulamento de administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar, básica e secundária, onde se deu a consagração dos Conselhos Locais de Educação, de iniciativa municipal e onde

tinham assento, além de elementos da autarquia, representantes de escolas, serviços do Estado e outras entidades locais.

“Nesse diploma atribui-se ao município a função de estabelecer uma certa coordenação local da política educativa e de apoiar o desenvolvimento de projectos e parcerias locais” (Fernandes, 2006:207).

Em 2003, ocorre uma reformulação dos Conselhos Locais de Educação, que passaram a ser designados por Conselhos Municipais de Educação e é atribuída a função de avaliar o desempenho dos estabelecimentos educativos públicos do concelho.

O Dec. Lei nº7/2003 veio instituir o Conselho Municipal de Educação, que se trata de uma instância de coordenação e consulta, que tem como objectivo

“(...) promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo” (Art. 3º).

Há semelhança dos Conselhos Locais de Educação, reconhece a representação do município, de um conjunto de serviços e entidades, mas também o convite a *“personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise”* e a presença do presidente da Assembleia Municipal. Este órgão possui um vasto leque de competências: coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego; acompanhamento do processo de elaboração e actualização da Carta Educativa; participação na negociação e execução dos contratos de autonomia; apreciação dos projectos educativos a desenvolver no concelho; adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais; medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos; intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar (Art. 4º). Ora, o município passa assim da esfera privada para a esfera pública no desempenho de algumas funções educativas.

Tal como se afirma no preâmbulo da referida lei, as competências dos municípios na área da educação *“(...) constituem uma nova visão estrutural do sistema educativo português e um passo da maior importância, no sentido da aproximação entre os cidadãos e o sistema educativo, e de co-responsabilização entre*

ambos quanto aos resultados deste". Mas, dá importância à 'eficiência' e 'eficácia' nas políticas públicas de educação, que carece da colaboração dos municípios.

Formosinho & Machado (2006:153) citando vários actores, consideram que a criação e regulamentação do Conselho Municipal de Educação reconhece "(...) a capacidade política, de decisão e de gestão dos municípios portugueses, cuja proximidade às populações é por demais evidente, ao mesmo tempo que parece contribuir para a concretização de um poder local mais forte (Barroso, 1999) e interventor na área da educação (Marques, 2000)". Este diploma prevê a articulação da acção de vários serviços como por exemplo, a segurança social, o desporto e a saúde.

Partilhamos da ideia dos mesmos autores (2006:154) que consideram que "(...) talvez haja excessiva ambição na exigência de capacidade de mobilização por parte do município", uma vez que o diploma prevê a representação, mas não tem em atenção a articulação da acção de cada serviço, estando por isso dependente do seu interesse e envolvimento. Pelo exposto, é possível afirmar que a intervenção do município na educação é um processo relativamente recente e que está dependente da conjuntura sociopolítica.

O município iniciou as suas funções integrado no sistema público de ensino, mas como um mero serviço periférico do Estado, que não possuía autonomia, nem competências, mas, que possuía encargos. Já no regime democrático assume uma certa autonomia, embora com um estatuto de entidade privada. Finalmente, encontra um espaço de intervenção no sistema público "(...) com uma intervenção mais congruente com o seu estatuto constitucional de poder local autónomo" (Fernandes, 2006:208). No entanto, esta ideia de autonomia municipal e de descentralização está fortemente mitigada pela envolvente externa, entre os quais o papel dos intervenientes locais.

Embora os territórios municipais sejam palco de uma intervenção de diversos actores, no campo da educação formal, a escola e os municípios têm sido os protagonistas. Outros agentes educativos, como a família, as instituições locais têm desempenhado um papel secundário.

O cidadão, enquanto centro irradiador dos interesses da comunidade local, assume um papel preponderante no fortalecimento e desenvolvimento da autarquia e da sua função ao nível da reivindicação junto do Poder Central. Por outro lado, encontram-se os serviços locais do Ministério da Educação, que apesar de desempenharem um papel bastante activo, na medida que condicionam e determinam as dinâmicas educativas locais, não são muitas das vezes reconhecidos como actores.

Uma das questões centrais da política educativa local tem sido construir um sistema de relações baseadas no Paradigma Democrático e Descentralizador, ou seja, dinamizar projectos educativos locais, desenvolver uma cultura de colaboração entre o município e as escolas, estabelecer parceiras educativas, garantir uma equilibrada e justa repartição de encargos e de competências entre a Administração Central, Administração Local e Escolas.

Conforme a perspectiva histórica apresentada, verifica-se um progressivo envolvimento dos municípios na acção educativa, que vai para além de uma intervenção escolar, dirigida a uma faixa etária específica e do quadro legal de competências que lhe eram atribuídas. O Poder Local ganha cada vez mais força e mais vitalidade, porque ao Estado cabe a decisão de deixar de ter para si o controlo absoluto e supremo do 'local'. Esta perspectiva vem reforçada na Carta Europeia da Regiões que de uma forma clara vem autonomizar o Poder Local.

2. Administração Local e a Cidade Educadora

As cidades vivem hoje momentos peculiares e de importância extrema, uma vez que têm de construir o seu modelo de desenvolvimento e crescimento, com vista ao seu futuro e ao seu posicionamento em relação às demais cidades. Esta visão prospectiva e projectiva da cidade tem que ter em conta as pessoas, o território, o património e a cultural local e os desafios e problemas da modernidade ou da pós-modernidade.

No meio destes desafios, verifica-se a desadequação das medidas do *'Poder Central'* na resolução dos problemas da cidade. Emerge a partir do 'local', nas instituições, nas organizações, nos municípios, soluções concretas baseadas em relações de proximidade. Estes problemas não podem pautar-se por soluções de *'topo'*, mas construídas a partir da *'base'*, junto daqueles e daquelas que os vivem e que os sentem.

A grande responsabilidade passou a estar nas mãos do governo local – município/cidade – porque os problemas são localizados e as soluções passam por *'laços de proximidade'*. E à medida que a globalização vai tecendo a sua *'teia'*, o 'local' vai formando *'malha'*, uma vez que se consciencializa do seu papel na preservação da identidade local, procurando soluções capazes de enfrentar os novos desafios. Neste processo de desenvolvimento, é essencial que a cidade/município mantenha a sua identidade e os seus valores, sem perder as dimensões da atractividade e da competitividade.

Numa sociedade em que os valores tradicionais mudaram, falando-se mesmo de uma *'crise de valores'*, qual será a relação da cidade com estes valores? E será a cidade impulsionadora de valores? Será que se deveria orientar pelos seus valores ou pelos valores definidos por processos como os de globalização e localização hegemónica? Será que a cidade não se deveria tornar neutra e favorecer o relacionamento interpessoal dos seus habitantes, através de atitudes tolerantes, inclusivas e abertas? O que é que as cidades ganhavam se passassem de valores individuais a valores colectivos? Tal como Terricabras(2007) acreditamos que não existem valores padronizados mais ou menos válidos, mas diferentes, que devem ser igualmente respeitados. Mas também é nossa convicção de que uma cidade não consegue ser neutra, uma vez que ela é resultado de um longo processo histórico, alvo de conjunturas socio-políticas que lhe imprimiram determinados valores, códigos

e símbolos culturais. Por outro lado, os próprios agentes educativos estão formatados por uma escola e por uma vida, na qual aprenderam e viveram e que lhes transmitiu determinadas condutas sociais. Acreditamos que aqui, a educação tem um lugar e um tempo, para a promoção de uma educação crítica, emancipadora e autónoma, como nos ensina Paulo Freire.

Terricabras (2007) sugere-nos um exercício de visualização da cidade, imaginando uma *'cidade culturalizadora'* que proporciona elementos para compreender a cidade e o mundo. Esta cidade ideal implicaria que fosse *'cultivadora'*, oferecendo a fertilização dos cidadãos num terreno aberto, de modo a que estes possam crescer, emancipar-se e exercer uma cidadania pró-activa. Mas um cenário com estas características implicaria uma ruptura com o actual modelo educativo, tornando aberto, participado e holístico.

A educação por si só é insuficiente, é necessário ter em atenção a dimensão política que define a organização e funcionamento das sociedades, padronizada por valores democráticos.

Mas a cidade não é dos cidadãos? Qual o seu papel na cidade? E na educação? No nosso ponto de vista, os cidadãos *'são a outra face de uma mesma moeda'* e devem ser envolvidos no desenho da acção educativa do território, bem como das decisões sobre os aspectos do seu interesse, exercendo assim uma acção política.

Uma pedagogia urbana à volta de um ideal de cidade a construir, leva-nos a colocar de lado uma perspectiva do fenómeno educativo reduzida aos espaços, tempos, processos e actores escolares. Esta pretende transformar o *'local'* numa comunidade aprendente, onde todos têm algo para ensinar e para aprender.

Como já tivemos oportunidade de referir neste trabalho, a ideia de *'Cidade Educadora'* é utópica e não se pode assegurar que esta seja educadora para todos os seus habitantes. Assim, a cidade/município necessita de ter *'intenções'* e *'finalidades'* educativas que vão de encontro às necessidades, interesses e aspirações dos seus habitantes.

2.1. O Município e o Projecto de Cidade Educadora

“Que é que define e caracteriza a cidade? O historiador, o sociólogo, o político, o geógrafo darão certamente definições diferentes.

O historiador, que encontra a palavra em fontes medievais quando se organiza a vida urbana e se definem os direitos dos seus habitantes, olhará a cidade à maneira da polis e da civitas, orientando uma definição para os direitos, a administração e a política.

O sociólogo pensará no número mínimo de habitantes, atenderá à qualidade dos edifícios, às profissões diversificadas.

O geógrafo atenderá à implantação do povoamento, aos recursos do solo e do subsolo, à função de centro em relação a localidades próximas e ao campo, etc. “

(Tavares,1993)

O que distingue uma ‘Cidade Educadora’ das demais cidades é a sua ‘*intencionalidade educativa*’, que só pode ser concretizada se o município estiver convencido que a educação tem um papel fulcral no desenvolvimento sociocultural, educativo e económico da cidade. Por outro lado, é necessário que o município assuma a importante tarefa de coordenação local da acção social, cultural e educativa que se desenvolve na cidade, materializado num Projecto de Cidade Educadora.

O facto de a filosofia das Cidades Educadoras emergir a partir do Poder Local, deve-se ao facto de o município: ser o responsável local de todos os cidadãos residentes e tem legitimidade própria no domínio das políticas públicas; ter uma visão global e integrada das dinâmicas socioeducativas e de que forma influenciam a qualidade de vida dos cidadãos; mobilizar um conjunto de recursos (técnicos, materiais e financeiros) de suporte ao projecto educativo da cidade; e, a não se limitar a “*participar na territorialização da política educativa nacional*”, assume um papel de coordenação e dinamização local através de um projecto que fertiliza as potencialidades educativas do território (Machado, 2006).

A questão está em saber qual ou quais os papéis que estão reservados ao município? Será de parceiro ou de agente hegemónico? Conforme a perspectiva histórica apresentada no ponto anterior a Cidade Educadora concebe que “*(...) todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades económicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüentemente para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes*” (Pinto, 2001:9). Compete assim, ao município um papel interventor e de

interlocutor junto do Estado com o objectivo de exigir a descentralização de competências político-administrativas e a respectivas delegações de competências e estabelecer uma política local que estimule a participação dos cidadãos no desenho do Projecto de Cidade Educadora. Este deverá criar tempos e espaços para o exercício de uma cidadania activa.

A Carta das Cidades Educadoras (2004) evoca um conjunto de responsabilidades aos municípios:

1. Desenvolver uma política ampla e de alcance global que inclua todas as modalidades de educação formal e não formal e as diversas manifestações culturais, fontes de informação e vias de conhecimento da realidade que se produzam na cidade (Princípio 2º).
2. Realizar estudos sobre a cidade, a situação e as necessidades dos seus habitantes, actualizá-los, publicitá-los e a partir deles formar propostas concretas com o objectivo de desenvolver as suas potencialidades educativas (Princípio 4º).
3. Conhecer o nível de desenvolvimento, da acção educativa levada a cabo por todos os agentes educativos (Princípio 5º).
4. Avaliar o impacto das propostas culturais, recreativas, informativas e publicitárias e promover novas propostas (Princípio 6º).
5. Oferecer espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural e, no processo de tomada de decisões, ter em conta o impacto das mesmas (Princípio 7º).
6. Zelar para que os corpos de segurança e protecção civil deles dependentes garantam as condições que ajudam as crianças a crescer e a fazer uso da cidade (Princípio 8º).

Trata-se, pois, revitalizar as potencialidades educativas da cidade, tendo um conhecimento profundo do território e do caminho que se quer trilhar, materializado num Projecto de Cidade Educadora que identifique os recursos disponíveis e clarifique o papel dos diferentes agentes educativos.

2.2. Sistema Formativo Integrado... uma opção de concretização da Cidade Educadora

“El justo planteamiento que hay en la base del debate entorno al «sistema formativo integrado», que consiste en dar una importancia prioritária al uso racional de lo que ya existe, no puede, de hecho, ser extremado hasta ele punto de afirmar que la existência de servicios educativos extraescolares no tenía necesidad de integraciones consistentes”.

(Alfieri, 1990)

O Projecto de Cidade Educadora pressupõe um desenvolvimento integral dos indivíduos e um desenvolvimento sustentável do território, através da (re)definição das relações estabelecidas entre os diferentes agentes e articulação entre educação, cultura e território.

Caballo (2001) propõe a concretização deste Projecto através de um *‘Sistema Formativo Integrado’* que envolva vários actores locais: escola, administração local, sistema produtivo (publico e privado), tecido associativo e a família. Segundo a mesma autora (2001:30)

“[e]scola e território devem ter um projecto educativo comum, resultado de uma estratégia global e conjunta em que participem os responsáveis de uma comunidade local, as instituições e as entidades potencialmente educativas, para dar prioridade e uso racional aos recursos e relações existentes ou latentes na organização social, económica e cultural de um determinado território”.

Mas o que temos que fazer para garantir que o território consiga a ser uma grande *‘escola’* e possa contribuir, através de uma utilização correcta, para que os processos formativos sejam adequados às exigências de uma sociedade globalizada? No nosso ponto de vista, deveríamos começar pelo conhecimento do território, identificando as suas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças e em segundo lugar identificar os actores locais interessados na promoção da mudança, envolvendo-os no desenho de uma educação com e para todos.

Alfieri (1990:170) reforça esta ideia, ao afirmar que existem muitas potencialidades no tecido social, que podem ser revitalizadas/requalificadas de modo a promover actividades socioeducativas para todos os cidadãos sem a intervenção da escola.

O mesmo autor defende que serviços públicos deveriam destinar alguns dos seus recursos à promoção educativa, uma vez que *“(...) son financiados com ele dinero de todo el mundo y que se dedican a la colectividad, deberían destinar una*

parte de sus estructuras físicas, y obviamente también de las financieras y organizativas, a la promoción educativa". Iniciativas desta natureza evidenciariam o reconhecimento de que a educação constitui um investimento na promoção sociocultural e económica de um território. Por outro lado, revelaria uma gestão inteligente dos recursos locais, na medida em que todos os espaços e infra-estruturas são potenciados numa perspectiva de desenvolvimento local.

Um serviço público que não se limita à prestação de serviços. Este ocupa-se de um leque bastante diversificado de tarefas, como informar, envolver, formar, animar de acordo com os seus âmbitos ou áreas de intervenção, problemas, perspectivas e custos sociais (Ibidem,1990). Um trabalho desta natureza, levado a cabo pelos diferentes agentes educativos que actuam num território, potenciava a dinâmica socioeducativa e cultural.

O desenvolvimento sustentável, integrado e participado de um território, no enquadramento da Cidade Educadora, através do *'Sistema Formativo Integrado'*, compreende as dimensões económica, sociocultural, político-administrativa e ambiental, gerando uma nova visão do território que deixa de ser um suporte técnico do desenvolvimento social, para se tornar ele próprio num motor de desenvolvimento (Caballo, 2001:39 citando Garcia e González,1992).

As propostas de planeamento territorial em torno deste conceito baseiam-se no uso racional dos recursos existentes, o que implicaria que os municípios preparassem infra-estruturas para serem usadas por todos os cidadãos e que a oferta socioeducativa estivesse integrada e articulada. Tal como Alfieri (1990:171) partilhamos da ideia que *"[!]la opción política consistente en actuar a fin de que el tiempo educativo no sea unicamente el tiempo escolar sino también el extraescolar há de hacerla efectiva el estado y no se puede confiar solamente en la iniciativa local"*.

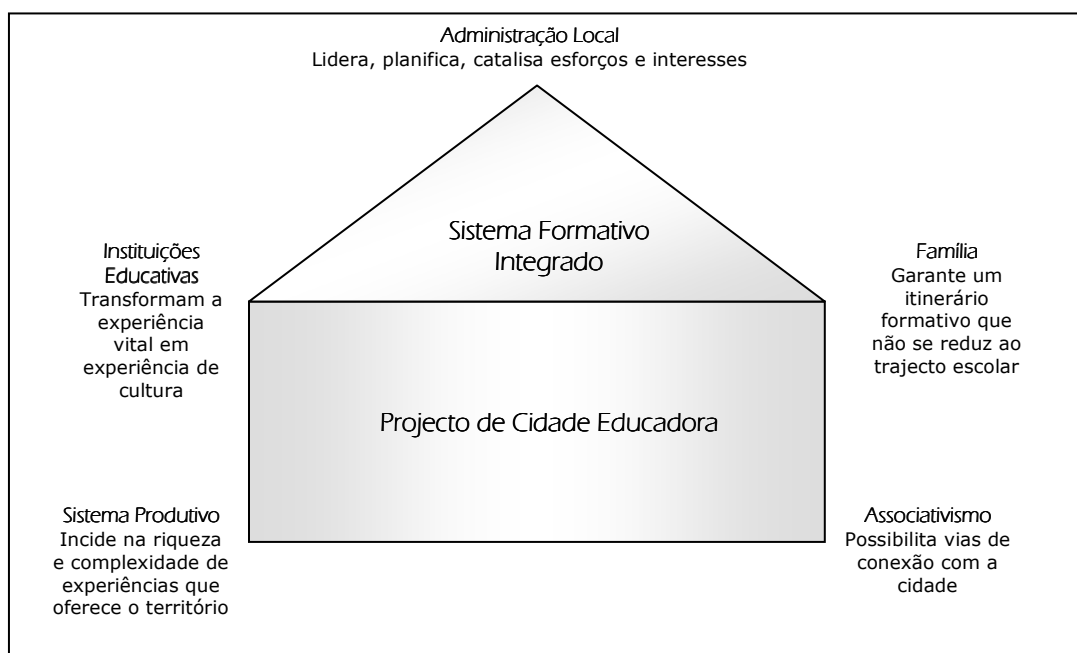
Mas quem deve liderar este processo? Todos nós conhecemos os poucos recursos dos municípios e das associações, mas atendendo à actual conjuntura socioeconómica e às directivas do QREN, achamos que a liderança deveria de ser do governo municipal, sem se perder o envolvimento do tecido associativo e empresarial. Este modelo pressupõe que se coloque à disposição das autarquias, meios para construir, adaptar e equipar estruturas públicas dirigidas à formação cultural, cívica e educativa, para todos os habitantes do território definido pelo município.

Esta nossa posição é reforçada pelo próprio Movimento das Cidades Educadoras que defende uma co-responsabilização de todos os habitantes pela sua educação, mas também para/com os outros. Atribui uma especial responsabilidade ao município na definição de uma política educativa que possibilite o desenvolvimento integral dos

cidadãos e que conseqüentemente promova o desenvolvimento da cidade/território. Nesta linha de pensamento, é necessário que em cada território seja construído um mapa educativo que põe em evidência os espaços físicos disponíveis, os que se têm de revitalizar, as experiências educativas existentes. É preciso avaliar as reais possibilidades de agregar estes recursos endógenos num “*Sistema Formativo Integrado*”, acessível a todos os cidadãos daquele território. Segundo Alfieri (1990:172) é uma

(...) conquista de civilidade / hecho de que un território logre desarrollar una función educativa de base en las opciones de sus futuros ciudadanos adultos, comprometiéndoles directamente en la gestión de sus museos, sus bibliotecas, sus centros de investigación, sus servicios, sus estructuras productivas, sus centros de producción artística; que lograrse, pues, crear un sistema formativo fuerte en el que estuviesen presentes, además de la escuela, el mayor número posible de otras entidades públicas y privadas y que lo estuvieran de una forma evidente, ampliamente accesible, convincente y compartida”.

A figura nº6 apresenta a estrutura dos diferentes agentes territoriais implicados no “*Sistema Formativo Integrado*”. Estes assumem diferentes graus de responsabilidade no plano de actuação conjunta, recaindo sobre a Administração Local as funções de planificação e organização, apresentando um desenho integral e articulado que estructure e distribua opções.



Fonte: Caballo (2001:31) (adaptado)

Figura nº 6 – Estrutura e contribuições dos agentes territoriais implicados no sistema formativo integrado

De acordo como o modelo do ‘*Sistema Formativo Integrado*’ defendido por Caballo (2003) a Administração Local terá uma função de promotora e de líder do Projecto de Cidade Educadora, de modo a co-responsabilizar e envolver os vários actores locais na reflexão sobre os problemas da cidade, encontrando estratégias para a mudança, mobilizando os recursos endógenos disponíveis. Mas para isto, é necessário que o município valorize a educação e que reconheça que esta não se circunscreve a um tempo e um espaço da escola, prolonga-se ao longo da vida, cuja vida é o próprio cenário.

A escola deve redefinir o seu papel em relação aos demais agentes, clarificando as funções de cada um deles no processo de socialização. Esta vê a sua função específica de inteligibilidade do território, transformada mediante a reflexão e recomposição das experiências de vida em instrumentos culturais adaptados à sociedade na qual vive. Assim a escola, permite a transformação da experiência directa em cultura, em representação do mundo, em esquemas que possibilitem a compreensão e orientação numa realidade muito complexa. Para Tedesco (1995) citado por Caballo (2001:35)

“[a] escola tem de abrir-se às fontes de experiência e de conhecimento exteriores a ela, fomentando redes de cooperação e de associação de interesses, centrando-se na transformação da experiência vital em cultural e na educação em valores (saber, saber fazer e saber ser), assumindo uma parte significativa da formação em aspectos «duros» da socialização, perfilando o equilíbrio entre o estável e o dinâmico no processo de construção da identidade”.

No caso português uma das vias da relação ‘*escola-território*’ é potencializada pelos Conselhos Municipais de Educação, constituídos por um leque bastante diversificado de actores locais – agrupamento de escolas, município, representantes de serviços de saúde e segurança, empresas e associações – que têm como função racionalizar e otimizar as possibilidades educativas existentes no território.

As políticas educativas não podem limitar-se a complementar ou enriquecer os processos escolares, devem ter em conta o contexto mais amplo onde devem actuar com intervenções específicas. Para Fernandes (2006:198)

“[é] manifesto que a cidade tem um impacto enorme na educação e formação dos seus habitantes e sobrepõe-se à escola como um espaço educativo alternativo. (...) Estamos numa época em que é cada vez mais perceptível a distinção entre tempo escolar e tempo educativo”.

O facto de a escola não conseguir dar resposta aos novos desafios da sociedade, conduziu a um reforço das sinergias entre os actores locais, com o objectivo de proporcionar um desenvolvimento integral dos cidadãos. Enquanto espaço educativo, a escola é disputada por inúmeros espaços, como por exemplo, a casa, o trabalho, as associações locais e os espaços virtuais. Finalmente, a diversificação de tempos e espaços implica também uma diversificação de agentes educativos, todos eles determinantes na formação integral do indivíduo.

É importante afirmar que embora a educação formal e a educação não formal disputem espaços e agentes, não se coloca em causa o valor da educação formal na formação do indivíduo, mas a sua insuficiência, tendo mesmo limitações acrescidas para quem não usufrui destas oportunidades. Isto reforça a ideia por nós defendida nos capítulos anteriores, que os actuais desafios da sociedade contemporânea, não se compadecem com o tempo escolar, ou seja, um tempo mais ou menos longo dedicado à formação do cidadão, mas sim de uma *“educação permanente à roda da vida”* (Nogueira, 1996).

A família enquanto elemento de socialização primária tem um papel fundamental na socialização do indivíduo, transmitindo-lhes um conjunto de normas, valores e a concepção dominante do mundo em que vive. Nesta perspectiva, a família converte-se numa referência essencial para o desenvolvimento de um *‘Sistema Formativo Integrado’* que pretende incidir sobre as possibilidades educativas do território.

As organizações de cidadãos que intervêm ao nível local permitem um leque bastante diversificado de relações com a/o cidade/território. Para Puig (1994:2) citado por Caballo (2001) *“[os] cidadãos «organizam-se em associações que, a partir da pluralidade de opções culturais e sociais, constituem o tecido activo e dialogante da cidade»”*. E são as organizações de cidadãos que como parte integrante da comunidade conseguem dar respostas às suas necessidades, sejam elas culturais, recreativas, educativas e sociais.

Para Caballo (2001:37) *“[é] necessário compreender o território como um espaço da sociedade civil organizada; o projecto como instrumento para vincular-se com o meio envolvente; a associação como nó de rede para a iniciativa da cidade; as federações como solidariedade, cooperação e serviço; a formação como base da mudança estruturada deste sector; e o autofinanciamento como proposta”*. Apesar de encontrarmos imensas dificuldades no nosso tecido associativo, é fundamental que este se torne sólido e activo, na medida em que é imprescindível nas oportunidades que o território pode oferecer aos seus cidadãos para estabelecer relações directas, especialmente com os serviços sociais e culturais.

O voluntariado é também um factor importante a considerar na implicação de toda a sociedade, pelo que existem autores que defendem que a criação de uma rede dinâmica de associações de cidadãos voluntários (Alfieri;1990). Na perspectiva de Caballo (2001:38) é necessário solicitar o contributo das organizações sem fins lucrativos, pois elas são constituídas por cidadãos, que na maioria das vezes trabalham em regime de voluntariado.

“Cumpra pois incrementar a contribuição das organizações não lucrativas com uma maior implicação de cidadania na gestão descentralizada de serviços e equipamentos, como alternativa para avançar para uma sociedade mais democrática e viável na consecução de um território relacional” (Caballo, 2001:38).

São elas que por vezes representam os interesses de uma comunidade e cooperam com a Administração Local, no sentido de permitir uma melhor qualidade de vida. No entanto, é importante referir que muitas das organizações do 3º sector são subsídio-dependentes e que a delegação de mais competências, implica mais custos, pelo que terá de ser compatível com os recursos das instituições.

Neste território relacional e na operacionalidade da Cidade Educadora através de um *‘Sistema Formativo Integrado’*, surge a estrutura produtiva (pública e privada) que incide de forma decisiva na riqueza e complexidade de experiências que oferece o território e que se faz sentir no fenómeno de participação de recursos privados nas propostas culturais. Efectivamente, a cultura e educação são campos privilegiados de desenvolvimento local, regional e global, e por conseguinte, de investimento por parte da estrutura produtiva (Alfieri,1990; Caballo,2001). É importante frisar que para além do estatuto de mecenato¹⁴ constituem enquanto *‘estruturas produtivas’* espaços socioeducativos, que podem também eles serem catalisados para um Projecto de Cidade Educadora.

Assim, o *‘Sistema Formativo Integrado’* só é possível através da definição clara do espaço de actuação e autonomia de cada um dos actores locais envolvidos (município, escola, estrutura produtiva, tecido associativo e família), para articular com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Território, baseado no diálogo e no conhecimento exaustivo da realidade, de modo a oferecer respostas eficazes e revitalizadoras para o território concreto.

¹⁴ O Estatuto do Mecenato (Dec. Lei 74/99, de 16 de Março, alterado pela Lei nº160/99 de 14 de Setembro) enquadra os vários tipos de donativos, nomeadamente de natureza social, cultural, ambiental, científica e desportiva. Este estatuto realiza-se com vista à criação de um regime claro e incentivador e à definição da modalidade de incentivo fiscal, em sede de IRS e IRC.

Chegámos à recta final da parte teórica que serviu de enquadramento ao estudo por nós desenvolvido, pelo que iremos apresentar algumas das nossas principais reflexões:

- O actual modelo escolar foi concebido num quadro paradigmático que pretendia responder aos desafios de uma sociedade formatada pelo modelo industrial. Com as mutações sociais que ocorreram na nossa sociedade após a II Guerra Mundial, fruto dos processos de globalização e localização surgiu a necessidade de repensar o modelo educativo.
- Com o processo de globalização os centros de decisão afastaram-se dos cidadãos e os decisores tornaram-se anónimos, pelo que se exige o repensar do actual modelo democrático da nossa sociedade, de modo a que seja possível exercer uma cidadania activa.
- Vivemos num país marcado pelo modelo da centralização político-administrativa, que se revelou ineficaz na resolução dos problemas e desafios de uma sociedade globalizada. Desde 1978 que se tem verificado a descentralização de competências para a administração local – escola e município.
- O local passou a ser o *'locus'* de toda a actividade humano e como o *'centro'* de todo o processo de desenvolvimento.
- O lugar politicamente mais próximo dos cidadãos é o município, pelo que este terá de evoluir para modelos de democracia participativa, onde os munícipes são auscultados e tomam decisões sobre os assuntos da sua comunidade.
- A educação não se pode circunscrever a um tempo e a um espaço escolar, esta deve ter como palco a vida e desenrolar-se ao longo de toda a vida dos cidadãos, reclamando assim, outros espaços, tempos e agentes educativos.
- É necessário evoluir para uma sociedade convival e relacional, convertendo a comunidade, numa comunidade aprendente, partindo do pressuposto onde todos os cidadãos têm algo para aprender e algo para ensinar.
- A ideia de cidade educadora visa o desenvolvimento das potencialidades educativas do território, uma vez que realiza um mapeamento de todos os recursos disponíveis, de todas as ofertas socioeducativas e culturais e de todos os agentes educativos.
- A cidade educadora possui um quadro de referências integrador de todas as estratégias de desenvolvimento local que visam a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

SEGUNDA PARTE

COMPONENTE EMPÍRICA



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

CAPÍTULO V

Metodologia



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

1. Fundamentação da Metodologia do Estudo

A investigação em educação também sofreu influência das mudanças paradigmáticas referidas no primeiro capítulo, evoluindo de uma análise impressiva para uma sistemática, de uma metodologia quantitativa baseada em questões mensuráveis – teste de hipóteses e análise estatística – para uma metodologia qualitativa – centrada na descrição, indução e análise de conteúdo.

Para estudar a educação no concelho de Sever do Vouga, escolhemos uma abordagem qualitativa, não descurando dados de natureza quantitativa produzidos em outros estudos sobre o concelho, porque nos permitia analisar os dados de uma forma indutiva. Bogdan e Biklen (1994) comparam este processo a um funil, onde no início as coisas estão abertas e à medida que a investigação prossegue, as reflexões tornam-se mais fechadas e específicas. Assim, começámos por recolher os dados com recurso a entrevistas e análise documental, sobre os quais fizemos análises empíricas e lógicas, que permitiram a construção de um quadro teórico descritivo, em constante reconstrução, que ganhou forma à medida que o estudo foi prosseguindo e as reflexões se tornavam mais consistentes (McMillan e Schumacher; 1989). Vários autores (Glaser e Strauss, 1967; Bogdan e Biklen, 1994) designam esta teoria, construída a partir da base, por *Teoria Fundamentada (Grounded Theory)*, na medida em que o investigador vai recolhendo diferentes peças individuais, estabelecendo inter e intra-relações entre as diferentes partes.

A fonte directa de dados é o ambiente natural e o investigador constitui o principal instrumento de recolha e análise dos dados, o que pressupõe uma familiaridade com o contexto empírico. Propusemo-nos a estudar a organização territorial da educação do concelho de Sever do Vouga, à luz dos conceitos de '*Cidade Educadora*' e '*Centros Cívico-educativos*', o que exigiu uma análise do objecto na sua globalidade, porque qualquer tentativa de sectorização ou delimitação, implicaria uma visão redutora do mesmo. Para esta visão da globalidade das dinâmicas socioeducativas do concelho, contribuiu a sociabilidade e familiaridade da autora com o contexto, na medida em que exerce a sua actividade profissional no concelho desde 2003, na área de educação para o desenvolvimento de comunidades rurais.

Um investigador para conhecer o seu objecto de estudo e produzir conhecimento, terá de fazer um conjunto de opções metodológicas e aplicar técnicas que lhe permitam a recolha e tratamento de dados. Neste sentido, iremos proceder à explicitação e fundamentação do plano de investigação por nós escolhido.

1.1. Objecto de Estudo: Sever do Vouga como município educador

*“Uma investigação é, por definição algo que se procura.
É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser
aceite como tal, com todas as hesitações, desvios, e incertezas
que isso implica”.*

(Quivy e Campenhoudt, 1998)

Pelo exposto anteriormente, decidimos desenvolver um estudo sobre o conceito de ‘Cidade Educadora’, elegendo o município de Sever do Vouga, enquanto membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

O território definido por este estudo é ‘*rurbano*’¹⁵, disperso e de baixa densidade populacional, o que constitui por si próprio um objecto particularmente desafiador para uma (re)organização territorial da educação em ‘*Centros Cívico-educativos*’.

Conscientes da complexidade do nosso objecto de estudo, definimos como objectivos:

- Identificar e caracterizar as dinâmicas socioeducativas locais e de modo a serem equacionadas à luz do conceito de ‘*Cidade Educadora*’;
- Identificar os recursos que podem ser mobilizados para uma (re)organização territorial da educação do concelho, baseada em ‘*Centros Cívico-educativos*’.

Para o seu desenvolvimento, partimos do trabalho desenvolvido pelo município de Sever do Vouga, através da análise dos principais documentos estratégicos do concelho, que sustentaram as opções metodológicas, a construção dos instrumentos de recolha de dados e a selecção dos actores locais a auscultar.

1.2. Estudo de Caso: a educação no município de Sever do Vouga

*“(...) o caso é construído durante o
processo de estudo; ele só se materializa
enquanto caso, no relatório final, onde fica
evidente se ele se constitui realmente num
estudo de caso”.*

(Lüdke e André, 1986)

¹⁵ Para Cavaco e Moreno (2006:4) o ‘*rurbano*’ pode referir-se a um espaço que já foi considerado rural e que compreende povoações que ganharam população, empregos, actividades e funções próprias da cidade ou a um conjunto de pessoas que desenvolvem modos de vida e de trabalho em lugares urbanos e que se deslocam à aldeia e trabalham na agricultura para consumo próprio. Por tudo isto, é difícil fazer uma separação objectiva entre o rural e o urbano, porque estes estão interligados por fluxos de pessoas, bens, capital e informação.

Atendendo à nossa opção por uma abordagem de índole qualitativa, à especificidade do objecto de estudo, aos objectivos que nos propusemos alcançar e à inexperiência da autora, a escolha do método recaiu no estudo de caso.

Definir *'estudo de caso'* é uma tarefa que não se revela fácil, pois não existe consenso na comunidade científica, limitando-se a apresentar definições generalistas. Da bibliografia compulsada, foi possível compreender algumas das suas características que nos ajudam a defini-lo como um *'estudo de um caso'* (Bogdan e Biklen, 1994). Isto porque, independentemente da particularidade ou da complexidade do caso, é bem *'delimitado'* (Lüdke e André, 1996), exigindo uma *'investigação empírica'* (empirical inquiry) (Yin, 1994) e uma *'observação detalhada'* (Bogdan e Biklen, 1994) em *'contexto real'* (real-life context) (Yin, 1994).

Segundo Lüdke e André (1986:17-20) as características de um estudo de caso podem sobrepor-se às da investigação qualitativa: visam a descoberta; enfatizam a *'interpretação em contexto'*; buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; usam uma variedade de fontes de informação; revelam uma experiência vicária¹⁶ que permite generalizações naturalísticas; procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; nos seus relatos do estudo utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

O interesse do estudo de caso, incide, portanto, naquilo que ele tem de único, de particular e mesmo que se venham a verificar certas semelhanças com outros casos, o seu propósito é analisar e compreender algo singular, que tenha um valor em si mesmo. Assim, o nosso caso é o *'município Educador de Sever do Vouga'* onde nos propusemos compreender as dinâmicas socioeducativas e equacionar uma proposta de (re)ordenamento territorial com base nos conceitos de *'Cidade Educadora'* e *'Centros Cívico-educativos'*, que exigiu um conhecimento dos recursos locais que poderiam ser mobilizados para as *'plataformas socioeducativas'*.

Após a delimitação do nosso estudo, começámos por efectuar a leitura dos principais Planos Estratégicos do município, que nos permitiram ter uma visão da realidade e dos recursos existentes. De seguida auscultámos os vários actores locais envolvidos na organização territorial da educação do concelho, para conhecer os seus

¹⁶ Não se pode considerar o estudo de caso como uma amostra representativa de algo. Contudo, os processos indagados podem ser transpostos para outras situações, tendo em consideração as características do próprio contextos.

diferentes pontos de vista e recolher propostas para um modelo mais inclusivo e participativo.

Psathas (1973) citado por Bogdan e Biklen (1994:53) referem que o objectivo é compreender a (inter)subjectividade das acções dos actores, compreendendo o seu quotidiano, os significados que lhe atribuem e o modo como são construídos. Para além da (inter)subjectividade inerente aos actores locais e à forma como estes percebem a realidade, existe a subjectividade inerente ao próprio investigador e à forma como este lê a realidade. Na tentativa de minimizar os efeitos da subjectividade do investigador, tentámos ao longo do nosso estudo preservar os discursos das várias tipologias de actores – autárquicos, escolares e associativos – que sustentam as nossas interpretações.

Um estudo de caso é de difícil replicação, uma vez que na maioria dos casos o principal instrumento é o próprio investigador, não sendo possível replicar ou reconstruir o caso em si. Para Yin (1994) a questão da fidelidade não pode deixar de ser colocada se queremos que o estudo seja reconhecido, daí que sugira uma descrição pormenorizada de todos os passos, de modo a que outros investigadores o possam repetir em contextos comparáveis. Nesta linha de raciocínio, o estudo de caso deve ser visto pela sua singularidade e especificidade, não podendo ser generalizado a nenhum outro. Não podemos retirar deste estudo de caso, dados generalistas, que possam ser aplicados à generalidade das cidades/municípios educadoras(es), pois as informações recolhidas dizem respeito ao município de Sever do Vouga.

O presente estudo, designámo-lo por exploratório, não só pelas limitações temporais, mas também espaciais e financeiras que envolveriam um estudo mais aprofundado e participado sobre o conceito de *'Cidade Educadora'*.

1.3. Dispositivo Metodológico

Para compreender de forma abrangente o nosso objecto de estudo e alcançar os objectivos propostos, concebemos um dispositivo metodológico, onde tivemos em atenção as limitações em termos de tempo e recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis.

1.3.1. Instrumentos de Recolha de Dados

“O instrumento é apenas a ferramenta que (...) permite recolher a informação, mas é importante que seleccione a ferramenta mais apropriada”.

(Bell, 1993:88)

Tendo em atenção as razões apontadas anteriormente, foram seleccionadas as seguintes técnicas de recolha de dados: Análise Documental e a Entrevista Semi-estruturada. Para uma melhor compreensão das razões que conduziram à escolha destes instrumentos, apresentamos uma breve síntese.

Análise Documental

A Análise Documental procura informações relativas ao município de Sever do Vouga, em documentos produzidos pela autarquia, uma vez que nos podem fornecer dados relevantes para o devido conhecimento da instituição e das estratégias de intervenção. Por outro lado, são documentos elaborados pelos responsáveis do contexto em análise, o que nos permite compreender como o percebem e caracterizam.

Existem várias vantagens na aplicação deste instrumento, porque os documentos constituem *“(...) uma fonte estável e rica”*, que podem ser consultados quantas as vezes as necessárias e de baixo custo. Esta fonte *‘natural’* dá informações sobre o objecto de estudo, com a particularidade de serem contextualizadas, ou seja, surgem num determinado contexto, oferecendo informações sobre o mesmo. Outra vantagem dos documentos é que estes constituem uma *“fonte não reactiva”*, ou seja, permitem obter informações sem um contacto directo com os actores locais (Lüdke e André, 1986:39).

“[U]ma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos de investigação escolhidos” (Ibidem).

Apesar das vantagens mencionadas anteriormente, é importante não esquecer as desvantagens. A primeira crítica que lhe tecemos é que os “(...) *documentos são amostras não representativas dos fenómenos estudados*”, limitando-se a dar as perspectivas dos seus responsáveis, sendo evidente a “(...) *sua falta de objectividade e sua validade questionável*” (Ibidem:40).

No âmbito desta investigação foram tidos como documentos de análise: Diagnóstico Social; Carta Educativa; Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho; Monografia de Sever do Vouga e colecção “*Legados de Sever do Vouga*”. Foram também analisadas monografias, brochuras, roteiros, projectos educativos e planos de actividades fornecidos pelos actores associativos e escolares auscultados. Estes documentos permitiram um conhecimento da realidade socioeducativa e económica do concelho e a tomada de decisão relativamente aos instrumentos de recolha de dados a utilizar, eixos de análise e dos actores a auscultar.

Entrevista

Dos instrumentos existentes para a recolha de dados, a entrevista é o mais utilizado, porque permite ao investigador retirar informações imediatas, acedendo ao grau de profundidade desejado para o esclarecimento da questão.

O contacto directo entre investigador e entrevistado permite uma troca de percepções e interpretações de um dado acontecimento, permitindo-lhe assim a recolha de um grande número de informações que não era possível com outro método (Quivy e Campenhoudt, 1998).

No decorrer do estudo utilizámos dois tipos de entrevista: a exploratória, realizada ao Vice-presidente/Vereador da Educação com o objectivo de recolher o máximo de informação sobre a Administração Local da Educação e a semi-estruturada a actores autárquicos, associativos e escolares¹⁷.

Os guiões de entrevista foram construídos especialmente para este estudo de caso e tiveram como eixos de análise: a organização territorial da educação no concelho; auscultação dos actores locais relativamente às perspectivas futuras da educação e posicionamento em relação à ‘*Cidade Educadora*’; e, uma organização em ‘*Centros Cívico-educativos*’.

O recurso às entrevistas semi-estruturadas como principal instrumento de recolha de dados, leva-nos a avaliar as suas limitações e a tentar introduzir algumas

¹⁷ Ver Apêndice I – Guiões de entrevista semi-estruturada

acções no sentido de minimizar os enviesamentos. Neste sentido, foi enviada uma carta a todos os actores, solicitando uma entrevista e apresentando algumas das questões orientadoras.

Num segundo momento, foram contactados por telefone onde se deu a conhecer os objectivos do estudo, a razão da selecção e agendada uma data para a realização da entrevista.

No momento da entrevista foram apresentados os seus objectivos, as condições de utilização dos dados e da forma como se iria proceder em relação à confidencialidade dos dados. Alguns actores ficaram apreensivos, menosprezando a importância do seu contributo, sendo necessário encorajá-los, no sentido de que o estudo se centrava num contexto onde exerciam a sua actividade profissional, tendo um papel activo na educação.

Após a sua transcrição, foi remetida aos actores, para introduzirem todas as alterações que consideravam necessárias, bem como, explicitar aspectos que não tinham sido compreendidos na sua transcrição. O processo culminou com a assinatura de um protocolo com as condições de utilização dos dados¹⁸.

Com todo este processo, pretendíamos criar um clima de confiança e transparência, relativamente ao modo como os dados eram recolhidos, analisados e divulgados, bem como, empatia com o entrevistado. No entanto, não podemos descurar o facto de a interacção *'entrevistador-intervistado'* possa conduzir a situações menos rigorosas, como, por exemplo, o entrevistado responder de acordo com o quadro de referência do entrevistador.

No decorrer das várias entrevistas foram introduzidas algumas acções de melhoria, nomeadamente: colocar uma questão e deixar que o entrevistado se expressasse livremente sem interferir no seu discurso; não seguir o guião de uma forma rígida, com o objectivo de o entrevistado responder a todas as suas questões, auscultando-o apenas nos aspectos cruciais para o estudo, de modo a serem comparados aos de outros actores; e, na sequência das entrevistas procederam-se a registos para ajudarem na interpretação dos dados recolhidos à *posteriori*.

Para a escolha dos actores locais contribuíram vários factores, nomeadamente: papel da instituição na estratégia de educação do concelho; actores com capacidade de decisão ao nível das funções que desempenham; e, garantir a diversidade de instituições. Na sequência da realização das entrevistas constatámos que estes actores locais, para além das razões porque foram seleccionados, desempenhavam

¹⁸ Ver Apêndice II – Transcrição das entrevistas semi-estruturadas

outras funções no concelho, o que nos garante uma maior representatividade dos dados recolhidos.

Vejam os quadros nº3 que apresentam um resumo com a caracterização dos actores entrevistados.

Código	Instituição	Tipologia de Actor	Função na instituição	Outras Funções desempenhadas no concelho	Data da Entrevista
Ent.1	Câmara Municipal de Sever do Vouga	Autárquico	Vice-Presidente e Vereador da Educação, Juventude, Cultura, Desporto, Ambiente, Turismo	Membro da Assembleia de Escola; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal da Juventude; CPCJ; VOUGAPARK;...	7 Maio de 2007
Ent.2	Centro de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga	Associativo (IPSS)	Directora	Ex-técnica do ensino recorrente Associação de Pais Professora do 1º CEB	14 Setembro de 2007
Ent.3	Associação Cultural e Recreativa de Sever do Vouga	Associativo (ACR)	Presidente da Direcção	Funcionário Público na Repartição de Finanças	19 Setembro 2007
Ent.4	Fundação Bernardo Barbosa de Quadros	Associativo (IPSS)	Presidente do Conselho de Administração	CPCJ Associação de Pais Membro da LANCE- Liga de Amigos de Couto de Esteves Professora do 1º CEB	28 Setembro de 2007
Ent.5	Escola Secundária de Sever do Vouga	Escolar	Presidente do Conselho Executivo	Assembleia de Escola Professora de Filosofia Membro da Confraria de Sever do Vouga	30 Outubro de 2007
Ent.6	Câmara Municipal de Sever do Vouga	Autárquico	Técnica do Gabinete de Acção Social	CPCJ VOUGAPARK	5 Novembro de 2007
Ent.7	Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga	Escolar	Vice-presidente responsável pelo 2º e 3º CEB	Professora de Português do 2 e 3º CEB	14 Novembro de 2007
Ent.8	Solidários- Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário	Associativo (ADL)	Secretário-geral da Direcção	Membro da Rede Social de Sever do Vouga	3 Dezembro de 2007
Ent.9	Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga	Escolar	Presidente	CPCJ Assembleia de Escola Professora do 2 e 3º CEB	4 Dezembro de 2007

Fonte: Própria

Quadro nº 3 – Actores Locais auscultados

As entrevistas decorreram entre Maio e Dezembro de 2007 e foram condicionadas pela disponibilidade dos actores.

Em termos metodológicos, procurou-se garantir também o efeito de triangulação: triangulação de instrumentos de recolha de dados, combinando as entrevistas e a

análise documental; triangulação de actores, combinando autárquicos, escolares e associativos; triangulação dos elementos empíricos, contrastando os dados de diferentes fontes; triangulação da análise e interpretação dos dados com as perspectivas teóricas.

Com base nas conclusões que retirámos do presente estudo e das diferentes visões sobre a dinâmica socioeducativa do concelho de Sever do Vouga, construímos uma proposta de (re)ordenamento territorial da educação, que foi submetida a discussão. De Abril a Julho de 2009 procedeu-se à apresentação da proposta de (re)organização territorial da educação do concelho de Sever do Vouga, junto dos actores locais e especialistas na área das Ciências da Educação.

Os actores locais foram seleccionados com base nas funções que desempenhavam no concelho, tendo-se decidido escolher um autárquico e um associativo. Decidimos não recolher a opinião dos actores escolares, uma vez que as escolas locais se encontravam no processo de eleição dos seus dirigentes, pelo que corríamos o risco de os actores entrevistados já não se encontrarem no exercício das suas funções.

No que se refere aos especialistas em Ciências da Educação, foi proposto: à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras que se pronunciasse sobre a proposta, devido ao facto de esta constituir um aprofundamento do conceito de *'Cidade Educadora'*; ao orientador do presente estudo, pelo trabalho desenvolvido ao nível do conceito de *'Centros cívico-educativos'*; e, a um profissional na área das Ciências da Educação, devido ao conhecimento da dinâmica socioeducativa do concelho de Sever do Vouga.

Para a realização da entrevista, foram propostas duas modalidades: uma presencial, na qual a autora do presente estudo faria uma apresentação da proposta de (re)ordenamento territorial da educação do concelho de Sever do Vouga e de seguida colocaria em discussão os pontos fortes e fracos da proposta, bem como as mudanças que seria necessário introduzir, tirando posteriormente notas do seu posicionamento; ou, a emissão de um parecer por escrito, que deveria contemplar as três questões orientadoras referidas anteriormente¹⁹.

Os entrevistados 10 e 11 optaram por entrevista presencial. No primeiro caso, foi apresentada a proposta e depois foi solicitada uma leitura mais atenta por parte do entrevistado, para emissão de um parecer por escrito. No segundo caso, foi realizada

¹⁹ Ver Apêndice III- Guião para discussão da proposta

uma entrevista, na qual se retiraram algumas notas. Os entrevistados 12,13 e 14 emitiram o parecer escrito²⁰.

Código	Instituição	Tipologia de Actor	Função na instituição	Outras Funções desempenhadas no concelho	Data de Emissão do Parecer
Ent.10	Solidários – Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário	Associativo (ADL)	Secretário-geral da Direcção	Membro da Rede Social de Sever do Vouga	5 Maio de 2009
Ent.11	Centro de Novas Oportunidades	Especialista em Ciências da Educação	Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação – especialização em Educação e Desenvolvimento Social	Professora do Ensino Secundário; Técnica de Reconhecimento e Validação de Competências; Formadora; Investigadora; e, Consultora	14 Maio de 2009
Ent.12	Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras; Câmara Municipal de Torres Novas	Especialista em Cidades Educadoras	Membro da Comissão de Coordenação; Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Torres Novas		29 de Maio de 2009
Ent.13	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra	Especialista em Ciências da Educação e Cidades Educadoras	Investigador Presidente do Conselho Científico Docente		9 Julho 2009
Ent.14	Câmara Municipal de Sever do Vouga	Autárquico	Vice-Presidente e Vereador da Educação, Juventude, Cultura, Desporto, Ambiente, Turismo	Membro da Assembleia de Escola; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal da Juventude; CPCJ; VOUGAPARK;...	20 de Julho de 2009

Fonte: Própria

Quadro nº4 – Discussão da proposta

O processo de investigação teve início em Outubro de 2006 e a sua conclusão em Julho de 2009, atravessando várias fases: o trabalho exploratório, a recolha de dados, a redução e análise de dados, apresentação dos resultados e discussão dos dados.

1.3.2. Análise de Conteúdo das Entrevistas

O tratamento e a interpretação de dados constituem uma das fases mais relevantes num estudo qualitativo. Esta é, na nossa opinião, a fase que mais exige do investigador, porque é através da interpretação dos dados recolhidos pelas técnicas

²⁰ Ver Apêndice IV- Pareceres

descritas anteriormente, que tenta construir um conhecimento válido sobre o seu objecto de estudo.

Como os dados recolhidos são, na sua grande maioria de natureza descritiva, confrontamo-nos com dificuldades acrescidas na sua análise, pois temos que encontrar uma série de processos que nos permitam a sua redução em unidades de registo e a respectiva triangulação.

Bogdan e Biklen (1994:205) fundamentam esta ideia ao afirmar que a análise de dados

“(...) é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”.

A análise de dados não é mais do que o reagrupar e sistematizar de toda a informação recolhida, com o objectivo de interpretar e responder aos objectivos que nos propusemos alcançar.

Os métodos de tratamento e de interpretação dos dados são bastante diversificados, compete ao investigador, defini-los claramente, de acordo com o seu quadro metodológico. No caso concreto deste estudo, recorreremos à Análise de Conteúdo para tratar os dados recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas.

Lessard-Hérbert (1996:137), por sua vez, considera que a Análise de Conteúdo é uma operação intelectual, que consiste na decomposição de um todo nas suas partes, com o propósito de fazer a descrição e de procurar as relações entre essas partes.

Bardin (1977:42) define-a como um *“(...) conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência²¹ de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.*

Vala (1990) defende que é um *‘processo inferencial’*, na qual os dados são dissociados da mensagem, a que estavam inicialmente agregados, passam a sustentar os objectivos e as linhas orientadoras da investigação. Tudo isto, conduz ao surgimento de um novo discurso, este elaborado pelo investigador em plena sintonia com o objecto de estudo. Assim, trata-se da *“(...) desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de*

²¹ A inferência consiste numa *“(...) operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras”* (Bardin, 1977:39). Neste sentido, a análise de conteúdo é inferência de conhecimento, ou seja, a dedução lógica de conhecimentos, relativos à interpretação de dados.

traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (...)” (Vala, 1990:104). O processo inferencial da análise de conteúdo pode ser traduzido pela seguinte figura:

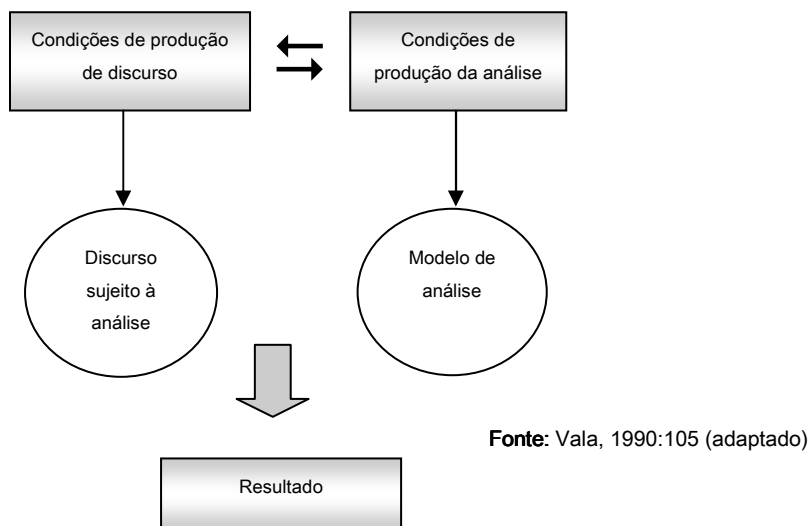


Figura nº 7- Processo Inferencial de análise de conteúdo

Para Lüdke e André (1986:45) a análise implica dois momentos: o primeiro consiste na organização de todo o material, dividindo-o em partes e procurando possíveis relações entre partes; num segundo, as relações são avaliadas, estabelecendo-se inferências entre elas. Assim, e sintetizando toda a informação supracitada, estaremos em condições de caracterizar a análise efectuada por nós, no processo de tratamento e interpretação dos dados recolhidos.

Após a definição do *corpus teórico* para a análise dos dados recolhidos é necessário definir as categorias. Para Vala (1990:111) a categoria é um “(...) *termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito (...)*”.

A categorização é um processo complexo, que realizamos no quotidiano, com roupas, comidas, jogos, etc. Tendemos a organizar os objectos de acordo com as suas características.

Bardin (1977:117) considera-a “(...) *uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos*”. Tem como principal objectivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos. Agrupam-se os diversos elementos discursivos dispersos nos dados brutos, fazendo convergir o discurso dos actores ao objecto de estudo.

“A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem dos dados brutos a dados organizados), não introduz desvios (...) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, a nível dos dados brutos” (Ibidem:119-120).

No entanto, não devemos descurar possíveis equívocos, resultantes da subjectividade do investigador, que reduz e interpreta os dados.

Existem boas e más categorias. Um conjunto de categorias boas, deve possuir as seguintes qualidades: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência; a objectividade, a fidelidade e a produtividade (Bogdan e Biklen; 1994).

A Matriz de Categorização de Dados²² por nós construída, segue as indicações de Bogdan e Biklen (1994: 220-232) e está dividida em diferentes níveis: categorias centrais, categorias, subcategorias e itens.

Na sua concepção tentámos evitar a sobreposição de diferentes códigos, ou seja, que uma mesma unidade de registo seja válida para uma só categoria. Por outro lado, esforçámo-nos por uma categorização exaustiva, por conhecermos as vantagens para o processo de redução. Esta matriz deu origem a uma Matriz de Redução de Dados²³. O seu aspecto gráfico assemelha-se à Matriz de Categorização, contendo a única excepção de compreender as unidades de registo.

Vala (1990:114) define unidades de registo como *“(...) o segmento determinado do conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria”*. Verdadeiramente, foram transcritas as citações mais relevantes dos dados recolhidos nas várias entrevistas, para caracterizar a realidade através do discurso dos actores locais. Assim, as interpretações e as inferências basear-se-ão no discurso dos actores.

Dado o volume de dados recolhidos com as entrevistas semi-estruturadas, tivemos a necessidade de fazer uma segunda triagem dos dados, onde construímos uma Grelha de Sistematização de Dados²⁴, onde apareciam as unidades de registo relevantes para os objectivos propostos e se assinalava a sua significância – conteúdo, frequência ou outro, que nos ajudaram a desenvolver a componente empírica deste estudo.

²² Ver Apêndice V – Matriz de Categorização de Dados

²³ Ver Apêndice VI – Matriz de Redução de Dados

²⁴ Ver Apêndice VII – Matriz de Sistematização de Dados

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

CAPÍTULO VI

Contexto Empírico



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

1. Caracterização do Município Educador

O território que hoje se apresenta como o concelho de Sever do Vouga possui marcas da passagem de diversos povos, entre eles, os Romanos (séc. I), Visigodos (séc. V) e os Suevos (séc. VI). Em 1514, o rei D. Manuel concedeu-lhe a designação de *'Vila do Vouga'* e meses depois, a *'Carta Foral de Sever do Vouga'*. Nos séculos seguintes, ocorreu um fortalecimento do Poder Local através da expansão dos antigos aglomerados e construção de edifícios representativos (ex: estruturas religiosas, pelourinhos e casas aristocratas).

A industrialização (séc. I) também marcou positivamente o concelho, através da construção da Linha do Vale do Vouga e da exploração de minérios (ex: chumbo, cobre, estanho e volfrâmio).

Ao longo do séc. e início do século I, a dinâmica económica não se alterou profundamente, mantendo-se algumas das formas tradicionais, como é o caso da agricultura e da silvicultura.

Neste ponto, apresentamos a caracterização socio-económica do concelho de Sever do Vouga, bem como dos recursos disponíveis que podem ser mobilizados para uma Projecto de Cidade Educadora.

1.1. Sever do Vouga... um território de interior litoral

"Desta situação privilegiada resultam seculares características paisagísticas que conferem a Sever do Vouga uma natureza etno-cultural única, reflectida no património edificado e popular".

(Figueiredo, 2005)

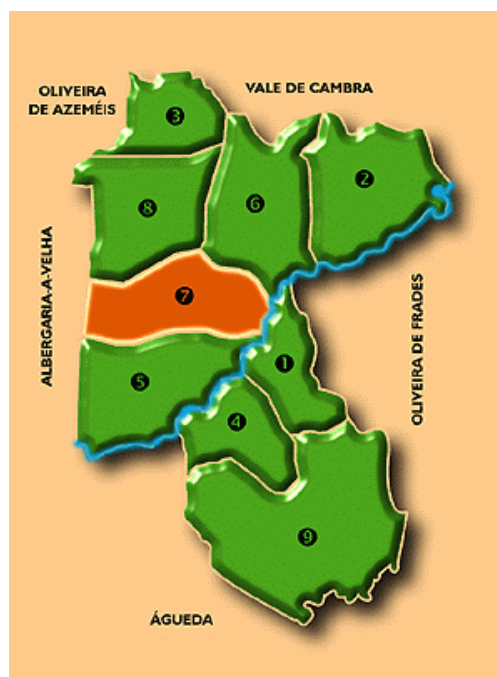
O concelho de Sever do Vouga encontra-se situado no limite oriental do distrito de Aveiro, confronta com os concelhos de Gueda, Albergaria-a-Velha, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Oliveira do Frades. Beneficia da proximidade a alguns centros urbanos, nomeadamente, Aveiro (50km), Porto (110km) e Coimbra (100km), bem como, de dois dos principais eixos rodoviários portugueses, como a A1 (liga Lisboa-Porto) e a A25/IP5 (que constitui uma das principais vias de acesso para a Europa).



Fonte: <http://membros.aveiro-digital.net/acscouto/rockinrodo/mapa-couto.htm>; acessido a 21 Outubro de 2007

Figura nº 8 – Mapa do Concelho de Sever do Vouga

Possui uma área de 129,6km², com características marcadamente rurais e uma orografia bastante peculiar, onde cerca de 75% do território é mancha florestal e 70% desta, apresenta mais de 30% de inclinação e os solos são na sua maioria REN – Reserva Ecológica Nacional – a que acrescem as áreas de RAN – Reserva Agrícola Nacional. Constitui um espaço de transição entre a serra e o litoral, encravado nos sistemas montanhosos que se prolongam da Gralheira e do Caramulo às serras do Arestal e Talhadas, atravessados pelo rio Vouga (NE/S) e por vários afluentes (entre eles o rio Teixeira, Lordelo, Gresso e Mau) que lhe confere características geomorfológicas e culturais, típicas de uma região de interior²⁵.



Legenda: (1) Cedrim do Vouga; (2) Couto de Esteves; (3) Dornelas; (4) Paradela do Vouga; (5) Pessegueiro do Vouga; (6) Rocas do Vouga; (7) Sever do Vouga; (8) Silva Escura; (9) Talhadas

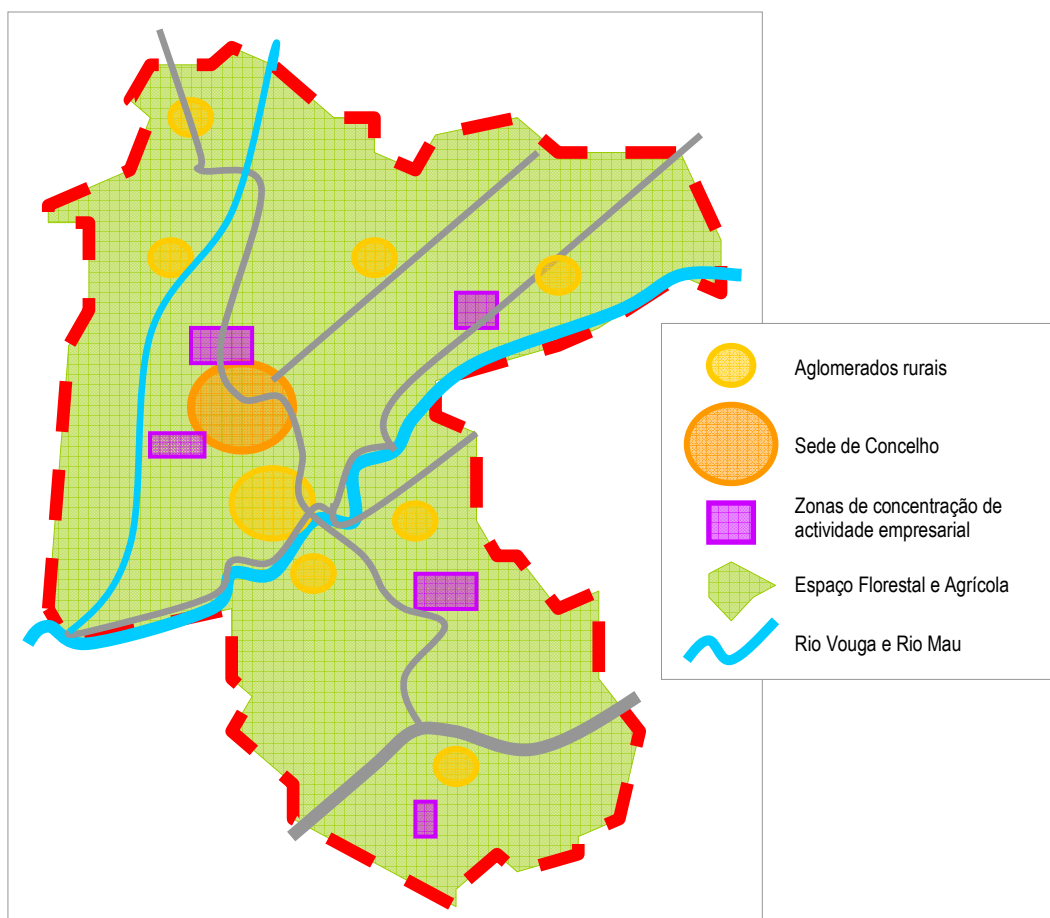
Fonte: http://www.sevrouga.net/freg_sever.htm;
accedido a 5 de Março de 2008

Figura nº 9 – Mapa com as freguesias do município de Sever do Vouga

²⁵ Administrativamente, Sever do Vouga faz parte da Beira Litoral e ao NUT III do Baixo Vouga.

Este concelho, como o mundo rural em geral, é um cenário de contrastes. No caso concreto, os contrastes são hoje visíveis e estão a acentuar-se, entre a sede do concelho e as freguesias mais dispersas e isoladas. Os maiores aglomerados populacionais situam-se na Vila (Sever do Vouga) e freguesias circundantes (Rocas do Vouga e Pessegueiro do Vouga).

As freguesias distribuem-se, segundo a tipologia de áreas Urbanas²⁶, entre as categorias de área Medianamente Urbana (AMU) e área Predominantemente Rural (APR). A maioria corresponde à categoria área Predominantemente Rural, pois apresentam uma população inferior a 2000 habitantes (INE, 2001).



Fonte: Carta Educativa do município de Sever do Vouga (2006:28)

Figura nº 10 – Esquema Funcional Concelho

²⁶ Note-se que esta categorização utiliza o critério de densidade populacional e tem a freguesia como unidade geográfica de análise (Fonte: INE e DGOTDU, Tipologia de áreas Urbanas).

1.2. Os Actores Locais... a força motriz do desenvolvimento local

Segundo os Censos de 2001, Sever do Vouga tem uma população residente de 13186 habitantes, sendo a população feminina maioritária com 6836 indivíduos. Na última década, verificou-se um decréscimo populacional de cerca de 5%, devido à diminuição da população com a faixa etária dos 0 aos 14 anos (CMSVV,2006).

Freguesia	Grupos Etários				
	HM	0-14	15-24	25-64	65>
Cedrim	995	136	169	499	191
Couto de Esteves	1995	145	164	502	244
Paradela do Vouga	797	146	126	402	123
Pessegueiro do Vouga	1906	275	293	972	366
Rocas do Vouga	1977	328	281	971	397
Sever do Vouga	2728	469	397	1425	437
Silva Escura	1738	273	215	911	399
Talhadas	1328	198	217	648	265
Dornelas	662	92	78	357	135
Total (concelho)	13186	2062	1940	6687	2497

Fonte: INE – Censos 2001

Quadro nº 5 – População Residente no Concelho em 2001 por grupos etários e freguesias

A freguesia de Sever do Vouga, devido à sua centralidade geográfica e concentração de bens e serviços é a que apresenta maior número de habitantes, bem como, a que tem valores mais elevados de população juvenil e em idade escolar (0-24 anos). Apenas esta freguesia registou uma dinâmica populacional de crescimento entre 1991 e 2001, em termos de alojamentos familiares e edifícios (CMSVV,2006).

Freguesia	Área (km²)	Densidade Populacional em 2001	População Residente				Variação da população	Índice de Envelhecimento	Taxa de Natalidade
			1991		2001				
			Total	Mulheres	Total	Mulheres	1991-2001	2001	2001
Cedrim	8,47	117,5	1056	542	995	512	-61	140,44	16,8
Couto de Esteves	16,95	62,2	1299	672	1055	538	-244	168,27	15,2
Paradela	9,31	85,6	846	427	797	414	-49	84,24	2,5
Pessegueiro	16,01	119,1	2016	1060	1906	972	-110	133,09	5,7
Rocas do Vouga	15,71	125,8	2072	1078	1977	1039	-95	121,03	7,6
Sever do Vouga	12,36	220,7	2590	1364	2728	1437	138	93,17	8,1
Silva Escura	14,24	122,1	1841	996	1738	917	-103	124,17	11,5
Talhadas	29,12	45,6	1391	713	1328	667	-63	133,83	9,8
Dornelas	7,68	86,2	715	366	662	340	-53	146,73	6
Concelho	129,6	101,7	13826	7218	13186	6836	-640	127,21	8,4

Fonte: INE, Censos da população 1991 e 2001

Quadro nº 6 – Evolução da população Residente no Território

Uma comparação da evolução da população em termos etários, entre os censos de 1991 e 2001, leva-nos a constatar um ligeiro estreitamento da base da pirâmide e um progressivo alargamento do topo, o que nos parece estar associado à diminuição da taxa de natalidade e ao aumento da população idosa (variação positiva de 17), condicionando a renovação das gerações (variação negativa de 15,8).

O envelhecimento é mais acentuado nas freguesias mais distantes da sede do concelho, nomeadamente Couto de Esteves (168,27), Dornelas (146,73) e Cedrim (140,44).

O saldo das migrações interno é negativo (-8,29), o que significa que o concelho não se demonstra suficientemente atractivo para fixar a população (Ibidem).

1.3. As Dinâmicas Socioeconómicas... as actividades geradoras de rendimento

Relativamente à distribuição da população activa pelos sectores de actividade, cerca de 7,5 concentra-se no sector primário (agricultura), 53 no sector secundário (indústria) e 39,6 no sector terciário (comércio e serviços) (CCDRC,2006).

A agricultura no concelho é essencialmente de minifúndio devido às características geomorfológicas, conferindo-lhe um estatuto de agricultura familiar. A perda do seu peso económico, não foi compensada com a introdução de novas actividades geradoras de rendimentos, o que conduz a um progressivo abandono do campo. No entanto, apesar de a produção agrícola ter um valor de mercado diminuto, a actividade agrícola permanece como um eixo central de estabilidade para as unidades familiares deste território, mitigando muitas das vezes a insegurança dos mercados de trabalho industriais, susceptíveis de ciclos mais ou menos longos de desemprego (Baptista, 2007:29).

Nos Censos de 2001 assinala-se, ao nível do concelho, uma diferença de 646 indivíduos entre os valores da População Residente (13186) e População Presente (12540), o que nos leva a especular que corresponda à saída de uma grande parte da população activa, na maioria homens, em busca de melhores condições económicas nos concelhos vizinhos e estrangeiro. As freguesias de Couto de Esteves e Silva Escura são as que registam maior declínio populacional (ver quadro nº6).

As mulheres constituem o grupo dominante (52) e mais estável nas aldeias, assegurando as tarefas da agricultura de subsistência, actividades domésticas e cuidado das crianças e idosos.

O sector secundário é aquele que tem tido maior influência no desenvolvimento socio-económico do concelho. Atendendo à sua dispersão geográfica, possui seis zonas industriais – Talhadas, Irijó, Padrões, Cedrim, Dornelas e Gândara. De acordo com os últimos censos, o concelho possuía 221 indústrias transformadoras e 80 sociedades, sendo a maior parte, micro e pequenas empresas, no ramo da metalurgia de base e de produtos metálicos (101), seguindo-se a indústria da madeira (45) e indústria alimentar (25) (Censos, 2001). Este sector e designadamente o das indústrias metalomecânicas têm condições para crescer, estando instaladas na região grandes empresas nacionais, como por exemplo a A. Silva Matos e a Martifer.

Em 2001, a taxa de actividade era de 52,9 para os homens e de 34,9 para as mulheres. Do total de população residente desempregada, 64,8 são mulheres, fixando a taxa de desemprego em 3,6 para os homens e 9,3 para as mulheres (Censos, 2001).

Entre os anos 1991 e 2001 houve um aumento pouco significativo da taxa de actividade no concelho (0,4), que é assumido pelas fontes oficiais como a maior preocupação no contexto do desenvolvimento económico e social. Segundo o Plano Operacional Regional de Sever do Vouga,

“[a] actividade económica apresenta debilidades e o desemprego estrutural persiste, abrangendo os trabalhadores sem qualificação e os recém-formados.

Sendo a taxa de desemprego um dos indicadores mais paradigmáticos para balizar os níveis de pobreza numa determinada região, os dados oficiais mais recentes apontam para valores abaixo dos da média do distrito, isto é de 8,40 para 8,80 . Todavia, estes dados não revelam a situação de precariedade profissional a que muitos trabalhadores, em especial as mulheres estão votadas e por outro lado, não evidencia o emprego informal, resultante de práticas indiferenciadas, que vão desde a construção civil, à prestação de serviços indiferenciados em vários sectores, quer da agricultura, quer dos serviços domésticos e afins, e que, no contexto das economias familiares, representam um contributo adicional à sua auto-sustentação. Ainda dentro da população desempregada, saliente-se que cerca de metade da população se encontra em situação de reforma ou de aposentadoria, acoplada de cerca de 18 com função de doméstica, e 17,6 com a função de estudante” (CMSVV,2007:22).

O sector terciário registou uma evolução significativa, atingindo os 30 de população activa, ultrapassando o sector primário, que se tem prejudicado pelo aumento da emigração e conseqüente défice de mão-de-obra.

O Plano Operacional Regional de Sever do Vouga (2007) identifica dois *clusters* de actividade: um ligado à indústria metalomecânica e outro ligado ao turismo ambiental (ao qual se liga a gastronomia, a cultura, os produtos de qualidade, o

artesanato, o ambiente e o lazer). A recente aposta no turismo (ex: arqueologia natural e industrial, parques de merendas e lazer, cursos de água, miradouros, a paisagem e o turismo de habitação), parece ser uma tentativa de desenvolvimento deste sector numa perspectiva de ligação à natureza e sustentabilidade, com vista a assegurar uma base económica local. Ainda dentro desta perspectiva de desenvolvimento do concelho, foi recentemente constituída a Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano (AGIM), com o objectivo melhorar a competitividade dos centros urbanos e a revitalização do comércio e serviços aí instalados.

1.4. Educação e Formação... e a organização territorial da educação

O concelho de Sever do Vouga apresenta um baixo índice de escolaridade, o que se deve à tipologia de população, actividades económicas e características do território. Segundo os Censos de 2001, a percentagem de analfabetismo geral da população portuguesa era de 9 e Sever do Vouga possuía uma taxa ligeiramente superior, 10. Uma análise mais pormenorizada destes dados leva-nos a afirmar que o analfabetismo atinge essencialmente a população feminina, com mais de 65 anos e acentua-se nas freguesias mais distantes da sede: Couto de Esteves (13,2), Silva Escura (13,1), Talhadas (12,5) e Rocas do Vouga (11,4).

No que se refere ao nível de ensino da população residente, conclui-se que a grande maioria possui o 1ºCEB (76,9) e 14,05 alcançou o Ensino Secundário. Relativamente ao Ensino Superior, apenas 8,56 frequentou este nível de ensino.

Zona Geográfica Centro	Total	Taxa de analfabetismo em 2001 (%)	Ensino Básico					Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior		Total
			1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	Nº de pessoas	Total	Nº de pessoas	Total	Nº de pessoas	Total	Nº de pessoas	Total	
Sever do Vouga	13186	10	5.013	2.246	1.384	8.607	76,9	1.572	14,05	55	0,49	958	8,56	11.192
Baixo Vouga	385724	7,10	144.712	54.613	43.723	243.048	72,16	53.916	16,01	2.434	0,72	37.397	11,1	336.795

Fonte: INE – Censos 2001; Carta Educativa de Sever do Vouga (2006:36) (Adaptado)

Quadro nº 7 – Nível de Ensino atingido pela população residente na região do Baixo Vouga e concelho de Sever do Vouga

Freguesias	Nível atingido						
	Nenhum	1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	Secundário	Médio	Superior
Cedrim	131	414	174	113	115	1	47
Couto de Esteves	181	470	197	61	73	2	71
Paradela do Vouga	109	282	151	76	130	5	44
Pessegueiro do Vouga	248	756	293	213	228	10	158
Rocas do Vouga	294	808	350	214	200	3	108
Sever do Vouga	367	846	437	313	415	22	328
Silva Escura	322	684	294	160	179	7	92
Talhadas	236	506	218	142	156	3	67
Dornelas	106	247	132	56	76	2	43
Total	1994	5013	2246	1348	1572	55	958

Fonte: CLASSV,2005:55

Quadro nº 8 – População residente segundo o nível de ensino atingido

A rede de apoio à infância é constituída por 4 **creches** pertencentes à rede privada, que para além desta valência, possuem outras, como por exemplo, Centro de Dia, Lar e Ocupação dos Tempos Livres (OTL). A autarquia possui protocolos com estas instituições no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e na componente de apoio à família²⁷.

Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Nº de Crianças		
	2005/2006	2006/2007	2007/2008
Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga	25	25	25
Centro Social Maria da Glória Pinho (Silva Escura)	16	17	17
Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado (Pessegueiro do Vouga)	30	30	30
Fundação Bernardo Barbosa de Quadros (Rocas do Vouga)	21	25	25

Fonte: Dados facultados pelas instituições

Quadro nº 9 – Distribuição das creches da rede privada

Uma análise da distribuição destas valências, leva-nos a verificar que existem cinco freguesias (Dornelas, Couto de Esteves, Paradela, Cedrim e Talhadas) que não possuem esta oferta, que é colmatada pelas actuais instituições existentes. Está prevista a construção²⁸ de um Centro de Dia, no âmbito do Programa PARES para a freguesia de Talhadas.

A educação em Sever do Vouga apresenta-se sob a forma de um **Agrupamento Horizontal**, que integra o ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

O quadro nº10 apresenta o número de estabelecimentos de ensino existentes no concelho.

²⁷ A componente de apoio à família destina-se a assegurar os atendimentos das crianças no horário extra lectivo (período até ao início da hora lectiva, hora da refeição e prolongamento para além do tempo lectivo (Despacho nº12 591/2006).

²⁸ Com início em Junho de 2008.

Grau de Ensino	Nº de Estabelecimentos			Localização/Freguesia	Nº de Alunos(as)		
	2005/2006	2006/2007	2007/2008		2005/2006	2006/2007	2007/2008
Pré-escolar	11	11	11	Cedrim, Couto de Esteves, Dornelas, Paradela, Pessegueiro do Vouga, Rocas do Vouga, Sanfins, Senhorinha, Sever do Vouga, Silva Escura, Talhadas	295	331	331
1ºCEB	20	17 ²⁹	16 ³⁰	Carrazedo, Cedrim, Paço de Cedrim, Dornelas, Couto de Esteves, Lourizela, Mouta, Parada, Eiras, Pessegueiro, Talhadas, Irijó, Nespereira, Rocas do Vouga, Sanfins, Sever do Vouga, Senhorinha, Espinheiro, Remolha, Vala	517	517	538
2ºCEB	1	1	1	Sever do Vouga	295	256	275
3ºCEB	2 ³¹	2	2	Sever do Vouga	511	472	398
Ensino Secundário	1	1	1	Sever do Vouga	398	377	340

Fonte: Carta Educativa de Sever do Vouga (2006); informações recolhidas junto do Agrupamento de Escolas e site da Escola Secundária de Sever do Vouga (adaptado)

Quadro nº 10 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino público

No que se refere ao **pré-escolar**, verificamos que cada uma das freguesias está coberta por um Jardim-de-infância, com a excepção da freguesia de Sever do Vouga e Rocas do Vouga que possuem dois estabelecimentos de ensino. Todos os Jardins-de-infância integram a componente de apoio à família, o que corresponde a uma cobertura de 100 , ao nível do concelho. A rede privada do Ensino Pré-escolar é servida pela Santa Casa da Misericórdia, que desde o ano lectivo de 2003/2004 apresenta uma frequência de 44 crianças.

Ao nível do **1ºCEB**, verifica-se uma redução do número de estabelecimentos de ensino e de alunos, desde o ano lectivo de 2003/2004. A freguesia que apresenta maior oferta de estabelecimentos do 1ºCEB é a freguesia de Rocas do Vouga, situação esta que se prevê que se venha a alterar, devido aos dados projectivos.

A oferta do **2ºCEB** pertence apenas à Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga.

²⁹ No ano lectivo de 2006/2007 encerraram as Escolas do 1º CEB de Parada, Mouta e Espinheiro.

³⁰ No ano lectivo de 2006/2007 encerrou as Escolas do 1º CEB de Lourizela.

³¹ Funciona na sede do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga e na Escola Secundária.

O **3ºCEB**, devido ao número de alunos, é ministrado na Escola EB 2 e 3 e Escola Secundária de Sever do Vouga, que se situam lado a lado, na sede do concelho.

O **Ensino Secundário** é ministrado apenas por uma escola que não integra o agrupamento. As ofertas educativas estão direccionadas para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo de trabalho (certificação de nível 3), em áreas como as Ciências e Tecnologias, Ciências Sociais e Humanas e Artes Visuais.

A oferta do **Ensino Tecnológico** também é da responsabilidade da Escola Secundária, nas áreas de Informática, Acção Social e Administração.

Acresce ao baixo nível de escolaridade referido anteriormente, a insuficiência de qualificação profissional da população, uma vez que está condicionada pela oferta. Sever do Vouga não possui uma Escola Profissional, o que conduz à sua procura nos concelhos vizinhos.

No concelho existem apenas duas entidades formadoras: a Fundação Solidários, que promove formação em actividades complementares às da agricultura tradicional, dirigida essencialmente a agricultores e pessoas residentes em meio rural; e, a Associação Empresarial SEMA, que promove formação em áreas chave para o desenvolvimento das empresas e comércio da região. No entanto, existem outras ofertas formativas no concelho da responsabilidade do Ministério da Agricultura e do IEFP.

Segundo dados do *“Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural: avaliar impactos e construir modelos ajustados”* (2007), a oferta de formação profissional é bastante diversificada, dispersa em termos de freguesias, devido ao número de entidades formadoras que actuam no território (ALDA, Solidários, IEFP, TecnoForma e Montesinos), mas bastante homogénea em termos de áreas, o que demonstra uma falta de articulação entre os vários agentes educativos.

A homogeneidade da oferta formativa dificulta a inserção no mercado de trabalho, uma vez que estamos a falar de um território de baixa densidade populacional, onde não é possível uma empresa absorver 15 profissionais qualificados (Baptista, 2007).

Os **Cursos de Educação e Formação (CEF)** constituem uma alternativa ao ensino regular, favorecendo a qualificação escolar (2º, 3º CEB e Ensino Secundário) e profissional para a entrada no mundo de trabalho. Esta oferta de ensino é assegurada pela Escola Secundária de Sever do Vouga, que nos últimos anos tem promovido vários cursos que proporcionam uma qualificação profissional de nível 3, nas áreas estratégicas para a economia do concelho: Empregados de Mesa, Serralharia, Soldadura e Animação Sociocultural.

No que se refere à Educação de Adultos, com a elevação da escolaridade, temos os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e o Centro de Novas Oportunidades (CNO).

De acordo com o Despacho Conjunto 1083/2001³², de 20 de Novembro, os **Cursos EFA** são uma oferta educativa destinada a adultos com idade superior a 18 anos que apresentem baixos níveis de escolaridade e ausência de qualificação profissional.

Em Sever do Vouga, as ofertas integradas de *'Educação e Formação'* têm sido da responsabilidade da Fundação Solidários, que desde 2001 promoveu 6 cursos, nas áreas profissionais de Jardinagem e Espaços Verdes, Horticultura e Fruticultura Biológicas e Apoio Familiar e à Comunidade, proporcionando a elevação da escolaridade (nível básico 3, com equivalência ao 9º ano) e qualificação profissional (nível 2 do itinerário do IEFP) a cerca de 67 mulheres.

Com a abertura das candidaturas ao QREN várias instituições do concelho formalizaram as suas candidaturas ao POPH – Programa Operacional de Potencial Humano – para a promoção de Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares em áreas, como Hotelaria e Restauração, Informática, Higiene e Segurança no Trabalho, Serviços de Proximidade e Produção Agrícola.

Segundo o despacho nº15 187/2006, do Ministério da Educação, no âmbito das Iniciativas de Novas Oportunidades, pretende-se impulsionar o aumento dos níveis de escolarização e qualificação profissional da população adulta, promovendo a cessação do ensino recorrente, dos cursos socioeducativos, das acções Sber e a alteração de algumas das orientações dos cursos de Educação e Formação de Adultos e dos Centros de Reconhecimento e Validação de Competências (CRVCC).

Os **Centros de Novas Oportunidades (CNO)**³³ são promovidos por entidades públicas ou privadas, que orientam o processo de reconhecimento e validação de competências para a certificação com o 9º ano ou 12º ano de escolaridade.

O CNO da área de influência do concelho de Sever do Vouga fica localizado na Escola Secundária, mas possui uma intervenção descentralizada, abrangendo os concelhos: Albergaria-a-Velha, Gueda, Aveiro, Gafanha da Nazaré, Mealhada, Ovar, Vagos e Oliveira de Azeméis. Em 2007, a situação dos era a seguinte: 559 pessoas certificadas com o nível básico; 368 pessoas iniciaram o processo de reconhecimento

³² Ao longo destes 7 anos, foi revogado várias vezes. A última Portaria nº 230/2008 de 7 Março, que define o regime jurídico dos cursos EFA e Formações Modulares previstos no Decreto-lei nº 369/2007 de 31 de Dezembro e que revoga a Portaria nº 817/2007 de 27 de Julho.

³³ Segundo as orientações da Portaria nº 370/2008 de 21 de Maio e o Despacho nº 14310/2008 de 23 de Maio, que definem o funcionamento dos Centros de Novas Oportunidades.

de competências do nível básico e 117 iniciaram o de nível secundário; e, 927 pessoas inscreveram-se no nível básico e 177 no nível secundário³⁴.

O Programa Aveiro Norte, promovido pela Universidade de Aveiro, encontra-se a desenvolver no concelho **Cursos de Especialização Tecnológica³⁵ (CET)**, na área de *“Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos”*³⁶.

O **VOUGAPARK – Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga**, surgiu na sequência de um número significativo de empresas do sector das indústrias de metalúrgica e metalomecânica do concelho de Sever do Vouga e limítrofes, enfrentarem problemas de captação de mão-de-obra qualificada. Neste sentido, foram desenvolvidos esforços entre a autarquia e as empresas locais³⁷ para a criação de um Parque Tecnológico dedicado à formação e qualificação e promoção do conhecimento e inovação tecnológica.

A Carta Educativa do município de Sever do Vouga (2006) identifica como ponto fraco do concelho, o facto de não possuir uma oferta ao nível do **Ensino Superior**, apesar da proximidade com vários centros urbanos e pólos universitários (ex: Aveiro, Gueda, Porto e Coimbra).

O diagnóstico da organização territorial da educação em Sever do Vouga, levanta a afirmar que existe uma cobertura total do concelho (100 %) em termos da escolaridade obrigatória, bem como, ao nível do ensino pré-escolar e secundário.

A taxa de abandono escolar ao nível do ensino obrigatório, desde do ano lectivo de 2005/2006 que atinge 0 %. Os maiores constrangimentos sentem-se com o ingresso no Ensino Secundário, onde há um abandono precoce do sistema escolar. Por outro lado, alunos que frequentam o ensino secundário também não o concluem (4 %), situação que poderá ser reversível com a obrigatoriedade da frequência do sistema de ensino até ao 12º ano. Estes dados permitem-nos afirmar que o concelho de Sever do Vouga não possui grandes constrangimentos ao nível do insucesso e abandono escolar, se compararmos com a conjuntura nacional.

³⁴ Dados recolhidos junto do CNO de Sever do Vouga.

³⁵ Os CET foram criados pela Portaria nº989/99 de 3 de Novembro e correspondem à formação pós secundária não superior, que confere ao aluno um Diploma de Especialização Tecnológica, equivalente ao Nível IV de qualificação profissional e a possibilidade de prosseguimento de estudos. Estes cursos têm como objectivo aprofundar os conhecimentos científicos e tecnológicos, aliando o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado.

³⁶ Este curso teve início no ano lectivo de 2005/2006 e resultou de um protocolo entre a Universidade de Aveiro, a Escola Secundária, Câmara Municipal de Sever do Vouga e algumas empresas locais, para a realização dos estágios profissionais, que foi frequentado por 19 alunos (Carta Educativa, 2006).

³⁷ Do VOUGAPARK fazem parte os seguintes parceiros: Município de Sever do Vouga, A. Silva Matos Metalomecânica SA, Seve-me-Indústrias Metalúrgicas, Lda, Martifer- Construções Metalomecânicas SA, Tecnoforma SA e Universidade de Aveiro.

No Diagnóstico Social do concelho as prioridades de intervenção na problemática da educação e formação passam por: falta de formação profissional inicial e qualificante; falta de animação cultural para jovens/ATL; falta de quadros médios especializados; e, falta de apoio aos jovens com dificuldades de aprendizagem (CLASSV,2005).

1.5. Cultura, Desporto e Tecido Associativo... a construção da rede

A cultura local nas várias vertentes constitui um manancial não só para fruição dos Severenses, como para aqueles que visitam o concelho. Existe aqui uma área inspiradora e motivadora para a elaboração de projectos visando o estudo, o conhecimento e utilização do território.

Cultura Local

Sever do Vouga possui um património arquitectónico, cultural e ambiental muito rico, onde os seus caminhos cruzados se manifestam na paisagem (ex: praias fluviais, cascatas e miradouros), gastronomia (ex: lampreia e trutas do Vouga, vitela assada com arroz no forno e barquinhas de Sever), produtos de qualidade (ex: mirtilo, laranja, mel, compotas e bebidas licorosas) e artesanato (ex: linho, lã e cestaria).³⁸

O **artesanato** é a *'expressão criadora dos usos e costumes de um povo'*. No concelho são várias as *'artes'* que ainda hoje têm expressividade: cestaria, tecelagem, cantaria, tanoaria e artesanato em madeira.

A sua representatividade conduziu à constituição de duas associações de artesãos – Casa do Artesão de Sever do Vouga e Associação de Artesãos de Rocas do Vouga – com o objectivo da divulgação/promoção e venda das artes e saberes populares, bem como, de transmissão de saberes às gerações mais novas.

As **Festas e Romarias** são presença constante em Sever do Vouga, mas com especial incidência na época estival. Na sua maioria são festas religiosas relacionadas com a comemoração do Santo Padroeiro do lugar (ex: Santa Eufémia em Talhadas, Santo Amaro em Cedrim e São João em Lourizela), com datas associadas ao

³⁸ Ver Apêndice VIII- Resumo dos recursos disponíveis nas freguesias.

calendário religioso (ex: Cortejo dos Reis e Via Sacra) ou com o calendário da agricultura (ex: desfolhada e vindima).

As festas profanas encontram-se normalmente ligadas ao Carnaval.

Apesar de não existir um estudo, verifica-se uma tradição ligada a **Bandas de Música e Filarmónicas**, existindo algumas activas – Filarmónica Severense e a Banda União Musical Pessegueirense.

O **folclore** está bem patente no concelho pelo número de colectividades existentes – Rancho Folclórico, Danças e Cantares de Silva Escura; Rancho Folclórico “*As Florinhas de Silva Escura*”; Rancho Folclórico de Sever do Vouga; e, Rancho Folclórico do Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga – que têm como objectivo tornar conhecida a cultura da região através da recolha, salvaguarda e divulgação dos usos e costumes do seu povo.

Estruturas e Serviços Culturais

Em Sever do Vouga existem infra-estruturas que proporcionam serviços culturais, nomeadamente o Centro das Artes e do Espectáculo, Auditório ao Ar Livre no Parque Urbano da Vila, a Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, Bibliotecas Escolares e alguns auditórios de instituições particulares.

O **Centro das Artes e do Espectáculo** fica localizado no centro da vila, como o próprio nome indica, proporciona um leque diversificado de eventos ligados às ‘*artes*’, para públicos de todas as idades: cinema, teatro, concertos de música, dança e exposições. As suas salas são também utilizadas para a realização de festas, seminários, palestras e congressos.

Na época Verão o **Auditório ao Ar Livre no Parque Urbano da Vila** também possui uma programação variada, no sentido de atrair os severenses e forasteiros para a utilização daquele espaço.

A **Biblioteca Municipal** está situada na antiga casa da GNR, prevendo-se a sua transição para o novo edifício, situado no Parque Urbano. Esta proporciona uma oferta diversificada atendendo às várias faixas etárias e possui um serviço de Biblioteca Itinerante, pelas freguesias mais distantes da sede do concelho.

As **Bibliotecas Escolares** ficam localizadas na sede do Agrupamento e na Escola Secundária de Sever do Vouga. Existem ainda Pólos Educativos que possuem uma pequena biblioteca. Para além destas estruturas, identificamos outras da responsabilidade das instituições locais: Centro de Recursos para o Desenvolvimento

da Casa da Fonte, biblioteca e núcleo museológico da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros.

Como estratégia de difusão cultural, são utilizados vários meios com o objectivo de ‘chegar’ a diferentes públicos: Agenda Cultural “*SeVer Agora*” com uma periodicidade trimestral, da responsabilidade da Autarquia; a Página da Internet da Câmara Municipal com destaques relativamente às iniciativas a desenvolver no concelho; painel electrónico situado no centro da vila; jornais locais, nomeadamente o “*Beira Vouga*”; e, uma divulgação mais localizada ao nível de cartazes, tarjas e panfletos.

Estruturas e Serviços Desportivos

As infra-estruturas desportivas encontram-se dispersas pelas várias freguesias. Esta descentralização foi reforçada, porque no passado, o município de Sever do Vouga construiu um **Polidesportivo** descoberto na sede de cada freguesia.

No centro da vila encontra-se localizado o **Pavilhão Desportivo Municipal e a Piscina Municipal**.

Existem colectividades que também proporcionam serviços desportivos, nomeadamente: o Pavilhão Multiusos da Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga; o ginásio Amador na Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga; a pista de Karting do Alto Roçário do Vouga Sport Clube; o Campo da Associação Desportiva Severense em Pessegueiro do Vouga; o Campo Capitão Bernardo Barbosa de Quadros do Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga.

Em Sever do Vouga, emergem empresas ligadas aos **desportos radicais** – Boca do Lobo, Desafios, Turnauga – que proporcionam um leque diversificado de modalidades, com destaque para o Todo-o-terreno, Canyonning, BTT, Paintball e Canoagem.

Verifica-se ainda, uma aposta do município ao nível do turismo e lazer que se materializa através dos percursos pedestres, marcha, orientação e ecopistas.

Tecido Associativo

O Movimento Associativo trata-se de um dos mais ricos patrimónios culturais, onde a ‘Cidade Educadora’ encontra um terreno fértil para a acção comunitária dessas ‘forças vivas’.

Em Sever do Vouga, identificámos cerca de 40 associações: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); Associações Culturais; Associações Desportivas e Recreativas; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações de Moradores; e, Associações Juvenis.

As **Associações Culturais, Recreativas e Desportivas** são a expressão da força motriz que os actores locais têm no desenvolvimento das suas comunidades, na medida em que proporcionam um leque diversificado de iniciativas ao nível do lazer: teatro, folclore, música popular, atletismo, futebol, hóquei em patins e patinagem.

Outra linha de actuação veiculada pelas **Associações de Desenvolvimento, Organizações Cívicas, Solidárias e IPSS** que, por sua iniciativa ou em cooperação, têm levado a cabo: promoção de actividades culturais e desportivas; apoio técnico aos agricultores; realização de formação profissional; prestação de serviços de assistência a crianças, idosos e deficientes; dinamização de actividades de ocupação do tempo livre dos jovens; e, implementação de outros projectos e iniciativas de promoção dos produtos locais e de criação de emprego.

Pontos Fracos/Fragilidades	Pontos Fortes/ Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elevada taxa de analfabetismo (10 %) ➤ Falta de apoio a jovens com dificuldades de aprendizagem ➤ Falta de animação cultural para jovens e idosos ➤ Abandono escolar precoce no ensino secundário ➤ Más condições de algumas infra-estruturas do 1º, 2º e 3º CEB ➤ Redução dos alunos em todos os níveis de ensino ➤ Isolamento e fraca mobilidade ➤ Declínio e envelhecimento populacional ➤ Baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional (apenas 7,3 % tem o ensino superior) ➤ Famílias com baixos rendimentos ➤ Declínio da actividade agrícola ➤ Falta de empreendedores e de oportunidades de emprego, especialmente para a população feminina ➤ O saldo de migrações interno é negativo, significando que o concelho não se mostra significativamente atractivo para a fixação da população ➤ Inexistência de uma Escola Profissional e de um Pólo Universitário ➤ Desigualdade na oferta de meios existentes nos edifícios escolares 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de todos os níveis de ensino no concelho à excepção do ensino superior ➤ A taxa de abandono e insucesso escolar no 1º, 2º e 3º CEB é de 0 ➤ Existência de uma Unidade Especializada em Multi-deficiência que dá resposta às crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais do Agrupamento ➤ Existência do VOUGAPARK para a promoção de Formação Profissional específica e inovação ➤ Boa cobertura de equipamentos escolares e componente de apoio à família ➤ Protocolos celebrados entre a autarquia e as IPSS no âmbito da componente de Apoio à Família e Actividades de Enriquecimento Curricular ➤ Ligação de todas as escolas do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário à Internet ➤ Existência de um Centro de Novas Oportunidades (CNO) que promove cursos de educação e formação de adultos (EFA) e o reconhecimento e validação de competências (RVC) ➤ Existência de produtos de qualidade ligados à gastronomia, produtos agrícolas e artesanato ➤ Forte dinamismo empresarial ➤ Riqueza patrimonial e ambiental

Fonte: CLASSV,2005:55 (adaptado)

Quadro nº 11- Pontos fracos e fortes do concelho

Em síntese, estamos perante um território que devido à sua localização e aos problemas de mobilidade interna, enfrenta alguns constrangimentos ao seu desenvolvimento.

Atendendo ao actual modelo educativo e à leitura do quadro nº11, consideramos que os maiores constrangimentos do território de intervenção do presente estudo prendem-se com a dispersão geográfica e o isolamento, que provocam uma desigualdade de oportunidades socioeducativas e culturais. A falta de acesso à informação e ao conhecimento dos habitantes que residem nas freguesias mais distantes do concelho, conduz a que um número significativo possua baixas qualificações escolares e profissionais.

Assiste-se um declínio populacional e envelhecimento demográfico, conduzindo à necessidade de desenvolver uma estratégia de Animação Comunitária que torne o território atractivo, se promova o bem-estar dos seus habitantes e os laços inter-geracionais. Para esta estratégia, convergem os recursos em termos de infra-estruturas e a sua eventual revitalização, os protocolos que têm vindo a ser estabelecidos entre o município e as associações locais e a riqueza patrimonial e ambiental do território, que possuem inúmeras potencialidades educativas. As oportunidades de desenvolvimento destas comunidades rurais surgem no seio do próprio território, das suas potencialidades e capacidades, saberes e competências da sua população, bem como, da envolvente externa relativamente favorável, três factores que, conjugados entre si, poderão constituir oportunidades para o Desenvolvimento Local.

Apesar dos constrangimentos que bloqueiam e geram dificuldades, a região evidencia dinâmicas de desenvolvimento. Assim, encontramos algumas iniciativas lideradas normalmente pela Câmara Municipal, em cooperação com outras entidades (Associações Industriais e Universidades) que têm apoiado: a instalação de pequenas empresas no sector industrial; a introdução de novas produções agrárias e qualificação e certificação de outras (ex: Sever do Vouga capital do Mirtilo); organização de Feiras para a promoção e comercialização de produtos locais (ex: FICAVOUGA, Rota da Lampreia e da Vitela, Feira da Laranja e do Mel); participação em programas de desenvolvimento regional (ex: PITER- Programa Integrado de Turismo Regional para as Serras da Gralheira, Arada e Montemuro³⁹, Programa

³⁹ Projecto supra-municipal "*Serras de Turismo – Montes de Animação*" onde no concelho de Sever do Vouga dois grandes projectos âncora "*Complexo Turístico das Minas do Braçal*" e o "*Projecto Turístico da Quinta do Vale do Covo*".

AGRIS⁴⁰, Programa LEADER de apoio ao Desenvolvimento Rural); revitalização de infra-estruturas degradadas para implementação de espaços dedicados à inovação e conhecimento (ex: VOUGAPARK).

Importa ainda destacar que *“(...) tendo por base as orientações do Plano de Desenvolvimento Local da Rede Social e da Carta Educativa para o concelho, constitui propósito do município entender a educação como esteio capital para a economia competitiva baseada no conhecimento, na inovação e na qualidade”* (CMSVV,2007:21).

As reflexões do Movimento das Cidades Educadoras podem fertilizar este dinamismo local através da construção de um Projecto de Cidade Educadora, que potencie um desenvolvimento territorial integrado, sustentável, solidário e participado.

⁴⁰ Projecto *“Encostas do Vouga”*, promovido pela ADRIMAG, que tem como objectivo a valorização do mundo rural, a decorrer na aldeia do Amiais, através da requalificação das fachadas do casario (habitações, espigueiros e casas de arrumos) e dos espaços públicos.

CAPÍTULO VII

Visão da Dinâmica Socioeducativa de Sever do Vouga



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

1. Organização Territorial da Educação

Para um conhecimento da dinâmica socioeducativa do concelho de Sever do Vouga, temos que compreender as opções estratégicas que estiveram na base do planeamento territorial da educação, as ofertas socioeducativas e culturais, os agentes educativos envolvidos e as parcerias.

No capítulo anterior, apresentámos uma caracterização socio-económica do concelho, do parque escolar, dos recursos infra-estruturais e culturais. Neste ponto, apresentamos a compreensão dos diferentes actores locais auscultados neste estudo, relativamente à organização da educação em Sever do Vouga, no que se refere: aos principais problemas sentidos; às soluções identificadas; aos aspectos positivos e negativos da Educação Formal e Educação Não Formal; ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação; às parcerias existentes e desejáveis; e, às competências actuais e as desejáveis do município.

Para facilitar a leitura dos dados recolhidos, iremos proceder à apresentação e descrição das principais unidades de registo, para cada uma das subcategorias.

1.1. Problemas

Esta categoria reúne dados sobre a percepção dos actores locais relativamente aos problemas da educação do concelho e às suas soluções. Será que estes problemas estão relacionados com as características do território Será que são de ordem económica Será que se devem à dificuldade de concretização das políticas do Ministério da Educação ao nível local Será que são fruto de uma desadequação das políticas do Ministério da Educação às características do território Que soluções podem ser encontradas a curto e médio prazo

1.1.1. Existentes

A opinião dos actores locais relativamente aos problemas da educação em Sever do Vouga é consensual, uma vez que muitos dos problemas existentes se devem às características do território, perfil da população residente, visão da educação e à sua gestão territorial. No entanto, o acento tónico dos problemas é diferente: os actores autárquicos dão ênfase à desertificação do concelho e à incapacidade da autarquia fazer grandes investimentos, devido à falta de recursos financeiros; os escolares

identificam o meio socio-económico e cultural das famílias que influencia o sucesso educativo dos alunos; os actores associativos dão relevo à falta de visão da educação como instrumento de desenvolvimento estratégico de um território.

1.1.1.1. Autarcas	“(…) [n]ós aqui ainda temos uma grande fatia do orçamento a ser disponibilizada para essa parte [transportes], até porque são concelhos com lugares muito afastados onde é preciso fazer ligações... melhorar as ligações entre os lugares e o centro do concelho, exactamente para tentar que essa desertificação não se note tanto”. (Ent.1/Aut/2007)
1.1.1.2. Escolares	“(…) problemas é a crise familiar e as dificuldades sócio-económicas, as quais se reflectem muito na escola. Mas principalmente a crise familiar. Há outros problemas como o alcoolismo, que têm impacto na escola, porque se as crianças tivessem um bom acompanhamento por parte das famílias, talvez não se verificassem muitos dos problemas que temos”. (Ent.7/Esc/2007) “[m]uitas das vezes, aponta-se como causa a falta ou deficiência da rede de transportes, mas dada a dispersão geográfica não é possível a Câmara fazer melhor”. (Ent.9/Esc/2007)
1.1.1.3. Associativos	“(…) a problemática da educação em qualquer território deveria ser assumida em termos estratégicos pelos vários actores que estão no local. Nesse sentido, é uma falha e penso que em Sever do Vouga esse trabalho não está feito, porque a educação normalmente é considerada como um factor isolado do desenvolvimento e não é”. (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 12 – Problemas existentes na perspectiva dos actores locais

A análise dos dados leva-nos a afirmar que esta diferença de perspectivas sobre os problemas existentes se deve à experiência pessoal e profissional de cada um dos actores auscultados e ao modo como os percebem: os actores autárquicos sentem que as características do território condicionam o desenvolvimento do Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Concelho; os actores escolares consideram que os problemas da escola têm origem no meio em que estão inseridos; e, os actores associativos reivindicam uma maior intervenção e reconhecimento das associações locais na dinâmica socioeducativa do território.

Características do Território

Conforme a descrição do contexto empírico no capítulo anterior, Sever do Vouga é um território com características marcadamente rurais, caracterizado pela baixa densidade populacional, fracas acessibilidades, dispersão geográfica.

Uma das atrizes escolares dá ênfase à **dispersão geográfica**, afirmando que

“(…) o principal problema é a configuração do próprio concelho, a enorme dispersão que existe leva a que estes alunos sejam autênticos heróis de saírem de casa às 7h30m e chegarem a casa às 19h30m”(1.1.1.2/Ent.5/Esc/2007).

A configuração do concelho leva a que se verifique uma desigualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos educativos, onde um número significativo de alunos não beneficia da proximidade ao Pólo Educativo da sua área de residência.

Todos os actores auscultados defendem que este problema é acentuado pelo facto de não existir uma **rede de transportes públicos** compatível, uma vez que há freguesias e populações dispersas, algumas muito isoladas, com fracas vias de acesso, de onde resulta uma baixa mobilidade, no interior do concelho, bem como para o seu exterior⁴¹. O transporte mais difundido é o autocarro escolar, que durante o fim-de-semana e período de férias escolares não funciona, dificultando o acesso a actividades culturais e a espaços socioeducativos dos habitantes das freguesias mais distantes da vila. A esta insuficiência de transportes públicos, acrescenta-se o facto de uma parte substancial das pessoas residentes nas aldeias (mulheres de meia-idade) não possuírem carta de condução (Baptista, 2007).

Esta fraca mobilidade intra e inter concelhia provoca um abandono progressivo das aldeias mais distantes da vila, por períodos mais ou menos longos, na procura de melhores condições de vida, ao nível do trabalho, do prosseguimento de estudos ou de residência. Para o autarca 1, não é problemático que as pessoas procurem trabalho nos concelhos vizinhos, desde que residam no concelho. Vejamos a sua opinião,

“(...) nós queremos que pelo menos as pessoas vivam cá. Não nos cria grandes problemas e confusão que as pessoas trabalhem fora e regressem à terra, que residam aqui e façam aqui a sua vida. É óbvio tem que existir sempre esse movimento de trabalhadores para fora e de fora para cá, tem que haver sempre, não é. Nós se calhar devido à falta de um determinado tipo de emprego, nomeadamente, ao nível da população feminina, temos esse movimento e existe essa procura fora do concelho. Mas tudo bem, se as pessoas continuarem a viver no seu espaço (...)” (1.1.2.1. /Ent.1/Aut/2007).

Contudo, não se pode menosprezar que se esta mobilidade da população se massificar, corremos o risco de ter um território que é visto como um *‘dormitório’*, deixando a dinâmica de Desenvolvimento Local para os concelhos vizinhos. Neste território, como em outros com características marcadamente rurais, este problema assume contornos bastante complexos, pelo que é necessário tornar o território atractivo para as pessoas que ali residem e para os *‘novos povoadores’*.

⁴¹ Diariamente existem seis carreiras dos transportes públicos para o exterior: gueda - Sever do Vouga (3); Aveiro - Sever do Vouga (1); e, Vale de Cambra- Sever do Vouga - Aveiro (2).

Perfil da População

Antes de apresentarmos os discursos dos actores locais relativamente à influência do perfil da população na educação do concelho, é importante proceder à sua caracterização.

Conforme o que referimos no capítulo anterior, Sever do Vouga é um território de contrastes e o perfil da população é bastante heterogéneo, mas existem algumas similitudes: o grupo populacional mais estável é constituído por crianças/jovens em idade escolar, idosos e mulheres; a população residente é maioritariamente feminina; um sector importante da sua população dedica-se à agricultura, trabalhos domésticos e cuidado de crianças e idosos; possui baixas qualificações escolares e profissionais; e, baixos rendimentos (Baptista, 2007). Se o *“Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural”* considera que este grupo populacional valoriza a Aprendizagem ao Longo da Vida, também é importante referir que na óptica dos entrevistados existe outro grupo, para quem a aprendizagem se circunscreve a uma etapa do percurso de vida e não incentivam os filhos a prosseguir estudos (Ibidem).

Os pais para além de não motivarem os filhos para a aprendizagem, também se demitem da sua função educativa, não dando condições, nem acompanhando esse estudo. Um dos actores autárquicos considera que

“(…) são as famílias mais vulneráveis, com necessidades sociais e que são de certo modo transportadoras de uma pobreza geracional, isto é, pais com poucas qualificações, que não incentivam os filhos para o estudo, porque não têm esse conhecimento e essa experiência, e por sua vez não sabem incentivar a importância da escola no sucesso pessoal e profissional dos seus filhos. E isto transmite-se de geração em geração“(1.1.1.1./Ent.6/Aut/2007).

A **relação ‘escola-família’** é percebida como um problema por vários actores (4, 5, 6, 7 e 9) porque: existe uma demissão do papel de algumas famílias no que se refere ao acompanhamento do percurso educativo dos seus educandos; a *‘escola a tempo inteiro’* conduz a que a função educativa seja depositada única e exclusivamente sobre a instituição ‘escola’; e, os problemas familiares repercutem-se no sucesso educativo.

A *‘crise familiar’* está relacionada com as alterações sociais, nomeadamente a emancipação da mulher, o que exige um conjunto de medidas com o objectivo de conciliar *‘trabalho-família’*. A ausência dos pais, uma vez que ambos saem de casa para trabalhar e não têm um trabalho compatível com o horário lectivo, leva a que

estes tenham indisponibilidade para acompanhar o estudo dos seus educandos, remetendo essa função para outros actores, como a escola e as instituições de apoio à família.

As actrizes escolares reforçam a importância de uma *'rede de suporte social'* que acompanhe a/o criança/jovem ao longo do seu percurso de aprendizagem, pois consideram que melhora o sucesso educativo dos alunos. A sua ausência é encarada como um problema.

A entrevistada 5 demonstra esta preocupação quando se refere aos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), ao afirmar que

“(…) nós verificamos que ainda existem miúdos em que o suporte familiar é praticamente inexistente. (...) [T]emos situações em que a família em vez de os apoiar e libertar para os deixar aproveitar essas oportunidades funcionaram como um obstáculo, de os impedir de ir mais além.

No fundo queriam que eles aprendessem mais alguma coisa para depois os colocarem aí num restaurante ou numa tasquinha qualquer a trabalhar, para vir um ordenando para casa” (1.1.1.2./Ent.5/Esc/2007).

Como forma de colmatar as reais necessidades das famílias de manterem os seus educandos ‘ocupados’ e ‘vigilados’ durante o horário laboral, surgem um conjunto de políticas, que tendem a tornar a *'escola a tempo inteiro'*. Referimo-nos a título de exemplo, as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) que foram colocadas de forma generalizada em todo o país, que são actividades que incidem *“(…) nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia de educação, nomeadamente: a) Actividades de apoio ao estudo; b) Ensino do inglês; c) Ensino de outras línguas estrangeiras; d) Actividade física e desportiva; e) Ensino da música; f) Outras expressões artísticas; g) outras actividades que incidam nos domínios identificados”* (Despacho nº12 591/2006). Da análise do despacho, verificamos que apenas as actividades de apoio ao estudo e o ensino do inglês são de carácter obrigatório e que os espaços para a sua promoção tanto podem ser escolares, como não escolares.

Na opinião da Presidente do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga,

“[p]ara existir escola a tempo inteiro é necessário termos os recursos, porque se é verdade que os pais trabalham e precisam que os filhos estejam aqui, também é verdade que os alunos necessitam de brincar e de estar em casa” (1.1.1.2. /Ent.9/Esc/2007).

Concordamos com esta entrevistada, porque é fundamental, crianças e jovens, *'terem tempo para brincar livremente'*, ou seja, tempo para gerir de acordo com os seus interesses, necessidades e oportunidades. A Presidente da Escola Secundária, acrescenta que:

“(…) escola sim, mas não só escola. Eu acho que isso é um problema que tem a ver com a sociedade, porque eles precisam de ter alguma disponibilidade para que se as famílias quiserem investir em alguma área, pois a escola não é obrigada a oferecer tudo, que tenham disponibilidade para o fazer” (1.1.1.2. /Ent.5/Esc/2007).

Outro problema identificado pelos actores escolares é que os alunos têm diferentes perspectivas em relação à escola e que isso afecta, nomeadamente, a **falta de motivação e interesse** para aprender os conteúdos programáticos. Esta *'escola a tempo inteiro'* conduz a que os alunos a encarem como *'um trabalho a tempo inteiro'*, fragilizando algumas formas de **sociabilidade inter-geracional** que existiam num passado não muito distante. Tal como acontece, em quase todo o país, é rara a família que seja constituída por avós, pais e netos como no passado, em que os avós tinham um papel preponderante no acompanhamento socioeducativo dos netos durante a ausência dos pais. A mesma entrevistada defende que

“(…) antigamente não existia essa oferta que há hoje e se calhar por isso é que os miúdos tinham outro tipo de valores face às pessoas com mais idade, porque passavam muito tempo com os avós, conviviam com os familiares. Actualmente vemos que esses valores não estão presentes nos jovens de hoje, nomeadamente com as pessoas de mais idade, que não vêem naquela pessoa, uma pessoa que merece ser respeitada (...) e acho que está relacionado com isso”(1.1.1.2. /Ent.5/Esc/2007).

Sever do Vouga, devido às suas características marcadamente rurais, ainda evidencia traços de sociabilidade das famílias tradicionais nas freguesias mais distantes da vila, devido à insuficiência de equipamentos sociais de apoio ao idoso. As famílias devido à falta de respostas institucionais, à falta de emprego dirigido a um sector específico da população feminina, assumem o cuidado dos seus idosos. Este aspecto constitui uma oportunidade para a sociabilidade inter-geracional.

Visão da Educação

Alguns dos entrevistados consideram que para além dos problemas mais localizados, existem outros de âmbito nacional e global, que se sentem no 'local', nomeadamente a **falta de uma visão da educação como um instrumento de**

Desenvolvimento Local. Como dizia Séneca *“Não há ventos favoráveis para os que não sabem para onde vão”*.

O actor 8 afirma que a problemática da educação de qualquer território, deveria ser assumida em termos estratégicos por todos os agentes locais. Contudo, verifica-se uma visão da educação sectorizada por faixa etária, menosprezando o facto de a problemática da educação, ser a problemática da **Aprendizagem ao Longo da Vida**.

“A problemática da educação de hoje não é só dos meninos que têm 5 ou 6 anos. É desses, dos que têm 10, dos que têm 15, dos que têm 20,... No fundo, é a problemática do aprender ao longo da vida” (1.1.1.3./Ent.8/Ass/2007).

Da análise dos dados recolhidos pelas entrevistas semi-estruturadas e dos documentos estratégicos do concelho, não nos parece claro que exista uma falta de visão da educação no território. Existem sim, diferentes visões sobre a educação, fruto das conjunturas socio-económicas e dos problemas que as instituições locais se confrontam no seu dia-a-dia. Podemos afirmar que a Carta Educativa do Concelho de Sever do Vouga, traduz uma visão de um conjunto de actores para a educação no território a médio prazo. No entanto, esta pode ser questionada por outros actores locais, que não se identificam com este instrumento, uma que vez que dá um excessivo protagonismo à Educação Formal e à instituição ‘escola’, desvalorizando potencialidades educativas de outros espaços (ex: a rua, o jardim, a associação) e outras formas de fazer a educação. Assim, parece-nos que o principal Plano Estratégico da Educação no concelho de Sever do Vouga, se encontra formatado por uma visão tradicional da educação e que os actores associativos reivindicam uma visão mais progressista da educação, que ligue a educação, a cultura e o exercício de uma cidadania activa.

Gestão Territorial da Educação

Uma das grandes dificuldades da política educativa local, é existirem demasiados projectos de intervenção por parte do ‘poder local’, para aquilo que o orçamento autárquico disponível permite fazer. O autarca 1 expressa esse sentimento ao afirmar que

“(…) a grande dificuldade de todas as políticas, não é só em termos de políticas de educação, é nós querermos fazer mais do que aquilo que podemos, com o dinheiro que temos, não é. Depois tudo joga por aí... joga o orçamento e jogam as possibilidades de recorrer a outros meios, nomeadamente a candidaturas a fundos, etc. Daí que alguns

intervalos dos mandatos e nomeadamente este ano de 2007 e até o de 2006, serem anos já de alguma dificuldade em termos de recursos a esses meio (...)" (1.1.1.1./Ent.1/Aut/2007).

Pode depreender-se da sua entrevista que a parte financeira das autarquias é débil e que em Sever do Vouga se acentua, por ser um território de interior litoral, que possui algumas fragilidades ao nível das necessidades básicas da população. Actualmente, o concelho de Sever do Vouga encontra-se inserido no NUT III – Baixo Vouga – que lhe reconhece um nível de desenvolvimento semelhante ao dos concelhos do litoral, quando na realidade de confronto com problemas de *'interioridade'* e o impede de aceder a financiamentos para a minimização desses mesmos problemas.

As competências dos municípios **não prevêm a capacidade de decisão relativamente ao (re)ordenamento do Parque Escolar**, o que por vezes gera alguns constrangimentos, devido à desadequação das políticas nacionais às características do território. Da leitura da Carta Educativa de Sever do Vouga e da análise das entrevistas dos actores autárquicos, verificamos que o município se encontra empenhado na modernização do Parque Escolar através da construção de dois Pólos Educativos de raiz e a revitalização de outro, onde se congregam o 1ºCEB e o Pré-escolar. Paralelamente, existe a necessidade de um investimento ao nível de uma escola EB 2 e 3 de raiz, devido às condições do actual edifício.

1.1.2. Soluções

Para cada um dos problemas identificados no ponto anterior, os vários actores locais auscultados identificaram as soluções que têm vindo a ser encontradas pelo município em parceria com as instituições locais.

A leitura dos dados presentes nas entrevistas semi-estruturadas leva-nos a afirmar que os actores locais para além de terem consciência dos problemas locais em termos de educação, conseguem identificar soluções para a resolução dos mesmos. Contudo, as soluções nem sempre são da sua responsabilidade, uma vez que os desígnios da educação, na maioria das vezes não são definidos ao nível do 'local', nem os actores locais têm autonomia para a resolução dos mesmos.

1.1.2.1. Autarcas	<p>“(…) nunca entendi que fosse grande dificuldade e daí a nossa aposta aqui também ao nível da reestruturação dos espaços e da própria carta educativa tendo como opção, a criação dos centros educativos no centro de freguesia e não fazer como outros concelhos que criaram um ou dois centros no território e depois desviaram os miúdos todos para lá. O nosso objectivo nunca foi esse, pelo menos que a desertificação não existisse nas sedes de freguesia e eu penso que isso, atendendo aquilo que referiu, o facto das distâncias não serem por ai além, ou até serem pequenas(…)”. (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>“Os professores enquanto pedagogos poderiam com outros profissionais (ex: psicólogos, animadores,...) poderiam orientar os alunos para técnicas de estudo, embora isso seja uma procura de cada um. Não há receitas propriamente ditas mas podemos dar pistas, caminhos que se podem seguir. É um caminho que se faz caminhando”. (Ent.6/Aut/2007)</p>
1.1.2.2. Escolares	<p>“O que nós tentamos é que de facto em termos de organização de horários, algo que conseguimos com a Câmara é não manter os alunos sempre, durante todos os dias, na escola desde manhã até às 18h, que é a hora do transporte. Tentar encontrar tardes livres e combinar com a Câmara para que existam transportes de regresso a casa, para proporcionar aos alunos o facto de estarem em casa, de poderem brincar, de jogarem os seus jogos, de fazer o seu estudo, porque antigamente os transportes de manhã e à noite, os alunos estavam o dia inteiro e era de facto como um emprego para eles e que se reflectia ao nível do insucesso”. (Ent.5/Esc/2007)</p>
1.1.2.3. Associativos	<p>“Não era contra a aglutinação do 1º e o 2º CEB, porque também são idades aproximadas. Ou até pré-escolar, 1º e 2º CEB, depois já não. São idades diferentes”. (Ent.4/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 13 – Soluções para os problemas na perspectiva dos actores locais

Dispersão Geográfica

Com o objectivo de contrariar a desertificação das freguesias, a proposta de reordenamento do Parque Escolar do concelho teve como critério a **instalação de um Pólo Educativo na sede de cada freguesia**, com a excepção da freguesia de Sever do Vouga que terá dois pólos. Para a entrevistada 4, a solução para combater a desertificação dos lugares passaria por aglutinar vários níveis de ensino no mesmo Pólo Educativo. Actualmente, estes compreendem o Pré-escolar e o 1ºCEB, mas segundo esta entrevistada deveriam aglutinar o 2ºCEB, porque são faixas etárias próximas.

Ao longo das conversas que fomos tendo com os vários actores, constatámos que existe a convicção de que as pessoas tendem a fixar-se onde podem usufruir do acesso aos bens e serviços. A Carta Educativa do município de Sever do Vouga (2006:28), vem corroborar esta constatação, ao afirmar que

“(…) as acessibilidades, a diversidade funcional é um factor preponderante de atracção e fixação da população, isto é, o grau de independência de um determinado local em termos de comércio e equipamentos pode ditar o crescimento ou estagnação populacional e do parque habitacional, assim como na escolha do local de residência”.

Assim, consideramos que a localização de um Pólo Educativo, que abarque vários níveis de ensino é fundamental para a satisfação das

necessidades da população. Este factor por si só é insuficiente, uma vez que é necessário que os actores locais tenham na sua proximidade um leque diversificado de infra-estruturas e serviços, de modo a gerar a melhoria da sua qualidade de vida.

Rede Insuficiente de Transportes Públicos

O problema da insuficiência de uma rede de transportes públicos é parcialmente colmatado pelo transporte escolar. Para a entrevistada 6, o autocarro escolar

“(…) é um problema e ao mesmo tempo uma oportunidade, porque permitimos que durante o ano lectivo as pessoas possam também usufruir dos transportes escolares, na medida em que estes são também considerados transportes públicos” (1.1.2.1. /Ent.6/Aut/2007).

O município de Sever do Vouga, no seu Plano Operacional Regional preconiza que

“(…) há necessidade de fomentar e canalizar energias inovadoras e criadoras de promoção e de desenvolvimento do concelho. Assume-se como necessidade, harmonizar e configurar uma política estratégica para o concelho com medidas concretas, no âmbito do ambiente e do ordenamento do território, apostando na formação e na qualificação como extensão para a promoção de qualidade de vida e do bem-estar, num cenário de intervenção transversal com as restantes políticas sectorial” (CMSVV, 2007:2-3).

Esta intenção concretiza-se através da: melhoria das acessibilidades, como forma de aproximação dos territórios; promoção de um desenvolvimento policêntrico com base nas sedes das freguesias através da melhoria das infra-estruturas; promoção do acesso por todos os cidadãos aos serviços; conservação e valorização da biodiversidade, dos recursos endógenos e do património natural, paisagístico e cultural; e, aposta na qualidade e eficiência da gestão territorial mediante a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições (Ibidem).

As actrizes escolares (5,7 e 9) reconhecem o esforço da autarquia em assegurar uma rede de transportes compatível com as necessidades da ‘escola’. Vejamos o que nos diz a Presidente da Escola Secundária.

“O que nós tentamos é que de facto em termos de organização de horários, algo que conseguimos com a Câmara é não manter os alunos sempre, durante todos os dias, na escola desde manhã até às 18h, que é a hora do transporte. Tentar encontrar tardes

livres e combinar com a Câmara para que existam transportes de regresso a casa, para proporcionar aos alunos o facto de estarem em casa, de poderem brincar, de jogarem os seus jogos, de fazer o seu estudo, porque antigamente os transportes de manhã e à noite, os alunos estavam o dia inteiro e era de facto como um emprego para eles e que se reflectia ao nível do insucesso” (1.1.2.2. /Ent.5/Esc/2007).

O sucesso da rede de transportes escolares deve-se a uma consciência das necessidades e à mobilização de recursos para satisfazer as mesmas (ex: aluguer de táxis e protocolos com as IPSS do concelho), bem como, a uma coordenação entre a autarquia e a escola.

Relação 'Escola-Família'

Como forma de solucionar os problemas da relação '*Escola-Família*' referidos anteriormente, **a autarquia e as instituições locais têm procurado dar resposta às necessidades das famílias**, ao nível da ocupação dos tempos livres, do prolongamento de horário e da generalização das refeições a todos os níveis de ensino. É evidente a emergência de empresas prestadoras de serviços de apoio socioeducativo, como por exemplo, ao nível do acompanhamento no estudo, apoio psicológico e ocupação de tempos livres.

Acresce o facto de a autarquia, o Agrupamento de Escolas e a Escola Secundária com 3ºCEB disponibilizarem técnicos para prestar apoio psicossocial às crianças, jovens e famílias.

O autarca 1 refere na sua entrevista que o

“(…) apoio directo, esse existe sempre, nós temos um serviço de acção social que faz esse apoio dia-a-dia a casos sociais, (...) casos de dificuldades económicas, apoio ao nível psiquiátrico e psicológico, etc. (...) E há até outros organismos constituídos, por exemplo a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que a autarquia criou como a lei impõe e ela tem dentro de si mesmo, quer da comissão alargada, quer da comissão restrita, técnicos (...) da autarquia. Na comissão alargada estou eu e uma técnica da acção social da autarquia e na comissão restrita está outra técnica. Portanto, muitas dessas coisas passam por ali. Por exemplo ao nível dos jovens, tudo passa por ali. E com a ajuda, como é evidente dos serviços que são os que estão directamente na comissão, mas também, com o trabalho de retaguarda que podem fazer no apoio a crianças e jovens” (1.1.2.1. /Ent.1/Aut/2007).

O referido '*apoio directo*' é assegurado pelos serviços de Acção Social e Educação da autarquia, que dispõem de um atendimento permanente à população local, em articulação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

O sucesso dos casos sociais nem sempre está dependente do empenhamento dos técnicos, mas da existência de projectos, parcerias e infra-estruturas. Contudo, estes têm um papel fundamental ao nível da orientação, mediação e avaliação dos casos.

Os dados recolhidos pelas entrevistas, levam-nos a afirmar que as respostas existentes são insuficientes para o número e diversidade de casos. Na tentativa de colmatar esta fragilidade de meios, verifica-se a existência de protocolos com instituições locais (ex: Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, Santa Casa da Misericórdia e Centro Social Maria da Glória), com o objectivo de prestarem apoio às famílias mais vulneráveis e carenciadas.

A autarca 6 fala de uma '**intervenção multidisciplinar**', que poderia ser concretizada com os Serviços de Acção Social da autarquia e com o corpo docente, através da contratação de animadores e psicólogos para trabalhar directamente com os alunos. No entanto, estas soluções não podem ser da responsabilidade da autarquia, da escola e das instituições locais. É necessário envolver a família, criando uma ponte entre a escola e a família.

“A família é a principal instituição que tem a responsabilidade de orientar os seus filhos, educá-los e prepará-los para uma vida em sociedade, na escola e na comunidade. Se não existir a ponte entre os pais e a escola, não pode haver sucesso educativo, dentro daquilo que é entendido pelo verdadeiro 'sucesso educativo' e quase que o trabalho dos professores é votado ao insucesso” (1.1.2.1. /Ent.6/Aut/2007).

A família passa a ser um parceiro da escola, na tentativa de atingir uma meta comum, o '*sucesso educativo*' dos educandos. Mas não esperemos que todas as famílias reúnam condições e competências para assumir esta parceria, sendo necessário que a escola promova a '*Educação Familiar*'.

Falta de recursos financeiros

No que se refere à falta de recursos financeiros, já esperávamos que isso fosse manifesto. Mas não é só a ausência de dinheiro que está em causa. Existe a ideia de que para a autarquia fazer grandes investimentos ao nível de projectos de intervenção socioeducativa, as soluções passariam por uma **maior flexibilidade em termos de orçamento autárquico**, ao nível das verbas disponíveis e da capacidade de decisão da atribuição das mesmas, bem como, por uma distribuição mais equitativa dos

orçamentos autárquicos. Isto é, que a Lei das Finanças Locais discrimine positivamente municípios e municípes com maiores dificuldades.

Contudo, não esperemos que o *'Poder Central'* assegure o financiamento de toda a dinâmica socioeducativa de um município. É necessário encontrar alternativas no 'local', que no nosso entender passariam por: estabelecer parcerias com as associações e empresas locais no sentido de maximizar os recursos locais; pela definição de projectos inter-municipais e regionais, que permitam aceder a fundos comunitários; e, pela definição das prioridades de investimento. Tudo isto permitiria uma redução de custos, uma revitalização das infra-estruturas locais e inter-municipais, bem como, reunir condições para aceder a recursos financeiros externos.

O quadro seguinte sintetiza alguns dos problemas e soluções ao nível da educação, apontados pelos actores locais, que vêm corroborar algumas das potencialidades e fragilidades do concelho referidas no quadro nº 11.

Problemas	Soluções
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dispersão geográfica ➤ Desertificação de alguns lugares mais distantes da sede do concelho ➤ Falta de uma rede de transportes públicos ➤ Os pais não motivam os filhos para a aprendizagem ➤ Os pais demitem-se da sua função educativa ➤ Relação difícil 'escola-família' ➤ Alargamento da <i>'escola a tempo inteiro'</i> ➤ Desvalorização da co-educação de gerações (avós e netos) ➤ Falta de motivação e interesse dos alunos ➤ Falta de visão da educação como um instrumento de Desenvolvimento Local ➤ Capacidade de decisão relativamente aos desígnios da educação está afastada do Poder Local ➤ Problemática da Aprendizagem ao Longo da Vida 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Colocação de um pólo educativo na sede de cada freguesia, conjugando no mesmo espaço o pré-escolar e o 1ºCEB ➤ Rede de transportes escolares assegurada pela autarquia ➤ Cooperação autarquia, Agrupamento, Escola Secundária e instituições locais ➤ Maior flexibilidade do orçamento autárquico ➤ A autarquia ter capacidade de decisão relativamente às opções estratégicas em termos de educação ➤ Disponibilização de técnicos para prestar apoio psicossocial às crianças, jovens e famílias. ➤ Necessidade de uma equipa multidisciplinar para apoiar os jovens no seu estudo

Fonte: Própria

Quadro nº 14 – Resumo dos problemas e soluções da educação na percepção dos actores locais

A leitura do quadro leva-nos a constatar que os problemas e as soluções não são 'novos' e estão identificados no Diagnóstico Social do Concelho. A questão que se coloca é porque é que não se avançam com as soluções. Consideramos que este é um problema multifactorial, que tem origem na falta de recursos financeiros, na falta de poder de decisão das instituições locais, mas também da ausência de um plano que congregue todos os recursos disponíveis no sentido de responder aos problemas locais. É nossa convicção de que problemas atípicos, exigem soluções também elas atípicas, abrindo espaço à imaginação e criatividade social.

1.2. Opções Estratégicas

Esta categoria reúne visão dos diferentes actores locais relativamente à educação do concelho e ao conhecimento das opções estratégicas para este sector da política municipal.

1.2.1. Visão

Neste ponto, sentimos algumas dificuldades em compreender qual a posição dos entrevistados em relação à(s) opções/visão da educação no concelho, uma vez que tendem a responder de acordo com o seu quadro de referência, conforme o que já foi referido por nós neste capítulo. Isto leva-nos a concluir que as opções estratégicas em termos de educação, não são claras e que os actores auscultados não se sentem envolvidos.

1.2.1.1. Autarcas	"A cada nível e em cada uma das áreas temos definidas várias políticas. Por exemplo, na área da educação fizemos uma grande aposta na renovação de infra-estruturas ao longo destes últimos anos. Antes de conhecermos a obrigação de elaborar as Cartas Educativas, já nós tínhamos como opção política apontar para a criação de centros escolares, chamados agora de centros educativos. Pólos Educativos nos centros das freguesias de forma a melhorar o ensino, quer ao nível da socialização dos alunos, que permitia que eles tivessem maior número de colegas nas turmas". (Ent.1/Aut/2007)
1.2.1.2. Escolares	"A nossa preocupação é acolher todas as crianças, é os alunos virem para a escola, terem sucesso e evitar o abandono; eles sentirem-se bem, como é evidente E terem um espaço agradável, ajardinado, limpo, enfim condições para terem sucesso acima de tudo e para isso temos que responsabilizar os alunos, os pais, o pessoal docente e o pessoal não docente. Temos que ver a educação como um todo e estabelecer parcerias coesas e responsáveis (...)". (Ent.9/Esc/2007)
1.2.1.3. Associativos	"Neste momento penso que [a educação] é uma das grandes preocupações da Câmara e tem que ser mesmo. Há Câmaras que nem sequer se preocupam com isso. A nossa Câmara para além de se preocupar, tenta ajudar ao máximo. É a que promove as actividades extra-curriculares. Houve uma altura em que todas as crianças em idade escolar tinham acesso à piscina municipal. Está a remodelar o Parque Escolar, com alguma resistência por parte dos habitantes de algumas localidades". (Ent.4/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 15 - Visão da educação no território na perspectiva dos actores locais

A visão das opções estratégicas em termos de educação, no concelho de Sever do Vouga materializadas pela Carta Educativa, foi referida apenas pelos actores autárquicos (1 e 6). Da análise do seu discurso, depreendemos que nos últimos 20 anos, a autarquia teve uma **visão prospectiva das políticas a seguir**, antecipando-se por vezes, às orientações do Ministério da Educação.

De seguida, apresentaremos algumas das opções estratégicas referidas por estes dois actores. Da análise da entrevista do autarca 1, concluímos que a criação dos Pólos Educativos na sede de cada freguesia, têm como objectivos: concentrar um

maior número de alunos, de modo a que estes possam ter mais colegas na sala de aula com o mesmo ano lectivo; melhorar a qualidade arquitectónica do edifício no sentido de o dotar de condições ao nível do aquecimento, luminosidade, higiene, segurança e acessibilidade; apetrechar os espaços com equipamentos didácticos de modo a melhorar o processo educativo dos alunos (ex: acesso à internet, biblioteca e espaços ao ar livre).

A autarquia antecipou-se na implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), onde promoviam actividades desportivas para as crianças do 1ºCEB de todo o concelho, com a sua deslocação à vila. Com a obrigatoriedade de oferecer de forma generalizada (Despacho nº 12 591/2006), a autarquia partiu da sua oferta e diversificou as tipologias de actividades (ex: inglês, expressão plástica e educação musical). Assume ainda, que foram pioneiros na implementação das componentes de apoio à família do pré-escolar (prolongamento do horário e refeição), sendo uma oferta que cobre todo o concelho.

Os actores escolares reconhecem que o município de Sever do Vouga tem *'vontades importantes'* em termos de educação e que isso se avalia pela melhoria do Parque Escolar. Contudo, defendem que este deveria ter um papel mais pró-activo, mas os actuais constrangimentos da gestão do currículo nacional ao nível local, por vezes não o permite.

Os actores associativos defendem que o município de Sever do Vouga reconhece o papel da educação no desenvolvimento do território e que tem dado passos significativos na melhoria do seu Parque Escolar e no estabelecimento de protocolos com o objectivo de alargar a oferta em termos de educação e formação.

1.3. Educação Formal

Com esta categoria, não temos a pretensão de caracterizar a oferta educativa em termos de Educação Formal (EF), uma vez que já se apresenta no momento da caracterização do contexto empírico deste estudo (Capítulo VI), mas pretendemos identificar os aspectos positivos e negativos da actual organização territorial da educação em termos de Educação Formal.

1.3.1. Aspectos Positivos

Neste ponto, apresentamos os aspectos positivos da Educação Formal na perspectiva dos vários actores auscultados neste estudo (autárquicos, escolares e associativos).

1.3.1.1. Autarcas	"Neste últimos seis anos, o investimento ultrapassou o meio milhão de contos (...), ou seja para cima de 2,5 milhões de euros, que é um grande investimento num concelho como o nosso com orçamentos relativamente baixos. É um investimento de vulto". (Ent.1/Aut/2007)
1.3.1.2. Escolares	"Sem dúvida que é um papel activo, não só ao nível dos transportes como também das refeições. E quando falo de transportes não é só a vinda à escola e o regresso a casa, nós temos os Percursos Alternativos e para irem às empresas, a Câmara é que disponibiliza esses transportes. Temos alunos da unidade de multi-deficiência que vêm à natação ou às actividades desportivas e a Câmara está a ceder o transporte". (Ent.7/Esc/2007)
1.3.1.3. Associativos	"(...) todas as crianças têm acesso a uma boa educação e a uma escola razoável na medida do possível. (...) [H]á uma boa cobertura. Há boas escolas". (Ent.4/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 16 - Aspectos positivos da Educação Formal na perspectiva dos actores locais

Conforme o que foi expresso anteriormente, o município de Sever do Vouga assume-se como **pioneiro na concretização de várias políticas educativas**, nomeadamente: a avaliação da qualidade dos equipamentos e infra-estruturas; implementação das actividades de enriquecimento curricular; e, as componentes de apoio à família para as crianças do Pré-escolar e 1ºCEB.

Todos os entrevistados fazem referência ao papel crucial que o município tem na gestão territorial da educação. No caso concreto de Sever do Vouga, consideram que está a *'fazer um grande esforço'* e atendendo ao elevado número de competências e parcos recursos, **tem um 'papel activo' na organização e dinamização do Parque Escolar e está 'aberto a solicitações' dos munícipes.**

Um dos aspectos positivos prende-se com a **cobertura global da oferta educativa do concelho**, que proporciona o acesso a uma educação de qualidade, por crianças e jovens de todos os escalões etários.

A autarquia para além de empenhar-se na melhoria do Parque Escolar, optou por um desenvolvimento policêntrico, dotando as freguesias de infra-estruturas, como por exemplo, para a prática de desporto, instalando **um polidesportivo ao ar livre na sede de cada freguesia**, que em alguns dos casos serve de recurso para a prática desportiva dos alunos do 1ºCEB. O entrevistado 3 elogia esta iniciativa.

"Em termos de infra-estruturas penso que temos e o concelho não é muito grande, está disperso, mas já alguns anos atrás tomaram uma política, que eu penso que é correcta, optaram por construir um polidesportivo descoberto na sede de cada freguesia"(1.3.1.3. /Ent.3/Ass/2007).

As actrizes escolares (5,7 e 9) dão ênfase ao **papel da autarquia na gestão dos transportes escolares**, uma vez que reconhecem que não é da sua competência. Mas, atendendo às fragilidades de mobilidade dentro do concelho, é o município que suporta esses custos.

Os transportes referidos anteriormente, não se circunscrevem apenas à deslocação dos alunos para a escola, mas também ao nível da sua inserção no mercado de trabalho e visitas de estudo.

A **Unidade de Multi-deficiência** é vista pela Presidente do Agrupamento, como um aspecto positivo para a educação do concelho. Resultou de um desafio da autarquia ao Agrupamento, no sentido de dar resposta a uma necessidade, que se prendia com a existência de um número considerável de crianças em idade escolar, portadoras de deficiência no concelho, para a qual não existia uma resposta. Esta Unidade é vista pelo Agrupamento como *‘a menina dos nossos olhos’*, na medida em que melhorou a capacidade de resposta para as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Não pode estar localizada na sede do Agrupamento, devido à falta de espaço, tendo sido deslocada para o Jardim-de-Infância de Silva Escura e para assegurar o seu funcionamento, estabeleceu-se um protocolo com a autarquia para a realização dos transportes dos alunos para a Unidade e realização de actividades em outros espaços, como por exemplo, hidroterapia na piscina da APCDI.

Dois dos actores associativos (4 e 8) referem como aspecto positivo, a **articulação entre a autarquia e as escolas ao nível da oferta de formação profissional**, de modo a ir ao encontro dos interesses dos jovens e necessidades do mercado de trabalho na região.

O entrevistado 8 considera que existe **uma preocupação da autarquia ao nível dos Cursos de Educação e Formação para Jovens (CEF) e dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET)**, explícita nas parcerias que foram estabelecidas com as empresas locais e Universidade de Aveiro.

“Penso que há alguns aspectos positivos na educação do concelho, nomeadamente o empenhamento da autarquia e se calhar de alguns professores e responsáveis, que apostam em fazer melhor e fazer bem. Penso que são uma boa aposta os cursos pós-secundários [CET’s- Cursos de Especialização Tecnológica] que a Câmara Municipal tem desenvolvido e tem apoiado e incentivado através de uma parceria com a Universidade de Aveiro e com o VOUGAPARK” (1.3.1.3. /Ent.8/Ins/2007).

A **fatia do orçamento autárquico que é disponibilizado para as questões da educação** é considerada um aspecto positivo pelos actores autárquicos. A análise das

grandes opções do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Sever do Vouga para os anos de 2007 e 2008, leva-nos a constatar que existe um grande investimento ao nível da educação e que este tende a crescer significativamente. Da leitura do quadro 16, verificamos que a rubrica do Desporto e Tempos Livres também possui valores significativos, apesar de se ter verificado ligeiro decréscimo no último ano.

Na nossa opinião, este crescimento poderá estar relacionado com os melhoramentos no Parque Escolar, previstos na Carta Educativa do concelho; com os apoios previstos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 (QREN); e, com o aumento de competências dos municípios ao nível da educação, principalmente ao nível das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Descrição	2007	2008
Educação	1.535.865	2.508.875
Cultura	897.000	860.450
Desporto e Tempos Livres	1.727.100	1.551.000
Acção Social	406.000	448.900
Total	4.565.965€	5.369.225€

Fonte: CMSVV (2007); CMSVV (2008) (adaptado)

Quadro nº 17 – Grandes Opções do Plano

Outro aspecto que consideramos positivo é o envolvimento de todos os actores auscultados nos desígnios da educação do concelho, assumindo que deveriam ter um papel mais activo. Ressaltamos a importância dada pelo Vice-presidente/ Vereador da Educação ao **empenhamento dos vários actores nos desígnios da educação do concelho**.

“(…) [Q]uando há uma aposta que é do concelho ou da autarquia ao nível educacional, deve ser das escolas e dos agrupamentos e ao contrário é a mesma coisa. Nós por exemplo estamos empenhados na construção de uma nova escola EB 2,3 e temos contado com a ajuda e com o interesse do agrupamento de escolas, como eles têm contado com todo o empenhamento da Câmara nesse sentido” (1.3.1.1. /Ent.1/Aut/2007).

A posição deste actor evidencia a abertura do município a que o desenho da política educativa local seja um processo participado.

1.3.2. Aspectos Negativos

Neste ponto, apresentamos os aspectos negativos da Educação Formal na perspectiva dos vários actores (autárquicos, escolares e associativos) auscultados neste estudo.

1.3.2.1. Autarcas	"Existem autarquias em que as condições técnicas e físicas (referindo-me em concreto aos recursos humanos com perfil) e outras onde ainda há muito efectivamente a fazer". (Ent.6/Aut/2007)
1.3.2.2. Escolares	"Relativamente à política educativa da Câmara eu não a conheço, ... (risos) Não sei quais são os objectivos deles,... Eles devem ter uma política educativa, simplesmente acho que ela não é transparente e não é falada, nem discutida com os órgãos de gestão das escolas do concelho. Acho que de certa maneira deviam ser pessoas privilegiadas para manifestarem o que se passa na escola, porque trabalham com a realidade no seu dia-a-dia(...)". (Ent.5/Esc/2007)
1.3.2.3. Associativos	"Em relação à educação e formação de adultos, é uma área que ainda há muito a fazer e que a cooperação inter-institucional é fundamental, até para se identificarem as áreas de actividade que são estratégicas para o futuro e qual o papel que os diferentes actores poderiam ter nessa formação, digamos assim. É uma área que está muito embrionário, mas não é só em Sever do Vouga. Portanto, precisa de uma atenção e de um trabalho específico e depois em inter-ligação com os públicos mais jovens". (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 18 - Aspectos negativos da Educação Formal na perspectiva dos actores locais

Os aspectos negativos da educação no concelho de Sever do Vouga enunciados pelos actores escolares e associativos prendem-se com os constrangimentos que sentem no seu dia-a-dia ou com um desconhecimento das opções estratégias do município.

Alguns dos actores locais (2,5,7 e 9) consideram que um dos aspectos negativos é as **condições físicas e pedagógicas de algumas escolas do 1ºCEB e da Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga**. No entanto, as situações estão identificadas na Carta Educativa e neste momento dependem de apoios no âmbito do QREN.

A cobertura do ensino obrigatório é boa (3 e 4), com a excepção da **formação profissional (3 e 8), uma vez que Sever do Vouga não possui uma Escola Profissional e a Educação de Adultos está sub-aproveitada (2 e 8)**.

O entrevistado 8 fala da necessidade de uma **maior cooperação inter-institucional**, ao nível da identificação conjunta das **áreas geradoras de rendimentos no território**, de modo a efectuarem uma planificação da oferta formativa, que responda às reais necessidades da região e que seja **distribuída equitativamente**, quer ao nível das áreas profissionais, como das diferentes freguesias.

O entrevistado 3 considera que no concelho de **não existe uma promoção do desporto**, referindo a necessidade de a autarquia adquirir um Técnico Superior de Desporto que pudesse apoiar as associações desportivas ao nível da gestão.

A **falta de técnicos** é referida por oito dos actores entrevistados: os autárquicos e escolares fazem referência à falta de animadores, psicólogos e pessoal não docente; os actores associativos referem a falta de técnicos superiores na autarquia que possam fazer um trabalho de maior proximidade com as associações e a falta de pessoal não docente.

Vários actores escolares e institucionais afirmam que **necessitam de mais recursos humanos para assegurar um funcionamento de qualidade**, mas não conseguem suportar esses custos sem apoios externos, como por exemplo, as candidaturas a financiamentos públicos, subsídios dados pela autarquia e segurança social.

A Presidente da Escola Secundária **desconhece a Carta Educativa do concelho de Sever do Vouga e o mesmo acontece em relação à política educativa local**. Esta actriz afirma que o município deve *“(...) ter uma política educativa, simplesmente acho que ela não é transparente e não é falada, nem discutida com os órgãos de gestão das escolas do concelho”* (1.3.2.2./Ent.5/Esc/2007). Pela análise das entrevistas constatámos que **a maioria dos actores locais não reconhece a Carta Educativa como um instrumento estratégico para o planeamento da educação no concelho**, quer por não se sentirem envolvidos na sua construção, quer pelo facto de considerarem que esta se resume a um estudo da evolução demográfica do concelho, que permite gerir a o Parque Escolar.

Consideramos que este é um documento privilegiado em qualquer estratégia de Desenvolvimento Local e que se encontra acessível na página da Internet da autarquia e que tem sido também alvo de divulgação feita pelo Conselho Municipal de Educação. Este documento é estratégico na medida em que faz uma caracterização socio-económica, um diagnóstico de necessidades e potencialidades do concelho e um estudo projectivo da evolução da população com o horizonte de 2011 e, pode dizer-se, tem em vista um processo *participado*, uma vez em que o principal órgão responsável pela sua execução é o Conselho Municipal da Educação, onde os vários actores locais e regionais possuem representação. No entanto, existindo vários níveis de participação e estando presente uma estratégia de democracia representativa, pode simplesmente levar a que determinados grupos populacionais, pelas suas características ou representatividade, não tenham expressão e capacidade de intervir. É aqui que concordamos com a entrevistada 5, quando refere que a política educativa local deveria ser mais transparente e envolver todos os agentes educativos.

1.4. Educação Não Formal

A Educação Não Formal tem vindo a ver reconhecidas as suas potencialidades educativas, uma vez que são actividades que devido à sua intencionalidade educativa, podem complementar o trabalho desenvolvido pela escola. Existem autores que a consideram a '*Escola Paralela*', que permite uma ligação da cultura e da educação. Com esta categoria, apresentamos uma breve caracterização da oferta educativa em termos de Educação Não Formal (ENF), identificando os aspectos positivos e negativos.

1.4.1. Aspectos Positivos

Neste ponto, apresentamos os aspectos positivos da Educação Não Formal na perspectiva dos vários actores auscultados neste estudo (autárquicos, escolares e associativos).

1.4.1.1. Autarcas	"(...) [I]ntegramos as actividades de enriquecimento curricular e aderimos a elas de forma global e com o máximo possível, nas três áreas. E isso quer dizer, mesmo com o apoio dado pelo Ministério da Educação, custa sempre às Câmaras muito mais do que aquele que é dado. Portanto, todas estas coisas são melhorias na qualidade de vida para os cidadãos, são mais hipóteses de melhorar o seu modo de vida e os seus tempos livres (...) e dar alguma garantia às famílias de ocupação útil dos miúdos nas escolas, mas isso custa dinheiro". (Ent.1/Aut/2007)
1.4.1.2. Escolares	"Eles organizam os seus programas de ocupação dos tempos livres que no fundo abrange toda a população de Sever do Vouga, desde que se inscrevam". (Ent.5/Esc/2007)
1.4.1.3. Associativos	"Um das coisas que reparo é que utiliza as várias instituições e organizações do concelho, seja a Desafios, os escuteiros,... para promover acções como a limpeza da Rio Vouga. Penso que existe articulação entre as várias instituições". (Ent.4/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 19 – Aspectos positivos da Educação Não Formal na perspectiva dos actores locais

De um modo geral, os aspectos positivos da Educação Não Formal (ENF) coincidem com os da Educação Formal (EF), o que supomos estar relacionado com as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e a sua ligação ao sistema de ensino formal. Neste sentido, relembramos o **envolvimento e empenhamento da autarquia e a mobilização dos recursos locais** para a prossecução dos objectivos.

A promoção das actividades de ENF é da responsabilidade dos vários actores locais – autárquicos, escolares, associativos e, por vezes, empresariais. Vejamos o quadro síntese, com as actividades promovidas de modo regular pelos actores entrevistados.

Actores	Actividades de Educação Não Formal
Autárquicos	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades de Enriquecimento Curricular - Ocupação dos Tempos Livres - Comemoração de datas festivas (ex: Festa de Natal, Carnaval, Dia do Ambiente, Dia da Criança) - Actividades de Educação Ambiental (ex: ECOVOUGA) - FICAVOUGA- Feira Anual Concelhia - Feira à Moda Antiga - Viagem Sénior
Escolares	<ul style="list-style-type: none"> - Comemoração de datas festivas (ex: Festa de Natal, Carnaval, Dia do Foral de Sever do Vouga, Dia do Ambiente) - Clubes (ex: teatro, fotografia, cinema, ambiente) - Escola de Avós - Parlamento Jovem
Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Comemoração de datas festivas (ex: Festa de Natal, Dia do Ambiente, Carnaval) - Ocupação dos Tempos Livres - Campos de Férias - Convívios inter-geracionais e inter-institucionais - Vougabio- Mostra de Produtos e Iniciativas Locais

Fonte: Própria

Quadro nº 20 – Actividades de Educação Não Formal

O Vice-presidente da Câmara Municipal/Vereador da Educação considera que as actividades de ENF proporcionam o **desenvolvimento integral da criança, a ocupação útil do tempo livre** e conseqüentemente a melhoria da sua qualidade de vida. É importante referir que, estas actividades têm custos elevados, aos quais acresce o do transporte, devido à dispersão do concelho e à necessidade de concentrar os alunos em determinados espaços para que possam usufruir da oferta educativa.

Com as Actividades de Enriquecimento Curricular (Despacho nº12 591/2006), algumas associações locais que possuíam a valência do ATL, viram-se confrontadas com a falta de crianças. A entrevistada 2 partilha desta posição, afirma que os protocolos que foram celebradas com as IPSS e Agrupamento de Escolas tinham como objectivo impedir o encerramento da valência de ATL, uma vez que isso teria implicações ao nível dos postos de trabalho.

“Eu acho que eles estão a fazer uma grande aposta e vê-se pelo parque escolar, pelas actividades, a própria parceria que a Câmara fez com as instituições é uma mais valia, porque eu sei que há muitos municípios, há muitos concelhos em que as instituições com ATL acabaram e aqui não deixam acabar enquanto houver apoio (...)”(1.4.1.3./ Ent.2/Ass/2007).

No âmbito das medidas de implementação da Agenda 21 Local de Sever do Vouga, a autarquia tem estabelecido protocolos com as escolas do concelho, para a implementação de actividades de educação ambiental. Para além das actividades de

Educação Não Formal dirigidas à infância e juventude existem outras, que são da responsabilidade das instituições locais.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) promovem actividades dirigidas à população idosa, como por exemplo a comemoração de datas festivas (ex: Natal, Carnaval, Dia do Idoso, ...), convívios inter-institucionais e inter-geracionais. A autarquia promove anualmente uma viagem sénior, aberta a toda a população com mais de 65 anos. Estas actividades têm uma intencionalidade educativa, pois pretendem promover a ocupação saudável do tempo livre dos idosos, estabelecer a solidariedade e convívio inter-geracional.

A Associação de Desenvolvimento Local, por nós auscultada, promove actividades de educação não formal com o objectivo de promover a valorização da cultura local. São exemplos a actividades de Educação Transgeracional, onde desenvolveram um leque oficinas que envolveu a comunidade local e os alunos do 1ºCEB da freguesia de Couto de Esteves no âmbito da recolha de saberes ligados aos serões à lareira, produção de pão, música e sabores locais; a VOUGABIO – Mostra de Produtos; as Oficinas de Educação Ambiental ligadas à Permacultura, Agricultura Biológica e preservação das sementes autóctones; e, Iniciativas Locais – com o objectivo de divulgar os produtos locais de qualidade e as iniciativas de criação do próprio emprego.

1.4.2. Aspectos Negativos

Neste ponto, apresentamos os aspectos negativos da Educação Não Formal na perspectiva dos vários actores auscultados neste estudo.

1.4.2.1. Autarcas	
1.4.2.2. Escolares	“(…) [E]u não sei se essas actividades seriam para desenvolver as capacidades e competências nos jovens, se seriam para servir os pais, para terem os filhos ocupados nessas alturas”. (Ent.5/Esc/2007)
1.4.2.3. Associativos	“(…) que eles [autarquia] deveriam intervir um pouco mais, porque eles não têm muitas tipologias de actividades. Se calhar não estão vocacionados para isso... Poderiam ter outra forma de actuar muito mais vocacionada para o desporto, já que nós não temos capacidade organizativa, então vamos dar meios, sejam financeiros, sejam logísticos aos clubes ou às instituições do concelho, que são muitas, para eles poderem organizar”. (Ent.3/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 21 – Aspectos negativos da Educação Não Formal na perspectiva dos actores locais

Os actores escolares e associativos referiram como aspectos negativos da ENF, **a tipologias de actividades e a sua utilidade.**

O entrevistado 3, que é director de uma Associação Cultural e Recreativa, defende um maior envolvimento da autarquia na promoção de actividades de ENF. Da

interpretação que fazemos do seu discurso, consideramos que este não se refere às AEC, mas sim às actividades que são oferecidas aos jovens, em geral, para a ocupação saudável do tempo livre, como por exemplo, a prática desportiva, o acesso às tecnologias da informação e comunicação e o voluntariado.

Para as duas Presidentes dos Conselhos Executivos, estas actividades inserem-se na perspectiva da *'escola a tempo inteiro'* e servem na maioria dos casos para **manter as/os crianças/jovens ocupados, enquanto os pais trabalham e não para desenvolver competências como a criatividade e a cidadania activa**. Acrescentam ainda, que para proporcionar este tipo de actividades **é preciso dotar as escolas de meios**. Não é possível proporcionar educação física numa escola do 1ºCEB que nem sequer tem uma sala polivalente ou um espaço desportivo.

Entendemos que como estas actividades não são de carácter obrigatório, cabe aos pais decidirem onde querem colocar os seus filhos – actividades de enriquecimento curricular, ATL ou noutra forma encontrada pela família. No entanto, há um problema que é colocado pelos actores: onde vamos colocar as crianças/jovens. A verdade é que por vezes não existem alternativas.

Da leitura dos dados recolhidos pelas entrevistas semi-estruturadas, verificamos que todos os actores locais sugerem que as actividades de Educação Não Formal deveriam partir da escola, numa lógica de complementar os saberes e competências adquiridos na escola. Nós, defendemos que estas devem ter autonomia e se devem alargar à comunidade local, inscrevendo-se num período contínuo que é a vida, de modo a que todos os actores locais possam ter acesso à Aprendizagem ao Longo da Vida.

Existem iniciativas locais e infra-estruturas, mas falta um plano que articule todas as potencialidades educativas. Para isso, é fundamental que se reconheça a importância da Educação Não Formal para uma estratégia de Animação Comunitária.

1.5. Conselho Municipal de Educação

O decreto-lei nº7/2003 define que o Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover a nível municipal a coordenação da política educativa articulando os agentes educativos, os parceiros sociais e as ofertas. Sentimos alguns constrangimentos na recolha da informação

nesta categoria, porque apenas o Vereador da Educação possui assento no Conselho Municipal de Educação⁴².

1.5.1. Funcionamento

Neste ponto, apresentamos a percepção dos actores relativamente ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, nomeadamente ao nível da periodicidade da realização dos Conselhos.

1.5.1.1. Autarcas	<p>“(…) há um trabalho conjunto permanente e temos muito boas relações, com qualquer dos órgãos de gestão, quer seja da Escola Secundária, quer seja do Agrupamento. E temos também uma colaboração ao nível institucional em determinadas áreas. Normalmente, eles colaboram e participam activamente nos Conselhos Municipais, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação, mas também a outro níveis”. (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>“(…) reunimo-nos regularmente e é constituído por gente de todas as áreas ligadas à educação, directamente implicadas ou não, representantes de instituições de solidariedade social, as escolas, os agrupamentos, a segurança, o instituto de emprego, a DREC, etc. Todos têm estado com regularidade presentes”. (Ent.1/Aut/2007)</p>
1.5.1.2. Escolares	<p>“(…) nós temos um elemento, porque como somos Escola Secundária temos direito a ter um elemento e é uma pessoa do concelho, com uma larga experiência ao nível da educação, que já esteve à frente do órgão de gestão desta escola e que de facto conhece muito bem o concelho e que foi uma das impulsionadoras que fosse o próprio Conselho Municipal de Educação a dar o primeiro passo e a fazer esse levantamento de tudo o que dizia respeito ao Parque Escolar e em termos de políticas educativas a seguir”. (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>“É uma colega do 1º Ciclo (...) [a representante do Agrupamento no Conselho Municipal de Educação]”. (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>“Não sou eu, temos um docente que representa o pré-escolar e um o ensino básico”. (Ent.9/Esc/2007)</p>
1.5.1.3. Associativos	<p>“No Conselho Municipal de Educação eu estive a representar, mas não era como representante das instituições,... sei que neste momento é o Padre Licínio o representante das associações, que é o presidente do Centro Social Maria da Glória, é ele que nos representa a todos”. (Ent.2/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 22 – Funcionamento do Conselho Municipal de Educação na percepção dos actores locais

A entrevistada 2 referiu que já foi a representante das associações locais, mas que agora essa função é desempenhada pelo director do Centro Social Maria da Glória. Importa ainda referir que alguns dos actores associativos, desconheciam a existência de um representante no Conselho Municipal de Educação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

⁴² Segundo a análise Decreto-lei nº7/2003 o Conselho Municipal de Educação é composto: presidente da câmara municipal; presidente da assembleia municipal; vereador da educação; director regional de educação; representante do pessoal docente do ensino secundário público; representante do pessoal docente do ensino básico público; representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública; dois representantes das associações de pais e encarregados de educação; representante das associações de estudantes; representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam actividade na área da educação; representante dos serviços públicos de saúde; representante dos serviços da segurança social; representante dos serviços de emprego e formação profissional; representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; e, representante das forças de segurança.

Os actores escolares auscultados são representados por colegas, que residem no concelho e têm uma vasta experiência em educação.

Na opinião do Vereador da Educação o Conselho Municipal da Educação tem funcionado com regularidade e existe uma boa relação entre todos os membros. Na perspectiva do mesmo actor, esta boa relação deve-se à dimensão do concelho e à relação de proximidade que existe entre as várias instituições locais.

1.5.2. Decisões importantes

O decreto-lei nº 7/2003 refere que o Conselho Municipal de Educação toma decisões sobre os seguintes assuntos: articulação da política educativa com outras políticas sociais; acompanhamento e monitorização do processo de elaboração da Carta Educativa; participação e negociação e execução dos contratos de autonomia; apreciação de projectos educativos; adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação; medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional e da promoção de aprendizagens ao longo da vida; programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos; e, intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

1.5.2.1. Autarcas	"O Conselho Municipal de Educação, esse funciona com regularidade e não diria que toma decisões, mas dá indicações e pareceres importantes na política de educação do concelho". (Ent.1/Aut/2007)
1.5.2.2. Escolares	
1.5.2.3. Associativos	

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 23 – Decisões importantes do Conselho Municipal da Educação
na percepção dos actores locais

Segundo o que nos foi possível inferir da leitura da entrevista do Vereador da Educação, os membros do Conselho Municipal de Educação são bastante participativos e tiveram um **envolvimento bastante activo na construção da Carta Educativa**, na qual foi constituído um grupo para efectuar o diagnóstico em colaboração com os técnicos da autarquia.

Quando confrontámos este autarca com o facto de o Conselho Municipal de Educação tomar decisões importantes, este referiu-nos que

“(…) funciona com regularidade e não diria que toma decisões, mas dá indicações e pareceres importantes na política de educação do concelho” (1.5.2.1. /Ent.1/Aut/2007).

De facto é do nosso conhecimento, que todos os projectos educativos de âmbito local na qual estejam envolvidas as escolas, são discutidos no Conselho Municipal de Educação e emitidos pareceres sobre a sua pertinência.

1.6. Parcerias

A existência de parcerias entre a Câmara Municipal, o Agrupamento, a Escola Secundária, as instituições locais e as empresas é uma prática comum no concelho de Sever do Vouga. Podemos afirmar, pelo conhecimento que temos do contexto empírico, que muitas das actividades que se fazem nas escolas, nas instituições, quer ao nível educativo, quer cultural, social ou desportivo, não seriam possíveis sem a sua existência. No decorrer das entrevistas, tivemos a percepção de que as parcerias não tinham todas o mesmo cariz, umas, eram formais, outras, informais, umas, tinham um carácter permanente e, outras eram ocasionais.

1.6.1. Existentes

Neste ponto, apresentamos as percepções dos entrevistados em relação às parcerias existentes no concelho de Sever do Vouga, que têm como objectivos melhorar a intervenção socioeducativa.

1.6.1.1. Autarcas	“(…) não tem sido difícil estabelecer parcerias, pelo menos com as Instituições de Solidariedade Social, tem-se conseguido fazer parcerias. Ou com a Juntas de Freguesia, ou com as colectividades também. Nós temos uma série de protocolos com as colectividades. Não tem sido assim tão difícil”. (Ent.1/Aut/2007)
1.6.1.2. Escolares	“Nós temos tentado dar alguns passos para que haja uma aproximação, porque não faz sentido que duas escolas aqui encostadas não consigam fazer essa articulação, mas de facto é uma tarefa que é um bocadinho... eu diria que isto é quase uma utopia. Se por partes dos órgãos de gestão há a tentativa de fazer essa aproximação, por parte dos recursos humanos que pertencem a cada uma das escolas já é difícil a conciliação”. (Ent.5/Esc/2007)
1.6.1.3. Associativos	“O papel da Fundação em relação à autarquia é de estreita colaboração, sendo que a parceria pode ser formal ou informal. A parceria na maioria das vezes é estabelecida de uma maneira informal, no trabalho entre técnicos para ultrapassar dificuldades pontuais, outras vezes é estabelecida formalmente, ao nível dos corpos dirigentes”. (Ent.4/Ass/2007) “No ano passado houve uma parceria com a EB 2 e 3 de Sever do Vouga, com duas turmas dos percursos alternativos, mas foi um trabalho pontual e não está estruturado em termos de futuro, onde desenvolvemos um conjunto de oficinas onde se trabalha ao auto-conhecimento relativamente aos processos de aprendizagem, o projecto de vida e o conhecimento e valorização da cultura local. É uma área onde podemos investir mais, mas de momento não está nada pensado”. (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 24 - Parcerias existentes na percepção dos actores locais

Todos os actores auscultados reconhecem a existência de parcerias sistemáticas com a autarquia, o Agrupamento de escolas, as instituições e as empresas.

O Vice-presidente/Vereador da Educação afirma que não é difícil estabelecer parcerias no seu município. Pelas respostas que fomos obtendo, inferimos que há muitas e diversas parcerias sistemáticas, em quantidade e qualidade.

A entrevistada 7 sintetiza algumas das parcerias sistemáticas, que são estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Sever do Vouga.

“Ao nível dos transportes dos PCA [Percurso Alternativos]; ao nível das AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] onde a Câmara é a entidade promotora; ao nível do prolongamento do horário dos Jardins-de-infância que funciona antes das 9h da manhã e depois das 15h30m, onde a Câmara assegura os funcionários; ao nível do pagamento dos salários às POC's [Programas Ocupacionais] dos Jardins-de-infância e do 1ºCEB; ao nível do fornecimento dos almoços em todas as escolas do 1º CEB não abrangidas pelos ATL's [Ateliers de Tempos Livres]; ao nível do contributo ao 1º CEB através da caixa escolar e do subsídio a livros e material escolar para as crianças carenciadas (...)” (1.6.1.2. /Ent.7/Esc/2007).

Na realidade, há efectivamente parcerias sistemáticas entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas e a Escola Secundária de Sever do Vouga, que começam logo com o Projecto Educativo de Escola, onde o município é referido como um dos parceiros.

Se a relação com o Agrupamento é de alguma ‘dependência’ em relação à autarquia, devido às competências que a autarquia tem ao nível desta faixa etária, o mesmo não se verifica para a Escola Secundária com 3º ciclo de Sever do Vouga,

“Não está dependente da Câmara Municipal, não recebe subsídios da Câmara Municipal, temos apenas alguns apoios para algumas iniciativas e a Câmara sempre se disponibiliza, como por exemplo disponibilizar espaços dos Centro das Artes para quando organizamos palestras, para quando convidamos grupos de teatro, nesse aspecto há essa colaboração. No entanto, articulamos com a Câmara e desenvolvemos actividades em conjunto, mas no fundo a Câmara é um parceiro. Não podemos dizer que é um suporte para a escola (...)” (1.6.1.2. /Ent.5/Esc/2007).

Ao longo das entrevistas, fomos confrontando os vários actores sobre a razão de a Escola Secundária não estar agregada ao Agrupamento, dada a sua proximidade. Concluimos que apesar de todos os entrevistados considerarem que num futuro próximo essa junção acontecerá, a gestão de um *'mega-agrupamento'* devido à

heterogeneidade de faixas etárias e de interesses será difícil, mas não impossível. No entanto, existe uma articulação e uma relação de proximidade entre os dois Conselhos Executivos, com o objectivo de definirem algumas estratégias em comum e de acompanharem o percurso de determinados alunos.

Qualquer decisão importante em termos de educação para o concelho, deve ser assumida por todos os actores locais, como afirmou o autarca 1, para as quais são necessárias parcerias. Neste sentido, a autarquia é sempre vista como um parceiro estratégico.

Recentemente, com as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o 1º CEB, a Câmara Municipal foi a *'Entidade Promotora'*, que estabeleceu um conjunto de protocolos com as associações locais que possuíam a valência de ATL, conforme o que referimos anteriormente.

“Com a implementação desta nova modalidade fez-se o alargamento das actividades às outras disciplinas, nomeadamente à música, estudo acompanhado... E o inglês, passou a ser feito nas escolas ou nas instituições com quem protocolámos. Fizemos vários protocolos com as instituições de solidariedade social do concelho, com as 5 [Santa Casa da Misericórdia; Fundação Bernardo Barbosa de Quadros; Centro Social Maria da Glória, APCDI; Centro de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga] todas elas têm protocolos connosco e são elas que muitas das vezes dão o espaço e... contratam as pessoas e nós suportamos os custos de tal situação” (1.6.1.1. /Ent.1/Aut/2007).

Se as actuais discussões ao nível da ANMP se centram nas autarquias estarem a fazer muito mais do que é a sua competência no campo da educação, o município de Sever do Vouga está seguramente nesta posição.

As parcerias não se centram só ao nível da *“autarquia – escolas – associações”*, estas também se verificam entre associações, entre as associações e a autarquia e entre as associações e as escolas para o desenvolvimento de projectos. Para além das parcerias sistemáticas referidas anteriormente, existem outras ocasionais, que não são contempladas no Plano Anual de Actividades de cada instituição e da própria autarquia, para o qual é necessária uma análise do ‘caso’ (ex: os estágios no âmbito dos cursos EFA e a participação numa iniciativa).

1.6.2. Desejáveis

Neste ponto, tentámos recolher informações de eventuais parcerias estratégicas que deveriam ser estabelecidas no concelho com o objectivo de melhorar a intervenção socioeducativa.

1.6.2.1. Autarcas	
1.6.2.2. Escolares	
1.6.2.3. Associativos	“Quando nós nos sentamos, os vários actores, cada actor tem os seus interesses e objectivos e penso que Sever do Vouga também não foge à regra. E vai ter que se fazer bastante trabalho para que os actores se despojem dos seus interesses mais particulares e possam colocar em favor do conjunto os seus conhecimentos o seu entusiasmo e as suas energias, para poder levar a bom termo uma iniciativa que se reveste de muitos aspectos inovadores. E estas iniciativas são inovadoras, mas também se revestem de algum risco e há sempre aquelas pessoas e entidades que não gostam de arriscar”. (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 25 - Parcerias desejáveis na percepção dos actores locais

No que se refere às parcerias desejáveis, apenas os actores associativos apresentaram propostas concretas do que gostariam que fosse feito, o que nos faz supor que as associações locais não se sentem plenamente envolvidas e têm vontade de incutir algumas mudanças.

A entrevistada 4 faz referência à existência de parcerias com os vários actores locais – Associações de Pais, autarquia – para que todos trabalhem para um mesmo objectivo, “*o sucesso educativo*” das crianças e jovens.

O entrevistado 8 refere que é necessário fazer um trabalho ao nível da cooperação institucional, no sentido de os actores locais se despojarem dos seus interesses individuais e institucionais e trabalharem em prol de um projecto comum. Pelo exposto, parece-nos que é importante trabalhar a visão do futuro do território e apostar num planeamento participado, onde se definem objectivos e metas comuns e o contributo que cada agente educativo pode dar para a prossecução dessas metas. Este tipo de trabalho exige uma boa liderança.

Do que apurámos das entrevistas, fazem-se parcerias em Sever do Vouga, onde o principal parceiro é o município, e que, para além das parcerias sistemáticas, existem, pela força das circunstâncias, as parcerias ocasionais e de carácter informal. No nosso entender, não se trata de medir forças entre a município e a escola, mas de melhorar a qualidade da intervenção socioeducativa. As razões que fundamentam esta afirmação prendem-se pelas possibilidades logísticas, humanas, técnicas, entre outras, que o município dispõe e que poderá colocar ao serviço da escola. A mesma escola que, em função desses meios poderá formar quadros que podem mais tarde

ser úteis à própria autarquia, ao desenvolvimento cultural e cívico das populações, à projecção do município tanto à escala nacional como transnacional.

1.7. Competências do Município

Conforme o que temos vindo a referir, os municípios confrontam-se com várias competências ao nível da educação. O quadro seguinte ajuda-nos a ter uma visão das inúmeras competências que as autarquias têm nesta matéria.

Enquadramento Legal	Atribuições Municipais
1. Actividades no âmbito da educação atribuídas por lei aos municípios	<ul style="list-style-type: none"> - Construção, manutenção e equipamento de edifícios de educação pré-escolar e 1º CEB - Transportes escolares para o ensino básico - Acção social escolar para educação pré-escolar e 1ºCEB - Participação nas Assembleias de Escola - Participação na constituição de agrupamentos de escolas - Elaboração do projecto de Carta Educativa Concelhia - Gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e 1ºCEB - Constituição e presidência do Conselho Municipal de Educação - Promoção de Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1ºCEB
2. Outras actividades de intervenção educativa previstas de carácter facultativo	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de parcerias para a criação de escolas de ensino artístico, profissional e tecnológico - Celebração de protocolos de cooperação para expansão da educação pré-escolar - Coordenação de actividades de intervenção educativa local através do Conselho Municipal de Educação com vista à definição de uma política educativa local - Apoios a actividades e eventos promovidos pelas escolas da educação Pré-escolar e ensino básico do 1º Ciclo - Desenvolvimento de projectos de animação desportiva e de ocupação de tempos livres para esses níveis de ensino.
3. Actividades, projectos e equipamentos educativos de iniciativa municipal e não referidos expressamente na lei	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a projectos e eventos de outros níveis de ensino - Apoios logísticos, de materiais e subsídios de transporte para o ensino secundário - Arranjos urbanísticos de acessos e de jardins dos estabelecimentos de ensino - Construção de equipamentos para uso comum de todas as escolas tais como, bibliotecas, ludotecas, centros de recursos educativos, piscinas, quintas pedagógicas, espaços polivalentes - Constituição de equipas docentes e outros técnicos sociais para apoiar escolas em actividades específicas de educação física, artística, sanitária e ambiental - Desenvolvimento de projectos específicos de enriquecimento e complemento curricular, tais como educação para a cidadania, educação multicultural, educação para a ciência
4. Actividades de intervenção e mediação política	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de recursos locais - Mediação nos conflitos ou tensões locais entre escolas, famílias e populações - Exercício de <i>lobbying</i> junto dos órgãos políticos ou agentes económicos para obtenção de recursos e apoios para formações existentes ou criação de cursos ou escolas de diferentes níveis no território municipal

Fonte: Fernandes (2006:217-218) (adaptado)

Quadro nº 26 - Intervenções Municipais no âmbito da Educação

Para além das competências atribuídas por lei, existem muitas outras que são exercidas pelo município, devido à proximidade com os actores e conhecimento das suas necessidades.

1.7.1. Actuais

Neste ponto, pretendíamos conhecer a percepção dos entrevistados sobre as actuais competências dos municípios na área de educação e de que forma elas se sentem no concelho de Sever do Vouga.

1.7.1.1. Autarcas	“(…) [E]sta indefinição, ao nível dos transportes, ao nível das próprias competências na área do pessoal, nomeadamente ao nível do pessoal auxiliar gera alguns conflitos e depois ninguém se entende. (…) Embora a competência dos transportes, seja grande parte dela do Ministério da Educação, nós sabemos que no terreno não é isso que se passa, as Câmaras é que suportam a grande fatia do bolo e a nós custa-nos muito dinheiro do orçamento. No caso do pessoal é igual, quando há falhas, por falta de pessoal auxiliar, não é ao Ministério que as pessoas se vão queixar, nem aos professores, nem aos educadores é à Câmara”. (Ent.1/Aut/2007)
1.7.1.2. Escolares	“Uma das coisas que se tem falado ultimamente é ao nível do pessoal não docente e digo pela minha experiência que de facto o pessoal não docente, a parte dos recursos humanos é a parte mais sensível destas organizações e de qualquer organização. Portanto, eu não sei até que ponto a Câmara Municipal, poderá ter uma proximidade suficiente para que consiga uma boa relação e gerir bem os recursos humanos”. (Ent.5/Esc/2007)
1.7.1.3. Associativos	“Eles queixam-se que cada vez mais atribuições de competências, mas que as contrapartidas financeiras não dão”. (Ent.2/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 27 – Actuais competências do município na percepção dos actores locais

Para o Vice-Presidente/Vereador da Educação existe uma **indefinição da responsabilidade das competências em algumas áreas**, o que torna difícil a gestão local da educação. Dá como exemplo, a contratação do pessoal não docente e a consequente orientação destes profissionais, uma vez que uns são funcionários do Ministério da Educação e outros são funcionários da autarquia. Neste sentido, o mais importante que a atribuição de competências é a sua clara definição, porque

“(…) há determinadas coisas que era bom que não funcionassem assim, de forma espartilhada e que fossem muito mais directas, independentemente de ser por nós ou pelo Ministério” (1.7.1.1. /Ent.1/Aut/2007).

Acrescenta ainda, que a **atribuição de competências tem que ser compensada financeiramente**, porque a autarquia se vê confrontada com um acréscimo significativo de competências ao nível da educação e as contrapartidas financeiras não são suficientes.

As actrizes escolares (5,7 e 9) partilham da opinião deste actor, ao nível da necessidade de (re)definir as competências dos municípios, principalmente no que se refere ao pessoal não docente. No entanto, não estão de acordo em relação a quem deve ser atribuída a competência – ao município ou ao Ministério da Educação. Os entrevistados 7 e 9 defendem que deve ser o município, que pela sua proximidade e conhecimento dos problemas, deveria ter a competência de contratação do pessoal

não docente. A entrevistada 5 questiona esta proximidade, a capacidade de fazer o recrutamento de forma isenta e uma gestão de qualidade dos recursos humanos.

Os actores associativos partilham da opinião do Vereador da Educação, no que se refere à necessidade de harmonizar a definição de competências e as respectivas contrapartidas financeiras.

O entrevistado 8 apresenta-nos uma perspectiva de definição de competências, com a qual concordamos, que se baseia na clara definição de competências ao nível local e supra-local e depois encontrar formas de articulação das diferentes áreas de competência.

“(…) [E]u acho que seria útil era ter a capacidade de definir aquilo que são competências no local e as competências que deveriam ser exercidas ao nível supra-local, nacional ou regional. Depois deveríamos ver muito bem como é que essas competências se tinham de coordenar ou de interagir umas com as outras” (1.7.1.3. /Ent.8/Ass/2007).

1.7.2. Desejáveis

Neste ponto, pretendíamos identificar a posição dos actores locais, relativamente às competências que seriam desejáveis transitar para o município, com o objectivo de melhorar a qualidade da intervenção socioeducativa, tendo em atenção as especificidades de cada território.

1.7.2.1. Autarcas	“(…) é evidente que todas as transferências de competências que forem feitas para as autarquias tem que ser compensadas”. (Ent.1/Aut/2007)
1.7.2.2. Escolares	“Em relação ao pessoal não docente, talvez até faça algum sentido porque nós temos alguns problemas, embora aí também trabalhemos em parceria. Como nós somos um Agrupamento, temos pessoal do Ministério da Educação ao nível dos Jardins-de-Infância e temos pessoal da autarquia e os horários já são conciliados, porque antes existia aquela situação de os funcionários do Ministério da Educação faziam um horário e o pessoal contratado pela autarquia faziam outro. Agora têm o horário conciliado e é-lhes pedido que trabalhem em parceria”. (2.1.2.2. /Ent.9/Esc/2007)
1.7.2.3. Associativos	“Em termos de infra-estruturas eu penso que eles delegam um bocado nas Câmaras. Agora em termos de outras situações como o prolongamento de horários também estão a fazer isso. Mais do que isso, não estou a ver o Ministério da Educação a delegar nas Câmaras Municipais”. (Ent.3/Ass/2007) “Temos que rentabilizar o que nós temos e isso só é possível se cada um fizer o seu papel. E muitas vezes dizemos só vou até aqui porque é até aqui o meu papel, e se todos fizermos isso, fica ali um espaço que não é de ninguém. Acho que não podemos ficar só pela nossa competência, temos que dar um passo à frente”. (Ent.4/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 28 – Competências desejáveis do município na percepção dos actores locais

A Presidente do Agrupamento perspectiva que num futuro próximo as autarquias terão a **competência de contratação do pessoal não docente e posteriormente o pessoal docente**. Esta opinião veio a ser confirmada pelo Ministério da Educação, que

a partir do ano lectivo de 2008/2009, delegou nas autarquias a gestão do Parque Escolar até ao 9º ano, incluindo a contratação do pessoal não docente.

O entrevistado 3 considera que será difícil o Ministério da Educação delegar mais competências do que as actuais, uma vez que este pretende o controlo da educação no país.

A entrevistada 4 afirma que é necessário rentabilizar os recursos locais e que para além destas competências que são definidas ao nível do município e da escola, será necessária uma clara definição das competências das associações locais.

A título de síntese, afirmamos que Sever do Vouga se inscreve dentro dos municípios que realizam mais do que as suas competências atribuídas por lei. Neste sentido, vê-se confrontado com problemas acrescidos, nomeadamente ao nível da indefinição de competências, falta de recursos financeiros e técnicos e às constantes solicitações da população.

Os actores locais apelam a uma criteriosa definição de competências, entre as quais: a contratação de pessoal não docente e docente; o pagamento dos salários; a disponibilização dos técnicos da autarquia (de Acção Social, de Educação, entre outros) para em conjunto com os Conselhos Executivos delinear uma política educativa que venha dar resposta à especificidade do território; e, a disponibilização de uma rede de transportes compatível com as necessidades.

Todos os entrevistados posicionam-se numa perspectiva de progressiva delegação de competências do Ministério da Educação nos municípios e nas escolas.

2. Perspectivas Educacionais

Ao longo do nosso trabalho, tentámos conhecer o posicionamento dos actores locais, relativamente às perspectivas futuras da educação e à participação dos actores locais.

Várias questões se colocam: Qual a tendência da educação em Portugal? Que sinais se sentem no concelho de Sever do Vouga? Será que a lógica do mercado irá invadir a educação? O Ministério da Educação continuará a delegar competências nos municípios e nas escolas? Quem assumirá a liderança da educação? Qual o papel dos municípios na gestão territorial da educação? Que posição assumirá a sociedade civil, face aos desígnios da educação da sua comunidade?

Estas são algumas das questões que tentaremos dar resposta nos tópicos seguintes deste trabalho.

2.1. Educação

Nesta categoria apresentamos o posicionamento dos entrevistados em relação à Aprendizagem ao Longo da Vida e as suas perspectivas em relação ao futuro da educação em Portugal, bem como sobre as repercussões no concelho de discussões sobre a questão público/privado, (des)centralização e liderança.

2.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida

O Movimento das Cidades Educadoras inscreve-se nos paradigmas educacionais que fazem ruptura com a Educação Formal, defendendo que a ‘*escola*’ não consegue dar resposta aos desafios da sociedade actual – flexibilidade, adaptabilidade, criatividade e autonomia – que exigem cada vez mais saberes e competências. Neste sentido, ao longo do nosso estudo quisemos conhecer o posicionamento dos actores locais relativamente à ‘*Aprendizagem ao Longo da Vida*’, onde

“[a] vida, na sua multifacetada plenitude, passa a ser a sede e a narrativa por excelência de aprender que nela tem lugar na medida em que nela habita a

criação e a fruição continuada de experiências com significado”
 (Carneiro,2001:29).

Experiências, que geram uma *‘leitura do mundo’, ‘mais conhecimentos’* e consequentemente, *‘mais competências’*. Neste paradigma, a *‘vida’* e os seus vários contextos constituem o palco de todas as aprendizagens. De seguida apresentaremos alguns dos discursos dos actores relativamente à forma como percebem a Aprendizagem ao Longo da Vida e as suas repercussões no concelho.

2.1.1.1. Autarcas	<p>“A Câmara tem dado formação aos seus activos a todos os níveis de formação profissional, de todos os grupos, desde à 3 ou 4 anos a esta parte, com protocolos com instituições de formação, nomeadamente com uma empresa de formação,... uma das grandes empresas nacionais de formação, que é a TECNOFORMA, inclusive é também nossa parceira no VougaPark. Mas já é parceira há uns anos através da formação a vários níveis, através da formação-acção, directamente para a criação de determinados planos estratégicos até dentro da autarquia, colaborou connosco e está a colaborar na elaboração da Agenda 21 Local”. (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>“Quando se fala da cidade educadora as pessoas esquecem-se do rural, por outro lado dá a ideia de escola, escola. E sabe que a vida é a maior escola que nós temos (...) Eu acho que é necessário desmistificarmos, porque a vida é a melhor escola que nós temos. Agora depende do percurso de vida, e do projecto(s) de vida que queremos assumir”. (Ent.6/Aut/2007)</p>
2.1.1.2. Escolares	<p>“O funcionário que está na biblioteca faz formação frequentemente sobre biblioteca e portanto nós proporcionamos aos nossos funcionários, sejam os administrativos que vão fazendo várias formações em contabilidade, na área de alunos, porque é importante eles irem mantendo sempre essas competências em constante desenvolvimento. Antigamente não se via isso, as pessoas vinham, faziam aquele trabalhinho tipo guarda-livros o que não sabiam iam perguntar ao director e depois o director é que tinha que fazer”. (Ent.5/Esc/2007)</p>
2.1.1.3. Associativos	<p>“(…)Temos parcerias como o Centro de Emprego de Gueda e com a Liconsultores, onde os funcionários das várias IPSS do concelho se deslocam normalmente à APCDI para fazer formação, por exemplo os cursos de <i>“Primeiros Socorros”</i>. Decorreu um aqui na Fundação que envolveu todos os funcionários sobre <i>“Alimentação e Nutrição”</i>. (Ent.4/Ass/2007)</p> <p>“[o] acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental”. (Ent.8/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 29 – Perspectivas dos actores locais relativamente à Aprendizagem ao Longo da Vida

Na análise dos discursos dos entrevistados, verificámos que **valorizam a Aprendizagem ao Longo da Vida** e encaram-na como um meio de promoção do desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário.

Os entrevistados 7 e 8 defendem que é necessário que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, ao longo de toda a sua vida. Tudo isto, porque vivemos numa *‘sociedade do conhecimento’*, em constante mutação e os saberes evoluem rapidamente, sendo necessário que o cidadão se adapte constantemente à mudança.

Para a autarca 6, o actual **sistema educativo encontra-se muito centrado na Educação Formal**, negligenciando por vezes outros espaços e tempos de aprendizagem, que são fundamentais na construção do ser humano. Por outro lado, o sistema de ensino centra-se numa perspectiva de *‘consumo de um modelo’*,

menosprezando o papel activo e autónomo da pessoa na definição do seu projecto de vida e percurso de formação.

O Vice-presidente/Vereador da Educação da Câmara Municipal, afirma que a autarquia se encontra envolvida na promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida de todos os munícipes, disponibilizando uma rede de educação e formação que abrange todas as faixas etárias e um leque diversificado de actividades de Educação Não Formal, ligadas à valorização do património local, educação ambiental e cidadania activa, bem como, seminários, conferências e exposições.

Na análise do discurso deste actor, foram identificados os seguintes incentivos à Aprendizagem ao Longo da Vida: formação-acção, para os funcionários da autarquia com o objectivo de elaborar os planos estratégicos do concelho e implementar a Agenda 21 Local; incentivo ao desenvolvimento pessoal, através de parcerias com a extensão de Educação de Adultos, onde se promoviam cursos de valorização pessoal e acções Sber ; incentivo à certificação escolar e profissional, ao nível das parcerias com o Centro de Novas Oportunidades (CNO), VOUGAPARK e Fundação Solidários; e, colaboração com os funcionários da autarquia que desejem prosseguir os seus estudos.

As actrizes escolares incentivam a Aprendizagem ao Longo da Vida, através de: reuniões de reflexão e envolvimento progressivo em projectos; promoção do acesso à informação; o Plano Anual de Actividades contempla formação para professores e pessoal não docente; e, apoio na conciliação do *'Trabalho- Prosseguimento de Estudos'*.

Os actores associativos também incentivam a sua equipa técnica a melhorar os seus conhecimentos, através de: reuniões de reflexão; promoção do acesso à informação (ex: legislação, normas técnicas, formações, seminários); apoio na conciliação do *'Trabalho-Prosseguimento de Estudos'* (ex: estatuto do trabalhador estudante, flexibilidade de horários, disponibilização de transportes); e, formação de activos.

A título de síntese, reconhecemos que os entrevistados valorizam a *'Aprendizagem ao Longo da Vida'*, considerando-a um factor de desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário. No entanto, especulamos que os incentivos à aprendizagem se devem às constantes mutações e às exigências (normativas e técnicas) da nossa sociedade. Por exemplo, a formação de *'motoristas'*, onde é feito um trabalho de sensibilização ao nível da prevenção e segurança rodoviária, consideramos que não teria sido realizada, sem a obrigatoriedade da certificação dos

condutores. Acresce ainda, que a visão da *‘Aprendizagem ao Longo da Vida’* espelhada em sete das entrevistas, encontra-se direccionada para a *‘adaptabilidade ao posto de trabalho’*, o que no nosso entender, deveria servir para construir um cidadão mais autónomo e participativo. Pires (1987) citado por Nogueira (1996:36) considera que este tipo de aprendizagem permite a construção de um *‘cidadão ideal’*:

“(...) livre, responsável, autónomo, solidário (com os outros), possuidor de um espírito (democrático e pluralista, respeitador dos outros, das suas ideias e das suas culturas, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, crítico e criativo em relação ao meio social) capaz de uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos, com capacidade para o trabalho e para a vida activa e ainda para a utilização criativa dos tempos livres”.

2.1.2. Pública/Privada

Com a globalização neoliberal, o ‘mercado’ permeou várias esferas da nossa sociedade – cultura, educação, protecção social, administração pública, etc. – transferindo responsabilidades e não poderes para agentes não estatais. Assiste-se à emergência de um novo paradigma de cidadania, que exige uma potencialização dos recursos locais – humanos, patrimoniais, infra-estruturais e ambientais para a constituição de verdadeiras comunidades educativas (Branco, 2007). De seguida, apresentaremos as perspectivas dos actores locais relativamente ao futuro da educação em Portugal, partindo da sua experiência pessoal e análise crítica das constantes reformas educativas.

2.1.2.1. Autarcas	“Não sou tudo por uma coisa, ou por outra, por isso é possível existirem coisas diferentes, e é possível que as várias instituições estejam presentes. Não sou contra o ensino privado, como também não sou a favor que só haja ensino privado ou só ensino público. Portanto, eu acho que é possível co-existir os dois sistemas, na administração e gestão das escolas e dos agrupamentos”. (Ent.1/Aut/2007)
2.1.2.2. Escolares	“Eu acho que tende para a privatização, se bem que tem os seus aspectos negativos. A educação, a justiça e a saúde deveriam ser os grandes escudos do Estado, que deveriam defender ao máximo, mas de facto a tendência é a privatização”. (Ent.7/Esc/2007) “Aquilo que nos pedem é para nós sermos criativos, embelezarmos a escola, cativarmos os alunos, tentarmos alargar ao máximo o horário da escola e evitar que os alunos vão para a escola particular”. (Ent.9/Esc/2007)
2.1.2.3. Associativos	“Eu acho que deveria continuar a ser pública. (...) Aqui ainda não se nota muito, aliás aqui não se nota nada. Mas se calhar a tendência das várias áreas de governação, que são cada vez mais privadas, também a área da educação tende a ir um bocado para a privatização”. (Ent.3/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 30 – Perspectivas dos actores locais relativamente à educação – pública/privada

O entrevistado 1 defende a co-existência do sistema de ensino público e privado, sendo que o ensino público deveria continuar a ter protagonismo.

As actrizes escolares (5,7 e 9) têm opiniões diferentes relativamente ao ensino. Para a entrevistada 7, a tendência é para a privatização da educação, bem como de outras áreas (ex: saúde e da justiça). No seu entender, é uma opção que *'tem os seus aspectos negativos'*, na medida em que o Estado se deveria assumir como *'Estado Educador'* e assegurar a educação de todos, não devendo por isso colocar a educação numa lógica de *'mercado'*.

Santos (2006) partilha desta opinião e defende que na opção pela privatização/mercadorização, o Estado deveria assumir-se como mediador das várias redes e organizações não estatais e como regulador social (Santos,2006).

A entrevistada 9 na qualidade de Presidente do Agrupamento tem participado em várias reuniões, onde lhe é pedido para *'valorizar a escola pública'*, através da promoção de condições semelhantes às do ensino privado, como por exemplo, o alargamento dos horários, promoção de actividades ocupacionais e de um espaço agradável e acolhedor. Esta actriz perspectiva que de acordo com as recentes conjunturas sociopolíticas, que parte ensino será privatizado, mas a *'Escola Pública'* terá sempre um papel fulcral.

Os actores associativos posicionam-se a favor da *'Escola Pública'*, embora reconheçam que ainda não seja perceptível no concelho de Sever do Vouga, a tendência será a privatização do ensino.

“A educação não escapa à tentação que a economia neoliberal tem, de tomar conta de tudo aquilo que possa parecer que é rentável. Por isso, a área dos serviços é muito apetecida pelos agentes económicos” (2.1.2.3. /Ent.8/Ass/2007).

Concordamos com o entrevistado 8, quando afirma que a privatização não resolve os actuais problemas da educação. Na nossa opinião, contribuirá para aumentar as desigualdades e a competição devido à representação social de que um diploma da escola ' ' tem 'mais valor' do que o diploma da escola 'Y', mas também que o *'Direito à Educação'* seja um direito só de alguns.

O mesmo actor apresenta uma perspectiva de gestão da educação baseada nos princípios da Economia Solidária⁴³.

⁴³ Amaro Madelino (2004:13) apresentam as vertentes fundamentais do conceito de 'Economia Solidária': é uma actividade económica; promotora de coesão social; respeitadora e valorizadora do meio ambiente; baseada numa gestão eficiente e integrada; territorializada e promotora de desenvolvimento local; e, assente numa lógica de investigação-acção, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios.

“Eu penso que a educação privatizada não resolve os problemas. Pelo menos aquilo que eu acredito é que a educação deve ser uma responsabilidade pública e pode também ter uma responsabilidade privada, mas que seja comunitária e não lucrativa. Por exemplo, poderíamos chamar de solidária (...) A educação não deveria entrar pela lógica comercial. Podem ser entidades exclusivamente públicas que é o modelo que nós temos maioritariamente, mas também temos o modelo que assenta no ensino privado, que é cooperativo ou associativo. Portanto eu acho que essa área da educação deveria de estar vedada à componente comercial e lucrativa”. (2.1.2.3. /Ent.8/Ass/2007)

De um modo muito simplista, afirmamos que a Economia Solidária traduz iniciativas de natureza associativa ou cooperativa, que envolvem os habitantes de um determinado contexto territorial na resolução dos seus problemas, com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida, através da criação de actividades socioeconómicas. Esta constitui um modelo de economia baseado no princípio da reciprocidade, ou seja, estimula num determinado território um circuito de relações socioeconómicas envolvendo todos os prestadores de serviços em articulação com os consumidores (França Filho, 2006). Este modelo vem p r fim ao modelo de Economia orientada para os princípios do mercado e do lucro, bem como à competição, dicotomia *‘produção-consumo’*, estimulando o associativismo e o cooperativismo, como modelo de Economia Alternativa (Amaro e Madelino, 2004).

Mas quem regula esta forma de produção e distribuição de riqueza Como se promovem estas iniciativas de Desenvolvimento Local Quem são os principais beneficiários

Na Economia Solidária a regulação ocorre através de debates públicos, exercício da democracia local em que os actores locais planeiam e decidem sobre a oferta, ou seja, a criação das actividades socio-económicas, em função das necessidades identificadas pelos vários actores (França Filho, 2006). Este processo conjunto de transformação social supõe uma articulação das dimensões socio-económica e política, na medida em que os actores locais debatem politicamente os seus problemas comuns, tornando-se *‘co-construtores’* do seu percurso de vida.

Nesta linha de raciocínio, partilhamos do posicionamento do nosso entrevistado 8, quando afirma que a gestão territorial da educação, deveria estar orientada para os princípios da Economia Solidária, na medida em que insiste na ideia de uma economia não como um fim em si mesmo (como lógica de mercado), mas como um meio ao serviço de outras finalidades (sociais, políticas, culturais, ambientais, etc), bem como, da aproximação da decisão do *‘locus’* dos problemas.

2.1.3. (Des)Centralização

Da bibliografia compulsada para a elaboração deste trabalho, fomos verificando que os vários autores se posicionavam numa perspectiva de descentralização progressiva das competências ao nível da educação para as estruturas locais e regionais (Ferreira, 2005; Formosinho, 2006).

O quadro seguinte apresenta o posicionamento dos actores locais relativamente aos processos de centralização e descentralização.

2.1.3.1. Autarcas	“Agora temos a consciência plena, que existe o reverso da medalha. Não me refiro apenas à questão financeira e onde nós estamos a ter graves problemas, mas também à qualidade e perfil dos técnicos que irão promover no terreno este trabalho, que devem ser objecto de formações específicas, nomeadamente na promoção de valores e de empreendedorismo”. (Ent.6/Aut/2007)
2.1.3.2. Escolares	“Eu acho que pode ser desresponsabilizar o Ministério e responsabilizar a autarquia, que é o que tem acontecido com as actividades de enriquecimento curricular e cortar os meios. E aí eu vejo isso com muito maus olhos, que é uma maneira de dizer que me preocupa. Porque é aquilo que eu digo, se eles derem meios e verbas, porque não (...) No fundo é aquilo que tem acontecido connosco Cada vez mais nos delegam competências e no entanto, são as mesmas pessoas, com as mesmas horas de há anos e nas mesmas instalações degradadas. Temos o triplo, o quádruplo do trabalho, mais responsabilidade e somos as mesmas pessoas”. (Ent.9/Esc/2007)
2.1.3.3. Associativos	<p>“Eu pelo que estou a observar desde que entrou este novo governo que já lá está há três anos, se não me engano, eles estão a descentralizar um pouco os serviços. Mas os serviços em si, talvez estejam a tentar descentralizar, mas o que eu noto é que na hora ‘H’, quando é preciso tomar decisões importantes os Agrupamentos ainda não têm autonomia para tomar decisões. Estão sempre dependentes de Coimbra, e se calhar Coimbra ainda estão dependentes de Lisboa, maneira que eles não conseguem”. (Ent.2/Ass/2007)</p> <p>“Aparentemente parece que está a delegar competências para as Câmaras, mas não sei se isso é mesmo verdade... Porque falava-se há muitos anos na autonomia das escolas, e a ideia geral com que nós ficávamos é de que realmente o poder não ia ficar só no Ministério da Educação. (...) O agrupamento tem poder para contratar o pessoal docente e não docente, mas continua a ser o Ministério da Educação que dá o aval. Penso que muitas vezes o Agrupamento e as autarquias até têm poder, mas a seguir vem uma orientação que contraria as decisões tomadas. No fundo, o trabalho e as despesas ficam para as autarquias e agrupamentos, mas quem está a comandar continua a ser o Ministério da Educação”. (Ent.4/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 31 – Perspectivas dos actores locais relativamente à educação – (des)centralização

Todos os entrevistados partilham da opinião que se está a efectuar uma descentralização dos serviços educativos. Contudo, encaram-na como uma *‘pseudo-descentralização’* uma vez que o Estado delega competências nas Direcções Regionais de Educação (DRE), nas autarquias e nas escolas, mas continua a desempenhar as suas funções de *‘Estado Regulador’*. Esta *‘pseudo-descentralização’* faz com que no local se sintam os efeitos do papel regulador do Estado.

Os discursos das entrevistadas 2 e 4 apresentam algumas das virtualidades deste modelo de descentralização. Da sua leitura, depreendemos que **não é acompanhada de uma delegação da capacidade de decisão**, o que torna os processos

bastante burocráticos e morosos, e as instituições nem sempre têm recursos (*kno - ho* , técnicos qualificados, equipamentos) para desempenhar essas competências.

A entrevistada 6, referiu que as autarquias estão receptivas à descentralização, mas na prática sentem bastantes constrangimentos ao nível da equipa técnica e das questões financeiras. Verifica-se uma **indefinição de competências o que conduz, no nosso entender, a uma desresponsabilização de todos os agentes envolvidos no processo educativo**. A descentralização nem sempre é acompanhada dos meios e recursos necessários.

A delegação de competências na área da educação verifica-se ao nível do município, uma vez que devido à proximidade, pode ter uma intervenção consentânea com as necessidades do território e ao nível da escola, no sentido de assumirem para além da sua função pedagógica, competências de administração educativa, ao nível da contratação e avaliação do pessoal docente.

As várias actrizes escolares, entrevistadas no âmbito do estudo, consideram que as escolas têm cada vez mais competências, para as quais é necessário um envolvimento de todo o executivo para a prossecução dos objectivos. Este aumento de competências, não é compatível com a capacidade de decisão, considerando que as escolas e os Agrupamentos deveriam funcionar com maior autonomia.

O decreto-lei nº 75/2008 de 22 de Abril veio reforçar: a participação das famílias e comunidade na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino; as lideranças das escolas; e, a sua autonomia.

“A autonomia é a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da acção social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos” (Art. 8º).

Os níveis de competência e de responsabilidade a atribuir são objecto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e o município, mediante a participação nos Conselhos Municipais de Educação.

Segundo o Artigo 58º da referida lei, o desenvolvimento da autonomia processa-se pela atribuição de competências em domínios como: a gestão flexível do currículo; a gestão de um crédito global de horas de serviço docente, incluindo a componente lectiva, não lectiva, o exercício de cargos de administração, gestão e orientação educativa e ainda o desenvolvimento de projectos de acção e inovação; adopção de normas próprias sobre horários, tempos lectivos, constituição de turmas ou grupos de

alunos e ocupação de espaços; recrutamento e selecção do pessoal docente e não docente; gestão e execução do orçamento; associação com outras escolas ou agrupamentos de escolas e estabelecimento de parcerias com organizações e serviços locais; entre outros.

A relação *'escola-comunidade'* é defendida por todos os entrevistados, considerando que a escola deve estar cada vez mais ligada ao local, através dos seus conteúdos e disciplinas, mas também na abertura à participação de diferentes actores.

“Com a globalização, com a circulação das pessoas, com o acesso ao conhecimento que hoje também se tem, a escola caminha para ser cada vez mais autónoma, mas deveria deixar de estar fechada nas suas quatro paredes. É daquelas instituições que não é como uma fábrica que tem um dono e que trabalha de forma autónoma. A escola não tem dono, a escola é da comunidade, é do país, é de todos,... por isso também deve ter a intervenção de todos” (2.1.2.3. /Ent.8/Ass/2007).

Todos os actores consideram que a descentralização é positiva, uma vez que a educação cada vez mais tem que ser pensada a partir do 'local', pois é aí que residem as necessidades reais da população. No entanto, se a educação passar da tutoria do Ministério da Educação para o município, será um processo conflituoso devido à proximidade que existe ao nível do Poder Local.

Como já foi defendido anteriormente pelos actores associativos, o processo actual de descentralização terá um carácter progressivo e que cada vez mais os municípios irão assumir funções ao nível da educação.

O entrevistado 8 considera que a função pedagógica caberá sempre à escola, uma vez que as autarquias não possuem essas competências.

“(...) [E]u penso que os municípios de uma maneira geral e Sever do Vouga não foge à regra, não têm competências instaladas para assumirem a 100 as responsabilidades de carácter pedagógico. Não foram apetrechadas para essa função e por isso não têm essas competências instaladas. Agora podem adquirir essas competências” (2.1.3.3. /Ent.8/Ass/2007).

Na sua perspectiva, as parcerias inter-municipais poderiam resolver este problema, na medida em que *“[e]stas coisas às vezes têm que ter alguma escala, um município pode não ter competências instaladas de gestão pedagógica, mas dois ou três municípios já podem conseguir”* (2.1.3.3./Ent.8/Ass/2007).

2.1.4. Liderança

O decreto lei nº 75/2008 veio reforçar a liderança das escolas, enquanto “(...) estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimento que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do país”. No entanto, como já tivemos oportunidade de reflectir neste trabalho, a escola não consegue dar resposta sozinha às exigências da sociedade actual, sendo necessário uma Aprendizagem ao Longo da Vida. É importante perspectivar quem tomará o rumo dos desígnios da educação no ‘local’, onde três agentes locais se destacam: o município, a escola e a sociedade civil.

De seguida apresentaremos o posicionamento dos nossos entrevistados relativamente a quem deve liderar o processo educativo.

2.1.4.1. Autarcas	“É um caminho feito em conjunto, que pode trazer mais valias por ser a Administração Local, que estando na proximidade da realidade, possui um conhecimento mais realista, pragmático e concomitantemente mais dinâmico, inovador e se quisermos mais criativo e mais ajustado às necessidades e potencialidades(...)”. (Ent.6/Aut/2007)
2.1.4.2. Escolares	“Concordo perfeitamente [que a educação tem que ter cada vez mais a participação da Administração Local que pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma Educação e Formação consentânea com as características do concelho]”. (Ent.7/Esc/2007)
2.1.4.3. Associativos	“Também é preciso existirem outros actores com intervenção nessa área, nomeadamente os actores económicos, os actores sociais, e as escolas deveriam abrir-se à participação na gestão da sociedade civil. Não só em questões pontuais, mas para que a sociedade civil possa assumir os desígnios da educação num determinado território. Talvez ultrapassando as barreiras do próprio município, embora a base seja sempre o município”. (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 32 – Perspectivas dos Actores Locais relativamente à educação- liderança

Para os actores autárquicos, não é necessário que exista a liderança de um dos agentes, é possível uma gestão participada, que poderá melhorar a estratégia de intervenção socioeducativa. Na perspectiva da autarca 6, o município poderá assumir uma posição privilegiada nesta liderança, pelo conhecimento que tem da realidade, mas não considera que seja um critério de exclusão ou demissão de outros actores locais.

As actrizes escolares (5,7 e 9) perspectivam que com a actual delegação de competências na autarquia, que a liderança será do município. A entrevistada 7 defende que apesar desta tendência, é necessária prudência e aguardar as orientações do Ministério da Educação, porque até ao momento a liderança continua na escola.

Os actores associativos afirmam que as associações locais de uma maneira geral não têm recursos, nem competências para assumir esta liderança, mas *'enquanto forças vivas de um território'* têm uma função educativa, que deveria ser liderada, pelo município.

O entrevistado 8 faz apelo à abertura da escola e à intervenção de vários actores locais – económicos e sociais – no processo educativo. Para este actor é fundamental que a sociedade civil assuma os desígnios da educação de um determinado território, que ultrapassa os limites do município, sugerindo a constituição de uma plataforma supra-municipal, para reflectir e gerir as questões relativas à territorialização da educação.

“Talvez sejamos mais ousados se formos capazes de fazer uma coordenação estratégica de dois, três ou quatro municípios, que estão no mesma região, com problemas comuns e com as mesmas orientações políticas, estabelecendo sinergias que se acabam por cruzar, porque os alunos de um concelho vão trabalhar no outro e vice-versa” (2.1.4.3. /Ent.8/Ins/2007).

De acordo com esta perspectiva, seria pertinente a existência de uma liderança partilhada, para que todos os actores locais pudessem *'ter vez e voz'*.

2.2. Participação

Ao longo da realização do nosso estudo, propusemo-nos a conhecer a forma como os actores locais se posicionavam relativamente à participação da sociedade civil nos desígnios do concelho.

2.2.1. Oportunidades

Neste ponto, pretendíamos conhecer o posicionamento dos actores locais relativamente às oportunidades de uma participação activa nos desígnios da educação.

Da análise das entrevistas, constatámos que todos os actores reconhecem a importância da participação da sociedade civil, na tomada de decisão de assuntos relativos à sua comunidade.

2.2.1.1. Autarcas	“Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado. Isto seria um ganho à partida da própria Câmara, ao proceder politicamente neste tipo de acção que não só se repercutiria na questão cívica, como também em todos os aspectos da vida sociocultural e económica do concelho, porque considero esta ideia assente num conceito de transversalidade. (...) E isto tudo é possível, desde que as pessoas se livrem de todos os constrangimentos e preconceitos de uma participação mais activa”. (Ent.6/Aut/2007)
2.2.1.2. Escolares	“Nós de facto temos uma equipa de pessoas, e quando falo de pessoas, falo do pessoal docente e não docente que de facto estão motivadas e trabalham muito em prol dos alunos e da sua aprendizagem. Não vamos considerar que todos participam (...). Ainda não se deu aquela mudança total, mas penso que um dia chegaremos lá, ainda está muito fresca aquela alteração que o Ministério fez aos professores”. (Ent.5/Esc/2007) “Eles até vão participando, pedem as cotas vão colaborando com material. Esta última Associação de Pais era constituída por poucos elementos e eles no final do ano deram o data-sho , gravador de DVD e os cacifos para os meninos que nós lhe pedimos. Este ano a Associação de Pais vão colaborar na compra da fotocopiadora, porque a que tínhamos avariou”. (Ent.9/Esc/2007)
2.2.1.3. Associativos	“Quanto mais houver possibilidade de termos várias pessoas envolvidas, cada uma com o seu ponto de vista, cada uma com a sua formação,... todos juntos conseguimos de alguma forma definir melhor estratégias. (...) Acho que é rico”. (Ent.2/Ass/2007) “(…) as associações são um prolongamento do que se passa nas escolas. E nós no fundo levamos muito com aquilo que se passa na escola em termos de educação (...)”. (Ent.3/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 33 – Perspectivas dos actores locais relativamente às oportunidades da participação

A entrevistada 6, pelo conhecimento de experiências desenvolvidas pelo município de Sever do Vouga, considera uma oportunidade a mobilização das instituições locais e da comunidade no sentido de *‘entrarem na escola’*. Partilhamos da sua opinião e acreditamos que esta relação *‘escola-comunidade’* implicaria uma co-responsabilização de todos os actores locais e conseqüentemente o envolvimento e um papel pró-activo no Projecto de Cidade Educadora.

As actrizes escolares (5,7 e 9) referem que a participação traria a oportunidade de envolvimento de alguns elementos da equipa pedagógica, nas actividades dinamizadas pela escola e que este geraria progressivamente uma *‘cultura de participação’*. Estas entrevistadas também defendem que a participação dos pais na escola é uma oportunidade de contribuírem para o sucesso educativo dos seus filhos e de colaborarem na melhoria das condições da escola, como por exemplo, ao nível dos recursos pedagógicos e didácticos.

Os actores associativos (2,3,4 e 8) defendem que a participação é uma oportunidade de as pessoas se envolverem na definição de estratégias, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida da sua comunidade.

2.2.2. Fragilidades

Apesar de todos os entrevistados reconhecerem a importância da participação, defendem que é uma questão muito complexa e que não está só dependente da vontade das instituições/organizações locais, mas dos cidadãos quererem exercer os seus direitos e deveres. Neste ponto, apresentamos as fragilidades de uma participação activa.

2.2.2.1. Autarcas	"(...) intervenção depende dos outros, nós só estamos aqui para reivindicar, exigir, pedir ou reclamar que isto não está bem. Mas quando somos solicitados para colaborar activamente, como é que queremos, normalmente nunca vamos lá". (Ent.1/Aut/2007)
2.2.2.2. Escolares	"Quando se é mais velho, mais difícil é de se adaptar a essas novas obrigações e por isso a resistência é maior e isto é tudo uma questão de mentalidades e as mentalidades é aquilo que custa mais mudar na sociedade, portanto não vamos dizer que todos participam, não é verdade". (Ent.5/Esc/2007)
2.2.2.3. Associativos	"(...) os pais começaram a ver que podiam interferir e começaram a interferir às vezes abusivamente e em certas questões que às vezes não devem". (Ent.2/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 34 – Perspectivas dos actores locais relativamente às fragilidades da participação

Para o autarca 1 existe uma mentalidade pouco participativa, uma vez que um número significativo de pessoas está convicto que a participação não é uma responsabilidade pessoal, delegando essa função. Por outro lado, existe uma demissão da cooperação com o município na resolução de problemas, optando por uma postura de oposição e reivindicação.

A Presidente da Escola Secundária de Sever do Vouga considera que a idade é um factor que influencia a participação. Este facto pode-se explicar pelos anos que o país viveu debaixo de um regime fascista, o que faz com que vivamos numa '*Jovem Democracia*'.

A mesma actriz refere que as pessoas apesar de participarem nas reuniões, têm uma atitude passiva e não se envolvem nas discussões, o que leva a questionar algumas modalidades de participação.

"(...) [E]u não sei até que ponto será proficuo obrigar as pessoas compulsivamente a participarem, porque eu ponho em causa até que ponto essa participação vai ser uma participação válida" (2.2.2.2/Ent5/Esc/2007).

Na sua perspectiva, seria necessário envolver as pessoas em pequenos projectos, para que a pouco e pouco, sintam necessidade de participar nos desígnios da educação de um território.

No que se refere aos jovens em idade escolar, possuem vários espaços de participação e representação formalizados, como por exemplo, a Associação de

Estudantes, Assembleia de Escola e a figura do 'Delegado de Turma'. Para além disso, é-lhes solicitada a sua participação ao nível de projectos dinamizados pela escola, como por exemplo o 'Parlamento Jovem' e clubes/oficinas (ex: Clube de Teatro, Escola de Avós), com o intuito de ganharem hábitos de participação. Esta entrevistada considera que as fragilidades da participação se devem à dificuldade de trabalhar com determinados grupos populacionais, nomeadamente com alguns jovens que assumem as funções de representação dos alunos, uma vez que o processo de eleição nem sempre é feito com consciência.

“Aquilo que eu noto actualmente nos jovens e não sei se os meios de comunicação, nomeadamente a televisão não têm um efeito negativo nesse aspecto, hoje em dia quando vemos aqueles alunos com mais capacidades, com mais carisma, com mais responsabilidade, com objectivos e ideais bem definidos, que víamos à frente da associação de estudantes, quer dos grupos de trabalho, até como delegado de turma, aquilo que acontece agora é que são piores exemplos é que estão sempre à frente”(2.2.2.2. /Ent.5/Esc/2007).

Dois dos actores associativos (2 e 4), talvez por desempenharem funções ao nível do ensino do 1º CEB no concelho, fizeram referência às fragilidades da participação dos pais na avaliação dos professores. Ambas as actrizes posicionam-se favoravelmente em relação a esta modalidade participação, defendendo que podem trazer mais valias, desde que exista bom senso das duas partes (pais e professores).

“Eu sei que há colegas que criticam um pai que venha avaliar ou dar dicas para a sua escola, mas se houver um bom senso das duas partes só vai beneficiar as crianças, só vai enriquecer o processo. Apesar que às vezes há falhas das duas partes (...)” (2.2.2.3. /Ent.4/Ins/2007).

Para a Vice-presidente do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, o importante é que a participação dos pais seja construtiva, ou seja, que ajude a escola a tomar determinadas decisões.

Na opinião da entrevistada 2, as dificuldades do exercício de uma participação mais activa, devem-se à falta de uma *'boa liderança'* e de *'co-responsabilização'* da sociedade civil nos desígnios da educação do território. Nós acrescentamos, a *'falta de conhecimento'* e de *'pouco à vontade'* para exercer uma participação que privilegia o discurso oral, que inibe pessoas que não estão habituadas a falar em público.

2.2.3. Espaços Existentes

Neste ponto apresentamos os espaços existentes no concelho, destinados ao exercício de uma participação activa.

O quadro seguinte apresenta o posicionamento dos actores relativamente aos espaços existentes no concelho, onde os cidadãos podem participar activamente nos assuntos do seu interesse.

2.2.3.1. Autarcas	<p>"Ao nível do debate dos grandes planos, aquilo que serão as grandes decisões do concelho, qualquer um deles passa sempre pela discussão pública. Não só divulgada publicamente, mas também pela discussão participada, através de fóruns, nomeadamente o PDM". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Sinceramente, considero que sentimos alguns constrangimentos face ao que me disse, muito embora exista sempre a Assembleia Municipal, que é o fórum por excelência, para discussão desses problemas e com a participação dos seus membros, ela é restrita apenas aos seus eleitos".(Ent.6/Aut/2007)</p>
2.2.3.2. Escolares	<p>"No nosso projecto educativo, não foi construído só por um grupo de professores, foi construído por professores, pessoal não docente, representantes dos pais e representantes dos alunos. O que foi uma coisa muito interessante de ver, porque a parte que chega ao confronto daquilo que eles não devem fazer, eles até são mais rigorosos do que nós. Portanto, a consciência está lá, não a admitem é no dia-a-dia, ou então como andam levados no tempo nem sequer tomam consciência disso". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Temos o P J [Parlamento Jovem] e um professor responsável por isso". (Ent.7/Esc/2007)</p>
2.2.3.3. Associativos	<p>"De uma maneira geral não temos sido ouvidos nessa área, apesar de termos tido uma participação quando a Rede Social tinha um funcionamento mais regular. Aí pudemos expressar num ou outro momento a nossa opinião ao nível do Diagnóstico que foi feito. Mas excluindo essa parte, não somos chamados a dar uma opinião sobre as questões da educação básica, da formação profissional, nem da formação pós-secundária, nem da educação e formação de adultos". (Ent.8/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 35 – Percepção dos actores locais relativamente aos espaços existentes para o exercício da participação

Da análise das entrevistas, depreendemos que os actores têm diferentes perspectivas sobre a participação e que esta se deve à sua experiência. Por exemplo, uns interpretam a participação como o acesso à informação, outros como auscultação dos cidadãos e outros encaram-na como um processo de tomada de decisão relativamente a assuntos do seu interesse.

As formas de participação, por nós identificadas ao longo do estudo, foram: recolher e proporcionar informação sobre um serviço recebido (ex: ir à escola buscar a avaliação dos filhos e avaliar o desempenho do professor); participar nos procedimentos administrativos submetidos a consulta pública (ex: Plano Director Municipal); intervir nos Conselhos Municipais (ex: Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Local de Acção Social); consulta directa sobre questões específicas que afectam a pessoa (ex: solicitação do apoio da

autarquia para a melhoria da habitação por famílias carenciadas); processos deliberativos por meio de discussões e reflexões dos cidadãos sobre temas concretos (ex: fóruns comunitários da Agenda 21 Local); Assembleias Municipais (ex: onde o cidadão comum pode solicitar esclarecimentos, dar sugestões sobre as questões políticas, sociais e económicas do seu concelho); e, organização da sociedade civil para solucionar problemas do seu interesse (ex: Associações de Desenvolvimento Local, Associações Culturais e Desportivas).

Não é nossa pretensão efectuar uma descrição do funcionamento dos espaços destinados à participação do concelho, uma vez que estes se regem por regulamentos internos próprios, mas sim identificar os espaços que reconhecidos para esta função pelos entrevistados.

2.2.4. Espaços Desejáveis

Neste ponto apresentamos os espaços desejáveis para o exercício de uma participação activa.

O quadro seguinte apresenta o posicionamento dos actores relativamente aos espaços desejáveis no concelho para que o exercício da cidadania activa seja mais profícuo.

2.2.4.1. Autarcas	"Era preciso, antes de tudo efectuarmos um trabalho de desmistificação, para que o processo se pudesse concretizar. Era necessário eliminar estas barreiras culturais e trabalharem-se fóruns comunitários. As dinâmicas de convívio e as actividades culturais iriam surgindo, quer pela via do convívio, quer pela via das dinâmicas empresariais, como pólo dinamizador do empreendedorismo, onde a própria comunidade poderia intervir/sugerir/influenciar mais a gestão autárquica, tendo em vista sempre o bem público, isto é a melhor qualidade de vida das populações". (Ent.6/Aut/2007)
2.2.4.2. Escolares	"Queremos pais que nos ajudem a tornar as coisas mais fáceis e acessíveis, com mais solidariedade e não pais que nos apontem o dedo ou pelo menos que o façam de uma forma construtiva". (Ent.7/Esc/2007)
2.2.4.3. Associativos	"A um nível do indivíduo daquilo que cada um quer aprender, eu acho que deveria começar a partir da escola. Desde muito pequenino que as pessoas deveriam ser ajudadas a construir o seu processo de aprender. Portanto, há coisas que nós podemos acrescentar mas deveríamos partir sempre do potencial que a pessoa tem e da vontade que a pessoa tem de aprender. Se nós respondermos à vontade que cada um de nós tem de aprender o ensino vai ter muito mais sucesso". (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 36 – Percepção dos actores locais relativamente aos espaços desejáveis para o exercício da participação

Para o Vice-presidente/Vereador da Educação trata-se de um problema cultural que deve ser trabalhado desde a infância, para que as pessoas estejam sensibilizadas para as questões da participação.

“É também um problema cultural. (...) Que passa pelas escolas, a participação dos miúdos. (...) Toda essa sensibilização tem mais força nas classes mais jovens e elas serão o elo de transmissão e de educação para o futuro (...)” (2.2.4.1. /Ent.1/Aut/2007).

Este testemunho revela a urgência de introduzir algumas mudanças profundas no nosso sistema de ensino, uma vez que *‘vivemos numa sociedade democrática, mas temos uma educação muito pouco democrática’*. Por outro lado, é necessário que a pessoa ao longo da sua vida, possa ter experiências significativas de participação, que lhe permitam desenvolver competências para que mais tarde possam exercer os seus direitos e deveres como cidadãos.

A autarca 6 afirma que no município de Sever do Vouga falta *“(...) um espaço votado para a comunidade, ou seja, um espaço que permita a realização de acções múltiplas, desde acções presenciais a acções por via da divulgação directa (ex: painéis, CD-ROM)”* (2.2.4.1./Ent.6/Aut/2007). Espaços esses, que segundo os nossos entrevistados deveriam ter um horário e estrutura flexível, abertos a toda a comunidade e uso de várias formas de linguagem (ex: verbal, visual, informática e artística).

O espaço físico não é considerado um problema pelos vários entrevistados, uma vez que o concelho possui várias infra-estruturas (ex: Associações, Auditórios, Juntas de Freguesia, Escolas) e espaços ao ar livre (ex: espaço envolvente da Câmara e Parque Urbano) que podem ser revitalizados e mobilizados, de modo a que mais pessoas possam usufruir deles e participar nas actividades e sua gestão. Na opinião da mesma entrevistada, é necessário fazer um trabalho directo com a população, no sentido de desmistificar alguns preconceitos do exercício de uma cidadania activa.

Para o entrevistado 8 é fundamental reivindicar a participação da sociedade civil na definição de estratégia de educação para um determinado território, uma vez que a pessoa é o ‘centro’ de um processo de intervenção socioeducativa, devendo ser *‘protagonista do seu desenvolvimento e do desenvolvimento da sua comunidade’*. Na sua perspectiva, as coisas têm uma interacção natural e é importante que existam fóruns em micro-regiões para que os assuntos relativos à educação sejam abordados.

“O caminho seria um bocado esse, a população de um determinado território deveria opinar, participar nas decisões estratégicas para a educação de um determinado território nos próximos 10 anos. As pessoas deveriam ser ouvidas sobre isso” (2.2.4.3. /Ent.8/Ass/2007).

Este processo de participação poderia ocorrer a dois níveis:

- *Individual* – partir de cada pessoa e do seu potencial (saberes, competências e disponibilidade) e ajudá-la a definir o que quer aprender, de modo a que seja protagonista do seu percurso de aprendizagem.
- *Colectivo* – através de espaços de diálogo/debate sobre os desígnios da educação de um território, de modo a transformar-se em ‘*cultura de aprender*’.

Este actor alerta ainda para a importância das metodologias adaptadas às características do público-alvo. Concretiza da seguinte forma,

“[n]ão pode ser ler documentos e apresentar pareceres sobre os documentos que já foram escritos, mas pode ser a partir de modelos mais participativos, mais abertos, em pequenos grupos, onde os animadores têm um conjunto de questões concretas que podem formular e as pessoas pronunciam-se sobre perguntas concretas, e não sobre documentos já elaborados” (2.2.4.3. /Ent.8/Ass/2007).

A título de conclusão, é importante referir que as sociedades democráticas consolidam-se e afirmam-se através do protagonismo da sociedade civil e da participação dos cidadãos na administração e gestão de bens e serviços públicos e na definição de estratégias de intervenção. Tal como Borja (1990) citado por Gómez (2008:49) a participação dos cidadãos é

“(...) un método para conocer lo que quiere la gente, para controlar y cooperar en la gestión de los servicios y la realización de las actividades, para hacer posible la creatividad social. Es un derecho de los ciudadanos, no una obligación. Y un derecho que nada más ejercerán si están informados, si hay una fuerte iniciativa pública capaz de producir beneficios sociales individualizables y si tienen posibilidad de participar efectivamente en la toma de decisión y en la ejecución de actividades que les interesa directamente... Péro también requiere unos mínimos de vida colectiva, de organización social”.

Por tudo o que referimos anteriormente, consideramos que Sever do Vouga é um terreno fértil para o desenvolvimento de uma estratégia participativa de Animação Socioeducativa, que envolva todos os actores e atrizes locais num Projecto de Cidade Educadora. Existem vontades políticas e boas práticas de participação no concelho, mas falta uma organização social voltada para a participação colectiva.

3. Posicionamento sobre a Cidade Educadora

A ideia geral da Carta das Cidades Educadoras é a de que a cidade é, por si só, geradora de (des)educação para os seus habitantes. No entanto, uma cidade/município só será educador(a) se assumir para além das suas funções tradicionais uma função educadora, de modo a promover o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos seus habitantes, independentemente da sua condição social, escolaridade, idade ou raça (AICE,2004). Neste sentido, pretendemos conhecer o modo como o município de Sever do Vouga se assume como um município educador e se esta intencionalidade educativa é reconhecida pelos entrevistados neste estudo. Por outro lado, auscultar a possibilidade de um reordenamento territorial da educação em '*Centros Cívico-educativos*', tendo em atenção os recursos endógenos e o envolvimento dos actores locais.

3.1. Cidade Educadora

Com esta categoria pretendíamos reunir informações sobre o posicionamento dos actores locais em relação ao conhecimento da adesão do município de Sever do Vouga à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e as repercussões na política educativa local: Quais os impactos da adesão do município de Sever do Vouga ao Movimento das Cidades Educadoras Será que é de conhecimento público que Sever do Vouga é um município Educador

3.1.1. Adesão do Município à AICE

A adesão do município de Sever do Vouga à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) decorreu no ano de 2006. Neste sentido, quisemos auscultar os actores locais relativamente ao conhecimento dessa adesão e quais as oportunidades que daí resultaram. Vejamos o quadro seguinte que ilustra o conhecimento dos nossos entrevistados relativamente a esta adesão.

3.1.1.1. Autarcas	"No âmbito do Movimento das Cidades Educadoras, nós somos sócios fundadores da AICE, mas ainda não foram desenvolvidas acções propriamente ditas no âmbito das cidades educadoras, neste concelho, com a dimensão nacional e internacional". (Ent.1/Aut/2007)
3.1.1.2. Escolares	"Não [tenho conhecimento da adesão de Sever do Vouga à Associação Internacional das Cidades Educadoras]". (Ent.5/Esc/2007) "Não são aquelas Cidades Geminadas (...) Então não faço a mínima ideia". (Ent.7/Esc/2007)
3.1.1.3. Associativos	"Ainda não nos falaram sobre isso". (Ent.2/Ass/2007) "Nunca ouvi falar". (Ent.3/Ass/2007) "Eu já ouvi falar, mas não estou informada. Há realmente a confusão entre cidades Geminadas e cidades Educadoras". (Ent.4/Ass/2007) "Sim, já ouvi falar". (Ent.8/Ass/2007)

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 37 – Posicionamento dos actores locais relativamente à adesão do município à AICE

A entrevistada 6 foi uma das responsáveis pela elaboração da candidatura e refere que na sua base esteve

"(...) o objecto social da própria cidade educadora, está relacionado com necessidade de todos contribuirmos para o bem-estar escolar, para o sucesso educativo e para a qualificação das pessoas e que por sua vez se possam fixar no concelho e ter uma qualidade de vida dentro daquilo que é o desejável. Por outro lado, pretende-se que as pessoas possam usufruir do direito de cidadania. São estes os princípios que estão vertidos, de certa forma, na Carta das Cidades Educadoras e foram as razões pelas quais aderimos ao Movimento das Cidades Educadoras" (3.1.1.1./Ent.6/Aut/2007).

Da análise das entrevistas, constatámos que nem todos os actores locais tinham conhecimento desta adesão, desconheciam o movimento das Cidades Educadoras e existia uma confusão conceptual, nomeadamente com as '*cidades geminadas*' e as '*cidades criativas*'.

Os dois actores autárquicos auscultados neste estudo estiveram directamente envolvidos na sua candidatura do município de Sever do Vouga ao movimento.

As actrizes escolares, numa primeira abordagem, referiram que não conheciam o movimento, nem da adesão do município e numa segunda abordagem afirmaram que já tinha sido discutido em reuniões, mas que não sabiam de que se tratava.

Dos quatro actores associativos, apenas dois tinham conhecimento do movimento, mas não reconheciam qual o impacto dessa adesão no concelho. Concordamos com o nosso entrevistado 8 quando afirma que

"[e]u acho que ainda não está tornado público, ou pelo menos publicamente ainda não é visível algum impacto sobre isso" (3.1.1.3. /Ent.8/Ass/2007).

Todo este desconhecimento sentimo-lo ao longo da realização do trabalho empírico, tendo sido necessário dar algumas pistas à maioria dos actores locais sobre

o que se entendia por Cidade Educadora. Segundo a Carta das Cidades Educadoras, são cidades que devem

“(...) exercer e desenvolver esta função [educadora] paralelamente às funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida” (AICE,2004:1).

3.1.2. Oportunidades

Uma vez que o município de Sever do Vouga é sócio da Associação Internacional das Cidades Educadoras, este compromete-se a cumprir com os princípios estabelecidos na Carta das Cidades Educadoras (AICE). Neste sentido, quisemos auscultar os nossos entrevistados sobre as oportunidades que se abriram para o município na sequência desta adesão.

3.1.2.1. Autarcas	<p>“A adesão às Cidades Educadoras é mais num espaço de discussão, um espaço de debate e de troca de experiências. E a nossa perspectiva quando nós aderimos foi exactamente essa, era recolher experiências e também transmitir as nossas experiências”. (3.1.2.1. /Ent.1/Aut/2007)</p> <p>“(…) Quando se fala na intervenção educativa, não me refiro à intervenção propriamente dita de foro pedagógico, mas uma intervenção ligada ao conceito de educação social e de educação para a cidadania. Também considero que se trata de um conceito e atitude cultural. Isto é, as famílias precisam de estarem receptivas para serem trabalhadas, para que o Plano de Acção desenhado pelos serviços, que consiste num projecto de intervenção para a saúde alimentar, para a inserção profissional e para a cidadania e integração escolar com sucesso, sejam acções que não vão para além dos alunos e dos encarregados de educação, abrangendo estruturas escolares e outras instituições locais. É o que considero ser um trabalho em rede”. (3.1.2.1/Ent.6/Aut/2007)</p>
3.1.2.2. Escolares	<p>“Eu acho que sim, porque os cidadãos são os pilares da sociedade, não é Se forem instruídos, se forem educados, se forem cívicos, autónomos, interessados, teremos uma sociedade melhor”. (3.1.2.2. /Ent.7/Esc/2007)</p>
3.1.2.3. Associativos	<p>“Eu penso que esse é o primeiro passo, ouvir os outros, ver o que os outros fazem, partilhar o que fazemos é o primeiro passo para a aprendizagem. Neste aspecto, acho que é uma boa iniciativa, uma boa aposta”. (3.1.2.3. /Ent.8/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 38 – Posicionamento dos actores locais relativamente às oportunidades da adesão do município à AICE

O Vice-presidente/Vereador da Educação salienta na sua entrevista, algumas das oportunidades que se abrem aos municípios que são sócios da AICE, nomeadamente o **espaço de discussão e partilha de experiências**.

Vários actores (1 e 8) referem a **importância de estarmos envolvidos em redes** para reflexão e troca de experiências, uma vez que é *“(…) mais fácil juntos aprendermos e fazermos melhor”*.

A entrevistada 6 considera que o facto do município ser sócio da AICE, possibilitou um conhecimento transnacional e ao nível da rede nacional uma partilha de experiências no domínio de uma intervenção socioeducativa- formal e não formal.

Até ao momento não foram realizadas actividades no âmbito das Cidades Educadoras, mas “(...) qualquer acção que seja desencadeada ao nível da educação, ela deve ser vista num duplo sentido, porque pode vir a ser uma acção ligada à Cidade Educadora, partindo do princípio que é a comunidade que está a querer entrar na escola para criar essas condições de Aprendizagem ao Longo da Vida, que se repercutem na própria família” (3.1.2.1./Ent.6/Aut/2007). Neste sentido, foi-nos possível apurar que existe intenção do Gabinete de Acção Social e Educação da Câmara Municipal de Sever do Vouga de elaborar um projecto que intervenha em áreas como a saúde alimentar, inserção profissional e a integração escolar com sucesso (Ent.6).

As actrizes escolares (5,7 e 9) colocam a tónica na **oportunidade que a Cidade Educadora pode abrir para a ‘escola’, dando resposta às exigências da sociedade**. Na opinião da entrevistada 7, as pessoas são o ‘epicentro’ do seu desenvolvimento pessoal e da sua comunidade e neste sentido, a ‘Cidade Educadora’ ao exigir que os seus habitantes sejam conscientes, críticos e participativos, está a centrar o processo no desenvolvimento pessoal e local. Por outro lado, defende que pode ser um aliado da escola, na medida em que poderá ajudar a motivar os alunos para a aprendizagem.

“E se tivermos esses aliados como a cidade educadora podemos fazer muita coisa. É como um comboio, as carruagens vão umas atrás das outras e interligadas” (3.1.2.2./Ent.7/Esc/2007).

3.2. Centros Cívico-Educativos

Esta categoria reúne informações relativamente ao posicionamento dos actores locais em relação ao conceito de ‘Centros Cívico-educativos’: Quais as oportunidades da organização da educação do concelho de Sever do Vouga em ‘Centros Cívico-educativos’, à luz do conceito de ‘Cidade Educadora’ Que obstáculos se perspectivam Qual a disponibilidade dos actores e das organizações que representam em participar neste modelo de (re)organização territorial da educação Quem deverá liderar estes ‘Centros Cívico-educativos’ Estas são algumas das questões que tentaremos dar resposta ao longo deste ponto.

Ao longo das entrevistas fomos confrontados com as representações sociais dos actores relativamente ao que 'é' e se 'faz' num 'Centro Educativo', sendo necessário de explicitar o que entendíamos por 'Centros Cívico-educativos'. Na opinião de Ferreira (2007) são

"(...) verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário".

3.2.1. Potencialidades

Neste ponto, apresentamos o posicionamento dos entrevistados sobre as potencialidades que identificam numa (re)organização territorial em 'Centros Cívico-educativos'.

3.2.1.1. Autarcas	"Concordo em pleno, agora esta organização do sistema educativo, devesse fugir a esta nomenclatura, é possível de operacionalizar, bastava que houvesse espaço temporal e emocional para nos concentrarmos nesta ideia e para estruturar um Plano de Acção e movimentar as pessoas. Desde logo, trabalhar com o sector comercial e industrial e organizar o espaço". (Ent.6/Aut/2007)
3.2.1.2. Escolares	<p>"(...) agora a Câmara vai ter vários espaços porque com as escolas desactivadas, as escolas são propriedade da Câmara Municipal, podem de facto promover esses espaços". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Nós aqui normalmente trabalhamos ao nível das Juntas de Freguesia, porque normalmente são os espaços onde as pessoas estão mais ou menos presentes". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"É dar importância às pessoas, torná-las intervenientes". (Ent.7/Esc/2007)</p>
3.2.1.3. Associativos	<p>"Eu acho que a ideia de tornar acessível ou permitir o acesso de toda as pessoas à aprendizagem, ao aprender, à partilha do saber e do conhecimento, é um desafio do futuro.</p> <p>O grande 'capital' que uma sociedade pode ter, é precisamente o conhecimento. O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental". (Ent.8/Ass/2007)</p> <p>"Eu penso que ela não deve ser estática e ficar sempre no local, temos de encontrar um modo de ela poder sair desse Pólo, desse Centro, sair desse espaço e circular pelo concelho, porque há algumas aldeias que são bastante distantes da sede do concelho, tirando duas ou três que estão relativamente próximas, as outras são distantes". (Ent.8/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 39 – Posicionamento dos actores locais relativamente às potencialidades dos 'Centros Cívico-educativos'

Pela análise das entrevistas, constatámos que todos os actores locais reconhecem as potencialidades destes ‘centros’ para uma educação mais consentânea com as características do território, definido pelo concelho de Sever do Vouga.

A autarca 6 pronunciou-se relativamente às potencialidades destes ‘Centros Cívico-educativos’, referindo que concordava com este modelo de organização territorial da educação e que o concelho tinha condições para a sua implementação.

Os actores escolares e associativos consideram como potencialidades a **revitalização de espaços devolutos ou sub-aproveitados, a possibilidade de estimular o diálogo inter-geracional, Aprendizagem ao Longo da Vida e a participação.**

A entrevistada 7 faz referência às Bibliotecas Públicas e ao preconceito de que aquele espaço deve ser utilizado apenas por alguns, defendendo que é um espaço para pessoas de todas as idades e que por isso deve ter ofertas diferenciadas.

“Temos aqui como exemplo as bibliotecas públicas. Temos ainda pessoas que dizem isto não é para mim, eu não percebo nada disso e acho que temos que combater esta postura, porque todos somos capazes, todos somos cidadãos inteligentes” (3.2.1.2. /Ent.7/Esc/2007).

Consideramos que atendendo à configuração geográfica do concelho, que a biblioteca se devia descentralizar, num modelo semelhante ao da iniciativa da ‘*Biblioteca Itinerante*’, mas para públicos de todas as idades.

Para o entrevistado 3, não será profícuo manter a subdivisão do território baseada em freguesias e colocar um ‘*Centro Cívico-educativo*’ em cada sede de freguesia.

“Eu acho que atendendo à dimensão do concelho que esses Centros nas sedes de freguesia era muito complicado. E o concelho não é assim tão grande quanto isso, tem zonas dispersas para o lado do Couto, de Talhadas, mas não é nada de transcendente. Acho que tendo a sede como ponto central na Vila, com as escolas e depois espalharem esses pontos que me falou, acho que isso seria o ideal” (3.2.1.3./Ent.3/Ass/2007).

Partilhamos da opinião deste actor, uma vez que é necessário montar uma estrutura de (re)ordenamento territorial da educação, que parta dos estabelecimentos de ensino identificados na Carta Educativa de Sever do Vouga e se criem oportunidades de **rentabilizar os recursos locais existentes** (ex: Associações, Empresas, Praias, Parques, Polidesportivos).

O entrevistado 8 defende que esta organização territorial da educação **não deve ser estática e circular pelo concelho, de modo a que mais pessoas tenham acesso.**

A actriz 5 faz referência às escolas do 1ºCEB que ficaram devolutas, sendo os *'Centros Cívico-Educativos'* uma forma de **rentabilizar esses espaços**, de modo a que as pessoas da sua área de influência possam usufruir de outras ofertas socioeducativas. As Juntas de Freguesia, são *"(...) espaços onde as pessoas estão mais ou menos presentes"* (3.2.1.2./Ent.5/Esc/2007).

Partilhamos da opinião da entrevistada 7, quando afirma que estes *'Centros Cívico-educativos'* deveriam ser **espaços abertos** a pessoas de diferentes idades, de modo a usufruir de ofertas socioeducativas, da utilização das infra-estruturas e da sua gestão.

Os idosos são um público-alvo que tem sido sub-aproveitado em várias políticas socioeducativas e que nosso entender pode ser mobilizado para uma estratégia de Desenvolvimento Local, na medida em que são portadores de uma enorme experiência de vida que lhes permitiu a aquisição de um leque diversificado de saberes e competências. São pessoas com disponibilidade e que necessitam de ser integradas em redes de sociabilidade intergeracional, pelo que os *'Centros Cívico-educativos'* têm aqui um público-alvo potencial.

A Vice-presidente do Agrupamento de Escolas, partilha da nossa opinião e afirma que

"[s]em dúvida, os idosos têm muito que nos ensinar, têm uma cultura de vida e uma experiência de vida que podem contribuir para construção de cidadãos activos, intervenientes e participativos" (3.2.1.2. /Ent.7/Esc/2007).

A entrevistada 2 preconiza a oportunidade de **imprimir alguma dinâmica nas aldeias** que viram as suas escolas (1ºCEB) encerradas, de modo a que as pessoas que ali vivem sintam que os seus saberes e competências são reconhecidos e que pertencem a uma rede. Na óptica da mesma actriz, é importante que esta (re)organização territorial fosse **flexível**, para que as pessoas pudessem deslocar-se até aos centros e vice-versa, de modo a *"(...) existir ali um intercâmbio de gerações, ideias, de coisas, porque se não, tudo o que era tradição morre com essas pessoas e os novos nunca sabem e nunca têm acesso"* (3.2.1.3./Ent.2/Ass/2007).

A entrevistada 7 dá ênfase à **'Educação Transgeracional'**, ou seja, a importância da co-educação de gerações. Oliveira (1996:7) afirma que

"[i]dosos, jovens e adultos interagem na vida em comum e se modificam reciprocamente. É uma possibilidade que inaugura a partir de co-existência de gerações diferentes, numa dada situação social".

Na nossa opinião, para existir uma co-educação de gerações é necessário uma predisposição dos sujeitos para procurarem relações igualitárias, no sentido em que pretendem partilhar os seus conhecimentos, o seu tempo livre com os demais, ou seja, verificámos *‘uma predisposição para aprender e ensinar’*. É isto que constatamos com duas experiências de *‘Educação Transgeracional’*, que nos foram apresentadas ao longo das entrevistas:

- *Escola de Avós (Ent.5)* – é um projecto que tem como objectivo promover a alfabetização de idosos das freguesias dos alunos envolvidos, da Escola Secundária de Sever do Vouga. Neste processo de ensino-aprendizagem, existe espaço para fomentar a relação positiva entre gerações.
- *Oficinas de Troca de Saberes Entre Gerações (Ent.8)* – foi um projecto apoiado pelo programa Grundtvig – Parcerias de Aprendizagem, que envolveu crianças do 1ºCEB da Freguesias de Couto de Esteves, formandas de cursos de educação e formação de adultos e comunidade local. Teve como objectivo efectuar um levantamento da cultura local (ex: caminhos cruzados do pão e da pedra, música, rezas, gastronomia, histórias) e introduzir alguns elementos, de modo a que o tradicional e o inovador pudessem conviver harmoniosamente.

Por tudo o que temos vindo a reflectir, é possível conceber os *‘Centros Cívico-educativos’* como verdadeiros espaços de promoção da *‘Aprendizagem ao Longo da Vida’*, protagonistas de práticas de *‘Educação Transgeracional’* que promovam do Desenvolvimento Local.

Para os actores associativos, a **liderança** desta estrutura devia ser feito pelo município, por reunir meios e competências para operacionalizar esta ideia. Este não conseguia concretizá-la sem estabelecer parcerias com os outros actores locais – instituições, escolas, empresas e institutos. É aqui que ganha sentido a construção de um Projecto de Cidade Educadora. Contudo, não é suficiente montar uma estrutura com estas características, é necessário que as pessoas reconheçam qual é a utilidade da sua participação.

“As pessoas vão lá, mas é preciso que percebam que aquilo lhes acrescenta alguma coisa à sua vida. Não precisam de ser frequentadores permanentes, podem frequentar durante um ano ou dois e depois existirem momentos que por várias razões não frequentam esses espaços. Mas depois voltam.

Estes espaços tinham que ser muito dinâmicos e tinham que ser ou pelo menos parecer que são úteis, porque senão as pessoas não vão lá” (3.2.1.3. /Ent.8/Ass/2007).

Nesta linha de pensamento, voltamos a reforçar a ideia já anteriormente expressa por nós, que é importante que as pessoas se assumam como protagonistas do seu percurso de aprendizagem, ao longo de toda a sua vida, definindo como, onde e o que querem aprender.

3.2.2. Fragilidades

Neste ponto, apresentamos o posicionamento dos actores locais em relação às fragilidades de uma (re)organização territorial da educação em ‘Centros Cívico-educativos’.

3.2.2.1. Autarcas	<p>“Todavia na prática confrontamo-nos com muitos constrangimentos, desde logo com o programa escolar intenso do próprio Ministério da Educação, que não deixa margem de manobra para a conciliação destas acções com os vários actores.</p> <p>As escolas têm uma carga horária tão excessiva, havendo alguma relutância por parte dos professores e alunos em fazer outras formações que não sejam aquelas que lhes permitam ter direito aos créditos. Estas acções que estamos a planear têm de ser feitas à noite e ao fim-de-semana, devido ao facto de serem dirigidas a encarregados de educação”. (Ent.6/Aut/2007)</p>
3.2.2.2. Escolares	<p>“(…) nós temos um currículo a cumprir e no ano passado tivemos que nos restringir quase única e exclusivamente a ele. Tivemos mesmo que retirar do nosso Plano de Actividades, quase todas as actividades que implicavam interrupção de aulas. (...) Um professor é avaliado se cumpriu ou não o programa, se as aulas previstas coincidem com as dadas e depois temos as provas de aferição e exames a cumprir, e, portanto, como é que vamos arranjar tempo nessas horas ”. (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>“Agora deslocar daqui para outro sítio, acho que não é uma boa ideia e acho complicado, porque é o tempo que se demora na ida e na volta e não resta tempo para fazer mais nada. No futuro com todas estas obrigаторiedades, acho muito difícil”. (Ent.9/Esc/2007)</p>
3.2.2.3. Associativos	<p>“Quando falou na escola estar aberta para outras funções após o horário lectivo, se calhar, a maioria das pessoas ainda sente dificuldade em aceitar isso pois sentem as coisas muito como delas e muito fechadas”. (Ent.4/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 40 – Posicionamento dos actores locais relativamente às fragilidades dos ‘Centros Cívico-educativos’

Na análise das entrevistas constatámos que todos os actores identificam constrangimentos no funcionamento destas ‘*plataformas*’, relacionados com **a actual organização do sistema educativo**, com a dificuldade de tornar alguns espaços ‘*multifuncionais*’ e de uma mentalidade pouco participativa por parte da comunidade.

A autarca 6 refere que de acordo com a sua experiência profissional na autarquia, por vezes **é difícil desenvolver algumas actividades em articulação com as várias escolas do concelho**, devido ao ‘*Curriculum Nacional*’ rígido e a uma excessiva carga horária. É difícil mobilizar a comunidade escolar para acções fora do horário lectivo, o que causa alguns constrangimentos na planificação das actividades.

A mesma actriz acrescenta que **será difícil ‘congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na**

área dos 'Centros Cívico-educativos' geridos de modo a serem ocupados' uma vez que alguns dirigentes das instituições locais são voluntários e esta forma de organização implicaria alguma 'formalidade' e 'obrigatoriedade'.

Outra aspecto que poderá constituir um constrangimento na constituição destes '*Centros Cívico-educativos*' é o **protagonismo do município na (re)organização da educação no concelho**. Para esta actriz, o trabalho de dinamização destas 'plataformas' deveria ser inverso, ou seja, trabalhar com os actores locais e com as instituições no sentido de trabalhar a sua 'missão', e que nascessem a partir da 'base'.

As actrizes escolares (5,7 e 9) apesar de demonstrarem que apreciam a ideia de um (re)ordenamento territorial da educação em '*Centros Cívico-educativos*', demonstraram que perante a actual organização do Sistema de Ensino Português, seria difícil concretizar esta ideia.

A Presidente do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga acrescentou que uma das maiores limitações é a **obrigatoriedade do cumprimento do '*Curriculum Nacional*'**, defendendo que os professores tenham de fazer uma planificação criteriosa, de modo a conseguir alcançar todos os objectivos propostos/impostos. Dizem que com **o actual sistema de avaliação da classe docente**, um dos critérios é exactamente o cumprimento do 'Programa' da sua disciplina pelo que não existe flexibilidade para a introdução das actividades extra-curriculares. Com a implementação da '*escola a tempo inteiro*' os **alunos têm menos tempo livre que no passado**, neste sentido é difícil fazer a conciliação entre a 'escola' e os '*Centros Cívico-educativos*'.

No que concerne à possibilidade de **mobilidade da criança/jovem pelos vários espaços educativos**, existem constrangimentos temporais, infra-estruturais, territoriais e de mobilidade. Para esta entrevistada os '*Centros Cívico-Educativos*' só seriam uma realidade se funcionassem no mesmo espaço, dando como exemplo o futuro edifício da Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga.

A Presidente da Escola Secundária de Sever do Vouga também considera difícil esta organização territorial da educação baseada em '*Centros Cívico-educativos*', uma vez que é '*acrescentar mais*' ao que a escola já oferece aos alunos. Atendendo à faixa etária dos alunos do estabelecimento de ensino que dirige, refere que estes têm poucos tempos livres e quando os têm é para realizar o seu estudo e gerirem o tempo de acordo com os seus interesses pessoais. Nesta linha de pensamento, a actriz defende que o mais difícil de concretizar será motivar as pessoas para usufruírem dos '*Centros Cívico-educativos*'.

Outra fragilidade, prende-se com a possibilidade de as pessoas beneficiarem de ofertas socioeducativas mais próximas da sua área de residência, o que no seu

entender é difícil devido aos recursos que são necessários mobilizar. Contudo, defende que o regresso à 'Escola' pode ser constrangedor para algumas pessoas, em virtude das suas experiências anteriores, mas também poderá ser um motivo de satisfação, na medida em que muitas pessoas a abandonaram porque as famílias não tinham condições para assegurar o prosseguimento de estudos dos seus filhos.

Uma das actrizes associativas (2) que é docente de uma escola do 1ºCEB no concelho, afirma que uma das principais fragilidades dos '*Centros*' passará pelo facto de a **escola continuar fechada. A 'Escola' de hoje embora esteja muito diferente do passado, continua a ser 'monofuncional'**, ou seja, promove a educação e formação de pessoas com uma determinada faixa etária. Todavia, é um recurso público numa comunidade que pode ser devidamente rentabilizado, no sentido de o tornar acessível a um maior número de pessoas. A mesma actriz considera que outro dos problemas passará pela **postura pouco participativa das pessoas** e estes '*Centros Cívico-educativos*' exigem pessoas activas e dinâmicas.

A proximidade da **oferta educativa que por vezes é difícil de conciliar atendendo à dispersão geográfica do concelho**, sendo necessário que a escola se abra à comunidade de modo a existir uma troca de saberes entre gerações. Consideramos que a postura de abertura e receptividade desta entrevistada se deve ao facto de ser directora de um Centro Social que se encontra integrado numa escola do 1ºCEB, na sede do concelho.

Para o entrevistado 8, os principais problemas de funcionamento dos '*Centros Cívico-educativos*' prendem-se com **quem vai fazer a animação dos centros e com o seu carácter dinâmico**.

“Se estes Centros tiverem apenas professores com a função de despejar matéria não responde sequer ao objectivo, porque eu penso que o objectivo destes espaços é a partilha do conhecimento, a partilha do saber e a aprendizagem conjunta, por isso exige pessoas muito bem preparadas, para que estes espaços possam ser animados. Caso contrário, estes espaços serão um fracasso” (3.2.2.3. /Ent.8/Ass/2007).

Esta também é uma das fragilidades que perspectivamos, uma vez que será necessário existir uma boa **coordenação de todos os recursos humanos envolvidos**, com o objectivo de todos contribuírem para um Projecto de Cidade Educadora. Caso contrário, continuaremos com um conjunto de actividades espartilhadas, promovidas por vários agentes locais.

Na óptica do mesmo actor, “[h]á algum trabalho a fazer no sentido de preparar as diferentes instituições – escolas, agrupamento, as câmaras e outros actores, que

podem ter uma intervenção para se prepararem para ter uma iniciativa desse género” (3.2.2.3. /Ent.8/Ass/2007).

No que se refere ao dinamismo dos ‘Centros Cívico-educativos’ defende que estes não podem ser estáticos, circular pelo concelho, de modo a “(...) *que as pessoas percebam que é útil e tornar acessível às pessoas que não estão todos os dias na sede do município*” (3.2.2.3./Ent.8/Ass/2007).

3.2.3. Liderança

Neste ponto apresentamos o posicionamento dos actores locais em relação à liderança dos ‘Centros Cívico-educativos’.

3.2.3.1. Autarcas	<p>“Não concordo que seja uma liderança do governo municipal, tem que existir uma movimentação de parcerias, vontades expressas de todos. Não tem que partir do próprio município, pode partir de uma colectividade ou de uma instituição que se predisponha a lançar a semente para o terreno, no sentido de lançar esse desafio e desencadear a disponibilidade das pessoas, ao nível emocional, físico e temporal”. (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>“A sociedade civil deve ser cada vez mais chamada à responsabilidade para a promoção do desenvolvimento das regiões. Não são só as instituições locais que são chamadas a colaborar com a autarquia; a sociedade civil terá cada vez mais um papel importante no processo de desenvolvimento territorial (...)”. (Ent.6/Aut/2007)</p>
3.2.3.2. Escolares	<p>“Em termos de espaços é lógico que é a Câmara que é a instituição que mais facilidade tem em dizer quais são os espaços e as disponibilidades para desenvolver esse trabalho”. (Ent.5/Esc/2007)</p>
3.2.3.3. Associativos	<p>“A Câmara é que é o centro, no fundo consegue chegar a cada espaço, porque tem a ligação com todos”. (Ent.4/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 41 – Posicionamento dos actores locais relativamente à liderança dos ‘Centros Cívico-educativos’

Da análise das entrevistas, verificamos que os actores locais defendem que os ‘Centros Cívico-educativos’ devem ter uma **liderança partilhada e participada**.

A autarca 6 defende que o município deveria de ter nestes ‘Centros Cívico-educativos’ uma função de ‘interlocutor’ dinamizando entidades, instituições e personalidades que sejam considerados ‘líderes de opinião’. Embora compreendamos a perspectiva da autarca de que as instituições locais poderiam ter um papel activo na promoção destas ‘plataformas’, consideramos que isso nunca seria feito envolvendo todas os habitantes e recursos de um território, devido à falta de meios das instituições. Por outro lado, o município teria um papel fundamental na constituição das parcerias, devido ao facto de lhes ser reconhecido o seu protagonismo no Desenvolvimento Local.

A mesma actriz afirma que existe um outro actor local que é o ‘epicentro’ de qualquer processo de desenvolvimento, a sociedade civil. Por tudo o que foi referido anteriormente, a autarca defende a necessidade de

“(…) criar um organigrama muito bem estruturado. (...) Eu acho que teria de ser uma liderança partilhada, inter-relacional e de congregação de vários e potenciais líderes de grupos que por sua vez interagem entre si (...)” (3.2.3.1. /Ent.6/Aut/2007).

Na perspectiva da Presidente da Escola Secundária, esta liderança partilhada e participada deve-se ao facto de os actores locais desconhecerem o trabalho desenvolvido por cada um, tendo por isso, constrangimentos em fazer uma gestão eficaz e eficiente. A ‘Escola’ confronta-se com a falta de recursos humanos para assegurar esta liderança, pelo que o município teria um papel fundamental na gestão do espaço, devido ao conhecimento que tem de todos os espaços socioeducativos, culturais e desportivos do concelho, podendo fazer a respectiva rentabilização.

Para a Vice-presidente do Agrupamento, a escola também terá uma função importante nesta liderança, não só pelos seus recursos, mas também pelo facto de os alunos passarem ali a maior parte do tempo.

Os actores associativos (2,3,4 e 8) defendem que a liderança deveria ser da Câmara Municipal, uma vez que possuem um conhecimento dos recursos e os meios necessários para os mobilizar.

O entrevistado 8 alerta para o facto de a liderança partilhada não se circunscrever ao município e à escola, porque

“(…) se fecharmos a participação só aos municípios e às escolas estamos a fechar muito a todo o potencial que podem ter estes Centros ou estes espaços de aprendizagem mais abertos aos diferentes grupos populacionais” (3.2.3.3. /Ent.8/Ass/2007).

Da análise do seu discurso, depreendemos que a liderança deve abrir-se às associações, empresas e outros agentes locais com interesse nas questões educativas.

3.2.4. Disponibilidade para a criação

Neste ponto, apresentamos o posicionamento dos actores locais relativamente à disponibilidade para a criação dos *'Centros Cívico-educativos'*.

3.2.4.1. Autarcas	"E que isso já vai existindo, a disponibilização dos meios pela autarquia ou associados. Não haver aquela separação entre aquilo que é a educação formal e a educação promovida por outros organismos, nomeadamente pela autarquia. Eu penso que já existe um bocado disso. É evidente que se pretende essa colaboração permanente e a responsabilização de todos, penso eu que é o ideal (...)". (Ent.1/Aut/2007)
3.2.4.2. Escolares	"E acho que também é bom as pessoas que saíram da escola regressarem à escola de uma outra forma, para fazer uma aprendizagem diferente". (Ent.5/Esc/2007)
3.2.4.3. Associativos	<p>"(...) [S]e houvesse um projecto aliciante, porque não, depois das 19h30m haver outras coisas, para o espaço estar aberto para outros utentes que quisessem. E durante o período de férias em que as crianças às vezes se queixam que não têm o que fazer, haver uma dinâmica de partilha entre uns e outros, entre gerações, eu acho que sim". (Ent.2/Ass/2007)</p> <p>"(...) É cada Associação dar aquilo que tem. Mas é claro que não pode ser uma instituição a promover isso porque não tem recursos, nem as ligações necessárias. (...) E não consegue chegar a todos os lados, saber o que há nas Talhadas, Dornelas, Cedrim,...". (Ent.4/Ass/2007)</p> <p>"A Solidários tem algum saber, alguma experiência, algum conhecimento acumulado da sua experiência de trabalho nestes 23 anos de vida. Em Sever do Vouga tem já algum historial de trabalho e de conhecimento da realidade. Agora os recursos que a Solidários tem disponíveis, têm por exemplo instalações, mas em termos de recursos humanos está neste momento muito limitada. Portanto, se não existirem outros recursos humanos ou até algum financiamento para custear as despesas das pessoas que possam dedicar tempo a estes projectos, caso contrário é muito complicado". (Ent.8/Ass/2007)</p> <p>"(...) a participar com opiniões, com sugestões, numa comissão de acompanhamento e de dinamização ou até participar num fórum do município. Isto pode fazê-lo de forma voluntária". (Ent.8/Ass/2007)</p>

Fonte: MRD (2008)

Quadro nº 42 – Posicionamento dos actores locais relativamente à disponibilidade para a criação dos *'Centros Cívico-educativos'*

Da análise das entrevistas realizadas constatámos que todos os actores locais demonstram disponibilidade para avançar com a ideia dos *'Centros Cívico-educativos'*.

O Vice-presidente/Vereador da Educação afirma que no município de Sever do Vouga há algumas práticas que se enquadram neste conceito, nomeadamente ao nível das parcerias e dos meios mobilizados e disponibilizados pela autarquia. No entanto, considera que o que se pretende é não existir uma separação entre a Educação Formal e a Educação Não Formal, responsabilizando todos os habitantes pela promoção de *'uma educação com e para todos'*.

A Presidente da Escola Secundária reconhece que os *'Centros Cívico-educativos'* constituem uma oportunidade de as pessoas regressarem à escola e melhorarem os seus conhecimentos. Defende a relação *'escola-comunidade'*, considerando que a escola se deveria prolongar por vários pontos do concelho. Para isso, existe um aliado, o aluno.

“O aluno é elo privilegiado para fazer a ligação ao meio, é o elo privilegiado para convencer essas pessoas a continuarem ou a começarem essa aprendizagem e portanto, para termos daqui uns anos uma juventude com um bocadinho mais de sumo, temos que os encaminhar para esse trabalho de carácter cívico, de voluntariado, até para eles constatarem que eles têm oportunidades que aquelas pessoas não tiveram, de certeza que aquelas pessoas lhe têm histórias para contar e que lhes vão de facto contar muitas coisas que eles não conhecem” (3.2.4.2. /Ent.5/Esc/2007).

Da análise do discurso da entrevistada 7, depreendemos que é favorável à abertura da escola, mas somente à comunidade em idade escolar e sob a influência do Agrupamento.

Os actores associativos (2, 3, 4 e 8) vêem os *‘Centros Cívico-educativos’* como aliciantes, na medida em que permitiriam desenvolver um trabalho com os seus públicos-alvo que não foi desenvolvido até ao momento, devido à falta de recursos (financeiros, infra-estruturais e humanos).

A directora do Centro Social de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga vê nesta ideia, a possibilidade de dinamizar a instituição que dirige nos horários em que está encerrado e no período de férias.

O director da Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga considera que abriria um espaço de cooperação entre *‘Associação-Escola-Autarquia’*, onde a sua associação poderia disponibilizar espaços (Pavilhão Multiusos) e dinamizar a parte desportiva, nomeadamente o hóquei-patins.

A directora do Conselho de Administração da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros afirma que a sua associação tem vários recursos que poderia disponibilizar para a concretização deste projecto, nomeadamente salas, piscina e quinta para desenvolverem actividades pedagógicas.

O secretário-geral da Fundação Solidários também se mostrou receptivo. No entanto, referiu que a Fundação não tem recursos humanos que possam assegurar este tipo de actividades, disponibilizando o seu *‘kno -ho ’* e alguns dos seus recursos (ex: salas, quinta experimental de agricultura biológica e permacultura).

A título de conclusão, podemos afirmar que todos os entrevistados são favoráveis à criação dos *‘Centros Cívico-educativos’*, disponibilizam-se para colaborar através da cedência de *kno -ho*, recursos infra-estruturais e materiais. Contudo, defendem que com a actual organização do sistema educativo e mentalidade da população em geral, será de difícil concretização, uma vez que a escola se encontra fechada à comunidade e as pessoas não estão habituadas a participar nas decisões relativas à educação no território em que residem.

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

CAPÍTULO VIII

Passo a Passo, Construindo uma Proposta de (Re)organização Territorial da Educação em *'Centros Cívico-educativos'*



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

1. Pressupostos de Partida

“(…) sendo a educação o veio e a expressão da cultura de uma sociedade, (…) é logro dedicar-lhe espaços e tempos, por muito alargados que sejam, se isso significar a secundarização ou o abandono efectivo e simbólico de outros”.

(Carvalho, 2005)

A educação, como nos ensinou Paulo Freire é um problema político e pedagógico, na medida em que nos permite compreender que tipo de sociedade temos e projectamos, e que tipo de cidadão necessitamos de ‘formar’, de modo a que seja autónomo, pró-activo e tenha igualdade de oportunidades.

Perante os desafios de uma *‘sociedade do risco e do conhecimento’*, são exigidas novas competências, saberes e iniciativas, que o actual sistema educativo não consegue dar resposta, o que implica conceber um modelo de (re)organização territorial da educação que responda à problemática da aprendizagem ao longo da vida, do desenvolvimento territorial sustentável e solidário e ao exercício de uma cidadania activa. Como é óbvio, um modelo com esta amplitude requer mudanças efectivas nas políticas educativas, por exemplo através da descentralização e autonomia do sistema educativo, para que localmente se possam elaborar projectos, mobilizar os respectivos agentes e recursos, superar as actuais dicotomias e esbater as barreiras organizacionais, criando condições de educação e formação com *“(…) iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano”* (Ferreira, 2007).

É nossa convicção, que não é suficiente uma alteração das políticas educativas, é preciso que se introduzam mudanças no curriculum nacional, tornando-o mais adequado ao ‘local’ e flexível, no sentido em que pode ser gerido de acordo com o perfil dos aprendentes e os seus interesses e necessidades. Nicolescu (2005) aponta a importância de uma *‘abordagem transdisciplinar’* relativamente aos quatro pilares da aprendizagem ao longo da vida – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser – e, afirma que uma educação viável só pode ser uma educação que se dirija à totalidade do ser humano e não apenas a uma das suas componentes. Um modelo de educação pensado à luz do conceito de *‘Cidade Educadora’* contempla esta abordagem transdisciplinar e o desenvolvimento integral da pessoa, uma vez que se sugere que o governo municipal ofereça a todos os seus

habitantes, as mesmas oportunidades de entretenimento, formação, desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural, o que pressupõe iniciativas de Educação Formal, não formal e informal.

Artiaga (2004) propõe, simultaneamente, uma *'intervenção integral'*, que contemple as necessidades do cidadão e que as políticas de intervenção socioeducativa não se transformem em políticas de resposta a pessoas com problemas, mas que actuem numa lógica preventiva, emancipadora e de transformação social. Todos nós conhecemos projectos desenvolvidos localmente que foram votados ao fracasso, por estarem direccionados para a resposta a determinadas necessidades da população, não contemplando um diagnóstico prospectivo da realidade, emancipação das populações e continuidade. Isto significa, que um modelo de educação não pode descurar o contexto.

O território é mais que um espaço, um suporte físico ou um quadro natural. Como afirma Ferrão (2006) *"[e]le é também o espaço onde habitamos, o lugar onde produzimos e trabalhamos, onde nos encontramos e vivemos em sociedade. O território é ainda comunicação do país com o mundo, relação entre regiões e locais, mobilidade de pessoas e de bens, e inserção nas redes de comunicação que tecem o mundo contemporâneo"*. Numa perspectiva ecocêntrica é um ecossistema, o que exige adaptação, interacção e interdependência, que se for respeitado, tende a promover formas de vida equilibradas e sustentadas.

Enquanto resultado de uma construção social, o território é um sistema relacional que só pode ser optimizado num contexto de diálogo e participação de todos os actores locais e se existir vontade política. Não é suficiente que se desejem ou que se esperem condições. É preciso acção e organização conscienciosa dos actores locais – individuais e colectivos; públicos associativos e privados. De facto, nem todas as Cidades Educadoras são 'educadoras'. Sem vontade política, comprometimento do governo municipal no fortalecimento da democracia participativa com propósitos de transformação social, os Projectos de Cidade Educadora ficam reduzidos a meras formalidades.

Uma organização social como se propõe com os *'Centros Cívico-educativos'*, exige que todos os actores do território tenham uma visão do muito que se pode fazer em termos de intervenção socioeducativa e qual o seu contributo para o Projecto de Cidade Educadora. É necessário que se estimulem e diversifiquem as parcerias locais, inter-municipais e supra-municipais, de modo a que todos os agentes educativos sejam 'tecelões' de capital social e cultural de um território e promotores de um desenvolvimento sustentável.

1.1. 'Centros Cívico-educativos'... comunidades (de) aprendentes

Partindo da origem etimológica das palavras, os '*Centros Cívico-educativos*' são '*locais de convergência ou irradiação*', permitindo a cada cidadão da sua área de influência a oportunidade de '*aquisição de conhecimentos e aptidões*' de modo a '*promover o desenvolvimento harmónico (...) nos seus aspectos intelectual, moral, físico e a sua inserção na sociedade*' e consequente melhoria da qualidade de vida (Dicionário de Língua Portuguesa, 2006). Constituem '*plataformas socioeducativas*' que reúnem recursos infra-estruturais, materiais, técnicos e humanos, com o objectivo de promover espaços de aprendizagem, encontro e lazer para que os habitantes possam criar uma '*comunidade (de) aprendente(s)*', dando expressão a uma outra forma de 'fazer' a educação com e para todos. Trata-se assim, de congregar todas as sinergias locais e supra-locais, de mobilizar e disponibilizar todos os recursos – patrimoniais, humanos, tecnológicos, etc – existentes nessas '*plataformas*', para que possam ser devidamente geridos e rentabilizados, tornando-os acessíveis a mais pessoas, numa lógica de animação comunitária (Ferreira, 2007).

Das reflexões tecidas ao longo deste estudo, inseridas no conceito de '*Cidade Educadora*', concluímos que estes '*Centros Cívico-educativos*' se devem pautar por alguns princípios:

- Princípio da Aprendizagem ao Longo da Vida
- Princípio da Participação
- Princípio da Igualdade de Oportunidades
- Princípio da Educação Transgeracional e Convivência
- Princípio do Desenvolvimento Sustentável

- ***Princípio da Aprendizagem ao Longo da Vida*** – Proporcionar experiências enriquecedoras – culturais, sociais, artísticas, desportivas, formativas, educativas, espirituais, etc – para que todas as pessoas, independentemente da sua idade, possam adquirir e melhorar os seus conhecimentos, saberes e competências, de acordo com o seu projecto de vida (pessoal, social e profissional).

- **Princípio da Participação** – Valorizar a capacidade de cada um fazer algo para si e para os outros, segundo uma lógica de bem comum. Assim sendo, tem por base a conveniência da adopção da democracia participativa como modelo político, onde a participação se transforma numa ‘*cultura de aprender*’ e de ‘*educar*’ num determinado território. Esta engloba dois níveis:
 - a) *Individual* – cada pessoa tem a autonomia de decidir quais as competências que necessita de desenvolver, de acordo com os seus interesses e necessidades, tornando-se protagonista do seu percurso de aprendizagem.
 - b) *Colectivo* – através do exercício de uma cidadania activa em espaços de debate e interacção, permitindo a consciencialização dos problemas, reflexão crítica sobre os mesmos, definição de prioridades e tomada de decisão.
- **Princípio da Igualdade de Oportunidades** – Tornar a oferta educativa e cultural acessível a todos os habitantes da área de influência, independentemente da sua condição social, física, idade, raça, sexo ou religião.
- **Princípio da Educação Transgeracional e Convivência** – Promover o convívio, cooperação, solidariedade e co-educação entre gerações, criando laços entre os habitantes de diferentes idades, essenciais à estabilidade socio-afectiva e de ligação da pessoa ao ‘local’.
- **Princípio do Desenvolvimento sustentável** – Promover um desenvolvimento policêntrico do território, para que os seus habitantes possam ter condições de aprender ao longo da vida, elevar o seu nível cultural, profissional e social. Este modelo de desenvolvimento centrado no capital social e cultural do território, deve pautar-se pelo envolvimento activo dos actores locais e na valorização dos recursos endógenos.

Consideramos que os ‘*Centros Cívico-educativos*’, enquanto ‘*plataformas socioeducativas*’ deveriam ter três finalidades, cumulativas entre si:

- 1) Permitir a elevação da escolaridade e qualificação profissional;
- 2) Contribuir para o desenvolvimento pessoal, social, económico e cultural dos habitantes do território (capital social e cultural);
- 3) Promover um Desenvolvimento Local equitativo, democrático e justo.

Os ‘*Centros Cívico-educativos*’ constituem uma visão diferente do reordenamento territorial das infra-estruturas educativas, culturais, sociais e desportivas, presentes nas várias cartas municipais, na medida em que se materializa

numa rede de equipamentos polivalentes e multifuncionais – congregando num mesmo espaço programas, projectos e actividades de índole cultural, educativa e social – de proximidade e abertos a habitantes de diferentes idades, condições sociais e de escolaridade. Como é óbvio, a actual organização dos serviços e infra-estruturas não está adaptada para assumir estas *'plataformas socioeducativas'*, implicando alterações profundas no seu funcionamento, Planos de Actividades e metodologia de intervenção. Ora, uma reorganização territorial da educação, seguindo os princípios e metodologias de intervenção da Animação Socioeducativa, constituiria no nosso entender um desafio permanente à capacitação dos cidadãos para se auto-organizarem, no sentido do exercício da cidadania activa, mediada por iniciativas da responsabilidade da escola, do governo municipal e da sociedade civil.

Estas *'plataformas socioeducativas'* polivalentes, integradoras e abertas são sinónimos de participação, de encontro, de informação. São espaços de dinamização cultural e de consciencialização das pessoas e consequentemente de educação. Os espaços são abertos para que o debate de ideias aconteça, para promover a construção de processos de intervenção sociocultural e de educação participativos, e, em última análise, de transformação social.

2. Proposta de (Re)ordenamento da Educação de Sever do Vouga em '*Centros Cívico-educativos*'

luz do paradigma da Cidade Educadora, propomo-nos apresentar um modelo de (re)ordenamento territorial da educação, baseado em '*Centros Cívico-educativos*', que contemple: o local nos seus múltiplos aspectos; as pessoas que residem no território; os recursos endógenos que podem ser mobilizados; o fortalecimento da cidadania activa; a convivência como dimensão relacional do território; e, a melhoria da qualidade de vida dos aprendentes. Para a apresentação desta proposta vamos basear-nos no conhecimento do contexto que foi produzido no âmbito do presente estudo, das projecções presentes nos vários Planos Estratégicos do município de Sever do Vouga, nos contributos dos actores locais auscultados e nas reflexões tecidas por vários teóricos.

2.1. O Local

Atendendo à configuração geo-morfológica do território em análise, constatamos que este se encontra tripartido: a sede do concelho (Sever do Vouga e Pessegueiro do Vouga) onde se localizam os serviços e a maior concentração da população; a margem sul do rio Vouga (Talhadas, Paradela do Vouga e Cedrim) que estão a descoberto em termos de infra-estruturas de apoio social; e, o limite oriental do concelho (Couto de Esteves, Rocas do Vouga, Dornelas e Silva Escura) que padecem de fracas acessibilidades, isolamento geográfico, declínio populacional e envelhecimento demográfico. Esta visão tripartida do território leva-nos a olhar para a sua funcionalidade e espaços de sociabilidade, verificando que o acesso à educação, formação e cultura são diferentes.

No nosso ponto de vista, o concelho de Sever do Vouga comportaria quatro '*Centros Cívico-educativos*', sendo que um deles (devido à sua centralidade geográfica) assumiria uma função central de integração e dinamização dos outros três centros: o CCE1 composto pelas freguesias de Sever do Vouga e Pessegueiro do Vouga, com uma área geográfica de 12,36km²; o CCE2 composto pelas freguesias de Silva Escura e Dornelas com 21,92km²; o CCE3 composto pelas freguesias de Couto de Esteves e Rocas do Vouga com 32,66km²; e, o CCE4 composto pelas freguesias de Talhadas, Paradela do Vouga e Cedrim, com uma área total de 46,90km².

Centro Cívico-Educativo	Área Total	Descrição
CCE 1 (Coordenador)	12,36 km ²	Freguesias de Sever do Vouga e Pessegueiro do Vouga
CCE 2	21,92 km ²	Freguesias de Silva Escura e Dornelas
CCE 3	32,66 km ²	Freguesias de Couto de Esteves e Rocas do Vouga
CCE 4	46,90 km ²	Freguesias de Talhadas, Paradela do Vouga e Cedrim

Fonte: Própria

Quadro nº 43 – Organização em Centros Cívico-educativos

Estas plataformas têm que ter um ponto coordenador, ou seja, um espaço que faça a gestão de toda a oferta socioeducativa, cultural e desportiva da sua área de influência, bem como, a possível dinamização por outros '*Centros Cívico-educativos*'.

O mapa que se apresenta abaixo ilustra a localização geográfica dos vários CCE. No entanto, a localização do ponto coordenador não está relacionada com o ponto de irradiação da representação gráfica, porque este deve ser acordado entre os vários agentes educativos, no sentido de encontrar um espaço de fácil acesso por todos os habitantes da sua área de influência, onde se reúnam meios e competências. Ora, isto significa que o ponto coordenador pode não estar nos limites entre as várias freguesias que compõem cada um dos '*Centros cívico-educativos*'.

No nosso entender, o ponto coordenador do CCE1 deveria ser a Câmara Municipal, devido ao facto de este modelo de (re)organização territorial da educação, defender o protagonismo do governo municipal num Projecto de Cidade Educadora.

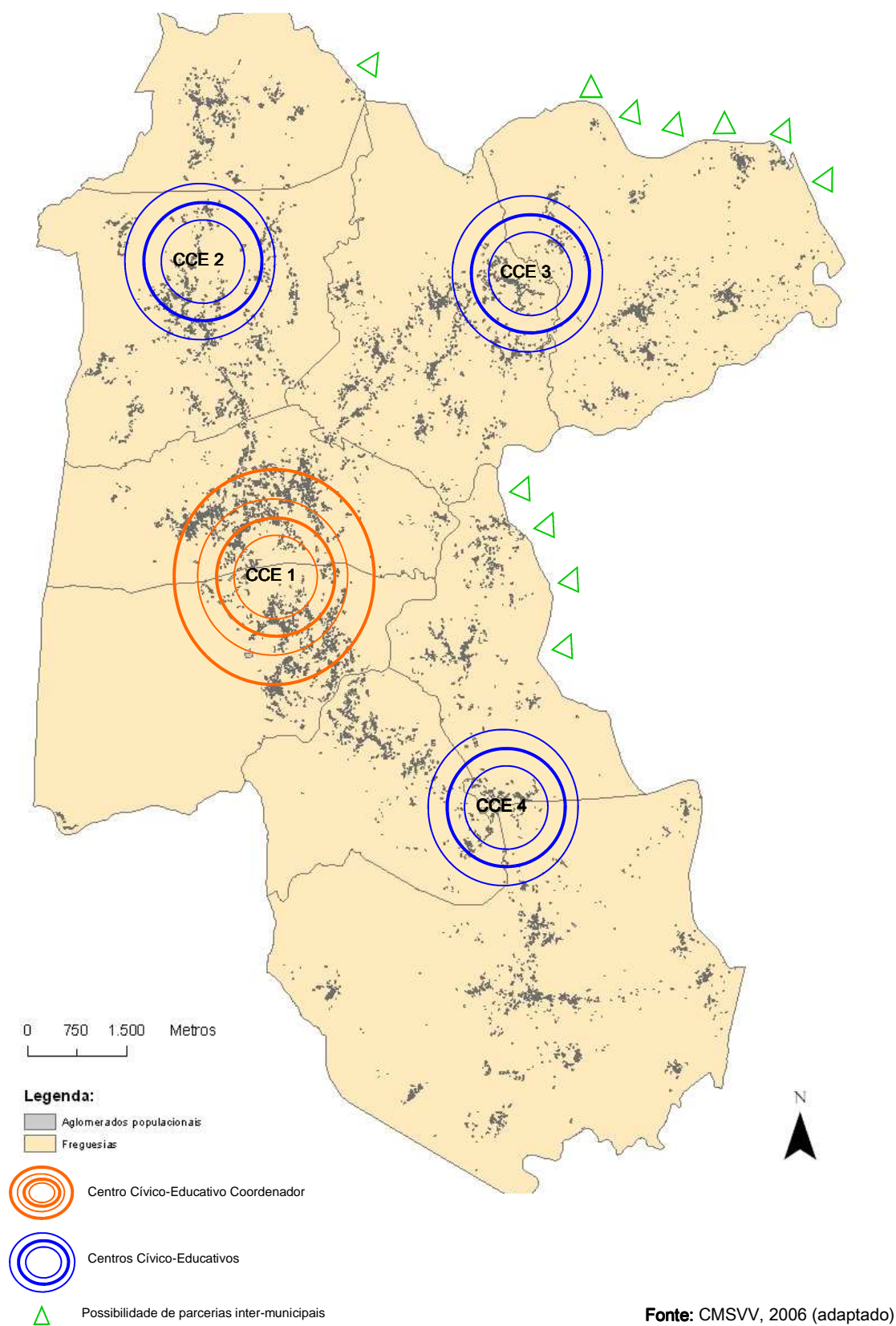


Figura nº 11- Localização dos 'Centros Cívico-Educativos'

Atendendo ao contexto de estudo, território rural de baixa densidade populacional, não é possível que as ofertas socioeducativa, cultural e desportiva sejam pautadas pela proximidade (que entendemos por deslocação a pé) para todos os habitantes da área de influência dos ‘Centros Cívico-educativos’. Contudo, é possível diminuir essa distância e tornar as ofertas acessíveis a mais pessoas, uma vez que estas se encontram centralizadas na sede do concelho e das freguesias. Vejamos de seguida as distâncias e tempos médios de deslocação inter e intra ‘Centros Cívico-educativos’, em veículo motorizado.

Itinerário	CCE1	
	Distância	Tempo
Sever do Vouga- Pessegueiro do Vouga	3,5km	5m
Sever do Vouga- Silva Escura	4,5km	7m
Sever do Vouga- Dornelas	8km	10m
Sever do Vouga- Rocas do Vouga	5,5km	9m
Sever do Vouga- Couto de Esteves	12km	19m
Sever do Vouga- Cedrim	9,5km	14m
Sever do Vouga- Paradela do Vouga	7km	13m
Sever do Vouga- Talhadas	11km	18m

Fonte: <http://.viamichelin.es> (acedido a 24 de Junho de 2008)

Quadro nº 44 – Distância e Tempo médio da deslocação ao ‘Centro Cívico-educativo 1’

O CCE1 ocupa uma função de coordenação das várias ‘plataformas’, pelo que é necessário ter em consideração as suas distâncias e tempos médias(os): interna, onde a média é de 3,5km que se faz em 5 minutos num veículo motorizado, pelo que é possível fazer alguns circuitos a pé; externa, cuja média é de 8km e o tempo médio a percorrer é de 10 minutos, pelo que não é possível fazer os circuitos a pé, dadas as características do território – acentuados declives, fracas vias de acesso, dispersão, etc (Quadro nº 44).

Itinerário	CCE2	
	Distância	Tempo
Sever do Vouga- Silva Escura	4,5km	7m
Sever do Vouga- Dornelas	8km	10m
Dornelas- Silva Escura	8,5km	11m

Fonte: <http://.viamichelin.es> (acedido a 24 de Junho de 2008)

Quadro nº 45 – Distância e Tempo médio da deslocação ao ‘Centro Cívico-educativo 2’

Na leitura do quadro nº45, verificamos que a distância média dentro do CCE2 é de 7km e o tempo médio é de 9 minutos em veículo motorizado. Tal como referimos no CCE1, é possível fazer algumas deslocações a pé dentro da plataforma.

Itinerário	CCE3	
	Distância	Tempo
Sever do Vouga- Rocas do Vouga	5,5km	9m
Sever do Vouga- Couto de Esteves	12km	19m
Couto de Esteves- Rocas do Vouga	6,5km	10m

Fonte: <http://.viamichelin.es> (acedido a 24 de Junho de 2008)

Quadro nº 46 – Distância e Tempo médio da deslocação ao ‘Centro Cívico-educativo 3’

O CCE3 apresenta uma distância média de 8km e um tempo médio de deslocação em veículo motorizado de 10 minutos (Quadro nº46). A deslocação a pé entre as várias freguesias que compõem esta plataforma é impraticável, na medida que Couto de Esteves é uma das freguesias mais isoladas do concelho. Contudo, beneficia de relativa proximidade aos concelhos de Vale de Cambra e Oliveira de Frades.

Itinerário	CCE4	
	Distância	Tempo
Sever do Vouga- Cedrim	9,5km	14m
Sever do Vouga- Talhadas	11km	18m
Sever do Vouga- Paradela do Vouga	7km	13m
Cedrim- Talhadas	8km	10m
Cedrim- Paradela do Vouga	3km	6m
Talhadas- Paradela do Vouga	7km	11m

Fonte: <http://.viamichelin.es> (acedido a 24 de Junho de 2008)

Quadro nº 47 - Distância e Tempo médio da deslocação ao ‘Centro Cívico-educativo 4’

O CCE4 apresenta uma distância média de 8km e um tempo médio de deslocação em veículo motorizado de 12 minutos (Quadro nº47). A deslocação a pé entre as várias freguesias que compõem esta plataforma é impraticável, uma vez que o Centro compreende uma área de 46,90km², com populações bastante dispersas.

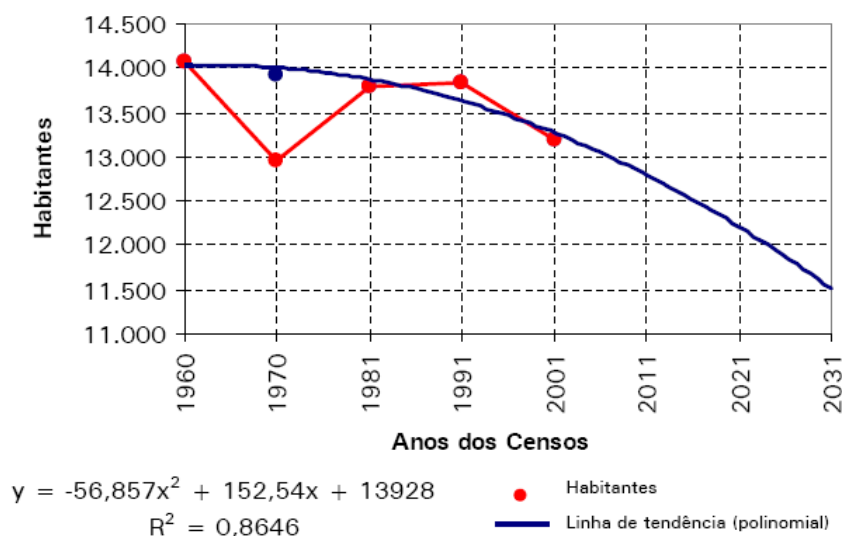
A estas distâncias médias, temos que prever que o tempo médio poderá variar em função do declive do terreno e das acessibilidades, pelo que devemos considerar estes tempos indicativos. Existem circuitos dentro destas ‘plataformas’ que podem ser realizados a pé, por alguns aprendentes da sua área de influência. Estimamos que essas distâncias podem ser efectuadas num raio de 5km a pé, desde que possam ser efectuadas em segurança.

A opção por uma deslocação a pé dentro dos CCE deveria ser privilegiada, sempre que possível, uma vez que trazia ganhos substanciais em termos de saúde, ambiente e recursos financeiros.

2.2. Os Aprendentes

A leitura dos dados referentes à população presente no território, tem que ser feita tendo em consideração o comportamento da população nos últimos 40 anos e os dados projectivos⁴⁴ que são apresentados em documentos estratégicos do concelho.

No diagnóstico da Agenda 21 Local de Sever do Vouga (2007), verificamos que nos últimos 40 anos o concelho perdeu cerca de 6,3 da população residente, prevendo-se que esta tendência se venha a acentuar, de modo a que em 2011 terá uma população de 12796, em 2021 terá 12210 e em 2031 terá 11509.

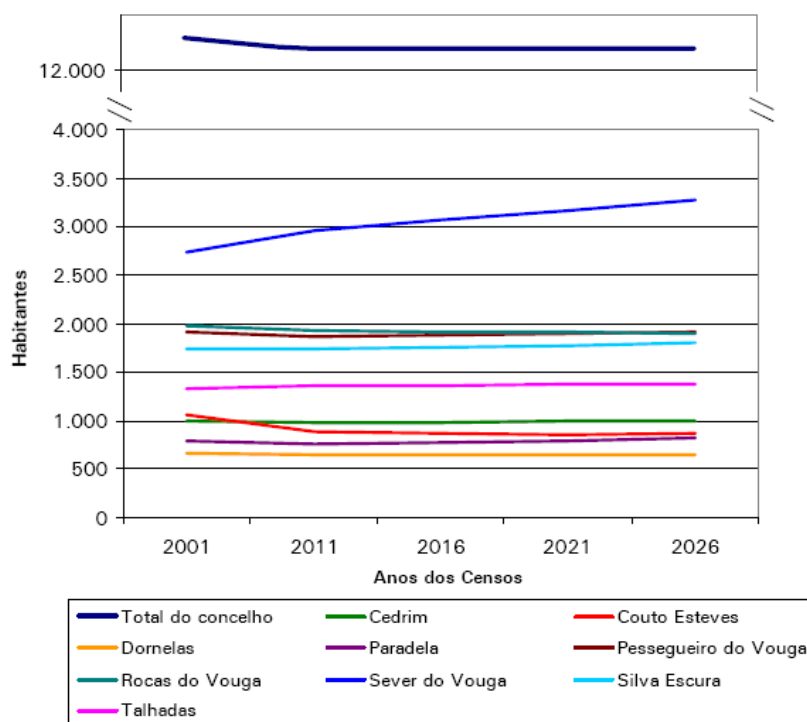


Fonte: CMSVV, 2007

Figura nº 12 – Projecção da população residente, segundo a linha de tendência

Na análise dos dados da Carta Educativa, constatamos que a previsão para a população do concelho, em 2010, será de 12681 indivíduos, verificando-se um decréscimo populacional anual médio de 0,47 , com maior incidência nas freguesias distantes da vila (Couto de Esteves, Talhadas, Dornelas). A única freguesia que apresentará um aumento populacional será a de Sever do Vouga (0,52 por ano) (CMSVV, 2006). Como é possível verificar na figura 13, esta tendência irá manter-se até 2026.

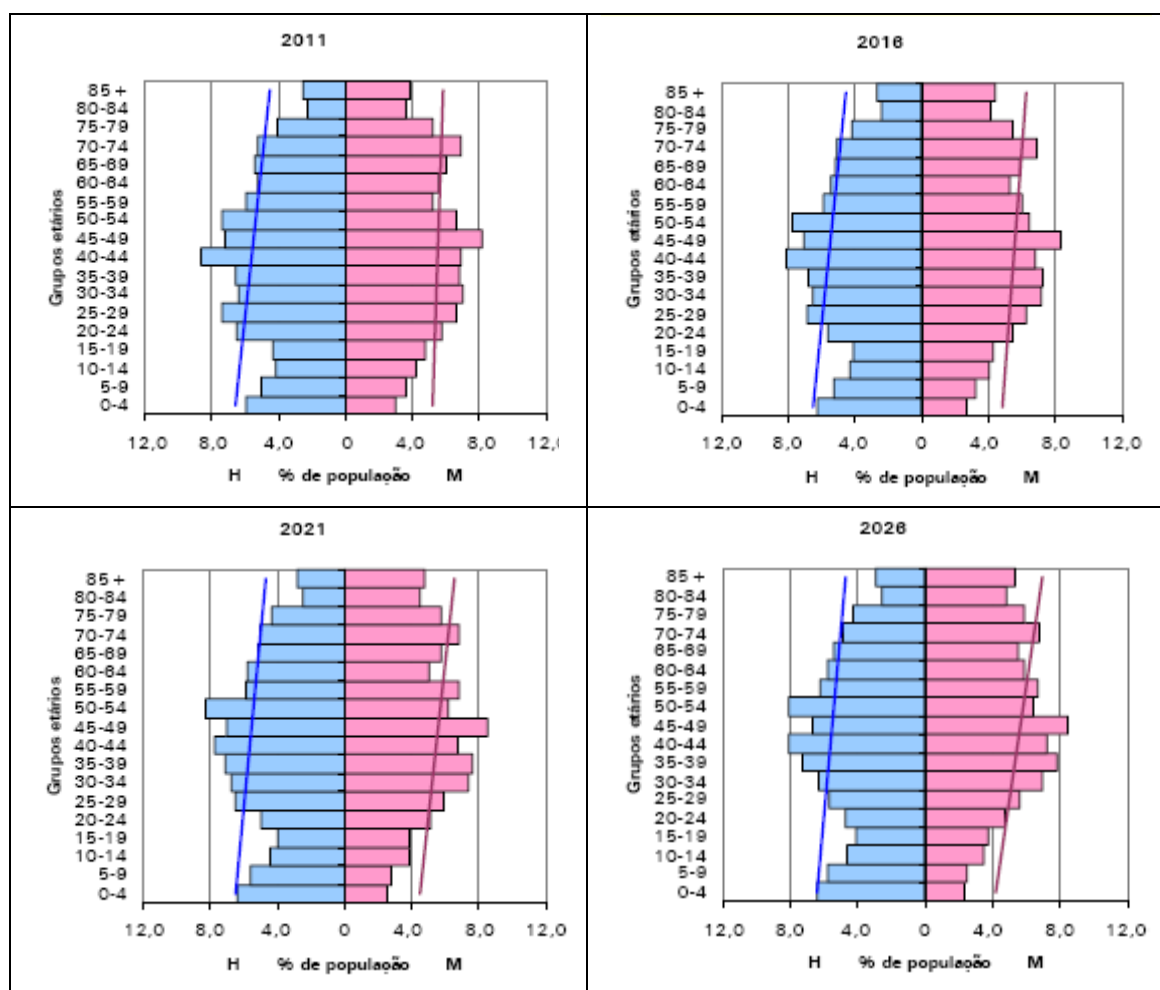
⁴⁴ Apresentam-se projecções e não previsões da população, pelo que existem um conjunto de variáveis às quais estes valores são frágeis e que devem ser sempre tidas em consideração, tais como: a variação da população residente do concelho; movimentos migratórios; taxas de sucesso e de abandono escolar; a passagem do prolongamento da escolaridade obrigatória para o 12º ano; e, ainda a variação da população escolar entre percursos de formação a nível secundário; prosseguimento de estudos a nível superior e percursos profissionalizantes.



Fonte: CMSVV,2006

Figura nº 13 – Projecções da População residente por freguesia

Veamos agora as projecções para as pirâmides etárias, onde se verifica um progressivo estreitamento da base e alargamento do topo. Se a tendência actual do envelhecimento da população continuar, em 2026 serão mais uma vez as freguesias mais distantes da sede do concelho a ter maior número de idosos, sendo necessário criar alternativas de solidariedade inter-geracional, tendo aqui este modelo de (re)organização territorial da educação um papel fulcral. Por outro lado, se o decréscimo populacional destas aldeias continuar, teremos que criar condições para fixar as populações mais jovens e atrair neorurais para estas aldeias, o que só será possível se o *'local'* se tornar atractivo (CMSVV,2006; CMSVV,2007). No nosso entender, não é suficiente que o *'local'* se torne atractivo em termos turísticos, é preciso que reúna todas as condições infra-estruturais, serviços e comunicação para que as pessoas possam e queiram ali viver. Sever do Vouga, no nosso entender, terá grandes potencialidades de enfrentar os desafios da actual conjuntura socio-económica – entenda-se a crise económica, a crise climática, a crise alimentar e a crise energética – mas, precisa de manter os seus habitantes e atrair *'novos povoadores'*. Ora, não é possível pensar numa estratégia de Desenvolvimento Local, se não existirem pessoas. É preciso criar condições para tornar Sever do Vouga acolhedor e que os seus habitantes e visitantes tenham uma sensação de bem-estar.



Fonte: CMSVV,2007

Figura nº 14 – Projecções das Pirâmides etárias do concelho

As projecções do número de pessoas activas e não activas (que se encontram em idade escolar e número de idosos não activos), permite fazer especulações sobre os aprendentes mais estáveis destes centros: as crianças, os jovens, os idosos e os desempregados.

As crianças, enquanto aprendentes e agentes educativos, têm um papel fulcral na dinamização destas plataformas. Beneficiam de uma estrutura relativamente estável de infra-estruturas, serviços e actividades que permite a sua socialização, um conhecimento do meio e a criação de laços com o território e com as pessoas que ali residem. Estas deveriam ser auscultadas sobre os desígnios do território, devido à sua função educativa junto do contexto familiar e até comunitário.

Os jovens têm um '*modus vivendi e operandi*' muito peculiar e podem colaborar na reinvenção social e institucional, contribuindo para a coesão social, solidariedade, bem-estar, convivência e aprendizagem ao longo da vida dos habitantes da sua

comunidade. Estes também beneficiam de um leque relativamente estável de infra-estruturas destinadas à sua educação e lazer.

Os idosos⁴⁵, vivem hoje mais tempo, com mais saúde e melhor qualidade de vida, constituindo uma peça fulcral no processo de Desenvolvimento Local e consequentemente na dinamização das plataformas. São pessoas que têm uma longa história de vida que lhes conferiu um conjunto de saberes, competências e leituras do mundo. Por outro lado, são pessoas com tempo livre que podem disponibilizar para o seu desenvolvimento pessoal e local, por exemplo através da partilha de saberes. Algumas infra-estruturas destinam-se a apoiar e melhorar a qualidade de vida desta faixa etária, mas também existem muitos outros locais na comunidade onde consideramos ser fundamental a sua presença, como por exemplo, nos Jardins-de-Infância e nas escolas.

Os desempregados são entendidos como aprendentes estáveis, na medida em que podem usar este tempo de desemprego para a sua valorização pessoal e elevar as suas qualificações. O facto de terem tempo livre, leva a que possam usufruir das ofertas socioeducativas, culturais e desportivas de acordo com o seu projecto de vida.

	2001	2011	2016	2021	2026
Jovens 15 anos de idade	15,6 2062 hab.	13,0 1657 hab.	12,8 1642 hab.	12,7 1630 hab.	11,9 1606
Activos 15 a 64 anos	65,4 8627 hab.	64,4 8231 hab.	63,9 8181 hab.	63,5 8131 hab.	65,1 8769 hab.
Idosos 64 anos	18,9 2497 hab.	22,7 2897 hab.	23,3 2979 hab.	23,8 3041 hab.	23,0 3100 hab.

Fonte: Diagnóstico da Agenda 21 Local, 2007 (adaptado)

Quadro nº 48 – Projecções para os jovens, activos e idosos

Na leitura do Quadro nº48, verificamos que a tendência é a diminuição dos jovens e um aumento da população idosa. O número de activos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, irá sofrer algumas oscilações, mas pouco significativas.

De seguida, apresentaremos as projecções segundo os dados da Carta Educativa do Concelho de Sever do Vouga para as diferentes classes etárias dos 'Centros Cívico Educativos', tendo como horizonte 2010.

⁴⁵ Consideramos que os idosos são pessoas com mais de 65 anos. No entanto, é preciso ter em atenção que dentro desta etapa da vida existem vários fases e que estas pessoas podem continuar activas por muitos anos.

Freguesia	Classes Etárias							Total
	0-3	4-5	6-9	10-14	15-18	19-64	> 65	
Pessegueiro do Vouga	72	29	66	95	104	1099	348	1813
Sever do Vouga	121	67	129	175	129	1780	458	2859
Total	193	96	195	270	233	2879	806	4672

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:114) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 49 – Previsão populacional para 2010, por classes etárias para o
'Centro Cívico-Educativo' 1

A leitura do Quadro nº49, leva-nos a constatar que as previsões para o CCE1 para 2010 apontam para uma população total de 4672 pessoas. Este terá 465 habitantes com idade para frequentar a escolaridade obrigatória, 96 o Ensino Pré-escolar e 233 o Ensino Secundário. Relativamente à população activa, que consideramos pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos, teremos 3112 habitantes. A população idosa será de 806 pessoas.

Freguesia	Classes Etárias							Total
	0-3	4-5	6-9	10-14	15-18	19-64	> 65	
Dornelas	20	17	27	22	30	376	126	618
Silva Escura	66	34	66	94	66	1004	322	1652
Total	86	51	93	116	96	1380	448	2270

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006: 114) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 50 – Previsão populacional para 2010, por classes etárias para o
'Centro Cívico-Educativo' 2

O Quadro nº50 mostra-nos que o CCE2 terá uma população total de 2270 habitantes, sendo 209 pessoas com idade para frequentar a escolaridade obrigatória, 51 o Ensino Pré-escolar e 96 o Ensino Secundário. Relativamente à população activa, teremos 1476 habitantes. A população idosa será de 448 habitantes.

Freguesia	Classes Etárias							Total
	0-3	4-5	6-9	10-14	15-18	19-64	> 65	
Couto de Esteves	29	13	25	53	43	509	202	874
Rocas do Vouga	81	20	99	115	113	1087	381	1896
Total	110	33	124	168	156	1596	583	2770

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006: 114) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 51 – Previsão populacional para 2010, por classes etárias para o
'Centro Cívico-Educativo' 3

A previsão populacional para o CCE3 será de 2770 habitantes. Este terá 292 pessoas com idade para frequentar o ensino obrigatório, 33 o Ensino Pré-escolar e 156 o Ensino Secundário. A população activa neste CCE em 2010 será de 1752 e a idosa de 552 pessoas.

Freguesia	Classes Etárias							Total
	0-3	4-5	6-9	10-14	15-18	19-64	> 65	
Cedrim	35	19	23	52	65	568	181	943
Paradela	35	23	33	47	44	457	117	756
Talhadas	48	21	46	75	80	750	254	1274
Total	118	63	102	174	189	1775	552	2973

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:114) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

**Quadro nº 52 – Previsão populacional para 2010, por classes etárias para o
'Centro Cívico-Educativo'4**

A leitura do Quadro nº52 mostra-nos que as previsões para o CCE4 são de 2973 habitantes. Este terá 276 pessoas com idade para frequentar o ensino obrigatório, 63 o Ensino Pré-escolar e 189 o Ensino Secundário. A população activa será de 1964 e a idosa de 552 pessoas.

A população abrangida por cada '*Centro Cívico-Educativo*' é bastante heterogénea, mas atendendo à configuração geográfica e dispersão do concelho, não é fácil fazer uma integração das ofertas socioeducativas, culturais e desportivas. Na base da construção destas '*plataformas*' estiveram os seguintes critérios: uma população total mínima de 2500 habitantes; ter cerca de 300 pessoas a beneficiar do ensino obrigatório (1º, 2º e 3º CEB) e Ensino Pré-escolar.

O CCE2 não reúne os dois critérios por nós definidos, mas atendendo à sua localização geográfica, julgamos que se o CCE1 integrasse o CCE2 não permitiria uma '*educação de proximidade*' devido à sua dimensão geográfica. A localização geográfica do CCE2 possibilitará absorver aprendentes dos concelhos vizinhos – Albergaria-a-Velha e Vale de Cambra.

O CCE3 devido à sua localização geográfica pode absorver um número significativo de aprendentes dos concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul⁴⁶.

O CCE4 devido à sua localização geográfica pode absorver aprendentes dos concelhos de Gueda e Oliveira de Frades.

⁴⁶ Esta mobilidade de aprendentes foi confirmada por nós, no âmbito dos cursos de Educação e Formação de Adultos promovidos pela Fundação Solidários.

Constatamos também que existe uma discrepância entre as áreas geográficas de influência das *'plataformas socioeducativas'* e o número de habitantes, uma vez que o CCE1 é o que apresenta menor área geográfica e que comporta maior número de aprendentes.

De seguida, apresentaremos uma previsão para 2010 nos estabelecimentos de ensino público, por *'Centro Cívico-educativo'*.

Tipologia de estabelecimento de Ensino	Centro Cívico-educativo I				
	Freguesia	População 3-5	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (15m ² /aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m ² /aluno)
Jardim-de-infância	Sever do Vouga	67	2858	1006	302
	Pessegueiro	29	1812	428	128
	Total	96	4670	1434	430
Escola do 1º CEB	Freguesia	População 6-9	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (25m ² /aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m ² /aluno)
	Sever do Vouga	129	2858	3222	580
	Pessegueiro	66	1812	1640	295
	Total	195	4670	4862	875
Escola Básica com 2º e 3º CEB	Freguesia	População 10-14	População do concelho	Necessidade de área de terreno (30m ² /aluno)	Necessidade de área de pavimento (7,5m ² /aluno)
	Todas	729	12681	21867	5467
Escola Secundária	Freguesia	População 15-17	População do concelho	Necessidade de área de terreno (30m ² /aluno)	Necessidade de área de pavimento (8m ² /aluno)
	Todas	673	12681	20182	5382

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:115) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 53 – Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público para o *'Centro Cívico-Educativo' 1*

Em 2010 prevê-se que a população do concelho será de 12681 habitantes. O CCE1 devido à sua localização geográfica, infra-estruturas e serviços, constitui uma *plataforma* integradora e coordenadora dos vários CCE. É o único CCE que dispõe de oferta para o 3ºCEB e Ensino Secundário, pelo que possui potencialidades para acolher mais aprendentes de outros CCE ou concelhos limítrofes.

De acordo com o levantamento de infra-estruturas socioeducativas existentes no concelho, efectuado neste estudo, é possível verificar que estão projectados a médio prazo melhorias no Parque Escolar. Na sede do concelho, prevê-se que a EB1 da Senhorinha sofra obras de melhoramento no prazo de um ano, com vista à existência de um Centro Escolar com ensino Pré-escolar e 1ºCEB.

No caso da EB1 de Sever do Vouga (Escola do Calvário) prevê-se o aumento do edifício com construção de duas salas de aula, biblioteca, sala de reuniões, sala de

informática e refeitório. No que diz respeito ao Jardim-de-infância de Sever do Vouga, não estão previstas alterações a médio prazo, apresentando as mesmas excelentes condições. De acordo com as projecções para 2010, a freguesia de Sever do Vouga deverá ter 67 crianças a frequentar o Ensino Pré-escolar, 129 crianças o 1ºCEB, 729 o 2º e 3ºCEB e 673 o Ensino Secundário.

Na freguesia de Pessegueiro do Vouga funciona já o Centro Escolar na Escola do Cruzeiro, que acolhe todos os alunos do Pré-escolar e 1ºCEB. De acordo com as projecções para 2010, a freguesia de Pessegueiro do Vouga deverá ter 29 crianças a frequentar o Ensino Pré-escolar e 66 crianças o 1ºCEB.

Tipologia de estabelecimento de Ensino	Centro Cívico-educativo 2				
	Freguesia	População 3-5	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (15m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
	Dornelas	17	618	252	76
	Silva Escura	34	1650	513	154
	Total	51	2268	765	230
Escola do 1º CEB	Freguesia	População 6-9	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (25m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
	Dornelas	27	618	676	122
	Silva Escura	66	1650	1638	295
	Total	93	2268	2314	417

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:115) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 54 – Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público para o 'Centro Cívico-Educativo' 2

O CCE2 conforme o que referimos anteriormente, é o que apresenta menos população. No entanto, este CCE apresenta um número significativo de aprendentes com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, quando comparada com outras *plataformas*. Julgamos que este número se pode justificar pela proximidade a uma das principais zonas industriais do concelho e que serviu para fixar a população mais nova. Prevê-se que em 2010 existam 93 crianças a frequentar o 1ºCEB.

Esta *plataforma* tem capacidade de absorver aprendentes de outros CCE. Relembramos que neste CCE está implementado uma Unidade de Multideficiência que absorve aprendentes com Necessidades Educativas Especiais de todo o concelho.

Na freguesia de Silva Escura está previsto dotar a EB1 da Vala de condições necessárias para acolher todos os alunos do 1ºCEB da freguesia, constituindo assim um Centro Escolar com oferta de Ensino Pré-escolar e 1ºCEB, aproveitando a proximidade e construção do recente Jardim-de-Infância. De acordo com as

projeções demográficas para 2010, a freguesia de Silva Escura deverá contar com 34 crianças a frequentar o Ensino Pré-escolar e 66 crianças o 1ºCEB (CMSVV,2006).

Na freguesia de Dornelas, o edifício do 1ºCEB deverá sofrer obras de ampliação para ATL e refeitório. No que diz respeito ao Jardim-de-infância, está prevista a construção de um edifício de raiz a médio prazo, de modo a criar um Centro Escolar (Ibidem). De acordo com as projecções para 2010, a freguesia de Dornelas deverá ter 17 crianças a frequentar o Ensino Pré-escolar e 27 crianças o 1ºCEB.

Tipologia de estabelecimento de Ensino	Centro Cívico-educativo 3				
	Freguesia	População 3-5	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (15m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
Jardim-de-infância	Couto de Esteves	13	875	199	60
	Rocas do Vouga	20	1895	302	91
	Total	33	2770	501	151
Escola do 1º CEB	Freguesia	População 6-9	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (25m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
	Couto de Esteves	25	875	622	112
	Rocas do Vouga	99	1895	2468	444
	Total	124	2770	3090	556

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:115) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 55 – Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público para o 'Centro Cívico-Educativo' 3

O CCE3 devido à sua localização geográfica, inclui a freguesia mais isolada e que apresenta maiores índices de perda de população. As projecções demográficas realizadas para 2010, mostram que a freguesia de Couto de Esteves deverá sofrer o maior decréscimo populacional verificado no concelho, na ordem dos -2,05 , contando com uma população escolar de 13 crianças a frequentar o ensino Pré-escolar e 25 no 1ºCEB (CMSVV,2006). Perante este cenário, a intenção é construir um Centro Escolar na freguesia de Couto de Esteves, que abranja o Pré-escolar e o 1ºCEB (ibidem).

Na Carta Educativa de Sever do Vouga é referido que as projecções para esta freguesia possam vir a ser alteradas, em virtude da construção da Barragem de Ribeiradio, com início no segundo semestre de 2009, que irá atrair mão-de-obra, que se pode fixar na freguesia.

Na freguesia de Rocas do Vouga, está prevista a constituição de um Centro Escolar para o ano de 2009, com oferta do Ensino Pré-escolar e 1ºCEB, aproveitando o edifício do Jardim-de-Infância de Rocas do Vouga, construído recentemente. Enquanto o Centro Escolar não está construído, o Jardim-de-Infância de Sanfins

deverá sofrer obras de melhoramento e ampliação, com a construção de uma sala polivalente coberta, para actividades lúdicas e refeitório. As projecções demográficas para 2010 mostram que a freguesia de Rocas do Vouga deverá contar com 20 crianças a frequentar o Ensino Pré-escolar e 99 crianças o 1ºCEB (CMSVV,2006).

Tipologia de estabelecimento de Ensino	Centro Cívico-educativo 4				
	Freguesia	População 3-5	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (15m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
Jardim-de-infância	Cedrim	19	943	284	85
	Paradela	23	755	341	102
	Talhadas	21	1274	317	95
	Total	63	2972	942	282
Escola do 1º CEB	Freguesia	População 6-9	População da freguesia	Necessidade de área de terreno (25m²/aluno)	Necessidade de área de pavimento (4,5m²/aluno)
	Cedrim	23	943	569	102
	Paradela	33	755	829	149
	Talhadas	46	1274	1151	207
	Total	102	2972	2549	458

Fonte: Carta Educativa do concelho (2006:115) citando PDM de Sever do Vouga (2006) (adaptado)

Quadro nº 56 – Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público para o 'Centro Cívico-Educativo' 4

A freguesia de Cedrim apresenta excelentes condições, quer ao nível do edifício do Jardim-de-Infância, quer ao nível da escola do 1ºCEB, não estando previstas intervenções de maior porte num período de 10 anos, estando já a funcionar em perfeitas condições, como um Centro Escolar que integra o Ensino Pré-escolar e o 1ºCEB. De acordo com as projecções demográficas para 2010, a freguesia de Cedrim deverá contar com cerca de 19 crianças no Ensino Pré-escolar e com 23 no 1ºCEB. Prevê-se a médio prazo, o encerramento da EB1 de Carrazedo e a EB1 de Paç de Cedrim, sendo inevitável a concentração dos alunos na sede da freguesia.

Na freguesia de Paradela do Vouga funciona já um Centro Escolar com Ensino Pré-escolar e o 1ºCEB, no edifício escolar de Eiras, que já foi devidamente intervencionado para o efeito.

Na freguesia de Talhadas, de momento não se prevêem intervenções para o edifício do 1ºCEB, uma vez que o mesmo sofreu obras de recuperação recentemente. O Jardim-de-Infância da freguesia também foi alvo de intervenções, apresentando boas condições. No entanto, prevê-se a construção de um novo Jardim-de-Infância a médio prazo, junto do edifício da EB1 de forma a facilitar a construção de um Centro Escolar a médio prazo.

Pelo exposto, prevê-se que em 2010 o concelho de Sever do Vouga possua: 243 crianças a beneficiarem do Ensino Pré-escolar; 514 alunos a frequentarem o 1ºCEB; 729 a frequentarem o 2º e 3ºCEB; e, 673 a frequentarem o Ensino Secundário.

Atendendo às previsões que apontam para um decréscimo populacional em todas freguesias, com a excepção da freguesia de Sever do Vouga, consideramos que o modelo de (re)organização territorial deveria proporcionar a escolaridade obrigatória a todos os seus aprendentes da sua área de influência, de modo a promover uma *'educação de proximidade'*. No entanto, devido às características do concelho defendemos que cada Centro Escolar actual deveria alargar a sua oferta educativa, proporcionando outros níveis de ensino, como o 2º e 3º CEB, uma vez que permitira que os jovens concluíssem a escolaridade obrigatória e permanecessem mais tempo nas suas freguesias. Contudo, esta opção implicaria uma revisão do actual Parque Escolar e das infra-estruturas que estão projectadas para cada freguesia. Especulamos que a médio, longo prazo alguns dos actuais Centros Escolares que estão projectados para o território tenham que ser encerrados devido à falta de população. Com este modelo de ofertas integradas, teríamos uma visão estratégica do território, assegurando a sua dinâmica local, uma vez que se desacelerava o processo de desertificação devido à promoção da escolaridade obrigatória em cada *'Centro Cívico-educativo'*.

2.3. Funcionamento

O funcionamento dos *'Centros Cívico-educativos'* deveria partir dos actuais Centros Escolares, numa lógica de abertura da *'escola'* à *'comunidade'* e de *'animação para o desenvolvimento'*. Neste sentido, propomos a constituição de *'plataformas socioeducativas'* que contemplem vários recursos disponíveis no território⁴⁷ – escolas, associações, espaços culturais, desportivos e lazer, empresas, etc – integradas por um Projecto de Cidade Educadora. Estas devem possuir ofertas educativas de âmbito formal, não formal e informal, propostas pelos vários agentes educativos presentes no território, numa lógica de construção da educação com e para todos. Como é óbvio, uma oferta educativa com estas características implica uma visão das infra-estruturas – abertas, multifuncionais e participativas – e, tem que ser discutida com todos os actores locais – educandos e educadores – sendo fundamental instituir fóruns de discussão sobre os desígnios da comunidade e da educação.

⁴⁷ Ver Apêndice VI

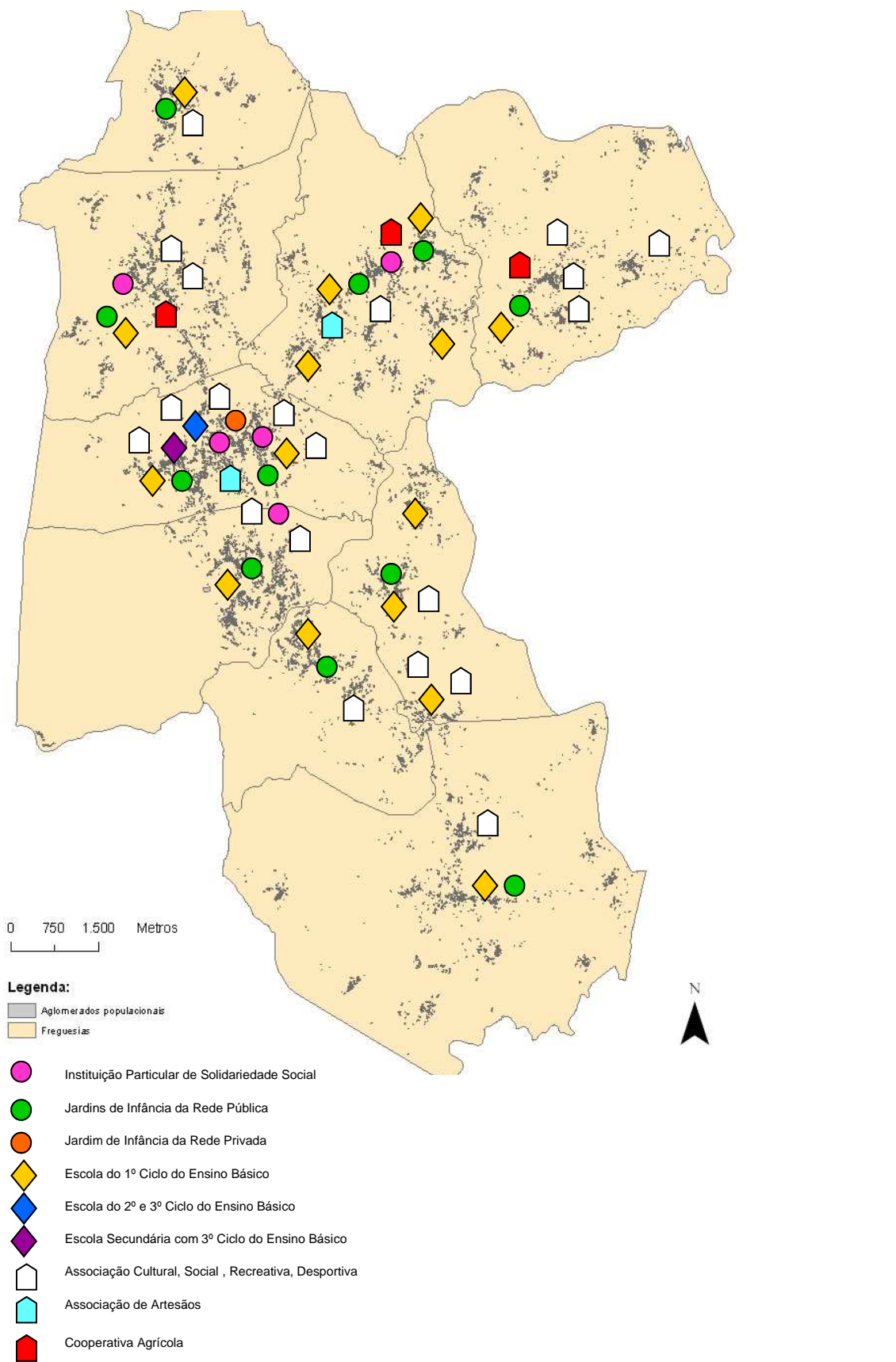


Figura nº 15 – Distribuição dos recursos dos 'Centros Cívico-Educativos'

A Figura nº15 apresenta a visão tradicional dos recursos existentes no território e que são mobilizados para a dinâmica socioeducativa do concelho: em termos de Educação Formal (Jardins-de-infância e Escolas) de Educação Não Formal (IPSS, Associações Locais). Consideramos, que esta visão da dinâmica socioeducativa é redutora, uma vez que para apostar no desenvolvimento integral da pessoa e no desenvolvimento do território, deveria incluir outros espaços e tempos, abrindo as actuais infra-estruturas locais, no sentido de desempenharem outras funções que não as tradicionais, envolverem outros actores e disponibilizarem horários mais flexíveis. Para além destes espaços, existem outros, como parques, cafés/bares, praias fluviais, onde as pessoas vão e passam o seu tempo, para o qual podem ser pensadas actividades com intenções educativas. Ora, os '*Centros Cívico-educativos*' devem ser organizados para responder ao ensino formal e às aprendizagens não-formais e informais, disponibilizando múltiplas oportunidades de aprendizagem, resultantes de iniciativas igualmente diversificadas da responsabilidade do governo municipal, da escola e da sociedade civil. Estas devem pautar-se pelo princípio da flexibilidade, com o objectivo de que cada pessoa seja autónoma na escolha dos espaços, actividades e tempos que quer usufruir e contribuir para esta oferta socioeducativa.

Em termos de infra-estruturas escolares, estas estão dispersas pelas várias freguesias, com a excepção do 2º e 3ºCEB e Ensino Secundário que só estão disponíveis na sede do concelho. Apesar de o mapa evidenciar uma distribuição equitativa das Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas, isto não significa que todas as freguesias tenham um movimento associativo forte. Este dirige-se a âmbitos diferentes e são as freguesias mais distantes da vila que estão a descoberto em termos sociais e culturais. No entanto, estas associações espelham a pró-actividade dos cidadãos, que se reúnem para promover iniciativas do seu interesse.

Estes recursos só podem ser revitalizados e potencializados se existir um Projecto de Cidade Educadora, construído com base num conhecimento profundo do território, nomeadamente as necessidades e potencialidades. Este deve identificar a visão que os diferentes actores locais têm do território e das metas comuns, de modo a que seja possível desenvolver um trabalho em rede.

Uma boa dinamização e gestão destes '*Centros Cívico-educativos*' exige a formação de todos os parceiros – Autarquia, Agrupamento de Escolas, Escola Secundária, Instituições Locais e Empresas – bem como, da equipa técnica responsável pela sua animação. É fulcral que todos os intervenientes neste processo

educativo tenham conhecimento das metas que se pretendem atingir com um Projecto de Cidade Educadora, de modo a que todos trabalhem para metas comuns.

Existe um enorme espaço de intervenção no âmbito dos '*Centros Cívico-educativos*' para além das actividades de Educação Formal, devem organizar-se para potenciar actividades de formação pessoal de vários tipos, nomeadamente aquelas que suportam a aprendizagem informal. É óbvio que devem atender claramente à oferta de actividades que possuam uma intencionalidade educativa e que promovem o convívio, a alegria, o relacionamento inter-pessoal positivo, a criatividade, a participação, a aprendizagem ao longo da vida, etc.

Estas '*plataformas socioeducativas*' são compostas por actividades sistemáticas e por actividades ocasionais da responsabilidade de um ou vários agentes educativos.

Não é nossa pretensão construir um Projecto de Cidade Educadora para o Concelho de Sever do Vouga. Neste sentido, iremos apresentar algumas das actividades que podem ser desenvolvidas, que nos foram sugeridas pelos vários actores locais auscultados no âmbito deste estudo. Para isso, iremos recorrer às três variáveis de Artiaga (2004:221) para um modelo de intervenção socioeducativa: espaços vitais, os lugares e as entidades. Permitem-nos ainda responder a várias questões: Qual a nossa intenção educativa Com quem queremos trabalhar Onde o vamos fazer Como vai ser a nossa intervenção socioeducativa

Os '*Espaços Vitais*' são espaços, actividades, tempos que constituem o dia-a-dia da pessoa, possibilitando-lhe a aquisição de conhecimentos e o relacionamento inter-pessoal, essenciais para o seu desenvolvimento integral, como por exemplo: as relações familiares; as actividades educativas (formais, não formais e informais); as relações entre iguais (o espaço da amizade, o espaço dos afectos, o espaço do associativismo); as actividades laborais; os tempos desocupados (ócio, diversão e tempo livre); a construção de si mesmo (auto-estima, autonomia); os projectos de vida (posicionamento perante a realidade social, desenvolvimento de capacidades criativas) (Artiaga,2004).

Os '*Lugares*' são locais onde as pessoas estão, vão e passam o seu 'tempo'. É importante referir que estão intimamente relacionados com os '*espaços vitais*' e que podem estar mais ou menos acessíveis aos habitantes de um território, como por exemplo: lugares de aprender (escolas, jardins de infância); lugares de passear (ruas, parque urbano); lugares para ficar (ATL, Centros de Convívio, Centros de Dia, Lares); lugares de passagem (bares/cafés, discotecas, Centro das Artes); lugares para fazer (ginásio, espaços desportivos, espaços Internet, aulas de arte); lugares para se inter-relacionarem (sedes das associações). Quando escolhemos um destes 'lugares' para

uma intervenção socioeducativa mais alargada, confrontamo-nos com a sua *'monofuncionalidade'* e com a dificuldade de alterar determinados objectivos socioeducativos, o que exige uma revitalização dos espaços existentes e que os espaços a construir sejam planeados na perspectiva da *'multifuncionalidade'*.

O critério etário tem sido a chave para definir políticas, estabelecer modos de agir sobre as diferentes problemáticas. Todavia, o que nos interessa aqui ressaltar é que os diferentes recursos socioeducativos devem ser pensados (analisados, planificados, avaliados) de modo a que mais pessoas possam usufruir desse *'lugar'*. Esta intenção tem especial importância em territórios rurais de baixa densidade.

As *Entidades*, entendemo-las como serviços (de informação ou promoção sociocultural e educativa), recursos (culturais, educativos, sociais e desportivos) a partir dos quais vamos actuar, como por exemplo as autarquias, as associações, as escolas/agrupamentos e as empresas.

Existe um leque bastante diversificado do que consideramos ser possível fazer nos *'espaços vitais'* à luz dos princípios da Cidade Educadora, socorrendo-nos dos *'lugares'*, mas apenas daremos alguns exemplos de actividades que nos foram sugeridas ao longo da realização do estudo.

Espaço Vital das Actividades Educativas e Laborais

Com a *'escola a tempo inteiro'* e o prolongamento da escolaridade obrigatória, verificamos que o processo educativo ocupa cada vez mais tempo e espaço na vida do ser humano. Contudo, fora da escola existem actividades de carácter formal, ainda que uma parte significativa não seja realizada no lugar *'escola'*, mas em outras instituições com funções educativas que conferem algum nível de reconhecimento ou certificação, como é o caso da escola de dança, da escola de línguas e do conservatório.

A escola é um *'espaço vital'* onde se verificam múltiplas actividades, mas intervêm profissionais da Educação Formal. Neste sentido, propomos que a escola se abra a profissionais da educação não formal para desempenharem funções na área da mediação pessoal, social e profissional.

Os conteúdos programáticos e os referenciais de cursos de educação e formação segundo os actores auscultados encontram-se desajustados ao mercado de trabalho e das reais necessidades do ser humano, pelo que julgam que seria pertinente preparar ou criar os pilares para o exercício de uma função/profissão. A escola encontra-se fechada, sendo necessário a sua abertura à comunidade, de modo

a que mais actores locais possam intervir na organização e gestão curricular, em ligação ao 'local'.

Os actores auscultados no âmbito deste estudo, referiram algumas iniciativas que podem ser tidas em consideração na dinamização deste '*espaço vital*'. Estas iniciativas passariam por uma melhor articulação entre a escola e o local, através do desenvolvimento de projectos de pesquisa sobre o património e cultura local e da promoção de '*Oficinas de Saberes*' onde as crianças e jovens tomassem contacto com actividades geradoras de rendimentos no território, de modo a sensibilizar os jovens para o exercício de uma determinada profissão. Outro aspecto que poderia potenciar o conhecimento de uma profissão, seria o voluntariado, onde as instituições locais formalizariam a sua disponibilidade para acolher voluntários, junto de um Banco de Voluntariado, que os jovens podiam procurar de acordo com os seus interesses.

Uma outra sugestão, que suscitou a nossa curiosidade foi a presença de mediadores na escola, que façam a mediação pessoal e profissional com a família e com o contexto laboral.

- Presença de mediadores que façam a ponte entre a escola e o mundo da vida
- Promoção de um 'Banco de Voluntariado' de modo a que os alunos possam ter outras experiências em contexto real de trabalho e se sintam úteis
- Desenvolvimento de projectos de pesquisa em ligação com o 'local' (visão do concelho, ambiente, consumo responsável, património, cultura local)
- Desenvolvimento de oficinas de 'Ofícios e Saberes' ligados às actividades geradoras de rendimento do território, de modo a sensibilizar os mais jovens para o exercício de uma função

No que se refere às actividades de carácter formal que são proporcionadas fora da escola, não foi feita nenhuma referência pelos actores auscultados, o que pode ser explicado pelo facto de Sever do Vouga não possuir esta oferta educativa, tendo os aprendentes de se deslocar aos concelhos vizinhos, como por exemplo Aveiro e Gueda.

Espaço Vital Relacionado com os Projectos de Vida

Seria desejável que cada pessoa tivesse um projecto de vida (com uma dimensão pessoal, social/comunitária e profissional), que a ajudasse a posicionar de determinada maneira perante uma situação. Existe um enorme potencial de

intervenção dentro deste espaço vital, pois dele depende a construção da pessoa, a visão que tem do mundo e as suas expectativas em relação ao futuro.

Os entrevistados deram algumas sugestões de actividades que permitiriam mobilizar um espaço vital com estas características, que passariam pelo desenvolvimento de competências pessoais, artísticas e empreendedoras. Uma outra sugestão prendia-se com a existência de um gabinete móvel, que prestaria informações e faria o respectivo acompanhamento nível da oferta formativa, inclusão profissional e ocupação dos tempos livres.

- Orientação formativa, profissional e ocupacional (cedência de informação, acompanhamento, apoio na tomada de decisão)
- Desenvolvimento de capacidades criativas (actividades de educação não formal que promovam a criatividade artística - musical, teatral, plástica, literária)
- Desenvolvimento de competências empreendedoras
- Desenvolvimento da autonomia e do sentimento de pertença (através do desenvolvimento de competências pessoais e envolvimento progressivo do cidadão em processos de tomada de decisão de assuntos do seu interesse)

Espaço Vital do Tempo Livre e de Relações entre Iguais

Uma parte dos *'tempos'* do dia-a-dia das pessoas são disponíveis e desocupados, que podem ser organizados livremente pela pessoa, ou envolverem-se em actividades de ócio múltiplo. No nosso entender, é um espaço sub-aproveitado, uma vez que ele continua a ser entendido como um prolongamento da escola e não como um espaço que proporciona experiências enriquecedoras e o desenvolvimento de competências (psicomotoras, sociais, artísticas). Estas actividades têm bastante peso na vida da pessoa, na medida em que reforçam e estimulam a sociabilidade, o sentimento de pertença a um grupo formal ou informal.

Os actores auscultados referiram que este espaço poderia ser dinamizado através do estímulo ao associativismo, da aprendizagem ao longo da vida, desporto e da promoção cultural e ambiental do território, mas para isso é preciso que as pessoas sejam sensibilizadas. Assim, as actividades de tempo livre não são só dirigidas a crianças e jovens, mas a pessoas de todas as idades, conforme o expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste sentido, é necessário promover uma oferta de qualidade no território e que esta vá ao encontro dos interesses da população local. Esta oferta contribuirá para aumentar o seu nível cultural.

- Estímulo do associativismo
- Estímulo da aprendizagem ao longo da vida (ex: conversas de roda, círculos de cultura, palestras)
- Sensibilização para práticas saudáveis (ex: desporto)
- Promoção de uma oferta cultural de qualidade, que vá de encontro aos interesses dos habitantes de um território
- Oficinas de Educação Transgeracional

Espaços Vitais para a Auto-construção e Bem-estar Saudável

Todos nós construímos a nossa personalidade adquirindo conhecimentos, integrando experiências (positivas e negativas) que nos ajudam a estruturar enquanto pessoas, com maior ou menor conflitos ou integração social, com hábitos de saúde mais ou menos saudáveis. Consideramos que é urgente apostar numa atitude preventiva e na minimização de situações de risco.

Os actores auscultados no âmbito do nosso estudo, referem que este espaço poderia ser dinamizado por actividades de prevenção de situações de risco social (ex: alimentação saudável, educação sexual) e ambiental (ex: separação dos lixos e redução do consumo).

- Educação para a saúde (ex: alimentação saudável)
- Prevenção de situações de risco social, através da ocupação dos tempos livres, e mediação
- Educação ambiental (ex: utilização das energias renováveis, separação dos lixos, reciclagem de materiais)

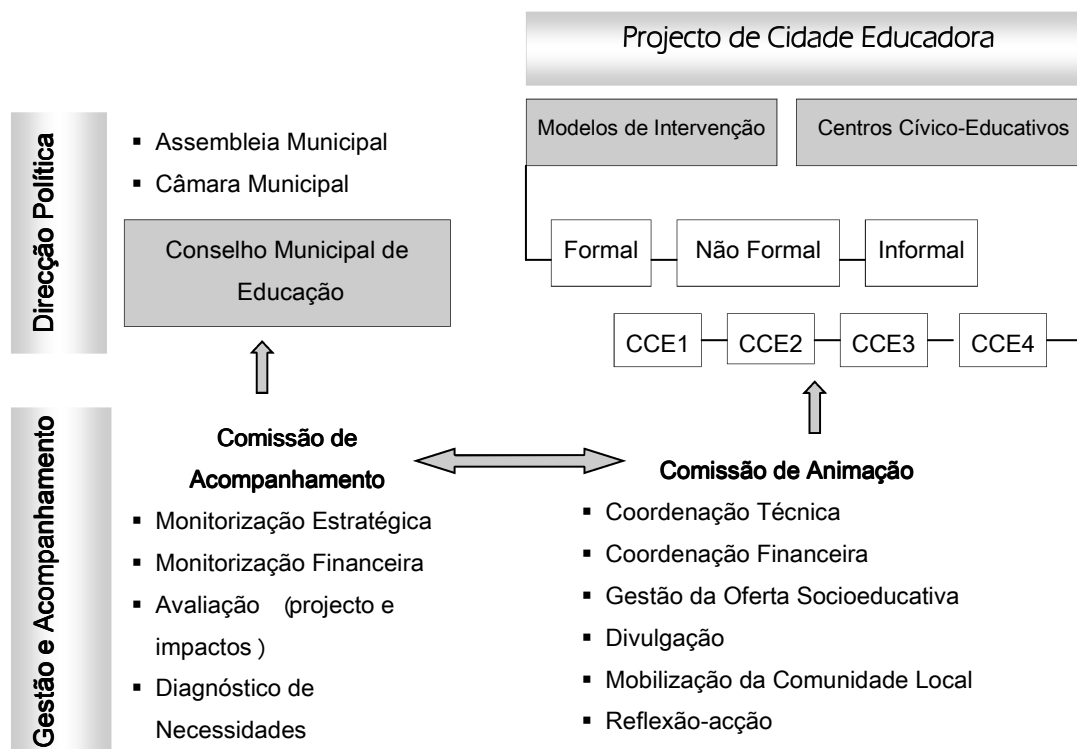
2.4. Governança

Consideramos que a governança destes espaços deve ser feita por autarcas que assumam a educação como a força motriz do desenvolvimento do município e que sintam que têm um papel activo na organização territorial da educação, como é o caso de Sever do Vouga.

Esta (re)organização em ‘Centros Cívico-educativos’ exige um envolvimento do governo municipal “(...) *uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes*” (Ferreira, 2007). Apesar de considerarmos que o poder municipal deve assumir um papel de interlocutor/facilitador na liderança destes centros, pelo conhecimento da realidade, pelos recursos que dispõe, pela posição estratégica em termos de parcerias, esta deverá ser partilhada com outros agentes educativos que actuam no território, mas também por mecanismos constantes de auscultação e participação activa da sociedade civil.

Por tudo o que referimos anteriormente, pensamos que deveria ser uma governança em rede, onde a liderança seria partilhada e inter-relacional, com a congregação de vários e potenciais líderes, que interagem entre si.

Uma (re)organização territorial da educação que pretende integrar várias políticas – educação, cultura, ambiente, acção social, juventude e tempos livres – exige uma Comissão de Acompanhamento (que no nosso entender deveria ser assegurada pelo Conselho Municipal de Educação, que teria como funções avaliar a concretização e impactos do Projecto de Cidade Educadora e analisar as necessidades educativas dos habitantes) e por uma Comissão de Animação dos Centros (que deveria assegurar a distribuição equitativa das ofertas socioeducativas pelo território de influência dos ‘Centros Cívico-educativos’, mobilizar a comunidade local a participar e garantir o acesso à informação) (Figura nº16). Assim, entendemos que o principal Plano Estratégico da Educação no concelho de Sever do Vouga – a Carta Educativa – deve incluir para além de um diagnóstico prospectivo do Parque Escolar, um diagnóstico prospectivo da educação não formal. Posteriormente, é necessário articular as diferentes visões dos agentes educativos, o que se pode materializar com o Projecto de Cidade Educadora.



Fonte: Própria

Figura nº 16 – Modelo de Gestão e Acompanhamento dos 'Centros Cívico-Educativos'

Mas quem assegura o financiamento deste projecto? No nosso ponto de vista, este deveria ser partilhado, na medida em que este projecto resulta de uma melhor articulação dos recursos disponíveis no local. Julgamos que este projecto se poderia traduzir em ganhos substanciais para a escola, autarquia e instituições locais, uma vez que se evitariam situações de sobreposição de ofertas e de maior eficácia e eficiência na gestão dos recursos locais.

De acordo com o modelo de gestão e acompanhamento dos 'Centros Cívico-educativos' que estamos a propor, a coordenação financeira caberia à Comissão de Animação, supervisionada pela Comissão de Acompanhamento, sendo os fundos internos, provenientes da autarquia, da escola, das associações locais ou externos, provenientes de acções de mecenato e de concursos a fundos públicos.

Um projecto com esta dimensão precisa de uma equipa técnica coesa e flexível, que seria disponibilizada pelos vários agentes educativos que actuam no território, o que exige uma liderança forte e que os objectivos sejam claros.

Um Projecto de Cidade Educadora com estas características implica uma constante avaliação – *ex-ante*, *on-going* e *ex-post*. Esta seria monitorizada pela Comissão de Acompanhamento, a quem compete a definição dos instrumentos de avaliação e a redacção dos respectivos relatórios. Comissão de Animação compete

a reflexão para e sobre a acção: a primeira com o objectivo de identificar eventuais riscos da acção e de acções concretas para a sua minimização e a segunda, numa perspectiva de avaliar os pontos fortes e fracos da intervenção, identificando eventuais acções de melhoria. Tudo isto, implica que o processo de avaliação seja participado, não envolvendo só as Comissões de Acompanhamento e Animação, mas também os agentes educativos envolvidos no Projecto de Cidade Educadora e os participantes, no sentido de aferir a sua satisfação.

2.5. Participação

Quando se decide p r em prática um Projecto de Cidade Educadora, não se pode partir do pressuposto de que existe um nível suficiente de cidadãos sensibilizados e motivados para participar activamente na vida democrática da sua comunidade.

A Democracia Participativa não se reduz a um mero sistema político e social, mas a um modo de 'ser', 'agir' e 'pensar' que abrange a totalidade da pessoa. Como sistema político e social, requer um desenvolvimento de formas de vida participativas, o que no nosso entender se traduz por criar no âmbito do território, espaços, canais e estruturas formalizadas que permitam a participação directa da sociedade civil. Importa referir, que o exercício efectivo de uma cidadania activa enfrenta vários constrangimentos, quer se trate do governo local ou do governo nacional, uma vez que a globalização neoliberal afastou os espaços de decisão dos cidadãos e provocou um desencanto pela política. Alguns afirmam que a Democracia Participativa é inviável, pelas razões que já assinalámos ao longo deste trabalho. Nós, acreditamos que é difícil de realizar, existem condicionamentos externos, mas é nos pequenos espaços de âmbito local (municipal), onde é possível colocá-la em prática.

A Cidade Educadora tem aqui um papel fundamental na promoção: da participação de mais pessoas, partindo do pressuposto que toda a pessoa tem potencial e pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da comunidade; da convivência como dimensão relacional do território, que permite o estabelecimento de laços mais consistentes entre os cidadãos e de maior coesão comunitária; e, da aprendizagem ao longo da vida, na medida que pela via da participação as pessoas aprendem a ler o mundo. Obviamente, que a participação deve partir de uma clara vinculação com o território, com enfoque nas necessidades locais sentidas pela população. Esta participação deve pautar-se por alguns critérios: o significado da

participação dos vários actores locais nas decisões sobre o território; a utilidade da participação do cidadão para a acção colectiva de acordo com os seus saberes e competências; o conhecimento dos tempos e espaços de participação; e, a transparência do processo participativo.

Segundo Ander-Egg (2006:168) “[p]articipar implica tomar parte em todas as decisões que dizem respeito ou incidem na vida pessoal, grupal ou colectiva das pessoas”. Como todos nós sabemos, não se pode participar se não se tem onde fazê-lo, é necessário que existam espaços e tempos com esse objectivo. É necessário também que as pessoas tenham tempo para se dedicar à sua formação. Para isso, não só tem de ser pensada a vida pessoal como a vida laboral e comunitária.

A participação, deve-se fazer em todos os âmbitos da gestão municipal, mas no caso concreto dos ‘Centros Cívico-educativos’ centrar-se ao nível da educação e cultura. Numa primeira fase, julgamos que seria necessário criar estruturas formais com o objectivo de permitir a participação directa dos cidadãos. Posteriormente, evoluiria para formas de participação relacionais, através da articulação das políticas públicas, associações locais e cada cidadão considerado na sua individualidade.

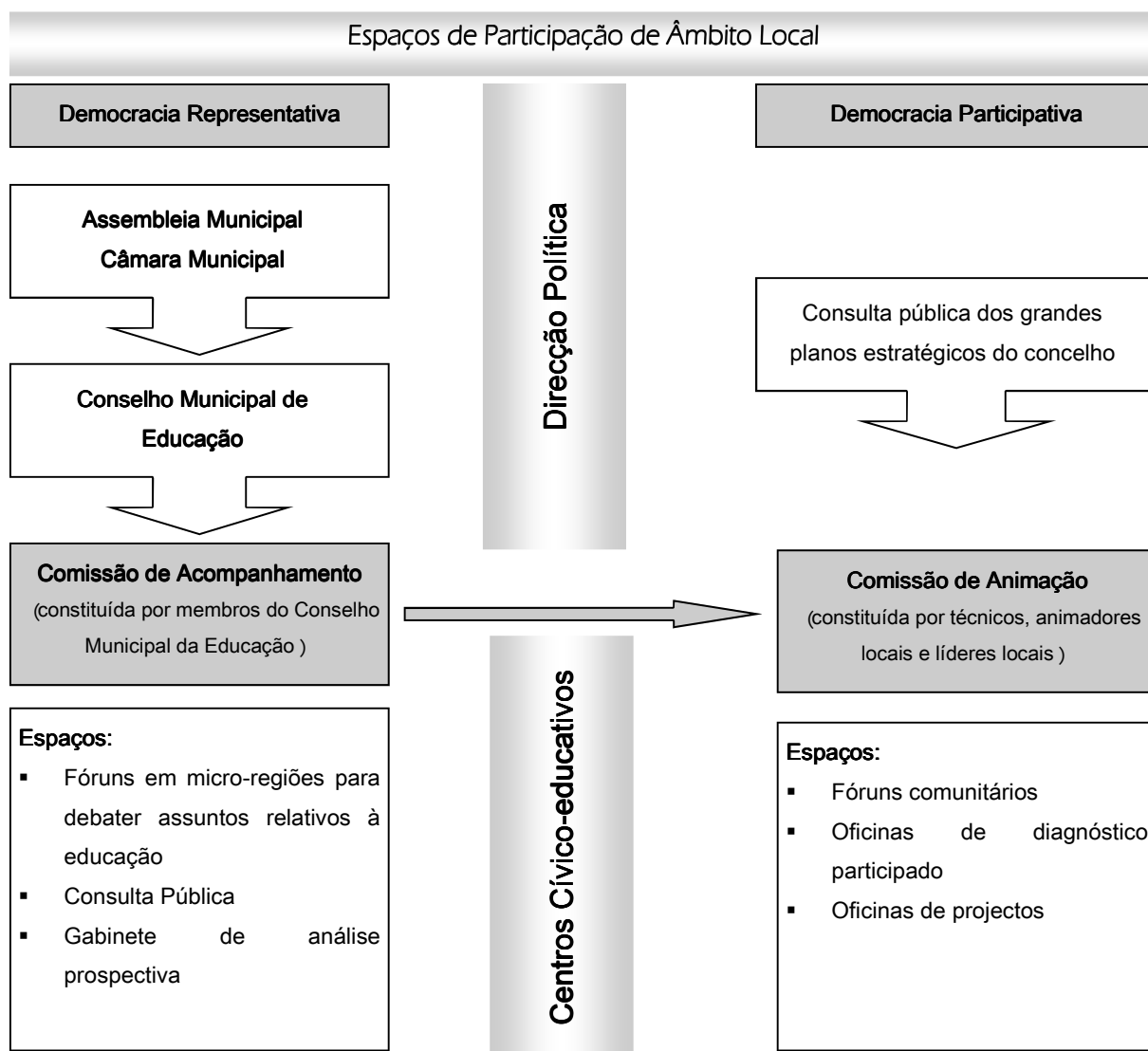
É premente proporcionar às pessoas, instrumentos e competências necessárias para saber como participar, uma vez que não se trata do ‘direito’ a participar, mas a capacidade de o fazer conscientemente, de acordo com os seus saberes e competências. Se entendermos o espaço público como o local para o estabelecimento de laços entre as pessoas e entre estas e as associações, este será um espaço privilegiado para a consciencialização da realidade local, de aprendizagem e de desenvolvimento de competências sociais, pautados pelos valores do ‘*aprender a viver junto e a ser/estar*’. Assim, com mais e melhor participação estaremos a contribuir para o exercício da democracia, a melhoria dos conhecimentos dos participantes e para a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes.

Como podemos verificar pela análise da figura 17, a participação nos ‘Centros Cívico-educativos’, teria dois níveis:

- **Participação por representação** – através das actuais formas de organização política e mecanismos de auscultação pública – Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Conselhos Municipais (educação e acção social) e fóruns municipais (ex: juventude). No âmbito dos ‘Centros Cívico-educativos’ é desejável que a Comissão de Acompanhamento defina vários espaços para o exercício de uma cidadania activa – via directa ou representação – como por exemplo, os fóruns em micro-regiões para debater os assuntos relativos à educação. É pertinente a existência de um

Gabinete de Análise Prospectiva, para avaliar os impactos dos projectos, necessidades da população e níveis de participação.

- **Participação directa** – Esta participação depende da existência de tempos e espaços para o exercício de uma cidadania activa, como por exemplo, os fóruns comunitários, as oficinas de diagnóstico participado e as oficinas de projectos, onde cada pessoa pode dar a sua opinião sobre os assuntos relativos à educação no concelho e simultaneamente, propor projectos de animação socioeducativa e cultural.



Fonte: Própria

Figura nº 17 – Modelo de Participação nos 'Centros Cívico-educativos'

3. Discussão da Proposta

O estudo partiu do pressuposto que haverá uma relação estreita entre o território, modelo de educação e formação e o Desenvolvimento Local. Por essa razão, pareceu-nos essencial apresentar as linhas orientadoras para o modelo de (re)organização territorial da educação em ‘Centros Cívico-educativos’ para o município educador de Sever do Vouga a vários actores locais e especialistas em Ciências da Educação e Cidades Educadoras, no sentido de identificar os pontos fortes e fracos e as sugestões de mudança.

3.1. Pontos Fortes

Para os vários actores e especialistas auscultados, a proposta de reordenamento territorial da educação em ‘Centros Cívico-educativos’ é **‘viável’, ‘inovadora’, ‘utópica’, ‘interessante’ e com ‘fundamento’**, atendendo às características do território, população residente e aos desafios que se impõem à sociedade actual, que pretende **projectar uma política educativa local mais sistémica, integradora, racional**. Propõe-se a mobilizar o tecido social, aumentar os espaços de formação e debate, bem como as parcerias, colocando nos **actores locais o protagonismo e responsabilidade de promover uma dinâmica socioeducativa**, quer em termos pessoais, quer em termos colectivos, onde cada um tem algo para ensinar ou para aprender.

Para o Vice-presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga (Ent.14) a proposta *“(...) contribuiria para preservar e apresentar a identidade do concelho de Sever do Vouga, valorizando os seus costumes e as suas origens, compatibilizando-os com modos de vida internacionais”*.

Acrescenta ainda que a proposta constitui uma visão da *“(...) melhoria da qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente do concelho, uma vez que é proporcionada mais formação e partilha de saberes, aumentando a auto-confiança, a autonomia, a saúde e a felicidade das pessoas”*.

Na opinião do membro da Coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

“[a] sua implementação possibilitaria reforçar a oferta ‘educadora’ daquele território, com mais valias para a sua coesão social e qualificação das aprendizagens formais, informais e não formais” (Ent.12).

A ideia de **coesão social**, também é defendida pelos entrevistados 10, 11 e 13, uma vez que estas *'plataformas socioeducativas'* assentam numa preocupação de desenvolvimento sustentado e harmonioso do território municipal e irão permitir ultrapassar a visão antropocêntrica, ou seja, uma visão da educação centrada na pessoa e emergir uma **visão ecocêntrica**, isto é, olhar para o território como um ecossistema, onde todos os seus elementos estão interdependentes. Assim, os *'Centros Cívico-educativos'* possibilitariam o aumento da rede de relações, bem como, da sua intensidade e qualidade, criando oportunidades de contrariar o processo de perda de população dos territórios rurais, como é o caso do concelho de Sever do Vouga.

A esta ideia de coesão social, os nossos entrevistados associaram a **igualdade de oportunidades** para todos os habitantes do território, no que se refere ao acesso à educação, formação e cultura, o possibilitaria a diminuição das desigualdades inter-freguesias, bem como uma *"(...) visão para tentar travar ou minorar os actuais constrangimentos"* (Ent.11).

Outro ponto forte apresentado pelos entrevistados 11, 12 e 13 é a **irradiação dos 'Centros Cívico-educativos' a partir dos actuais centros escolares**, uma vez que se trata da *'abertura da escola à comunidade'* e da valorização dos recursos locais, como é o caso das actuais infra-estruturas escolares, que se tornariam multifuncionais. Para o entrevistado 12

"[a] ideia de estruturação a partir dos novos centros escolares faz sentido e estas novas funcionalidades e interações entre a escola e as comunidades locais tem de ser operacionalizada nesta altura em que todo o país está a construir novas infra-estruturas".

De facto, a multifuncionalidade possibilitaria a redução das necessidades de construção de edifícios de raiz, uma vez que se podia apostar na revitalização das infra-estruturas actuais, tornando-as polivalentes e abertas a outros públicos-alvo.

Para o entrevistado 13 a proposta **não implica custos acrescidos à actual dinâmica socioeducativa e cultural**, na medida em que aposta numa gestão mais eficiente e eficaz dos recursos existentes (ex: humanos, infra-estruturais) e das ofertas educativas, culturais e desportivas.

"Apesar da generosidade da proposta e da grande preocupação com a qualificação cultural da globalidade da população, há nítida parcimónia em sugerir investimentos que não considerem o trabalho que vem sendo realizado no concelho assim como os equipamentos e infra-estruturas existentes ou já previstos. Vê-se, claramente, que há um

firme propósito de fazer mais, com mais consistência e maior eficácia a partir da articulação dos recursos disponíveis (Ent.13)”.

Uma das especialistas em Ciências da Educação que se pronunciou, sobre o presente estudo, um aspecto relevante destes ‘Centros Cívico-educativos’ é a sua **intencionalidade educativa** que permeia as barreiras da Educação Formal, alargando-se à educação não formal. A entrevistada utiliza a metáfora do sistema solar, onde a intencionalidade educativa “(...) *será o sol, em torno do qual giram os planetas, que neste caso são os agentes, os participantes e as práticas, existindo entre eles interações várias, sendo o sol um elemento indispensável à vida do planeta. Portanto, segundo esta lógica, podemos considerar a intencionalidade educativa, o elemento em torno do qual os restantes elementos realizam as suas trajectórias. A intencionalidade educativa é o ingrediente diferenciador de uma Cidade Educadora, que deve ser do conhecimento de todos os agentes educativos*” (Ent.11).

O entrevistado 10 também considera que um ponto forte da presente proposta é **a valorização da educação não formal e informal**, através da definição da sua intenção educativa. Na sua opinião é um “(...) *aspecto inovador porque propõe que olhemos de forma diferente para o que existe e para o que já fazemos, dando-lhe outros sentidos e usos, alargando horizontes, descobrindo caminhos para a atractividade e sustentabilidade do território*”.

O entrevistado 14 defende que estas ‘plataformas socioeducativas’ apostam numa ‘**educação global**’ da pessoal, na ‘**aprendizagem permanente ao longo da vida**’, que deixou “(...) *de ser um direito e passa a ser uma obrigação*”.

Concordamos com o posicionamento destes entrevistados, na medida em que para se ser uma ‘*cidade educadora*’ é preciso que o governo municipal assuma a importância da educação no desenvolvimento sustentável do território e que assuma os seus desígnios, sendo necessário definir a intencionalidade educativa do Projecto de Cidade Educadora.

3.2. Pontos Fracos

Os pontos fracos da proposta, identificados pelos actores locais e especialistas em Ciências da Educação, podem ser divididos em dois grupos: um relacionado com o contexto e outro compreende as linhas orientadoras do modelo.

No que se refere ao contexto, os entrevistados referem que as instituições actuais têm modelos muito particulares de organização e funcionamento, faltando-lhe abertura, flexibilidade e autonomia para integrar um modelo de (re)organização

territorial da educação em ‘Centros Cívico-educativos’. Por outro lado, apesar de as instituições possuírem recursos humanos qualificados e competentes, falta-lhes a sensibilização para a implementação de metodologias interactivas, participativas e centradas na auto-biografia. Ora, um modelo como um proposto, requer no nosso entender uma outra forma de fazer educação, isto é, com e para todos.

Conforme o que referimos anteriormente, os actores e especialistas auscultados, defendem que a proposta de (re)ordenamento territorial da educação do concelho de Sever do Vouga tem fundamento, mas apresenta algumas fragilidades. Para a especialista em Ciências da Educação (Ent.11) a definição de ‘Centros Cívico-educativos’ pode suscitar dúvidas, uma vez que se confunde com os actuais Centros Educativos/Pólos Educativos, que se destinam unicamente à Educação Formal, aspecto este que já tinha sido também identificado por nós durante a realização do trabalho empírico.

O membro da comissão de coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras defende que

“[p]ara além da estrutura de gestão da rede local dos centros propostos, conviria aprofundar o conceito de centro, com mais exemplos de actividades e sobretudo concretizando mais a sua operacionalização, ao nível da gestão do dia-a-dia, modo de funcionamento, possíveis entidades envolvidas, mediação com a actividade de educação formal e o quotidiano do espaço escolar” (Ent.12).

Estamos perante um conceito inovador e em construção, pelo que por vezes se revela difícil a sua definição, bem como operacionalização.

O entrevistado 13 sugere que se efectuem simulações “ (...) derivadas das várias possibilidades de combinações de agrupamento de núcleos populacionais para ter maior suporte na definição das propostas apresentadas”. Na verdade, durante o processo de redacção da proposta, efectuámos várias simulações e cruzamentos dos dados demográficos e distâncias entre as várias freguesias, pelo que o modelo apresentado é o que no nosso entender implicaria menores custos com os transportes e que a curto médio prazo, não seria necessário encontrar outras soluções para a melhoria do Parque Escolar, do que as já identificadas na Carta Educativa de Sever do Vouga.

A entrevistada 11 asseverou que o concelho de Sever do Vouga enfrenta um decréscimo populacional acentuado, principalmente nas freguesias mais distantes da Vila, pelo que se prevê que alguns dos Centros a médio e longo prazo, enfrentem problemas com a falta de população e que se tenha de equacionar outra forma de

(re)organização territorial da educação. Para o especialista em Ciências da Educação este problema poderia ser minimizado, se se alargasse a oferta educativa de cada Centro Cívico-educativo, proporcionando o 2º e 3ºCEB, de modo a que os jovens concluíssem neles a escolaridade obrigatória e se fixassem no território (Ent.13). O mesmo especialista prevê que este modelo de (re)organização territorial da educação irá permitir um aumento do número de alunos, contudo o presente estudo não apresenta dados que permitam corroborar tal percepção.

O entrevistado 11 sugere que se acrescentem algumas estratégias de sustentabilidade dos Centros, a médio e longo prazo. No nosso ponto de vista, estas estratégias passariam por parcerias intermunicipais, baseadas no conceito de *'triple hélix'*, ou seja, com o envolvimento das escolas/universidades, empresas/associações locais e o município; e, pela criação de infra-estruturas que possam fomentar uma sensação de bem-estar para os habitantes e visitantes.

Para o Vice-presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga a distribuição da população em *'Centros Cívico-educativos,'* diferente da adoptada na Carta Educativa, embora lhe parecendo interessante, ela poderá constituir um ponto fraco, devido à *"[d]ificuldade na organização dos Centros Cívico-educativos ao nível da gestão propriamente dita e da conciliação entre entidades e instituições, bem como na definição dos papéis de cada um"* e da *"[d]istribuição da população/freguesias pelos Centros, que poderá dificultar as deslocações nesses territórios"* (Ent.14).

Outro aspecto que foi identificado como ponto fraco são as orientações insuficientes para a governança, nomeadamente em termos das competências e das diferentes entidades que podiam participar nas Comissões de Acompanhamento e Animação. O entrevistado 10 vai ao encontro deste posicionamento e expressa claramente a preocupação com o modelo de organização e funcionamento, ao referir que

"[o] que se propõe no âmbito dos *'Centros Cívico-educativos'* reveste-se de uma enorme dificuldade, em especial ao nível do Como. Como criar uma dinâmica de Cidade Educadora Como motivar os actores para essa dinâmica Como modificar a organização, funcionamento e metodologias de intervenção tão sedimentadas nas organizações e serviços educativos actuais A proposta refere e bem, que a dinamização e gestão dos Centros Cívico-educativos exige a formação de todos os parceiros e de uma equipa técnica que faria a animação dessas plataformas educativas".

A entrevistada 11 põe em causa o excessivo protagonismo que é atribuído ao município na liderança destas *'plataformas socioeducativas'*, uma vez que existem organizações do 3º sector que *"(...) têm pessoas, competências, know -ho para*

liderar este processo, faltando-lhe apenas os recursos financeiros”. Nós, concordamos com o posicionamento desta entrevistada, mas defendemos que a gestão destes Centros deve ser participada e relacional.

O quadro nº57 apresenta um resumo dos principais pontos fortes e fracos que foram identificados pelos actores locais e especialistas e que foram alvo de reflexão.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Intencionalidade educativa dos Centros Cívico-educativos. ➤ Debruçam-se sobre as desigualdades inter-freguesias, no que se refere à educação e cultura. ➤ Não implica custos acrescidos. ➤ Mobilização do tecido social. ➤ Reforça a oferta educadora do território. ➤ A ideia de estruturação a partir de novos centros escolares. ➤ Projecção da política educativa local de uma forma mais sistemática, integradora e racional. ➤ Responsabilização dos actores locais pela dinâmica socioeducativa. ➤ Política educativa local que vai ao encontro das necessidades das populações. ➤ Preocupação com a qualificação cultural da globalidade da população. ➤ Preocupação com o desenvolvimento sustentado e harmonioso do concelho. ➤ A oportunidade que cria para a reflexão sobre a necessidade de ultrapassar a tendência para o fechamento de cada organização sobre si mesma. ➤ Valorização da educação não formal e informal, conferindo-lhe uma intencionalidade educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As aprendizagens, actividades e competências a desenvolver são em número exagerado. ➤ Falta de abertura, flexibilidade e autonomia das instituições locais. ➤ Mentalidade pouco participativa dos actores locais. ➤ Falta de preparação dos agentes educativos para a implementação de metodologias interactivas e participativas. ➤ Excessivo protagonismo do governo municipal. ➤ Falta de recursos financeiros para que as associações locais possam gerir os Centros Cívico-educativos. ➤ A governança dos centros está pouco clara. ➤ Falta de argumentação do possível aumento do número de alunos. ➤ Distribuição da população/freguesias pelos Centros poderá dificultar as deslocações nesses territórios.

Fonte: Própria

Quadro nº 57 – Pontos fortes e fracos e sugestões de mudança

Embora, uma primeira leitura do quadro nos sugira que existem mais pontos fortes do que fracos, a verdade é que após uma leitura mais atenta constatamos que existem vários aspectos que são necessários *‘limar’*.

3.3. Mudanças à proposta inicial

Na recta final, do estudo interessava-nos recolher para além dos pontos fracos e fortes da proposta, sugestões concretas para a mudança. Os actores e especialistas auscultados identificaram os seguintes aspectos a melhorar:

- Denominação dos Centros Cívico-educativos.
- Aprofundar o conceito de Centro com exemplos de actividades, modo de funcionamento e entidades envolvidas;
- Apresentar uma visão estratégica da educação para a região em que se insere;
- Melhor definição das competências das Comissões de Acompanhamento e Animação, bem como das entidades que as constituem.
- Indicar estratégias de sustentabilidade a médio e longo prazo.
- Simular situações derivadas de várias possibilidades de combinação de agrupamento de núcleos populacionais que constituem os Centros.
- Alargar a oferta educativa, proporcionando outros níveis de ensino, como o 2º e 3º CEB, para que os jovens concluíssem a escolaridade obrigatória e se fixassem nessas localidades.
- Estudar de forma mais aprofundada os aprendentes do território, seus grupos sociais de origem, suas necessidades, seus valores e motivações, poderia ajudar a ver como os envolver desde o início na implementação dos Centros Cívico-educativos e como encontrar métodos e técnicas que permitam a sua participação.
- A proposta está demasiado formalizada, podendo correr-se o risco de se formalizar a educação não formal.

Esta reorganização territorial da educação em *'Centros Cívico-educativos'*, pressupõe a compreensão do território como uma grande rede de caminhos educativos, nos seus espaços pedagógicos formais (escola, jardins-de-infância) e não formais (teatro, museu, biblioteca), cujos caminhos são os espaços de educação informal (rua, praça) que geram convivência e aprendizagem. No entanto, a sua intencionalidade educativa, pode convertê-lo num território educativo e fazer dele pedagogia.

Os processos educativos que se dão nos vários espaços educativos são a chave para a convivência e conseqüente *'aprender a viver juntos'*, bem como, para o exercício de uma democracia participativa, inclusiva e responsável. Implicam que cada pessoa se sinta como parte integrante do território, tendo um papel pró-activo no seu futuro educativo e cultural, através do conhecimento, reflexão e reinvenção do território.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegámos à recta final deste estudo, é o momento de efectuarmos um balanço do caminho percorrido e de apresentar as principais conclusões e recomendações.

O presente estudo, centrou-se numa perspectiva de ruptura com o sistema de ensino actual e da políticas educativas (des)centralizadoras que têm vindo a dar cada vez mais protagonismo à Educação Formal. Esta forma de ‘fazer’ a educação faz com que seja vista como tarefa da instituição ‘escola’, dirigida a uma determinada faixa etária, ao *‘consumo e transmissão de saberes’* e conteúdos previstos a nível nacional.

Ao longo deste trabalho, tentámos inserir-nos nas reflexões que têm vindo a ser tecidas pelo movimento das Cidades Educadoras e por alguns teóricos da área da Pedagogia Social. Partimos da constatação que existe um movimento forte de revisão paradigmática do *‘modus vivendi’* moderno, no meio de um processo de globalização e localização e da crescente ampliação dos territórios urbanos, onde as cidades ocupam um papel central.

A cidade constitui um *‘lugar de aprendizagem’*, na medida em que o território é um sistema vivo e dinâmico, resultado de uma construção social, que promove a identidade local e um espaço de convivência humana, onde há lugar para o *‘aprender juntos e em relação com os outros’*. No entanto, apesar deste movimento dar protagonismo à *‘educação na, da e com a cidade’*, não significa que se menospreze o papel da instituição escola. Exige-se sim, uma ligação da escola à vida e ao local onde ela tem lugar, o que implica uma (des)centralização das políticas educativas, no sentido de serem pensadas a partir do local, envolvendo todos os actores locais.

Tivemos como principais pressupostos de reflexão, a ideia de educação como instrumento de desenvolvimento pessoal e local e a concepção de que a aprendizagem se realiza ao longo de um processo contínuo que é a ‘vida’, que engloba simultaneamente espaços de Educação Formal, Não Formal e Informal, na qual o exercício de uma cidadania activa assume um papel fulcral. De acordo com esta perspectiva de educação, o contexto no qual interage o indivíduo não poderá deixar de ser entendido como um espaço que gera influência e, conseqüentemente, como um aspecto determinante em todo o processo de desenvolvimento socioeducativo. Assim, o espaço deixa de ser percebido como mero cenário, para ser considerado nas suas vertentes física, social, cultural, económica e cívico-educativa.

A participação activa dos actores locais, a rentabilização dos recursos e as iniciativas localizadas, devem tirar o máximo proveito dos recursos endógenos do território, assumindo-se como pilares do Desenvolvimento Local.

Os núcleos urbanos possuem potencialidades, na medida em que se apresentam como espaço territorial povoado de instituições, iniciativas e de fortes interacções sociais, que devem ser tidas em atenção num Projecto Educativo. Como podemos ler na Carta das Cidades Educadoras (2004) *“(...) hoje, mais do que nunca, as cidades grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para a formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos”*.

O contexto empírico do nosso estudo é um território ‘*urbano*’ de baixa densidade populacional, onde predominam características de ruralidade: dispersão e isolamento geográfico; fracas acessibilidades e uma deficiente rede de transportes públicos; declínio populacional; envelhecimento demográfico; baixa escolaridade e qualificação profissional. Contudo, Sever do Vouga encontra-se numa posição estratégica ao nível das principais redes viárias nacionais, o que facilita a mobilidade da população para o exterior.

A população residente mais estável é as crianças/jovens em idade escolar, os idosos e as mulheres. Em algumas freguesias, as mulheres atingem uma percentagem de 52 , possuem baixa escolaridade e qualificação profissional, dedicam-se à agricultura familiar, cuidado das crianças e idosos e trabalhos domésticos.

Sever do Vouga, como o mundo rural em geral, é um território de contrastes. A concentração da população e dos serviços situa-se na sede da vila, o que leva a que as pessoas residentes nas freguesias mais distantes tenham dificuldade de usufruir da oferta educativa e cultural, bem como de aceder a alguns serviços.

A educação em Sever do Vouga encontra-se estruturada sobre a forma de um Agrupamento Horizontal, uma vez que a Escola Secundária não o integra. Em termos de Pré-escolar e 1ºCEB as infra-estruturas encontram-se dispersas por todas as freguesias, mas o mesmo não se verifica com as infra-estruturas ao nível do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário que estão centralizados na vila.

Existe uma cobertura global (100) da educação em termos de ensino obrigatório, Ensino Secundário, Actividades de Enriquecimento Curricular e componente de Apoio à Família (ex: prolongamento do horário, refeições e ocupação

dos tempos livres). Foi possível verificar que duas áreas estão sub-aproveitadas- a formação profissional e a educação de adultos. No entanto, existem iniciativas de relevo por parte do Centro de Novas Oportunidades de Sever do Vouga, VOUGAPARK e de algumas instituições do concelho (ex: Fundação Solidários) para a promoção da formação profissional, com vista à elevação da escolaridade e qualificação profissional.

A título de balanço, podemos afirmar que o percurso deste trabalho revelou-se de certo modo sinuoso, repleto de incertezas e inseguranças.

Tínhamos consciência do risco que constituía uma tentativa de aprofundamento de dois conceitos em (re)construção – *‘Cidade Educadora’* e *‘Centros Cívico-educativos’* – que de certo modo, eram desconhecidos para nós e para a maioria dos actores locais auscultados neste estudo. Por outro lado, a proposta de (re)ordenamento em *‘Centros Cívico-educativos’* consistia um desafio, mas também o questionar de um modelo de ordenamento territorial da educação, defendido por muitos. Julgamos que este posicionamento influenciou as respostas de alguns dos actores auscultados, que demonstraram que essa tarefa de *‘pensar o território’*, pertencia ao município.

Acreditamos que existem outras formas de *‘pensar e fazer a educação’* e arriscámos, apresentando uma proposta de (re)ordenamento do concelho de Sever do Vouga. Estamos conscientes de que esta proposta seria o ‘mote’ para uma reflexão participada sobre a educação, onde o posicionamento dos actores locais seria bastante diferente, em função dos *‘Centros Cívico-educativos’* da sua área de residência. Contudo, pelos pareceres que recebemos é possível afirmar que esta maneira de olhar o território e de pensar a educação faz sentido para os concelhos de Sever do Vouga, mas também num momento de profundas transformações sociais de âmbito ‘glocal’.

Como não poderia deixar de ser, as dificuldades reflectiram-se também ao nível da estruturação da dissertação, quer em termos de enquadramento teórico, quer em termos da parte empírica. No que se refere ao enquadramento teórico, confrontámo-nos com a insuficiência de bibliografia disponível no nosso país, o que nos obrigou a uma aquisição em Espanha e Brasil. O BIDCE revelou-se um recurso extremamente útil, pela multiplicidade de informações e documentos que conseguimos recolher.

Após a pesquisa bibliográfica, deparámo-nos com uma avultada quantidade de reflexões, das quais tivemos de efectuar uma triagem, no sentido de adequar à realidade do nosso país e contexto empírico.

Durante a realização do trabalho de campo, sentimos alguns constrangimentos, nomeadamente a dificuldade de auscultar todos os actores locais no mesmo período; cumprimento do guião de entrevista, devido à diversidade de experiências pessoais e profissionais dos entrevistados; e, de conseguir uma abertura e empatia para se pronunciarem sobre as dinâmicas socioeducativas do concelho de Sever do Vouga.

Relativamente à parte empírica, o carácter inovador do estudo, bem como a multiplicidade de dados recolhidos e a necessidade de efectuar o seu cruzamento, tornaram esta missão complexa e penosa.

O presente estudo designámo-lo de exploratório, devido às limitações temporais, espaciais e financeiras que comportaria um estudo mais aprofundado e participado.

Uma investigação num contexto de Desenvolvimento Local, como perspectivamos o movimento das Cidades Educadoras, o mais importante é a construção da mudança. Neste sentido, é importante que o processo de investigação promova a 'consciencialização', 'participação', 'formação' e a 'acção', o que exige um envolvimento dos actores locais em todo o processo – recolha, análise e interpretação dos dados. Esta constitui outra das limitações deste estudo, uma vez que a proposta de (re)ordenamento territorial da educação do concelho de Sever do Vouga, seria necessário o envolvimento de mais actores, para que em conjunto se construísse um projecto de Cidade Educadora.

Um dos objectivos que nos propusemos alcançar nesta investigação foi a identificação e caracterização das dinâmicas socioeducativas de Sever do Vouga e equacioná-las à luz do conceito de '*Cidade Educadora*'. Neste sentido, iremos proceder à apresentação das principais conclusões.

Os problemas da educação no concelho de Sever do Vouga devem-se às características do território, referidas anteriormente, perfil da população residente, visão da educação e à sua gestão territorial. No que se refere à visão da educação, verificamos que a larga maioria dos actores locais valoriza a Educação Formal e o ensino obrigatório, mas também reconhece a necessidade de aprender ao longo de toda a vida.

No nosso entender, a educação tem que enfrentar os desafios da (pós)modernidade e preparar as/os cidadã(o)s para viver num mundo complexo, interdependente, de modo a que estejam preparados para gerir a imprevisibilidade e complexidade da vida. Temos que implementar uma educação global e holística, na medida em que abrange diferentes dimensões da pessoa – físico, mental (racional e emocional) e social e baseada em alguns princípios éticos – inclusão, solidariedade,

tolerância, igualdade de oportunidades, ecologia, cooperação, etc. A educação tem que passar de uma lógica individualista e competitiva, para uma visão de aprendizagem colectiva que se opera no local, fruto de um trabalho cooperativo que conduz à (re)construção de conhecimentos, desenvolvendo dessa forma competências pessoais e sociais que reforcem os laços que nos unem, permitindo o desenvolvimento de sociedades mais humanas, dialógicas e inclusivas.

No que se refere à gestão territorial da educação, verificámos que o 2º e 3º CEB, Ensino Secundário, Formação Tecnológica/Profissional e o Centro de Novas Oportunidades se encontram centralizados na vila.

O ensino Pré-escolar e 1ºCEB está descentralizado, existindo um Pólo Educativo na sede das nove freguesias que constituem o concelho, com a excepção da freguesia de Sever do Vouga que possui dois Pólos Educativos, devido ao número de habitantes.

Apesar do município de Sever do Vouga, ter optado um desenvolvimento policêntrico, devido às características do território, as infra-estruturas, por vezes, não correspondem às necessidades reais da população, existindo freguesias que estão a descoberto, sendo necessário encontrar soluções de proximidade ou melhorar a rede de transportes. De uma forma geral, todos os espaços socioeducativos do concelho são monofuncionais, destinados à realização de uma determinada função e à fruição de uma faixa etária específica, o que conduz no nosso entender a um sub-aproveitamento dos recursos locais.

Uma das soluções seria a multifuncionalidade dos espaços, ou seja, o mesmo espaço possa prestar vários serviços. Por exemplo, uma escola do 1º CEB pode ser uma escola durante o horário lectivo; uma sala de formação para adultos em horários pós-laboral; um espaço público de acesso à Internet; uma biblioteca pública; e, um polidesportivo que pode ser utilizado pela comunidade em horário extra-escolar.

Gonçalves (2006:54) diz-nos que *“(...) a própria multifuncionalidade do espaço público é determinante, porque permite ao cidadão a realização de um conjunto diversificado de actividades sociais, lúdicas, culturais, desportivas, entre outros, aumentando o seu grau/nível de utilização apropriação. A monofuncionalidade dos territórios contribui, pelo contrário, para a desertificação dos espaços ou para a sua apropriação por grupos marginais ou com motivações específicas”*. Trata-se de promover o desenvolvimento sustentável, equilibrado, solidário (social e ecológico) através da recuperação dos espaços tradicionais.

A relação *‘escola-comunidade’* é perspectivada em todas a políticas educativas, mas os actores auscultados consideram que é de difícil concretização no *‘local’*,

devido: à necessidade de cumprir o *'curriculum nacional'*; ao excessivo peso que a escola ocupa no quotidiano, onde com o alargamento da *'escola a tempo inteiro'* se viram incapacitados de realizar outras actividades socioeducativas; e, a difícil relação *'escola-família'*, onde os pais se demitem das suas funções educativas, responsabilizando a escola e as instituições de apoio à família. Contudo, todos reconhecem a incapacidade da 'escola' dar resposta aos desafios da *'sociedade do risco'*, sendo necessário que esta se abra à comunidade e a outros agentes educativos.

Constata-se uma desvalorização da co-educação de gerações, fruto das conjunturas sociopolíticas do país, na medida em que existe uma oferta em termos do prolongamento do horário e Actividades de Enriquecimento Curricular, que conduz a que as formas de sociabilidade inter-geracional, típicas de territórios ruralizados (entenda-se avós cuidarem dos netos) tenha sido significativamente alteradas. Por outro lado, com a *'escola a tempo inteiro'* as crianças viram diminuído o tempo de *'brincar livre'*, ou seja, de decidirem sobre o que querem, como e quando e onde aprender.

A 'escola' constitui o espaço de sociabilidade na qual as camadas jovens permanecem mais tempo, mas são necessários espaços de maior amplitude no que se refere à convivência e possibilidades desportivas, recreativas, culturais, artísticas e de aprofundamento da democracia participativa.

Para prepararmos cidadã(o)s para o exercício pleno dos seus direitos e deveres, temos que *'educar para a cidadania, na cidadania e pela cidadania'*. Isto quer dizer que as propostas educativas têm que considerar a pessoa (independentemente da sua idade) como protagonistas do seu percurso de aprendizagem, já que se espera que ela decorra ao longo da vida. Para isso, é necessário ouvir as pessoas, estimular a sua curiosidade e espírito crítico e aceitar negociar com elas o próprio funcionamento das instituições – município, escolas, associações – e dos seus processos educativos. Isto terá que ser feito em simultâneo com o envolvimento dos (as) cidadã(o)s na vida e decisão do município e das escolas.

O município de Sever do Vouga considera a educação a força motriz do desenvolvimento socioeconómico, desenvolvendo muitas mais actividades do que as competências previstas por lei. Ressaltamos o envolvimento da autarquia na gestão territorial da educação, que se assume como pioneira na implementação das políticas educativas do Ministério da Educação e o seu empenhamento em dar resposta às necessidades da população.

Os actores autárquicos assumem que têm um papel pró-activo nos desígnios da educação do concelho, mas que sentem vários constrangimentos ao nível da indefinição das competências, recursos financeiros e técnicos.

A actuação da Câmara insere-se num modelo de intervenção por projectos (Caballo, 2003:52-57), baseadas em áreas como a educação, cultura, desporto, acção social, ambiente e turismo. Parece-nos que existe uma certa sectorização e descoordenação entre as várias áreas, que no nosso entender poderiam integrar esta concepção de Projecto Integral e Integrador da Educação. No nosso ponto de vista, bastaria uma definição estratégica clara e um empenhamento de mais pessoas, para que houvesse ganhos substanciais com o investimento efectuado e se começasse a estabelecer uma política educativa municipal mais eficiente.

A visão do futuro da educação do concelho é materializada com a Carta Educativa. Consideramos que seria pertinente existir um projecto que congregasse não só as ofertas de Educação Formal, as condições do Parque Escolar, mas também as ofertas de Educação Não Formal promovidas pelos vários agentes educativos do território.

Ao longo do nosso trabalho, constatámos que existia um desconhecimento das opções estratégicas da Carta Educativa, bem como, das ofertas educativas dos vários agentes locais, o que leva a uma sobreposição de actividades e à sua concentração em determinadas freguesias. Confrontámo-nos com a ausência de um Projecto de Cidade Educadora, uma vez que o município, desde 2006 é Sócio da Associação Internacional das Cidades Educadoras, mas ainda não desenvolveu actividades no âmbito desta concepção da educação. Parece-nos que a adesão do município não é conhecida a nível local, nem foi discutida com os principais agentes educativos. Contudo, identificamos dinâmicas locais promovidas por vários agentes educativos, que espelham os princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Criar um Projecto de Cidade Educadora que promova o envolvimento dos vários actores locais, bem como, a articulação das instituições que actuam no território com os recursos locais disponíveis, numa lógica de organização espacial em rede e de gestão relacional e participada. Este projecto implica um trabalho ao nível da visão da educação do concelho, de modo a gerir interesses e necessidades, a valorizar os recursos locais, em termos das suas potencialidades socioeducativas, a colaboração inter-administrativa e a promoção de parcerias, ou seja uma acção territorial integrada.

O segundo objectivo que nos propusemos alcançar prendia-se com a identificação dos recursos que podem ser mobilizados para uma (re)organização territorial da educação em '*Centros Cívico-educativos*'.

Ao longo da realização do nosso trabalho empírico, verificámos que Sever do Vouga tem muitos recursos – infra-estruturas, técnicos, espaços de lazer, *kno -ho*, etc – que podem ser mobilizadas para um modelo de (re)ordenamento territorial da educação mais participado e inclusivo. No nosso entender, o funcionamento deveria partir dos actuais Pólos Educativos, identificados na Carta Educativa e irradiar-se às associações, espaços culturais, desportivos e de lazer, existentes no concelho, congregando actividades de Educação Formal, Educação Não Formal e Educação Informal.

A proposta por nós apresentada, congrega quatro '*Centros Cívico-educativos*', onde um, pela sua centralidade geográfica e concentração de serviços, assume funções de coordenação e animação dos outros centros. Aqui, o município assumiria um papel fundamental na animação destes '*Centros Cívico-educativos*', que seria materializada pelo projecto de Cidade Educadora, construído em conjunto com os actores locais.

No nosso entender, estas '*plataformas*' deveriam orientar-se pelos princípios: da aprendizagem ao longo da vida, da participação, da igualdade de oportunidades, da educação transgeracional/convivência e do desenvolvimento sustentável.

Encontrámos algumas dinâmicas organizacionais e vontades que parecem indicar caminhar-se para a criação deste projecto, que seria concretizado através dos '*Centros Cívico-Educativos*', nomeadamente: as parcerias sistemáticas existentes, o protagonismo da autarquia nas dinâmicas locais e as iniciativas que são levadas a cabo pelos vários agentes educativos – escola, associações locais e empresas.

Um dos aspectos que merece relevo é o sentimento de envolvimento dos actores auscultados nos desígnios da educação do concelho, assumindo que deveriam ter um papel mais activo e defenderem que seria necessária a participação da sociedade civil nos desígnios da educação do concelho.

Importa ainda referir que a ideia de '*Cidade Educadora*' e de uma organização territorial da educação baseada em '*Centros Cívico-educativos*', é acarinhada e defendida por muitos, pese embora o facto de ser difícil, devido à actual organização do Sistema Educativo.

Terminamos, deixando para discussão/reflexão, algumas propostas (des)pretensiosas que, eventualmente se poderão constituir, para que se faça a '*teoria*

da prática, no seio de um município educador, que muito nos agradou conhecer e que encerra inúmeras potencialidades para o desenvolvimento de um Projecto de Cidade Educadora, que contribua para elevar o capital social e cultural dos seus habitantes e para o Desenvolvimento Local, projectando o município à escala nacional e transnacional.

- A educação e formação devem ser perspectivadas como instrumentos políticos de Desenvolvimento Local, o que implica uma maior articulação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do concelho.
- A Carta Educativa, enquanto documento estratégico e participado da educação do concelho, deve incluir o diagnóstico e planeamento das ofertas de Educação Não Formal.
- As Actividades de Enriquecimento Curricular constituem um prolongamento da escola, com grande formalismo, apesar de serem pautadas por princípios da Educação Não Formal. Consideramos que as áreas de carácter obrigatório (Estudo Acompanhado e Inglês) deveriam de ser integradas no currículo do 1º CEB, de modo, a existir espaço para que as crianças e família possam optar por determinadas ofertas socioeducativas, culturais e desportivas.
- A rede de ofertas socioeducativas (Educação Formal e Educação Não Formal) deve ser de conhecimento público.
- A abertura da escola à comunidade permitiria a multifuncionalidade do seu espaço.
- Maior cooperação inter-institucional no que se refere à visão do território, ao contributo de cada agente educativo, disponibilização dos espaços e distribuição das ofertas socioeducativas.
- Todos os cidadãos devem participar na definição do seu percurso de aprendizagem (Nível individual) e em espaços de debate sobre os desígnios da educação de um território (nível colectivo).
- Devem ser constituídas Plataformas supra-municipais para reflectir e gerir as questões relativas à territorialização da educação.
- A 'escola' deveria apostar no exercício de uma democracia participativa, de modo a que os seus alunos, professores e comunidade local exerçam uma cidadania activa.
- A participação não se pode confinar ao município, é necessário o envolvimento em redes e cooperação transnacional, como é o caso do movimento das Cidades Educadoras.
- Um (re)ordenamento territorial da educação do concelho de Sever do Vouga em '*Centros Cívico-educativos*' permitirá o exercício de território democrático e educador, através de uma rentabilização dos recursos locais, do uso por um maior número de pessoas e da concretização de uma cultura de aprender e participar.

A cidade democrática e educadora é um espaço de muitos *'caminhos de pé posto'* e por isso, uma utopia que deve ser reanimada, porque nos remete para sonhos colectivos. Esta é um sistema em construção na qual todos(as) temos um lugar, uma voz e um tempo para aprender e ensinar.

Bibliografia

- AICE (2004). *Carta das Cidades Educadoras*. Consultado a 23 de Julho de 2008. em AICE: http://www.aice.net/bcn.es/edcities/aice/adjunts/ciudad_educadora.es.pdf.
- AICE (2007). *Entrevista al Sr. Sérgio Fajardo-Alcade de Medellín*. Consultado em 12 de Dezembro de 2007. em AICE:<http://www.aice.net/bcn.es>.
- Alfieri, F. (1990). *El papel de las instituciones locales en els sistema formativo integrado*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Barcelona: Ajuntament de Barcelona. pp.163-172.
- Almeida, A. (2006). *O Papel dos Municípios na Educação em Portugal*. Revista Iberoamericana de Educación. Consultado em 4 de Dezembro de 2006. em RIEOEI: <http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.pdf>.
- Amaro, R. Madelino, F. (2004). *Economia Solidária: contributos para um conceito*. Madeira: INTERREG III.
- Ander-Egg, E. (2006). *A Cidade Educadora, como forma de fortalecimento da democracia e de uma cidadania activa e convivencial*. In Peres, A. Lopes, M. (coord), *Animação, Cidadania e Participação* (pp. 156- 193). Chaves: APAP.
- Artiaga, J. (2004). *A Animação Sociocultural na Juventude*. In *Animação Sócio-cultural-teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget. pp.219-233.
- Baptista, A. (coord)(2007). *Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural-avaliar impactos e construir modelos ajustados*. Lisboa: IEFP.
- Bardin, L.(1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A.(2005) *Mudança Social em Portugal:1960-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R. Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação- Uma Introdução à teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolívar, A. (2007). *Educación Para La Ciudadanía- algo más que una asignatura*. Barcelona: Editorial Graó.
- Borja, J. (2002). *Ciudadanía y Globalización*. Buenos Aires: Centro de Documentación en Políticas Sociales.
- Branco, M. (2007). *A Escola- comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Caballo Villar, M B. (2001). *A cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem: 21 ensaios para o século 21*. Lisboa: Fundação Manuel Leão.
- Cavaco, C. Moreno, L. (2006). *Não tem sentido separar o mundo rural do urbano*. In *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader 'Pessoas e Lugares'*. Nº41. pp.4-6.
- CCDRC (2006). *Indicadores do Concelho de Sever do Vouga*. Consultado a 5 de Junho de 2007. CCDRC: <http://www.ccdrc.pt>.
- CCE (2001). *Governança Europeia- um livro branco*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CE (2006). *A Política de Coesão e as Cidades- contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões*. Bruxelas: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CE(1990). *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano- comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia(2000). *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da vida*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Conselho da Europa (2002). *Compass- a manual of human rights education with young people*. Estrasburgo: Publicações do Conselho da Europa.
- Costa, J. et all (2006). *Dicionário da Língua Portuguesa 2006*. Porto: Porto Editora.
- Delors, J. (Coord.) (1996). *Educação um tesouro a descobrir- Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Edições ASA.
- Domínguez,P. (1995). *Espacios Educativos-Sobre la participación e transformación social*. Barcelona: EUB.
- Eliasson, G. (1996). *Porquê Aprendizagem ao Longo da Vida*. Revista Europeia de Formação Profissional. CEDEFOP. Nº8/9.
- EURYDICE (2000). *Aprendizagem ao Longo da Vida: a contribuição dos sistemas educativos dos Estados membros da União Europeia*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Faure, E. (coord.) (1972). *Apprendre à être*. Fayard:UNESCO.
- Fernandes, A. Sousa (1999). *Descentralização Educativa e Intervenção Municipal*. Revista NOESIS, nº50. Consultado a 4 de Dezembro de 2006. Na DGIDC: <http://www.dgicd.min-edu.pt/innovbasic/edicoes/noe/noe50/dossier2.htm>.
- Fernandes, A. Sousa (2006). *Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses*. Formosinho, J. et al. *Administração da Educação- Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 193- 223). Porto: Edições ASA.
- Ferreira, A. (2007). *Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos*. Coimbra: FPCEUC (doc. Policopiado).
- Ferreira, F. Ilídio (2005). *O Local em Educação- animação, gestão e parceria*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Formosinho, J. Machado, J. (2006). *A administração da escola de interesse público em Portugal- políticas recentes*. Formosinho, J. et al. *Administração da Educação- Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 115- 162) Porto: Edições ASA.
- Formosinho, J. (2006). *A evolução do modelo de administração da escola de interesse público em Portugal (1926-86)*. Formosinho, J. et al. *Administração da Educação- Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 91- 114). Porto: Edições ASA.
- Formosinho, J. (2006). *Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público*. Formosinho, J. et al. *Administração da Educação- Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 13- 52) Porto: Edições ASA.
- Fragoso, A. (2005). *Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas*. Nº5. Revista Lusófona de Educação. pp.63-83.
- Fragoso, A. (2005). *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*. Revista Portuguesa de Educação. Nº18. CIEd: Universidade do Minho. pp. 23- 51
- França Filho, G. (org.) (2006). *Acção Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P.(2001). *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- Freitas, V. (2006). *A Carta Educativa como instrumento de Planemaneto, Revalorização e Reordenamento da Rede Educativa numa lógica de aposta no sucesso Educativo*. Aveiro: APPLA.
- Giddens, A. (1999). *Para uma Terceira Via: a renovação da social democracia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2001). *O mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Glaser, B. Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. Ne York: Aldine de Gruyter.
- Gómez, C. (2008). *Organizaciones vecinales y participación ciudadana. El caso de la ciudad de zaragoza*. Revista Internacional de Organizaciones. Nº 0.
- Gonçalves, J. (2006). *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- INE (1991). *Censos 1991- resultados definitivos*. Consultado em 23 de Abril de 2007. Em INE: [http:// .ine.pt](http://ine.pt).
- INE (2001). *Censos 2001-resultados definitivos*. Consultado em 23 de Abril de 2007. Em INE: <http:// .ine.pt>.
- Lessard-Hébert, M. et al.(1990). *Investigação Qualitativa : Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Lessard-Hébert, M.(1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, M. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves:Gráfica do Norte.
- Lüdke, M. André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Machado, J. (2006). *Cidade educadora e coordenação local da educação*. Formosinho, J. et al. *Administração da Educação- Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 225-264). Porto: Edições ASA.
- Mafra, F. Silva, J. (2004). *Planeamento e Gestão do território*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- McMillan, J. Schumacher, S. (1989). *Research in education: a conceptual introduction*. Glenvie : Scott, Foresman and Company.
- Melo, A. (1995). *O Local como pólo de resistência ao totalitarismo economicista*. Oliveira do Bairro: Solidários (Doc. Policopiado).
- Molas, I. (1990). *“La Ciudad y la ciudadanía democrática. Una perspectiva política”*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Barcelona: Ajuntament de Barcelona. pp.39-48.
- Morand-Aymon(2007). *Olhares Cruzados sobre Educação Não Formal- análise de práticas e recomendações*. Lisboa: DGFV.
- Nicolescu, B. (2005). *Nós, a Partícula e o Universo- a física quântica despoleta uma nova visão da ciência*. Lisboa: Esquilo.
- Nogueira, A. (1996). *Para uma Educação Permanente à Roda da Vida*. Coimbra: Instituto de Inovação Educacional.
- Nogueira, A. (2007). *Contexto Educativos Não Formais: reconhecimento, valorização e capacidade motivacional- relatório nacional*. Lisboa: DGFV.
- Oliveira Baptista, F. Rolo, J.(2006). *População Rural e o espaço*. Lisboa: ANIMAR.
- Oliveira, P. (1996). *Universidade Aberta e Co-educação de gerações*. Revista “A Terceira Idade”. Brasil: Serviço Social de Comércio. pp. 5-10.
- Paetzold, O. (2006). *Educação e Cidadania na perspectiva da cidade educadora: um estudo a partir de Frederico estphalen*. Revista “UNIrevista”. Vol.1. nº2. Brasil: UNISINOS.
- Pau-Preto, F. (coord.) (2006). *CE-Cartas Educativas*. Aveiro: APPLA.
- Pinto, J. Cabral (2001). *A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PNLCP (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal*. Genebra: STEP.
- Pose Porto, H. (2006). *La cultura en las ciudades- un quehacer cívico-social*. Barcelona: Editorial Graó.
- Pose, H. (2006). *Políticas culturais e políticas educativas: a sua necessária interdependência na cidade*. In Peres, A. Lopes, M. (coord). *Animação, Cidadania e Participação* (pp.71- 81) Chaves: APAP.

- Prats, J.(2005). *La globalización transforma la ciudades, las regiones y su gobernación*. Revista Internacional para el desarrollo humano 'Gobernanza'. Nº16. retirada de [http:// .iigov.org/gbz/print.drt edi 14325 art 14344](http://.iigov.org/gbz/print.drt edi 14325 art 14344).
- Puig, J. (1990). *“La ciudad y el desarrollo moral y cívico”*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras (pp.185-196.). Barcelona: Ajuntamento de Barcelona.
- Puig, T. (2004). *Vamos Gerir a Cultura da Cidade com os Cidadãos. Animação Sócio-cultural- teorias, programas e âmbitos* (pp.301-316). Lisboa: Instituto Piaget.
- Quintana, J. (1989). *Sociologia de la Educacion*. Madrid: Editorial DYKINSON.
- Quivy, R. Campenhout, L.V.(1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, J.(1998). *Uma Nova Política Pública: o Desenvolvimento Local*. Revista A REDE para o Desenvolvimento Local. São Brás de Alportel: In Loco.
- Rodriguez, J. (1999). *El Palimpsesto de la ciudad: ciudad educadora*. Col mbia: Arménia Ciudad Educadora.
- Samagaio, F.(1999). *Desenvolvimento: uma noção entre o imaginário e a realidade*. In Fernades, A. (coord.) Revista Sociologia. Vol.I . Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Santos, B. Avritzer, L. (2003). Para ampliar o cânone democrático. Santos, B. (coord). *Democratizar a Democracia- os caminhos da democracia participativa* (pp.30-60). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (2000). *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia* . Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (2006). *A Gramática do Tempo- para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (coord.) (2003). *Democratizar a Democracia- os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, L. Martins, I. (2002). *A Qualidade de Vida Urbana- o caso da Cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Economia do Porto.
- Sanvisens, A. (1990). *“Hacia un concepto de ciudad educadora”*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras (pp.131-140). Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Sarmiento, M.(2002). *Infância, Exclusão Social e Educação como utopia realizável*. Revista “Educação, Sociedade e Cultura”. Nº17. pp. 13-22. Porto:FPCEUP.
- SEOTC (2007). *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território- PNOT*. Lisboa: DGOTDU.
- Serrano, G. (2003). *Pedagogia Social e Educación Social- construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea Ediciones.
- Silva, G. (2008). *Forma Urbana e Sustentabilidade- algumas notas sobre o modelo de cidade compacta*. Revista Prospectiva e Planeamento (pp. 101-126). Vol. 15.

- Terricabras, J. (1990). *“Recorrido conceptual por la ciudad educadora- una perspectiva filosófica”*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras (pp.25-37). Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Trilla, J. (1990). *“Introducción”*. Actas do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras (pp.13-21). Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Trilla, J. (1993). *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel.
- Trilla, J. (coord)(2004). *Animação Sociocultural- teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vala, J.(1990). *A Análise de Conteúdo*. Almeida, J. e Pinto, J. (orgs). *Metodologia das ciências Sociais* (pp 101-127) Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, P.(2009). *Qualidade de Vida na Cidade da Guarda*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos. pp.1-11.
- Vieira, C.(1999). *A credibilidade da investigação científica da natureza qualitativa: questões relativas à sua fidelidade e validade*. Revista Portuguesa de Pedagogia. nº2, pp.89-116.
- Viveiros, A.(2002). *Os Centros Cívicos: equipamentos polivalentes vocacionados para a animação sociocultural- uma nova realidade na região autónoma da Madeira*. Revista Práticas de Animação (pp.1-12). Nº1.
- Abers, M. (1999). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- Wikipedia (2006). *Governança Corporativa*. (in http://pt.wikipedia.org/wiki/governan%C3%A7a_corporativa, acessado a 10 de Novembro de 2006.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. CA: SAGE Publications.

Fontes de Documentação sobre o Concelho

- Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga (2008). *Plano Anual de Actividades 2007/2008*. Consultado a 20 de Janeiro de 2008. Em Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga: <http://www.escolas-sever-vouga.rcts.pt>.
- Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga (2008). *Projecto Educativo 2007-2010*. Consultado a 20 de Janeiro de 2008. Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga: <http://www.escolas-sever-vouga.rcts.pt>.
- Câmara Municipal de Sever do Vouga (2006). *Carta Educativa- Município de Sever do Vouga*. Sever do Vouga: Câmara Municipal de Sever do Vouga (versão que aguarda homologação do Ministério da Educação).
- Câmara Municipal de Sever do Vouga (2007). *Plano Operacional Regional de Sever do Vouga*. Sever do Vouga: Câmara Municipal de Sever do Vouga.

- Câmara Municipal de Sever do Vouga (2008). Documentos Previsionais de 2008. Consultado a 14 de Junho de 2008. Câmara Municipal de Sever do Vouga: <http://www.cm-sever.pt>.
- Câmara Municipal de Sever do Vouga (2008). Documentos Previsionais de 2007. Consultado a 14 de Junho de 2008. Câmara Municipal de Sever do Vouga: <http://www.cm-sever.pt>.
- Conselho Local de Acção Social de Sever do Vouga (2005). *Diagnóstico Social de Sever do Vouga*. Sever do Vouga: Câmara Municipal de Sever do Vouga.
- Escola Secundária de Sever do Vouga (2007). Projecto Educativo 2006-2009. Consultado a 2 de Novembro de 2007. Escola Secundária de Sever do Vouga http://www.esec-sever-vouga.rcts.pt/documentos/projecto_20educativo_20essvouga.pdf.
- Escola Secundária de Sever do Vouga (2008). Plano Anual de Actividades. Consultado a 27 de Maio de 2008. Escola Secundária de Sever do Vouga: <http://www.esec-sever-vouga.rcts.pt/documentos/paa-08maio.pdf>.
- Figueiredo, G. (coord.)(2005). *Sever do Vouga - guia turístico 1*. Sever do Vouga: Câmara Municipal.
- Figueiredo, G. (coord.)(2005). *Sever do Vouga - guia turístico 2*. Sever do Vouga: Câmara Municipal.
- Marques, E. (2002). *Na Morte de um homem Bom- Fundação Bernardo Barbosa de Quadros*. gueda: Artipol.
- Monteiro, P. (2001). *Moinho de guia*. Colecção “Legados de Sever do Vouga”. Sever do Vouga: Câmara Municipal.
- Pêgo, M. (2002). *Roteiro do Megalitismo*. Colecção “Legados de Sever do Vouga”. Sever do Vouga: Câmara Municipal.
- Tavares, A. (2001). *Arte Sacra*. Colecção “Legados de Sever do Vouga”. Sever do Vouga: Câmara Municipal.

Legislação

- Dec. Lei 115- A/98- Rede Pré-escolar
- Dec. Lei 7/2003- Define a organização e competências dos Conselhos Municipais de Educação
- Dec. lei nº 75/2008- Lei da Autonomia da Escolas
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Despacho nº 12 591/2006- Actividades de Enriquecimento Curricular
- Despacho nº 26401/2006- Introdúz alterações ao funcionamento dos Cursos EFA
- Lei nº 14/86 - Lei de Bases do Sistema Educativo
- Portaria nº 230/2008- Define o Regime Jurídico dos cursos EFA e Formações Modulares

Ficha Técnica

Título	Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos: uma aposta educativa na participação de todos(as) Estudo de Caso do Município Educador de Sever do Vouga
Dissertação	Mestrado em Ciências da Educação Especialização em Educação e Desenvolvimento Social
Instituição	Universidade de Coimbra Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Autora	Daniela Alexandra Pereira Herculano
Design Gráfico	Daniela Alexandra Pereira Herculano
Fotografia	Câmara Municipal de Sever do Vouga Daniela Alexandra Pereira Herculano Solidários – Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário
Contactos	968061126 daniela.herculano@gmail.com
Orientador	Prof. Dr. António Gomes Ferreira
Data	25 de Julho de 2009

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Cidade
Sem Muros nem ameias
Gente igual por dentro
Gente igual por fora
Onde a folha da palma
Afaga a cantaria
Cidade do homem
Não do lobo mas irmão
Capital da alegria

Braço que dormes
Nos braços do rio
Toma o fruto da terra
É teu, a ti o deves
Lança o teu desafio
Lança o teu desafio

Homem que olhas nos olhos
Que não negas
O sorriso a palavra forte e justa
Homem para quem
O nada disto custa
Será que existe
Lá para as margens do oriente
Este rio, este rumo, esta gaivota
Que outro fumo deverei seguir
Na minha rota?

(Zeca Afonso)

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Agradecimentos

Neste espaço tomo a liberdade de agradecer o contributo inestimável a tod@s aquel@s que pelo apoio e estímulo constantes, ajudaram a definir o trilho deste projecto e o tornaram possível.

- Ao Prof. Dr. António Gomes Ferreira, pelos desafios que colocou, pelo incentivo, pela disponibilidade e pelas sugestões dadas. A ele, o meu apreço e estima.
- À Câmara Municipal de Sever do Vouga e às instituições que colaboraram neste estudo e o tornaram possível: Rede Social de Sever do Vouga, Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, Escola Secundária com 3º Ciclo de Sever do Vouga, Centro de Novas Oportunidades de Sever do Vouga, Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga, Centro Social de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga, Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e Solidários – Fundação para o Desenvolvimento Cooperativa e Comunitário.
- À Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, nomeadamente ao Dr. Jorge Simões e Dra. Lurdes Rabaça, pela forma como receberam este projecto e pela colaboração.
- À Ana Martins, Andreia Freitas, Clara Cravo, Luísa Pinhal, Sónia Brásio, Vilma Silva e Vanessa Simões pelas sugestões, comentários críticos e correcções ortográficas.
- Aos meus colegas de mestrado – Ana, Adelaide, Júlia, Mário e Paula – pela partilha, amizade e encorajamento, tornaram este percurso menos solitário.
- À minha família e em especial aos pais, que me mostraram que a *'educação'* é um *'valor'* que não tem preço, cores, lugares e idades.
- E muito especial à minha avó Cecília, a quem dedico este trabalho, que com a sua sabedoria me ensinou a acreditar em utopias e a ser persistente.

A tod@s, a minha amizade e gratidão!

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Índice

Introdução.....	23
PRIMEIRA PARTE- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	27
I- Globalização e as Repercussões na Sociedade.....	29
1. Peças da Globalização... um jogo entre o global, nacional e o local.....	31
1.1. Os Fenómenos de Globalização e Localização.....	33
1.2. A Questão do Estado Nacional, da Política e da Democracia	35
1.3. A Globalização e as Cidades	40
II- Educação, Local e Desenvolvimento... que ligações?	47
1. Mudanças Paradigmáticas: que desafios se colocam à educação?	49
1.1. Educação na/com e através da vida	50
1.1.1. Tipos de Educação	52
1.2. Uma Educação para a Cidadania Glocal	56
2. A Importância do Local	62
2.1. A Abordagem do Desenvolvimento Local.....	63
2.2. Relação Educação e Desenvolvimento Local.....	67
III- Cidade Educadora: uma dialéctica com destreza	71
1. A Cidade como 'locus' de educação	73
1.1. Aproximação ao Conceito de 'Cidade Educadora'.....	74
1.2. A Relação Cidade-Educação	79
1.3. De Barcelona para o Mundo	84
IV- Administração Local e Acção Educativa	89
1. Educação e Poder Local... o compromisso do município com a educação ...	91
1.1. História Concisa da Política Educativa em Portugal	93
1.2. O Papel dos Municípios na Educação	98

2. A Administração Local e a Cidade Educadora	104
2.1. O Município e o Projecto de Cidade Educadora	106
2.2. O Sistema Formativo Integrado... uma opção de concretização da Cidade Educadora.....	108
SEGUNDA PARTE- COMPONENTE EMPÍRICA	115
V- Metodologia.....	117
1. Fundamentação da Metodologia do Estudo	119
1.1. Objecto de Estudo: Sever do Vouga como Município Educador	120
1.2. Estudo de Caso: educação no município de Sever do Vouga	120
1.3. Dispositivo Metodológico	123
1.3.1. Instrumentos de Recolha de Dados	123
1.3.2. Análise de Conteúdo	128
VI- Contexto Empírico	133
1. Caracterização do Município Educador	135
1.1. Sever do Vouga... um território de interior litoral	135
1.2. Os Actores Locais... força motriz do desenvolvimento local	138
1.3. Dinâmicas socioeconómicas... as actividades geradoras de rendimento.....	139
1.4. Educação e Formação... e a organização territorial da educação	141
1.5. Cultura, Desporto e Tecido Associativo... a construção da rede	147
VII- Visão da Dinâmica Socioeducativa	153
1. Organização Territorial da Educação.....	154
1.1. Problemas.....	154
1.1.1. Existentes	154
1.1.2. Soluções.....	162
1.2. Opções Estratégicas	168

1.2.1. Visão	168
1.3. Educação Formal	169
1.3.1. Aspectos Positivos	170
1.3.2. Aspectos Negativos	172
1.4. Educação Não Formal	175
1.4.1. Aspectos Positivos	175
1.4.2. Aspectos Negativos	177
1.5. Conselho Municipal de Educação	178
1.5.1. Funcionamento	179
1.5.2. Decisões Importantes	180
1.6. Parcerias	181
1.6.1. Existentes	181
1.6.2. Desejáveis	184
1.7. Competências do Município	185
1.7.1. Actuais	186
1.7.2. Desejáveis	187
2. Perspectivas Educacionais	189
2.1. Educação	189
2.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida	189
2.1.2. Pública/Privada	192
2.1.3. (Des)Centralização	195
2.1.4. Liderança	198
2.2. Participação	199
2.2.1. Oportunidades	199
2.2.2. Fragilidades	201
2.2.3. Espaços Existentes	203

2.2.4. Espaços Desejáveis	204
3. Posicionamento sobre a Cidade Educadora	207
3.1. Cidade Educadora	207
3.1.1. Adesão do Município à AICE	207
3.1.2. Oportunidades	209
3.2. Centros Cívico-educativos	210
3.2.1. Potencialidade	211
3.2.2. Fragilidades.....	215
3.2.3. Liderança	218
3.2.4. Disponibilidade para a Criação	220
IV- Passo a Passo, Construindo uma Proposta de (Re)organização Territorial da	
Educação em ‘Centros Cívico-Educativos’.....	223
1. Pressupostos de Partida	225
1.1. ‘Centros Cívico-educativos’... comunidades (de) aprendentes	227
2. Proposta de (re)ordenamento da educação de Sever do Vouga em	
‘Centros Cívico-educativos’	230
2.1. O Local	230
2.2. Os Aprendentes	235
2.3. O Funcionamento	245
2.4. Governança	253
2.5. Participação	255
3. Discussão da Proposta	258
3.1. Pontos Fortes	258
3.2. Pontos Fracos	260
3.3. Mudanças à Proposta Inicial	263
Conclusões e Recomendações	265

Bibliografia	275
Fontes de Documentação sobre o Concelho	280
Legislação Consultada	281
Apêndices	283
Apêndice I – Guiões de entrevista semi-estruturada	285
Apêndice II – Transcrição das entrevistas semi-estruturadas	295
Apêndice III - Guião de discussão da proposta	361
Apêndice IV – Pareceres	365
Apêndice V - Matriz de categorização de dados	375
Apêndice VI – Matriz de redução de dados	379
Apêndice VII – Matriz de sistematização de dados	413
Apêndice VIII – Resumo dos recursos disponíveis nas freguesias	429

Índice de Figuras

Figura nº 1-	Urbanização e estrutura urbana por freguesia, em 2001	42
Figura nº 2-	Rede de Cidades, em 2001	42
Figura nº 3-	Vínculos da Educação Social com os diferentes tipos de educação	58
Figura nº 4-	Factores e dimensões da capacitação para a cidadania	59
Figura nº 5-	Princípios da Carta das Cidades Educadoras	86
Figura nº 6-	Estrutura e contribuições dos agentes territoriais implicados no <i>'sistema formativo integrado'</i>	110
Figura nº 7-	Processo Inferencial de Análise de Conteúdo	130
Figura nº 8-	Mapa do concelho de Sever do Vouga	136
Figura nº 9-	Mapa com as freguesias do Município de Sever do Vouga	136
Figura nº 10-	Esquema Funcional concelhio	137
Figura nº 11-	Localização dos 'Centros Cívico-educativos'	232
Figura nº 12-	Projecção da população residente, segundo a linha de tendência	235
Figura nº 13-	Projecções da população residente por freguesia	236
Figura nº 14-	Projecções das pirâmides etárias do concelho	237
Figura nº 15-	Distribuição dos recursos dos 'Centros Cívico-educativos'	246
Figura nº 16-	Modelo de Gestão e Acompanhamento dos 'Centros Cívico- educativos'	254
Figura nº 17-	Modelo de Participação dos 'Centros Cívico-educativos'	257

Índice de Quadros

Quadro nº 1 –	Pistas para a reflexão sobre a Cidade Educadora	83
Quadro nº 2 –	Congressos Internacionais das Cidades Educadoras.....	85
Quadro nº 3 –	Actores Locais Auscultados	126
Quadro nº 4 –	Discussão das Propostas	128
Quadro nº 5 –	População Residente no Concelho em 2001, por grupos etários e freguesias	138
Quadro nº 6 –	Evolução da População residente no território	138
Quadro nº 7 –	Nível de Ensino atingido pela população residente na região do Baixo Vouga e concelho de Sever do Vouga	141
Quadro nº 8 –	População Residente segundo o nível de ensino atingido	142
Quadro nº 9 –	Distribuição das creches da rede privada	142
Quadro nº 10 –	Distribuição dos estabelecimentos de ensino público	143
Quadro nº 11 –	Pontos fracos e fortes do concelho	150
Quadro nº 12 –	Problemas e Soluções da educação na percepção dos actores locais	156
Quadro nº 13 –	Soluções para os problemas na perspectiva dos actores locais	163
Quadro nº 14 –	Resumo dos problemas e soluções apontados pelos actores locais	167
Quadro nº 15 –	Visão da educação no território na perspectiva dos actores locais	168
Quadro nº 16 –	Aspectos positivos da educação formal na perspectiva dos actores locais	170
Quadro nº 17 –	Grandes Opções do Plano	172
Quadro nº 18 –	Aspectos negativos da educação formal na perspectiva dos actores locais	173
Quadro nº 19 –	Aspectos positivos da educação não formal na perspectiva dos actores locais	175
Quadro nº 20 –	Actividades de Educação Não Formal	176
Quadro nº 21 –	Aspectos negativos da educação não formal na perspectiva dos actores locais	177
Quadro nº 22 –	Funcionamento do Conselho Municipal de Educação na percepção dos actores locais	179
Quadro nº 23 –	Decisões importantes do Conselho Municipal de Educação na percepção dos actores locais	180
Quadro nº 24 –	Parcerias existentes na percepção dos actores locais	181
Quadro nº 25 –	Parcerias desejáveis na percepção dos actores locais	184
Quadro nº 26 –	Intervenções Municipais no âmbito da educação	185

Quadro nº 27-	Actuais competências do Município na percepção dos actores locais	186
Quadro nº 28-	Competências Desejáveis do Município na percepção dos actores locais	187
Quadro nº 29-	Perspectivas dos actores locais relativamente à Aprendizagem ao Longo da Vida	190
Quadro nº 30-	Perspectivas dos actores locais relativamente à Educação- pública/privada	192
Quadro nº 31-	Perspectivas dos actores locais relativamente à Educação- (des)centralização	195
Quadro nº 32-	Perspectivas dos actores locais relativamente à Educação- liderança	198
Quadro nº 33-	Perspectivas dos actores locais relativamente às oportunidades de participação	200
Quadro nº 34-	Perspectivas dos actores locais relativamente às fragilidades de participação	201
Quadro nº 35-	Percepção dos actores locais relativamente aos espaços existentes para o exercício da participação	203
Quadro nº 36-	Percepção dos actores locais relativamente aos espaços desejáveis para o exercício da participação	204
Quadro nº 37-	Posicionamento dos actores locais relativamente à adesão do município à AICE	208
Quadro nº 38-	Posicionamento dos actores locais relativamente às oportunidades da adesão do município à AICE	209
Quadro nº 39-	Posicionamento dos actores locais relativamente às potencialidades dos 'Centros Cívico-educativos'	211
Quadro nº 40-	Posicionamento dos actores locais relativamente às fragilidades dos 'Centros Cívico-educativos'	215
Quadro nº 41-	Posicionamento dos actores locais relativamente à liderança dos 'Centros Cívico-educativos'	218
Quadro nº 42-	Posicionamento dos actores locais relativamente à disponibilidade para a criação dos 'Centros Cívico-educativos'	220
Quadro nº 43-	Organização em 'Centros Cívico-educativos'	231
Quadro nº 44-	Distância e Tempo Médio de deslocação ao 'Centro Cívico-educativo' 1..	233
Quadro nº 45-	Distância e Tempo Médio de deslocação ao 'Centro Cívico-educativo' 2..	233
Quadro nº 46-	Distância e Tempo Médio de deslocação ao 'Centro Cívico-educativo' 3..	234
Quadro nº 47-	Distância e Tempo Médio de deslocação ao 'Centro Cívico-educativo' 4..	234
Quadro nº 48-	Projecções para os jovens, activos e idosos.....	238
Quadro nº 49-	Previsão Populacional para 2010, por classes etárias para o 'Centro Cívico-educativo' 1.....	239
Quadro nº 50-	Previsão Populacional para 2010, por classes etárias para o 'Centro Cívico-educativo' 2	239

Quadro nº 51-	Previsão Populacional para 2010, por classes etárias para o 'Centro Cívico-educativo' 3	239
Quadro nº 52-	Previsão Populacional para 2010, por classes etárias para o 'Centro Cívico-educativo' 4	240
Quadro nº 53-	Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público do 'Centro Cívico-educativo' 1	241
Quadro nº 54-	Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público do 'Centro Cívico-educativo' 2	242
Quadro nº 55-	Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público do 'Centro Cívico-educativo' 3	243
Quadro nº 56-	Previsão da frequência para 2010, nos estabelecimentos de ensino público do 'Centro Cívico-educativo' 4	244
Quadro nº 57-	Pontos fortes e fracos e sugestões de mudança	263

Siglas e Acrónimos

- ACR** – Associação Cultural e Recreativa
- ADL** – Associação de Desenvolvimento Local
- ADRIMAG** – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira
- AEC** – Actividades de Enriquecimento Curricular
- AGIM** – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano
- AICE** – Associação Internacional das Cidades Educadoras
- ALDA** – Associação de Lavradores do Distrito de Aveiro
- AMU** – Área Medianamente Urbana
- ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APCDI** – Associação Pró-cidadão Deficiente Integrado
- APR** – Área Predominantemente Rural
- Art.** - Artigo
- Ass.** - Actor Associativo
- ATL** – Actividades de Tempos Livres
- Aut.** – Actor Autárquico
- BIDE** – Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras
- CCDRC** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CCE** – Comissão das Comunidades Europeias
- CCE1** – Centro Cívico-educativo 1
- CCE2** – Centro Cívico-educativo 2
- CCE3** – Centro Cívico-educativo 3
- CCE4** – Centro Cívico-educativo 4
- CE** – Comunidade Europeia
- CEB** – Ciclo do Ensino Básico
- CEF** – Cursos de Educação e Formação
- CET** – Cursos de Especialização Tecnológica
- CLASSV** – Conselho Local de Acção Social de Sever do Vouga
- CMSVV** – Câmara Municipal de Sever do Vouga
- CNO** – Centro de Novas Oportunidades
- Coord.** – Coordenador

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRVCC – Centro de Reconhecimento e Validação de Competências
Dec. Lei – Decreto lei
DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DRE – Direcção Regional de Educação
EB 2 e 3 – Escola Básica com 2º e 3º ciclo
EF – Educação Formal
EFA – Educação e Formação de Adultos
EI – Educação Informal
ENF – Educação Não Formal
Ent. – Entrevista
Esc. – Actor Escolar
FICAVOUGA – Feira da Indústria, Comércio, Agricultura e Gastronomia de Sever do Vouga
Fig. - Figura
FMI – Fundo Monetário Internacional
GNR – Guarda Nacional Republicana
HM – Homens e mulheres
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
LANCE - Liga de Amigos e Naturais de Couto de Esteves
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
ME – Ministério da Educação
MRD – Matriz de Redução de Dados
NE – Noroeste
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NUT III– Subregião estatística da União Europeia, designada de Baixo Vouga que engloba 11 concelhos
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC – Organização Mundial de Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
OTL - Ocupação dos Tempos Livres
PCA – Percursos Curriculares Alternativos
PDM – Plano Director Municipal
PIPSE – Projecto Integrado de Promoção do Sucesso Educativo

PITER – Programa Integrado de Turismo Regional das Serras da Gralheira, Arada e Montemuro

PNLCP – Projecto Nacional de Luta Contra a Pobreza

PNOPT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POC – Programa Ocupacional

POLIS – Programa de Requalificação e Valorização Ambiental das Cidades

POPH – Programa Operacional de Potencial Humano

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

SEMA – Associação Empresarial dos concelhos de Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria à Velha

SW – Sudoeste

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VOUGAPARK – Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga

Resumo

Esta dissertação constitui um estudo de caso da educação do Município de Sever do Vouga, sócio da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

Teve como finalidade a reflexão sobre a interacção educação e território, partindo dos conceitos de 'Cidade Educadora' e 'Centros Cívico-educativos', onde tentámos compreender até que ponto a educação pode ser entendida enquanto instrumento de desenvolvimento social e de melhor qualidade de vida e, por outro lado, o território (e a sua organização) pode ser encarado como espaço (des)educativo.

Para a realização deste estudo, utilizámos uma metodologia qualitativa, onde privilegiámos a análise documental de planos estratégicos produzidos pelo Município e entrevistas semi-estruturadas a actores locais, que tiveram como principais eixos de análise a organização territorial da educação, perspectivas futuras da educação e posicionamento em relação à 'Cidade Educadora' e '*Centros Cívico-educativos*'.

Como resultado, apresentámos uma proposta de (re)organização da educação do concelho de Sever do Vouga, baseada em 'Centros Cívico-educativos', espaços de promoção da educação, da cidadania e do convívio para os habitantes da sua área de influência.

Palavras-chave: Administração Local da Educação, Aprendizagem ao Longo da Vida, Centros Cívico-educativos, Cidadania Activa, Cidade Educadora e Desenvolvimento Local.

Abstract

This dissertation is a case of the study of education of the County Council of Sever do Vouga, member of the International Association of Educating Cities (AICE).

It was the purpose reflection on the interaction territory and education, building on the concepts of 'Educating City' and 'Civic-educative Centres', where we tried to understand the extent to which education can be understood as an instrument of social development and better quality of life and, secondly, the territory (and its organization) can be seen as space (un) education

For this study, we used a qualitative methodology, where the priority documentary analysis of strategic plans produced by the County Council and semi-structured interviews with local actors, who had the main thrust of the analysis territorial organisation of education, future prospects of education and positioning in relation to the 'Educating City' and 'Civic-educative Centres'.

As a result, we presented a proposal to (re) organization of education in the county of Sever do Vouga, based on 'Civic-educative centres', to promote space education, citizenship and coexistence for the inhabitants of their area of influence.

Keywords: Local Government Education, Lifelong Learning, Civic-educative Centres, Active Citizenship, Educating City and Local Development.

Résumé

Cette thèse est une étude de cas de la éducation de la Ville de Sever do Vouga, membre de l'Association Internationale des Villes Éducatrices (AICE).

Elle a comme objet de réflexion l'interaction éducation et territoire, en s'appuyant sur les concepts de 'Ville Éducatrice' et 'Centres Cívique-éducatifs', où nous avons essayé de comprendre dans quelle mesure l'éducation peut être comprise comme un instrument de développement social et d'une meilleure qualité de vie et, d'autre part, comme le territoire (et son organisation) peut être considéré un espace (non)éducatif.

Pour cette étude, nous avons utilisé une méthodologie qualitative, dont la priorité a été l'analyse documentaire des plans stratégiques produits par la Ville et des interviews semi structurées aux acteurs locaux, qui ont eu comme objectif principal d'analyse: l'organisation territoriale de l'éducation, les perspectives d'avenir de l'éducation et de positionnement par rapport à la 'Ville Éducatrice' et aux 'Centres Cívique-éducatifs'.

En conséquence, nous avons présenté une proposition visant la (ré) organisation de l'éducation dans la commune de Sever do Vouga, basée sur les '*Centres Cívique-éducatifs*', comme espaces destinés à promouvoir l'enseignement, la citoyenneté et la sociabilité aux habitants de leur zone d'influence.

Mots-clés: Gouvernement local pour l'éducation, apprentissage à vie, Centres Cívique-éducatifs, la citoyenneté active, Ville éducatrice et le développement local.

Resumen

Esta tesis es un estudio de caso de la educación de la Provincia de Sever do Vouga, miembro de la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE).

Es el propósito de reflexión sobre la interacción y la educación-territorio, basándose en los conceptos de '*Ciudad Educadora*' y '*Centros Cívico-educativos*', donde hemos tratado de comprender la medida en que la educación puede ser entendida como un instrumento de desarrollo social y una mejor calidad de vida y, en segundo lugar, el territorio (y su organización) puede verse como espacio de (des)educación.

Para este estudio, se utilizó una metodología cualitativa, donde la prioridad de análisis documental de planes estratégicos elaborados por la Ayuntamiento y entrevista semi-estructurada con actores locales, que tuvo el objetivo principal del análisis: de la organización territorial de la educación, las perspectivas de futuro de la educación y el posicionamiento en relación con el '*Ciudad Educadora*' y '*Centros Cívico-educativos*'.

Como resultado de ello, hemos presentado una propuesta para (re) organización de la educación en la provincia de Sever do Vouga, sobre la base de '*Centros Cívico-educativos*', espacio para promover la educación, la ciudadanía y la convivencia para los habitantes de su área de influencia.

Palabras clave: Administración Local de Educación, Aprendizaje Permanente, Centro Cívico de la educación, Ciudadanía Activa, Ciudad Educadora y Desarrollo Local.

Introdução

Vivemos numa *'sociedade intervalar'* sedimentada entre o paradigma da modernidade e o paradigma emergente que provocou uma desfamiliarização dos mapas *'cognitivos, interaccionais e sociais'*; numa *'sociedade de informação'* onde a acelerada inovação tecnológica, aumentou a circulação da informação e a mutação do conhecimento, exigindo uma forma diferente de 'ser', 'estar' e 'aprender'; numa *'sociedade globalizada'* que afasta os espaços de decisão dos(as) cidadã(o)s e exige novas competências, qualificações e iniciativas; e, numa *'sociedade do risco'*, ou seja, uma sociedade de incertezas sociais, económicas, políticas e ambientais. Mais do que uma sociedade de incertezas, é uma fase de desenvolvimento da sociedade actual, que sente os efeitos da industrialização, da modernização, da autonomização dos serviços e dos processos de globalização e localização.

Os riscos tornam-se globalizados e o indivíduo sente ao nível 'local' e do próprio 'eu' os fenómenos da exclusão social, como por exemplo, a falta de acesso à educação, cultura e emprego. Os problemas que se sentem ao nível do local exigem soluções 'glocais'.

A educação tem um papel fundamental nesta 'sociedade' no sentido de fazer face aos seus desafios e gerar um desenvolvimento mais harmonioso e participativo. Esta não pode ser vista só como instrumento de qualificação escolar e profissional, mas também de difusão e promoção de cultura. Por outro lado, a tarefa educativa, não se pode circunscrever a uma etapa da vida, nem à instituição 'escola'. Subjacente a esta ideia, está a visão de uma educação que se processa ao longo de toda a vida do ser humano, que envolve contextos de Educação Formal, Educação Não formal e Educação Informal.

Reconhecendo estas exigências da actual sociedade e as lacunas do sistema educativo, surgiu em Espanha na década de 90, o Movimento das Cidades Educadoras, que defende o território como um espaço relacional, socialmente construído e que possui inúmeras possibilidades (des)educativas. Assim, as/os cidadã(o)s têm um 'novo' direito, o *'Direito à Cidade'*, como um prolongamento do *'Direito à Educação'* previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Só uma Cidade Educadora consegue proporcionar aos seus habitantes, uma educação global que possibilite elevar o seu nível cultural, profissional e social.

Torna-se pertinente o desenvolvimento de um Projecto de Cidade Educadora, arquitectado ao nível local, envolvendo os vários agentes educativos, que tenha subjacente uma perspectiva de educação global e integral e a valorização e rentabilização dos recursos locais, de modo a que possam ser usufruídos por mais pessoas, numa óptica de gestão participada e relacional. Isto exige comprometimento e vontade política do Governo Municipal na promoção da Cidade Educadora.

A presente investigação constitui um Estudo de Caso do Município Educador de Sever do Vouga que pretendeu aprofundar o conceito de *'Cidade Educadora'*, partindo da análise de um contexto concreto, identificando e caracterizando das dinâmicas socioeducativas locais, de modo a serem mobilizadas para uma (re)organização territorial da educação em *'Centros Cívico-educativos'*.

A cidade, no nosso estudo, não se circunscreve a um sentido territorial de um espaço com uma elevada concentração de população, uma vez que o nosso contexto empírico é um município com baixa densidade populacional, cuja sede do concelho é uma vila. Mas, a um sentido sociológico de uma cultura 'rurbana'. Isto é, uma forma de estar, de se relacionar, de viver e de aprender na/com o território.

Para o desenvolvimento do estudo, partimos do trabalho realizado pelo município de Sever do Vouga, ao nível dos principais documentos estratégicos do concelho, que sustentaram as opções metodológicas, a construção dos instrumentos de recolha de dados – análise documental e entrevistas semi-estruturadas – e a selecção dos actores locais a auscultar – autárquicos, escolares e associativos. Privilegiámos uma abordagem qualitativa, que possibilitou a análise dos dados de uma forma indutiva. Isto é, à medida que a investigação foi prosseguindo, as reflexões tornaram-se mais fechadas e consistentes.

A teoria e a empiria interpelam-se mutuamente ao longo de todo o trabalho, embora com diferentes graus de incidência.

A dissertação está organizada em duas partes e cada uma delas em diferentes capítulos, tal como a seguir se apresentam de uma forma sintética.

A primeira parte é composta por quatro capítulos e designámo-la por *'contextualização teórica'*.

O primeiro capítulo analisa as profundas mudanças operadas no mundo, nas últimas cinco décadas, em vários domínios – económico, político, social, ordenamento territorial e educacional – fruto dos fenómenos de globalização e localização.

O segundo capítulo centra-se em dois aspectos: a educação como processo complexo, que se prolonga ao longo de toda a vida do ser humano, essencial para o exercício de uma cidadania 'glocal'; e, o 'Desenvolvimento Local' enquanto processo de aprendizagem colectiva que visa a transformação social, parte da emancipação das populações locais e da revitalização e potencialização dos recursos locais, de forma a melhorar a qualidade de vida.

O terceiro capítulo compreende uma reflexão sobre o binómio 'cidade – educação' e da emergência do Movimento das Cidades Educadoras.

O quarto capítulo apresenta uma perspectiva histórica da educação em Portugal nas últimas quatro décadas, no que se refere ao compromisso do município com a educação, políticas (des)centralizadoras e de envolvimento dos actores locais. Procurámos evidenciar o papel do município na liderança de um Projecto de Cidade Educadora, pelo conhecimento que tem do território, pela legitimidade que têm perante os actores locais e pela capacidade de mobilização dos recursos de suporte ao projecto.

A segunda parte compreende quatro capítulos e designámo-la por '*Arquitectura da Investigação*'.

No quinto capítulo apresenta-se uma explicitação e fundamentação do processo de investigação por nós escolhido, no que se refere ao objecto de estudo, opções e dispositivo metodológico.

No sexto capítulo caracteriza-se o contexto empírico – município educador de Sever do Vouga.

O sétimo capítulo assenta na visão dos actores locais auscultados, relativamente à dinâmica socioeducativa de Sever do Vouga, no que se refere à organização territorial da educação, perspectivas do futuro da educação em Portugal e posicionamento sobre a Cidade Educadora.

No oitavo e último capítulo, apresentamos uma proposta de (re)ordenamento territorial da educação do concelho de Sever do Vouga, com base no conceito de '*Centros Cívico-educativos*' e o respectivo posicionamento dos actores locais e especialistas em Ciências da Educação/Cidades Educadoras.

Apêndices

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice I

Guiões de Entrevistas Semi-estruturadas



Guião de Entrevista Semi-estruturada ao Vice-Presidente/Vereador da Educação da Câmara Municipal de Sever do Vouga

I- Identificação

1. Há quantos anos ocupa o lugar de Vereador desta autarquia e quais têm sido as suas prioridades na política municipal?

II- Caracterização da Educação no Concelho

2. Como caracterizaria a educação no seu concelho?
3. Qual é o balanço que faz sobre a educação no seu concelho, ao longo dos vários mandatos até ao presente?
4. Qual ou quais a(s) dificuldade(s) que sente uma política de educação local?
5. Quais os principais problemas que afectam a Educação no seu concelho e de que forma a C.M. procura colmatar esses problemas?
6. A existência de uma bolsa de pobreza considerável no seu concelho, implica uma “*política de família*” que procure atenuar ou erradicar os efeitos degradantes sobre as crianças e jovens. De que forma o seu executivo procura colmatar essas necessidades?
7. Quais as principais ofertas educativas que a C.M. promove e controla?
8. Com que entidades e de que modo é que a C.M. se relaciona no sentido de potenciar maior oferta educativa?
 - *Quais as principais instituições?*
 - *Parcerias: de que tipo?*
 - *É fácil estabelecer parcerias no seu concelho?*
9. Como vê, no seu Município, o envolvimento dos Conselhos Executivos do Agrupamento Horizontal de Sever do Vouga e Escola Secundária com 3ºCEB, na organização escolar do Concelho a que preside?
 - *Colaboram em projectos propostos pela C.M. De que tipo?*
 - *Discutem com a autarquia os problemas das Escolas/Agrupamentos: de que género?*
 - *Participam nas actividades educativas propostas pela C.M. Em que actividades?*
 - *Solicitam a intervenção do Município junto do poder central para a resolução de certos problemas?*
 - *Solicitam a intervenção dos serviços sociais e de técnicos especializados em diversas situações? Quais?*
10. Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos Agrupamentos/Escolas?
11. Como se tem vindo a posicionar a C.M. relativamente ao Ensino Profissional no seu concelho? Há parcerias? Quais?
12. Como é que a C.M. tem olhado para a Educação de Adultos no Concelho? Que projectos ou iniciativas promove? Quais os projectos que apoia? De que modo?
13. As escolas secundárias no presente têm um papel fundamental ao nível das Iniciativas de Novas Oportunidades (ex: CRVCC, EFA,...). Como preconiza esta iniciativa no seu município?

14. Como funciona no seu Município o Conselho Municipal de Educação e quais as suas vantagens ou desvantagens para uma política educativa local?

- *Reúne com regularidade?*
- *Toma decisões importantes. Se sim, quais? Se não, porquê?*
- *É um órgão de partilha de opiniões? É um órgão que, pela sua constituição, facilita a criação de parcerias? É um órgão que, pela sua constituição, dificulta a tomada de decisão?*

III- Perspectivas Futuras

15. Concorda com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação consentânea com as características do Concelho?

16. Quais as suas perspectivas, para o futuro, no domínio da educação?

17. O Município de Sever do Vouga associou-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Quais as razões que estiveram na base da sua adesão? Que mais valias trouxe para a educação do seu concelho?

18. Através da análise dos princípios da Carta das Cidades Educadoras é possível tecer uma proposta de aglutinar a comunidade em espaços pedagógicos, garantindo que o cidadão, através da participação se sinta parte integrante e activa do território educativo.

- *Quem e por onde se deveria começar?*
- *Quais os espaços e tempos a autarquia disponibiliza para o exercício de uma cidadania activa?*
- *Que dificuldades que encontra numa participação activa dos cidadãos nas decisões do seu Município?*

19. Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto (que vou ler e) que diz respeito a um novo paradigma da educação.

- *O que mais de interessante vê nesta ideia dos centros cívicos-educativos?*
- *Entende esta ideia como relevante e viável? (ou trata-se apenas de uma utopia?)*

Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos

A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. **Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos atualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes.** Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que “não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais”. Neste contexto, **é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar “um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens”.**

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, “considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano.”

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tomando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centro cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal “assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade.” Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada “Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado.”

António Gomes Ferreira (2007)

Guião de Entrevista Semi-estruturada Actrizes Escolares

I- Identificação

1. Há quantos anos ocupa o lugar de Presidente do Agrupamento de escolas de Sever do Vouga/Escola Secundária de Sever do Vouga?
2. Quais têm sido as suas prioridades ao longo deste mandato? Que balanço faz até ao momento?

II- Caracterização do Agrupamento/Escola

1. Como caracteriza o agrupamento a que preside?
2. Como vê a integração da Escola Secundária de Sever do Vouga no Agrupamento a que preside?
 - *Vantagens e desvantagens*

III- Caracterização da Educação no Concelho

1. Quais os principais problemas que afectam a educação no seu concelho e de que forma se procura colmatar esses problemas?

Problemas:

- *Pobreza*
- *Desqualificação profissional*
- *Atraso tecnológico*

Acções:

- Apoio de Técnicos da Acção Social
- Apoio de uma Psicóloga
- Cursos de Formação para Desempregados/1ºEmprego
- Pagamento das refeições aos alunos do Pré-escolar e 1ºCEB

2. Como vê o envolvimento da autarquia na organização Escolar do Município do seu Agrupamento/Escola?

- *Colaborar na resolução dos problemas do Agrupamento. Em que tipo de problemas? (ex: conservação, apoio informático, apoio social,...)*
- *Colaborar na organização de actividades. De que tipo?*
- *Intervir junto do poder central para solucionar problemas do Agrupamento*

3. Que ofertas educativas proporciona a Câmara Municipal às crianças e jovens em idade escolar e do seu agrupamento/escola? (ex: desportivas, culturais, OTL,...)

4. Existem parcerias entre o seu Agrupamento/Escola e a Câmara Municipal? E com outras entidades do concelho? Como funcionam?

5. Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos Agrupamentos/Escolas?

- *Organizar actividades para os alunos, no período de férias*
- *Apoiar o Desporto Escolar e desenvolver outras modalidades desportivas*
- *Elaborar Projectos Educativos Locais, em parceria com o Agrupamento e Escola Secundária*
- *Apoiar os alunos e as Escolas, no âmbito da Acção Social Escolar*

- *Contratar Pessoal Docente e não docente*
- *Promover exposições, debates, conferências relacionados com a Educação no Município*
- *Oferecer uma rede de transportes compatível com as necessidades*
- *Intervir junto do Poder Central para solucionar problemas do Agrupamento*

6. Como funciona no seu Município o Conselho Municipal de Educação e quais as suas vantagens ou desvantagens para uma política educativa local?

- *Reúne com regularidade?*
- *Toma decisões importantes. Se sim, quais? Se não, porquê?*
- *É um órgão de partilha de opiniões? É um órgão que, pela sua constituição, facilita a criação de parcerias? É um órgão que, pela sua constituição, dificulta a tomada de decisão?*
- *Das competências atribuídas ao Conselho Municipal de Educação (Dec. Lei nº7/2003) quais considera mais importantes? (ex: apreciar projectos educativos a desenvolver no concelho; elaborar e actualizar a carta educativa; intervir na qualificação do parque escolar;...)*

III- Perspectivas Futuras

1. Concorda com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação consentânea com as características do Concelho? Quais as suas perspectivas, para o futuro, no domínio da educação?

- *Centralização/Descentralização?*
- *Público/privado?*
- *Iniciativa e liderança da Câmara/Iniciativa e liderança dos executivos das escolas/Iniciativa e liderança das Associações Locais?*

2. Em várias esferas da nossa sociedade tem-se proclamado o envolvimento dos cidadãos nas decisões dos problemas que lhe afectam. Como vê essa participação ao nível de um agrupamento de escolas? Envolvimento dos jovens e crianças, pais, professores e da comunidade local na definição de uma política educativa-“Educação com e para Todos”?

3. O Município de Sever do Vouga associou-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Tem conhecimento desta adesão? Se sim, que mais valias trouxe para a educação do seu concelho?

4. Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto “Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos” (Ferreira, 2007) que diz respeito a um novo paradigma da educação.

- *O que mais de interessante vê nesta ideia dos centros cívicos-educativos?*
- *Entende esta ideia como relevante e viável? (ou trata-se apenas de uma utopia?)*
- *Agrada-lhe esta ideia para o seu Município? Porquê?*
- *Acha que no seu Município estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos? Ou só mesmo na sede do conselho?*
- *Quem deveria tomar a iniciativa para a implementação destes centros?*
- *Que recursos poderiam disponibilizar?*

Guião de Entrevista Semi-estruturada Director(a) da Instituição/Associação

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Há quantos anos ocupa o lugar de Director(a) desta instituição/associação?
2. Quais têm sido as suas prioridades da sua equipa ao longo deste mandato? Que balanço faz até ao momento?

II- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO

1. Como caracteriza a instituição/associação que dirige? (data de constituição, orgânica, valências/áreas de intervenção, projectos, infra-estruturas, transportes,...)

III- CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO

1. Qual a sua opinião em relação à educação no concelho, atendendo às várias faixas etárias?
2. Como vê o envolvimento da autarquia na organização Escolar do Município?
 - Colaborar na resolução dos problemas do Agrupamento. Em que tipo de problemas? (ex: conservação, apoio informático, apoio social,...)
 - Colaborar na organização de actividades. De que tipo?
 - Intervir junto do poder central para solucionar problemas do Agrupamento
3. Que ofertas educativas proporciona a Câmara Municipal às crianças e jovens em idade escolar? (ex: desportivas, culturais, OTL,...)
4. Existem parcerias entre a câmara e a sua instituição/associação? Como funcionam?
 - Qual o papel da sua instituição/associação em relação à autarquia? E em relação ao Agrupamento e Escola Secundária?
 - A sua instituição é ouvida sobre assuntos relativos à educação no concelho? Em que situações? Pertence ao Conselho Municipal de Educação ou Rede Social?
5. Como sabe, são cada vez mais as competências que as Câmaras Municipais têm, no que respeita à educação. Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos Agrupamentos/Escolas?
 - Organizar actividades para os alunos, no período de férias
 - Apoiar o Desporto Escolar e desenvolver outras modalidades desportivas
 - Elaborar Projectos Educativos Locais, em parceria com o Agrupamento e Escola Secundária
 - Apoiar os alunos e as Escolas, no âmbito da Acção Social Escolar
 - Contratar Pessoal Docente e não docente
 - Promover exposições, debates, conferências relacionados com a Educação no Município
 - Oferecer uma rede de transportes compatível com as necessidades
 - Intervir junto do Poder Central para solucionar problemas do Agrupamento

III- PERSPECTIVAS FUTURAS

1. Concorda com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação consentânea com as características do Concelho? Quais as suas perspectivas, para o futuro, no domínio da educação?

- *Centralização/Descentralização?*
- *Público/privado?*
- *Iniciativa e liderança da Câmara/Iniciativa e liderança dos executivos das escolas/Iniciativa e liderança das Associações Locais?*

2. Em várias esferas da nossa sociedade tem-se proclamado o envolvimento dos cidadãos nas decisões dos problemas que lhe afectam. Como vê essa participação ao nível de um agrupamento de escolas? Envolvimento dos jovens e crianças, pais, professores e da comunidade local na definição de uma política educativa-*“Educação com e para Todos”*?

3. O Município de Sever do Vouga associou-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Tem conhecimento desta adesão? Se sim, que mais valias trouxe para a educação do seu concelho?

4. Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto *“Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos”* (Ferreira, 2007) que diz respeito a um novo paradigma da educação.

- *O que mais de interessante vê nesta ideia dos centros cívicos-educativos?*
- *Entende esta ideia como relevante e viável? (ou trata-se apenas de uma utopia?)*
- *Agrada-lhe esta ideia para o seu Município? Porquê?*
- *Acha que no seu Município estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos? Ou só mesmo na sede do concelho?*
- *Quem deveria tomar a iniciativa para a implementação destes centros?*
- *Que papel poderia ter a sua associação na implementação e dinamização destes centros? Que recursos poderiam disponibilizar?*

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice II

Transcrição das Entrevistas Semi-estruturadas



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Protocolo de Entrevista com Vice-Presidente da
Câmara Municipal de Sever do Vouga
7 de Maio de 2007

Entrevistadora: [Esta entrevista insere-se no âmbito da minha dissertação de mestrado que tem como objectivo estudar as potencialidades das Cidades Educadoras, uma vez que me parece que este conceito não tem sido explorado como deveria por alguns Municípios, que continuam agarrados à educação escolar.

Esta entrevista tem como objectivo aprofundar conhecimento relativamente às políticas educativas adoptadas pelo Município de Sever do Vouga.

Neste momento, encontro-me numa fase de diagnóstico, que vai ser concluída com esta entrevista e posteriormente, iram-se definir mais concretamente as linhas de investigação.

Os dados recolhidos com a entrevista serão utilizados na dissertação. A entrevista será confidencial sempre que nos for possível, atribuindo um código ou a função desempenhada na autarquia.

Na sequência desta entrevista, irei proceder à sua transcrição, que lhe será enviada para verificar o seu conteúdo e se possa realizar o respectivo protocolo]. Eu queria saber há quanto tempo ocupa o lugar de vereador nesta autarquia?

E1: Eu estou aqui a tempo inteiro e com pelouros atribuídos desde 2002. Portanto, após as eleições de 2001. Já cá estava antes, embora sem distribuição de pelouros, era vereador, mas só... só ia às reuniões. Portanto não estava cá a tempo inteiro.

Entrevistadora: E quais têm sido as suas prioridades em termos de política municipal?

E1: Eu tenho uma série de pelouros e de áreas, sob a minha coordenação. Áreas importantes como a cultura, a educação, o turismo, a acção social, a juventude, o ambiente... portanto que abarcam largas áreas da governação autárquica. E portanto, tenho que dirigir várias políticas conforme as áreas e acompanhar sistematicamente todas essas áreas. A cada nível e em cada uma das áreas temos definidas várias políticas. Por exemplo, na área da educação fizemos uma grande aposta na renovação de infra-estruturas ao longo destes últimos anos. Antes de conhecermos a obrigação de elaborar as Cartas Educativas, já nós tínhamos como opção política apontar para a criação de centros escolares, chamados agora de centros educativos. Pólos educativos nos centros das freguesias de forma a melhorar o ensino, ao nível da socialização dos alunos, que permitia que eles tivessem maior número de colegas nas turmas. O que acontece hoje em algumas escolinhas de determinados lugares, é haver por exemplo, um miúdo do primeiro ano, um do segundo...

Entrevistadora: Sim, sim,... eu quando comecei a trabalhar no Couto verificava isso...

E1: Uma das apostas foi passar por aí... dar uma volta às escolas todas, ver a situação delas em termos de qualidade dos edifícios, principalmente. E depois apostar na renovação de edifícios partindo do princípio que as escolas pequeninas mais tarde ou mais cedo viriam a encerrar. A perspectiva era realmente transferi-los para esses centros para que pudessem usufruir de uma maior qualidade ao nível dos equipamentos, onde fomos pioneiros em certas coisas, como é o caso da Internet, dos computadores, quer no primeiro ciclo, quer no ensino pré-escolar. Foi uma grande aposta na melhoria do próprio ensino, principalmente ao nível dos equipamentos e infra-estruturas. E isso conseguimos fazê-lo de alguma forma, renovando grande parte do parque escolar. Continua esta renovação e esta aposta na melhoria da qualidade das instalações, ainda reforçada agora com a carta educativa. Pretendemos lançar de raiz dois centros educativos, mais um quase de raiz e assim terminar, apontamos aí como horizonte 2011, para esta grande renovação. Mas neste momento, já temos três, quatro grandes centros educativos a funcionar... Pessegueiro já está tudo concentrado, jardim e escola tudo no mesmo edifício, com grande renovação; Cedrim e Paradela. Estes três já estão, embora em Cedrim ainda não estejam aglutinados os alunos das escolas, prevê-se para este ano o encerramento dessas escolas mais pequenas.

Entrevistadora: E Silva Escura também não tem um Centro Educativo?

E1: Silva Escura não. Ainda não está completo porque ainda está dividido em duas escolas, embora já tenham concentrado os alunos do Folharido que a Escola encerrou, e da Escola do Espinheiro também. Mas ainda não é aquilo que se pretende. A ideia é que exista só um Centro Educativo e para tal tem que ocorrer uma grande ampliação para conseguirmos ter aquela qualidade ao nível das salas, e a diversidade, que é conseguir que cada Centro tenha pelo menos quatro salas de aula e seja possível ministrar pelo menos um ano em cada sala, mais biblioteca, mais espaço de informática, etc. Cada Centro vai ter condições que não tinham até aqui (...).

Entrevistadora: Qual é o balanço que faz sobre a educação no seu concelho, ao longo dos vários mandatos até ao presente?

E1: No aspecto da educação formal, daquilo que nos compete a nós e de que estava a falar, ao nível dos investimentos, o balanço é muito bom. Neste últimos seis anos, o investimento ultrapassou o meio milhão de contos, falando em contos ainda, ou seja para cima de 2,5 milhões de euros, que é um grande investimento num concelho como o nosso com orçamentos relativamente baixos. É um investimento de vulto! E como disse de forma diversa e diversificada, não só apostando na qualidade dos edifícios, mas também na qualidade dos equipamentos e renovação dos espaços exteriores. Temos a decorrer um processo de concurso para a colocação de Parques Infantis em todas as freguesias, junto aos grandes Centros Educativos, também apostamos no lazer, no recreio, na parte lúdica da educação. E portanto, considero que é um balanço muito, muito positivo.

Entrevistadora: E em relação às actividades de enriquecimento curricular. O que é que me diz sobre isso?

E1: Ia referir isso exactamente. Também aqui nós fomos mais à frente do Ministério da Educação neste aspecto e já há uns anos, mesmo antes de haver estas actividades de enriquecimento curricular, propostas pelo Ministério da Educação em que as escolas ou as

Câmaras, como promotores. Podem não ser as Câmaras... No nosso caso é a Câmara que é a promotora, há dois anos e aqui os promotores aderiram, fazendo candidatura para isso. Mas estava eu a dizer, que nós já antes tínhamos começado com isso, nomeadamente a parte desportiva...

Entrevistadora: A natação...

E1: Exactamente. Tínhamos já promovido natação e educação física para os miúdos. Agora de facto de uma forma um pouco diferente. Na altura, fazíamo-lo com a vinda dos miúdos das escolas aos espaços desportivos daqui da Vila, nomeadamente ao pavilhão e à piscina. Com a implementação desta nova modalidade fez-se o alargamento das actividades às outras disciplinas, nomeadamente à música, estudo acompanhado...

Entrevistadora: E o inglês...

E1: E o inglês, passou a ser feito nas escolas ou nas instituições com quem protocolámos. Fizemos vários protocolos com as instituições de solidariedade social do concelho, com as 5 [Santa Casa da Misericórdia; Fundação Bernardo Barbosa de Quadros; Centro Social Maria da Glória, APCDI; Centro de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga] todas elas têm protocolos connosco e são elas que muitas das vezes dão o espaço e... contratam as pessoas e nós suportamos os custos de tal situação.

Entrevistadora: (...) Qual ou melhor quais as dificuldades que sente uma política de educação local?

E1: Eu acho que a grande dificuldade...

Entrevistadora: Uma delas já me falou são os meios financeiros.

E1: Claro. E eu ia repetir a grande dificuldade de todas as políticas, não é só em termos de políticas de educação, é nós queremos fazer mais do que aquilo que podemos, com o dinheiro que temos, não é? Depois tudo joga por aí... joga o orçamento e jogam as possibilidades de recorrer a outros meios, nomeadamente a candidaturas a fundos, etc. Daí que alguns intervalos dos mandatos e nomeadamente este ano de 2007 e até o de 2006, serem anos já de alguma dificuldade em termos de recursos a esses meios....

Entrevistadora: Estamos num momento de transição do Quadro Comunitário...

E1: Exactamente. O final de um Quadro e a passagem para o outro, fica aí num compasso de espera, que é aquilo que temos agora, nomeadamente com a Carta Educativa, onde prevemos os tais grandes investimentos, e vamos ver como é que sai o apoio do Ministério ou do próprio Quadro Comunitário. Estamos à espera disso, a previsão é que eles venham apoiar de certa forma a construção, das propostas que temos na Carta. Ainda há dias estivemos na Direcção Regional de Educação, mais propriamente na semana passada, eu e o Sr. Presidente, onde discutimos de certa forma alguns problemas com o acerto da rede educativa para este próximo ano lectivo, nomeadamente o encerramento de algumas escolas e as propostas que o Ministério tem para isso. E tivemos de a discutir, e de concordar ou discordar de algumas situações, como é óbvio, embora a Câmara neste particular sirva apenas de parceiro para ser ouvida e para dar a sua opinião.

Entrevistadora: E não tem capacidade de decisão.

E1: Exacto. Não tem grande capacidade de decisão. Independentemente da nossa vontade e também da nossa opção. Porque eu sempre fui favorável a uma maior concentração dos alunos, já quando estava na Escola, antes de estar na Câmara, quando se falava na possibilidade da maior parte das escolas pequeninas fecharem. Independentemente de alguns problemas imediatos, que possam surgir nas localidades, onde elas estão.

Entrevistadora: Eu penso alguns entraves... eu acho que depende muito do território. (...)

E1: Mas nós temos tido a experiência de que...

Entrevistadora: Por exemplo na situação da freguesia de Couto de Esteves, encerrou Mouta, encerrou Parada e consegue-se jogar bem. Mas quando a distância é muito maior...

E1: Mas é isso que eu digo, nós temos um concelho onde... atendendo a essa particularidade nunca entendi que fosse grande dificuldade e daí a nossa aposta aqui também ao nível da reestruturação dos espaços e da própria carta educativa tendo como opção, a criação dos centros educativos no centro de freguesia e não fazer como outros concelhos que criaram um ou dois centros no território e depois desviaram os miúdos todos para lá. O nosso objectivo nunca foi esse, pelo menos que a desertificação não existisse nas sedes de freguesia e eu penso que isso, atendendo aquilo que referiu, o facto das distâncias não serem por aí além, ou até serem pequenas...

Entrevistadora: Exacto.

E1: Entre os lugares que tinham essas pequenas escolas e centro da freguesia (...), penso que não haverá esses problemas de desertificação. E por outro lado, atendendo à situação dos miúdos, penso que é mais benéfica para eles...

Entrevistadora: Exacto. Nós íamos à Mouta e estavam quatro miúdos e complicado em termos de socialização. E até para fazer uma dinâmica... Nós fizemos aquelas actividades de Educação Transgeracional era muito complicado, porque eram poucos. (...) Estávamos a falar das dificuldades de uma política de educação local, falou-me da questão dos recursos financeiros. Eu gostava de saber... a verba transferida pelo orçamento de Estado dá para quê? E o que é que consegue fazer para além disso?

E1: A verba depende da distribuição que nós lhe fizemos aqui. É evidente que quem tem problemas grandes a outros níveis ou que tinha, vai resolvendo alguns desses problemas, mas continua a ter problemas de acessibilidades e portanto tem que tomar sempre uma grande fatia do orçamento nessas áreas. Tem que optar sempre pelo que é mais prioritário.

Aqueles concelhos, penso eu, com menos dificuldades já nessa área, nomeadamente os concelhos do litoral terão mais vantagens e mais facilidades em investir em áreas como estas, porque já têm alguma disponibilidade do orçamento para essas áreas e para apostar noutras coisas até. Nós aqui ainda temos uma grande fatia do orçamento a ser disponibilizada para essa parte, até porque são concelhos com lugares muito afastados onde é preciso fazer ligações... melhorar as ligações entre os lugares e o centro do concelho,

exactamente para tentar que essa desertificação não se note tanto. Embora que isso às vezes é difícil de avaliar o impacto, porque é assim, por um lado a falta de acessibilidades aos lugares mais recônditos faz com que eles fiquem um bocado isolados lá no seu lugar, mas por outro lado, quando têm acessibilidades rápidas e fáceis, há sempre a tendência de sair de lá...

Entrevistadora: Exactamente. Isso foi uma reflexão que também fiz no diagnóstico.

E1: É um fenómeno difícil de avaliar e acho que é um processo quase irreversível.

Entrevistadora: Porque por exemplo, Sever do Vouga está numa posição quase estratégica, em termos de vias com a A25/IP5 e isso pode não significar a fixação das pessoas aqui. As pessoas podem ir para as cidades mais próximas, como Águeda, Aveiro... para procurar trabalho.

E1: Mas era exactamente isso que eu ia falar, nós queremos que pelo menos as pessoas vivam cá. Não nos cria grandes problemas e confusão que as pessoas trabalhem fora e regressem à terra, que residam aqui e façam aqui a sua vida. É óbvio tem que existir sempre esse movimento de trabalhadores para fora e de fora para cá, tem que haver sempre, não é? Nós, se calhar devido à falta de um determinado tipo de emprego, nomeadamente, ao nível da população feminina, temos esse movimento e existe essa procura fora do concelho. Mas tudo bem, se as pessoas continuarem a viver no seu espaço (...).

Entrevistadora: A questão que eu lhe colocava agora é quais os principais problemas que afectam a Educação no seu concelho e de que forma a Câmara Municipal procura colmatar esses problemas? Já me falou da questão das acessibilidades, mas uma das questões que me preocupa é a desqualificação profissional de uma grande percentagem da população.

E1: A Câmara tem iniciado um processo que agora está mais (...). Estamos mais convictos de que vai realmente para a frente, que era um processo tendente à formação, mais virado para a formação profissional e para a formação específica em áreas, de necessidade no concelho, nomeadamente ao nível do emprego. A maior parte das empresas locais precisam de determinados colaboradores com algumas habilitações mais profissionais e que não têm. Portanto, nós iniciámos um processo que começou por ser uma espécie de Escola Profissional...

Entrevistadora: Está-me a falar do VougaPark...

E1: Que hoje é o VougaPark. Que hoje é aquilo que na génese era a tal Escola Profissional (...) e que nós pensámos vir colmatar essa falha ao nível dessa formação mais específica. Pensamos que, e há indicações de que realmente vai para a frente, aliás foi constituída já a empresa com a Câmara e alguns privados e portanto, pensamos que dentro de algum tempo começará a promover formação em áreas específicas, que realmente possam levar essa mão de obra especializada às empresas da região.

Entrevistadora: E ao nível da pobreza.... De que forma o seu executivo procura colmatar essas necessidades?

E1: Ao nível social a Câmara teve alguns programas, nomeadamente o programa de luta contra a pobreza, com o que se fizeram alguns investimentos em habitações, ao nível da melhoria da qualidade da habitação para famílias muito carenciadas e neste momento temos dois processos idênticos, da própria Câmara. Esse Programa de Luta Contra a Pobreza, que era apoiado pelo Ministério da Solidariedade Social, numa candidatura que a Câmara fez em tempos e que durou uns anos. Foram recuperadas cerca de 40 habitações, penso que ultrapassou mesmo as 40 habitações de famílias realmente com grandes carências, ao nível por exemplo de falta de casas de banho, falta do básico em casa. Neste momento a própria Câmara, independentemente do apoio que tem do Estado ou não, criou o regulamento de apoio a famílias carenciadas.

Estão sinalizados alguns destes casos na autarquia, e estamos já a avançar, ou melhor já avançámos com projectos no terreno (...). Esse regulamento prevê apoios directos como cedência de materiais, pode passar também pelo redução ou isenção de licenças de construção, pode passar pelo apoio técnico da autarquia ao nível de criação do projecto, inclusive elaboração do próprio projecto, de especialidades, etc. Mas em alguns casos já temos mesmo avançado com obras no próprio terreno, noutros cedeu-se material, e noutros casos cedeu-se material e mão de obra, conforme a avaliação que é feita. Portanto, temos vários casos uns já iniciaram e outros estão para iniciar, pois isto também depende das disponibilidades, mas vão avançando prioridades no serviço (...) com a decisão da Câmara e da avaliação que é feita dessas prioridades.

Entrevistadora: E também pela disponibilização de técnicos mais da área social, como psicólogos, assistentes sociais,...

E1: Claro (...). O apoio directo, esse existe sempre, nós temos um serviço de acção social que faz esse apoio dia-a-dia a casos sociais(...), casos de dificuldades económicas, apoio ao nível psiquiátrico e psicológico, etc. Esse acompanhamento é feito.

Entrevistadora: Eu gostava que me listasse as ofertas educativas que a Câmara Municipal promove e controla? Eu tenho-as aqui listadas, mas queria ficar com isso gravado. Por exemplo, a componente de apoio à família, a questão do Parque Escolar,... Gostava de perceber ofertas como campo de férias, projectos educativos,... esse tipo de actividades, o que é que a Câmara oferece?

E1: Também faz. Tem feito campos de férias regulares e campos de férias mais alargados até a pessoas de fora. Portanto, não só aos jovens do concelho, mas também alargado aos jovens de fora. E depois faz em todos os períodos de paragem das aulas, onde têm actividades de férias, de ocupação dos jovens quando eles saem da escola e têm aqueles períodos de paragem.

Entrevistadora: Mas é só destinado aos jovens da escolaridade obrigatória, ou alarga até ao 12º ano, por exemplo...

E1: Os campos de férias são alargados,... estas actividades são mais viradas para a Páscoa, mas não distinguem, tem haver com os que se inscrevam, não é? É divulgado para fora, tem uma série de actividades, que passam pelas actividades desportivas, lúdicas, etc. E portanto com inscrições abertas.

Entrevistadora: E depois tenho aquela questão dos espaços da Internet, mas já referiu atrás. Já me falou das parcerias que estabeleceu com as cinco instituições de solidariedade social, por isso essa questão não lhe vou colocar?

E1: Mas aí, eu queria acrescentar uma coisa que não falei. Quando se falou das actividades de enriquecimento curricular e eu disse que já tínhamos iniciado algumas situações mesmo antes de elas saírem na legislação actual e mesmo desta última entrada em vigor das actividades, quase na generalização delas. Nós para além dessas, fomos um concelho pioneiro na implementação das componentes no pré-escolar. Desde o início que temos uma rede de cobertura, para além de termos uma cobertura digamos que global do ensino no concelho, temos as componentes de complemento de horário e de refeição, já a funcionar há muitos anos, em todos os jardins-de-infância. Iniciamos muitas destas actividades, mesmo antes de se falarem nelas e de aparecerem de forma generalizada.

Entrevistadora: (...) É fácil estabelecer parcerias no seu concelho? Falou-me das actividades de enriquecimento curricular... uma das questões que eu me coloco é se é fácil de estabelecer parcerias ou ainda há aquela questão "Parcerias mas só quando vamos colocar alguma coisa em troca".

E1: Eu penso que as parcerias são sempre uma troca.

Entrevistadora: Sim, Sim (risos)

E1: Mas não tem sido difícil estabelecer parcerias, pelo menos com as Instituições de Solidariedade Social, tem-se conseguido fazer parcerias. Ou com a Juntas de Freguesia, ou com as colectividades também. Nós temos uma série de protocolos com as colectividades. Não tem sido assim tão difícil.

Entrevistadora: É que uma das questões... Por exemplo, ao nível de uma Rede Social, há por vezes aquelas questões "Ah! É difícil estabelecer parcerias para a implementação de um determinado projecto". Daí eu colocar esta questão. Nesta ideia que eu tenho dos Centros Cívico-educativos é necessário estabelecer parcerias, e penso que o maior constrangimento que poderá existir não será propriamente do Município ou das instituições locais, mas será da escola e daí eu colocar esta questão, que é depois cruzar.

E1: Pois, mas com estas novas modalidades e com estas actividades a parceria que se fez com as instituições foi relativamente fácil. Eu penso que eles aproveitaram também alguma experiência que tinham, nomeadamente com o ATL (...) e portanto simplificou as coisas.

Entrevistadora: Até porque corriam o risco de perder a valência do ATL, se não aderissem.

E1: Exacto. É o que eu digo, havia aqui uma troca...

Entrevistadora: Uma troca favorável (risos)...

E1: Havia interesses, não é. Havia um interesse da nossa parte em divulgar, mas também existia algum interesse em preservar determinadas situações e portanto penso que não foi difícil.

Entrevistadora: Como vê, no seu Município, o envolvimento dos Conselhos Executivos do Agrupamento Horizontal de Sever do Vouga e a Escola Secundária, na organização escolar do Concelho?

E1: Eu penso que há um trabalho conjunto permanente e temos muito boas relações, com qualquer dos órgãos de gestão, quer seja da Escola Secundária, quer seja do Agrupamento. E temos também uma colaboração ao nível institucional em determinadas áreas. Normalmente, eles colaboram e participam activamente nos Conselhos Municipais, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação, mas também a outro níveis. Fazemos actividades de parceria com eles, nomeadamente Festas de Natal, Carnaval e outras. Por exemplo, a EcoVouga, aquela grande actividade que fizemos agora há pouco tempo de limpeza do rio ao nível ambiental. Tudo isso, passa pela colaboração das escolas... e ela tem sido sem atritos, tem sido uma colaboração fácil.

Mas também se calhar, o concelho só tem um Agrupamento de Escolas e uma Escola Secundária e isso tem alguma facilidade neste tipo de colaboração. Eu, por exemplo, sou representante da autarquia no Conselho Pedagógico do Agrupamento, na Assembleia do Agrupamento e também na Assembleia da Escola Secundária. Também há esta ligação, porque eu normalmente vou às reuniões e estou mais ou menos dentro dos assuntos e muitas das vezes esta colaboração é facilitada por aí, porque nós estamos muito mais em contacto.

Entrevistadora: E solicitam a intervenção do município, por exemplo... servir de mediador com o poder central ou não?

E1: Também. Nós estamos envolvidos... por exemplo quando há uma aposta que é do concelho ou da autarquia ao nível educacional, deve ser das escolas e dos agrupamentos e ao contrário é a mesma coisa. Nós, por exemplo estamos empenhados na construção de uma nova escola EB 2,3 e temos contado com a ajuda e com o interesse do agrupamento de escolas, como eles têm contado com todo o empenhamento da Câmara nesse sentido. E portanto, os interesses são idênticos e torna-se fácil.

Entrevistadora: Outra questão que eu coloco é se solicitam a intervenção dos serviços sociais e de técnicos especializados para diversas situações? Por exemplo, algum caso de abandono escolar, de violência,...

E1: Há. E há até outros organismos constituídos, por exemplo a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que a autarquia criou como a lei impõe e ela tem dentro de si mesmo, quer da Comissão Alargada, quer da Comissão Restrita, técnicos e gente da autarquia. Na Comissão Alargada estou eu e uma técnica da acção social da autarquia e na comissão restrita está outra técnica. Portanto, muitas dessas coisas passam por ali. Por exemplo, ao nível dos jovens, tudo passa por ali. E com a ajuda, como é evidente dos serviços que são os que estão directamente na comissão, mas também, com o trabalho de retaguarda que podem fazer no apoio a crianças e jovens.

Entrevistadora: Na sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal no Agrupamento de Escolas? (...) Por exemplo, contratar o pessoal docente, pagar os seus salários,...

E1: É assim, eu tenho uma opinião um bocado radical em relação a isso... (risos)

Entrevistadora: É a sua opinião...(risos)

E1: Aliás eu manifestei-a no inquérito que a Associação Nacional de Municípios nos fez. Hoje fala-se muito no aumento de competências para as autarquias, nomeadamente na área da educação e da saúde e acção social. Principalmente essas. E na área da educação fizeram um inquérito e eu estive inclusive na reunião com um autarca e a Associação Nacional de Municípios, onde

discutimos que tipo de competências e como transferi-las, etc. E eu sempre fui um bocado defensor de que as coisas devem ser bem definidas. Isto é, independentemente de eu ser favorável à Câmara ou as autarquias terem estas ou aquelas competências, devem ser bem definidas as coisas, no sentido de saber a quem é que compete o quê? Isto é, ainda há coisas bastante mal definidas ao nível da educação, nomeadamente os transportes escolares, que custam muito às Câmaras, no nosso caso e no caso das Câmara do interior. Aliás, isto é um contra-senso, as Câmaras que mais precisam são as que mais pagam, porque a carência de transportes e de uma rede de transportes públicos, é sempre maior nos concelhos de interior e nos concelhos com mais dificuldades nas acessibilidades, etc. O que quer dizer que estes vão pagar uma grande fatia nos transportes escolares, que têm de fazer redes próprias de transportes como é o nosso caso. E portanto esta indefinição, ao nível dos transporte, ao nível das próprias competências na área do pessoal, nomeadamente ao nível do pessoal auxiliar gera alguns conflitos e depois ninguém se entende (...). Embora a competência dos transportes, seja grande parte dela do Ministério da Educação, nós sabemos que no terreno não é isso que se passa, as Câmaras é que suportam a grande fatia do bolo e a nós custa-nos muito dinheiro do orçamento. No caso do pessoal é igual, quando há falhas, por falta de pessoal auxiliar, não é ao Ministério que as pessoas se vão queixar, nem aos professores, nem aos educadores,... é à Câmara. E portanto a Câmara tem que estar ali a meter gente em determinadas situações que não seria muito da sua competência, porque quem deveria decidir era o Ministério da Educação. Temos alguns casos de pessoas que eram funcionários do Ministério da Educação, os lugares ficaram vagos por aposentação, por exemplo, ou por outra razão que seja e depois é às Câmara que vêm ter, quer o Agrupamento, quer as escolas directamente, pedir pessoal. E nós temos aí a tal coisa, que nem é carne e nem é peixe. Portanto eu acho, que para definir bem as coisas, é evidente que todas as transferências de competências que forem feitas para as autarquias tem que ser compensadas.

Entrevistadora: Financeiramente.

E1: Exactamente.

Entrevistadora: Era a isso mesmo que eu queria chegar.

E1: É isso mesmo que está em discussão na Associação Nacional de Municípios, o que é que vamos aceitar e com que contrapartidas. É óbvio que as Câmaras não podem ter cada vez mais competências, sem transferência de verbas. Já hoje vivem uma situação terrível. Aliás a nova Lei das Finanças Locais vem apertar um bocado o cerco às finanças da Câmaras e vem reduzir em alguns casos os orçamentos. Pelo menos a prazo, alguns dos orçamentos vão baixar e estas coisas estão sempre a aumentar. Nós por exemplo, integramos as actividades de enriquecimento curricular e aderimos a elas de forma global e com o máximo possível, nas três áreas. E isso quer dizer, mesmo com o apoio dado pelo Ministério da Educação, custa sempre às Câmaras muito mais do que aquele que é dado. Portanto, todas estas coisas são melhorias na qualidade de vida para os cidadãos, são mais hipóteses de melhorar o seu modo de vida e os seus tempos livres (...) e dar alguma garantia às famílias de ocupação útil dos miúdos nas escolas, mas isso custa dinheiro. Vai custando cada vez mais, e depois é necessário meter mais um funcionário, e mais outro, e mais outro,... e nós temos tido algum aumento, até de despesas de funcionamento, despesas correntes que passam um bocado por aí. E todas estas coisas, que são melhores condições para a população, mas que custam ao orçamento da Câmara bastante. E independentemente de eu ser ou não a favor, e eu sou a favor de que determinadas competências passem pela Câmara, para acabar também com a dualidade de classificações, ao nível interno nas diversas instituições, que é tipo "Eu sou funcionário do Estado e tu és funcionário da Câmara". Penso que isso não é bom. E portanto a que níveis, até onde é que podemos chegar, mas pelos menos a determinados níveis, do pessoal, por exemplo, não era pior, ao nível do pessoal auxiliar, que fosse só uma das instituições, a gerir e a acarretar a responsabilidade, a colocar mais ou a colocar menos. Como estão, uns são nossos... Por exemplo, agora como o novo sistema de avaliação do pessoal, gera-se um bocado de confusão também. E depois alguns são funcionários da autarquia como é que são avaliados, directamente pela autarquia, ou também pela parte que avalia os auxiliares do Ministério da Educação...

Entrevistadora: É muito complicado.

E1: E portanto, há determinadas coisas que era bom que não funcionassem assim, de forma espartilhada e que fossem muito mais directas, independentemente de ser por nós ou pelo Ministério. Não é disso que se trata.

Entrevistadora: Já me falou daquela questão da formação profissional e do VougaPark, por isso não vou repetir a questão (...). Como é que a Câmara tem olhado para a Educação de Adultos no Concelho? Que projectos? Quais parcerias? Uma vez que nós temos um peso muito grande de mulheres com baixa escolaridade e qualificações, que trabalham na agricultura,...

E1: Muito bem. A Câmara tem tido algum peso nisso e já desde há anos, mesmo antes de acabar aquilo que era a extensão de Educação de Adultos (...) promovia alguns cursos, mais ao nível da habilitação e não tanto profissional, mas também com alguns cursos mais ao nível profissional. Mas sempre a Câmara se envolveu como parceiro e com algum contributo, já nesse tempo. Aliás, apoiava parte das formações que eram levadas a efeito por aí, no âmbito da Educação de Adultos e depois da ANEFA, até se extinguir. A Câmara sempre foi parceiro nestas áreas porque sentia e sente que é de grande interesse a valorização habilitacional e profissional das pessoas e que a mesma é uma mais valia para o concelho e portanto, nós estando cientes disso, temos de apoiar essas coisas. Mas também de forma directa a Câmara tem investido nisso. A Câmara tem dado formação aos seus activos a todos os níveis de formação profissional, de todos os grupos, desde à 3 ou 4 anos a esta parte, com protocolos com instituições de formação, nomeadamente com uma empresa de formação,... uma das grandes empresas nacionais de formação, que é a TECNOFORMA, inclusive é também nossa parceira no VougaPark. Mas já é parceira há uns anos através da formação a vários níveis, através da formação-acção, directamente para a criação de determinados planos estratégicos até dentro da autarquia, colaborou connosco e está a colaborar na elaboração da Agenda 21 Local.

Com a Associação Industrial Portuguesa também tivemos uma parceria que ainda está a decorrer da formação na área da modernização administrativa, do atendimento, etc. E temo-lo feito ao nível dos vários serviços e secções e formação directa, nomeadamente de jardins para jardineiros,...

Entrevistadora: De muros, que eu lembro-me disso...

E1: De construção de muros antigos na área da recuperação do património antigo, da calcetaria, das...

Entrevistadora: Das piscinas...

E1: Sim, sim ao nível das piscinas, de formação para os monitores, nadadores-salvadores,... temos uma série de sessões de formação em que a Câmara esteve directamente implicada, ou através de protocolos e parcerias, colaborando sempre com ela. Mesmo com os próprios motoristas, em termos de condução preventiva,... temos um leque de formação que nos proporcionou centenas, talvez milhares de horas de formação para os nossos activos. Fora disso, também estamos empenhados em algumas situações, nomeadamente, através dos Centros de Novas Oportunidades e do CRVCC do concelho, em que a Câmara tem sido sempre parceira e parte activa na promoção. E também através da dinamização dessa formação, dentro do seu espaço e dos seus colaboradores. Nós, ao assinarmos esses protocolos, comprometemo-nos também a facilitar a vida às pessoas cá dentro e que querem ter mais habilitações e se querem auto-promover. Temos também a situação dos próprios funcionários, em alguns casos eles para progredirem necessitam de mais habilitações escolares e portanto, nós facilitamos este tipo de coisas. Também ao nível da formação superior até, temos cá muita gente a frequentar mestrados, licenciaturas, etc. Para pessoas como administrativos que vão fazer a sua formação superior, em trabalho,... durante o tempo de trabalho...

Entrevistadora: Trabalhadores-estudantes.

E1: Exacto. Com o estatuto de trabalhador estudante que nós facilitamos, como é óbvio, para além do que é o próprio estatuto.

Entrevistadora: (...) Um das questões que eu me coloco em relação aos Centros de Novas Oportunidades,... implica uma centralização novamente na Escola Secundária. Não vê por exemplo, a necessidade de descentralização, de ir às várias freguesias, uma vez que muitas das pessoas que ali estão são mulheres, que não têm carta de condução e que até querem elevar a escolaridade. Independentemente que seja mais uma questão de valorização pessoal e não uma questão de profissional. Não acha que se devia de fazer esse tipo de descentralização e de que a Câmara deveria apoiar por exemplo a deslocação dos técnicos às freguesias, ou a deslocação das pessoas à sede do concelho?

E1: Eu acho que sim. Eu não sei exactamente qual é o sistema de funcionamento, ainda é uma coisa recente, penso que estão em fase de entrevistas (...) não sei qual será o volume de público que vão ter e a origem dele. Esse é um trabalho que o próprio Centro terá que fazer, mas eu penso que devia fazê-lo, não sei se eles têm isso pensado. Mas deviam ter esse tipo de informação, se calhar nem era pior nós dizermos para terem em conta a localidade das pessoas, de ver a origem e a possibilidade de descentralizar essa formação. Mas sinceramente não sei como é que ela irá funcionar. Sei que irá funcionar a formação directa, em horário pós-laboral e não sei se seria fácil ou não descentralizar, tendo em conta o tal número de pessoas a integrar essas turmas (...). Essa descentralização existiu ao nível daqueles cursos que lhe falei, eles foram feitos nas freguesias. Lembro-me pelo menos dos iniciais que promoviam a habilitação ao nível do 1º ciclo e esses foram feitos nas várias freguesias, desde que encontrássemos pessoas suficientes para uma turma (...).

Entrevistadora: (...) Agora eu queria perceber como funciona no seu Município o Conselho Municipal de Educação e quais as suas vantagens ou desvantagens para uma política educativa local? Toma decisões importantes. Se sim, quais?

E1: O Conselho Municipal de Educação, assim como outros conselhos, nós felizmente temos a maior parte dos conselhos a funcionar como é o caso do Conselho Municipal de Juventude. Qualquer um deles funciona sempre com alguma dificuldade de quórum, menos neste, no da Juventude é mais complicado ter quórum para funcionar, mas vai funcionado e com alguma regularidade e assiduidade. O Conselho Municipal de Educação, esse funciona com regularidade e não diria que toma decisões, mas dá indicações e pareceres importantes na política de educação do concelho.

O Conselho Municipal de Educação esteve bastante envolvido na elaboração da Carta Educativa. Aliás o início da execução da Carta Educativa passou pela constituição de um pequeno grupo, dentro do Conselho Municipal de Educação que iniciou o diagnóstico da situação real do concelho, para depois partirmos para a elaboração, propriamente dita, da Carta Educativa. (...) E todos esses passos seguintes passaram sempre pelo Conselho Municipal de Educação, até à emissão do seu parecer final. Posso dizer que foi altamente favorável e com louvor até, em relação à elaboração da própria carta. E portanto, eles têm estado em permanente contacto com as situações de educação do concelho. Reunimo-nos regularmente e é constituído por gente de todas as áreas ligadas à educação, directamente implicadas ou não, representantes de instituições de solidariedade social, as escolas, os agrupamentos, a segurança, o instituto de emprego, a DREC, etc. Todos têm estado com regularidade presentes. Nós tivemos o último Conselho Municipal de Educação no dia 27 [Abril], que foi na semana passada (...).

Entrevistadora: Concorde com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação consentânea com as características do Concelho?

E1: Concorde

Entrevistadora: Muito bem. Quais as suas perspectivas, para o futuro, no domínio da educação? Centralização/Descentralização? Público/Privado? Será uma liderança da Câmara, será das escolas e será das instituições locais?

E1: Como lhe disse á bocado, penso que me perguntou alguma coisa sobre isso, não sou fundamentalista. Não sou tudo por uma coisa, ou por outra, por isso é possível existirem coisas diferentes, e é possível que as várias instituições estejam presentes. Não sou contra o

ensino privado, como também não sou a favor que só haja ensino privado ou só ensino público. Portanto, eu acho que é possível co-existir os dois sistemas, na administração e gestão das escolas e dos agrupamentos. Também é possível existir uma gestão participada e não existir uma gestão só de uma área. Não sou favorável à gestão de que se fala há uns anos, ou seja de que a gestão das escolas deve ser feita apenas por pessoas da área da gestão. Não é necessário que assim seja. É necessário que haja formação na área da gestão, mas eu penso que nas escolas e nos agrupamentos, quem sabe mais disso são os professores.

Entrevistadora: Ok. O Município de Sever do Vouga associou-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Eu gostava de saber quais as razões que estiveram na origem dessa adesão? Que mais valias trouxe para o concelho?

E1: (...) A adesão às Cidades Educadoras é mais num espaço de discussão, um espaço de debate e de troca de experiências. E a nossa perspectiva quando nós aderimos foi exactamente essa, era recolher experiências e também transmitir as nossas experiências. E os espaços de debate e os congressos que existem são precisamente sobre essa situação, o que cada município faz na área da educação, a todos níveis, não só ao nível da escola, mas tudo o que é educação.

A nossa última experiência que enviámos para o Boletim das Cidades Educadoras, foi aquela acção no rio Vouga, a EcoVouga. Portanto, é tudo o que diz respeito à educação formal e não formal (...). E nós, o que fazemos dentro do grupo quando reunimos é fazer troca de experiências, do que tem sido feito em determinadas áreas no nosso concelho e os outros dizem o mesmo, e esclarecer algumas situações e aprender. É sempre mais fácil juntos... aprendermos e fazermos melhor. Portanto, essa era perspectiva e é o que tem acontecido.

Entrevistadora: Através da análise dos princípios da Carta das Cidades Educadoras é possível tecer uma proposta de aglutinar a comunidade em espaços pedagógicos, garantindo que o cidadão, através da participação sente-se parte integrante desse território educativo. Quem e por onde se deveria começar, para que as pessoas participassem mais na sua educação... e na educação dos outros? Não ser uma questão de dirigira educação a partir de cima, mas construir em conjunto, envolvendo outros, ... é essa a minha perspectiva.

E1: Sim, sim... construir a educação por baixo, ela surgir da necessidade das pessoas, de elas quererem dar e fazer alguma coisa. Pois, eu penso que ao nível dessa participação nas Cidades Educadoras, não haverá um conhecimento muito grande em relação a isso(...). Mas as actividades e as realizações que possam ser tidas como relevantes na estratégia das Cidades Educadoras, elas existem no dia-a-dia e passam muito por isso, pela organização das próprias pessoas que às vezes fazem determinadas actividades, eventos e realizações que não são mais do que isso, fazer educação a partir delas.

Entrevistadora: Eu gostava de compreender quais são os espaços que a autarquia disponibiliza para o exercício de uma cidadania activa? Eu tenho aqui cidadania activa, mas não é vem isso que eu quero dizer... Um lembro-me de um discurso uma vez do sr. Presidente na Solidários relativamente ao PDM, sobre a esta caixinha,... que tinham esta caixinha, mas que nunca tinha aparecido uma sugestão. Por exemplo, existe agora aquela metodologia de auscultação dos cidadãos através da Internet e por vezes não se verifica uma participação, como era desejado. Eu gostava de compreender como é que a autarquia cria esses espaços de participação das pessoas? Já me falou no Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Juventude,... existe mais alguma estratégia?

E1: Existe. Ao nível do debate dos grandes planos, aquilo que serão as grandes decisões do concelho, qualquer um deles passa sempre pela discussão pública. Não só divulgada publicamente, mas também pela discussão participada, através de fóruns, nomeadamente o PDM. Como referiu, estamos num processo de renovação do PDM, de reapreciação de alterações ao PDM e portanto vamos passar pelos espaços de discussão pública, que passarão pelos fóruns e pelos vários órgãos mais localizados, pelas Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e também fóruns abertos para a sociedade, para além desta participação individual das pessoas. Qualquer pessoa individualmente pode consultar e/ou trazer propostas para a discussão do PDM. O mesmo está a acontecer com a elaboração da Agenda 21 Local, que vai ter fóruns de discussão participada, de discussão pública para quem quiser, e vai ter mais do que um com certeza, em que as pessoas participarão directamente, ou não. Isso aí depende de cada um.

Entrevistadora: E que dificuldades que encontra numa participação activa da população nas decisões do seu Município?

E1: Eu acho que isso faz parte de nós. É assim... nós somos muito de reclamar, mas somos pouco de participar. A intervenção depende dos outros, nós só estamos aqui para reivindicar, exigir, pedir ou reclamar que isto não está bem. Mas quando somos solicitados para colaborar activamente, como é que queremos, normalmente nunca vamos lá. Ainda na participação directa das pessoas, há tempos quando houve lá [Casa da Fonte - Couto de Esteves] aquele debate sobre "Orçamentos Participativos" (...) reparei, ... por acaso até me surpreendeu estar lá tanta gente, considero que aquele número de pessoas que lá estava era muito bom. Mas habitualmente, quando as pessoas são solicitadas para participar, ... E ali era só uma experiência ou uma troca de experiências com alguém que já está a fazer isso. Mas quando chegamos a este ponto de requerer das pessoas uma colaboração activa, há sempre esta dificuldade. Eu penso que isto serve para ir lentamente mudando a mentalidade das pessoas. Eu penso que daqui a uns anos...

Entrevistadora: (risos)

E1: É também um problema cultural.

Entrevistadora: Exactamente.

E1: Que passa pelas escolas, a participação dos miúdos. Eu vejo isso por exemplo ao nível do ambiente com a selectividade dos resíduos. Toda essa sensibilização tem mais força nas classes mais jovens e elas serão o elo de transmissão e de educação para o futuro (...).

Entrevistadora: Relativamente ao texto que eu lhe enviei (...) fala da importância da aprendizagem ao longo da vida, da necessidade da escola de (re)estruturar de uma outra forma a valorizar outro tipo de aprendizagens que não seja só a escolar, e depois fala da

importância dos Municípios no desenho dessa nova perspectiva da educação. A questão que eu tenho aqui é uma organização da Cidade Educadora, dos Centros Cívico-educativos... como eu disse há pouco pode não ser este o nome (...). Pode ser alterado, devido a representações sobre estes conceitos (...). Eu só vou ler aqui a parte mais importante para a qual quero a sua opinião.

“A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos”. E acrescento e com todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal “assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade”. Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada “Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado”.

Em relação a isto acha que é uma utopia ou é viável?

E1: Eu acho que é viável. E que isso já vai existindo, a disponibilização dos meios pela autarquia ou associados. Não haver aquela separação entre aquilo que é a educação formal e a educação promovida por outros organismos, nomeadamente pela autarquia. Eu penso que já existe um bocado disso. É evidente que se pretende essa colaboração permanente e a responsabilização de todos, penso eu que é o ideal (...).

Entrevistadora: Então o que é que vê de mais interessante nesta ideia dos centros cívicos-educativos? É a responsabilização de todos?

E1: Exactamente.

Entrevistadora: Agradeço imenso a sua colaboração e o tempo que despendeu para a sua realização.

Entrevista Directora do Centro Social de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga

14 de Setembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para saber a sua opinião sobre a educação no concelho e sobre o conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação.

A cada entrevistado (a) vai ser atribuído um código Ent.2 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha no Centro. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese.

Após a realização da entrevista, está será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informação que achar necessário. Depois será feito o protocolo onde rubricará todas as páginas]. Há quantos anos ocupa o lugar de directora neste Centro?

E2: Desde de 1996.

Entrevistadora: Desde 96. Quais têm sido as prioridades ao longo destes anos? Que balanço é que faz?

E2: As prioridades em termos de...

Entrevistadora: Em termos de infra-estruturas, de actividades,...

E2: As prioridades têm sido várias. No início era arranjar o espaço, porque nós ocupámos vários espaços durante alguns anos. Andámos sempre a ocupar espaços que ninguém queria (...) e que eram sempre disponibilizados pela Câmara. Onde houvesse um espaço disponível lá íamos nós. Mudámos várias vezes. Mas a minha prioridade desde sempre foi solicitar e fazer esforços junto da Câmara para que arranjassemos um espaço, uma sede e conseguimos felizmente, em 2005. Portanto desde 94 até 2005 andámos sempre assim 'por favor'. Não é? Até que... quando esta escola ficou devoluta, foi feita a proposta por mim à Câmara para a adaptar e fazer obras. Até porque isto era uma escola muito antiga. E finalmente conseguimos. Desde 2005 estamos aqui a ocupar este espaço. Isto em termos de edifício.

Depois também o transporte... nós não tínhamos nenhum transporte. Estivemos quatro anos à espera para ter verba para adquirir uma carrinha.

Em termos de ocupação das crianças foi sempre proporcionar-lhes actividades que as enriquecessem como pessoas, como crianças,... actividades lúdicas, de enriquecimento mais nessa base (...). Fizemos sempre um trabalho de parceria com a escola. Aquilo que a escola não lhes podia dar, porque não tinha condições físicas, recursos humanos,... Muitas coisas que as escolas ainda hoje não têm. Nós tentávamos complementar essa falha e então trabalhamos sempre em articulação com a escola (...).

Entrevistadora: Então como é que caracteriza o Centro Social, por exemplo em termos de missão...

E2: (risos) Em termos de missão é uma instituição que em primeiro lugar tentamos ajudar as famílias a organizar a vida delas (...). Tentamos ao máximo dar resposta às necessidades das famílias (...). Depois é que as crianças possam usufruir de um espaço e de actividades que lhes proporcionem felicidade, bem-estar, satisfação das suas necessidades enquanto crianças (...).

Entrevistadora: Ok (...). Estão envolvidos em algum projecto de parceria com alguma entidade?

E2: Apenas com a Câmara e com o Agrupamento [de escolas de Sever do Vouga]. São só estes dois parceiros e a Segurança Social em termos de entidade que nos financia. Não é?

Entrevistadora: (risos)

E2: O subsídio veio de lá. A maior parte do subsídio vem da Segurança Social. As actividades... não sei se já ouvi falar ultimamente das actividades de enriquecimento curricular?

Entrevistadora: Sim.

E2: Nós somos parceiros nesse aspecto (...).

Entrevistadora: Estava-me a falar na questão dos subsídios, os pais participam?

E2: Comparticipam. Mediante as suas possibilidades, de acordo com cálculos segundo a lei.

Entrevistadora: Para beneficiar de determinada tipologia de actividades, como por exemplo piscina ou ginástica, é-lhe acrescido esse valor?

E2: Apenas a piscina. Para isso eu tenho que lhe dizer quais são as actividades que temos.

Entrevistadora: Sim, sim,... eu também pretendo saber.

E2: Nós temos aqui em termos de serviço de ATL: inglês, teatro e natação. Apenas a natação é uma actividade que é custeada pelos pais, porque é uma actividade que fica cara e a instituição não consegue suportar. Então a mensalidade que os pais pagam já inclui serviço de inglês e do teatro.

Entrevistadora: Eu gostava de saber qual é a sua opinião sobre a educação no concelho atendendo às várias faixas etárias? É a sua opinião pessoal (...). Acha que está bem ou que é necessário melhorar alguma coisa?!

E2: Em termos da faixa etária na qual eu estou mais ligada, que é a primária, o 1º CEB, penso que há muito a fazer. Mais, talvez na parte das instalações das escolas, recursos materiais, humanos também. Existe muita falta de recursos humanos, principalmente nas auxiliares, não digo dos professores, mas das auxiliares. Há escolas que não têm auxiliares, só têm apenas o professor. Em termos de actividades já têm uma grande gama de actividades, devido às actividades de enriquecimento curricular.

Pré-escolar não posso falar porque não tenho conhecimento e das outras faixas etárias também não. Agora em termos de Educação de Adultos, já trabalhei na formação de adultos e dávamos cobertura a certa faixa da população mais carenciada. Neste momento, acho que isso está a descoberto e que deviam pensar um bocadinho mais nessas pessoas, ou voltar ao que era ensino recorrente ou chamem-lhe outro nome, Educação de Adultos. Mas essa intervenção ao nível da faixa etária está muito a descoberto (...).

Entrevistadora: Uma das questões que me colocó é que se os Centros de Novas Oportunidades vão cobrir aquilo que era feito pelo ensino recorrente e pela educação e formação de adultos?

E2: Duvido (...). Não. Em primeiro lugar o ensino recorrente ou Educação de Adultos que nós tínhamos, chegava mais às necessidades das pessoas, tínhamos um contacto muito mais directo, não era assim tão institucional. Talvez as pessoas que lá trabalhassem e agora estou a puxar um bocado a brasa à minha sardinha... as pessoas que lá trabalhavam, desde a coordenadora e desde dos professores que estavam a trabalhar junto dela, conseguíamos chegar muito mais às pessoas, porque as conhecíamos, porque sabíamos das suas necessidades, porque conversávamos com elas e acho que elas se sentiam muito mais protegidas, amparadas. Ora, os Centros de Novas Oportunidades como já têm uma dimensão muito grande, acho que as pessoas ficam um bocado perdidas ali naquele meio e não se consegue chegar lá tão bem (...).

Entrevistadora: Como vê o papel da autarquia na organização da educação no concelho?

E2: Eu acho que a autarquia está a fazer um grande esforço nesse sentido. Se não pode fazer mais, é porque realmente outras instâncias superiores não deixam. Eu acho que eles estão a fazer uma grande aposta e vê-se pelo parque escolar, pelas actividades, a própria parceria que a Câmara fez com as instituições é uma mais valia, porque eu sei que há muitos municípios, há muitos concelhos em que as instituições com ATL acabaram e aqui não deixam acabar enquanto houver apoio (...). A autarquia está a fazer um esforço muito grande para que as instituições permaneçam pelo menos com as valências de ATL, o que é importante. Senão a nossa fechava, porque nós só temos a valência de ATL, não temos outras valências. Acho que está a fazer um esforço muito grande, é de louvar realmente (...).

Entrevistadora: Que ofertas é que a Câmara oferece às crianças e jovens em idade escolar, mais concretamente à faixa etária deste Centro? Outro tipo de actividades que não seja as de enriquecimento curricular. Por exemplo, a organização de um concerto, de um teatro,...

E2: Para esta faixa etária oferecem sempre uma festa de Natal, apostam muito nas festas de Natal, até à data boas e agradáveis. Outrora faziam o dia mundial da criança, mas não têm feito ultimamente. E sempre que há actividades no Centro de Artes (...) em que as crianças de alguma forma podem estar envolvidas, eles dirigem sempre o convite às crianças. Nunca se esquecem delas. Por exemplo, para a semana vai existir a Agenda 21 Local, eles fizeram questão de divulgar junto das escolas para quem quisesse levar as suas crianças para participarem. Portanto, sempre que há um evento em que possam envolver as escolas, as crianças eles nunca se esquecem disso. Mas apostam principalmente no Natal.

Entrevistadora: Também me estou a lembrar...

E2: Do Carnaval.

Entrevistadora: E do Dia do Ambiente.

E2: Exactamente. Eu própria no ano passado como professora participei no dia do ambiente e eles próprios também gostaram imenso e ficaram admirados com a participação das escolas. E eu acho que estas actividades são muito ricas. Natal, Carnaval, eles próprios são nossos parceiros no Carnaval, porque se não fosse a Câmara nós não tínhamos possibilidade de fazer aquele desfile e o dia do ambiente. São os três pontos mais altos.

Entrevistadora: Já me falou da parceria com a Câmara por isso não vou reforçar. Em relação ao Agrupamento e à Escola Secundária de Sever do Vouga há algum tipo de parceria? Eu estou a falar, mas não sei se a intervenção do Centro apanha jovens com a faixa etária das Escolas Secundárias?

E2: Não, não.

Entrevistadora: Então é só 1ºCEB?

E2: Aqui é só 1ºCEB.

Entrevistadora: Ok. E em relação ao Agrupamento como é que funciona a parceria?

E2: Também funciona bem. Nós temos lá... através das actividades de enriquecimento curricular. Nós temos que estar sempre em sintonia, para que as coisas corram bem. É o Agrupamento e a instituição, tem que estar sempre em sintonia.

Entrevistadora: Aqui o Centro Social pertence ao Conselho Municipal de Educação ou é representado pelo Agrupamento?

E2: Há uma representante das instituições. (...) No Conselho Municipal de Educação eu estive a representar, mas não era como representante das instituições,... sei que neste momento é o Padre Licínio o representante das associações, que é o presidente do Centro Social Maria da Glória, é ele que nos representa a todos.

Entrevistadora: Como sabe são cada vez mais as competências que as Câmaras Municipais têm no que respeita à educação. Na sua opinião até onde deveria ir esta intervenção municipal da educação? (...) Deveria ser mais do que têm até ao momento? Por exemplo, se tivessem financiamento, como já falou da falta de auxiliares nas escolas, para contratarem as auxiliares.

E2: Eles queixam-se que cada vez mais atribuições de competências, mas que as contrapartidas financeiras não dão. Quanto às auxiliares, se eles realmente pudessem ter essa competência, mas lá está eles não têm verba, por isso não se podem desdobrar de outra forma. Mas realmente eles deviam ter uma pessoa durante o horário lectivo, como têm para os Jardins-de-infância.

Há prioridades para os Jardins-de-infância, não há Jardins-de-infância que não tenha lá uma pessoa no tempo em que lá estão as crianças. As escolas não, são um bocadinho postas de lado, mas de facto a autarquia se pudesse ter esse papel, seria muito melhor para as escolas, porque eles estão muito mais próximos, até porque o Ministério fica a um distanciamento muito maior. Não é? Com a Câmara acho que o entendimento seria muito melhor. Mas lá está, eles não têm as contrapartidas e não podem fazer muito mais do que estão a fazer.

Entrevistadora: Ok(...). Eu gostava de saber qual é a sua perspectiva de educação. Vai ser uma centralização ou descentralização dos serviços? Continuar em Lisboa, no Ministério da Educação ou cada vez mais descentralizado para as autarquias, para as instituições?

E2: Eu pelo que estou a observar desde que entrou este novo governo que já lá está há três anos, se não me engano, eles estão a descentralizar um pouco os serviços. Mas os serviços em si, talvez estejam a tentar descentralizar, mas o que eu noto é que na hora 'H', quando é preciso tomar decisões importantes os Agrupamentos ainda não têm autonomia para tomar decisões. Estão sempre dependentes de Coimbra, e se calhar Coimbra ainda estão dependentes de Lisboa, maneira que eles não conseguem. Talvez a filosofia deles tenha que ser essa, mas eles cada vez mais não se conseguem desprejar de Lisboa, deve ser da própria cultura que ainda está muito enraizada, era assim e vai continuar a ser assim. Mas acho que a pouco e pouco deviam descentralizar e o Agrupamento a pouco e pouco devia de ter mais autonomia (...).

Entrevistadora: Será que a educação tende a ser pública ou privada? (...)

E2: Mas é a minha opinião... se devia ser ou o que está a acontecer?

Entrevistadora: O que está a acontecer? Acha que está a acontecer uma privatização da educação, com tendência a ser um mercado ou continua a ser um espaço público de acesso a todos?

E2: Eu acho que a educação continua a ser do acesso de todos. Mas aqui em Sever talvez não seja o melhor exemplo, talvez se formos para as cidades talvez seja bastante privatizada. Não é? Agora aqui não sinto tanto isso. É do domínio público, as pessoas continuam a ter acesso. Mas sou sincera, não lhe sei responder objectivamente a essa questão.

Vivemos aqui num concelho que é pequeno, onde não se sente tanto isso.

Entrevistadora: E a liderança em termos futuros será das autarquias, será das associações ou do Ministério da Educação?

E2: Eu acho que a tendência será sempre das autarquias em primeiro plano, embora que depois as autarquias como não conseguem abarcar tantas responsabilidades, tantas competências, continuem a fazer parcerias com associações para de alguma forma as coisas funcionarem. E é o que está certo porque a autarquia não consegue abarcar tudo.

Entrevistadora: Cada vez mais falamos de participação (...). Em termos de educação acha que é importante envolver desde os pais, os jovens, as crianças, os professores a desenhar uma estratégia de educação para o concelho ou para uma comunidade?

E2: Acho que sim. Quanto mais houver possibilidade de termos várias pessoas envolvidas, cada uma com o seu ponto de vista, cada uma com a sua formação,... todos juntos conseguimos de alguma forma definir melhor estratégias. Até porque envolvendo os pais, são os filhos que estão em causa. Não é? Acho que é rico.

Aqui há muitos anos quando eu comecei, a escola estava de alguma forma fechada à comunidade, aos pais, os professores decidiam e era aquilo mesmo e pronto. Hoje em dia tenta-se abrir um pouco mais, mas também se foi do 8 para o 80, os pais começaram a ver que podiam interferir e começaram a interferir às vezes abusivamente e em certas questões que às vezes não devem. Mas se houver um equilíbrio de forças, e as pessoas tomarem consciência que são necessárias e cada vez mais para que possamos fazer que a educação leve um bom rumo. Acho que sim e estou perfeitamente de acordo em que se envolva toda a comunidade, não é só a escola e os pais, pois são outras estruturas locais, todos juntos para que possamos desenvolver realmente bons projectos, seguir outro rumo. Acho que sim e estou perfeitamente de acordo. Mas claro, tem que haver uma boa liderança, bem pensada, que as pessoas também se co-responsabilizem e que às vezes também não arranjam problemas (risos) (...).

Entrevistadora: Ok (...). Tem conhecimento que o Município de Sever do Vouga aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

E2: Não. Ainda não nos falaram sobre isso. Mas foi há muito ou há pouco tempo?

Entrevistadora: Não. Penso que foi à dois, três anos,...

E2: Associação...

Entrevistadora: Associação Internacional das Cidades Educadoras. Sever não é uma cidade, mas agora estão a alargar aos Municípios que têm uma política diferente em termos de educação e que ultrapassa as competências que lhe são atribuídas. Trata-se de municípios que colocam a educação a par das políticas de desenvolvimento económico. E então eles aderiram?

E2: Então é por isso que eles têm aqueles intercâmbios com outras cidades, que às vezes a Câmara fala?

Entrevistadora: Não lhe sei responder. Eu sei que em termos da rede nacional, porque existe uma rede nacional e outra internacional, e também redes temáticas para reflectirem sobre assuntos dos seus interesses,... Em termos de rede nacional, Sever do Vouga tem representação em Lisboa e sem também que no último congresso que foi em 2006, Sever não esteve mas foi representado por Lisboa, porque é a Cidade que no momento tem a coordenação da rede nacional (...).

Eu gostaria que me desse a sua opinião sobre este texto. Prefere que eu leia ou prefere ler?

E2: (Leitura do texto) *A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Precisamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".*

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano".

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade". Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado".

E2: Isto foi escrito por?

Entrevistadora: Pelo meu orientador (...).

E2: É Ferreira.

Entrevistadora: António Gomes Ferreira. É docente na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O que é que vê de mais interessante nessa ideia?

E2: Que a educação realmente precisa de ter uma articulação entre todos os vários intervenientes, que a escola não consegue dar resposta só por si às necessidades que a vida nos apresenta, principalmente estes novos jovens. Não é?

Entrevistadora: Acha que é possível concretizar esta ideia do centro cívico-educativos em Sever do Vouga? Atendendo que é um território disperso, e que há encerramento de escolas em determinadas aldeias em que os miúdos são desviados vários quilómetros para outros sítios e fica ali um espaço onde poderíamos revitalizar e trabalhar por exemplo com as mulheres, são um dos públicos que permanecem nas aldeias.

E2: Acho que sim, que poderia ser por aí um ponto de partida. Mas está-me a dizer que nas aldeias onde as escolas encerram fica um vazio e era aí que se iria tentar cobrir esse vazio com outras actividades que envolvessem todo o público.

Entrevistadora: Exactamente. As crianças e jovens continuariam nas escolas como está organizado na Carta Educativa e depois revitalizar ou uma associação local, ... de forma a promover uma oferta educativa onde todos pudessem participar.

E2: Nessas aldeias onde se está a verificar o encerramento, elas de alguma forma vão acabar por se notar ali uma lacuna...

Entrevistadora: As pessoas não vão ter acesso à informação ou à aprendizagem.

E2: O próprio movimento da aldeia deixa de existir, as pessoas vão-se sentir cada vez mais isoladas, mais no seu canto, já não têm Às vezes quando essas escolas nas aldeias proporcionavam uma actividade até chamavam os avós, os tios e participavam em determinadas actividades e até se sentiam de certa maneira integrados ali e agora não.

Mas de facto, por aí era de ali constituir núcleos, organizações, associações,... chamem o que lhe chamar, e chamar as pessoas que têm muito para dar. Era a partilha de saberes.

E porque não, de vez em quando essas pessoas deslocarem-se aos Centros Cívicos nas sedes de freguesia, porque é o que está a acontecer no Couto com aquelas escolas todas, Rocas com aquelas escolas todas,... e porque não as pessoas deslocarem-se ao Centros ou os Centros às pessoas e existir ali um intercâmbio de gerações, de ideias, de coisas, porque se não tudo o que era tradição morre com essas pessoas e os novos nunca sabem e nunca têm acesso (...).

Entrevistadora: Em termos de Centro Social acha que poderia entrar nesta dinâmica, nesta ideia de organização dos Centros cívico-educativos? Por exemplo, não sei a que horas encerram, mas se fosse até às cinco, pudesse à noite estar aberto a outras pessoas que tinham oportunidade de usufruir de actividades, como as que proporcionava o ensino recorrente.

E2: Eu acho que sim. Nós não estamos fechados a essas iniciativas, qualquer iniciativa era útil, para dinamizar o próprio Centro Social. Nós estamos aqui por exemplo até às 19h30m, se houvesse um projecto aliciante, porque não, depois das 19h30m haver outras coisas, para o espaço estar aberto para outros utentes que quisessem. E durante o período de férias em que as crianças às vezes se queixam que não têm o que fazer, haver uma dinâmica de partilha entre uns e outros, entre gerações, eu acho que sim.

Entrevistadora: Muito obrigada pela sua colaboração.

Entrevista Presidente
Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga
19 de Setembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para saber a sua opinião sobre a educação no concelho e sobre o conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação.

A cada entrevistado(a) vai ser atribuído um código Ent.3 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha no Centro. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese.

Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informação que achar necessário. Posteriormente, será feito o protocolo onde se rubricará todas as páginas da entrevista.] Há quantos anos ocupa o lugar de presidente da ACRPV?

E3: Três anos e meio.

Entrevistadora: Qual é o balanço que faz ao longo deste mandato e quais têm sido as vossas prioridades?

E3: O balanço que eu faço daquilo que tenho feito é um balanço mais ou menos positivo, mas também poderíamos ter ido mais longe, mas dadas as limitações, não nos foi possível fazer muito mais.

Em termos de prioridades, desde que cá cheguei já era e continua a ser a prioridade número um do clube que é o hóquei e patins.

Entrevistadora: Têm só essa modalidade ou têm outras?

E3: Só temos o hóquei e patins. Já tivemos um grupo de teatro e de cantares, mas extinguiu-se já há alguns anos.

Entrevistadora: E quantos escalões que têm? Isso totaliza quantos praticantes da modalidade?

E3: Oito escalões, o que totaliza qualquer coisa como oito dezenas de atletas.

Entrevista: Já me falou que em termos de infra-estruturas só têm... só têm quer dizer, é uma infra-estrutura com qualidade.

E3: Em termos de infra-estruturas físicas é só esta.

Entrevistadora: E em termos de transportes têm algum tipo, por exemplo carrinhas?

E3: Não, não.

Entrevistadora: Ainda não têm.

E3: Aquilo que nós costumamos fazer, é solicitar as carrinhas à Junta de Freguesia.

Entrevistadora: E estão envolvidos em algum tipo de projecto? Por exemplo com a Federação Nacional de Hóquei (...).

E3: Para poder competir, temos que estar inscritos na Associação de Patinagem de Aveiro, como na Federação Portuguesa de Patinagem.

Entrevistadora: E têm mais algum tipo de projecto com outra associação ou com a Câmara?

E3: Com a Câmara temos as relações normais de atribuição de subsídios, que é aquilo que eles nos fazem. E quando eles nos pedem nós cedemos. E isso que temos em termos de colaboração.

Entrevistadora: A Associação recebe mais algum tipo de subsídio para além da Câmara?

E3: Sim. Da Junta de Freguesia.

Entrevistadora: Os praticantes da modalidade têm algum tipo de comparticipação? Por exemplo, uma jóia, uma mensalidade,...

E3: Os atletas da Escola de Patinagem e dos Escolares pagam uma mensalidade, enquanto que os outros escalões, à excepção dos Seniores, participam com o valor do Seguro Desportivo.

Entrevistadora: Qual é o horário de funcionamento da Associação?

E3: Nos dias da semana, para treinos, entre as 18.00 e as 23.30 horas. Nos fins-de-semana, depende dos jogos que se realizem no nosso Pavilhão.

Entrevistadora: Dado que anteriormente já me falou da data de constituição da Associação que foi em 1980 e ...?

E3: 7 de Outubro de 1983.

Entrevistadora: Eu gostava agora de ouvir a sua opinião em termos da educação no concelho de Sever do Vouga. É de Sever do Vouga?

E3: Sou daqui de Pessegueiro do Vouga, não resido cá, mas trabalho cá (...).

Entrevistadora: Então tem um conhecimento da Educação no concelho (...). Eu gostava que me desse a sua opinião... isto não é uma opinião institucional, mas pessoal sobre a educação no concelho, atendendo às várias faixas etárias, tem conhecimento que há uma boa cobertura? Existe alguma faixa etária que esteja satisfeita?

E3: Eu penso sim. As coisas estão centralizadas na Vila, poderiam colocar outras infra-estruturas dispersas pelas freguesias, mas acho que não se justifica (...). Eu acho que em todos os escalões etários há uma cobertura suficiente em termos de educação.

Entrevistadora: E tem conhecimento de qual é o envolvimento da autarquia em termos de educação, aqui no concelho?

E3: Sim.

Entrevistadora: E acha que é positivo?

E3: Eu penso que sim. Deveriam intervir mais, mas acho que dentro das limitações que eles têm em termos financeiros e o que eles têm feito acho que intervêm o suficiente.

Entrevistadora: E em que área é que acha que deveriam de intervir mais? Por exemplo, formação profissional, uma vez que não têm a escola profissional.

E3: Exactamente. Acho que é área fundamental, uma vez que nós somos um concelho de interior. Essa não é a minha opinião! Toda a gente diz que Sever do Vouga é um concelho de interior, é em termos do distrito de Aveiro um concelho de interior. Se calhar a formação profissional e os cursos profissionais deveriam ter muito mais intervenção por parte do município do que aquilo que têm tido. Isto em conjugação com as escolas.

Entrevistadora: Eu, por exemplo, trabalho na área da educação de adultos aqui em Sever do Vouga e com a extinção do ensino recorrente e agora não existem candidaturas aos cursos de Educação e Formação de Adultos. O que acontece é que existem os Centros de Novas Oportunidades, que não têm dado a cobertura, que nós dávamos antes e penso que em termos de educação de adultos também existe esta falha.

E3: Até porque aqui é uma área que está um bocado sub-aproveitada.

Entrevistadora: E é assim se fomos para estas freguesias mais dispersas que não seja aqui a sede, a vila, estão ali um conjunto de pessoas, na maioria delas mulheres que nem sequer têm carta de condução, estão dependentes dos maridos ou dos filhos e que tivessem acesso à formação profissional ou à educação e formação de adultos...

E3: Teriam outro tipo de formação.

Entrevistadora: Exactamente. (...) Em termos das ofertas educativas que a Câmara promove... por exemplo, em termos desportivos, o que é que a Câmara tem feito? Tem conhecimento disso?

E3: Sim tenho. Se calhar poderiam fazer um pouco mais. (...)

Entrevistadora: E que tipologia de actividades é que têm promovido? (...)

E3: É por isso que eu acho que eles deveriam intervir um pouco mais, porque eles não têm muitas tipologias de actividades. Se calhar não estão vocacionados para isso... Poderiam ter outra forma de actuar muito mais vocacionada para o desporto, já que nós não temos capacidade organizativa, então vamos dar meios, sejam financeiros, sejam logísticos aos clubes ou às instituições do concelho, que são muitas, para eles poderem organizar. Porque se estivermos à espera que a Câmara organize, a Câmara não organiza, não é? Eles não se vão meter nisso, porque não têm conhecimentos, e depois têm que nos pedir a nós...

Entrevistadora: E se calhar nem têm um técnico de desporto ali dentro...

E3: E o que faz falta. Se calhar para ajudar um bocado os clubes e as associações do concelho a dirigirem e organizarem-se melhor.

Entrevistadora: E até para promoverem outro tipo de projectos mais articulados.

E3: Eu acho que sim. Em termos de infra-estruturas penso que temos e o concelho não é muito grande, está disperso, mas já alguns anos atrás tomaram uma política, que eu penso que é correcta, optaram por construir um polidesportivo descoberto na sede de cada freguesia. Em termos de infra-estruturas, penso que não será por aí que não há actividades (...).

Entrevistadora: Falta então uma promoção do desporto...

E3: Falta uma promoção, seja por eles, seja eles apoiando os clubes e as associações. Eu acho que nós não podemos ter sempre a iniciativa por eles, de os estarmos sempre a *'chatear'*, a dizer *"olhem vamos fazer isto, precisamos de dinheiro."* Porque no fundo, quando vamos lá, vamos ao dinheiro, nós também se não for assim, não temos outro tipo de financiamento.

Entrevistadora: Uma das questões que eu aqui tenho é ... que competências é que as Câmaras deveriam ter? Então uma delas deveria ser a promoção do desporto.

E3: Acho que é essencial.

Entrevistadora: E na rede de transportes, penso que também deveriam ter outro papel, principalmente para apoiar os clubes com os transportes (...). E eu agora que novamente a sua opinião pessoal, não é institucional... Cada vez mais se defende que as autarquias têm que ter um papel activo em termos de educação e têm muitas atribuições de competências nesta área. Acha que no futuro deveria continuar a ser a autarquia a promover a educação em termos locais, devido ao conhecimento que tem da realidade, ou continuar sobre a tutela do Ministério da Educação?

E3: O órgão superior da educação a nível nacional é o Ministério da Educação, acho que deve continuar a ser o Ministério da Educação, até por uma questão de justiça, em todo o país seja da mesma forma, deve continuar a ser o órgão máximo e dar as instruções para baixo. Agora devem delegar, acho eu, para baixo, ou seja, para Câmaras Municipais. Agora em relação à educação primária, 1º e 2º CEB já são as Câmaras que têm a responsabilidade por exemplo da construção das escolas. Se calhar se fossem as Câmaras a tomar conta disso seria muito mais correcto e estaria muito mais correcto e muito mais desenvolvido.

Entrevistadora: Exacto. O problema deles é que têm excesso de competências e depois não têm dinheiro para as concretizar...

E3: E lá está o Ministério da Educação deve ter isso em atenção, não é só dizer *“Olhem façam isso, isto agora passa para vocês”* e depois não darem dinheiro. Porque depois as Câmaras dizem *“Olhem vocês mandaram-nos fazer isto, mas fazemos com o quê?”* porque sem dinheiro eles não fazem nada.

Entrevistadora: Isso é verdade. E agora dê-me a sua opinião sobre a política educativa nacional. Acha que estamos a viver um momento em que o Ministério da Educação está a descentralizar os seus serviços, por exemplo, para as autarquias e para as instituições, atribuindo verbas ou não, ou continuam a centralizar o seu domínio da educação?

E3: Em termos de infra-estruturas eu penso que eles delegam um bocado nas Câmaras. Agora em termos de outras situações como o prolongamento de horários também estão a fazer isso. Mais do que isso, não estou a ver o Ministério da Educação a delegar nas Câmaras Municipais.

Entrevistadora: Agora que me falou do prolongamento de horários,... não têm nenhum protocolo com a Câmara para actuarem ao nível do desporto nas actividades de enriquecimento curricular?

E3: Não. Mas já tivemos. Já no ano passado não tivemos e este ano também não temos.

Entrevistadora: Ok. Mas era interessante?!

E3: Era. Mas não nos pediram colaboração, e eu já tenho *‘sarna que chegue para me coçar’*.

Entrevistadora: (risos) Ok. Também retomando a questão anterior... a educação tende a ser privatizada, ou a continuar a ser pública?

E3: Eu acho que deveria continuar a ser pública.

Entrevistadora: Mas a tendência é o contrário, não é?

E3: A tendência é o contrário. Aliás é a tendência em tudo um pouco, não é só a educação.

Entrevistadora: Aqui ainda não se nota muito...

E3: Aqui ainda não se nota muito, aliás aqui não se nota nada. Mas se calhar a tendência das várias áreas de governação, que são cada vez mais privadas, também a área da educação tende a ir um bocado para a privatização.

Entrevistadora: Outra questão no seguimento da anterior... é se a liderança continuará a ser das Câmaras e das escolas, ou será das associações locais? Será que as associações locais no futuro não podem ter um papel activo na educação?

E3: Eu acho que sim e acho que deviam ter. Se calhar nós nem sequer temos os meios para isso. Os clubes e as associações nem sempre têm os meios para darem às pessoas aquilo que elas necessitam. Por isso, é que as Câmaras irão assumir um papel muito importante. E eu não tenho nada contra isso, porque a Autarquia Local é o órgão de gestão mais próximo das pessoas e que sabe as reais necessidades das pessoas e das associações e como é que há-de lidar ao nível de cada concelho.

Entrevistadora: Eu agora gostava de colocar uma questão, sobre as questões da participação. Cada vez mais ouvimos falar em participação, que é necessário participar, envolver as pessoas, ... Em termos da associação percebemos que há uma participação das pessoas ao nível dos órgãos de gestão e direcção e por isso não se coloca tanto. Por isso eu pretendo direccionar esta questão para a vertente da escola. Acha que é importante envolver mais os pais, os professores, as associações, as crianças, os jovens, ... a terem uma opinião sobre o que se passa dentro da escola?

E3: Eu acho que sim. Porque hoje, digamos que as associações são um prolongamento do que se passa nas escolas. E nós no fundo levamos muito com aquilo que se passa na escola em termos de educação, que é um aluno que se *‘porta mal’* dentro da escola ou que tira más notas... Quem paga? *“Olha não váis ao hóquei.”* Que é o meu caso e eu respondo por aquilo que se passa aqui. Tive e tenho essas situações (...). E se calhar não devia ser por aí, não é? Isso também passa um pouco por fazer ver aos pais que isto não é desculpa para maus resultados nas escolas. Só que isto é o mais fácil é um castigo. *“Olha ficas sem telemóvel, ficas sem hóquei, ...”*

Entrevistadora: Gostas tanto, retiramos...

E3: É o mais fácil.

Entrevistadora: Só que lhes estão a retirar os outros benefícios de praticarem hóquei. Eu por acaso partilho dessa opinião e defendo uma maior articulação entre a escola e a situação aqui do hóquei ou de outra modalidade, deveria existir uma maior proximidade e até definirem planos de trabalho em conjunto, nessas situações.

E3: Eu acho que é muito importante para eles.

Entrevistadora: Até pelo desenvolvimento de competências técnicas, pessoais e sociais.

E3: Claro.

Entrevistadora: Tem conhecimento que o município de Sever do Vouga aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

E3: Nunca ouvi falar.

Entrevistadora: Penso que Sever do Vouga aderiu há dois ou três anos, agora não lhe consigo precisar, a uma rede cidades, apesar de Sever do Vouga não ser cidade, mas essa rede aceita todos os municípios que assumam um papel diferente para a educação do Município. Digamos que seja colocar a educação ao nível por exemplo de uma política de desenvolvimento económico. E nesse sentido Sever aderiu a essa associação, agora não sabemos se foi como slogan ou como lema *“ Nós temos um papel activo na educação do concelho ”* ou se facto têm a promoção de uma educação diferente. Isso é uma das coisas que gostaria de perceber com a minha tese (...). E o que é que eles fazem? Reflectem sobre o território, quais são as potencialidades que existem no território e tentam potenciar em termos educativos e recordo-me por exemplo, de uma actividade que eles fizeram que foi a limpeza do rio Vouga, a *“EcoVouga”* e isso pode ser considerada uma actividade de conhecimento do território. Aliás, ela foi posteriormente integrada no Boletim das Cidades Educadoras, para ser partilhada enquanto uma boa prática. Agora se isto trouxe ou não mais valias à educação do concelho, isso é uma das coisas que eu gostaria de saber (...).

Agora eu peço-lhe a opinião sobre este texto, que fala sobre o Movimento das Cidades Educadoras e da organização territorial da educação em Centros Cívico-educativos. Quer que leia em voz alta ou prefere ler?

E3: Não eu leio. *A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos atualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".*

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano".

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade". Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado".

Entrevistadora: O que é que vê de mais interessante nesta ideia?

E3: Acho que o que se fala aí é do papel que as pessoas devem ter em prol da educação e o papel do governo municipal, como diz aí, tem na educação das pessoas da sua área de intervenção. Acho que é o essencial do texto.

Entrevistadora: Acha que esta ideia que tenho aqui dos centros cívico-educativos... estes centros não é aquela ideia de centros sociais ou de centros educativos, que nós estamos habituados a ouvir falar, eles são digamos uma plataforma... imagine a situação da Vila, apesar de não ser se calhar o melhor exemplo porque os serviços estão todos concentrados, mas teríamos a escola e depois um conjunto de pontos conectados, como por exemplo, o polidesportivo da Associação, APCDI, o Centro Social, o Centro de Saúde, a Biblioteca Municipal, a praia Fluvial do Barco,... todas as associações, escolas, empresas de um determinado território trabalham num projecto conjunto de educação para aquele território.

E onde mais do que isso teríamos uma potencialização e revitalização dos espaços. Por exemplo, o horário de funcionamento das escolas seria até às 17h ou 18h e depois temos o resto do tempo em que a escola está vazia, poderíamos potenciar esse espaço, indo para lá outras pessoas, quer seja formação, quer seja uma associação que não tenha sede, fazer uma reunião, um congresso,... Ainda não sei se é este nome 'Centros Cívico-educativos' que vou utilizar no meu trabalho, devido à confusão com os actuais Centros Educativos, mas para já é o que está. É que as pessoas com quem falo associam isto aos Pólos educativos, aos Centros Sociais e isso já têm algumas normas de funcionamento pré-definidas(...). Mas digamos que seja uma plataforma educativa do território e aquilo que eu lhe pergunto agora é se acha que isto era possível para Sever do Vouga? Em vez de colocarmos Centros Educativos nas sedes de freguesia e outras ficarem sem centros,...

E3: Eu acho que atendendo à dimensão do concelho que esses Centros nas sedes de freguesia era muito complicado. E o concelho não é assim tão grande quanto isso, tem zonas dispersas para o lado do Couto, de Talhadas, mas não é nada de transcendente. Acho que tendo a sede como ponto central na Vila, com as escolas e depois espalharem esses pontos que me falou, acho que isso seria o ideal.

Entrevistadora: Um dos pontos seria aqui o centro, outro poderia ser por exemplo o Couto, onde aproveitaríamos o Centro Educativo já existente, e as associações locais, como por exemplo a Fundação Solidários, que tem um centro de formação, uma quinta de agricultura biológica, um espaço de acesso à Internet, a Associação Social e Cultural de Couto de Esteves,... onde as pessoas pudessem ir ali

para aprender, ou tentarmos juntar as várias gerações, em actividades de partilha de saberes, eu acho que seria interessante e que estaríamos a dar vida a essas aldeias(...). Mas então acha que isto é exequível em Sever do Vouga?

E3: Acho que sim.

Entrevistadora: E que papel poderia ter a Associação nesses Centros Cívico-educativos ou Plataformas?

E3: A associação faria a parte dela, não é?

Entrevistadora: A parte desportiva?

E3: A parte desportiva, porque é aquilo que temos aqui para dar. Actividades nesse âmbito e depois colaborar com as escolas, com a Câmara naquilo que fosse preciso, para que esse projecto fosse uma realidade.

Entrevistadora: Quem acha que deveria tomar a iniciativa na liderança nestes Centros Cívico-educativos? Para gerir a articulação entre as várias associações, escola, municípios, empresas,... alguém tem que liderar?

E3: Eu penso que deveria ser a Câmara, que teria aí um papel fundamental. Acho que sem a Câmara Municipal não será possível.

Entrevistadora: Ok. Agradeço imenso a sua colaboração.

Entrevista Presidente do Conselho de Administração
Fundação Bernardo Barbosa de Quadros
28 Setembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para saber a sua opinião sobre a educação no concelho e sobre o conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação.

A cada entrevistado vai ser atribuído um código Ent.4 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Fundação. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informação que considerar necessária. Posteriormente, será feito o protocolo onde se rubricará todas as páginas da entrevista]. Há quantos anos ocupa o lugar de directora na Fundação?

E4: Eu sou Presidente do Conselho de Administração.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que ocupa essa função?

E4: Há poucos meses. Exerci o cargo de secretária desde Novembro de 2005 até Maio de 2007.

A presidente que exercia funções demitiu-se da Junta de Freguesia e na sequência disso deixou de exercer o cargo de presidente na Fundação.

Entrevistadora: E qual é a ligação da Junta de Freguesia com a Fundação? (...)

E4: Está nos estatutos, são cinco elementos: é o Presidente da Câmara, o Padre da Freguesia, o Presidente da Junta, um dos vogais da Junta e o professor ou professora eleita pelos colegas, de preferência residente na freguesia de Rocas do Vouga(...). Os cinco elementos reúnem-se e deliberam sobre os cargos que cada um ocupa.

Entrevistadora: E quais são as prioridades da sua equipa para a Fundação?

E4: As prioridades são dar respostas sociais de acordo com as necessidades da população, sejam elas idosos, crianças ou famílias carenciadas.

Entrevistadora: E que valências é que a Fundação tem actualmente?

E4: Tem a creche com 14 crianças; o ATL com 84 crianças; a expansão do horário pré-escolar;...

Entrevistadora: São as actividades de enriquecimento curricular?

E4: Não, esse também é um projecto da Câmara para o qual nós temos uma parceria, onde cedemos o espaço.

Entrevistadora: Então tem uma parceria com a Câmara, como forma de continuar o ATL?

E4: Sim, as actividades de enriquecimento curricular são feitas aqui nos nossos espaços. Também temos a expansão do horário do pré-escolar que é feito aqui. A Fundação cede o espaço mas a oferta é da Câmara. Temos o Centro de Dia com 47 utentes; Serviço de Apoio Domiciliário com 33 utentes; Centro de Convívio com 20 utentes;...

Entrevistadora: E brevemente o Lar Residencial.

E4: Não, é o Centro de Noite. Está previsto iniciar ainda este ano com capacidade para 18 utentes. Também temos intervenção comunitária.

Entrevistadora: O apoio a famílias carenciadas...

E4: Sim. Temos, ainda a agricultura, com várias culturas como a batata, as hortícolas e mirtilos. A produção de mirtilos ocupa cerca de 90% da produção, tendo sido a Fundação pioneira a nível nacional na promoção desta cultura, que agora é bastante representativa em Sever do Vouga. Temos ainda a silvicultura e suinicultura.

Entrevistadora: E pretendia conhecer um bocadinho do historial da instituição. Eu posso consultar esse livro [A morte de um homem bom... a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros] e entrego-lhe quando fizermos o protocolo da entrevista?

E4: Pode.

Entrevistadora: É que assim eu posso fazer citações para caracterizar a Fundação.

E4: É um bocadinho grande a história mas eu posso resumir-la.

Entrevistadora: Sim, se a pudesse resumir.

E4: Uma família que não tinha filhos, penso que foi o tio que deu à sobrinha esta Quinta e várias terras que não estão no perímetro da Quinta. A Fundação tem vários outros espaços, quer florestais, quer agrícolas. O tio doou à sobrinha alguns dos seus bens porque não tinha filhos, que por sua vez também não teve filhos. Depois morreu a D. Helena de Quadros e o Capitão Bernardo Barbosa de Quadros doou ao povo de Sanfins e à freguesia.

Durante algum tempo, como era um património muito grande e a Junta teve alguma dificuldade em geri-lo, alugou a Casa do Linheiro à Fundação Bissaya Barreto, que destinou a casa para acolher crianças desfavorecidas, de famílias disfuncionais e pobres.

Entretanto, penso que foi em 68 ou por volta dessa altura (...) acabou o tal arrendamento à Bissaya Barreto e a Junta criou a Fundação.

Entrevistadora: O livro tem a transcrição do testamento.

E4: Sim, vou ler esta parte. *“(...) Como nesta hora não tenho herdeiros forçados disponho dos meus bens da forma seguinte. Deixo e lego à Casa do Povo de Sanfins, ou se esta ainda não existir à Junta da Paróquia da freguesia Rocas do concelho de Sever do Vouga a Casa e Quinta do Linheiro e todos os bens a possuir no dito concelho de Sever do Vouga (...)”*. O Capitão aqui também fala que queria que fosse instituída uma creche e que se chamasse D. Helena de Quadros que era o nome da mulher dele e o asilo que deveria ter o nome de José Maria de Albuquerque, que era o tio dela. Há uma parte em que ele diz que queria que fizessem uma comissão para organizar o asilo e a creche, *“(...) que façam parte para além do representante da Casa do Povo e da Junta de Freguesia, o Pároco da Freguesia, o Dr. Daniel de Almeida e a professora de Rocas (...)”* Os estatutos tentaram seguir a vontade do doador.

Foi instituída (...). *“(...) a 7 de Setembro de 39 falece o doador da Quinta do Linheiro e a 8 de Agosto de 40 foi assinada a escritura pública deste contrato no governo Civil de Coimbra o contrato de arrendamento, (...) o esforço humano dos que se empenharam em projectar o passado não esmoreceu pois já existia há algum tempo a vontade de dar consistência e perpetuasse a memória do Capitão Bernardo Barbosa de Quadros em todas as suas vertentes, bem como por exemplo de um homem de grande benevolência e de sentido de dever. Assim, em 1960 é oficialmente constituída por iniciativa da Junta de Freguesia a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e abre em Rocas do Vouga. Nesse período a Junta de freguesia era representada pelo presidente Belmiro Rodrigues da Costa [era professor], Juvenal Barbosa de Almeida, Manuel Joaquim Tavares Coutinho e de acordo com os seus primeiros estatutos aprovados por despacho (...) esta Fundação destinava-se a prestar assistência particular, ou seja, instituir e preservar na freguesia um asilo para inválidos por velhice ou doença, em memória do Dr. José Maria de Albuquerque [que era o tio dela] e a creche D. Helena Albuquerque [que era a mulher] e a Casa de Educação e Trabalho [Casa de Educação e Trabalho era como se chamava a Casa onde estavam as meninas lá em baixo] (...)”*.

Entrevistadora: Sim. Sim.

E4: *“(...) Casa de Educação e Trabalho D. Helena de Quadros, honrando a memória dessa bondosa senhora conforme o artigo 3º que vinha de encontro ao seu instituidor, ou seja, a criação de uma organização.”* Entretanto, apesar do tal arrendamento ter terminado continuaram a receber crianças de famílias desfavorecidas e foi nascendo depois o resto, como este edifício. Ainda não está nenhum lar...

Entrevistadora: Era isso que eu ia questionar.

E4: Ainda não está a funcionar nenhum lar, o que está construído é um Centro de Noite, conforme referi anteriormente.

Entrevistadora: Se calhar um asilo nos dias de hoje não se justifica...

E4: Eu acho que aqui se justifica. O que está em fase de conclusão é mesmo só para noite e eles [idosos] pedem-nos muito se podem ficar no Centro de Dia e no Centro de Noite, mas não podem. Na altura, os incentivos vinham para a construção do Centro de Noite.

Entrevistadora: A percepção que eu tinha era de que estes idosos estariam com as famílias e não queriam ficar no lar.

E4: Há vários casos. Há dois ou três casos que preferem ficar em casa e que querem vir aqui durante o dia e depois regressam a casa para dormir. Há casos que querem vir só pernoitar. Mas há casos que querem ficar de noite e de dia e queriam vir para o Centro de Dia e depois ficar no Centro de Noite.

Entrevistadora: Em Sever do Vouga só existe, penso eu, o Lar da Santa Casa da Misericórdia. E o Centro Social Maria da Glória é só Centro de Dia.

E4: Por isso, nós pedimos orientações a Aveiro e eles disseram-nos primeiro que sim, que era permitido, mas depois disseram-nos que não. O Centro de Noite até tinha uma cobertura boa, mas a estatística é sempre um bocadinho desadequada ao território.

Entrevistadora: Pois eu também questiono.

E4: Eles aqui não têm a opção de lar e pedem-nos para usufruir das duas valências. Por outro lado, também não querem ir para Sever. Se fosse para todo o tempo tínhamos muitas inscrições, agora só para noite temos poucas. Agora estamos a tentar que este Centro de Noite seja transformado em Lar, mas ele está construído como Centro de Noite e nem sequer tem uma cozinha e teria que ser a cozinha deste edifício a fornecer as refeições. Mas as adaptações também se fazem, tivéssemos nós permissão.

Entrevistadora: Exacto.

E4: Temos de obedecer às orientações, porque são dinheiros comunitários.

Entrevistadora: Pois agora têm que vir as novas orientações para o QREN (...).

E4: Relativamente a uma candidatura ao QREN, eu queria que fosse mais espaçada desta, porque embora seja comparticipada, não o é a 100% e os encargos são muitos. É uma carga económica muito grande para as instituições e a Fundação investiu muito neste Centro de Noite.

Entrevistadora: Já falou da constituição da Fundação, da orgânica, das valências e em termos de projectos, a instituição está envolvida em algum projecto? Outros projectos com a Segurança Social, com a Câmara (...).

E4: Temos uma parceria com a Câmara para as actividades de enriquecimento curricular, a Câmara é a entidade promotora mas quem está a executar a instituição. Em Sever do Vouga acontece com as várias instituições, com a APCDI, com o Centro Social Maria da Glória, com a Santa Casa da Misericórdia e com o Centro Social de Apoio às crianças e jovens de Sever do Vouga (...).

Temos o projecto "Igualdade na Diferença" com o Instituto Português da Juventude, que é um projecto de ocupação dos tempos livres de longa duração que conta com a participação de duas jovens durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2007.

Temos o projecto "Corre, Pula e Dança" também com o Instituto Português da Juventude para a ocupação de tempos livres, com uma curta duração, cerca de 10 dias, envolvendo 6 jovens da freguesia de Rocas do Vouga.

A instituição foi parceira do projecto "Cooperar para Crescer" que tinha como objectivo a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Temos o projecto de "Intervenção Precoce" onde a Fundação estabeleceu uma parceria com o Agrupamento e a Rede Social, no sentido de acompanhar determinadas crianças que estão sinalizadas quer como situações de risco, quer com necessidades educativas especiais. A Fundação tem um acordo na área da Família e comunidade, que tem como finalidade o desenvolvimento de actividades de promoção e integração social de indivíduos e famílias, em situação de disfunção socio-económica, nomeadamente através de acções de atendimento/acolhimento, informação e orientação.

Temos o projecto do Centro e Noite em fase de conclusão e que se prevê que inicie em breve, conforme o que referi anteriormente.

Entrevistadora: E em termos de transportes a instituição tem transportes próprios?

E4: Tem e está a ser o nosso problema. Em parte está a ser uma grande ajuda para a Câmara.

A Fundação tem quatro carrinhas de nove lugares e uma carrinha comercial para o SAD. Foi adquirido muito recentemente um mini-autocarro para 19 pessoas. Atendendo que não existe uma rede concelhia de transportes, os nossos utentes são todos transportados pela Fundação, o que faz com que as viaturas sejam insuficientes.

Existe uma parceria entre a autarquia e a Fundação na organização de transportes. Nós ajudamos a Câmara e a Câmara ajuda-nos a nós. Há crianças que estão nas actividades de enriquecimento curricular e que não estão no ATL. A Câmara está a transportar as crianças das escolas para as actividades que se desenrolam aqui e depois vêm buscá-las para as levar para casa. Isto nas cidades ou nas grandes escolas não aconteceria porque as actividades são feitas na própria escola.

Aqui não é possível. Por exemplo, nas aulas de AEC têm crianças que vêm de Irijó, de Rocas, de Nespereira, de Sanfins,... vêm das várias escolas da freguesia, porque não é possível ter uma professora em Rocas, outra em Sanfins,... temos que agrupar todos e é aqui que a actividade é feita. Portanto, têm que existir transportes que os tragam cá e é o que acontece com a parceria com a Câmara. É uma carga grande para Câmara e para a Fundação.

Entrevistadora: Acredito.

E4: Se for numa escola de grande dimensão, tem salas e as crianças só têm que se deslocar para lá e não tem que existir transporte. No fim, os pais é que vão buscar as crianças às escolas e levam-nas para casa. Aqui...

Entrevistadora: Levam-nas a casa.

E4: Pois, a Câmara ou Fundação fazem o transporte para casa.

Entrevistadora: E os pais têm algum tipo de comparticipação dessa deslocação ou é a Câmara?

E4: É a Câmara que está a suportar as despesas no caso da Actividades de Enriquecimento Curricular. Fazem-se certas permutas, por exemplo, a Câmara tem dificuldades em levar todas as crianças porque não têm transportes, a área é muito dispersa, e não podiam levar ao Couto e a outras localidades. Então, a Fundação faz alguns transportes em conjunto com os nossos meninos do ATL e a Câmara também faz alguns com as nossas crianças. Portanto, há permutas, coisas que a instituição faz e que não era serviço da instituição e que era serviço da Câmara, mas que em contrapartida a Câmara também faz transportes que eram da instituição, porque eram meninos do ATL...

Entrevistadora: Interessante é uma rentabilização dos serviços.

E4: Se não fosse assim, nem eles conseguiam, nem nós.

Entrevistadora: Eu agora gostava de ouvir a sua opinião pessoal enquanto professora, não tem que ser nada institucional sobre a educação no concelho, atendendo às várias faixas etárias.

E4: Mas a que nível?

Entrevistadora: Acha que há uma cobertura em termos escolares atendendo às várias faixas etárias? Por exemplo, ao nível do 1º CEB há uma boa cobertura do parque escolar? Por exemplo, ao nível do 3º CEB acha que está bem? Educação de Adultos? Formação Profissional?

E4: Eu penso que todas as crianças têm acesso a uma boa educação e a uma escola razoável na medida do possível.

Entrevistadora: Então relativamente à escolaridade obrigatória acha que existe uma boa cobertura.

E4: No 1º CEB ainda não é o ideal porque eu, por exemplo estou a trabalhar com quatro anos. Não é de forma alguma o ideal. Se tivermos só uma turma de um ano, pode ser uma turma maior mas os professores estão a trabalhar só com um ano é muito mais rentável do que estar a dar quatro anos ao mesmo tempo. Provavelmente daqui a uns anos estará diferente, existindo um centro educativo na sede de cada freguesia, como eles [autarquia] falam. Depois gera-se outro problema, que são os transportes para esse centro educativo(...). As aldeias ficam mais pobres. Custa um bocadinho às pessoas que os filhos sejam transportados para outros lugares, mesmo que seja para uma localidade vizinha, mas estão a ser transportados e as aldeias ficam um bocadinho mais tristes (...).

Entrevistadora: Talvez pela questão de as crianças virem a casa comer, gera-se ali um movimento em função dos horários das escolas.

E4: Que é mais fácil e que haja uma educação de maior qualidade, acho que sim.

Entrevistadora: Também acredito que sim, defendo essa agregação. E Sever, na minha opinião é um bom exemplo, porque optaram por fazer pequenos centros educativos com o pré-escolar e o 1ºCEB, nas sedes de cada uma das freguesias. Há outros municípios que

optaram por Pólos Educativos que englobem todas faixas etárias, excepto o ensino secundário. Então temos pólos com 300 alunos ou mais (...) e depois são idades muito díspares.

E4: Não era contra a aglutinação do 1º e o 2º CEB, porque também são idades aproximadas. Ou até pré-escolar, 1º e 2º CEB, depois já não. São idades diferentes!

Entrevistadora: Até pela própria educação de pares, eles tendem a copiar os modelos dos mais velhos e não sei se não se gera um ambiente um bocado complicado. E em termos das outras faixas etárias o que é que acha?

E4: Mais velhas?

Entrevistadora: Sim. Por exemplo ao nível do ensino secundário e da formação profissional no concelho.

E4: Eu tenho um filho na secundária e uma filha no 3º CEB e penso que em termos de cobertura, há uma boa cobertura. Há boas escolas. Por exemplo para o 3ºCEB há boas ofertas e penso que mesmo ao nível dos cursos profissionais é uma das grandes preocupações da Câmara. Ou da Câmara ou das próprias escolas, não sei muito bem quem é que é o responsável. Mas sei que eles nestes últimos anos estão constantemente a promover cursos e a estabelecer as tais parcerias.

Havia cursos na secundária por exemplo de animadora e pediam para vir estagiar aqui. Tivemos aqui três estagiárias. Eu penso, pelo pouco que sei neste aspecto, que há uma boa cobertura e uma grande preocupação, o que já é muito bom. Pode não ser o ideal, mas que tanto a Câmara, como as escolas se preocupam e se esforçam em oferecer cursos adequados aos interesses dos jovens. Sei que há situações em que os pais foram à Escola Secundária, pediram para ter determinado curso e acabaram por conseguir. A escola podia simplesmente dizer *'Olha esse curso não há cá'* (...).

Entrevistadora: E em termos da Educação de Adultos tem conhecimento do que se passa aqui no concelho?

E4: Eu sabia que existia o ensino recorrente e que agora foi extinto, penso que não há nada, mas não tenho a certeza.

Entrevistadora: E aqui a Fundação oferece algum tipo de oferta formativa? Por exemplo, para os técnicos os quadros da Fundação (...).

E4: Sim, para activos. Temos parcerias como o Centro de Emprego de Águeda e com a Licconsultores, onde os funcionários das várias IPSS do concelho se deslocam normalmente à APCDI para fazer formação, por exemplo os cursos de *"Primeiros Socorros"*. Decorreu um aqui na Fundação que envolveu todos os funcionários sobre "Alimentação e Nutrição".

Também colabora com os funcionários que querem fazer formação em horário laboral, dispensando-os durante esse tempo e até disponibilizando os transportes.

Entrevistadora: Tem alguém aqui na Fundação que frequente os Centros de Novas Oportunidades para tirar o 9º ano de escolaridade e agora o 12º ano, os chamados CRVCC?

E4: Nós temos uma rapariga que esteve nos cursos tecnológicos do 12º ano, estagiou aqui e agora está a fazer o estágio profissional. Agora em relação aos CRVCC penso que não.

Entrevistadora: Eu estava a fazer-lhe esta pergunta, porque sei que o Centro de Novas Oportunidades de Sever do Vouga já começou a dar os primeiros passos e que se estabelecem parcerias com as entidades empregadoras para a melhoria da verificação escolar, inclusive com acompanhamento do formando no local de trabalho. Daí estar a fazer esta pergunta, porque sei que isso já começou.

E4: Penso que não.

Entrevistadora: Isto também não é relevante para o meu trabalho, era só para tentar perceber da dinâmica da educação. Como é que vê o envolvimento da autarquia na organização escolar do município? Acha que eles têm vindo a fazer um bom trabalho? Tentam resolver os problemas do agrupamento? Estou-me a lembrar por exemplo, que eles necessitam de uma nova escola para o 3º CEB...

E4: Eu trabalhei vários anos no concelho vizinho, em Vale de Cambra e já nessa altura achava que a Câmara de Sever do Vouga estava muito virada para a Educação, para a oferta, para a ajuda às escolas. Eu recordo-me que já nessa altura a Câmara tinha a piscina municipal e havia natação nas escolas.

Neste momento penso que é uma das grandes preocupações da Câmara e tem que ser mesmo. Há Câmaras que nem sequer se preocupam com isso. A nossa Câmara para além de se preocupar, tenta ajudar ao máximo. É a que promove as actividades extra-curriculares. Houve uma altura em que todas as crianças em idade escolar tinham acesso à piscina municipal. Está a remodelar o Parque Escolar, com alguma resistência por parte dos habitantes de algumas localidades. Agora já começam a aceitar, mas no início é sempre complicado, quando se diz que se vai fechar uma escola.

Entrevistadora: As pessoas têm a tendência de se mobilizarem contra o fecho das escolas.

E4: Eu acho que já toda a gente entendeu que é preciso haver uma remodelação.

Entrevistadora: E que é uma norma do Ministério da Educação e não uma ideia da autarquia.

E4: Os próprios professores... alguns também resistem! Eu lembro-me que estive numa escola que era na Granja e que no ano a seguir ela fechou e custou-me. Começamos a pensar na colocação. Se fecharmos muitas escolas, não há tantas vagas. Mas eu acho que é uma necessidade e que neste momento o grau de exigência é muito maior.

Entrevistadora: A Câmara colabora como por exemplo com a Fundação na organização de actividades? Por exemplo, as instituições querem organizar um desfile de Carnaval, a autarquia apoia essa organização?

E4: Geralmente é mais com o Agrupamento. O Agrupamento é que organiza o desfile de Carnaval na vila e a Câmara dá um 'X' por criança para os materiais que são utilizados. (...) Nos anos que participei, lembro-me que até a própria GNR era envolvida, na medida em que se encerrava a rua, organizavam a saída da EB 2,3 em direcção à vila. A Câmara também colabora com os transportes, indo às aldeias buscar as crianças e agrupando-as na Vila para depois fazerem o desfile. Os bombeiros também costumam estar presentes.

Entrevistadora: E por exemplo ao nível da promoção de actividades fora da escola, actividades de ocupação de tempos livre, tem conhecimento que existe um empenho da Câmara em promover esse tipo de actividades, por exemplo nas férias, onde os jovens e as crianças já não têm para onde ir, uma vez que não estão ligados a uma instituição?

E4: Geralmente as actividades de tempos livres são as instituições que promovem. Também há uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que este ano criou uma oferta a esse nível. Mas eu recorro-me que quando se falou nas "Férias com ciência" organizadas pela CPCJ também iam decorrer umas da Câmara.

Entrevistadora: É isso mesmo, porque eu na altura já andava a fazer a investigação.

E4: Acho que também é uma preocupação da autarquia. Uma das coisas que reparo é que utiliza as várias instituições e organizações do concelho, seja a Desafios, os escuteiros,... para promover acções como a limpeza da Rio Vouga. Penso que existe articulação entre as várias instituições.

Entrevistadora: E em termos do desporto, tem conhecimento das actividades que a Câmara faz? Por exemplo, existe algum tipo de promoção do desporto, ou actividades desportivas, onde sejam mobilizadas as crianças ou os idosos para uma tarde de desporto.

E4: Neste momento não tenho conhecimento de nada, mas recorro-me que há uns anos alguns professores que estavam a fazer o complemento de formação, propuseram à autarquia o desenvolvimento de um projecto denominado "Andar sobre Rodas" no âmbito da disciplina "Desporto e Lazer". A autarquia apoiou comprando patins e pagando a um professor durante o tempo em que se desenvolveu essa actividade.

A autarquia parece querer ajudar, mas muitas vezes não tem verbas.

Entrevistadora: Tem muitas competências e poucos recursos financeiros.

Entrevistadora: Já me falou das actividades, por isso não lhe vou voltar a colocar a questão. Agora eu gostava de saber se existem parcerias entre a Fundação e a Câmara, Agrupamento e Escola Secundária. Já me falou dos protocolos das actividades de enriquecimento curricular, dos transportes,... existe mais algum tipo de parcerias?

E4: Existe muita colaboração entre a Fundação e a Câmara, ao nível do prolongamento de horário e fornecimento de refeições do Jardim-de-infância de Rocas do Vouga, Couto de Esteves e Sanfins; ao nível das actividades de enriquecimento curricular para as crianças da freguesia de Rocas do Vouga e Couto de Esteves; ao nível dos transportes para algumas das escolas das Freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves; ao nível da realização de eventos e actividades.

O papel da Fundação em relação à autarquia é de estreita colaboração, sendo que a parceria pode ser formal ou informal. A parceria na maioria das vezes é estabelecida de uma maneira informal, no trabalho entre técnicos para ultrapassar dificuldades pontuais, outras vezes é estabelecida formalmente, ao nível dos corpos dirigentes.

Em relação ao Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga a parceria também existe ao nível das actividades de enriquecimento curricular e outras.

A parceria com a Escola Secundária de Sever do Vouga ocorre ao nível da realização de estágios dos jovens dos cursos tecnológicos.

Isto não é uma parceria, mas muitas vezes quando é preciso um terreno, para uso público a Fundação vende o terreno à autarquia evitando maiores complicações. Por exemplo, a Câmara necessitou de fazer um Jardim-de-infância e foi a Fundação que cedeu o terreno. É muito mais fácil ser feito o 'negócio' com a Fundação do que com particulares. Não é que isto seja uma parceria, mas acho que é uma cooperação entre ambas as instituições (...).

Entrevistadora: A Fundação é ouvida sobre os assuntos relativos à educação no concelho? Pertence ao Conselho Municipal de Educação?

E4: A Fundação não tem nenhum membro do Conselho de Administração, nem técnico no Conselho Municipal de Educação.

Entrevistadora: E à Rede Social?

E4: A Fundação faz parte do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e é membro do núcleo executivo da Rede Social. A Fundação tem ainda representação na CPCJ, onde faz parte da Comissão alargada e representa as instituições concelhias.

A Fundação faz parte do núcleo executivo do RSI (Rendimento Social de Inserção), onde acompanha nas freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves.

Tem uma função de apoio efectivo aos desempregados de longa duração, quando realiza cursos no âmbito do projecto do IIEFP-Escola/Oficina e Programas de Inserção/Emprego. Desenvolve sistematicamente programas ocupacionais para subsidiados e pessoas carenciadas e estágios profissionais.

Entrevistadora: Como sabe, são cada vez mais as competências que as Câmaras Municipais têm, no que respeita à educação. Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos agrupamentos/escolas? E isto também é a sua opinião pessoal, enquanto professora.

Por exemplo, terem a competência de contratarem pessoal auxiliar e pagar uma remuneração; oferecer uma rede de transportes compatível com as necessidades das freguesias; e, intervir junto do poder central para tentar solucionar os problemas do agrupamento.

E4: Eles agora têm um bocadinho disso tudo. É óbvio que não tem uma rede de transportes completamente eficaz.

Entrevistadora: Tenho também aqui outra competência que seria elaborar projectos educativos locais em parceria com o agrupamento e com a Escola Secundária, já me falou disto atrás, eles [autarquia] não fazem projectos sozinhos, fazem projectos integrados, acho que esta questão está respondida.

Agora isto é a sua perspectiva em relação ao futuro, em termos da política educativa nacional... A educação cada vez mais tem a participação das Câmaras, acha que esta intervenção tende a centralizar-se nas Câmaras ou será repartida pelas escolas e

associações locais? Será que as instituições terão um papel mais activo na educação do concelho? Ou continuará a ser o domínio do Ministério da Educação, que delegam algumas competências nas Câmaras mas que só têm a função de as executarem ao nível local?

E4: Eu penso que tende para essa hipótese. Ao nível das associações, que associações? Desportivas, de pais,...

Entrevistadora: Por exemplo, a Fundação seria uma das associações envolvidas, teria um papel activo aqui ao nível da freguesia de Rocas do Vouga.

E4: Eu penso que é mais para a autarquia e que as instituições são mais como um apoio.

Entrevistadora: Se calhar mais ao nível da promoção das actividades de educação não formal...

E4: Sim. Eu acho que vai mais por aí.

Entrevistadora: Ok. E acha que a tendência é centralizar a educação no Ministério da Educação, ou cada vez mais descentralizar? O Ministério da Educação delegar poderes tanto para a autarquia, como para as instituições?

E4: Aparentemente parece que está a delegar competências para as Câmaras, mas não sei se isso é mesmo verdade...

Entrevistadora: Parece-lhe que o Ministério da Educação continua com o poder, não é?

E4: Sim. Porque falava-se há muitos anos na autonomia das escolas, e a ideia geral com que nós ficávamos é de que realmente o poder não ia ficar só no Ministério da Educação.

Entrevistadora: O poder continua no Ministério da Educação.

E4: O agrupamento tem poder para contratar o pessoal docente e não docente, mas continua a ser o Ministério da Educação que dá o aval. Penso que muitas vezes o Agrupamento e as autarquias até têm poder, mas a seguir vem uma orientação que contraria as decisões tomadas. No fundo, o trabalho e as despesas ficam para as autarquias e agrupamentos, mas quem está a comandar continua a ser o Ministério da Educação.

Entrevistadora: Eu também partilho dessa opinião. Para este trabalho estive a estudar a legislação desde 1974 e é exactamente a essa conclusão que cheguei.

Já me falou que a iniciativa partiria da Câmara. Agora gostava de saber a sua opinião... cada vez mais ouvimos falar em participação nas decisões do concelho, quer dos pais nas escolas, quer dos jovens terem um papel activo, por exemplo em espaços como os fóruns de decisão,... Como é que vê a participação das pessoas ao nível, por exemplo de um agrupamento de escolas?

E4: Eu penso que a mudança é sempre um bocadinho difícil para todos. Para os pais e para os professores... Eu sou a favor! Sou mãe e penso que se houver bom senso e o empenho de todos, se obtêm melhores resultados a nível educativo. Disso não tenho a mínima dúvida. Por vezes, é difícil mudar as mentalidades e permitir a entrada de outras pessoas nos círculos que habitualmente são mais restritos.

Eu sei que há colegas que criticam um pai que venha a avaliar ou dar dicas para a sua escola, mas se houver um bom senso das duas partes só vai beneficiar as crianças, só vai enriquecer o processo. Apesar que às vezes há falhas das duas partes (...). Às vezes é um bocadinho difícil conciliar as coisas: se tudo corre bem, está tudo bem; se algo corre mal, então... (risos).

Sou a favor das associações de pais, que eles sejam activos... Sou a favor que existam essas tais parcerias, sejam das associações de pais, sejam das autarquias,... temos é que estar todos direccionados para o mesmo, o sucesso educativo.

Entrevistadora: Exactamente.

E4: Nós, portugueses somos 'pobres', mas temos que fazer o melhor que sabemos com o pouco que temos. Por isso é que nos temos que juntar e colaborar. Às vezes comparamo-nos com outros países como o Canadá por exemplo, ao nível do parque escolar e rede de transportes escolares... mas nós não nos podemos comparar.

Entrevistadora: Temos que rentabilizar o que nós temos...

E4: Temos que rentabilizar o que nós temos e isso só é possível se cada um fizer o seu papel. E muitas vezes dizemos só vou até aqui porque é até aqui o meu papel, e se todos fizermos isso, fica ali um espaço que não é de ninguém. Acho que não podemos ficar só pela nossa competência, temos que dar um passo à frente...

Entrevistadora: E as autarquias tendo um papel tão importante ao nível local, podem tornar as políticas adaptadas aquele território e se forem decisão de cima e se não houver um envolvimento de todos, eles acabam por não ter o conhecimento...

E4: Sim, porque muitas vezes vem uma ordem de cima mas não se enquadra em determinados territórios... por isso toda a gente tem que se unir para dizer que essa orientação não se enquadra e que deveria ser de outra forma. Por isso é que os vários parceiros têm que se unir e fazer mais do que é da competência de cada um.

Entrevistadora: Ok. Tem conhecimento de que o município de Sever do Vouga aderiu ao movimento das cidades educadoras e que pertence às Associação Internacional das Cidades Educadoras?

E4: Eu tenho conhecimento, mas não estou bem informada sobre isso. São estudantes de cá que poderão ir para outra cidade?

Entrevistadora: Ai não, isso são as Cidades Geminadas... Não é a mesma coisa, o Movimento das Cidades Educadoras, são cidades ou municípios que assumem um papel tão importante para educação como assumem para outras políticas como por exemplo, as de desenvolvimento económico, daí que esta visão que o concelho tem da educação possa estar relacionada com isto. O facto de o Município se ter associado a este movimento não significa que com isso vão ter acesso a mais fundos, não é nessa perspectiva monetária... O que eles ganham é troca de experiências entre cidades de todo o mundo, depois tem a possibilidade de divulgar o concelho e de reflectirem de como é que podem tornar a educação mais ajustada ao território, rentabilizando os vários recursos. Não sei há quanto tempo é que eles aderiram, mas penso que foi há dois ou três anos e acho que não há um conhecimento muito grande desta adesão.

E4: Eu já ouvi falar, mas não estou informada. Há realmente a confusão entre cidades Geminadas e cidades Educadoras.

Entrevistadora: E agora cidades criativas... É uma grande confusão.

Uma das questões interessantes deste movimento é que a educação não se faz apenas nas escolas, mas em todos espaços, incluindo a família, que é um espaço que também é potenciado. Foi um bocadinho a ideia de pensar a educação envolvendo todos os espaços seja a escola, seja a rua, seja a casa, seja a associação, que me levou a pegar neste projecto.

Sabe que Sever aderiu e eu gostava de lhe pedir a sua opinião relativamente a este texto, prefere que eu leia ou prefere ler.

"A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano". (Aqui o espaço urbano é entendido como o território). A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos,..."

E4: Não é o Centro Educativo?

Entrevistadora: Não são os actuais Centros Educativos! Estes Centros Cívico-educativos serão como plataformas educativas num determinado território. Por exemplo, na situação da vila, temos o Agrupamento de Escolas, a Escola Secundária e depois temos um conjunto de pontos que seriam as Associações, por exemplo a Associação Cultural de Pessegueiro, a Fundação, a APCDI, onde as pessoas pudessem circular a pé ou tivessem uma rede de transportes adequada para utilizarem os vários espaços.

Por outro lado, era importante que a oferta educativa não se repetisse, ou seja, existisse uma articulação entre as várias instituições do território para a promoção da oferta educativa.

Outra questão era a revitalização dos espaços. Temos a escola cujo horário de funcionamento termina às 18h ou às 17h e está destinado a uma determinada faixa etária, depois fecha e normalmente não se rentabiliza aquele espaço. Porque é que à noite não pode ser usada? Por exemplo, por uma Associação que não tem uma sede e pode ir para ali e fazer a sua reunião.

Porque é que não se promove um curso à noite na escola para activos das várias instituições? Tentar rentabilizar os espaços é uma coisa que se pretende com estes centros cívico-educativos. Esta ideia não tem muito a ver com aquela ideia de uma só infra-estrutura que oferece um conjunto de actividades educativas depois da escola (...). Digamos que são plataformas educativas, com os vários espaços educativos de um território.

E4: Estamos longe disso.

Então "A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos".

Também se pretende que estes espaços tenham uma gestão... por exemplo como aqui na Fundação são várias pessoas da comunidade que gerem o espaço. Também estes espaços educativos deveriam ter outras formas de gestão que não só aquela definida pelo Ministério da Educação, onde as pessoas pudessem sugerir o que é que querem para aquele espaço.

"Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade." Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado". Então eu gostava que me desse a sua opinião sobre esta ideia?

E4: Se eu estou a imaginar isto bem, teria que ser mais aberto e que haver uma mentalidade muito mais de cidadania, coisa que aos portugueses ainda falta dar alguns passos. Para isso ser possível teria que existir uma organização muito bem montada, por pessoas

muito capazes. As pessoas já estão mudadas em relação a alguns anos atrás, mas é ainda um bocadinho difícil para algumas pessoas conseguir trabalhar dessa forma. Eu estou a imaginar por exemplo uma escola. Quando falou na escola estar aberta para outras funções após o horário lectivo, se calhar, a maioria das pessoas ainda sente dificuldade em aceitar isso pois sentem as coisas muito como delas e muito fechadas.

Entrevistadora: E depois o uso dos espaços por outros poderia incomodar.

E4: Pois. Teria que existir uma ligação muito grande. É aquilo que eu digo, as pessoas estão muito habituadas a fazer até onde a sua competência lhe manda e não dar um passo à frente. Muitas vezes as pessoas estão habituadas “Eu não vou até ali, porque só tenho que ir até aqui”. E se calhar se a Câmara também dissesse “Não, eu só vou até aqui porque eu só tenho que fazer isto” e se a escola dissesse o mesmo, há um espaço de tempo onde as crianças podiam usufruir de actividades e que não conseguem porque todas as pessoas só vão até onde é da sua competência e acabam por não se juntar, não dizer “Não, eu posso fazer mais um bocadinho!” Eu acho que em relação ao passado, a maioria está muito diferente e melhor, as pessoas já se empenham mais, já se envolvem, mas daí até chegar aí [centros cívico-educativos] ainda falta um bocadito.

Entrevistadora: O que é que vê de mais interessante nesta ideia? É esta ideia da cidadania activa?

E4: Eu penso que sim.

Entrevistadora: E acha que isto poderia funcionar aqui em Sever do Vouga?

E4: Eu penso que isto poderia funcionar em qualquer localidade, desde que existisse uma boa liderança e que houvesse uma boa harmonia entre todos os parceiros. Isto não se faz num dia, num ano, nem em dois... leva muito trabalho e tempo. As pessoas têm que entender que têm que dar o seu máximo.

Entrevistadora: Já me falou há pouco que o Município de Sever já tem algum trabalho nesta área, e vai mais à frente do que as próprias competências que lhe são delegadas. Há uma preocupação de rentabilizar os espaços, de cooperar com as associações, ...

E4: Com o Agrupamento, com as escolas. Quando falo do Agrupamento lembro-me logo da EB 2 e 3, porque nós pertencemos ao Agrupamento Vertical que engloba os Jardins de Infância, escolas do 1ºCEB, 2ºCEB e 3ºCEB e depois a Escola Secundária não faz parte deste Agrupamento, que também tem 3ºCEB. Não sei se vão constituir um mega-agrupamento, eu já ouvi falar que sim, mas não sei se é verdade. Portanto, a Câmara tem uma boa ligação seja com a Escola, seja com o Agrupamento.

Entrevistadora: Quem deveria tomar a iniciativa na implementação destes Centros? Seria a Câmara?

E4: Eu penso que tinha de partir daí. A Câmara é que é o centro, no fundo consegue chegar a cada espaço, porque tem a ligação com todos.

Entrevistadora: E a Fundação disponibilizava os seus espaços para a organização destes centros cívico-educativos?

E4: No que fosse possível, eu acho que sim. Eu posso dar como exemplo as férias promovidas pela CPCJ, que pediram para ceder a piscina e fazer o encerramento das férias aqui. As crianças que estavam inscritas nessas actividades foram a vários sítios, em dias diferentes. Se calhar é um cheirinho dessa ideia que apresentou! Fizeram várias actividades e o último dia foi passado aqui na Fundação. A instituição forneceu a refeição e emprestou a piscina. As crianças adoraram!

Entrevistadora: (Risos)

E4: É cada Associação dar aquilo que tem. Mas é claro que não pode ser uma instituição a promover isso porque não tem recursos, nem as ligações necessárias

Entrevistadora: Ficaria com as pernas cortada a meio.

E4: E não consegue chegar a todos os lados, saber o que há nas Talhadas, Dornelas, Cedrim,...

Entrevistadora: Exactamente. Uma das coisas que me preocupa é que... em relação às crianças e aos jovens há uma boa cobertura em termos de educação, mas se calhar aos adultos...

E4: Sei que havia o ensino recorrente, mas não sei se ainda existe ou não. Recordo-me que alguns funcionários que trabalhavam na fábrica da Lactogal iam estudar à noite, para fazer o 12º ano.

Entrevistadora: Devia ser as unidades capitalizáveis, que era na secundária

E4: Não sei se já acabou

Entrevistadora: As unidades capitalizáveis, acho que sim. Eles agora têm equivalências nos CRVCC, não sei como é que é que isso funciona.

E4: Eu sei que existia muita gente que ia à noite às aulas. Eu também fui fazer o complemento de formação e muitos professores também foram (...) mas para nós é normal porque estamos habituados a formação regular, mas admiro as pessoas que trabalham e a consciência de que precisam de maiores qualificações.

Entrevistadora: Pois essas pessoas estudarem à noite, num espaço mais próximo do que a vila e de usufruir de outro tipo de actividades é o que se pretende nos centros cívicos. E não tem que ser um curso, pode ser um encontro de várias pessoas da comunidade, onde cada um ensina o que sabe.

E4: As coisas deveriam funcionar mais perto.

Entrevistadora: Eu defendo muito aqueles círculos de cultura, as pessoas juntarem-se para discutir um determinado tema, temos feito isso na Casa da Fonte, ligado às questões da Agricultura Biológica.

E4: Eu acho que o Couto é um exemplo, porque além de terem a Casa da Fonte, têm a LANCE. Ainda não consegui ir a nenhuma palestra, nem nada do que eles estão a organizar, mas eu acho que são um exemplo para os outros.

Entrevistadora: (risos) Eu acho que sim.

E4: É realmente uma mudança de mentalidade! E não são pessoas assim jovens, há de tudo, de várias idades. Mas não são aqueles jovens, que normalmente são os mais dinâmicos.

Entrevistadora: Ali o Couto tem a Associação Cultural de Couto de Esteves que agora está mais parada...

E4: Mas que era muito dinâmica aqui há uns anos.

Entrevistadora: Tem a LANCE e também se vai mexendo... Muito obrigada pela sua colaboração.

Entrevista Presidente do Conselho Executivo da
Escola Secundária de Sever do Vouga
29 de Outubro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- o Município de Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para auscultar a sua opinião sobre a educação no concelho e a operacionalização do conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação. A cada entrevistado vai ser atribuído um código Ent.5 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Escola. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informações que considerar necessárias. Posteriormente, será feito o protocolo, através da assinatura de uma declaração com as condições de utilização dos dados da entrevista e a rubrica de todas as suas páginas]. Eu gostava de saber há quantos anos ocupa o lugar de presidente do conselho executivo da Escola Secundária de Sever do Vouga?

E5: Eu já fazia parte, como membro do conselho executivo, desde 1996. Já são 11 anos, vai fazer para o próximo ano, em que acaba o actual mandato, 12 anos. Portanto, já são uns bons anos de experiência.

Entrevistadora: E quais têm sido as prioridades ao longo destes vários mandatos?

E5: Eu de certa maneira entrei para a gestão da escola um bocado por acaso. Fui descobrindo aos poucos o que é a gestão de uma escola, que já foi muito mais fácil do que é agora. Agora é muito mais complicado (...). E talvez por ter sentido que as complicações começaram a surgir, fui fazer o mestrado em Gestão Pública, precisamente porque o peso em termos administrativos é cada vez maior nas escolas, muita coisa que era feita ao nível central, agora é feito ao nível das escolas.

As escolas agora, não vivem só do orçamento de Estado, mas para se desenvolverem, para se promoverem tecnologicamente, têm de facto que desenvolver candidaturas, em termos de projectos, que logicamente é algo muito trabalhoso mas que é a única forma que nós temos de ir buscar alguns recursos em termos financeiros para conseguir apetrechar e colocar a escola sempre acompanhar a própria evolução da sociedade em termos de informação e de comunicação. No fundo, para nós conseguirmos que a escola acompanhe a evolução, que não fique de certa maneira cristalizada na concepção de escola tradicional, temos que fazer essas candidaturas, porque o orçamento de Estado é cada vez mais pequeno, fazer uma boa gestão em termos de orçamento, compensação e receita, que é o orçamento da escola e dos serviços de seu funcionamento, para se conseguir o máximo de mais valias possíveis, que são logicamente reinvestidas na escolas. Por isso é que nós apesar de sermos considerados supostamente uma escola do interior, apesar de estar no litoral, somos uma escola, que em comparação com algumas escolas dos centros das cidades estamos bem equipados, porque esse é um objectivo que nós desenvolvemos desde do início.

Em termos de equipa de gestão foi sofrendo algumas alterações, mas há um elemento que se mantém comigo desde há 11 anos, que é precisamente a pessoa que trabalha essa parte dos equipamentos educativos.

A nossa prioridade foi sempre fazer da escola um espaço agradável, intervir no sentido de manter a escola com um aspecto, não novo mas pelo menos apresentável. Isto em termos de equipamentos não podemos esperar de facto que o Ministério nos dê tudo e estimular os professores a desenvolver esses projectos, nomeadamente o "*Ciência Viva*" que pensando que não, esses projectos dinamizados pelos professores das áreas específicas, vão-nos permitir a construção de laboratórios com materiais que se eles estivessem à espera de serem adquiridos pela escola seria muito difícil devido ao elevado valor e também se estivessem à espera que o Ministério os fornecesse também seria muito difícil (...). Aqui na escola temos essa filosofia de trabalhar no âmbito desses projectos e que nos ajudam inclusive a desenvolver projectos internos para fazer face às dificuldades que vão sendo diagnosticadas por nós no dia-a-dia. Portanto, foi sempre uma gestão que se preocupa essencialmente em proporcionar uma escola mais agradável possível para os alunos estarem.

Entrevistadora: E estava a falar de candidaturas... essa é uma das questões que eu tenho prevista no guião de entrevista. Que tipo de candidaturas tem apresentado a escola?

E5: Nós temos feito ao PRODEP para os percursos diferenciados, que achamos de facto que sendo a única Escola Secundária do concelho não podemos dar o mesmo tipo de ensino a todos os alunos, porque nem todos eles têm os mesmos objectivos e as mesmas capacidades, a realidade é mesmo essa. E por isso lançámos os percursos diferenciados.

Também somos uma escola, que tem circunstâncias muito particulares devido ao meio que nos envolve. Nós recebemos alunos de todos os concelhos e o concelho de Sever é muito vasto. Há alunos para entrarem às 8h30m, têm que sair às 7h30m de casa, portanto uma hora de caminho (...). O que nós tentamos é que de facto em termos de organização de horários, algo que conseguimos com a Câmara é não manter os alunos sempre, durante todos os dias, na escola desde manhã até às 18h, que é a hora do transporte. Tentar encontrar tardes livres e combinar com a Câmara para que existam transportes de regresso a casa, para proporcionar aos alunos o

facto de estarem em casa, de poderem brincar, de jogarem os seus jogos, de fazer o seu estudo, porque antigamente os transportes de manhã e à noite, os alunos estavam o dia inteiro e era de facto como um emprego para eles e que se reflectia ao nível do insucesso.

Nós vemos que de facto ao proporcionar essas condições e que às vezes até vão um pouco contra as orientações do Ministério, porque isto por exemplo, obriga os alunos a terem mais 1h30m de aulas por dia do que aquilo que o Ministério definiu em termos de ocupação máxima diária, mas que lhes permite terem mais uma tarde para estarem em casa, no seu espaço, no seu quarto, porque acho que isso é importante para os alunos.

Relativamente aos projectos foi o dos percursos diferenciados, somos uma escola que não tem SPO e que deveria de ter como Escola Secundária que é. Enquanto foi possível fizemos candidaturas à medida que nos permitia através de um trabalho ligado à orientação escolar e profissional, montar de certa maneira uma serviço próximo do SPO, mas que já acabou.

Candidatamo-nos também ao programa "*Ciência Viva*" na área da geografia, onde se construiu o Laboratório de Geografia, de Física, de Matemática.

Temos o Centro de Formação a funcionar na nossa escola, com um professor do quadro da escola e o Centro de Novas Oportunidades na escola. Através do Centro de Formação e do Centro de Novas Oportunidades temos-nos ligado a projectos internacionais que estão relacionados com a formação de adultos, portanto daqueles que já estão no mundo activo e que não conseguiram concluir a sua escolaridade.

Trabalhamos com universidades do estrangeiro que nos têm levado a concluir que se calhar Portugal, até está a trilhar um bom caminho ao nível da educação e formação de adultos, comparativamente com esses países. Já os recebemos cá e de vez em quando somos nós que temos de ir lá. É um trabalho que é feito de conversa online, nós também intervimos nessa área.

Depois em conjunto com as associações locais, a ADRIMAG nomeadamente, também fazemos parte de um projecto para promover o empreendedorismo e que nós participamos inicialmente para sermos associados, mas as nossas condições em termos jurídicos não nos permitiram, em Lisboa nunca nos souberam dizer se de facto poderíamos ser associados ou não, mas no entanto continuamos a trabalhar em conjunto.

Entrevistadora: Está a falar do projecto CRER...

E5: Portanto, somos uma escola que está envolvida em vários projectos e isso trás uma grande satisfação e uma projecção muito grande ao nível da escola. Mas também há o reverso da medalha que é um trabalho acrescido que existe nos bastidores, (...) e o facto de isso trazer uma boa imagem da escola junto de outras instituições, acaba por nos dar uma força para trabalhar mais umas horinhas ao final do dia.

Entrevistadora: Então faz um balanço muito positivo destes 12 anos?!

E5: Sim. Não posso dizer que são tudo rosas também foram espinhos. (risos) Mas é claro que para termos rosas bonitas, temos que passar pelos espinhos.

Entrevistadora: Um das questões que me suscitou algumas dúvidas ao ler a Carta Educativa de Sever do Vouga, foi o facto de esta escola não pertencer ao Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga. Como vê esta integração ou não, no agrupamento?

E5: Eu falando sinceramente eu dou-me muito bem com a presidente do Agrupamento. Nós temos tentado dar alguns passos para que haja uma aproximação, porque não faz sentido que duas escolas aqui encostadas não conseguirem fazer essa articulação, mas de facto é uma tarefa que é um bocadinho... eu diria que isto é quase uma utopia. Se por partes dos órgãos de gestão há a tentativa de fazer essa aproximação, por parte dos recursos humanos que pertencem a cada uma das escolas já é difícil a conciliação.

Por exemplo, não faz sentido que as duas escolas tendo o 3º ciclo tenham manuais diferentes. Nós este ano fizemos um esforço, marcámos reuniões e a umas os professores lá de cima não compareceram, outras os professores compareceram e não abdicaram das suas escolhas.

Aqui na escola nós definimos a estratégia de que cada grupo seleccionar três manuais e depois dentro desses, de certeza absoluta, porque a escolha não é assim tão grande, existia alguma coincidência com os dos colegas. No entanto, houve uma posição que não foi muito pró-activa nesse sentido e foi uma tentativa frustrada que também nos deixou frustrados, o facto de não se conseguir aproximar as duas escolas.

A escola lá de cima acaba por ser penalizada pelas péssimas condições que tem e os alunos acabam por ver nesta escola um hotel de cinco estrelas em relação à escola de cima. Mas eu acho que as coisas não passam só pelos espaços, passam também pelas pessoas e se calhar o medo de perder os lugares, que no fundo nunca se perdem, porque as escolas quando se juntam os professores não saem do sítio ficam na mesma. De facto tem sido difícil fazer esse contacto, há sempre um certo mau estar no início do ano quando é preciso mandar alunos cá para baixo, mas é assim tentamos viver com isso e criar estratégias, mas é claro que isso me entristece.

Entrevistadora: Teriam a lucrar com uma maior articulação.

E5: Sim. Mesmo até ao nível dos trabalhos de grupo. Eu acho que é importante as escolas fazerem a avaliação dos seus resultados e por exemplo no ano passado aconteceu uma situação, que até deveria ter sido o inverso, que foi no final do primeiro período se ter verificado que a disciplina com mais insucesso no 7º ano era o inglês, com cerca de 47%, ora os alunos do 7º ano vêm lá de cima, não é? E a minha primeira preocupação foi falar com a presidente do conselho executivo e dizer-lhe que há este problema e que teria de dedicar alguma atenção a ele.

Nós perante aquela situação procurámos desenvolver um projecto que viesse a colmatar as dificuldades que os alunos tinham, porque se não forem colmatadas, vão-se acumulando de ano para ano. Lá em cima, não sei o que fizeram! Por exemplo, este ano deveriam ter

a preocupação de perguntar à escola, pelo menos como é que estão os resultados dos nossos alunos que foram para aí para baixo. Porque é através dessa aferição que se vai vendo se está a funcionar bem ou se está a funcionar mal.

A nossa taxa de retenção, a percentagem de insucesso dos alunos que são nossos, porque nós fazemos essa leitura, dá-nos alguns dados acerca do que foi feito no 3º Ciclo. No 12º ano a nossa grande preocupação é saber qual foi o percurso dos alunos em termos de entrada na universidade, se entraram nos cursos que escolheram e tudo mais, porque isso mostra se o trabalho que foi feito no 10º e no 11º ano foi bem desenvolvido e com sucesso, ou se houve ali alguns aspectos que têm que ser corrigidos no futuro, senão vamos ter os mesmos resultados e não são agradáveis. É claro que isto em termos de resultados não é assim tão linear, porque existem muitos factores a interferir, não é? E há sempre um factor que as pessoas não se lembram que são os alunos...

Entrevistadora: A motivação faz muito...

E5: A motivação e as próprias capacidades em termos intelectuais. Sou de filosofia e sei perfeitamente que nem todas as pessoas têm as mesmas capacidades intelectuais e já aconteceu anos em que temos grupos, alunos que mesmo não sendo muito trabalhadores têm capacidades intelectuais extraordinárias e que deram ótimos resultados, outros que nos deram muito trabalho durante esses três anos e os resultados apesar de todo esse trabalho e de todo esse esforço que os professores fizeram, lá está eram alunos que precisavam de uma maior atenção e esses resultados nem por isso apareceram de uma forma satisfatória.

Esse acontecimento esquece-se sempre. Eu normalmente quando olho para os rankings vejo sempre isso, fornadas boas e fornadas menos boas.

Os colégios privados têm sempre fornadas boas (...).

Entrevistadora: (...) Eu gostava de saber qual é a sua perspectiva sobre a educação no concelho e quais são os principais problemas que afectam a educação em Sever do Vouga?

E5: Eu acho que o principal problema é a configuração do próprio concelho, a enorme dispersão que existe leva a que estes alunos sejam autênticos heróis de saírem de casa às 7h30m e chegarem a casa às 19h30m. E por isso mesmo, e apesar de os senhores inspectores me chamarem à atenção de que eu infringi aquela orientação da senhora ministra, eu digo-lhe que não há problema que eu justifico. Porque eu prefiro que eles vão para casa duas tardes, do que estarem aqui duas tardes das 16h às 18h à espera do autocarro, e possam desfrutar da sua casa.

Entrevistadora: E até para terem tempo para se dedicarem a outras actividades.

E5: Exactamente. Eu acho que escola sim, mas não só escola. Eu acho que isso é um problema que tem haver com a sociedade, porque eles precisam de ter alguma disponibilidade para que se as famílias quiserem investir em alguma área, pois a escola não é obrigada a oferecer tudo, que tenham disponibilidade para o fazer. Portanto, se nós vamos colocar a escola a ocupar essa mancha toda, quer dizer, os miúdos só poderiam desenvolver essas actividades ao final do dia e eu acho que isso é extremamente duro.

O principal problema ao nível da educação que se reflecte, embora agora nem tanto, fruto da alteração de horários e que eu compreendia que os alunos estivessem fartos de estarem na escola, porque era o dia inteiro. Os pais estavam descansados...

Entrevistadora: (risos) Essa também é a questão.

E5: Eu pelo menos quando estudava gostava de estar no meu quarto a estudar e a desenvolver as minhas actividades, por isso os miúdos também precisam de ter tempo para fazer isso. Apesar de viverem num concelho em que se saírem às 16h não têm um autocarro daqui a 20m, porque têm um autocarro à hora fixa todos os dias e só um. E portanto dentro desses condicionamentos, tentar-lhes proporcionar as melhores condições possíveis para eles serem jovens em termos globais iguais aos outros.

Outro problema que nós constatamos são as diferentes perspectivas que os alunos têm acerca da escola. Aquilo que se fala em termos globais nos meios de comunicação, da falta de motivação, da falta de interesse, da falta de empenho dos alunos, também se reflecte nesta escola. Não está só na mão dos professores conseguir dar a volta a essa situação...

Entrevistadora: Também é da família.

E5: Essencialmente na família. Aí nós verificamos que ainda existem miúdos em que o suporte familiar é praticamente inexistente. Há miúdos com muita sorte com pais preocupados, que os acompanham diariamente nos estudos, que preparam com eles os estudos. Mas nós temos conhecimento de alunos, em que eles próprios manifestam que quer façam muito, quer façam pouco isso nem aquece, nem arrefece o pai e a mãe. E portanto esta falta de preocupação aflige-me, devido ao facto de serem pessoas ainda novas, se fossem pessoas de idade... Eu quando vim para aqui em 1990, sou professora de filosofia e só tenho o secundário e era directora de turma, existiram mães que diziam *"Eu não posso porque ele sabe mais do que eu!"* Agora as coisas já não são assim, já são famílias jovens e que portanto teriam uma maior obrigação de fazer esse acompanhamento e o que nós constatamos é que são poucos os que o fazem.

Claro que nós na escola tentamos fazer isso, até para bem desses miúdos, porque já nos chegaram aqui miúdos catalogados como Necessidades Educativas Especiais, que vinham carregados de negativas, mas com o apoio sistemático, aquele apoio que o pai e a mãe deviam fazer em casa de os ajudar a preparar os testes, de no dia anterior lhe fazer perguntas para ver se estudou ou não, conseguiram chegar ao final do ano sem nenhuma negativa. E que por isso foram retiradas as medidas de educação especial, porque no fundo eles tinham necessidade de apoio e de suporte familiar para o seu estudo.

Não têm um pai e uma mãe que possam fazer isso e tentamos encontrar na escola professores que possam de facto colmatar. Não é pacífico porque há professores que acham que esse não é o nosso papel, mas eu também entendo que nós somos por um lado professores e por outro somos representantes da sociedade, portanto se estamos aqui e temos condições para o fazer, devemos fazê-lo. E se os miúdos de facto conseguem alcançar esses resultados a motivação é ainda maior.

Entrevistadora: Outra das questões que eu gostava de colocar relativamente aos problemas que afectam a educação no concelho é a desqualificação profissional, principalmente das camadas jovens que vão ingressar no mercado de trabalho. De que forma é que a escola tenta fazer face a este problema?

E5: Por isso é que enveredamos pelos cursos de Educação e Formação e uma escola que foi concebida para cursos de papel e caneta, que não tem uma única oficina de trabalho. Nós conseguimos através do protocolo com empresas locais colocar esses cursos, porque é um concelho onde a indústria metalomecânica é o seu forte, as grandes empresas que estão aqui sedeadas têm projecção a nível internacional, são empresas metalomecânicas e que precisam de mão-de-obra qualificada. Logicamente foi o que nos incentivou a apostar nesses cursos, mesmo com a limitação das oficinas... eu acho que quando há boa vontade tudo se ultrapassa e aí tivemos o apoio do tecido empresarial que nos cedeu instalações, que nos emprestaram equipamentos, no fundo houve uma solidariedade maior por parte das empresas, claro que em proveito deles, mas é claro que também pode ser em proveito de outros, porque não é forçoso que os alunos fiquem aqui em Sever, não é? Do que propriamente entre as escolas, porque nós no início chegámos a estabelecer contactos com escolas que tinham oficinas de mecânica, totalmente instaladas e equipadas e não tinham alunos, mas nem por isso os equipamentos puderam circular de escola para escola. De facto funcionou muito bem e foi uma mais valia para os nossos alunos, porque notámos nas provas de avaliação final, em que eles foram sujeitos a um júri estranho à escola, o sindicato, o IIEFP, que normalmente são os certificadores dessas profissões e que nos deram os parabéns por nós termos alunos com uma boa formação. E isso pensando que não agrada-nos muito.

Para eles é bom porque aprendem desde cedo a conviver com as empresas, com o mercado de trabalho, esses cursos que funcionam nessas oficinas, eles têm um cartão como um empregado e as empresas fazem mesmo questão de os tratar como funcionários. Claro que o formador que está lá é nosso, e aí também procuramos dentro das possibilidades, porque há uma falta muito grande de formadores na área da metalomecânica e é difícil de encontrar a pagar os valores que o PRODEP estipula, ninguém quer, a ganhar 20€ à hora (...). Este ano enveredámos pelo curso de soldadura e continuámos com o nosso formador porque ele tinha as duas vertentes de serralharia civil e tinha uma formação especializada em soldadura, porque nós andámos aí a rondar formadores de soldadura e no mínimo 50€ à hora (...). Este ano, temos um grupo de alunos muito interessado, muito motivado e que está a fazer as delícias do formador e dos professores desta escola. Estamos a ver que os resultados vão ser muito bons e portanto essa aposta tem sido positiva. Tentamos rodar os cursos porque temos a noção de que o mercado de trabalho não pode absorver sempre a mesma coisa.

Entrevistadora: E que outros cursos é que promovem?

E5: Nós já tivemos o curso de empregado de mesa, uma vez que uma das grandes apostas da Câmara Municipal seria a o Turismo. No entanto aquilo que constatámos é que apesar de ser essa a grande aposta, não temos ainda as infra-estruturas turísticas e as coisas ainda estão muito pobres. Por exemplo nós para proporcionarmos bons estágios, aqueles que eram bons alunos tivemos que ir para Aveiro para os hotéis, porque de facto só aí é que eles poderiam desenvolver aquilo que eles aprenderam aqui. Aí também tivemos bons resultados, porque tivemos alunos que foram convidados para ficar a trabalhar nos hotéis; outros que prosseguiram para a Escola de Hotelaria, para poderem continuar a sua formação até ao 12º ano. Alguns eram tão bons que até foi o próprio INFTUR que lhes ofereceu a bolsa para eles irem estudar para a Escola de Hotelaria de Trás-os-Montes em regime de internato. São famílias desfavorecidas e que não tinham outra forma de lhes proporcionar essa formação. E também fiquei contente porque os miúdos viram que aquilo era uma oportunidade única e que a agarraram bem firme, mas também temos situações em que a família em vez de os apoiar e libertar para os deixar aproveitar essas oportunidades funcionaram como um obstáculo, de os impedir de ir mais além.

No fundo queriam que eles aprendessem mais alguma coisa para depois os colocarem aí num restaurante ou numa tasquinha qualquer a trabalhar, para vir um ordenando para casa. Às vezes também tivemos de trabalhar com as famílias no sentido de os deixar fazer essa formação até ao fim, porque aquilo de andar ali aquele tempo todo e depois chegar ali e '*morrer na praia*' era mau para nós porque em termos estatísticos, eram alunos que não tinham tido insucesso, não porque nós não nos tivéssemos empenhado, mas porque as famílias os impediam. Portanto tivemos de fazer trabalho com algumas famílias no sentido de tentar dar a volta, para ver se eles de facto conseguiam fazer o estágio e depois a avaliação final para terem no fim a sua carteira profissional.

Há uma coisa que nós dizemos sempre a estes miúdos, "*vocês agora têm 16, 17 anos e o mundo não é só Sever do Vouga e vocês não sabem se daqui a cinco anos a vida não vos vai levar para outro sítio e o facto de terem aquela carteira profissional como empregado de mesa, seja uma oportunidade para vocês nesse sítio que estejam, de ter uma profissão ou um ordenado melhor*". Por exemplo, ainda há muita imigração aqui e muitos vão para a Suíça trabalhar exactamente no ramo da hotelaria, mas que eram os empregados de limpeza, quem faziam as camas,... Ora um aluno destes que um dia vá emigrar com uma carteira profissional destas, que no fundo é reconhecida em toda a Europa, logicamente que vai ter uma situação de emprego muito melhor, do que se fosse sem essa carteira profissional. Nós tentamos trabalhar com eles isto.

Na parte do Centro de Novas Oportunidades estamos a trabalhar, não apenas no concelho, trabalhamos com concelhos limítrofes e também desenvolvemos a estratégia de trabalhar com empresas, porque de facto as empresas cada vez mais têm a necessidade de fazer a qualificação dos seus funcionários e nós desenvolvemos o regime de itinerância.

Os nossos profissionais de RVCC, são profissionais itinerantes como eu costumo dizer, por isso é que nós não trabalhamos com os recursos humanos da escola, preferimos contratar, porque os recursos humanos da escola logicamente que preferem estar aqui, não estão para estar hoje em Estarreja, amanhã vou para Albergaria, depois de amanhã vou para ali,... Nós reconhecemos isso e também não há um quadro excessivo, nenhum professor tem horário zero e portanto para os jovens que estão a trabalhar como profissionais de RVCC é uma mais valia, porque também lhes conta como tempo de serviço e poderão dar um salto maior. E depois têm a facilidade de

encarar essa mobilidade como parte da vida e têm um coordenador de equipa que é o Director do Centro de Formação, onde eu deleguei também a direcção do Centro de Novas Oportunidades (...) que construiu uma equipa bastante coesa, que definem metas e trabalham por objectivos e eu acho que isso é a melhor forma de trabalhar. Era bom que na escola também pudessemos trabalhar assim, seria óptimo, as pessoas não se preocupam com as metas, nem com os objectivos.

É com satisfação que nós somos o Centro de Novas Oportunidades que está em segundo lugar ao nível nacional em termos da certificação das pessoas. Somos exigentes nessa certificação, porque achamos que o processo tem de ser levado com cuidado. Temos tido conhecimento de algumas entidades particulares que não se inserem nas escolas, em que o processo é muito mais breve, e nós duvidamos de facto do produto final da certificação.

Achamos que aqui o trabalho que eles fazem quer com os formadores, quer com os profissionais de RVC que vai deixar uma semente. O facto disso é nós no ensino recorrente termos tido alunos que fizeram a certificação no 9º ano, e se matricularam no 10ºano, à noite, num curso tecnológico. Temos já alunos no 12º ano, que em princípio vão já concluir este ano, se tudo correr bem e que vêm exactamente dessa primeira fornada de pessoas que foram certificadas pelo Centro de RVCC e que agora é Centro de Novas Oportunidades.

Também foi um prazer enorme para nós termos sido seleccionados para implementar o Centro de reconhecimento ao nível do secundário, que também já está a funcionar e portanto ao nível dessa área acho que não nos escapa nada... (risos).

Entrevistadora: Eu agora gostava de lhe fazer uma pergunta relativamente ao envolvimento da autarquia na organização escolar do município. Acha que tem um papel positivo? Existem aspectos que é necessário reformular?

E5: Nós somos uma Escola Secundária e isto não é um mega agrupamento, embora um dia agente sabe que de facto é isso que vai acontecer, a escola secundária funciona com muita autonomia nesse aspecto. Não está dependente da Câmara Municipal, não recebe subsídios da Câmara Municipal, temos apenas alguns apoios para algumas iniciativas e a Câmara sempre se disponibiliza, como por exemplo disponibilizar espaços dos Centro das Artes para quando organizamos palestras, para quando convidamos grupos de teatro, nesse aspecto há essa colaboração.

No entanto, articulamos com a Câmara e desenvolvemos actividades em conjunto, mas no fundo a Câmara é um parceiro. Não podemos dizer que é um suporte para a escola,...

Entrevistadora: Eu tinha a ideia de que era um suporte para a escola!

E5: Não. Eu diria que é um parceiro de trabalho.

Entrevistadora: Há algum tipo de oferta educativa que a Câmara promova aos jovens que frequentam esta escola? Por exemplo, ao nível da ocupação dos tempos livres, nos períodos de férias e interrupções lectivas?

E5: Não. Eles organizam os seus programas de ocupação dos tempos livres que no fundo abrange toda a população de Sever do Vouga, desde que se inscrevam. Agora directamente vocacionada para os alunos da Escola Secundária de Sever, não. Houve em tempos umas actividades que tinham a ver com uma Feira que entretanto deixou se realizar...

Entrevistadora: Artes e Factos

E5: Artes e Factos, em que eram dinamizados workshops de literatura, de pintura e como temos o grupo de artes, aí entravam mais os alunos da Escola Secundária para dinamização desses workshops.

Em termos de ocupação dos tempos livres, não há um trabalho ligado... quer dizer só se for para os alunos do 3º ciclo, porque os nossos alunos quando têm interrupção das actividades lectivas ou é para descansar mesmo, ou é para se prepararem para os exames nacionais, que não deixam tempo para nada, não é?

Entrevistadora: (risos)

E5: Portanto, aí eles não têm tempo. Isto orienta também o próprio funcionamento da escola e a forma como é dinamizado.

Entrevistadora: Acha que é necessário que a Câmara proporcionasse actividades de tempos livres para os jovens, não na altura dos exames, mas em outras épocas do ano, para que eles pudessem ter acesso a outro tipo de actividades, que desenvolvessem a criatividade...

E5: Nós na escola, já tentamos através da nossa oferta própria trabalhar a criatividade, nomeadamente através das oficinas de teatro que é um projecto que nós estamos a levar muito a sério e que estamos a tentar que o Grupo de Teatro da Universidade de Aveiro articule connosco, para ver se conseguimos fazer um trabalho em conjunto.

Agora, eu não sei se essas actividades seriam para desenvolver as capacidades e competências nos jovens, se seriam para servir os pais, para terem os filhos ocupados nessas alturas...

Entrevistadora: (risos) Tem razão.

E5: Eu por mim falo, tenho duas filhas e uma já estuda aqui, outra está no 4ºano e normalmente eu nunca as inscrevo nessas actividades, porque acho que esse tempo é para desenvolver actividades em casa também. Também têm recursos para o fazer.

Essas actividades para mim é sempre um pau de dois bicos, eu nunca sei se são de facto dirigidas aos jovens, se são dirigidas às famílias.

Eu sei que agora se chega ao cúmulo de em Julho os pais estão de férias, vão para praia e deixam o filho na creche e vêm buscá-lo ao final do dia com os pés cheios de areia... Acho que antigamente não existia essa oferta que há hoje e se calhar por isso é que os miúdos tinham outro tipo de valores face às pessoas com mais idade, porque passavam muito tempo com os avós, conviviam com os familiares. Actualmente vemos que esses valores não estão presentes nos jovens de hoje, nomeadamente com as pessoas de mais idade, que não vêem naquela pessoa, uma pessoa que merece ser respeitada (...) e acho que está relacionado com isso.

Entrevistadora: Também partilho dessa opinião. A escola pertence ao Conselho Municipal de Educação?

E5: Sim.

Entrevistadora: Quais são as vantagens e desvantagens do Conselho Municipal de Educação, em termos de uma política educativa ao nível local?

E5: Como eu já lhe disse não conheço a Carta Educativa, faço questão de não a ter porque deveria ser a Câmara Municipal, assim como a enviou para a EB 2 e 3, também a deveria ter enviado para a Escola Secundária. No entanto, nós temos um elemento, porque como somos Escola Secundária temos direito a ter um elemento e é uma pessoa do concelho, com uma larga experiência ao nível da educação, que já esteve à frente do órgão de gestão desta escola e que de facto conhece muito bem o concelho e que foi uma das impulsionadoras que fosse o próprio Conselho Municipal de Educação a dar o primeiro passo e a fazer esse levantamento de tudo o que dizia respeito ao Parque Escolar e em termos de políticas educativas a seguir.

As coisas que eu sei é por aquilo que ela me conta e pelas conversas que nós temos.

Relativamente à política educativa da Câmara eu não a conheço,... (risos) Não sei quais são os objectivos deles,... Por exemplo, o órgão que é a assembleia de escola, há um lugar para o representante da autarquia, que é o vereador da educação... eu acho que ele já não vem a uma reunião desde Janeiro e isso demonstra que não está a existir uma ligação muito forte entre a autarquia e pelo menos a Escola Secundária. Não sei se na escola de cima vai à reunião da assembleia ou não.

Eles devem ter uma política educativa, simplesmente acho que ela não é transparente e não é falada, nem discutida com os órgãos de gestão das escolas do concelho. Acho que de certa maneira deviam ser pessoas privilegiadas para manifestarem o que se passa na escola, porque trabalham com a realidade no seu dia-a-dia. Mas, não podemos interferir no trabalho dos outros...

Entrevistadora: Exactamente. Agora eu gostava de ouvir a sua opinião pessoal e não enquanto presidente desta escola, relativamente às perspectivas futuras da educação. A educação tende cada vez mais a ser descentralizada, delegada no município para a gestão da política educativa nacional ao nível local. O que acha que vai acontecer no futuro? Vai continuar essa descentralização ou vai existir um retorno e as escolas vão assumir novamente o protagonismo na educação do concelho? (...)

E5: Eu já tenho nestes anos todos, visto municípios que de facto a educação é uma prioridade e que investem muito nas escolas. Isso não está relacionado com cores políticas porque eu já vi isso em diversas cores políticas, mas acho que está relacionado com a sensibilidade das pessoas. Se de facto à frente da autarquia estiver uma pessoa sensível para essa situação, ou se dentro da equipa da autarquia existir pessoas com sensibilidade para essas áreas e que invistam. É o que acontece em Ílhavo, temos um autarca que tem uma preocupação muito grande com a educação e que coloca as escolas todas em rede, ligadas à Câmara, aí há de facto uma preocupação. E aí acho que as coisas até podem resultar positivamente, mas com algumas reservas. Agora, quando à frente da autarquia temos uma pessoa em que não existe essa sensibilidade, eu acho que se corre um perigo muito grande de se não existir por parte dos órgãos de direcção das escolas uma capacidade de iniciativa e batalhadora para alcançar objectivos, eu acho que não será uma situação facilitadora, será de certa maneira um obstáculo muito difícil de transpor.

Uma das coisas que se tem falado ultimamente é ao nível do pessoal não docente e digo pela minha experiência que de facto o pessoal não docente, a parte dos recursos humanos é a parte mais sensível destas organizações e de qualquer organização. Portanto, eu não sei até que ponto a Câmara Municipal, poderá ter uma proximidade suficiente para que consiga uma boa relação e gerir bem os recursos humanos.

E pensando que não é um pilar fundamental das escolas, o pessoal não docente. Normalmente, nunca é muito falado, mas de facto eles têm um papel muito importante... Aqui a nossa grande batalha é dizer que eles são auxiliares de acção educativa, não são empregados da limpeza, porque a tradição mostra-nos o funcionário, o pessoal não docente como aquele que anda a limpar a escola, mas não é essa a função dele, não é?

Eles no fundo substituem o professor no intervalo, são também agentes educativos na medida em que estão ali a trabalhar directamente com os miúdos e também lhes têm que reconhecer regras de comportamento, regras de civismo e tudo mais. Não é tanto o limpar que lhes vai ensinar, é o *"Olha votaste o papel para o chão e agora vais apanhar e pôr ali!"* Nós como somos uma escola preocupada com as questões do ambiente, tentamos fazer a separação do lixo, a função dos funcionários é exactamente essa de lhes inculcar sempre essa importância de separar a embalagem do vidro e tudo mais. Portanto, não é o andar a varrer que os define, mas a tradição faz-nos ver como empregados da limpeza e agora eles têm outra função bem diferente.

Entrevistadora: E precisam de outro tipo de formação, do que aquela que lhes era exigida no passado. (...)

E5: Nós aqui temos uma professora que teve a preocupação de proporcionar uma formação aos auxiliares de acção educativa, no sentido de lhes preparar para essa função educativa no espaço em que eles não estão com o professor.

Também tivemos uma preocupação grande que tem a ver com a formação... nós quando recebemos a escola tínhamos um leque de pessoal já com bastante idade, que não tinham nenhuma formação específica para as funções que estavam a desempenhar, portanto a sua dependência daqueles que eram os seus chefes directos era uma dependência extrema.

Eu lembro-me que quando vim para aqui ainda se fazia ofícios e ainda por cima tinha que os ler para corrigir os erros e só à terceira é que às vezes eles vinham bem. Aquilo que se procurou foi pessoas com qualificação e com perfil adequado à função. Portanto, se é para Assistente Administrativo, há determinados elementos e capacidades que ele tem que ter para desempenhar aquela função e pensando que não, isto ajuda uma escola a evoluir muito.

O funcionário que está na biblioteca faz formação frequentemente sobre biblioteca e portanto nós proporcionamos aos nossos funcionários, sejam os administrativos que vão fazendo várias formações em contabilidade, na área de alunos, porque é importante eles

irem mantendo sempre essas competências em constante desenvolvimento. Antigamente não se via isso, as pessoas vinham faziam aquele trabalhinho tipo guarda-livros o que não sabiam iam perguntar ao director e depois o director é que tinha que fazer.

Acho que agora mesmo com os auxiliares de acção educativa, muitos deles foram meus alunos do 12º ano são pessoas que têm autonomia e responsabilidade nas funções que desempenham, sabem-se impor. Os problemas que nós temos são com aquelas pessoas mais antigas que não souberam fazer a transição e não acompanharam o exemplo daqueles mais novos que se souberam impor e que os miúdos ainda tratam às vezes com alguma malvadez, como eu digo às vezes. (...)

Entrevistadora: Cada vez mais na nossa sociedade temos ouvido falar das questões da participação, no envolvimento dos actores locais, por exemplo nas decisões que afectam o município, dentro das escolas também é reclamada essa participação... eu gostava que me dissesse como é que vê a participação ao nível da escola que preside? Qual a sua opinião sobre essa participação?

E5: Nós de facto temos uma equipa de pessoas, e quando falo de pessoas, falo do pessoal docente e não docente que de facto estão motivadas e trabalham muito em prol dos alunos e da sua aprendizagem. Não vamos considerar que todos participam (...). Ainda não se deu aquela mudança total, mas penso que um dia chegaremos lá, ainda está muito fresca aquela alteração que o Ministério fez aos professores. Quando se é mais velho, mais difícil é de se adaptar a essas novas obrigações e por isso a resistência é maior e isto é tudo uma questão de mentalidades e as mentalidades é aquilo que custa mais mudar na sociedade, portanto não vamos dizer que todos participam, não é verdade.

Há de facto aqueles que participam sempre e aqueles que ficam muito calados (...). Até temos discussões quando fazemos as reuniões, porque eu não sei até que ponto será profícuo obrigar as pessoas compulsivamente a participarem, porque eu ponho em causa até que ponto essa participação vai ser uma participação válida, acho que se deve procurar antes aquele envolvimento em projectos e isso já tem acontecido em alguns casos e as pessoas depois ganharam dinâmica e começaram a participar. Mas há de facto pessoas que estão na escola e que têm outros interesses simultâneos e essa divisão não lhes permite agarrarem-se a 100% e investirem a 100% na escola.

São pessoas e como pessoas que são, têm que ser elas a tomar essa decisão e a fazerem essa opção, não as pudemos encostar contra a parede porque isso pode resultar negativamente para a própria instituição. Agora temos é que fazer um trabalho sistemático de envolvimento progressivo, para que as pessoas vejam que vale a pena e que se dediquem mais do que o que se dedicavam e se todos anos se dedicarem um bocadinho mais que o anterior já é muito bom. (risos)

Entrevistadora: E em termos da comunidade, dos pais e dos próprios jovens a participaram na definição de uma "Educação com e para todos"?

E5: No nosso projecto educativo, não foi construído só por um grupo de professores, foi construído por professores, pessoal não docente, representantes dos pais e representantes dos alunos. O que foi uma coisa muito interessante de ver, porque a parte que chega ao confronto daquilo que eles não devem fazer, eles até são mais rigorosos do que nós. Portanto, a consciência está lá, não a admitem é no dia-a-dia, ou então como andam levados no tempo nem sequer tomam consciência disso. Mas foi um trabalho articulado que foi muito positivo.

Aquilo que eu noto actualmente nos jovens e não sei se os meios de comunicação, nomeadamente a televisão não têm um efeito negativo nesse aspecto, hoje em dia quando vemos aqueles alunos com mais capacidades, com mais carisma, com mais responsabilidade, com objectivos e ideais bem definidos, que viámos à frente da associação de estudantes, quer dos grupos de trabalho, até como delegado de turma, aquilo que acontece agora é que são piores exemplos é que estão sempre à frente...

Entrevistadora: Os eleitos! (Risos)

E5: Com os quais é extremamente difícil de trabalhar, porque eles são de facto totalmente inconscientes. Não é possível fazer um trabalho profícuo e dialogando com pessoas que estão ali numa situação que eles não sabem muito bem qual é. Aconteceu-nos isso no ano passado com a associação de estudantes, que acabou por não funcionar.

Eu acho que actualmente a associação de estudantes serve apenas para organizar a viagem de finalistas e mais nada. Mas de facto, eu noto é que aqueles miúdos que têm um bom fundo e uma boa cabeça e que poderiam movimentar as coisas de uma forma positiva, não são aqueles que avançam, quem avança são aqueles que têm comportamentos que nós consideramos que não são os mais adequados.

Entrevistadora: Isso acontece porque eles são os mais populares entre o grupo...

E5: Exactamente. Aqui está a questão dos valores. Ainda me lembro que no meu tempo para a Associação de Estudantes eram escolhidos os melhores alunos, onde várias listas apresentavam as suas propostas. Nós aqui quando dizemos que eles têm que apresentar um programa de acção, assim como o executivo quando se candidata tem que apresentar um programa de acção, para apresentar os objectivos que nos propomos a alcançar, quais as estratégias de acção que vamos utilizar,... eles não sabem o que é isso, eles acham que o programa é organizar o baile de finalistas e fazer a viagem de finalistas.

Eu acho e o meu colega que está ligado aos projectos e que trabalha directamente com os alunos diz "*E vão ser estes os homens de amanhã. Que políticos é que nós vamos ter? Nós já temos uns tão maus, os próximos se for assim, vão ser piores*" (risos). Porque de facto as boas cabeças ficam na retaguarda a trabalhar para elas e a investir no seu futuro e aqueles que não fazem nada e que não têm um projecto de vida definido, são aqueles que avançam dessas organizações que eu acho que são importantes numa escola, como forças de agregação dos jovens...

Entrevistadora: Até para defenderem os seus interesses.

E5: Exactamente. Os interesses deles não, porque são jogos de futebol e essas coisas.

Entrevistadora: (risos) É complicado. Eu não sei se tem conhecimento que o Município de Sever do Vouga aderiu ao Movimento das Cidades Educadoras?

E5: Não. (...)

Entrevistadora: As pessoas que eu entrevistei até hoje, ninguém sabe desta adesão. (...) Eu tenho aqui um texto que fala da necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, de nos termos que munir de um conjunto de competências de forma a enfrentar os desafios da sociedade, fala da existência desse novo paradigma e da questão da Cidade Educadora. Eu vou ler este texto para me dar a sua opinião.

"A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano".

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos." E eu acrescento e com todos.

E5: Eu estava-me a lembrar agora da "Escola de Avós", que é um projecto que um professor aqui da escola está a desenvolver com os alunos, que é precisamente ao nível de cada freguesia, um conjunto de estudantes, também para sensibilizar os alunos para a questão do voluntariado, procurarem cativar aqueles idosos que não sabem ler nem escrever e ensiná-los a ler e a escrever, utilizando os seus tempos livres, que se chama "Escola de Avós", é um projecto do grupo de Religião Moral e Católica.

Entrevistadora: Mas aqui da escola.

E5: Sim.

Entrevistadora: Interessante. Eu tenho uma paixão por isso, porque as minhas experiências de estágio foram ligadas às Universidades da Terceira Idade e a trabalhos de valorização pela arte com idosos.

E5: Nós como temos o curso tecnológico de Acção Social, em termos de voluntariado e de trabalho de grupos com diferentes idades, nomeadamente com o Lar de Idosos, deficientes, apoio domiciliário, nós fazemos esse trabalho com muita frequência. Agora é um projecto que se está a alargar é de facto um projecto mais amplo que abrange todas as freguesias do concelho e não se pode só contar com os alunos do curso tecnológico de acção social, também se tem que utilizar os outros alunos para se concretizar o projecto. Eu acho que este projecto é extremamente carinhoso e atencioso para com as pessoas de idade.

Entrevistadora: *Exactamente. "Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos (...)"* Isto pode ter uma conotação com o trabalho desenvolvido por algumas IPSS, mas não é isso, digamos que são plataformas educativas, são os vários espaços educativos dentro de um determinado território. *" (...).geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.*

Porém, essa Cidade Educadora e esses centro cívico-educativos exigem do governo municipal [ou a escola, não sei quem deverá liderar este processo] uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade". Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado". O que acha desta ideia dos centros cívico-educativos? O que vê de interessante?

E5: Eu faço uma pergunta, estes centros cívico-educativos seriam dispersos pelas várias freguesias?

Entrevistadora: *Exactamente. A minha ideia seria que este processo deveria partir da escola, enquanto espaço de educação formal e depois existir um conjunto de espaços, instituições, pólos desportivos, Praia fluvial (espaços de lazer),...*

E5: Juntas de Freguesia.

Entrevistadora: **Vários espaços por onde as pessoas pudessem passar para se desenvolver e desenvolver a sua comunidade.**

E5: Aliás agora a Câmara vai ter vários espaços porque com as escolas desactivadas, as escolas são propriedade da Câmara Municipal, podem de facto promover esses espaços.

Entrevistadora: **Esses espaços estão a ser cedidos a instituições que não têm sedes, para instalação de unidades de transformação de produtos,... é esta ideia que tenho pelo que li no Boletim Municipal.**

E5: Não faço ideia.

Entrevistadora: **Quem é que deveria liderar este processo?**

E5: Eu acho que deveria ser uma sinergia de esforços, porque se for só dependência da escola, os recursos humanos, actualmente existentes na escola, como o Ministério os pretende reduzir ao mínimo indispensável, seria de facto o sobrecarga muito grande, deixar só neles esse trabalho.

Aliás, nós estamos com outro problema, ligado aos cursos de Educação e Formação de Adultos essencialmente para o secundário, o básico não tem haver connosco, fizemos uma divisão, não queremos de facto de interferir e ambas as escolas têm direito de ter a sua oferta formativa.

No secundário eu sei que é um bocado penoso afastar as pessoas dos seus locais, onde vivem para virem à escola, mas também é extremamente complicado levar atrás os recursos necessários para desenvolver actividades que de facto promovam algo nas pessoas. Nós, por exemplo nos EFA estamos a equacionar, porque há pessoas em termos de reconhecimento para um nível secundário estão de facto muito aquém e um EFA será uma solução mais adequada. E estamos a tentar organizar as pessoas por grupos e por interesses e tentar criar cursos que vão de encontro aos seus interesses. Só que temos o problema dos equipamentos que são fundamentais, por exemplo nós temos muitas pessoas do sexo feminino com uma diversidade abrangente, muitas delas nem sequer estão empregadas e como temos uma oficina de empregados de mesa montada, equacionámos de facto um curso EFA direccionado para as questões da confecção e empregado de mesa, porque é algo que as pode interessar e seria complicado andar com todo o equipamento atrás.

E acho que também é bom as pessoas que saíram da escola regressarem à escola de uma outra forma, para fazer uma aprendizagem diferente. Também acho que a escola se deve prolongar por vários pontos do concelho e daí aquela situação das "Escolas de Avós", mas deveríamos tentar que sejam os professores a dinamizar os alunos para esse trabalho de ligação da escola, porque eles é que são os elementos representantes da escola. Aliás, eles têm uma facilidade muito maior de se ligarem ao meio, porque a maior parte dos professores nem sequer é de cá.

O aluno é elo privilegiado para fazer a ligação ao meio, é o elo privilegiado para convencer essas pessoas a continuarem ou a começarem essa aprendizagem e portanto, para termos daqui uns anos uma juventude com um bocadinho mais de sumo, temos que os encaminhar para esse trabalho de carácter cívico, de voluntariado, até para eles constatarem que eles têm oportunidades que aquelas pessoas não tiveram, de certeza que aquelas pessoas lhes têm histórias para contar e que lhes vão de facto contar muitas coisas que eles não conhecem.

Entrevistadora: **Uma das coisas que eu vejo nestes centros cívico-educativos é a tal potencialização dos espaços e dos recursos que cada uma das instituições pode disponibilizar...**

E5: Nós aqui, normalmente trabalhamos ao nível das Juntas de Freguesia, porque normalmente são os espaços onde as pessoas estão mais ou menos presentes.

Entrevistadora: **E que todos conhecem. E era a ideia da transgeracionalidade, ou seja, aquilo que passa de geração em geração. Estas são as duas grandes ideias de força que eu tenho, agora quem é que deve liderar este processo? Serão as escolas? Será a sociedade civil? Será a autarquia? Não sei, esta é uma das questões que eu coloco.**

E5: Pois a questão da liderança, tem que ser uma liderança partilhada, porque isto é assim cada um está digamos que por exemplo na escola, não será a Câmara que saberá gerir os recursos da escola, nem tem maneira de fazer esse trabalho. Em termos de espaços é lógico que é a Câmara que é a instituição que mais facilidade tem em dizer quais são os espaços e as disponibilidades para desenvolver esse trabalho. O que eu acho é que tem que ser uma liderança partilhada, porque se partir só de um vai desembocar em determinados obstáculos que se não tiver boa vontade do outro parceiro a coisa fica por ali e não anda mais, não é? Portanto, acho que o melhor é partirmos para essa liderança partilhada.

Entrevistadora: **Ok. Não ocupo mais o seu tempo. Agradeço imenso a sua colaboração.**

Entrevista Técnica do Gabinete de Acção Social, Cultura, Desporto, Juventude da Câmara Municipal de Sever do Vouga

5 de Novembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para auscultar a sua opinião sobre a educação no concelho e a operacionalização do conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação. A cada entrevistado vai ser atribuído um código (Ent.6) ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Câmara Municipal de Sever do Vouga.

O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informações que considerer necessárias. Posteriormente, será feito o protocolo, através da assinatura de uma declaração com as condições de utilização dos dados da entrevista e a rubrica de todas as suas páginas]. Eu gostava de saber há quantos anos desempenha funções na Câmara Municipal de Sever do Vouga?

E6: Vou fazer para Março de 2008, 18 anos.

Entrevistadora: 18 anos. De certeza que vai conseguir dar a panóplia da evolução da educação no concelho, tendo em conta a sua experiência profissional nesta autarquia. Como caracteriza a evolução da educação no concelho?

E6: Quando fui admitida para a Câmara como Licenciada em Serviço Social, comecei por tentar arrumar um Bairro com vocação social, onde em paralelo com a admissão das pessoas, se realizou um estudo de diagnóstico daquelas famílias, identificando várias problemáticas, que conduziram a uma proposta de Plano de Acção mais abrangente, para o concelho de Sever do Vouga.

Aconteceram entretanto, outras situações de reestruturação do executivo. Por força de circunstâncias, ficámos sem o vereador que tinha o pelouro da educação e essa função passou também para mim.

A partir daí, fiquei com as matérias que eram competência das autarquias em termos de educação, nomeadamente a organização dos transportes escolares e os incentivos para o primeiro ciclo de alunos de famílias carenciadas.

No que concerne à recuperação e intervenção física nas escolas, também uma competência da Câmara, embora não pertencesse directamente ao Gabinete de Acção Social, participei através do diagnóstico e identificação dos problemas e em articulação com os professores, no que se refere às necessidades na parte física do imóvel e de material móvel e didáctico.

De qualquer maneira, era necessário fazer outro tipo de trabalho, de articulação porque os problemas que sentíamos nas famílias reflectiam-se no ambiente escolar.

Quando vim para a Câmara trazia uma experiência de três anos de uma IPSS do concelho, na qual dinamizei um ATL, onde tive a oportunidade de verificar que deveria existir uma ponte entre as escolas e as IPSS. Nesse sentido, sugeri que as instituições promovessem actividades de tempos livres, paralelas ao sistema formal de ensino, lúdicas e que estimulassem os alunos para os conteúdos programáticos que eram mais herméticos e menos motivadores.

Comecei por tentar sensibilizar a Delegação Escolar sobre a importância de associarmos a componente lúdica à componente formativa e educativa, para que os alunos com menos entusiasmo e com algumas dificuldades de aprendizagem, associassem uma actividade, que era lúdica e realizada fora do contexto escolar a uma actividade escolar, na qual adquirissem as competências que lhe eram exigidas pelo ensino formal. Este trabalho foi desenvolvido de forma paulatina, porque as instituições na altura não eram assim tantas (existia a Santa Casa da Misericórdia na vila e a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, na freguesia de Rocas do Vouga).

Esta interactividade de brincarmos e aprendermos ao mesmo tempo, fez com que a transpusesse para a realidade autárquica e estimulasse não só os professores como a própria Delegação Escolar, no sentido de criarmos alguma dinâmica local. Essas dinâmicas resultaram com frequência em pequenas iniciativas, embora de carácter pontual, que visavam o convívio, a participação dos alunos de várias escolas, porque se juntaram numa actividade, como por exemplo, a Festa de Natal, o Dia Internacional da Criança, o Dia da Árvore, entre outros.

Estou a lembrar-me de outras iniciativas que fomos desenvolvendo ao longo destes anos e que têm haver com estes programas do IPJ e do Centro de Emprego, tais como a dinamização da Biblioteca Calouste Gulbenkian, actualmente só Biblioteca Municipal e que se localiza na sede do concelho.

O objectivo foi dar-lhe alguma visibilidade e abri-la à comunidade de modo a que as escolas se aproximassem mais do espaço, dando-lhe um novo horário. No entanto, não tinha o impacto desejável, sendo necessário elaborar um projecto para a dinamizar. Deste modo, foi elaborado um programa com jovens que estavam ao abrigo do programa "Acção", nomeadamente educadores de infância e professores do ensino básico, que constou em algo muito simples, mas que cumpria o objectivo de fazer deslocar com motivação e frequência os jovens e professores se deslocarem à biblioteca. A acção era dirigida aos alunos dos terceiros e quartos anos do 1ºCEB, da sede de freguesia, mas para tal era necessário transporte, meio esse que não existia na autarquia, na altura que pudessem ser mobilizados para esse fim.

O programa foi implementado segundo os lemas *“Um Livro é um Amigo”*, *“Tu ao leres estás a viajar pelo Mundo”*. Havia um programa prévio, predefinido com a equipa planeando-se em conjunto as actividades lúdicas de suporte ao objectivo.

Desenvolveram-se um conjunto diversificado de actividades, desde a dramatização à leitura de poesia, de motivar as crianças a falar, criar ciclos de experiências, onde elas se tivessem de reportar a experiências, nas quais se transformassem em autores e personagens, para posteriormente construir o seu livro.

Quando terminou o programa, os alunos construíram um painel com as experiências e vieram pessoalmente agradecer ao senhor presidente a iniciativa.

A génese do projecto era extrapolar a todos os alunos dos 3º e 4º anos do concelho.

A Festa de Natal não era tradição da Câmara, nunca se tinha organizado até aquele momento essa iniciativa e nem se entendia que fosse uma competência da autarquia, porque não havia forma de fundamentá-la em termos de orçamento autárquico. Tivemos de encontrar algumas alternativas que passaram pela mobilização das empresas, em colaboração com o IPJ, foi possível suportar o pagamento do grupo de teatro e compra das lembranças das crianças. Por outro lado, havia a necessidade de transportar os alunos das escolas ao Centro das Artes e do Espectáculo e vice-versa, sendo necessário contactar a RBL, empresa concessionária desta região. A Câmara teve nesta iniciativa uma comparticipação milimétrica, se bem me recordo, terá apoiado o custo da aquisição das lembranças para as crianças.

A Festa de Natal foi um momento de apoteose, uma vez que se realizava pela primeira vez, envolvendo em dois dias, num total de quatro sessões, cerca de 1900 crianças. Foi um acontecimento memorável para aquelas crianças, professores e encarregados de educação!

Esta iniciativa proporcionou uma maior aproximação com os professores, estabelecer uma relação mais humana e de maior confiança, de modo a verem que a instituição Câmara também se preocupava com as dificuldades que eles sentiam, quer ao nível da rede de equipamentos, quer ao nível dos materiais didácticos, do que resultou um diagnóstico e um reposicionamento de material.

Criou-se um bom relacionamento, porque o primeiro passo é a conquista das pessoas, para que haja uma confiança e alguma maturidade e responsabilidade naquilo que se pede e co-responsabilização nas acções de promoção, formação e desenvolvimento social.

É muito difícil trabalhar com o corpo docente e ainda passado estes anos todos se sentem essas dificuldades.

Os efeitos eram medidos de que forma? Até que ponto as crianças que tinham a componente do ATL iam mais satisfeitas para a escola? A maioria dessas crianças não tomavam o pequeno-almoço, iam para a escola sem qualquer alimento adicional. Contrariar este comportamento alimentar e educacional teve reflexos na componente da aprendizagem e da concentração.

Começou a existir alguma preocupação por parte dos professores, no sentido de saberem que poderiam contar com os Serviços de Acção Social, para esses problemas familiares que no final de contas se reflectiam na escola. Havia necessidade de falarem comigo enquanto Assistente Social da Câmara para ajudar a identificar as famílias mais problemáticas, de modo a que estas fossem trabalhadas, dentro das questões mais prementes e urgentes, como por exemplo, ser retirada às crianças a função de trabalho infantil após a actividade lectiva. As crianças eram obrigadas a ir trabalhar para o campo e os trabalhos de casa escolares, por vezes não eram feitos, ou eram feitos tardiamente e mal.

Existia uma tal desorientação da família em relação ao que era a sua função educativa e de criação de condições para que o seu filho pudesse progredir com sucesso na vida escolar.

Este percurso vivi-o, durante os três anos que estive na Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e tentei que ele pudesse ser vivenciado nesta autarquia, enquanto minha responsabilidade ou funções na área da educação. Foi no entanto mais difícil, porque não havia na sede do concelho uma IPSS que pudesse responder necessidades de uma valência de ATL. Foi um trabalho que foi feito gradualmente e as IPSS foram surgindo, não só porque havia essa abordagem por parte dos nossos serviços autárquicos, como a Santa Casa da Misericórdia e Centro Social de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga.

Este último resultou do trabalho que foi feito no Bairro Social da Bela Vista, no qual eu colaborei e desafiei para a sua criação. Inicialmente estava sozinha, mas a partir de um determinado momento tinha uma equipa a trabalhar comigo (...). A partir daí, foram surgindo várias equipas, uma vez que a Câmara nesta fase nunca assumiria a admissão de mais pessoas, porque não havia existia a visão o do que era prioritário em termos sociais e de educação. Era um trabalho que estava associado à componente social e ia-se fazendo porque não trazia custos para a Câmara.

Então, socorriamo-nos muito de todos programas temporários do Instituto da Juventude e do Instituto de Emprego, recrutando recém-licenciados ou pessoas com o 12º ano. Refiram-se a título de exemplo, alguns destes programas: programa *“Agir”*, o programa *“Acção”* que duravam 1 ano ou 8 meses e permitiam pôr à prova diversas iniciativas.

Alguns destes programas eram de longa duração, em termos de permanência na Câmara e deste modo permitiam desenvolver algumas actividades mais complexas e com resultados à vista.

Sempre tive dificuldades de demonstrar à autarquia que valeria a pena adquirir este ou aquele material, este ou aquele técnico, sem demonstrar em primeira instância os resultados.

Fazia o diagnóstico com as minhas colaboradoras e envolvia também outras pessoas da comunidade ou organismos, como por exemplo, a técnica que está no Posto de Turismo, que apesar de não ser funcionária da Câmara, participava nas nossas reuniões no que diz respeito a outras áreas da cultura ou até do Turismo.

Para além disso, era uma mais valia para as pessoas abrangidas por esses programas, porque era um período de experiência e algumas delas até foram admitidas posteriormente no quadro da autarquia.

O Centro Social de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga que é uma IPSS, resultou de um trabalho com a Associação de Professores, que na altura recém constituída e tentámos em conjunto trabalhar o seu objecto social. Este tinha como objectivo a criação de um Centro Comunitário que tivesse já uma visão muito mais abrangente, do que aquilo que poderia vir a prestar no imediato, que consistia na criação de uma valência designada por ludoteca para além de uma valência dita convencional que na altura era o ATL, estando inserido num projecto de Luta Contra a Pobreza designado "*Cooperar para Crescer*".

O corpo docente, aceitou o desafio do projecto que desenhámos e neste momento, é uma instituição que demonstra capacidade social, lúdica e imprescindível à qualidade de vida das famílias e crianças.

Foram criados os seus estatutos, definiu-se o seu objecto social, sensibilizou-se a Câmara para financiar o equipamento e disponibilizar espaços, porque numa primeira fase não existiam condições físicas da alçada do município.

Entrevistadora: Esse também foi um dos aspectos que a Directora do Centro Social de Apoio à Criança e Jovem referiu.

E6: A actual directora, que para além de ser uma grande profissional e de grande sentido humano, tem levado a cabo o objectivo a que foi destinada aquela escola do 1º CEB que estava devoluta.

Deste modo, conseguiu-se que a escola fosse recuperada através de uma candidatura ao programa LEADER.

O seu equipamento proveio de apoios da Câmara Municipal e de um fundo de equipamento social da Segurança Social que colaborou no equipamento móvel daquela instituição. Neste momento, já tem um conjunto de funcionárias a trabalhar na valência do ATL e servem refeições às crianças do 1º CEB no âmbito do programa de alargamento de refeições dos alunos do 1º CEB do Ministério da Educação. Inicialmente, também foi implementada a Ludoteca, que por questões de funcionamento e manutenção, não porque não existissem crianças, a directora entendeu que seria preferível juntar a Ludoteca com o ATL.

Neste momento, a Santa Casa da Misericórdia está a extrapolar outras valências, tais como as valências do ATL e Centro de Dia para outras freguesias, da parte sul do rio Vouga, nomeadamente na freguesia de Talhadas. Este processo resultou do trabalho de sensibilização da autarquia, mas também da sensibilidade do seu provedor que reconheceu a necessidade de serem criados equipamentos nas freguesias que ainda estão a descoberto.

Quanto a outras actividades já referidas o Dia da Árvore tem sido feito, sempre ligado a uma perspectiva de educação ambiental. Na altura, tentávamos agregar todas as escolas do concelho, sempre que fazíamos estas actividades.

O Dia da Água era celebrado com uma pequena palestra dirigida às crianças, no sentido de as sensibilizar para o problema da água e a importância que esta representava na vida das pessoas e do planeta.

Como componente lúdica associamos à acção um lanche ou oferta de uma lembrança, que seja simbólica e representativa marque a criança no processo de aprendizagem daquele dia.

Temos que ter em consideração que há 18 anos atrás, muitas das crianças, principalmente as crianças do Couto de Esteves ou de Talhadas, dificilmente vinham à vila, porque não existiam transportes.

Temos que reconhecer que felizmente o concelho foi-se desenvolvendo, nomeadamente na melhoria das vias de acesso, o que permitiu outra mobilidade das pessoas ao centro urbano.

O facto de não termos uma rede de transportes públicos constitui um constrangimento na deslocação e mobilidade das pessoas. O transporte escolar digamos que é um problema e ao mesmo tempo uma oportunidade, porque permitimos que durante o ano lectivo as pessoas possam também usufruir dos transportes escolares, na medida em que estes são também considerados transportes públicos.

Analizando melhor esta questão é o tentar remediar um problema que continua a ser crasso e actual no concelho, porque não temos transportes públicos que satisfaçam as necessidades das populações, principalmente das que residem nas freguesias mais distantes.

Neste momento, continuamos a ter diferenças e os alunos continuam a sentir-se pouco preparados na transição para um novo ciclo, porque a experiência anterior não os preparou.

A verdade é que essa ideia acabou por não continuar, porque entretanto começamos a ter no gabinete várias áreas de intervenção, para além da acção social e educação.

Foi um projecto bastante interessante, a meu ver! Neste momento, estão a ser desenvolvidas outras actividades que não são da minha responsabilidade directa, é o senhor vereador da educação que as coordena e que tem haver com esta iniciativa, que é a biblioteca itinerante.

As escolas nunca foram esquecidas e mesmo no projecto de Luta Contra a Pobreza, conseguimos dinamizar não só a ludoteca, como o projecto "*Uma ida à piscina e à ludoteca*". Isto é, ao nível do concelho, conseguimos trazer durante cerca de dois anos, as crianças das escolas do 1º CEB pelo menos duas vezes por mês, à ludoteca e à piscina. Primeiramente, tivemos que fazer uma programação com as escolas, porque a ludoteca funcionava numa das salas por cima das piscinas e as crianças que vinham, tinham de ser distribuídas por grupos. Isto é, existia um grupo que iniciava a actividade da ludoteca, enquanto outro iniciava a piscina e depois trocavam.

Este projecto surgiu da necessidade de criarmos uma dinâmica com estes jovens e retirá-los do contexto e habitat natural e terem acesso a outro tipo de actividades; da necessidade de lhes abrir horizontes aquelas crianças e lhes proporcionar momentos de alegria.

O simples facto de termos aquelas crianças felizes, proporcionava um campo aberto para trabalharmos a personalidade e educação da criança. Aqueles professores que conseguiram perceber isto, souberam utilizar muito bem os efeitos destas vindas à piscina e à ludoteca e envolveram-se nas mesmas.

O projecto de Luta Contra a Pobreza também conciliou estas tipologias de actividades, no sentido de trabalhar a relação escola-família, mas poderá retirar mais informações a pequena brochura [Manual da Família- Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza *'Cooperar par Crescer'*].

No contexto deste manual, elaborámos um conjunto de conselhos úteis para a família, onde se pretendia que entendessem os filhos como uma prioridade, no sentido de lhes proporcionar as condições mínimas para um percurso escolar e de vida com mais sucesso. (...)

Entrevistadora: Eu queria que me dissesse quais são os actuais problemas, em termos de educação, em Sever do Vouga? Já me falou da questões das acessibilidades, que outros identifica? Por exemplo, a questão da desqualificação profissional...

E6: São vários os problemas e estes iniciam na família ou talvez em questão históricas e estruturantes (é uma questão cultural e educativa), que se vão reflectir na sociedade, isto é, vão verter na família enquanto núcleo principal e institucional na formação do indivíduo.

Se fizermos uma análise mais atenta, verificamos que os problemas da educação não são só de ordem social, mas também de ordem pedagógica.

No que diz respeito à ordem pedagógica, a reforma do sistema educativo nunca é feita, de forma conclusiva e hermética, é um processo que se constrói ao longo da evolução da sociedade. Mas repare, quando efectivamente o Estado e as instituições educativas estão atentas e disponíveis para a partilha dos problemas e dos conhecimentos, essa mudança poderá acontecer.

No entanto, a minha experiência enquanto encarregada de educação e mãe, leva-me a constatar que há uma excessiva carga horária para os alunos e julgo que até incorrectamente distribuída com algumas disciplinas que se esgotam num vazio que só desencadeiam nos alunos a desmotivação e dispersão, uma vez que não são aproveitadas para valorização das disciplinas consideradas fundamentais, ou neste caso nucleares. A questão do português, da matemática, da física e a do inglês, sendo disciplinas fundamentais, deveriam de ser trabalhadas em articulação com outras disciplinas, como por exemplo no Estudo Acompanhado ou nas disciplinas das áreas extra-curriculares. De que maneira? Juntando a componente lúdica e educativa.

Existem por exemplo outras disciplinas (que a minha filha tem no 8º ano) que podiam ser reestruturadas porque têm conteúdos programáticos rígidos e os jovens não acompanham militarmente todo o processo cognitivo de apreensão, assimilação e compreensão. Muitas das vezes, o discurso torna-se de tal ordem abstracto, que os alunos não conseguem entender e inibem-se não questionando o professor. E não se conseguindo entender e compreender, não haverá naturalmente um estudo de reforço e consequentemente não conseguem aprender a matéria.

Entrevistadora: Eu julgo que é uma questão de metodologias!

E6: Concordo em absoluto, é uma questão das metodologias e que eu também tenho sensibilizado as escolas para esse aspecto. Quer como área de intervenção ao nível das minhas competências na autarquia, quer como encarregada de educação. É preciso saber se eles têm métodos de estudo e quais são as condições que as famílias oferecem aos filhos para a realização desse estudo.

É necessário encontrarmos o nosso espaço físico, mais acolhedor, para entrarmos no nosso mundo, mas isso também teria que ser trabalhado com cada aluno. E será que os encarregados de educação fazem esse trabalho?

Por outro lado, é preciso compreender se as disciplinas paralelas, que são fundamentais servem de sustentação às disciplinas nucleares, servem os seus objectivos.

Os professores enquanto pedagogos poderiam orientar com outros profissionais (ex: psicólogos, animadores,...) os alunos para técnicas de estudo, embora isso seja uma procura de cada um. Não há receitas propriamente ditas mas podemos dar pistas, caminhos que se podem seguir. É um caminho que se faz caminhando!

Entrevistadora: Até para a criança ou jovem ganhar alguma autonomia.

E6: Exactamente, tocou numa questão fulcral trabalhar a autonomia e a co-responsabilização de todos (pais, professores, comunidade).

A autonomia é que deveria ser estimulada e não me parece que aconteça. **Entrevistadora: Acha que os encarregados de educação se demitem das suas funções educativas?**

E6: Claro e cada vez mais isso acontece! A este nível os professores têm provavelmente algum défice no que respeita a esta questão pedagógica, do saber entender cada aluno, mas as questões burocráticas e das novas exigências emanadas pelo Ministério da Educação, retira-lhes a possibilidade de fazer o trabalho de entrosamento com o aluno. É muito difícil porque os professores têm uma grande sobrecarga, em termos de carga horária e de funções. Agora estão a ser o alvo imediato ou o 'bode expiatório' de qualquer situação que não corra bem nas escolas e no sucesso educativo dos alunos.

Sabemos que o professor está a ser visado em termos de avaliação, assim como os funcionários públicos de uma maneira geral, mas concordo que estas políticas devem ser implementadas com outros contornos e não levados aos extremos.

Actualmente, o nosso sistema de ensino preocupa-se muito em trabalhar formações e não a trabalhar personalidade das pessoas, o futuro de mulheres e homens. E é aqui que 'peca' o nosso sistema educativo, com o devido respeito e sendo apenas uma opinião pessoal, porque o Ministério da Educação deveria criar condições para analisar os problemas reais dos seus alunos e trabalhar programas paralelos. É claro que isto custa dinheiro, mas é pelos alicerces que se constroem os pilares.

Entrevistadora: Exactamente.

E6: As disciplinas paralelas de apoio curricular deveriam ser desmistificadas, por exemplo para não estigmatizar os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, quando se constrói um manual, é preciso que quem concebe os materiais se coloque no lugar do aluno, para que este possa compreendê-lo.

As evoluções são imensas em relação ao que era na minha época (...). Em relação à questão que me colocou, são as famílias mais vulneráveis, com necessidades sociais e que são de certo modo transportadoras de uma pobreza geracional, isto é, pais com poucas qualificações, que não incentivam os filhos para o estudo, porque não têm esse conhecimento e essa experiência, e por sua vez não sabem incentivar a importância da escola no sucesso pessoal e profissional dos seus filhos. E isto transmite-se de geração em geração! É óbvio que existem casos excepcionais que brotam dessas famílias, não tem que ser sempre assim, mas de qualquer maneira esse problema existe.

As famílias pensam cada vez mais que as escolas são responsáveis pelo sucesso educativo dos seus filhos, o que está errado! A família é a principal instituição que tem a responsabilidade de orientar os seus filhos, educá-los e prepará-los para uma vida em sociedade, na escola e na comunidade. Se não existir a ponte entre os pais e a escola, não pode haver sucesso educativo, dentro daquilo que é entendido pelo verdadeiro 'sucesso educativo' e quase que o trabalho dos professores é votado ao insucesso.

Efectivamente, há um conjunto de fenómenos que estão a acontecer, não particularmente em Sever do Vouga, mas de âmbito nacional, como por exemplo, as violências e indisciplinas e a falta de respeito dos alunos, que constituem um conjunto de problemas de ordem social e institucional com situações de quase delinquência, que estão a surgir, acompanhados de alcoolismo e de consumo de estupefacientes.

A questão da sexualidade continua a ser um tabu e porque não é trabalhada desde a infância. E não sei como é que a estão a trabalhar no ensino secundário, porque existe um conjunto de outros factores e as instituições trabalham muito espartilhadamente e era necessária uma maior articulação.

Eu não sou acérrima da especialização, penso que a polivalência resulta num valor acrescentado, pela transversalidade das acções, porque estamos a trabalhar para um único objectivo, que é a qualidade de vida do cidadão e o bem público.

Muitas das vezes, a sobrecarga de funções resulta em menos possibilidades de aperfeiçoamento das actividades e numa menor reflexão sobre os assuntos.

Entrevistadora: Em relação à oferta educativa por aquilo que já me falou e o que eu já tomei conhecimento quer pela leitura da carta educativa, quer pela entrevista ao senhor vereador da educação fiquei a perceber que promoviam transportes, componente de apoio à família.

E6: A componente de apoio à família tem várias vertentes. Nomeadamente, o pré-escolar (almoço e prolongamento de horário), o 1ºCEB, nas componentes das actividades de enriquecimento curricular, refeições, incentivos ao primeiro ciclo e transportes escolares.

São processos muito complexos, porque se trabalha com pessoas, para podermos concluir ou não por um processo de apoio financeiro, por exemplo nós pesquisamos a família, através dos líderes de opinião.

Depois temos a questão do pré-escolar, onde para além da requalificação do espaço físico, é necessário equiparmos com material móvel e didáctico.

A colocação das animadoras também é da responsabilidade da autarquia, os transportes para tudo o que esteja relacionado com actividades de educação e formação.

Neste momento, a Escola Secundária de Sever do Vouga ao criar cursos técnico-profissionais, em que há a componente de inserção no espaço laboral, solicita transportes à Câmara Municipal que muitas das vezes é de difícil realização.

No âmbito do Movimento das Cidades Educadoras, nós somos sócios fundadores da AICE, mas ainda não foram desenvolvidas acções propriamente ditas no âmbito das cidades educadoras, neste concelho, com a dimensão nacional e internacional.

Entrevistadora: Quando é que Sever do Vouga aderiu ao Movimento das Cidades Educadoras? É que eu através da consulta do site da AICE não consigo obter essa informação.

E6: Foi no ano passado. É preciso saber a data em concreto?

Entrevistadora: Não, não. Então foi em 2006. É que eu tinha a ideia que tinha sido em 2005.

E6: Não, foi em 2006. Fomos contactados em 2005 e começámos a ir aos congressos e só depois é que fizemos a proposta de adesão(...). A candidatura foi feita internamente pelo gabinete de Acção Social, depois seguiu para uma assembleia-geral internacional, em que a sede da Associação é em Barcelona, mas as assembleias são descentralizadas, onde fazem a apresentação dos municípios que fizeram a candidatura e que por sua vez apresentam a sua intenção. Estamos na Rede Internacional juntamente com outros concelhos, do distrito de Aveiro, nomeadamente Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria da Feira.

Vale de Cambra ainda não está, e não sei se Águeda brevemente não irá estar, uma vez que estava presente no II Congresso Nacional das Cidades Educadoras que se realizou em Santa Maria da Feira, no passado mês de Outubro.

Entrevistadora: Eu agora passaria para as perspectivas futuras da educação. Aqui eu tenho uma questão formulada que vou ler... Concorda com os que defendem que a educação tem que ter cada vez mais uma participação dos órgãos da Administração Local, que pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação consentânea com as características do concelho?

E6: Em parte concordo, porque é preciso que sejam criadas as condições para que a própria autarquia ou o órgão da administração local, como referiu, possa realizar uma política de acção educativa e de cidadania em pleno. É preciso ver que as realidades são muito díspares ao nível nacional! Existem autarquias em que as condições técnicas e físicas (referindo-me em concreto aos recursos humanos com perfil) e outras onde ainda há muito efectivamente a fazer.

Estas assimetrias obrigam a que exista uma boa vontade das pessoas que constituem os vários departamentos, para que consigam conciliar os intentos de uma função educativa prospectiva com a realidade por vezes despojada de meios e sensibilidades.

Neste caso em concreto, sinto que são necessários recursos financeiros e algumas formações que ajudem na orientação precisa de algumas intenções para levar a bom curso projectos de intervenção socioeducativa. Quando se fala na intervenção educativa, não me refiro à intervenção propriamente dita de foro pedagógico, mas uma intervenção ligada ao conceito de educação social e de educação para a cidadania. Também considero que se trata de um conceito e atitude cultural. Isto é, as famílias precisam de estarem receptivas para serem trabalhadas, para que o Plano de Acção desenhado pelos serviços, que consiste num projecto de intervenção para a saúde alimentar, para a inserção profissional e para a cidadania e integração escolar com sucesso, sejam acções que não vão para além dos alunos e dos encarregados de educação, abrangendo estruturas escolares e outras instituições locais. É o que considero ser um trabalho em rede.

Todavia na prática confrontamo-nos com muitos constrangimentos, desde logo com o programa escolar intenso do próprio Ministério da Educação, que não deixa margem de manobra para a conciliação destas acções com os vários actores.

As escolas têm uma carga horária tão excessiva, havendo alguma relutância por parte dos professores e alunos em fazer outras formações que não sejam aquelas que lhes permitam ter direito aos créditos. Estas acções que estamos a planear têm de ser feitas à noite e ao fim-de-semana, devido ao facto de serem dirigidas a encarregados de educação.

E é este o caminho que no meu entendimento não se vai perder nada, só se ganha. É um caminho feito em conjunto, que pode trazer mais valias por ser a Administração Local, que estando na proximidade da realidade, possui um conhecimento mais realista, pragmático e concomitantemente mais dinâmico, inovador e se quisermos mais criativo e mais ajustado às necessidades e potencialidades. Para isso, é necessário que nos dêem condições para fazermos este trabalho.

Entrevistadora: E isso implicaria em termos de futuro uma descentralização dos serviços?

E6: A descentralização está a acontecer. A transferência de competências está a ser objecto de discussão e parece-me que neste caso, na parte dos autarcas, não está a existir grande objecção, porque é uma questão política.

Agora temos que ter a consciência plena, que existe o reverso da medalha. Não me refiro apenas à questão financeira e onde nós estamos a ter graves problemas, mas também à qualidade e perfil dos técnicos que irão promover no terreno este trabalho, que devem ser objecto de formações específicas, nomeadamente de promoção de valores e de empreendedorismo.

Os custos são cada vez mais elevados, temos quase que obrigação moral e institucional de criarmos condições para que os nossos alunos, mesmo os que estão em formações alternativas, não lhes seja impedido o acesso à formação só porque não têm transporte. Neste momento, mobilizamos todos os meios de deslocação possíveis e imagináveis, com riscos adicionais, pelo facto de não quisermos discriminar ninguém.

Se a Administração Central não flexibilizar em alguns casos, como por exemplo nos prazos mais longos para criarmos condições nas viaturas ou não nos ajudar em termos financeiros para que de facto se concretize com maior brevidade essas melhorias e as condições exigidas, estaremos apenas a criar situações de resposta superficiais e quase de emergência.

Se essa transferência de competências não vier acompanhada dos devidos apoios financeiros, é claro que alguma coisa vai falhar.

Entrevistadora: O município de Sever do Vouga aderiu ao movimento das cidades educadoras, já me disse que foi em 2006. Quais são as razões que estiveram na base dessa adesão?

E6: Desde logo, o objecto social da própria cidade educadora, está relacionado com necessidade de todos contribuirmos para o bem-estar escolar, para o sucesso educativo e para a qualificação das pessoas e que por sua vez se possam fixar no concelho e ter uma qualidade de vida dentro daquilo que é o desejável. Por outro lado, pretende-se que as pessoas possam usufruir do direito de cidadania. São estes os princípios que estão vertidos, de certa forma, na Carta das Cidades Educadoras e foram as razões pelas quais aderimos ao Movimento das Cidades Educadoras.

Entrevistadora: E trouxe alguma mais valia, em termos concretos para o município, por exemplo a divulgação de Sever do Vouga?

E6: Só pelo facto de Sever do Vouga já ser conhecido em Barcelona, através da troca de correspondência, já é um sinal positivo.

Para além disso, os encontros que têm acontecido ao nível nacional desta iniciativa, permitem uma visão global do muito que se pode fazer e trabalhar em rede no contexto desta iniciativa das Cidades Educadoras.

Fundamentalmente, qualquer acção que seja desencadeada ao nível da educação, ela deve ser vista num duplo sentido, porque pode vir a ser uma acção ligada à Cidade Educadora, partindo do princípio que é a comunidade que está a querer entrar na escola para criar essas condições de Aprendizagem ao Longo da Vida, que se repercutem na própria família.

A ideia é apresentar esta iniciativa, recolher a opinião dos professores, dos conselhos executivos, do agrupamento e saber se há a necessidade de ajustarmos o Plano aos programas curriculares. Isto pressupõe alguns custos e logicamente orçamentos que os teremos de discutir e que serão aceites certamente na autarquia, porque é uma intenção da Câmara apostar na educação e nas melhores condições para uma melhor qualidade de vida e cidadania.

Entrevistadora: Através da análise dos princípios da Carta das Cidades Educadoras é possível tecer uma proposta de aglutinar a comunidade em pequenos espaços educativos. Isso já ocorre em termos do Parque Escolar. O que é diferente é a questão da participação da sociedade civil nesses espaços, acha que isso é possível em Sever do Vouga, já que me está a falar da entrada da comunidade na escola?

E6: Exactamente. Mobilizar as instituições e a comunidade no sentido de entrarem na escola é possível, devido a algumas das experiências realizadas em outros contextos e entendo isso como um projecto desafiador. Todavia, é necessário que os técnicos assumam essa responsabilidade, como um desafio e sentido de missão e acreditem que vai dar resultado, porque se acreditarem, vai de facto dar resultados.

Apesar dos pais se alienarem da sua função educativa, há sempre aqueles que se sentem tocados no seu dever de pais ou de encarregados de educação e acabam por desencadear e participar nos processos socioeducativos muito mais do que aquilo que estaríamos a imaginar. Poderíamos dar como exemplo, as Associações de Pais.

Há várias Associações de Pais no concelho, principalmente aquelas que foram sensibilizadas e criadas pela autarquia e tem havido uma participação muito profícua.

Entrevistadora: Antes de lhe pedir a sua opinião sobre este texto, quais são os espaços que a autarquia disponibiliza para o exercício de uma cidadania activa, ou seja, dar a conhecer à sociedade civil os grandes pontos da agenda de trabalhos e dar-lhes a possibilidade de decidirem sobre os assuntos das suas comunidades?

E6: Sinceramente, considero que sentimos alguns constrangimentos face ao que me disse, muito embora exista sempre a Assembleia Municipal, que é o fórum por excelência, para discussão desses problemas e com a participação dos seus membros, ela é restrita apenas aos seus eleitos.

Através da Agenda 21 julho que vai ser possível criar essa oportunidade de uma participação quase espontânea, como por exemplo, os fóruns comunitários para que as pessoas possam falar. Mas também, é preciso que possam ouvir e participar com consciência sobre os assuntos que estamos a tratar.

Temos outros recursos de aproximação da sociedade civil à comunidade escolar, como por exemplo o Boletim Municipal que reporta exactamente as acções, as linhas mestras de visão e orientação da autarquia, face ao território concelhio.

O próprio Plano de Estratégico de Desenvolvimento está na NET, na página do município e está também a no Boletim Municipal. É sempre uma forma de as pessoas poderem consultar e de se criar e promover alguma discussão à volta disso. Têm sempre essa possibilidade através da linha online e da nossa página e quando muito dirigir-se à autarquia e falar com quem de direito.

Todavia, não há um espaço privilegiado. Na minha opinião, considero que falta um espaço votado para a comunidade, ou seja, um espaço que permita a realização de acções múltiplas, desde acções presenciais a acções por via da divulgação directa (ex: painéis, CD-ROM). Era talvez necessário que se criassem horários flexíveis que convidassem as pessoas a participar e a expressar as suas ideias e necessidades. E deveria existir sempre um fórum online que permitisse esclarecer as pessoas em relação às questões que fossem lançadas. Era interessante que se trabalhasse essa forma de comunicação.

Entrevistadora: Eu tenho uma paixão muito grande por essas questões da participação e é isso que eu quero verter para o conceito da cidade educadora. Não é tanto, esta ideia destes centros cívico-educativos porque eles já existem através dos protocolos com todas as instituições locais, o que eu acho que pode ser diferente pode ser um trabalho da sociedade civil, de participarem na gestão desses espaços, daquilo que nós queremos aprender. Quando eu digo nós é para sair daquele pré-conceito de construir a educação para outros, a ideia é construir a educação com e para todos.

A outra ideia é a potencialização e a revitalização dos espaços, que são construídos só para assumirem uma determinada função e normalmente dirigidos a um tipo específico de públicos, e a ideia da transgeracionalidade. São estes os três pontos, as três ideias de força.

E6: O Centro Social de Apoio à Criança e Jovem visava essa ideia de transgeracionalidade.

Entrevistadora: Uma das razões da sua escolha prendia-se com a ideia de ter duas faixas etárias crianças e jovens. Agora eu tenho aqui um texto um bocadinho extenso, não sei se prefere ler? E só lhe queria pedir a sua opinião sobre isso.

E6: [*"A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Precisamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais. Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens"*]. Concordo em pleno, agora esta organização do sistema educativo, devesse fugir a esta nomenclatura, é possível de operacionalizar, bastava que houvesse espaço temporal e emocional para nos concentrarmos nesta ideia e para estruturar um Plano de Acção e movimentar as pessoas. Desde logo, trabalhar com o sector comercial e industrial e organizar o espaço.

Em termos de espaços físicos, vejo esta zona envolvente da Câmara e o Parque Municipal, ótimos e ideais para criarmos fóruns de discussão. O problema é uma questão cultural, as pessoas não se sentem à vontade e não aparecem. Era preciso, antes de tudo efectuarmos um trabalho de desmistificação, para que o processo se pudesse concretizar. Era necessário eliminar estas barreiras culturais e trabalharem-se fóruns comunitários. As dinâmicas de convívio e as actividades culturais iriam surgindo, quer pela via do convívio, quer pela via das dinâmicas empresariais, como pólo dinamizador do empreendedorismo, onde a própria comunidade poderia intervir/sugerir/influenciar mais a gestão autárquica, tendo em vista sempre o bem público, isto é a melhor qualidade de vida das populações.

Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas, estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado. Isto seria um ganho à partida da própria Câmara, ao proceder politicamente neste tipo de acção que não só se repercutiria na questão cívica, como

também em todos os aspectos da vida sociocultural e económica do concelho, porque considero esta ideia assente num conceito de transversalidade (...).

E isto tudo é possível, desde que as pessoas se livrem de todos os constrangimentos e preconceitos de uma participação mais activa.

["Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano"].

Esta questão está vertida na minha tese, argumentar que as instituições que não são mais do que pessoas com sentimentos, sensibilidades, conhecimentos e emoções diferentes devem aproveitar e rentabilizar todas estas sinergias que assentam nestes novos paradigmas, de elevar cada um *per si* e a instituição no seu todo para um nível mais elevado de performance. E eles estão a emergir com uma força incrível, na actual sociedade.

Entrevistadora: A minha ideia é que as políticas estão normalmente sectorizadas é a educação, cultura, acção social, ambiente,... a educação para mim tem que ser tudo isto articulado, tem que ser vista de uma forma transversal.(...)

E6: Confesso-lhe que por vezes tenho dificuldade de fazer análises dos programas financeiros, porque quando concebo um projecto, vejo-o de forma global e transversal e como tal deveria ter uma única fonte de financiamento. É constrangedor, porque me vem amputar a ideia de transversalidade. Os programas não deveriam de ser assim, embora o actual QREN contemple a ideia do *'global e do território supra-municipal a uma só voz'* (...).

["A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos"].

O Centro Social de Apoio à Criança e Jovem visava exactamente criar ateliers e um centro comunitário onde jovens e pessoas mais velhas pudessem partilhar aqueles espaço, em primeira instância como um espaço de o convívio que gerasse a abertura para *"O que é que tu sabes fazer, como podes contribuir para dinamizar aqui uma área e transmitir sempre os seus saberes-fazer"*. A ideia era essa e está de certo modo vertida nos seus estatutos.

A polarização do Centro Social de Apoio à Criança e Jovem tinha exactamente este conceito. Os ateliers visavam criar espaços de convívio e formação, fotografia, teatro, dramatização, dança,... ligadas também a outras artes tradicionais em desuso, para que não só os jovens, como a própria comunidade pudessem usufruir dessas actividades e desses saberes-fazer como uma identidade colectiva. E foi esse o grande objectivo projectado para aquele Centro, ainda não foi possível dinamizá-lo na plenitude.

Esta questão de trabalhar a comunidade de forma transversal é efectivamente o meu ideal, daí que eu considere sempre de forma reconhecadora a possibilidade que me foi nesta instituição pela pessoa do senhor presidente em trabalhar em diversas áreas. O desafio foi aceite porque acho que se pode fazer um trabalho transversal que atravessa o sentido da evolução do ser humano, da pessoa e da sua comunidade. E acho que é isto que a cidade educadora também procura transmitir!

["Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados (...)]. Isto é um pouco complexo porque estou a lembrar-me dos bens patrimoniais e de algumas organizações, tais como as colectividades, as associações sem fins lucrativos, por vezes difíceis de corresponder às contrapartidas e desafios, porque as pessoas que as integram, fazem-no de forma voluntária e *'carolice'* e iriam tornar esta ideia dos centros cívico-educativos mais complexa (...).

Entrevistadora: Talvez o que esteja em causa sejam as parcerias.

E6: Isto obrigaria a criar um organigrama muito bem estruturado.

Entrevistadora: A minha dúvida pretende-se com a questão da liderança. Quem é que deveria liderar, a autarquia?

E6: Não.

Entrevistadora: Ou seria uma liderança partilhada?

E6: Eu acho que teria de ser uma liderança partilhada, inter-relacional e de congregação de vários e potenciais líderes de grupos que por sua vez interagem entre si (...).

Entrevistadora: E estes Centros Cívico-educativos há pessoas que me dizem, que funcionaria como está actualmente a Vila e depois um conjunto de pontos conectados. Só que existem um conjunto de freguesias que ficam a descoberto. Eu acho que este trabalho deveria ser feito pela proximidade de freguesias, pela rentabilização desses espaços, agora sempre conectados com a escola. Partir da escola e depois fazer todo esse trabalho ligado à educação não formal e cívica.

E6: Exacto. *["(...) tomando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário. Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização*

dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes”].

Não concordo que seja uma liderança do governo municipal, tem que existir uma movimentação de parcerias, vontades expressas de todos. Não tem que partir do próprio município, pode partir de uma colectividade ou de uma instituição que se predisponha a lançar a semente para o terreno, no sentido de lançar esse desafio e desencadear a disponibilidade das pessoas, ao nível emocional, físico e temporal.

Entrevistadora: (...) Uma das coisas que pretendo verter para a tese é exactamente a ideia do voluntariado (...).

E6: Quando se fala da cidade educadora as pessoas esquecem-se do rural, por outro lado dá a ideia de escola, escola. E sabe que a vida é a maior escola que nós temos!

Entrevistadora: Daí aquela ideia logo inicial do texto sobre o Paradigma Aprendizagem ao Longo da Vida.

E6: Eu acho que é necessário desmistificarmos, porque a vida é a melhor escola que nós temos. Agora depende do percurso de vida, e do projecto(s) de vida que queremos assumir.

E acho que isto é um trabalho de todos os que se assumirem como parceiros neste projecto. E porquê a autarquia? As instituições podem disponibilizar espaços, nomeadamente as Juntas de Freguesia. Eu já tive essa experiência, até mesmo as pessoas, os particulares podem se quiserem e se sentirem envolvidos nestes projectos podem disponibilizar espaços. Eu acho que nestes projectos se podem disponibilizar espaços, nomeadamente espaços votados para os serviços paroquiais. Não há problemas de espaços aqui, iríamos arranjar espaços para isso quase de certeza.

["Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade]. Deste ponto de vista, como me apresentou, dá a ideia de obrigação, talvez estrategicamente talvez não seja a melhor opção para se trabalhar culturas e mentalidades. Talvez seja mais importante promover acções que mexam com o íntimo das pessoas e a missão da instituição e deste modo não tem obrigatoriedade, não tem de partir da autarquia, pode acontecer com qualquer instituição local.

Entrevistadora: Eu também defendo isso.

E6: A autarquia não pode ser a solução para todos os problemas.

Entrevistadora: Agora a Autarquia pode ter um conhecimento dos espaços.

E6: A autarquia pode ter aqui um papel de interlocutor neste processo e na dinamização de algumas instituições e de outras personalidades e entidades que sejam aqui entendidas como actores-chave e que poderão constituir os líderes de opinião, porque são pertinentes para o desenvolvimento e consolidação do processo. Vejo a autarquia como interlocutor e motor de desenvolvimento, em parceria com outras instituições.

A sociedade civil deve ser cada vez mais chamada à responsabilidade para a promoção do desenvolvimento das regiões. Não são só as instituições locais que são chamadas a colaborar com a autarquia; a sociedade civil terá cada vez mais um papel importante no processo de desenvolvimento territorial. Temos que nos consciencializar disto porque os fundos sociais vão terminar e como tal devemos estar preparados para novos desafios, completamente fora dos convencionais e não esperar que sejam as instituições que nos vão dar tudo, para que nós possamos ter a casinha, a água e todo o resto.

["Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado"].

Entrevistadora: Agradeço imenso a sua colaboração.

Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga
Responsável pelo 2º e 3º CEB da Escola EB 2 e 3

14 de Novembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para auscultar a sua opinião sobre a educação no concelho e a operacionalização do conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação. A cada entrevistado vai ser atribuído um código Ent.7 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Câmara Municipal de Sever do Vouga. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informações que considerer necessárias. Posteriormente, será feito o protocolo, através da assinatura de uma declaração com as condições de utilização dos dados da entrevista e a rubrica de todas as suas páginas]. Eu gostava de saber há quantos anos desempenha funções como responsável do 2º e 3º CEB no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga?

E7: Estou no segundo mandato, cada um dura três anos. Estive no mandato anterior, mas a meio foi interrompido porque passou a agrupamento. Eu saí, depois iniciei um mandato completo e este é o segundo. Portanto, cada mandato tem três anos, estive um ano no primeiro, fiz um segundo completo e agora neste que está a decorrer estou no 5º ano de exercício de funções.

Entrevistadora: Quais têm sido as prioridades ao longo destes dois mandatos?

E7: As prioridades são sempre os alunos. É a perspectiva de os elucidar, informar, formar, educar e depois contribuir para que tudo no Agrupamento corra da melhor forma.

Entrevistadora: E que balanço é que faz destes dois mandatos? Estão a correr bem?

E7: Quer dizer o ideal nunca se consegue, há aspectos positivos e aspectos negativos. O balanço em si é positivo, mas muito mais temos para fazer, sobretudo lutar por uma escola nova, porque estas são instalações degradadas, é uma escola da década de 60 e entretanto tudo evoluiu.

Se há outras escolas em que os alunos beneficiam de condições físicas melhores, os nossos não fizeram mal nenhum a ninguém, também delas deviam beneficiar. Já temos enviado textos, pedidos e o que está a acontecer é um problema de aquisição de terrenos, penso eu. Vamos ver se a curto prazo se constrói uma nova escola.

Queríamos ter instalações cativantes, acolhedoras tanto para os alunos, como para os pais e professores; como gabinetes de trabalho. Ainda agora tivemos esta dificuldade com o espaço para trabalho.

Entrevistadora: Como é que caracteriza este Agrupamento do qual faz parte?

E7: Em que termos?

Entrevistadora: Por exemplo no que se refere aos Agrupamentos Verticais, Horizontais? Eu tenho a ideia de que é um vertical...

E7: Sim, tem pré-escolar, 1ºCEB, 2º e 3ºCEB.

Entrevistadora: Uma das coisas que eu percebi quando li a Carta Educativa de Sever do Vouga, foi que a Escola Secundária não estava integrada neste Agrupamento.

E7: Não.

Entrevistadora: Vê essa falta de integração do Agrupamento e da Escola Secundária como um constrangimento para a definição de uma política educativa para este concelho, ou acha que não é importante?

E7: Eu acho que é como tudo. Vai ter aspectos positivos e aspectos negativos. Gerir um Agrupamento com alunos desde o pré-escolar até ao 12º ano vai trazer algumas complicações. Existe uma experiência-piloto em Albergaria e por aquilo que sei, em termos orgânicos dentro da escola onde têm de debater todos os aspectos inerentes, por exemplo, ao nível de um Conselho Pedagógico, uma Assembleia de Escola, com todos os anos lectivos, às vezes não se está muito bem dentro da situação. É claro que no caso concreto do nosso Agrupamento no início também se geraram algumas dificuldades, mas que vamos colmatando ao longo do tempo.

Entrevistadora: Uma das questões que eu me coloco prende-se com o próximo ano lectivo vai começar a vigorar a obrigatoriedade do 12º ano, isso poderia facilitar a agregação das duas escolas. Não é que eu defenda isso. Eu só estou a questionar porque são duas escolas que se encontram lado a lado, se não deveria se um Mega Agrupamento.

E7: Eu vejo isso com algum receio, mas não sei...

Entrevistadora: Eu acho que a missão das duas escolas são diferentes.

E7: E depois é como lhe digo, com alunos do pré-escolar ao 12º ano são realidades completamente diferentes. Estou a pensar por exemplo ao nível do serviço de secretaria... Como é que seria juntar as duas escolas? O espaço? Numa ou noutra? Há aspectos que têm que ser trabalhados mas não sei quando é obrigatório, quando nos é imposto nós temos que fazer. Por exemplo, a formação do

Agrupamento no início foi visto com algum receio, mas depois tudo se teve que adequar e a adaptação é um processo lento e que tem que ser construído. Ao longo do tempo fomos resolvendo as situações e estamos a fazer o nosso melhor! As vantagens podem ser mais ao nível estatal do que propriamente ao nível do sucesso dos alunos.

Entrevistadora: Atendendo ao conhecimento que tem desta realidade e à faixa etária da qual é responsável, quais são os principais problemas que afectam a educação no concelho de Sever do Vouga?

E7: Um dos problemas é a crise familiar e as dificuldades sócio-económicas, as quais se reflectem muito na escola. Mas principalmente a crise familiar.

Há outros problemas como o alcoolismo, que têm impacto na escola, porque se as crianças tivessem um bom acompanhamento por parte das famílias, talvez não se verificassem muitos dos problemas que temos.

Entrevistadora: Uma das questões que eu me coloco prende-se com a desqualificação profissional destas crianças e jovens e vejo isso como um problema no concelho.

E7: Mas em relação à desqualificação profissional?

Entrevistadora: Dos pais das crianças e jovens. Eu falo um pouco pela minha experiência de trabalho em Couto de Esteves e aldeias limitrofes, onde eu verifico que as mulheres é que permanecem nas aldeias, uma vez que são os maridos que saem para trabalhar e aquelas mulheres por exemplo não tinham o 6º ou 9º ano de escolaridade, e agora frequentaram cursos de Educação e Formação de Adultos, onde ganharam uma maior auto-estima, adquiriram a tal qualificação profissional, mas depois têm um conjunto de barreiras e não conseguem dar o salto, porque não têm carta de condução, não existem transportes...

E7: Não existe uma rede de transportes públicos no concelho e isso é de facto um problema.

Entrevistadora: Essa é outra das questões, porque estas crianças e jovens só têm dois autocarros por dia...

E7: E esses autocarros existem para eles, porque por exemplo, no tempo de férias não existe uma rede viária no espaço do concelho, o que é de facto, um problema.

Entrevistadora: E depois se estes jovens querem beneficiar de outro tipo de actividades...

E7: Não podem.

Entrevistadora: Não é obrigatório que seja só escola, não é?

E7: Nós já temos feito. Há uns anos no período do Verão fazíamos piscina e quando não a tínhamos aqui, íamos a Albergaria. A Câmara arranjava o transporte e ia um professor a acompanhar. Mas para além disso, muito mais não se pode fazer pelos motivos indicados.

Entrevistadora: O transporte também é considerado um problema.

E7: A rede rodoviária é um problema no concelho. Mas por outro lado, existem outros locais que por questões geográficas ou de terreno existe uma rede de transportes com vários horários, o que aqui não existe em Sever do Vouga. Louvo o trabalho da Câmara que põe ao dispor das crianças um transporte de manhã, ao meio da tarde e ao final do dia.

Entrevistadora: E soube agora por uma entrevista que fiz que gastam muito dinheiro...

E7: Gastam muito dinheiro por ano, porque é um transporte que existe só para os alunos.

Entrevistadora: É de louvar este investimento.

E7: De facto.

Entrevistadora: Como é que vê o papel do Município na educação do concelho? Pressupõe-se que tenham um papel bastante activo.

E7: Sem dúvida que é um papel activo, não só ao nível dos transportes como também das refeições. E quando falo de transportes não é só a vinda à escola e o regresso a casa, nós temos os Percursos Alternativos e para irem às empresas, a Câmara é que disponibiliza esses transportes. Temos alunos da unidade de multi-deficiência que vêm à natação ou às actividades desportivas e a Câmara está a ceder o transporte.

Sempre que há uma actividade, como por exemplo o Dia Mundial da Criança ou fazemos uma actividade em conjunto com a Câmara o transporte é feito por eles. Portanto, em tudo o que é possível têm colaborado muito. E estão abertos a solicitações, por exemplo se temos uma visita de estudo de um grupo pequeno de alunos, nós só pagamos o combustível e o transporte é a Câmara que o faz. Agora quando vai mais do que uma turma e não é possível fazer isso, tem que se resolver de outra maneira. É de louvar todo o contributo dada pela Câmara.

Entrevistadora: E por exemplo de colaborar com o Agrupamento na resolução de problemas, falou-me da questão da necessidade de um novo edifício...

E7: Têm colaborado muito connosco.

Entrevistadora: E a Câmara promove algum tipo de oferta educativa para estes jovens do 2º e 3º CEB? Estou-me a lembrar de actividades de ocupação dos tempos livres...

E7: Eu acho que colabora mais ao nível da Festa de Natal, Desfile de Carnaval, Dia do Foral de Sever do Vouga, projecto "Astronomia", ateliers, teatro, cinema,...

Entrevistadora: Eu não sabia que se comemorava do Dia do Fora de Sever do Vouga!

E7: Sim, sim. Nós já fizemos aqui grandes actividades em conjunto com a Câmara, fizemos uma actividade de grande dimensão. Ultimamente, por calhar um dia da semana e as pessoas estão a trabalhar, não houve muita adesão. Agora é comemorado ao nível de escola.

A Câmara sempre que nós precisamos de algum aspecto atende-nos e nós também colaboramos muito com eles.

Entrevistadora: Ao nível de actividades desportivas, existe algum tipo de actividade que seja promovida. Eu estou-me a lembrar que existe a Piscina Municipal...

E7: E o Pavilhão Municipal que os jovens podem utilizar.

Entrevistadora: Quais são as parcerias que existem entre o Agrupamento e a Câmara Municipal?

E7: Ao nível dos transportes dos PCA [Percurso Alternativos]; ao nível das AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] onde a Câmara é a entidade promotora; ao nível do prolongamento do horário dos Jardins-de-infância que funciona antes das 9h da manhã e depois das 15h30m, onde a Câmara assegura os funcionários; ao nível do pagamento dos salários às POC's [Programas Ocupacionais] dos Jardins-de-infância e do 1ºCEB; ao nível do fornecimento dos almoços em todas as escolas do 1º CEB não abrangidas pelos ATL's [Ateliers de Tempos Livres]; ao nível do contributo ao 1º CEB através da caixa escolar e do subsídio a livros e material escolar para as crianças carenciadas;...

Entrevistadora: Nas componentes de Apoio à Família, como por exemplo as actividades de enriquecimento curricular...

E7: Sim, mas quem está mais dentro disso é o meu colega do 1ºCEB que vai muitas vezes à Câmara tratar desses assuntos. E a Câmara está muito envolvida connosco nessas actividades principalmente na parte do pessoal (...). Existem vários protocolos nomeadamente a Comemoração do Dia do Foral, do Dia Mundial da Criança, Actividades para a Multi-deficiência, AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] e as CAF [Componente de Apoio à Família].

Entrevistadora: E ao nível do pessoal, por exemplo para colocar no Jardim-de-infância.

E7: Sim, na colocação das auxiliares.

Entrevistadora: Acha que a Câmara deveria ter mais autonomia na gestão da política educativa ao nível local? Por exemplo, os Jardins-de-infância e as escolas têm dificuldade de contratar pessoal não docente, acha que a Câmara deveria ter mais autonomia e poder contratar o pessoal.

E7: Eu acho. E penso que a Câmara também teria essa vontade.

Entrevistadora: Mas teria que existir uma delegação de competências e transferência de financiamentos.

E7: Pois, a parte económica é difícil, por mais que o queiram fazer.

Entrevistadora: Eu não sei se está ligada ao Conselho Municipal de Educação?

E7: Não estou.

Entrevistadora: Quem é o representante do Agrupamento no Conselho Municipal de Educação?

E7: É uma colega do 1º Ciclo (...).

Entrevistadora: Em relação ao Conselho Municipal de Educação não lhe vou colocar estas questões uma vez que não está ligada a isso. Esta parte é a sua opinião pessoal sobre isto e não tanto a sua experiência profissional. Concorde com os que defendem que a educação tem que ter cada vez mais a participação da Administração Local que pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma Educação e Formação consentânea com as características do concelho?

E7: Concorde perfeitamente.

Entrevistadora: E qual é a sua perspectiva em termos futuros no que se refere à educação? Nós estamos a ter uma descentralização dos serviços do Ministério da Educação... será que continuará, ou vamos ter um retrocesso com vista à centralização?

E7: Sem dúvida a descentralização.

Entrevistadora: Será que a educação tende a ter uma perspectiva pública ou vai entrar numa lógica de mercado, com vista à sua privatização?

E7: Eu acho que tende para a privatização, se bem que tem os seus aspectos negativos. A educação, a justiça e a saúde deveriam ser os grandes escudos do Estado, que deveriam defender ao máximo, mas de facto a tendência é a privatização.

Entrevistadora: Actualmente verificamos que a liderança da educação está centralizada nas escolas e nos agrupamentos, até pela pesada bagagem escolar de qualquer jovem e pelo número de horas que passam no estabelecimento de ensino. Mas será que no futuro não passará para o domínio das autarquias ou até para as instituições locais, ou continuará centralizado nas escolas?

E7: Eu acho que a tendência é para o domínio das autarquias, mas vamos aguardar, porque para já está centralizada nas escolas.

Entrevistadora: Em várias esferas da nossa sociedade tem-se proclamado o envolvimento dos cidadãos nas decisões dos problemas que os afectam, como vê essa participação ao nível do seu Agrupamento? Por exemplo, os pais participarem, apesar de já existirem as associações de pais.

E7: Os pais já participam nas Associações de Pais e nos conselhos de turma e há uma valorização da sua participação. É como tudo, tem aspectos positivos e negativos. Um pai instruído e esclarecido até é uma mais valia para a escola, também temos pais que nos apontam o dedo e exigem da escola, coisas que nós não podemos responder (...). Também temos a experiência pessoal, no nosso caso somos professores e pais e temos sensibilidade e compreendemos as situações, mas às vezes as coisas não podem ser como nós queremos. Como lhe digo o ideal não existe!

Entrevistadora: (risos) Pois não.

E7: Queremos pais que nos ajudem a tornar as coisas mais fáceis e acessíveis, com mais solidariedade e não pais que nos apontem o dedo ou pelo menos que o façam de uma forma construtiva.

Entrevistadora: Exactamente. Eu não sei em termos do Agrupamento ou da EB 2 e 3 se têm espaços específicos para a participação dos alunos, como por exemplo os fóruns, as assembleias de escola,...

E7: Mas alunos nos vários órgãos da escola?

Entrevistadora: A participação dos alunos nos órgãos das escolas. Como por exemplo aqueles projectos como "Jovens no Parlamento"...

E7: Sim. Temos o PJ [Parlamento Jovem] e um professor responsável por isso.

Entrevistadora: (...) O Município de Sever do Vouga associou-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Não sei se tem conhecimento desta adesão? Se já ouviu falar sobre o assunto?

E7: Não são aquelas Cidades Geminadas?

Entrevistadora: Não, não.

E7: Então não faço a mínima ideia.

Entrevistadora: Esta associação foi constituída em 1990, em Barcelona e são cidades que vêm a política educativa com a mesma importância que atribuem às políticas de desenvolvimento económico.

E7: E eu acho que deve ser, assim como a justiça e a saúde.

Entrevistadora: E Sever do Vouga aderiu no ano passado a este movimento e eu tive conhecimento disso e vim para aqui fazer a minha tese, devido à proximidade. Isto ainda está a dar os primeiros passos, ainda não existem actividades propriamente ditas no âmbito das cidades educadoras e daí as pessoas não terem conhecimento desta adesão. Mas penso que em termos futuros até o próprio Agrupamento terá mais consciência desta adesão porque poderá ser envolvido nessas actividades e no que se pode fazer em termos de educação.

E7: Fundamentalmente vêm a educação como uma prioridade.

Entrevistadora: Exactamente.

E7: Eu acho que sim, porque os cidadãos são os pilares da sociedade, não é? Se forem instruídos, se forem educados, se forem cívicos, autónomos, interessados, teremos uma sociedade melhor.

Entrevistadora: Uma das questões que ressalta nesta filosofia é a importância do território, como espaço de educação. Tudo é educação desde a forma como o território está organizado...

E7: O ambiente

Entrevistadora: Sim o ambiente, o ordenamento territorial, os cartazes publicitários que aparecem nas ruas, podendo essa educação ser intencional ou não, educativa ou até deseducativa.

E7: Acho bem. O espaço visual...

Entrevistadora: Isto vai ter muito aquele conceito de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, isto não é propriamente uma questão nova, mas está trabalhada no domínio da cidade e isso não significa que sejam apenas as cidades a aderir, os Municípios podem fazer essa adesão.

E7: Mas Sever do Vouga não é cidade.

Entrevistadora: Exactamente. Por isso é que eu estava a referir a ideia dos territórios educativos.

E7: Acho muito bem que estejam abertas a essa situação.

Entrevistadora: Eu agora pedia-lhe que me desse a sua opinião sobre este texto. Prefere ler ou quer que eu leia?

E7: Vou lê-lo e depois comento?

Entrevistadora: Sim. Ou se preferir ir lendo e comentado os assuntos que achar mais relevantes.

E7: *"A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc."* Sem dúvida!
"Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes". Não podemos nunca ter uma atitude passiva e vemos a escola com a missão de preparar os alunos para serem cidadãos activos, informados e actualizados, porque o que ontem era dado como certo e seguro amanhã está posto em causa, a nossa sociedade é mesmo assim. A informação suplanta-se a cada momento.
"Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens". Eu acho que isto é importantíssimo, só que nem todos os alunos estão motivados para a educação, temos uma escola de massas. Há um número que está motivado e o nosso problema também passa por aqui, motivá-los para a educação para a informação e para a actualização constante. Temos um aliado potencial que é a NET e a informática, porque eles gostam muito e por aí acho que nós podemos fazer alguma coisa.

"Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos". Sem dúvida, capazes de interpretar um texto de se desenharem no dia-a-dia, porque que a escola quer queiramos quer não, ainda tem um ensino muito conteudístico e nós temos que prepará-los para a mudança.

Entrevistadora: E é um ensino muito de papel e caneta...

E7: E se tivermos esses aliados como a cidade educadora podemos fazer muita coisa. É como um comboio, as carruagens vão umas atrás das outras e interligadas.

“Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, “considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano”. Estou totalmente de acordo com aquilo que aqui está.

“A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos”.

Sem dúvida, os idosos têm muito que nos ensinar, têm uma cultura de vida e uma experiência de vida que podem contribuir para construção de cidadãos activos, intervenientes e participativos.

Entrevistadora: Outra das questões que eu coloco prende-se com o facto de não fazermos educação para as pessoas, mas com as pessoas, envolvê-las.

E7: Exacto. *“Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário”.*

Temos aqui como exemplo as bibliotecas públicas. Temos ainda pessoas que dizem isto não é para mim, eu não percebo nada disso e acho que temos que combater esta postura, porque todos somos capazes, todos somos cidadãos inteligentes.

Entrevistadora: E também é a ideia da Aprendizagem ao Longo da Vida.

E7: É aquilo que eu dizia há pouco, o que hoje é dado como um dado absoluto, amanhã está completamente colocado em causa e ultrapassado e a informação suplanta-se a cada momento e há que estar atento e adaptar-se à mudança.

Entrevistadora: E esta ideia destes centros cívico educativos...

E7: Aponta para uma aprendizagem permanente e ao longo da vida de todo o cidadão.

Entrevistadora: Exactamente. E a ideia não é construir uma infra-estrutura que é o centro cívico-educativo, a ideia é rentabilizar todos os espaços existentes num determinado território, por exemplo aqui a Vila temos a escola e um conjunto de infra-estruturas e instituições, como a Biblioteca, o Centro Social de Apoio à Criança e Jovem, temos a Piscina, o Polidesportivo, temos ali em baixo a associação que tem a patinagem, a APCDI, e a ideia seria constituir uma plataforma educativa onde todos pudessem intervir. E o espaço fosse aberto, e não utilizado apenas para uma determinada faixa etária...

E7: Que não tivesse barreiras, nem fronteiras.

Entrevistadora: E era entrar um bocado as escolas, que normalmente está vinculada a uma determinada faixa etária e a pudessemos abrir para que à noite viessem aqui outros fazer formação na área das TIC, tem a biblioteca e que pudessem vir aqui consultar um livro,... era um pouco rentabilizar os recursos existentes.

E7: E motivar as pessoas para isso, porque isso passa muito pela motivação para aprender.

Entrevistadora: Outra ideia era a transgeracionalidade, juntar as várias faixas etárias incluindo os idosos e que houvesse ali uma transmissão de saberes. Mas também é preciso que as pessoas estejam motivadas, como referiu anteriormente. Eu acho que à primeira vista isto pode ser uma utopia, mas tem grandes possibilidades de concretização no terreno.

E7: O importante é a ideia nascer e depois com calma pode ser colocada em prática, mas para isso acontecer tem que nascer a ideia.

Entrevistadora: Esta experiência está a ser levada a cabo por alguns países e muitos deles com um grau de desenvolvimento inferior ao nosso, numa lógica de potencialização dos espaços e a educação para a cidadania. As pessoas vão-se envolvendo, vão participando e o facto de participarem torna-as mais conhecedoras e chegam a ter uma actividade política. Discutem coisas como por exemplo o orçamento da Câmara. Outras das coisas é terem conhecimento do que faz a autarquia pelo acesso à Internet, onde podem consultar os planos de discussão e dar a sua opinião.

E7: É dar importância às pessoas, torná-las intervenientes. *“Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação (...)”.* Eu acho que esta vontade já existe.

Entrevistadora: Outra das questões que eu coloco é quem deve liderar este processo, a autarquia, a escola ou a sociedade civil?

E7: Eu acho que devem ser todos.

Entrevistadora: Eu acho que a escola deveria ocupar nestes centros cívico-educativos um papel central.

E7: Na medida em que os alunos passam aqui a maior parte do tempo, concordo perfeitamente. Mas depois todos em conjunto.

“(...) [M]as também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal “assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade”. Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada “Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado”.

Eu estou de acordo com o que está aqui e que isto seja de facto uma realidade e que seja colocada em prática.

Entrevistadora: Acha que isto era viável para Sever do Vouga?

E7: Porque não? É uma questão de tentar pôr em prática. Nós estamos receptivos a isso, desde que seja por uma melhor educação no concelho.

Entrevistadora: **Será que existia por parte do Agrupamento uma receptividade e disponibilizar alguns dos seus recursos, apesar dos constrangimentos que têm com a falta de espaço? Por exemplo, esta ideia da biblioteca,...**

E7: Sem dúvida, que estamos abertos a este tipo de iniciativas. Temos um projecto da biblioteca em que chamamos cá alunos do nosso Agrupamento à escola, temos um projecto que é o teatro ligado à biblioteca com encenações de peças e textos e tem sido um trabalho bastante positivo.

Entrevistadora: **Estou satisfeita com a entrevista e agradeço imenso que me disponibilizou.**

Director da Solidários- Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário

3 de Dezembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para auscultar a sua opinião sobre a educação no concelho e a operacionalização do conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação. A cada entrevistado vai ser atribuído um código Ent.8 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Fundação Solidários. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informações que considerar necessárias. Posteriormente, será feito o protocolo, através da assinatura de uma declaração com as condições de utilização dos dados da entrevista e a rubrica de todas as suas páginas]. Eu gostava de saber há quantos anos desempenha funções de director/fundador da Solidários?

E8: Vinte e três anos.

Entrevistadora: Quais têm sido as prioridades da Fundação ao longo destes últimos 23 anos?

E8: Depende dos períodos, porque em cada período foram sendo definidas diferentes prioridades. Num primeiro momento, a nossa prioridade foi muito direccionada para apoiar as pessoas que tinham iniciado cooperativas e grupos informais de produção, em comunidades rurais e que precisavam de alguma formação, acompanhamento e orientação, fundamentalmente nas áreas da comercialização e da gestão associativa.

A outra prioridade, também na fase inicial da Fundação, foi a gestão de um fundo rotativo que nós tínhamos e que disponibilizava algum dinheiro para grupos e pessoas individuais que queriam realizar iniciativas de emprego em meio rural. Portanto, durante alguns anos fizemos a gestão desse fundo – as pessoas utilizavam os empréstimos e depois iam reembolsando.

Numa segunda fase, em que Portugal já estava a integrar-se na União Europeia, nós definimos como prioridade o apoio para as ideias de projecto que as pessoas tinham. Pensando sempre em comunidades rurais e dispersas, que era o público com quem a Solidários trabalhava, realizando algumas acções de formação em que as pessoas tinham a possibilidade de apresentar as suas ideias, que depois eram trabalhadas no sentido de serem transformadas em projectos.

Neste período nós contactámos algumas entidades locais, nomeadamente Câmaras Municipais e Associações, que depois prestavam algum apoio às pessoas dos locais da sua área de intervenção.

Nesta fase, até aos anos 90-92, a Solidários trabalhava em vários concelhos, não tinha um território muito delimitado.

Numa terceira fase, começámos a trabalhar com públicos mais estratégicos, nomeadamente mulheres e jovens que tinham saído do percurso escolar, no âmbito das iniciativas comunitárias, que possibilitaram uma gestão e recursos diferentes, na medida em que permitiam trabalhar com pessoas de vários locais. Sempre na perspectiva de capacitar as pessoas para gerirem pequenos negócios, em paralelo com uma estratégia de animação local, sensibilizar outros para dinamização de iniciativas de emprego e de produtos e recursos locais, portanto numa dinâmica de desenvolvimento local.

É nesta fase que é constituída a Animar-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local e portanto por aí a Solidários trabalha mais as estratégias de Desenvolvimento Local, tentando aglutinar as pessoas em pequenos grupos, muito na perspectiva da capacitação e do protagonismo do Local.

A Solidários fez parte da direcção da Animar durante 13 anos.

Mais recentemente, concretamente a partir dos anos 1998, 2000 a Solidários reorienta a sua estratégia e passa a ter uma intervenção local, num determinado espaço territorial, o que determinou uma orientação diferente em termos de trabalho. Nomeadamente, colocou logo questões de como trabalhar de forma mais permanente em comunidades locais: com pessoas com que nos íamos cruzar mais vezes, todas as semanas e todos os meses; com as organizações locais, onde existe uma maior proximidade. Desde logo tivemos que ter em conta o modo de trabalhar o local.

Nesta última fase, trabalhámos mais a área da Educação e Formação de Adultos, no sentido da dupla certificação, ou seja da componente da formação profissional e da componente mais académica. Aqui em termos de áreas temáticas, tentámos dar prioridade aquelas áreas que nos pareceram estratégicas para o desenvolvimento destas comunidades rurais, situadas num território que não sendo do interior profundo português, mas que apesar de estarem próximas do litoral acabavam por sentir os mesmos problemas das regiões do interior: zonas de montanha, dificuldades de transportes, fuga da população, fuga da inteligência sobretudo dos mais jovens,... Portanto, era necessário fazer algum trabalho de capacitação das pessoas, para ver se algumas queriam permanecer em meio rural e tomar iniciativas que permitissem alterar o quadro da situação.

Entrevistadora: E quais os recursos em termos de infra-estruturas que a Solidários dispõe actualmente?

E8: A Solidários mudou a sua sede, que estava localizada em Oliveira do Bairro, para a Casa da Fonte, na freguesia de Couto de Esteves. Aí a Solidários tem o seu Centro de Recursos para o Desenvolvimento, constituído por 2 salas de formação, uma sala de informática, alguns gabinetes de trabalho, uma biblioteca e uma quinta experimental do modo de produção biológico e permacultura.

Entrevistadora: E quais os projectos que a Fundação tem estado envolvida nestes últimos anos?

E8: A Solidários tem promovido vários cursos de educação e formação de adultos que conferiram uma certificação escolar equivalente ao 9º ano e uma formação profissional de nível II em áreas como Jardinagem e Espaços Verdes, Agricultura Biológica e Apoio Familiar e à Comunidade.

No último ano, esteve envolvida num projecto de investigação *“Estudo Para Uma Formação Específica Em Meio Rural: avaliar impactos e construir modelos ajustados”* que foi realizado em parceria com o CETRAD da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro e que teve como epicentro o concelho de Sever do Vouga e freguesias limítrofes dos concelhos de Vale de Cambra e Oliveira de Frades.

Fomos também parceiros noutro projecto de investigação promovido pela Direcção Geral de Formação Vocacional, a actual Agência Nacional para a Qualificação, que se designava por *“MAPA- Motivar os Adultos para a Aprendizagem”*, direccionado para a valorização das aprendizagens de educação não formal.

Também temos alguns projectos de cooperação transnacional e ultimamente estivemos envolvidos num projecto *“Promoção da Cidadania Activa na Europa”*, que envolveu vários países, nomeadamente a França, Itália, Finlândia, Roménia e Espanha. Em Sever do Vouga organizamos três oficinas participativas, onde abordámos assuntos como a constituição europeia, a governança, o livro branco da juventude, o orçamento participativo. Na sequência destas oficinas levámos 10 pessoas, algumas de Sever do Vouga, a participar num Fórum em Marselha para apresentar e discutir os resultados das oficinas realizadas nos vários países. Apesar deste projecto já ter terminado, o grupo português continua a juntar-se para reflectir sobre a cidadania activa e de como envolver outros interessados.

Também promovemos no mês de Agosto o intercâmbio de jovens, mas este ano organizámos uma actividade diferente, o *“Naturalmente- Verão Agrícola 2007”*, onde dinamizamos duas oficinas, relacionadas com a macrobiótica, agricultura biológica/permacultura e no último dia organizámos um mercado aberto para venda de produtos biológicos e outros de qualidade da região. A este tipo de actividades associamos sempre um momento de animação e de valorização da cultura local.

Este tipo de eventos, assim como a participação organizada em Feiras como a FICAVOUGA, inscrevem-se numa dinâmica de divulgação da agricultura biológica e dos produtos de qualidade, bem como as competências das ex-formandas, que podem ter sido desenvolvidas em cursos decorridos na Casa da Fonte ou não.

Entrevistadora: Eu gostava de saber a sua opinião, atendendo à experiência de trabalho que a Fundação de Solidários têm no Município de Sever do Vouga, relativamente à educação no concelho, tendo em atenção as várias faixas etárias? (...)

E8: Eu acho que a problemática da educação em qualquer território deveria de ser assumida em termos estratégicos pelos vários actores que estão no local. Nesse sentido, é uma falha e penso que em Sever do Vouga esse trabalho não está feito, porque a educação normalmente é considerada como um factor isolado do desenvolvimento e não é.

A educação e a cultura fazem parte de um conjunto de actividades que se desenvolvem num determinado território. Por exemplo, se os alunos de uma determinada escola têm dificuldades em história ou em matemática e se existir uma intervenção de outros actores, uma dinâmica do concelho ao nível da informação que circula e dos conteúdos que vão sendo adaptados... vai ter uma influência directa na escola, embora as pessoas muitas vezes pensem que não.

Eu acho que há uma *“cultura de aprender”* que só se consegue introduzir num determinado território ou zona, se os vários actores tiverem um espaço de diálogo / debate, como por exemplo um fórum, algo informal, que não precisa de ter grandes regulamentos, nem ser uma coisa demasiado complexa,... um espaço onde as pessoas possam trocar experiências. A problemática da educação de hoje não é só dos meninos que têm 5 ou 6 anos! É desses, dos que têm 10, dos que têm 15, dos que têm 20,... No fundo, é a problemática do aprender ao longo da vida.

Em Sever do Vouga, eu penso que falta dar alguns passos nesta direcção. Uma interacção dos vários actores, daqueles que têm uma responsabilidade directa na área da educação, nomeadamente a Câmara Municipal e todas as escolas, mas também todos os outros actores que parecendo que não têm nada a ver com o assunto, são actores que podem ter uma influência muito importante para que a educação e o aprender, passe a ser alguma coisa que está na ordem do dia e no quotidiano de uma comunidade territorial, que neste caso é o município.

Penso que há alguns aspectos positivos na educação do concelho, nomeadamente o empenhamento da autarquia e se calhar de alguns professores e responsáveis, que apostam em fazer melhor e fazer bem. Penso que são uma boa aposta os cursos pós-secundários [CET's- Cursos de Especialização Tecnológica] que a Câmara Municipal tem desenvolvido e tem apoiado e incentivado através de uma parceria com a Universidade de Aveiro e com o VOUGAPARK.

Em relação à educação e formação de adultos, é uma área que ainda há muito a fazer e que a cooperação inter-institucional é fundamental, até para se identificarem as áreas de actividade que são estratégicas para o futuro e qual o papel que os diferentes actores poderiam ter nessa formação, digamos assim. É uma área que está muito embrionário, mas não é só em Sever do Vouga. Portanto, precisa de uma atenção e de um trabalho específico e depois em inter-ligação com os públicos mais jovens.

Entrevistadora: Eu gostava de saber quais são as parcerias que a Câmara tem com a Fundação e como é que funcionam?

E8: A parceria que temos com a Câmara Municipal podemos situá-la a dois ou três níveis: há um primeiro nível em que a parceria com a Câmara Municipal é de acolhimento, de apoio a algumas actividades pontuais que a Solidários foi desenvolvendo, quer na área educação e formação de adultos, quer de outras áreas de intervenção, em que trabalhamos com públicos das escolas do primeiro ciclo

do ensino básico [Projecto "Educação Transgeracional"]; num segundo nível existe um salto qualitativo nesta parceria em que embora ainda não existindo algo muito estruturado, começa haver um empenhamento maior da Câmara Municipal, em áreas mais concretas em que podemos cooperar. Há uma área que já está bastante delimitada, que é a da promoção da agricultura biológica, que entra já um bocadinho ao nível da perspectiva da educação ambiental, que é identificada como uma área que tem muito potencial para se desenvolver na área da cooperação e estratégica em termos de desenvolvimento. Penso que pode haver outras áreas, como por exemplo ao nível da educação e da formação.

O que é importante é que existe uma relação de respeito mútuo e de confiança, naquilo que as entidades fazem por parte da Câmara Municipal. É o acreditar que aquilo que a Solidários faz, seja na área da educação e da formação, seja na área da promoção da agricultura biológica, seja na área da valorização do local e dos produtos de qualidade é um trabalho essencial, que é a Solidários que sabe fazer. E o Município já verificou isso e nesse sentido está disponível para apoiar muito do trabalho que nós queremos fazer.

É um potencial que ainda não está devidamente explorado, mas estão criadas condições para se fazer um trabalho interessante no futuro.

Entrevistadora: A Solidários é ouvida relativamente aos assuntos relacionados com a educação no concelho, como por exemplo ao nível do Conselho Municipal de Educação e da Rede Social?

EB: De uma maneira geral não temos sido ouvidos nessa área, apesar de termos tido uma participação quando a Rede Social tinha um funcionamento mais regular. Aí pudemos expressar num ou outro momento a nossa opinião ao nível do Diagnóstico que foi feito. Mas excluindo essa parte, não somos chamados a dar uma opinião sobre as questões da educação básica, da formação profissional, nem da formação pós-secundária, nem da educação e formação de adultos.

Entrevistadora: A Fundação Solidários tem alguma parceria com a escola, nomeadamente ao nível do Agrupamento de Escolas e da Escola Secundária?

EB: Parceria formal, não. Tivemos algumas iniciativas há dois ou três anos com o Agrupamento por causa de um trabalho que foi feito com as crianças das escolas do primeiro ciclo, no âmbito do projecto "Educação Transgeracional", onde dinamizámos algumas oficinas de troca de saberes entre gerações, nomeadamente "Rios de Música", "Todos em Cena", "Serão à Lareira", "Pão sobre Pedra",...

No ano passado houve uma parceria com a EB 2 e 3 de Sever do Vouga, com duas turmas dos percursos alternativos, mas foi um trabalho pontual e não está estruturado em termos de futuro, onde desenvolvemos um conjunto de oficinas onde se trabalha ao auto-conhecimento relativamente aos processos de aprendizagem, o projecto de vida e o conhecimento e valorização da cultura local.

É uma área onde podemos investir mais, mas de momento não está nada pensado.

Entrevistadora: Como sabe são cada vez mais as competências que as Câmaras Municipais têm até pelas constantes reformas que têm vindo a ser implementadas pelo actual governo no que respeita à educação. Na sua opinião até onde é que deve ir a intervenção municipal ao nível da educação? Deve limitar-se como está actualmente à gestão do pré-escolar, do ensino básico e actividades de enriquecimento curricular? Ou abranger todas as fixas etárias, atendendo ao facto que é um órgão de proximidade?

EB: Isso depende muito de como é que vai ser estruturado no futuro o ensino e a aprendizagem no próprio país, eu penso que os municípios de uma maneira geral e Sever do Vouga não foge à regra, não têm competências instaladas para assumirem a 100% as responsabilidades de carácter pedagógico. Não foram apetrechadas para essa função e por isso não têm essas competências instaladas. Agora podem adquirir essas competências.

Penso que a tendência será até ao ensino secundário existirá uma responsabilidade cada vez maior dos municípios, mesmo que não seja o município por si, mas um conjunto de municípios. Estas coisas às vezes têm que ter alguma escala, um Município pode não ter competências instaladas de gestão pedagógica, mas dois ou três municípios já podem conseguir.

Também é preciso existirem outros actores com intervenção nessa área, nomeadamente os actores económicos, os actores sociais, e as escolas deveriam abrir-se à participação na gestão da sociedade civil. Não só em questões pontuais, mas para que a sociedade civil possa assumir os desígnios da educação num determinado território. Talvez ultrapassando as barreiras do próprio município, embora a base seja sempre o município. Talvez sejamos mais ousados se formos capazes de fazer uma coordenação estratégica de dois, três ou quatro municípios, que estão na mesma região, com problemas comuns e com as mesmas orientações políticas, estabelecendo sinergias que se acabam por cruzar, porque os alunos de um concelho vão trabalhar no outro e vice-versa.

As coisas têm uma interacção natural, onde é importante que existam fóruns em micro-regiões, onde a questão da educação também possa ser abordada.

Eu penso que a tendência é os municípios assumirem mais responsabilidades na gestão, mas as escolas não podem deixar de ser responsabilizadas. As escolas deveriam de ter uma autonomia responsável, de maneira a que a própria escola pudesse ser responsabilizada por aquilo que está a fazer.

Se deixar de existir uma espécie de tutoria do Ministério da Educação sobre a escola e passar a uma espécie de tutoria municipal, pode não dar muito bom resultado, porque a demasiada proximidade é conflitual.

Penso que não será benéfico substituir a tutoria de um Ministério por uma tutoria de um município parece-me que não dará bom resultado, deveriam optar por outras soluções mais interessantes.

Entrevistadora: Eu agora gostava de saber a sua opinião pessoal relativamente às perspectivas futuras da educação, que não se resume só à perspectiva do concelho, mas a uma perspectiva de âmbito nacional. Pensa que vai continuar a existir este processo de descentralização do Ministério da Educação como me estava a falar ou vamos ter um retrocesso e voltar à centralização? O que lhe parece que vai acontecer?

E8: Em termos de profecias é um bocado difícil... (risos)

Aquilo que eu acho que seria útil era ter a capacidade de definir aquilo que são competências no local e as competências que deveriam ser exercidas ao nível supra-local, nacional ou regional. Depois deveríamos ver muito bem como é que essas competências se tinham de coordenar ou de interagir umas com as outras.

Eu penso que a centralização não vai resolver problema nenhum, porque a escola tem que se ligar cada vez mais ao local, nomeadamente em termos dos conteúdos e das disciplinas.

Eu defendo que a escola tem que ter uma ligação à história local. Na escola tem que se aprender primeiro a história local, depois a história nacional e só depois a história internacional. Não faz sentido, que um aluno de uma determinada região não saiba nada da história local. Ele tem que saber a história daquele local e se não há investigação, conhecimento, então que se trabalhem estas áreas para que cada micro-região tenha a sua história documentada e que a escola possa ajudar a aprender a história da sua região.

Quem diz a história, diz o património, diz as actividades económicas, o saber e conhecimento que existe numa determinada zona, que pode estar ligado à universidade ou não.

Acho que é necessário aprender ligado ao local, penso que essa parte é fundamental.

A outra parte que eu penso que é fundamental é a escola deixar de ser tão elitista, tão teórica,... as pessoas serem preparadas na escola para fazer qualquer coisa. Não é como acontece agora, que sai um jovem com 12º ano e não sabe fazer nada. Tirando o caso dos cursos profissionais, que estão agora a ser introduzidos, até há bem pouco tempo existiam jovens que acabavam o 12º ano e iam procurar emprego e não sabiam fazer nada.

A escola tem que estar ligada à vida para as pessoas aprenderem a fazer qualquer coisa, conhecimentos, técnicas que sejam lhes úteis. Agora os desafios do futuro são muito complicados. (risos)

Com a globalização, com a circulação das pessoas, com o acesso ao conhecimento que hoje também se tem, a escola caminha para ser cada vez mais autónoma, mas deveria deixar de estar fechada nas suas quatro paredes. É daquelas instituições que não é como uma fábrica que tem um dono e que trabalha de forma autónoma. A escola não tem dono, a escola é da comunidade, é do país, é de todos,... por isso também deve ter a intervenção de todos. Neste sentido, quem lá está dentro, tem que aceitar que é assim, se não aceitar, tem que mudar de trabalho! (risos)

Entrevistadora: Qual é a sua perspectiva em termos de educação ela continuará a ser pública ou tende a ser privatizada, há semelhança do que acontece com outras políticas como é o caso da saúde?

E8: A educação não escapa à tentação que a economia neoliberal tem, de tomar conta de tudo aquilo que possa parecer que é rentável. Por isso, a área dos serviços é muito apetecida pelos agentes económicos.

Eu penso que a educação privatizada não resolve os problemas. Pelo menos aquilo que eu acredito é que a educação deve ser uma responsabilidade pública e pode também ter uma responsabilidade privada, mas que seja comunitária e não lucrativa. Por exemplo, poderíamos chamar de solidária!

É necessário que haja uma participação da sociedade civil, que pode ter uma participação da escola ou de instituições autónomas que prestam os serviços de educação.

A educação não deveria entrar pela lógica comercial. Podem ser entidades exclusivamente públicas que é o modelo que nós temos maioritariamente, mas também temos o modelo que assenta no ensino privado, que é cooperativo ou associativo. Portanto eu acho que essa área da educação deveria de estar vedada à componente comercial e lucrativa. Não faz sentido e a sociedade andar muito para trás se assim acontecer.

Entrevistadora: Eu gostava de saber qual é a sua opinião relativamente ao envolvimento da sociedade civil, nomeadamente os habitantes de um determinado território, para a definição de uma 'educação com e para todos'. Normalmente, as pessoas são mais consumidoras de educação, do que produtoras de educação. Como vê a participação das pessoas na definição daquilo que querem aprender, como aprender e com quem?

E8: Isso é um processo que vai ser difícil! A sociedade nos últimos anos tem educado as pessoas para consumirem e as pessoas estão habituadas a consumir o que lhes dão, tenham que pagar ou não. Como é o caso da educação onde uma parte é gratuita e outra não.

Eu penso que é um processo complicado e difícil! O caminho seria um bocado esse, a população de um determinado território deveria opinar, participar nas decisões estratégicas para a educação de um determinado território nos próximos 10 anos. As pessoas deveriam ser ouvidas sobre isso!

Agora não podemos pensar que vamos ouvir as pessoas com um calhamaço de 500 ou 600 páginas que lhe seja passado para a mão e que as pessoas têm que opinar sobre alguma coisa que os 'bem pensantes' elaboraram. Não pode ser por esse processo, têm que ser por processos mais participativos e mais acessíveis do ponto de vista das formas de participar. Não pode ser ler documentos e apresentar pareceres sobre os documentos que já foram escritos, mas pode ser a partir de modelos mais participativos, mais abertos, em pequenos grupos, onde os animadores têm um conjunto de questões concretas que podem formular e as pessoas pronunciam-se sobre perguntas concretas, e não sobre documentos já elaborados. Isto a um nível geral.

A um nível do indivíduo daquilo que cada um quer aprender, eu acho que deveria começar a partir da escola. Desde muito pequenino que as pessoas deveriam ser ajudadas a construir o seu processo de aprender. Portanto, há coisas que nós podemos acrescentar mas deveríamos partir sempre do potencial que a pessoa tem e da vontade que a pessoa tem de aprender. Se nós respondermos à vontade que cada um de nós tem de aprender o ensino vai ter muito mais sucesso.

Agora se queremos abrir a cabeça e colocar lá um funil e colocar tudo lá para dentro se calhar vai dar mau resultado.

Entrevistadora: Tem conhecimento que o Município de Sever do Vouga aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

E8: Sim, já ouvi falar.

Entrevistadora: Acha que trouxe alguma mais valia por aquilo que ouviu falar? Ou acha que ainda é uma ideia embrionária?

E8: Eu acho que ainda não está tornado público, ou pelo menos publicamente ainda não é visível algum impacto sobre isso. Agora são os responsáveis e as pessoas que participam, aprenderam ou pelo menos é visível o entusiasmo que elas têm. Eu acho que é importante, as pessoas estarem inseridas em fóruns que discutem ideias e partilham experiências que são sempre espaços de aprendizagem.

Dos contactos que tive com os responsáveis, já me apercebi de que as pessoas têm entusiasmo, gostam de ir e de partilharem o que fazem e saber o que os outros estão a fazer. Eu penso que esse é o primeiro passo, ouvir os outros, ver o que os outros fazem, partilhar o que fazemos é o primeiro passo para a aprendizagem. Neste aspecto, acho que é uma boa iniciativa, uma boa aposta.

Entrevistadora: Eu agora gostava que me desse a sua opinião sobre este texto que fala sobre o conceito de 'Cidade Educadora' e a possibilidade de uma organização territorial da educação em Centros cívico-educativos. Estes Centros Cívico-educativos, podem ter outra designação, mas referem-se a mega-plataformas educativas, onde todos os recursos locais são mobilizados a favor da educação. Por isso os Centros Cívico-educativos não são os Pólos Educativos, nem a imagem da instituição que temos como Centro Educativo.

Prefere ler ou quer que eu leia?

E8: Eu posso dar uma vista de olhos. *[A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Precisamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".*

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano".

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade". Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado".

Entrevistadora: O que é que vê de interessante nesta ideia?

E8: Eu acho que a ideia de tornar acessível ou permitir o acesso de toda as pessoas à aprendizagem, ao aprender, à partilha do saber e do conhecimento, é um desafio do futuro.

O grande 'capital' que uma sociedade pode ter, é precisamente o conhecimento.

O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental.

Agora a forma como o fazer, podemos ter várias opiniões. Mas acho que aí vai depender muito da experiência, da sensibilidade dos municípios e dos seus responsáveis por estas tarefas, mas deveria ter a participação de mais actores. Portanto, se fecharmos a participação só aos municípios e às escolas estamos a fechar muito a todo o potencial que podem ter estes Centros ou estes espaços de aprendizagem mais abertos aos diferentes grupos populacionais.

Eu não sei como é que podem funcionar, mas o melhor seria fazer algumas experiências, ou recolher experiências que outros já tenham realizado.

Depois há sempre uma questão séria que são os recursos para fazer esse tipo de trabalho. E só funcionará se existirem pessoas preparadas e com competências, capacidade e sensibilidade para fazerem uma espécie de animação destes centros. Se estes Centros tiverem apenas professores com a função de despejar matéria não responde sequer ao objectivo, porque eu penso que o objectivo destes espaços é a partilha do conhecimento, a partilha do saber e a aprendizagem conjunta, por isso exige pessoas muito bem preparadas, para que estes espaços possam ser animados. Caso contrário, estes espaços serão um fracasso.

As pessoas vão lá, mas é preciso que percebam que aquilo lhes acrescenta alguma coisa à sua vida. Não precisam de ser frequentadores permanentes, podem frequentar durante um ano ou dois e depois existirem momentos que por várias razões não frequentam esses espaços. Mas depois voltam.

Estes espaços tinham que ser muito dinâmicos e tinham que ser ou pelo menos parecer que são úteis, porque senão as pessoas não vão lá.

Entrevistadora: Em termos do município de Sever do Vouga acha que estas condições seriam facilmente criadas ou ainda se teria que trabalhar muito, para se conseguir organizar o território em vários centros educativos. Atendendo às características do território, nomeadamente o isolamento, a dispersão geográfica, a falta de uma rede de transportes, o envelhecimento populacional,... acha que este centro deveria funcionar apenas na sede da Vila ou deveríamos alargar às aldeias mais dispersas?

E8: Sever do Vouga padece de uma falta, que os outros concelhos também têm. Nós saímos das grandes cidades e os pequenos municípios têm falta de 'inteligência instalada', têm algumas pessoas, alguns professores, mas têm falta de 'massa crítica' e penso que esse é um problema.

Eu penso que o Município de Sever do Vouga tem vontades importantes, vontade política do município e abertura para poder avançar para alguma iniciativa desse género, mas penso que falta trabalhar as questões da cooperação inter-institucional. Quando nós nos sentamos, os vários actores, cada actor tem os seus interesses e objectivos e penso que Sever do Vouga também não foge à regra. E vai ter que se fazer bastante trabalho para que os actores se despojem dos seus interesses mais particulares e possam colocar em favor do conjunto os seus conhecimentos o seu entusiasmo e as suas energias, para poder levar a bom termo uma iniciativa que se reveste de muitos aspectos inovadores.

E estas iniciativas são inovadoras, mas também se revestem de algum risco e há sempre aquelas pessoas e entidades que não gostam de arriscar.

Há algum trabalho a fazer no sentido de preparar as diferentes instituições – escolas, agrupamento, as câmaras e outros actores, que podem ter uma intervenção para se prepararem para ter uma iniciativa desse género.

Eu penso que ela não deve ser estática e ficar sempre no local, temos de encontrar um modo de ela poder sair desse Pólo, desse Centro, sair desse espaço e circular pelo concelho, porque há algumas aldeias que são bastante distantes da sede do concelho, tirando duas ou três que estão relativamente próximas, as outras são distantes.

Portanto, se não circular pelo concelho, porque podem não ser espaços físicos estáticos, mas uma coisa móvel, para que as pessoas percebam que é útil e tornar acessível às pessoas que não estão todos os dias na sede do município.

Entrevistadora: A Fundação Solidários gostaria de se envolver num destes processos de dinamização destes centros, atendendo à sua localização, aos recursos de que dispõe, ao *know-how* que tem?

E8: A Solidários tem algum saber, alguma experiência, algum conhecimento acumulado da sua experiência de trabalho nestes 23 anos de vida. Em Sever do Vouga tem já algum historial de trabalho e de conhecimento da realidade. Agora os recursos que a Solidários tem disponíveis, têm por exemplo instalações, mas em termos de recursos humanos está neste momento muito limitada. Portanto, se não existirem outros recursos humanos ou até algum financiamento para custear as despesas das pessoas que possam dedicar tempo a estes projectos, caso contrário é muito complicado.

Agora a Solidários está aberta a participar com opiniões, com sugestões, numa comissão de acompanhamento e de dinamização ou até participar num fórum do município. Isto pode fazê-lo de forma voluntária.

Agora tudo o que sejam intervenções operacionais, como por exemplo criar um Centro em Couto de Esteves em que a Solidários assuma uma parte importante de responsabilidade operativa, só com financiamento da autarquia ou a nível público, porque a fundação não tem recursos financeiros que pudessem suportar este trabalho.

Entrevistadora: Agradeço imenso a sua colaboração.

Presidente do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga

4 de Dezembro de 2007

Entrevistadora: [A entrevista insere-se no âmbito da minha tese de mestrado, que tem como objectivo explorar as potencialidades do conceito de Cidade Educadora, partindo da análise de um contexto concreto- Sever do Vouga- e avaliar as possibilidades da organização territorial da educação em centros cívico-educativos.

A investigação compreende a realização de entrevistas a vários actores locais- autárquicos, escolares e institucionais- para auscultar a sua opinião sobre a educação no concelho e a operacionalização do conceito de centros cívico-educativos.

Os dados presentes na entrevista serão utilizados no âmbito da tese, ou para fins decorrentes da sua divulgação. A cada entrevistado vai ser atribuído um código Ent.9 ou uma abreviatura que derive da função que desempenha na Câmara Municipal de Sever do Vouga. O nome próprio não aparecerá em nenhuma parte da tese.

A transcrição integral da entrevista só será colocada em anexo, caso seja solicitado pelo júri da tese. Após a realização da entrevista, esta será transcrita e devolvida para confirmar o seu conteúdo, onde poderá acrescentar ou retirar informações que considerar necessárias. Posteriormente, será feito o protocolo, através da assinatura de uma declaração com as condições de utilização dos dados da entrevista e a rubrica de todas as suas páginas]. Eu gostava de saber há quantos anos desempenha funções neste Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga ou na Escola EB 2 e 3 uma vez que a constituição dos agrupamentos de escolas é recente?

E9: Eu estou nesta escola desde Setembro de 1992 e entrei no Conselho Directivo no ano seguinte, portanto, no ano lectivo 93/94. Desde essa altura desempenhei várias funções, fui vice-presidente, secretária e estive fora no ano lectivo 97/98 e regresssei no ano seguinte. Estou no cargo de Presidente do Conselho Executivo desde 2002/2003.

Estive um mandato de um ano, que era suposto ser de três como Presidente do Conselho Executivo, mas no final do primeiro ano houve a instalação do Agrupamento, ou seja, a junção da EB 2 e 3 com o Agrupamento Horizontal e passámos a ser o Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga. Portanto, estive um ano a presidir ao Conselho Executivo mais um, a Comissão Executiva Instaladora, depois no final desse ano, estive três anos como Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas do concelho e este ano estou no primeiro ano do segundo mandato.

Entrevistadora: Eu gostava de saber quais têm sido as suas prioridades para este Agrupamento?

E9: As minhas prioridades são as crianças! Sempre me preocupei com os alunos e quando digo alunos refiro-me a todos, desde o pré-escolar até ao 9º ano, incluindo os bons alunos, alunos carenciados, alunos com e sem dificuldades de aprendizagem, alunos com necessidades educativas especiais (NEE's) e alunos em risco de abandono.

Eu vejo o Agrupamento como um todo, onde os alunos são a prioridade, o centro das atenções e todos nós (órgãos de gestão, professores, pessoal não docente, encarregados de educação, autarquia,...) trabalhamos com eles, para eles e para o seu sucesso e bem-estar.

No ano passado criámos a unidade de Multi-deficiência que funciona em Silva Escura e que vejo como a '*menina dos nossos olhos*' porque fizemos força empenhámo-nos para que ela existisse e conseguimos. Infelizmente, nós temos muitas crianças no concelho com NEE's e tínhamos de criar uma resposta para esta necessidade. Lançaram-nos o desafio e nós aceitámo-lo com bastante agrado e está a funcionar muito bem.

Este ano foi colocada uma terapeuta da fala, mas ainda precisávamos de mais técnicos.

Não temos instalações aqui na escola para instalar a Unidade aqui, daí termos ido para Silva Escura.

Preocupamo-nos muito com as crianças que têm dificuldades económicas e que abandonam a escola. Temos uma boa relação e muito próxima com a Câmara que colabora muito connosco a todos os níveis e muito em especial ao nível da Unidade de Multi-deficiência.

Temos também protocolo com a APCDI e a Câmara para as crianças da Unidade irem à piscina. Para diminuir o abandono trabalhamos directamente com a CPCJ. Temos uma professora aqui da escola, que é a representante da educação e outra que é a interlocutora na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) com quem temos uma relação muito próxima e trabalhamos em conjunto e eu participo nas reuniões da Comissão Alargada. (...)

Assim, podemos dizer que as prioridades são a diminuição do abandono, o sucesso escolar, a igualdade de oportunidades, a melhoria das instalações e a inovação.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas que afectam a educação no concelho? Por exemplo, a questão da desqualificação profissional, a pobreza,...

E9: Tal como consta no nosso projecto educativo, nós temos os pontos fortes e os pontos fracos no nosso Agrupamento. Um dos pontos fracos é a dispersão do concelho e a falta de qualificação. Muitas das vezes, aponta-se como causa a falta ou deficiência da rede de transportes, mas dada a dispersão geográfica não é possível a Câmara fazer muito melhor. Por exemplo, dadas as distâncias é impossível que os alunos da Mouta e das Talhadas saiam à mesma hora de casa que os alunos de Sever e logo à partida há diferenciação e aqueles alunos são prejudicados. Enquanto os alunos de Sever, Senhorinha e até de Pessegueiro se podem levantar cerca das 8h para terem aulas às 8h30m, os outros alunos têm transportes às 6h50m, ou seja, os alunos têm que se levantar todos os dias pelas 6h30m e se forem no último autocarro chegam a casa às 19h.

Um dos nossos maiores problemas é a falta de acompanhamento de alguns encarregados de educação, o alcoolismo, problemas sociais e o número cada vez maior de famílias desestruturadas que nós temos actualmente e isso nota-se no nosso dia-a-dia.

No entanto, ainda se pode dizer que os nossos são alunos bem-educados e bem comportados. Temos alguns processos disciplinares, mas poucos. Muitas das situações eram evitadas se houvesse um maior acompanhamento dos pais, mas questionamo-nos: como é que eles podem ser acompanhados se eles chegam a casa tarde? Os pais certamente ainda chegam mais tarde e se têm que se levantar às 6h da manhã?

Um dos problemas mais relevantes é os alunos terem muitos direitos, estudarem cada vez menos e estarem protegidos pelo actual Estatuto do Aluno.

Talvez a forma de tentar compensar situações de falta de disponibilidade dos pais é comprar telemóveis e *playstation*(...). Eles não têm que trazer estes objectos de valor para a escola, isso é responsabilidade única dos encarregados de educação. Acho que cada vez mais os encarregados de educação se estão a desresponsabilizar da sua tarefa educativa, e não podemos esquecer que os filhos são nossos e os primeiros educadores são os pais.

Para existir escola a tempo inteiro é necessário termos os recursos, porque se é verdade que os pais trabalham e precisam que os filhos estejam aqui, também é verdade que os alunos necessitam de brincar e de estar em casa. Por exemplo, os pais das crianças do 1º ano que estão em casa devem deixar os filhos nas actividades? É verdade que é muito educativo e interessante para as crianças terem expressão plástica, música e educação física, mas primeiro temos que ter condições para elas; que educação física é esta se no 1º CEB muitas das escolas não têm as mínimas condições, e é na sala de aula onde se arrumam as mesas e dá-se lá educação física?! Isto é educativo? As crianças também precisam de estar em casa, de brincar, de não ter horário.

Entrevistadora: E estão a manter os filhos no mesmo espaço um dia inteiro, uma semana inteira,...

E9: E temos Jardins-de-infância a abrir às 7h45m e a fechar às 19h, mas se abrissem à 6h teríamos lá crianças na mesma. Eu sei que há pais que precisam desses horários, mas depois a escola não pode ser culpada de tudo, porque o insucesso vem muitas das vezes, da saturação pela escola e nós temos que encontrar receitas para o sucesso e justificações.

Entrevistadora: E agora os professores até são avaliados em função disso...

E9: São os resultados da avaliação externa, provas de aferição e exames e testes intermédios. A nossa preocupação é acolher todas as crianças, é os alunos virem para a escola, terem sucesso e evitar o abandono; eles sentem-se bem, como é evidente! E terem um espaço agradável, ajardinado, limpo, enfim condições para terem sucesso acima de tudo e para isso temos que responsabilizar os alunos, os pais, o pessoal docente e o pessoal não docente. Temos que ver a educação como um todo e estabelecer parcerias coesas e responsáveis (...).

Entrevistadora: Já me falou há pouco que o Agrupamento tinha um bom relacionamento com a autarquia, mas eu queria que me falasse um pouco do envolvimento da autarquia na educação do concelho? Por exemplo, ao nível das actividades de enriquecimento curricular.

E9: Ao nível das actividades de enriquecimento curricular os horários dos professores são feitos por nós em conjunto com a autarquia (...). A Câmara Municipal é a entidade promotora das actividades de enriquecimento curricular, recebe a verba por aluno e depois protocola com as IPSS do concelho, portanto em questões de horários, contratação dos professores, transportes é tudo com eles. Nós, além da colaboração já referida, temos a coordenação pedagógica, nomeadamente a realização de reuniões para verificar se está tudo a funcionar bem ou não, elaborar fichas e no caso de existir algum problema, tentar solucioná-lo. No entanto, os critérios de selecção dos professores são definidos em conjunto com a Câmara, o horário é definido em conjunto, a responsabilidade não é única e exclusiva à Câmara e das IPSS, trabalhamos todos em conjunto. Dada a dispersão do concelho é difícil a elaboração de horários dos professores, pelo que procuramos, em conjunto, respeitando a legislação, distribuir as horas das diferentes escolas pelos professores.

Ao nível do material de apoio para as actividades de enriquecimento curricular, sempre que é necessário o Agrupamento cede esse material. A Câmara também colabora, bem como as IPSS.

Mesmo em termos do 1º CEB que é da responsabilidade da Câmara e das Juntas de Freguesia tendo, a responsabilidade de dar a verba para expediente e limpeza que é necessário para as escolas, a escola pede e o Agrupamento também colabora.

Certamente, que já ouviu falar de situações em que os meninos tinham que trazer o papel higiénico de casa porque não havia nas escolas. Mas neste Agrupamento isso não acontece. Procuramos sempre resolver as situações da melhor forma e não prejudicando nenhum nível de ensino.

Nós trabalhamos em conjunto também em relação à atribuição de subsídios, em relação aos transportes temos reuniões periódicas e definimos o melhor para o concelho. Se temos um problema de transportes telefonamos para a Câmara e trabalhamos no sentido de o solucionar.

Em relação ao Plano Anual de Actividades, temos várias actividades em parceria com a Câmara (Festa de Natal, Carnaval, Intercâmbios, Comemoração do Foral de Sever do Vouga, Dia Mundial da Criança,...). No ano passado fizemos uma Mostra Multicultural, quando estive aí uma galega e uma turca e este ano vêm mais duas e talvez iremos trabalhar o Foral. Temos tido actividades muito interessantes relacionadas com o ambiente, como por exemplo a EcoVouga.

Entrevistadora: Até lhe ia perguntar quais eram as ofertas educativas da Câmara para as crianças e jovens do Agrupamento e acabou por me responder.

E9: Temos também a Festa de Natal, o Carnaval que é a actividade com interrupção lectiva e aberta à comunidade, ao nível do concelho e com a colaboração da Câmara que dá uma contribuição por aluno. É a grande actividade do Agrupamento aberta à comunidade.

Temos também a comemoração do Foral que tem tido uma procura arrojada. Agora estamos limitados, porque temos que cumprir o programa [currículo] e não podemos fazer tantas actividades abertas à comunidade que impliquem a interrupção de aulas, porque nós fizemos muitas ao longo destes anos.

Levámos Sever do Vouga à 'Expo98' através dos alunos, fizemos Feiras Medievais mas agora seria muito mais complicado (...).

No Natal a Câmara proporciona uma Festa no Centro das Artes e do Espectáculo onde contratam uma empresa, para o 1º CEB e para o 2º e 3º CEB. Nós, este ano dissemos que não queríamos para a escola sede, porque achámos que a empresa que vinha era única e o espectáculo, mesmo sendo adaptado, não se adequava à faixa etária e consideramos que os nossos alunos já são capazes de fazer a sua festa. Então, a Festa de Natal este ano vai ser feita pelo grupo de teatro e pelos alunos do Desporto Escolar da E, B 2 e 3.

Entrevistadora: Acho muito bem, porque é uma forma de valorização dos recursos da escola e dos próprios alunos.

E9: Exactamente.

Entrevistadora: Eu não sei se tem representação no Conselho Municipal de Educação?

E9: Não sou eu, temos um docente que representa o pré-escolar e um o ensino básico.

Entrevistadora: Eu ia-lhe perguntar como é que funciona o Conselho Municipal de Educação, mas assim já não faz sentido (...). Eu agora passava para as perspectivas futuras da educação, não tem tanto haver com a sua função de presidente deste Agrupamento, embora esteja relacionado, apesar de as minhas questões se direccionarem a um âmbito mais global.

Actualmente, têm vindo a ser delegadas competências na autarquia e perspectiva-se que isso continuará a acontecer no futuro. Acha que esta liderança, que no passado foi das escolas poderá passar para a autarquia uma vez que é um órgão de proximidade?

E9: Mas liderança em termos de órgãos de gestão?

Entrevistadora: A liderança de uma política educativa local, numa óptica de gestão.

E9: Pelo que eu sei e ouço falar num futuro próximo, as autarquias irão gerir a parte do pessoal não docente e quem sabe depois o pessoal docente, ao nível da sua contratação. Mas não sei se isso vai ou não para a frente.

Em relação ao pessoal não docente, talvez até faça algum sentido porque nós temos alguns problemas, embora aí também trabalhemos em parceria. Como nós somos um Agrupamento, temos pessoal do Ministério da Educação ao nível dos Jardins-de-Infância e temos pessoal da autarquia e os horários já são conciliados, porque antes existia aquela situação de os funcionários do Ministério da Educação faziam um horário e o pessoal contratado pela autarquia faziam outro. Agora têm o horário conciliado e é-lhes pedido que trabalhem em parceria. Ao nível do pessoal docente, se lhes forem dados meios e verbas para contratar o pessoal e se faça ao nível do concurso e as coisas funcionassem com isenção, e sem politizar até concordo. Eu nunca coloquei entraves à inovação e vejo-a sempre com bons olhos, depende é da maneira como vai ser implementada.

Entrevistadora: Eu vejo essa delegação de competências, como um sinónimo de desresponsabilização do Ministério da Educação.

E9: Eu acho que pode ser desresponsabilizar o Ministério e responsabilizar a autarquia, que é o que tem acontecido com as actividades de enriquecimento curricular e cortar os meios. E aí eu vejo isso com muito maus olhos, que é uma maneira de dizer que me preocupa. Porque é aquilo que eu digo, se eles derem meios e verbas, porque não?

No fundo é aquilo que tem acontecido connosco! Cada vez mais nos delegam competências e no entanto, são as mesmas pessoas, com as mesmas horas de há anos e nas mesmas instalações degradadas. Temos o triplo, o quádruplo do trabalho, mais responsabilidade e somos as mesmas pessoas.

Entrevistadora: É muito complicado (...).

E9: Nós precisávamos de mais técnicos: devíamos de ter um animador para trabalhar aqui com as crianças e jovens; mais psicólogos. Imagine que temos uma psicóloga para todo o Agrupamento, isso não faz sentido (...).

Em muitas localidades, quando as actividades de enriquecimento curricular começaram a existir, os ATL's deixaram de funcionar, nós aqui a pensar no trabalho e importância do ATL, dissemos "*Nós precisamos do ATL, vamos arranjar uma forma de manter o ATL*" e isto foram reuniões e reuniões com a Câmara, o Agrupamento e as IPSS e temos conseguido, mas isso não significa que de hoje para amanhã eles não vão deixar de existir. Mas, se nós logo no primeiro ano não tivéssemos pensado numa perspectiva futura do ATL, não tínhamos as actividades de enriquecimento curricular com este funcionamento agora.

Entrevistadora: Eu acho que este trabalho é de louvar.

E9: Eu também acho isso, apesar de às vezes me dizerem que eu só vejo maravilhas.

Entrevistadora: (...) Outras das questões prende-se com a mercantilização da educação, ou seja, será que a educação irá ser inserida no mercado, como o que tem vindo a acontecer por exemplo com a saúde ou tende a ser pública? (...)

E9: Eu pelas reuniões que vou tendo, por aquilo que me vou apercebendo, com aquilo que nos têm vindo a pedir e pelas responsabilidades que nos têm sido atribuídas, penso que não, porque o que se pretende é valorizar a escola pública. Agora eu não sei qual é a perspectiva futura e se vamos conseguir pois se não nos dão recursos, como é que conseguimos uma escola a tempo inteiro? Aquilo que nos pedem é para nós sermos criativos, embelezarmos a escola, cativarmos os alunos, tentarmos alargar ao máximo o horário da escola e evitar que os alunos vão para a escola particular. Normalmente os alunos vão para a escola particular porque têm outro horário, e os pais dizem "Eu vou para um colégio, porque eu sei que das 8h às 17h o meu filho está lá e não vai para lado nenhum" e estão a exigir-nos o mesmo e a tentar impedir que os alunos vão para as escolas privadas, porque de ano para ano têm vindo a diminuir as vagas. Só abrem vagas no particular quando as nossas turmas estiverem lotadas. Nós em Sever do Vouga não temos nenhuma escola particular, mas o concelho vizinho, Albergaria-à-Velha tem.

Eu pensando nas reuniões que vamos tendo da Rede penso que isso não estará para curto prazo, mas sinceramente não sei? Nós sem meios, porque o Ministério da Educação vai reduzir no pessoal não docente e o pessoal docente, apesar de ter mais horas agora, nós não conseguimos cobrir. O ideal do Ministério da Educação seria os alunos nem sequer terem tardes livres, era os alunos estarem todos os dias das 8h30 às 17h30 na escola e nós ocuparmos os alunos, mas para isso precisamos de meios humanos e físicos, porque nós aqui na EB 2 e 3 não temos meios físicos, porque nós temos uma sala de informática, mas nós precisaríamos de duas para ocupar os alunos, porque é o sítio onde eles recorrem mais tempo; nós temos uma biblioteca bem equipada e temos lá sempre funcionários e um professor, mas não temos o suficiente; nós precisávamos de um outro espaço, de uma sala de convívio, mas precisávamos de duas, porque nós este ano estamos a equipar uma sala que servirá de alargamento à biblioteca, por cantinhos- o da matemática, o do lazer,...- e são os alunos que estão a decorá-la e a construir o próprio mobiliário com base em sofás e móveis velhos. Mas daí até termos as condições, porque esta escola é o antigo colégio, alguns dos avós dos nossos alunos foram aqui alunos...

Entrevistadora: E é uma escola que foi construída para papel e caneta, não para as exigências actuais.

E9: E por mais que nós façamos não conseguimos modernizar esta escola. Nós não temos aquecimento que é um problema, temos um bloco novo com aquecimento mas não o pudemos ligar porque depois não temos dinheiro para pagar a electricidade e nas outras salas não há aquecimento. Na parte antiga, nem os aquecedores se podem ligar porque a luz vai abaixo, o quadro não aguenta.

Entrevistadora: Vamos ver se conseguem um edifício novo.

E9: Há mais de 10 anos que ouço falar na escola nova (...). Agora eu estou convencida que se os resultados não se alterarem em termos de provas de aferição e de exames, como sabe os resultados não foram muito bons ao nível nacional, mas a nossa média foi superior à nacional. Portanto, se nós conseguirmos manter e agora com o plano da matemática, melhorarmos o sucesso ao nível nacional, eu penso que não vão privatizar.

Entrevistadora: (...) Eu acho que o nosso problema neste momento é que nós já não estamos a ser 'comandados' pelo nosso Ministério da Educação, mas por um conjunto de outras políticas e modelos educativos internacionais, que em alguns casos privatizaram a educação. Pode não ser no imediato, mas em termos futuros é provável.

E9: Nós sabemos que se for privatizado, funciona melhor um colégio porque se o professor não serve, eles contratam outro e agora no estatal com a avaliação do professor estão a apontar para isso.

Entrevistadora: E outra questão que influenciam os rankings dos privados é que se os alunos não têm sucesso, eles nem sequer entram.

E9: E aí eu pergunto "E a escola para os meninos com dificuldades?", "Para onde é que eles vão?", porque as CERCIs estão a fechar, nós este ano já temos um aluno que veio para o 8º ano e a tempo inteiro, que está na nossa unidade de multi-deficiência, que é completamente dependente e dessas CERCIs disseram-me que me mandavam os técnicos e colocaram apenas uma terapeuta e outro professor que temos lá, mas precisávamos de mais ainda.

Entrevistadora: Eu agora gostava de lhe fazer uma questão sobre a participação nos agrupamentos, nomeadamente dos pais, dos próprios jovens, da comunidade em geral, ao nível de propostas de actividades que se possam fazer aqui no Agrupamento, da melhoria da educação no concelho. Existe essa participação?

E9: Da Câmara sim, dos pais pouco, embora as Associações de Pais colaborem dentro do possível. Nós temos um observatório de qualidade e no ano passado fizemos um inquérito para avaliar a qualidade do nosso trabalho. Há dois anos fizemos um trabalho sobre "A efectividade da auto-avaliação das escolas" e este ano nós propusemos para uma equipa de avaliação externa. No âmbito deste projecto do Observatório de Qualidade nós fazemos inquéritos aos pais, aos alunos, aos professores, ao pessoal não docente, apontar o que está mal as pessoas até apontam, mas propostas de melhoria nem sempre vêm. E como sabe no Conselho Pedagógico, em que eu sou a presidente e na Assembleia de Escola em termos de reclamações até há e sabem apresentá-las, mas resolvê-las nem sempre. Vamos a uma Assembleia-geral de Pais, no ano passado tínhamos cerca de 500 alunos e vieram 18 pais, quase em número insuficiente para os corpos sociais. Este ano não sei se a situação evoluiu ou não porque não estive presente. Eles até vão participando, pedem as cotas vão colaborando com material. Esta última Associação de Pais era constituída por poucos elementos e eles no final do ano deram o data-show, gravador de DVD e os cacifos para os meninos que nós lhe pedimos. Este ano a Associação de Pais vão colaborar na compra da fotocopiadora, porque a que tínhamos avariou. Mas para dinamizar actividades eles não propõem muito.

Há dois anos a Associação de Pais no Plano de Actividades propôs algumas actividades interessantes para angariar fundos e fez uma que eu não me lembro o nome no Parque Urbano, com fêveras, e eles ficaram muito desanimados porque aquilo foi num domingo à tarde e não apareceu quase ninguém. (...) Normalmente, não há muita participação neste tipo de actividades.

Entrevistadora: Eu acho que as pessoas ainda não se apropriaram daquele espaço público...

E9: Mas se for noutra espaço, eu não sei se será diferente.

Entrevistadora: Eu preciso de fazer algumas fotos para ilustrar o meu trabalho de espaços de sociabilidade e educativos do concelho e tenho vindo vários domingos a Sever para fotografar o Parque Urbano e nunca encontro lá ninguém e aquilo está lindíssimo. Aliás, a última vez coincidia com a Feira à Moda Antiga e com o Magusto no Largo da Câmara e estava apenas um casal com uma bebé no Parque.

E9: Eu já estou aqui há alguns anos e muita coisa mudou, mas se perguntar a algumas pessoas de Sever do Vouga elas dizem-lhe que a Câmara não faz nada. Eu vim para aqui em 1992 e quem conheceu este concelho nessa altura, verifica que ele não é o mesmo! Eu acho que a autarquia tem trabalhado muito bem. Também acho que as pessoas de Sever do Vouga não participam muito nas actividades daqui por mais interessantes que sejam ao fim de semana.

Entrevistadora: Nós, na Fundação Solidários também temos essa dificuldade de mobilizar as pessoas ao fim de semana.

E9: Há uns anos atrás o Carnaval estava marcado para uma sexta-feira, mas como chovia muito, fizemos no domingo a seguir e apesar da divulgação, as pessoas não aderiram.

Entrevistadora: Já falou no início que não tinha conhecimento que o Município de Sever do Vouga Tinha aderido ao Movimento das Cidades Educadoras.

E9: Eu não diria que não tive conhecimento, a verdade é que tenho uma vaga ideia do assunto.

Entrevistadora: Eu só lhe queria pedir a sua opinião sobre este texto, que eu lhe pedia para ler e que me dissesse o que é que vê de mais interessante nesta ideia. O texto começa com uma pequena introdução sobre os princípios que estiveram na origem do movimento das Cidades Educadoras e depois apresenta um conceito de Centros Cívico-educativos para uma nova reorganização territorial da educação, envolvendo todos os recursos existentes no seu território de influência.

E9: [*"A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos actualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes. Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que "não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino do mundo da cultura. Precisamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais". Neste contexto, é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar "um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens".*

Reconhecendo as lacunas do actual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos actuais exigem a cidadãos activos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência activa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, "considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano".

A Cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas da cultura e do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de actores participantes e dinâmicos que dêem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar, independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes. Deverá, então, o governo municipal "assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade." Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada "Tendo em vista uma dinâmica educativa sistémica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado".

O que eu acho de importante da leitura que fiz na diagonal é o convívio entre gerações, nós sempre fizemos isso já na área escola, e agora na área de projecto, mesmo no nosso Plano Anual de actividades nós tentamos desenvolver actividades nesse âmbito, como por exemplo um projecto de um grupo de alunos que vai a um Centro de Dia ou de Convívio fazer actividades com os idosos e os idosos virem aqui. Não é feito de uma forma sistemática, mas é visto como uma mais valia, porque cada vez mais as nossas crianças preferem os jogos do computador e não os jogos tradicionais, aquelas brincadeiras e cantigas de roda, que se podem aprender com os mais velhos. Agora eu não sei se é exactamente essa a ideia, porque dá-me a entender que eles querem isto muito mais formalizado e com uma certa obrigatoriedade, de trazer os mais antigos à escola, que por exemplo não têm escolaridade e se fizesse uma turma só com estas pessoas.

Entrevistadora: A ideia não é constituição de turmas. A ideia parte do princípio que alguém tem sempre alguma coisa para ensinar e alguma coisa para aprender e que se tentasse revitalizar os espaços que estão sub-aproveitados no concelho, tendo como pólo central as escolas e depois um conjunto de instituições, espaços conectados à escola e que as pessoas de preferência a pé se pudessem deslocar a esses espaços. Por exemplo, temos uma oficina de bordados, temos pessoas que sabem bordar ensinariam outras que gostavam de aprender a bordar.

Por exemplo, em relação às histórias tradicionais, colocaríamos um espaço, a uma determinada hora um grupo de idosos que contariam um conjunto de história, e as pessoas que estivessem interessados em ouvir e conseqüentemente em aprender iriam até lá.

E9: Mas isso seria dentro do horário da escola?

Entrevistadora: A minha opinião era que se pudesse conciliar as duas coisas, o tempo lectivo e o tempo livre.

E9: Eu aí é que eu vejo o problema e seria uma revolução total porque nós temos um currículo a cumprir e no ano passado tivemos que nos restringir quase única e exclusivamente a ele. Tivemos mesmo que retirar do nosso Plano de Actividades, quase todas as actividades que implicavam interrupção de aulas. Nós em anos anteriores fazíamos muitas mais, por exemplo íamos festejar o *Halloween* à Vila e os alunos não tinham aulas e este ano já não o fizemos, por exemplo.

Um professor é avaliado se cumpriu ou não o programa, se as aulas previstas coincidem com as dadas e depois temos as provas de aferição e exames a cumprir, e, portanto, como é que vamos arranjar tempo nessas horas?

Entrevistadora: Os jovens terão que beneficiar destas actividades nas interrupções lectivas e nos seus tempos livres.

E9: Mas neste concelho o 1º CEB não funciona às tardes ou às manhãs, onde as crianças vão um período do dia para escola e outro está livre para fazer outro tipo de actividades, por isso é muito difícil fazer essa conciliação.

Por exemplo, se na construção da nova escola tivermos uma sala para receber essas pessoas e ter essas actividades, é o que nós vamos tentar fazer que é a ocupação dos tempos livres, que é aquela sala que eu lhe falei anteriormente com o cantinho da matemática, dos jogos, do lazer, do cinema, dos bordados. E se os alunos tiverem furo vão para lá e escolhem o que querem fazer. Agora deslocar daqui para outro sítio, acho que não é uma boa ideia e acho complicado, porque é o tempo que se demora na ida e na volta e não resta tempo para fazer mais nada. No futuro com todas estas obrigаторiedades, acho muito difícil.

É a minha opinião, porque mesmo a actividade que lhe falei de ir ao Centro de Dia este ano não vai ser feita, porque só se consegue ir nos 90 minutos da área de projecto e para isso só se pode ir em Sever e já não conseguimos ir ao Linheiro [Fundação Bernardo Quadros] porque não dá tempo e isso vai influenciar as outras disciplinas e os alunos perdem os conteúdos. Se lhe damos uma tarde livre os professores que estão com eles não conseguem dar o seu programa e os alunos têm outras actividades fora da escola e já não querem ir.

Entrevistadora: Ainda bem que me dá essa perspectiva, porque eu não a tinha. Eu sempre vi estes Centro Cívico-educativos numa lógica de complementaridade dos conteúdos que são trabalhados no currículo nacional, mas de uma outra forma, recorrendo a actividade de educação não formal, valorizando as questões da educação inter-geracional, da participação,..

E9: Nós ao nível dos alunos Percursos com Currículos Alternativos, temos protocolos e parcerias com diversas empresas e prestadores de serviços (ex: cabeleireiro, sapateiro,...) onde os alunos têm horas para ter esta experiência no mercado de trabalho. Os outros alunos não têm.

Entrevistadora: Estou satisfeita com a entrevista e agradeço imenso, o tempo que me disponibilizou.

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice III

Guião de Discussão da Proposta de (Re)ordenamento Territorial da Educação



Guião de Discussão da Proposta de (Re)ordenamento Territorial da Educação

Entrevista/Pedido de Parecer

Enquadramento do Estudo:

No âmbito da tese de mestrado em Ciências da Educação, intitulada “*Da Cidade Educadora à Organização em ‘Centros Cívico-educativos’: uma aposta educativa na participação de todos(as)*” propusemo-nos estudar a organização territorial da educação do concelho de Sever do Vouga, à luz dos conceitos de ‘*Cidade Educadora*’ e ‘*Centros Cívico-educativos*’ (ver texto “Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos” , Ferreira, 2007), onde definimos como objectivos:

- Identificar e caracterizar as dinâmicas socioeducativas locais, de modo a serem equacionadas à luz do conceito de ‘*Cidade Educadora*’;
- Identificar os recursos que podem ser mobilizados para uma (re)organização territorial da educação do concelho, baseada em ‘*Centros Cívico-educativos*’.

Após a conclusão da parte empírica do estudo e atendendo ao volume de dados recolhidos, decidimos apresentar uma proposta de organização da educação do concelho de Sever do Vouga, à luz do conceito de ‘*Centros Cívico-educativos*’. Neste momento propusemo-nos a apresentar a referida proposta junto de actores locais, implicados no processo educativo no concelho de Sever do Vouga e de especialistas no domínio do conceito e operacionalização da ‘*Cidade Educadora*’.

O presente guião pode ser respondido oralmente ou por escrito e os dados recolhidos serão utilizados no âmbito da referida tese de mestrado e para fins decorrentes da sua divulgação.

Agradecemos a sua colaboração.

I – Posicionamento sobre a operacionalização ‘*Centros Cívico Educativos*’

1. Neste ponto pretendemos recolher o posicionamento relativamente ao modo como tentámos operacionalizar o conceito de ‘*Centros Cívico-educativos*’ – princípios, funcionamento, governança e modelo de participação para o concelho de Sever do Vouga. Após a leitura do capítulo VIII da dissertação (em anexo), agradecemos que se pronuncie relativamente a:
 - Quais os pontos fortes da proposta?
 - Quais os pontos fracos da proposta?
 - O que mudaria? Fundamente a sua opinião.

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice IV

Pareceres



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Entrevista/Parecer

Nome

José Cardoso Brás (Entrevista nº10, 9 de Maio de 2009)

Função

Secretário-geral da Fundação Solidários

Membro do Conselho Local de Acção Social

Posicionamento sobre a operacionalização

- Fazer mais e melhor com os recursos de que dispomos, pensar e propor fazer de forma diferente daquela a que nos habituámos, é um desafio que esta proposta abraça, o que me parece claramente um ponto forte.
- Um outro ponto forte é a oportunidade que cria para a reflexão sobre a necessidade de ultrapassar a tendência para o fechamento de cada organização sobre si mesma e de criar uma visão e um Projecto de Cidade Educadora que motive e envolva os diferentes actores locais.
- O que se propõe no âmbito dos "*Centros Cívico-educativos*", reveste-se de uma enorme dificuldade, em especial ao nível do *Como*. Como criar uma dinâmica de Cidade Educadora? Como motivar os actores para essa dinâmica? Como modificar a organização, funcionamento e metodologias de intervenção tão sedimentadas nas organizações e serviços educativos actuais? A proposta refere e bem, que a dinamização e gestão dos *Centros Cívico-educativos* exige a formação de todos os parceiros e de uma equipa técnica que faria a animação dessas *plataformas educativas*.
- Quanto à liderança afirma-se que seria partilhada e em rede, sendo o Município o interlocutor e facilitador da mesma, embora também se diga que a implementação deste projecto exige uma liderança forte, parecendo configurar uma articulação entre as estratégias de intervenção de cima para baixo e a inversa.
- A valorização da educação formal e informal, com intenção educativa expressa, é um aspecto inovador porque propõe que olhemos de forma diferente para o que existe e para o que já fazemos, dando-lhe outros sentidos e usos, alargando horizontes, descobrindo caminhos para a atractividade e sustentabilidade do território. Um estudo e conhecimento mais aprofundado dos aprendentes do território, seus grupos sociais de origem, suas necessidades, seus valores e motivações, poderia ajudar a ver como os envolver desde o início na implementação dos Centros Cívico-educativos e como encontrar métodos e técnicas que permitam a sua participação.

Entrevista/Parecer

Nome

Luísa Pinhal de Almeida (Entrevista nº11, 14 de Maio de 2009)

Função

Especialista em Ciências da Educação

Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação – especialização em educação de adultos e intervenção comunitária, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Posicionamento sobre a operacionalização

1. O modelo centra-se no território definido pelo Município de Sever do Vouga. Seria interessante que este apresentasse uma visão estratégica do território, inserido num contexto mais global, identificando possíveis parcerias, como por exemplo inter-municipais.
2. A definição de '*Centros Cívico-educativos*' pode gerar confusão com as actuais ofertas dos Centros Educativos, sugerindo-se um maior aprofundamento. Constata-se que os Centros Cívico-educativos têm uma intencionalidade educativa, para pessoas de todas as idades. Contudo a formulação apresenta-se um pouco confusa, o que torna difícil visualizar a sua operacionalização no concelho de Sever do Vouga, atendendo às suas características marcadamente rurais. Os objectivos são ambiciosos e as aprendizagens, actividades e competências a desenvolver são em número exagerado, mas pertinentes para uma estratégia de desenvolvimento territorial.
3. Mesmo com os quatro Centros Cívico-educativos, os problemas de mobilidade, decréscimo populacional e envelhecimento da população mantêm-se, porque constituem problemas estruturais. Contudo, são uma mais valia, no sentido em que se debruçam sobre as desigualdades inter-freguesias, no que se refere à educação e cultura e discorre uma visão para tentar travar ou minorar os actuais constrangimentos. Os referidos centros, podem vir a enfrentar problemas de falta de população, pelo que seria necessário aprofundar os dados projectivos para cada uma das faixas etárias.
4. No caso concreto da organização e funcionamento dos Centros Cívico-educativos, verifica-se que estes se inserem num território educativo, a 'Cidade Educadora', possuindo um conjunto de actividades com contornos flexíveis e processos educativos com alguma arquitectura construtivista que têm em conta a biografia e a identidade da comunidade/área de influência. É indispensável reflectir sobre a sua intencionalidade educativa, pois se utilizarmos a metáfora do sistema solar, esta será o sol, em torno do qual giram os planetas, que neste caso são os agentes, os participantes e as práticas, existindo entre eles interacções várias, sendo o sol um elemento indispensável à vida do planeta. Portanto, segundo esta lógica, podemos considerar a intencionalidade educativa, o elemento em torno do qual os restantes elementos realizam as suas trajectórias. A intencionalidade educativa é

o ingrediente diferenciador de uma Cidade Educadora, que deve ser do conhecimento de todos os agentes educativos.

5. As escolas, as associações democráticas para o desenvolvimento, o tecido empresarial, o poder local e o poder central, por sua vez, têm modelos de organização e funcionamento muito peculiares, pelo que sem uma modernização dos actuais modelos, será impossível implementar os Centros Cívico-educativos. Não existe abertura, flexibilidade e autonomia para avançar com este tipo de mudanças, apesar de serem fundamentais, atendendo às constantes mutações sociais.
6. A mentalidade pouco participativa dos actores locais e a falta de preparação dos agentes educativos para a implementação de metodologias interactivas e participativas são os grandes constrangimentos deste modelo educativo. Os recursos humanos e infra-estruturais já existem, não implicando custos acrescidos, pretende-se apenas uma melhor gestão, distribuição pelo território e o acesso a mais pessoas.
7. Existe hoje em Portugal os Terceiros Lugares Educativos e do 3º sector. Neste sentido, discordo com o excessivo protagonismo que é dado ao governo municipal. As associações locais têm pessoas, competências, *know-how* para liderar este processo, faltando-lhe apenas os recursos financeiros.
8. A governança dos Centros Cívico-educativos está pouco clara, uma vez que não se entende quem são os elementos que integram a Comissão de Acompanhamento e a Comissão de Animação. Considero que este aspecto deveria ser melhor explicitado.

Entrevista/Parecer

Nome

Jorge Salgado Simões (Parecer nº12, 29 de Maio de 2009)

Função

Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Torres Novas, membro da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

1.

Nesta questão dos centros cívico-educativos, o que me parece mais interessante é a mobilização do tecido social local, necessária para garantir a sua concretização e viabilidade. Se esta ideia corresponde a uma utopia. Sim. É assumidamente uma utopia, que, como já alguém disse, não passa de uma antecipação da realidade. Ou seja, ela não deixa de ser relevante e viável por ser uma utopia. Numa sociedade tão desintegrada e pouco mobilizada para a colectividade, estes centros, facilitados pela administração local mas dinamizados pelas forças, instituições, associações, clubes, escolas ou outros agentes locais, podem ajudar na construção da cidade educadora, potenciadora de uma nova convivência colectiva para os espaços urbanos da actualidade.

Posicionamento sobre a operacionalização

Pontos fortes. Trata-se de uma proposta com fundamento e que promove uma nova configuração para o mosaico social de Sever do Vouga, assente no conceito de centro cívico-educativo. A sua implementação possibilitaria reforçar a oferta “educadora” daquele território, com mais valias para a sua coesão social e qualificação das aprendizagens formais, informais e não formais. A ideia das oficinas de saberes é relevante para a sustentabilidade dos territórios “em perda”, que encontramos por todo o espaço rural português. A ideia de estruturação a partir dos novos centros escolares faz sentido e estas novas funcionalidades e interações entre a escola e as comunidades locais tem de ser operacionalizada nesta altura em que todo o país está a construir novas infra-estruturas.

Pontos fracos. Para além da estrutura de gestão da rede local dos centros propostos, conviria aprofundar o conceito de centro, com mais exemplos de actividades e sobretudo concretizando mais a sua operacionalização, ao nível da gestão do dia-a-dia, modo de funcionamento, possíveis entidades envolvidas, mediação com a actividade de educação formal e o quotidiano do espaço escolar.

Também é necessário acrescentar algumas ideias sobre a sustentabilidade de cada um dos centros a médio e longo prazo.

O que mudaria. Há, no meu ponto de vista, uma excessiva preocupação em preencher todo o dia dos aprendentes, dando conteúdo a todos os tempos que têm disponíveis. Ora, o que me parece que pode ser uma das funções destes centros passa pela disponibilização das infra-estruturas e dos equipamentos. O resto pode não ser tão planeado, porque o que se verifica nesta altura é uma saturação de ofertas, que rivaliza com uma evidente falta de iniciativa individual. Os centros podem ser úteis nesta mediação, prevendo exactamente “horas do nada”, onde cada um pode, de facto, não fazer nada, ou por outro lado, fazer tudo o que quiser, sem qualquer orientação. Brincar, escrever, jogar qualquer coisa, pintar, ouvir música ou tocar um instrumento, tirar uma fotografia, ver um filme; sozinho ou num qualquer grupo informar que se crie no centro. Quanto ao resto, e por não conhecer o território de Sever do Vouga, não me pronuncio sobre a adequação da proposta.

Entrevista/Parecer

Nome

Prof. Dr. António Gomes Ferreira (Parecer nº13, 9 de Julho de 2009)

Função

Especialista em Ciências da Educação/ Cidades Educadoras

Docente e investigador da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Posicionamento sobre a operacionalização

Pontos Fortes:

- Estamos perante um inovador conceito de reorganização do território educativo que pretende projectar uma política educativa local mais sistémica, integradora, racional e colocar nos actores locais o protagonismo e a responsabilidade de promover uma dinâmica educacional mais condizente com o aproveitamento de equipamentos e recursos locais e regionais e mais adequada às necessidades das populações. Se, num primeiro momento, parece estarmos perante um projecto movido pela utopia, uma leitura mais atenta revela que a proposta assenta numa visão generosa mas realista, desde que as entidades locais e, em especial, o poder municipal assumam claramente a educação como motor de desenvolvimento sustentado do concelho.
- O estudo está bem fundamentado e assume claramente um sentido projectivo, avançando com uma proposta que assenta numa preocupação de desenvolvimento sustentado e harmonioso do território municipal. Verifica-se que a proposta de reorganização da oferta educativa leva em consideração a distribuição da população e dos equipamentos já disponíveis para equacionar uma reestruturação da oferta educativa que contemple a possibilidade de uma melhor redistribuição pelo município de recursos e de cursos e/ou acções de formação, mobilizando, assim, as populações, evitando a desertificação ao fixar pessoas mais qualificadas em diferentes regiões do território em consideração, aumentando a igualdade de oportunidades de educação e formação no concelho.
- O trabalho realizado revela grande cuidado em aspectos bastante distintos. Embora o desenho dos centros cívico-educativos tenha especial preocupação com a população escolar, ele compreende uma política educacional que olhe para a totalidade da população com a esperança não só de uma melhoria da qualificação que permita aos adultos um melhor desempenho profissional e uma melhor vivência da cidadania mas também um exercício de acção educativa mais consciente e sistemática de modo a aumentar a eficiência da educação na comunidade por via de uma acção mais sistémica. Existe também uma preocupação de conciliar iniciativas de vários tipos, nomeadamente as provenientes do associativismo ou, em geral, da sociedade civil com uma organização superiormente coordenada pelo poder local. Apesar da generosidade da proposta e da grande preocupação com a qualificação cultural da globalidade da população, há nítida parcimónia em sugerir investimentos que não considerem o trabalho que vem sendo realizado no concelho assim como os equipamentos e infra-estruturas existentes ou já previstos. Vê-se, claramente, que

há um firme propósito de fazer mais, com mais consistência e maior eficácia a partir da articulação dos recursos disponíveis.

Pontos Fracos:

- Dado o carácter inovador do conceito de centro cívico-educativo que sustenta a análise, e os dados demográficos existentes, teria sido interessante simular situações derivadas de várias possibilidades de combinações de agrupamento de núcleos populacionais para ter maior suporte na definição das propostas apresentadas. Atendendo também às previsões que apontam para um decréscimo populacional em todas freguesias, com a excepção da freguesia de Sever do Vouga, pensamos que, embora se tivesse considerado que o modelo de (re)organização territorial deveria proporcionar a escolaridade obrigatória a todos os aprendentes de cada centro cívico-educativo, pelo que se deveria alargar a oferta educativa, proporcionando outros níveis de ensino, como o 2º e 3º CEB, para que os jovens concluíssem neles a escolaridade obrigatória e se fixasse mais população nessas localidades, este estudo não desenvolveu cálculos que evidenciassem as consequências dessa possibilidade de arranjo. Assim, não foi possível argumentar de forma consistente sobre as virtudes do aumento do número de alunos. Todavia, a ideia merece que seja tida em especial atenção, porque ela poderia ser a origem do relançamento de uma melhor distribuição da população pelo território, o que teria grandes consequências na promoção da qualidade de vida das populações.
- Não está bem definida a questão da governança, nomeadamente como as diferentes entidades poderiam participar nela. Ainda que se admita que caberá ao poder municipal a liderança desta dinâmica e se contemple as comissões de animação e de acompanhamento, não é clara como se constituem as referidas comissões nem como se articularia o poder municipal com outras instituições. Como é evidente, este é um aspecto que carece de maior aprofundamento mas que não poderia ser muito mais desenvolvido neste trabalho.

Entrevista/Parecer

Nome

Dr. António Coutinho (Parecer nº14, 20 de Julho de 2009)

Função

Vice-presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga

Vereador com competências delegadas nos pelouros da Educação, Cultura, Juventude e Ambiente

Membro do Conselho Municipal de Educação

Posicionamento sobre a operacionalização

- A proposta de criação de Centros Cívico-educativos parece-me interessante pelo envolvimento/participação da população local e das instituições sociais, IPSSs, empresas, associações culturais etc., na procura de uma educação mais global.

Este modelo exige uma grande mobilização e participação da sociedade quer individualmente, quer através das suas organizações, já atrás referidas onde se inclui a autarquia, as associações, os clubes, as escolas, as empresas e todas as foras vivas, contribuindo sem dúvida para uma maior educação para a cidadania e para a democracia participada.

Penso que a proposta contribuiria para preservar e apresentar a identidade do concelho de Sever do Vouga, valorizando os seus costumes e as suas origens, compatibilizando-os com modos de vida internacionais.

Pontos Fortes:

- O conceito de educação global, deixando de lado a educação formal apenas e congregando todo o tipo de educação, formal, não formal e informal e reforçando também a ideia de sociedade do conhecimento.
- Há outros espaços educativos para além da Escola e esta passa a ser um parceiro entre muitos.
- A aprendizagem permanente ao longo da vida deixa de ser um direito e passa a ser uma obrigação.
- Reforço das ofertas educativas para o concelho de Sever do Vouga.
- Uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e conseqüente desenvolvimento do concelho, uma vez que é proporcionada mais formação e partilha de saberes, aumentando a auto-confiança, a autonomia, a saúde e a felicidade das pessoas.
- Aumento dos espaços de formação e debate, bem como das parcerias, proporcionando mais intercâmbio de ideias e de práticas.
- Distribuição das populações por áreas/Centros Cívico-educativos diferente da adoptada pela Carta Educativa, embora parecendo interessante. Poderá também ser ao mesmo tempo um ponto fraco.

Pontos Fracos:

- Dificuldade na organização dos Centros Cívico-educativos ao nível da gestão propriamente dita e da conciliação entre entidades e instituições, bem como na definição dos papéis de cada um.
- O funcionamento dos referidos Centros também não é muito explícito.
- Haverá sempre algum risco de se formalizar a Educação não formal.
- Distribuição da população/freguesias pelos Centros, que poderá dificultar as deslocações nesses territórios.

O que mudaria:

Entendo que a proposta está talvez demasiado formalizada, podendo como já referi correr-se o risco de se formalizar até a educação não formal.

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice V

Matriz de Categorização de Dados



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Matriz de Categorização de Dados

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens
1. Organização Territorial da Educação	1.1. Problemas	1.1.1. Existentes	1.1.1.1. Autarcas 1.1.1.2. Escolares 1.1.1.3. Associativos
		1.1.2. Soluções	1.1.2.1. Autarcas 1.1.2.2. Escolares 1.1.2.3. Associativos
	1.2. Opções Estratégicas	1.2.1. Visão	1.2.1.1. Autarcas 1.2.1.2. Escolares 1.2.1.3. Associativos
	1.3. Educação Formal	1.3.1. Aspectos Positivos	1.3.1.1. Autarcas 1.3.1.2. Escolares 1.3.1.3. Associativos
		1.3.2. Aspectos Negativos	1.3.2.1. Autarcas 1.3.2.2. Escolares 1.3.2.3. Associativos
	1.4. Educação Não Formal	1.4.1. Aspectos Positivos	1.4.1.1. Autarcas 1.4.1.2. Escolares 1.4.1.3. Associativos
		1.4.2. Aspectos Negativos	1.4.2.1. Autarcas 1.4.2.2. Escolares 1.4.2.3. Associativos
	1.5. Conselho Municipal de Educação	1.5.1. Funcionamento	1.5.1.1. Autarcas 1.5.1.2. Escolares 1.5.1.3. Associativos
		1.5.2. Decisões importantes	1.5.2.1. Autarcas 1.5.2.2. Escolares 1.5.2.3. Associativos
	1.6. Parcerias	1.6.1. Existentes	1.6.1.1. Autarcas 1.6.1.2. Escolares 1.6.1.3. Associativos
		1.6.2. Desejáveis	1.6.2.1. Autarcas 1.6.2.2. Escolares 1.6.2.3. Associativos
	1.7. Competências do Município	1.7.1. Actuais	1.7.1.1. Autarcas 1.7.1.2. Escolares 1.7.1.3. Associativos
		1.7.2. Desejáveis	1.7.2.1. Autarcas 1.7.2.2. Escolares 1.7.2.3. Associativos
	2. Perspectivas Educacionais	2.1. Educação	2.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida
2.1.2. Pública/Privada			2.1.2.1. Autarcas 2.1.2.2. Escolares 2.1.2.3. Associativos
2.1.3. (Des)Centralização			2.1.3.1. Autarcas

			2.1.3.2. Escolares 2.1.3.3. Associativos	
		2.1.4. Liderança	2.1.4.1. Autarcas 2.1.4.2. Escolares 2.1.4.3. Associativos	
		2.2. Participação	2.2.1. Oportunidades	2.2.1.1. Autarcas 2.2.1.2. Escolares 2.2.1.3. Associativos
		2.2.2. Fragilidades	2.2.2.1. Autarcas 2.2.2.2. Escolares 2.2.2.3. Associativos	
		2.2.3. Espaços Existentes	2.2.3.1. Autarcas 2.2.3.2. Escolares 2.2.3.3. Associativos	
		2.2.4. Espaços Desejáveis	2.2.4.1. Autarcas 2.2.4.2. Escolares 2.2.4.3. Associativos	
	3. Posicionamento sobre a Cidade Educadora	3.1. Cidade Educadora	3.1.1. Conhecimento da Adesão à AICE	3.1.1.1. Autarcas 3.1.1.2. Escolares 3.1.1.3. Associativos
			3.1.2. Oportunidades	3.1.2.1. Autarcas 3.1.2.2. Escolares 3.1.2.3. Associativos
		3.2. Centros Cívico-educativos	3.2.1. Potencialidades	3.2.1.1. Autarcas 3.2.1.2. Escolares 3.2.1.3. Associativos
			3.2.2. Fragilidades	3.2.2.1. Autarcas 3.2.2.2. Escolares 3.2.2.3. Associativos
3.2.3. Liderança			3.2.3.1. Autarcas 3.2.3.2. Escolares 3.2.3.3. Associativos	
3.2.4. Disponibilidade para a criação			3.2.4.1. Autarcas 3.2.4.2. Escolares 3.2.4.3. Associativos	

Apêndice VI

Matriz de Redução de Dados



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Matriz de Redução de Dados

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
1. Organização Territorial da Educação	1.1. Problemas	1.1.1. Existentes	1.1.1.1. Autarcas	<p>"(...) a grande dificuldade de todas as políticas, não é só em termos de políticas de educação, é nós querermos fazer mais do que aquilo que podemos, com o dinheiro que temos, não é? Depois tudo joga por aí... joga o orçamento e jogam as possibilidades de recorrer a outros meios, nomeadamente a candidaturas a fundos, etc. Daí que alguns intervalos dos mandatos e nomeadamente este ano de 2007 e até o de 2006, serem anos já de alguma dificuldade em termos de recursos a esses meios..." (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) a Câmara neste particular [acerto da rede educativa para o ano lectivo 2007/2008 junto da DREC] sirva apenas de parceiro para ser ouvida e para dar a sua opinião. (...) Não tem grande capacidade de decisão. Independentemente da nossa vontade e também da nossa opção". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"O facto de não termos uma rede de transportes públicos constitui um constrangimento na deslocação e mobilidade das pessoas ". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"São vários os problemas e estes iniciam na família ou talvez em questão históricas e estruturantes (é uma questão cultural e educativa), que se vão reflectir na sociedade, isto é, vão verter na família enquanto núcleo principal e institucional na formação do indivíduo". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Se fizermos uma análise mais atenta, verificamos que os problemas da educação não são só de ordem social, mas também de ordem pedagógica".(Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...) há uma excessiva carga horária para os alunos e julgo que até incorrectamente distribuída com algumas disciplinas que se esgotam num vazio que só desencadeiam nos alunos a desmotivação e dispersão, uma vez que não são aproveitadas para valorização das disciplinas consideradas fundamentais, ou neste caso nucleares". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...) são as famílias mais vulneráveis, com necessidades sociais e que são de certo modo transportadoras de uma pobreza geracional, isto é, pais com poucas qualificações, que não incentivam os filhos para o estudo, porque não têm esse conhecimento e essa experiência, e por sua vez não sabem incentivar a importância da escola no sucesso pessoal e profissional dos seus filhos. E isto transmite-se de geração em geração! "(Ent.6/Aut/2007)</p>
			1.1.1.2. Escolares	<p>"(...) o principal problema é a configuração do próprio concelho, a enorme dispersão que existe leva a que estes alunos sejam autênticos heróis de saírem de casa às 7h30m e chegarem a casa às 19h30m". (Ent.5/Esc/2007)</p>

¹ Para que o leitor compreenda a utilidade da matriz, iremos proceder a uma breve explicitação de como as unidades de registo foram transcritas. Após a transcrição segue-se uma referência com o seguinte formato (#.#.#. Fonte.#/Aaaa/2007)

- No primeiro espaço é indicada a codificação correspondente à matriz de categorização, que serve de referência para a construção do discurso do investigador.
- No segundo espaço é indicada a fonte (Ent.1, Ent2,...)
- No terceiro espaço é indicado o tipo de actor (Aut, Esc, Ins)
- No último espaço encontra-se o ano da recolha desse registo

Vejamus um exemplo (1.1.1.3/Ent.2/Ins/2007), ou seja, aparece o código da matriz de redução de dados, a fonte que é o entrevistado 2, que é um actor institucional e foi entrevistado em 2007.

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"A escola lá de cima [Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga] acaba por ser penalizada pelas péssimas condições que tem e os alunos acabam por ver nesta escola [Escola Secundária de Sever do Vouga] um hotel de cinco estrelas em relação à escola de cima". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Eu acho que escola sim, mas não só escola. Eu acho que isso é um problema que tem haver com a sociedade, porque eles precisam de ter alguma disponibilidade para que se as famílias quiserem investir em alguma área, pois a escola não é obrigada a oferecer tudo, que tenham disponibilidade para o fazer". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Outro problema que nós constatamos são as diferentes perspectivas que os alunos têm acerca da escola. Aquilo que se fala em termos globais nos meios de comunicação, da falta de motivação, da falta de interesse, da falta de empenho dos alunos, também se reflecte nesta escola". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) nós verificamos que ainda existem miúdos em que o suporte familiar é praticamente inexistente". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) temos situações em que a família em vez de os apoiar e libertar para os deixar aproveitar essas oportunidades funcionaram como um obstáculo, de os impedir de ir mais além.</p> <p>No fundo queriam que eles aprendessem mais alguma coisa para depois os colocarem aí num restaurante ou numa tasquinha qualquer a trabalhar, para vir um ordenando para casa". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) antigamente não existia essa oferta que há hoje e se calhar por isso é que os miúdos tinham outro tipo de valores face às pessoas com mais idade, porque passavam muito tempo com os avós, conviviam com os familiares. Actualmente vemos que esses valores não estão presentes nos jovens de hoje, nomeadamente com as pessoas de mais idade, que não vêem naquela pessoa, uma pessoa que merece ser respeitada (...) e acho que está relacionado com isso". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) lutar por uma escola [EB 2 e 3] nova, porque estas são instalações degradadas, é uma escola da década de 60 e entretanto tudo evoluiu". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Um dos problemas é a crise familiar e as dificuldades sócio-económicas, as quais se reflectem muito na escola. Mas principalmente a crise familiar. Há outros problemas como o alcoolismo, que têm impacto na escola, porque se as crianças tivessem um bom acompanhamento por parte das famílias, talvez não se verificassem muitos dos problemas que temos". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Não existe uma rede de transportes públicos no concelho e isso é de facto um problema. (...) E esses autocarros existem para eles, porque por exemplo, no tempo de férias não existe uma rede viária no espaço do concelho, o que é de facto, um problema". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Um dos pontos fracos é a dispersão do concelho e a falta de qualificação". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Muitas das vezes, aponta-se como causa a falta ou deficiência da rede de transportes, mas dada a dispersão geográfica não é possível a Câmara fazer muito melhor". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Um dos nossos maiores problemas é a falta de acompanhamento de alguns encarregados de educação, o alcoolismo, problemas sociais e o número cada vez maior de famílias desestruturadas que nós temos actualmente e isso nota-se no nosso dia-a-dia". (Ent.9/Esc/2007)</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"Um dos problemas mais relevantes é os alunos terem muitos direitos, estudarem cada vez menos e estarem protegidos pelo actual Estatuto do Aluno". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Acho que cada vez mais os encarregados de educação se estão a desresponsabilizar da sua tarefa educativa, e não podemos esquecer que os filhos são nossos e os primeiros educadores são os pais". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Para existir escola a tempo inteiro é necessário termos os recursos, porque se é verdade que os pais trabalham e precisam que os filhos estejam aqui, também é verdade que os alunos necessitam de brincar e de estar em casa". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Agora estamos limitados, porque temos que cumprir o programa [currículo] e não podemos fazer tantas actividades abertas à comunidade que impliquem a interrupção de aulas, porque nós fizemos muitas ao longo destes anos". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Nós sem meios, porque o Ministério da Educação vai reduzir no pessoal não docente e o pessoal docente, apesar de ter mais horas agora, nós não conseguimos cobrir". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			1.1.1.3. Associativos	<p>"(...) nas aulas de AEC têm crianças que vêm de Irijó, de Rocas, de Nespereira, de Sanfins,... vêm das várias escolas da freguesia, porque não é possível ter uma professora em Rocas, outra em Sanfins,... temos que agrupar todos e é aqui que a actividade é feita. Portanto, têm que existir transportes que os tragam cá e é o que acontece com a parceria com a Câmara. É uma carga grande para Câmara e para a Fundação". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"(...)a Câmara tem dificuldades em levar todas as crianças porque não têm transportes, a área é muito dispersa, e não podiam levar ao Couto e a outras localidades". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"(...) a problemática da educação em qualquer território deveria de ser assumida em termos estratégicos pelos vários actores que estão no local. Nesse sentido, é uma falha e penso que em Sever do Vouga esse trabalho não está feito, porque a educação normalmente é considerada como um factor isolado do desenvolvimento e não é". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"A problemática da educação de hoje não é só dos meninos que têm 5 ou 6 anos! É desses, dos que têm 10, dos que têm 15, dos que têm 20,... No fundo, é a problemática do aprender ao longo da vida". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Sever do Vouga padece de uma falta, que os outros concelhos também têm (...) falta de 'inteligência instalada', têm algumas pessoas, alguns professores, mas têm falta de 'massa crítica' e penso que esse é um problema". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		1.1.2. Soluções	1.1.2.1. Autarcas	<p>"(...)nunca entendi que fosse grande dificuldade e daí a nossa aposta aqui também ao nível da reestruturação dos espaços e da própria carta educativa tendo como opção, a criação dos centros educativos no centro de freguesia e não fazer como outros concelhos que criaram um ou dois centros no território e depois desviaram os miúdos todos para lá. O nosso objectivo nunca foi esse, pelo menos que a desertificação não existisse nas sedes de freguesia e eu penso que isso, atendendo aquilo que referiu, o facto das distâncias não serem por ai além, ou até serem pequenas..."(Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) Nós aqui ainda temos uma grande fatia do orçamento a ser disponibilizada para essa parte [transportes], até porque são concelhos com lugares muito afastados onde é preciso fazer ligações... melhorar as ligações entre os lugares e o centro do concelho, exactamente para tentar que essa desertificação não se note tanto". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Esse regulamento [de apoio a famílias carenciadas] prevê apoios directos como cedência de materiais, pode passar também pelo</p>

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>redução ou isenção de licenças de construção, pode passar pelo apoio técnico da autarquia ao nível de criação do projecto, inclusive elaboração do próprio projecto, de especialidades, etc. Mas em alguns casos já temos mesmo avançado com obras no próprio terreno, noutros cedeu-se material, e noutros casos cedeu-se material e mão de obra, conforme a avaliação que é feita". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"O apoio directo, esse existe sempre, nós temos um serviço de acção social que faz esse apoio dia-a-dia acasos sociais, (...) casos de dificuldades económicas, apoio ao nível psiquiátrico e psicológico, etc". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"E há até outros organismos constituídos, por exemplo a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que a autarquia criou como a lei impõe e ela tem dentro de si mesmo, quer da comissão alargada, quer da comissão restrita, técnicos e gente da autarquia. Na comissão alargada estou eu e uma técnica da acção social da autarquia e na comissão restrita está outra técnica. Portanto, muitas dessas coisas passam por ali. Por exemplo ao nível dos jovens, tudo passa por ali. E com a ajuda, como é evidente dos serviços que são os que estão directamente na comissão, mas também, com o trabalho de retaguarda que podem fazer no apoio a crianças e jovens". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) nós queremos que pelo menos as pessoas vivam cá. Não nos cria grandes problemas e confusão que as pessoas trabalhem fora e regressem à terra, que residam aqui e façam aqui a sua vida. É óbvio tem que existir sempre esse movimento de trabalhadores para fora e de fora para cá, tem que haver sempre, não é? Nós se calhar devido à falta de um determinado tipo de emprego, nomeadamente, ao nível da população feminina, temos esse movimento e existe essa procura fora do concelho. Mas tudo bem, se as pessoas continuarem a viver no seu espaço(...)". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"O transporte escolar digamos que é um problema e ao mesmo tempo uma oportunidade, porque permitimos que durante o ano lectivo as pessoas possam também usufruir dos transportes escolares, na medida em que estes são também considerados transportes públicos". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Os professores enquanto pedagogos poderiam orientar com outros profissionais (ex: psicólogos, animadores,...) poderiam orientar os alunos para técnicas de estudo, embora isso seja uma procura de cada um. Não há receitas propriamente ditas mas podemos dar pistas, caminhos que se podem seguir. É um caminho que se faz caminhando!" (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"É preciso saber se eles têm métodos de estudo e quais são as condições que as famílias oferecem aos filhos para a realização desse estudo". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...) tocou numa questão fulcral trabalhar a autonomia e a co-responsabilização de todos (pais, professores, comunidade). A autonomia é que deveria ser estimulada e não me parece que aconteça". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Actualmente, o nosso sistema de ensino preocupa-se muito em trabalhar formações e não a trabalhar personalidade das pessoas, o futuro de mulheres e homens. E é aqui que peca o nosso sistema educativo, com o devido respeito e sendo apenas uma opinião pessoal, porque o Ministério da Educação deveria criar condições para analisar os problemas reais dos seus alunos e trabalhar programas paralelos". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"A família é a principal instituição que tem a responsabilidade de orientar os seus filhos, educá-los e prepará-los para uma vida em sociedade, na escola e na comunidade. Se não existir a ponte entre os pais e a escola, não pode haver sucesso educativo, dentro</p>



Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>daquilo que é entendido pelo verdadeiro 'sucesso educativo' e quase que o trabalho dos professores é votado ao insucesso". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...)é preciso que sejam criadas as condições para que a própria autarquia ou o órgão da administração local, como referiu, possa realizar uma política de acção educativa e de cidadania em pleno. É preciso ver que as realidades são muito díspares ao nível nacional, e existem autarquias em que as condições técnicas e físicas (referindo-me em concreto aos recursos humanos com perfil) e outras onde ainda há muito efectivamente a fazer. (...) Estas assimetrias obrigam a que exista uma boa vontade das pessoas que constituem os vários departamentos, para que consigam conciliar os intentos de uma função educativa prospectiva com a realidade por vezes despojada de meios e sensibilidades". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...) são necessários recursos financeiros e algumas formações que ajudem na orientação precisa de algumas intenções para levar a bom curso projectos de intervenção socioeducativa". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Se a Administração Central não flexibilizar em alguns casos, como por exemplo nos prazos mais longos para criarmos condições nas viaturas ou não nos ajudar em termos financeiros para que de facto se concretize com maior brevidade essas melhorias e as condições exigidas, estaremos apenas a criar situações de resposta superficiais e quase de emergência. Se essa transferência de competências não vier acompanhada dos devidos apoios financeiros, é claro que alguma coisa vai falhar". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			<p>1.1.2.2. Escolares</p>	<p>"O que nós tentamos é que de facto em termos de organização de horários, algo que conseguimos com a Câmara é não manter os alunos sempre, durante todos os dias, na escola desde manhã até às 18h, que é a hora do transporte. Tentar encontrar tardes livres e combinar com a Câmara para que existam transportes de regresso a casa, para proporcionar aos alunos o facto de estarem em casa, de poderem brincar, de jogarem os seus jogos, de fazer o seu estudo, porque antigamente os transportes de manhã e à noite, os alunos estavam o dia inteiro e era de facto como um emprego para eles e que se reflectia ao nível do insucesso". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...)já nos chegaram aqui miúdos catalogados como Necessidades Educativas Especiais, que vinham carregados de negativas, mas com o apoio sistemático, aquele apoio que o pai e a mãe deviam fazer em casa de os ajudar a preparar os testes, de no dia anterior lhe fazer perguntas para ver se estudou ou não, conseguiram chegar ao final do ano sem nenhuma negativa. E que por isso foram retiradas as medidas de educação especial, porque no fundo eles tinham necessidade de apoio e de suporte familiar para o seu estudo". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Às vezes também tivemos de trabalhar com as famílias no sentido de os deixar fazer essa formação até ao fim, porque aquilo de andar ali aquele tempo todo e depois chegar ali e '<i>morrer na praia</i>' era mau para nós porque em termos estatísticos, eram alunos que não tinham tido insucesso, não porque nós não nos tivéssemos empenhado, mas porque as famílias os impediam. Portanto tivemos de fazer trabalho com algumas famílias no sentido de tentar dar a volta, para ver se eles de facto conseguiam fazer o estágio e depois a avaliação final para terem no fim a sua carteira profissional". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Queríamos ter instalações cativantes, acolhedoras tanto para os alunos, como para os pais e professores; como gabinetes de trabalho". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Louvo o trabalho da Câmara que põe ao dispor das crianças um transporte de manhã, ao meio da tarde e ao final do dia. (...) Gastam</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>muito dinheiro por ano, porque é um transporte que existe só para os alunos". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Para diminuir o abandono trabalhamos directamente com a CPCJ". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			1.1.2.3. Associativos	<p>"Atendendo que não existe uma rede concelhia de transportes, os nossos utentes são todos transportados pela Fundação, o que faz com que as viaturas sejam insuficientes. (...) Então, a Fundação faz alguns transportes em conjunto com os nossos meninos do ATL e a Câmara também faz alguns com as nossas crianças. Portanto, há permutas, coisas que a instituição faz e que não era serviço da instituição e que era serviço da Câmara, mas que em contrapartida a Câmara também faz transportes que eram da instituição, porque eram meninos do ATL..." (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Não era contra a aglutinação do 1º e o 2º CEB, porque também são idades aproximadas. Ou até pré-escolar, 1º e 2º CEB, depois já não. São idades diferentes!" (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Uma interacção dos vários actores, daqueles que têm uma responsabilidade directa na área da educação, nomeadamente a Câmara Municipal e todas as escolas, mas também todos os outros actores que parecendo que não têm nada a ver com o assunto, são actores que podem ter uma influência muito importante para que a educação e o aprender, passe a ser alguma coisa que está na ordem do dia e no quotidiano de uma comunidade territorial, que neste caso é o município". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu defendo que a escola tem que ter uma ligação à história local. Na escola tem que se aprender primeiro a história local, depois a história nacional e só depois a história internacional. Não faz sentido, que um aluno de uma determinada região não saiba nada da história local. Ele tem que saber a história daquele local e se não há investigação, conhecimento, então que se trabalhem estas áreas para que cada micro-região tenha a sua história documentada e que a escola possa ajudar a aprender a história da sua região. Quem diz a história, diz o património, diz as actividades económicas, o saber e conhecimento que existe numa determinada zona, que pode estar ligado à universidade ou não. Acho que é necessário aprender ligado ao local, penso que essa parte é fundamental". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"A outra parte que eu penso que é fundamental é a escola deixar de ser tão elitista, tão teórica,... as pessoas serem preparadas na escola para fazer qualquer coisa. Não é como acontece agora, que sai um jovem com 12º ano e não sabe fazer nada. Tirando o caso dos cursos profissionais, que estão agora a ser introduzidos, até há bem pouco tempo existiam jovens que acabavam o 12º ano e iam procurar emprego e não sabiam fazer nada. A escola tem que estar ligada à vida para as pessoas aprenderem a fazer qualquer coisa, conhecimentos, técnicas que sejam lhes úteis". (Ent.8/Ins/2007)</p>
	1.2. Opções Estratégicas	1.2.1. Visão	1.2.1. 1. Autárquicos	<p>"A cada nível e em cada uma das áreas temos definidas várias políticas. Por exemplo, na área da educação fizemos uma grande aposta na renovação de infra-estruturas ao longo destes últimos anos. Antes de conhecermos a obrigação de elaborar as Cartas Educativas, já nós tínhamos como opção política apontar para a criação de centros escolares, chamados agora de centros educativos. Pólos educativos nos centros das freguesias de forma a melhorar o ensino, quer ao nível da socialização dos alunos, que permitia que eles tivessem maior número de colegas nas turmas". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) apostar na renovação de edifícios partindo do princípio que as escolas pequeninas mais tarde ou mais cedo viriam a encerrar. A perspectiva era realmente transferi-los para esses centros para que pudessem usufruir de uma maior qualidade ao nível dos</p>



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>equipamentos, onde fomos pioneiros em certas coisas, como é o caso da Internet, dos computadores, quer no primeiro ciclo, quer no ensino pré-escolar". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Pretendemos lançar de raiz dois centros educativos, mais um quase de raiz e assim terminar, apontamos aí como horizonte 2011, para esta grande renovação". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>" (...) para conseguirmos ter aquela qualidade ao nível das salas, e a diversidade, que é conseguir que cada Centro tenha pelo menos quatro salas de aula e seja possível ministrar pelo menos um ano em cada sala, mais biblioteca, mais espaço de informática, etc". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) também apostamos no lazer, no recreio, na parte lúdica da educação". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Também aqui nós fomos mais à frente do Ministério da Educação neste aspecto e já há uns anos, mesmo antes de haver estas actividades de enriquecimento curricular, propostas pelo Ministério da Educação em que as escolas ou as Câmaras, como promotores. (...) Tínhamos já promovido natação e educação física para os miúdos". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Os custos são cada vez mais elevados, temos quase que obrigação moral e institucional de criarmos condições para que os nossos alunos, mesmo os que estão em formações alternativas, não lhes seja impedido o acesso à formação só porque não têm transporte. Neste momento, mobilizamos todos os meios de deslocação possíveis e imagináveis, com riscos adicionais, pelo facto de não quisermos discriminar ninguém ". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			1.2.1.2. Escolares	<p>"A nossa preocupação é acolher todas as crianças, é os alunos virem para a escola, terem sucesso e evitar o abandono; eles sentirem-se bem, como é evidente! E terem um espaço agradável, ajardinado, limpo, enfim condições para terem sucesso acima de tudo e para isso temos que responsabilizar os alunos, os pais, o pessoal docente e o pessoal não docente. Temos que ver a educação como um todo e estabelecer parcerias coesas e responsáveis (...)". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			1.2.1.3. Associativos	<p>"Provavelmente daqui a uns anos estará diferente, existindo um centro educativo na sede de cada freguesia, como eles [autarquia] falam". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Neste momento penso que [a educação] é uma das grandes preocupações da Câmara e tem que ser mesmo. Há Câmaras que nem sequer se preocupam com isso. A nossa Câmara para além de se preocupar, tenta ajudar ao máximo. É a que promove as actividades extra-curriculares. Houve uma altura em que todas as crianças em idade escolar tinham acesso à piscina municipal. Está a remodelar o Parque Escolar, com alguma resistência por parte dos habitantes de algumas localidades". (Ent.4/Ins/2007)</p>
	1.3. Educação Formal	1.3.1. Aspectos Positivos	1.3.1.1. Autárquicos	<p>"Neste últimos seis anos, o investimento ultrapassou o meio milhão de contos, falando em contos ainda, ou seja para cima de 2,5 milhões de euros, que é um grande investimento num concelho como o nosso com orçamentos relativamente baixos. É um investimento de vulto!" (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"E como disse de forma diversa e diversificada, não só apostando na qualidade dos edifícios, mas também na qualidade dos equipamentos e renovação dos espaços exteriores". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) fomos um concelho pioneiro na implementação das componentes no pré-escolar. Desde o início que temos uma rede de cobertura, para além de termos uma cobertura digamos que global do ensino no concelho, temos as componentes de complemento de</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>horário e de refeição, já a funcionar há muitos anos, em todos os jardins-de-infância". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) quando há uma aposta que é do concelho ou da autarquia ao nível educacional, deve ser das escolas e dos agrupamentos e ao contrário é a mesma coisa. Nós por exemplo estamos empenhados na construção de uma nova escola EB 2,3 e temos contado com a ajuda e com o interesse do agrupamento de escolas, como eles têm contado com todo o empenhamento da Câmara nesse sentido". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"A Câmara tem iniciado um processo (...) virado para a formação profissional e para a formação específica em áreas, de necessidade no concelho, nomeadamente ao nível do emprego. A maior parte das empresas locais precisam de determinados colaboradores com algumas habilitações mais profissionais e que não têm. Portanto, nós iniciámos um processo que começou por ser uma espécie de Escola Profissional... Que hoje é o VougaPark (...) e que nós pensamos vir colmatar essa falha ao nível dessa formação mais específica. (...) [H]á indicações de que realmente vai para a frente, aliás foi constituída já a empresa com a Câmara e alguns privados e portanto, pensamos que dentro de algum tempo começará a promover formação em áreas específicas, que realmente possam levar essa mão de obra especializada às empresas da região". (Ent.1/Aut/2007)</p>
			1.3.1.2. Escolares	<p>"(...) temos feito [candidaturas] ao PRODEP para os percursos diferenciados, que achamos de facto que sendo a única Escola Secundária do concelho não podemos dar o mesmo tipo de ensino a todos os alunos, porque nem todos eles têm os mesmos objectivos e as mesmas capacidades, a realidade é mesmo essa. E por isso lançámos os percursos diferenciados." (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Sem dúvida que é um papel activo, não só ao nível dos transportes como também das refeições. E quando falo de transportes não é só a vinda à escola e o regresso a casa, nós temos os Percursos Alternativos e para irem às empresas, a Câmara é que disponibiliza esses transportes. Temos alunos da unidade de multi-deficiência que vêm à natação ou às actividades desportivas e a Câmara está a ceder o transporte". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"E estão abertos a solicitações, por exemplo se temos uma visita de estudo de um grupo pequeno de alunos, nós só pagamos o combustível e o transporte é a Câmara que o faz". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			1.3.1.3. Associativos	<p>"Eu acho que a autarquia está a fazer um grande esforço nesse sentido [organização da educação], se não pode fazer mais é porque realmente outras instâncias superiores não deixam". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"As coisas estão centralizadas na Vila, poderiam colocar outras infra-estruturas dispersas pelas freguesias, mas acho que não se justifica. (...) Eu acho que em todos os escalões etários há uma cobertura suficiente em termos de educação". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Em termos de infra-estruturas penso que temos e o concelho não é muito grande, está disperso, mas já alguns anos atrás tomaram uma política, que eu penso que é correcta, optaram por construir um polidesportivo descoberto na sede de cada freguesia". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que todas as crianças têm acesso a uma boa educação e a uma escola razoável na medida do possível." (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"(...) há uma boa cobertura. Há boas escolas". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Pode não ser o ideal, mas que tanto a Câmara, como as escolas se preocupam e se esforçam em oferecer cursos [profissionais de nível secundário] adequados aos interesses dos jovens". (Ent.4/Ins/2007)</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"(...)para o 3ºCEB há boas ofertas e penso que mesmo ao nível dos cursos profissionais é uma das grandes preocupações da Câmara". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Penso que há alguns aspectos positivos na educação do concelho, nomeadamente o empenhamento da autarquia e se calhar de alguns professores e responsáveis, que apostam em fazer melhor e fazer bem. Penso que são uma boa aposta os cursos pós-secundários [CET's- Cursos de Especialização Tecnológica] que a Câmara Municipal tem desenvolvido e tem apoiado e incentivado através de uma parceria com a Universidade de Aveiro e com o VOUGAPARK". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		1.3.2. Aspectos Negativos	1.3.2.1. Autárquicos	<p>"Existem autarquias em que as condições técnicas e físicas (referindo-me em concreto aos recursos humanos com perfil) e outras onde ainda há muito efectivamente a fazer". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			1.3.2.2. Escolares	<p>"Como eu já lhe disse não conheço a Carta Educativa..." (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Relativamente à política educativa da Câmara eu não a conheço, ... (risos) Não sei quais são os objectivos deles,... Eles devem ter uma política educativa, simplesmente acho que ela não é transparente e não é falada, nem discutida com os órgãos de gestão das escolas do concelho. Acho que de certa maneira deviam ser pessoas privilegiadas para manifestarem o que se passa na escola, porque trabalham com a realidade no seu dia-a-dia. Mas, não podemos interferir no trabalho dos outros..." (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Relativamente aos projectos foi o dos percursos diferenciados, somos uma escola que não tem SPO e que deveria de ter como Escola Secundária que é. Enquanto foi possível fizemos candidaturas à medida que nos permitia através de um trabalho ligado à orientação escolar e profissional, montar de certa maneira uma serviço próximo do SPO, mas que já acabou" (Ent.5/Esc/2007).</p> <p>"Nós precisávamos de mais técnicos: devíamos de ter um animador para trabalhar aqui com as crianças e jovens; mais psicólogos". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			1.3.2.3. Associativos	<p>"Em termos da faixa etária na qual eu estou mais ligada, que é (...) o 1º CEB, penso que há muito a fazer. Mais, talvez na parte das instalações das escolas, recursos materiais, humanos também. Existe muita falta de recursos humanos, principalmente nas auxiliares, não digo dos professores, mas das auxiliares. Há escolas que não têm auxiliares, só têm apenas o professor". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...) em termos de Educação de Adultos, (...) acho que isso está a descoberto e que deviam pensar um bocadinho mais nessas pessoas, ou voltar ao que era ensino recorrente ou chamem-lhe outro nome, Educação de Adultos". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...) aqui [a educação de adultos] é uma área que está um bocado sub-aproveitada". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"E o que faz falta [técnico superior de desporto] (...) para ajudar um bocado os clubes e as associações do concelho a dirigirem e organizarem-se melhor". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Falta uma promoção [do desporto], seja por eles [autarquia], seja eles apoiando os clubes e as associações. Eu acho que nós não podemos ter sempre a iniciativa por eles, de os estarmos sempre a 'chatear', a dizer "olhem vamos fazer isto, precisamos de dinheiro". Porque no fundo, quando vamos lá, vamos ao dinheiro, nós também se não for assim, não temos outro tipo de financiamento". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Se calhar a formação profissional e os cursos profissionais deveriam ter muito mais intervenção por parte do município do que aquilo que têm tido. Isto em conjugação com as escolas". (Ent.3/Ins/2007)</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"No 1º CEB ainda não é o ideal porque eu, por exemplo estou a trabalhar com quatro anos. Não é de forma alguma o ideal. Se tivermos só uma turma de um ano, pode ser uma turma maior mas os professores estão a trabalhar só com um ano é muito mais rentável do que estar a dar quatro anos ao mesmo tempo". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Em relação à educação e formação de adultos, é uma área que ainda há muito a fazer e que a cooperação inter-institucional é fundamental, até para se identificarem as áreas de actividade que são estratégicas para o futuro e qual o papel que os diferentes actores poderiam ter nessa formação, digamos assim. É uma área que está muito embrionário, mas não é só em Sever do Vouga. Portanto, precisa de uma atenção e de um trabalho específico e depois em inter-ligação com os públicos mais jovens". (Ent.8/Ins/2007)</p>
	1.4. Educação Não Formal	1.4.1. Aspectos Positivos	1.4.1.1. Autárquicos	<p>"Nós por exemplo, integramos as actividades de enriquecimento curricular e aderimos a elas de forma global e com o máximo possível, nas três áreas. E isso quer dizer, mesmo com o apoio dado pelo Ministério da Educação, custa sempre às Câmaras muito mais do que aquele que é dado. Portanto, todas estas coisas são melhorias na qualidade de vida para os cidadãos, são mais hipóteses de melhorar o seu modo de vida e os seus tempos livres (...) e dar alguma garantia às famílias de ocupação útil dos miúdos nas escolas, mas isso custa dinheiro". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Tem feito campos de férias regulares e campos de férias mais alargados até a pessoas de fora. Portanto, não só aos jovens do concelho, mas também alargado aos jovens de fora. E depois faz em todos os períodos de paragem das aulas, onde têm actividades de férias, de ocupação dos jovens quando eles saem da escola e têm aqueles períodos de paragem". (Ent.1/Aut/2007)</p>
			1.4.1.2. Escolares	<p>"Eles organizam os seus programas de ocupação dos tempos livres que no fundo abrange toda a população de Sever do Vouga, desde que se inscrevam". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Temos tido actividades muito interessantes relacionadas com o ambiente, como por exemplo a EcoVouga". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Temos também a Festa de Natal, o Carnaval que é a actividade com interrupção lectiva e aberta à comunidade, ao nível do concelho e com a colaboração da Câmara que dá uma contribuição por aluno. É a grande actividade do Agrupamento aberta à comunidade". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			1.4.1.3. Associativos	<p>"Eu acho que eles estão a fazer uma grande aposta e vê-se pelo parque escolar, pelas actividades, a própria parceria que a Câmara fez com as instituições é uma mais valia, porque eu sei que há muitos municípios, há muitos concelhos em que as instituições com ATL acabaram e aqui não deixam acabar enquanto houver apoio (...)". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Para esta faixa etária [1ºCEB] oferecem sempre uma Festa de Natal, apostam muito nas festas de Natal, até à data boas e agradáveis. Outrora faziam o dia mundial da criança, mas não têm feito ultimamente". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Um das coisas que reparo é que utiliza as várias instituições e organizações do concelho, seja a Desafios, os escuteiros,... para promover acções como a limpeza da Rio Vouga. Penso que existe articulação entre as várias instituições". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"O Agrupamento é que organiza o desfile de Carnaval na vila e a Câmara dá um 'X' por criança para os materiais que são utilizados. (...) A Câmara também colabora com os transportes, indo às aldeias buscar as crianças e agrupando-as na Vila para depois fazerem o desfile". (Ent.4/Ins/2007)</p>
		1.4.2. Aspectos	1.4.2.1.	



Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo¹
		Negativos	Autárquicos	
			1.3.2.2. Escolares	"(...) eu não sei se essas actividades seriam para desenvolver as capacidades e competências nos jovens, se seriam para servir os pais, para terem os filhos ocupados nessas alturas..."(Ent.5/Esc/2007)
			1.3.2.3. Associativos	"(...) eu acho que eles deveriam intervir um pouco mais, porque eles não têm muitas tipologias de actividades. Se calhar não estão vocacionados para isso... Poderiam ter outra forma de actuar muito mais vocacionada para o desporto, já que nós não temos capacidade organizativa, então vamos dar meios, sejam financeiros, sejam logísticos aos clubes ou às instituições do concelho, que são muitas, para eles poderem organizar". (Ent.3/Ins/2007)
	1.5. Conselho Municipal de Educação	1.5.1. Funcionamento	1.5.1.1. Autárquicos	"(...) há um trabalho conjunto permanente e temos muito boas relações, com qualquer dos órgãos de gestão, quer seja da Escola Secundária, quer seja do Agrupamento. E temos também uma colaboração ao nível institucional em determinadas áreas. Normalmente, eles colaboram e participam activamente nos Conselhos Municipais, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação, mas também a outro níveis". (Ent.1/Aut/2007) "O Conselho Municipal de Educação esteve bastante envolvido na elaboração da Carta Educativa. Aliás o início da execução da Carta Educativa passou pela constituição de um pequeno grupo, dentro do Conselho Municipal de Educação que iniciou o diagnóstico da situação real do concelho, para depois partirmos para a elaboração, propriamente dita da Carta Educativa. (...) E todos esses passos seguintes passaram sempre pelo Conselho Municipal de Educação, até à emissão do seu parecer final". (Ent.1/Aut/2007) "(...) reunimo-nos regularmente e é constituído por gente de todas as áreas ligadas à educação, directamente implicadas ou não, representantes de instituições de solidariedade social, as escolas, os agrupamentos, a segurança, o instituto de emprego, a DREC, etc. Todos têm estado com regularidade presentes". (Ent.1/Aut/2007)
			1.5.1.2. Escolares	"(...) nós temos um elemento, porque como somos Escola Secundária temos direito a ter um elemento e é uma pessoa do concelho, com uma larga experiência ao nível da educação, que já esteve à frente do órgão de gestão desta escola e que de facto conhece muito bem o concelho e que foi uma das impulsionadoras que fosse o próprio Conselho Municipal de Educação a dar o primeiro passo e a fazer esse levantamento de tudo o que dizia respeito ao Parque Escolar e em termos de políticas educativas a seguir". (Ent.5/Esc/2007) "É uma colega do 1º Ciclo (...) [a representante do Agrupamento no Conselho Municipal de Educação]". (Ent.7/Esc/2007) "Não sou eu, temos um docente que representa o pré-escolar e um o ensino básico". (Ent.9/Esc/2007)
			1.5.1.3. Associativos	"No Conselho Municipal de Educação eu estive a representar, mas não era como representante das instituições,... sei que neste momento é o Padre Licínio o representante das associações, que é o presidente do Centro Social Maria da Glória, é ele que nos representa a todos". (Ent.2/Ins/2007)
		1.5.2. Decisões importantes	1.5.2.1. Autárquicos	"O Conselho Municipal de Educação, esse funciona com regularidade e não diria que toma decisões, mas dá indicações e pareceres importantes na política de educação do concelho". (Ent.1/Aut/2007)
			1.5.2.2. Escolares	

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
			1.5.2.3. Associativos	
	1.6. Parcerias	1.6.1. Existentes	1.6.1.1. Autarcas	<p>"(...) não tem sido difícil estabelecer parcerias, pelo menos com as Instituições de Solidariedade Social, tem-se conseguido fazer parcerias. Ou com a Juntas de Freguesia, ou com as colectividades também. Nós temos uma série de protocolos com as colectividades. Não tem sido assim tão difícil". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Havia um interesse da nossa parte em divulgar [Actividades de Enriquecimento Curricular], mas também existia algum interesse em preservar determinadas situações e portanto penso que não foi difícil". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) Fazemos actividades de parceria com eles nomeadamente Festas de Natal, Carnaval e outras. Por exemplo, a EcoVouga, aquela grande actividade que fizemos agora há pouco tempo de limpeza do rio ao nível ambiental. Tudo isso, passa pela colaboração das escolas... e ela tem sido sem atritos, tem sido uma colaboração fácil". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Mas também se calhar, o concelho só tem um Agrupamento de Escolas e uma Escola Secundária e isso tem alguma facilidade neste tipo de colaboração". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Com a implementação desta nova modalidade fez-se o alargamento das actividades às outras disciplinas, nomeadamente à música, estudo acompanhado... E o inglês, passou a ser feito nas escolas ou nas instituições com quem protocolámos. Fizemos vários protocolos com as instituições de solidariedade social do concelho, com as 5 [Santa Casa da Misericórdia; Fundação Bernardo Barbosa de Quadros; Centro Social Maria da Glória, APCDI; Centro de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga] todas elas têm protocolos connosco e são elas que muitas das vezes dão o espaço e... contratam as pessoas e nós suportamos os custos de tal situação". (Ent.1/Aut/2007)</p>
			1.6.1.2. Escolares	<p>"Nós temos tentado dar alguns passos para que haja uma aproximação, porque não faz sentido que duas escolas aqui encostadas não conseguirem fazer essa articulação, mas de facto é uma tarefa que é um bocadinho... eu diria que isto é quase uma utopia. Se por partes dos órgãos de gestão há a tentativa de fazer essa aproximação, por parte dos recursos humanos que pertencem a cada uma das escolas já é difícil a conciliação". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Nós conseguimos através do protocolo com empresas locais colocar esses cursos [CEF], porque é um concelho onde a indústria metalomecânica é o seu forte, as grandes empresas que estão aqui sedeadas têm projecção a nível internacional, são empresas metalomecânicas e que precisam de mão-de-obra qualificada". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Não está dependente da Câmara Municipal, não recebe subsídios da Câmara Municipal, temos apenas alguns apoios para algumas iniciativas e a Câmara sempre se disponibiliza, como por exemplo disponibilizar espaços do Centro das Artes para quando organizamos palestras, para quando convidamos grupos de teatro, nesse aspecto há essa colaboração.</p> <p>No entanto, articulamos com a Câmara e desenvolvemos actividades em conjunto, mas no fundo a Câmara é um parceiro. Não podemos dizer que é um suporte para a escola,..." (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Ao nível dos transportes dos PCA [Percurso Alternativos]; ao nível das AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] onde a Câmara é a entidade promotora; ao nível do prolongamento do horário dos Jardins-de-infância que funciona antes das 9h da manhã e</p>



Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>depois das 15h30m, onde a Câmara assegura os funcionários; ao nível do pagamento dos salários às POC's [Programas Ocupacionais] dos Jardins-de-infância e do 1ºCEB; ao nível do fornecimento dos almoços em todas as escolas do 1º CEB não abrangidas pelos ATL's [Ateliers de Tempos Livres]; ao nível do contributo ao 1º CEB através da caixa escolar e do subsídio a livros e material escolar para as crianças carenciadas;..." (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Existem vários protocolos nomeadamente a Comemoração do Dia do Foral, do Dia Mundial da Criança, Actividades para a Multi-deficiência, AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] e as CAF [Componente de Apoio à Família]". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Temos uma boa relação e muito próxima com a Câmara que colabora muito connosco a todos os níveis e muito em especial ao nível da Unidade de Multi-deficiência". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Temos também protocolo com a APCDI e a Câmara para as crianças da Unidade [Multi-deficiência] irem à piscina". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Nós ao nível dos alunos Percursos com Currículos Alternativos, temos protocolos e parcerias com diversas empresas e prestadores de serviços (ex: cabeleireiro, sapateiro,...) onde os alunos têm horas para ter esta experiência no mercado de trabalho. Os outros alunos não têm". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Em relação ao Plano Anual de Actividades, temos várias actividades em parceria com a Câmara (Festa de Natal, Carnaval, Intercâmbios, Comemoração do Foral de Sever do Vouga, Dia Mundial da Criança,...)". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"A Câmara Municipal é a entidade promotora das actividades de enriquecimento curricular, recebe a verba por aluno e depois protocola com as IPSS do concelho, portanto em questões de horários, contratação dos professores, transportes é tudo com eles. Nós, além da colaboração já referida, temos a coordenação pedagógica, nomeadamente a realização de reuniões para verificar se está tudo a funcionar bem ou não, elaborar fichas e no caso de existir algum problema, tentar solucioná-lo. No entanto, os critérios de selecção dos professores são definidos em conjunto com a Câmara, o horário é definido em conjunto, a responsabilidade não é única e exclusiva à Câmara e das IPSS, trabalhamos todos em conjunto". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			<p>1.6.1.3. Associativos</p>	<p>"[O Centro Social de Apoio à Criança e Jovem tem apenas parcerias] com a Câmara e com o Agrupamento [de escolas de Sever do Vouga]. São só estes dois parceiros e a Segurança Social em termos de entidade que nos financia". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Eu acho que estas actividades são muito ricas. Natal, Carnaval, eles próprios são nossos parceiros no Carnaval, porque se não fosse a Câmara nós não tínhamos possibilidade de fazer aquele desfile e [a comemoração do] dia do ambiente". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Com a Câmara temos as relações normais de atribuição de subsídios, que é aquilo que eles nos fazem. E quando eles nos pedem nós cedemos". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Temos uma parceria com a Câmara para as actividades de enriquecimento curricular, a Câmara é a entidade promotora mas quem está a executar a instituição. Em Sever do Vouga acontece com as várias instituições, com a APCDI, com o Centro Social Maria da Glória, com a Santa Casa da Misericórdia e com o Centro Social de Apoio às crianças e jovens de Sever do Vouga. (...) [A]s actividades de enriquecimento curricular são feitas aqui nos nossos espaços. Também temos a expansão do horário do pré-escolar que é feito aqui. A Fundação cede o espaço mas a oferta é da Câmara". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Temos o projecto de "Intervenção Precoce" onde a Fundação estabeleceu uma parceria com o Agrupamento e a Rede Social, no</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>sentido de acompanhar determinadas crianças que estão sinalizadas quer como situações de risco, quer com necessidades educativas especiais. A Fundação tem um acordo na área da Família e comunidade, que tem como finalidade o desenvolvimento de actividades de promoção e integração social de indivíduos e famílias, em situação de disfunção socio-económica, nomeadamente através de acções de atendimento/acolhimento, informação e orientação". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Existe uma parceria entre a autarquia e a Fundação na organização de transportes. Nós ajudamos a Câmara e a Câmara ajuda-nos a nós. Há crianças que estão nas actividades de enriquecimento curricular e que não estão no ATL. A Câmara está a transportar as crianças das escolas para as actividades que se desenrolam aqui e depois vêm buscá-las para as levar para casa". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Existe muita colaboração entre a Fundação e a Câmara, ao nível do prolongamento de horário e fornecimento de refeições do Jardim-de-infância de Rocas do Vouga, Couto de Esteves e Sanfins; ao nível das actividades de enriquecimento curricular para as crianças da freguesia de Rocas do Vouga e Couto de Esteves; ao nível dos transportes para algumas das escolas das Freguesia de Rocas do Vouga e Couto de Esteves; ao nível da realização de eventos e actividades". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"O papel da Fundação em relação à autarquia é de estreita colaboração, sendo que a parceria pode ser formal ou informal. A parceria na maioria das vezes é estabelecida de uma maneira informal, no trabalho entre técnicos para ultrapassar dificuldades pontuais, outras vezes é estabelecida formalmente, ao nível dos corpos dirigentes". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Em relação ao Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga a parceria também existe ao nível das actividades de enriquecimento curricular e outras". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"A parceria com a Escola Secundária de Sever do Vouga ocorre ao nível da realização de estágios dos jovens dos cursos tecnológicos". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"[A Fundação tem] parcerias como o Centro de Emprego de Águeda e com a Liconsultores, onde os funcionários das várias IPSS do concelho se deslocam normalmente à APCDI para fazer formação, por exemplo os cursos de <i>"Primeiros Socorros"</i>. Decorreu um aqui na Fundação que envolveu todos os funcionários sobre "Alimentação e Nutrição".(Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Tivemos algumas iniciativas há dois ou três anos com o Agrupamento por causa de um trabalho que foi feito com as crianças das escolas do primeiro ciclo, no âmbito do projecto "Educação Transgeracional", onde dinamizámos algumas oficinas de troca de saberes entre gerações, nomeadamente "Rios de Música", "Todos em Cena", "Serão à Lareira", "Pão sobre Pedra",... (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"No ano passado houve uma parceria com a EB 2 e 3 de Sever do Vouga, com duas turmas dos percursos alternativos, mas foi um trabalho pontual e não está estruturado em termos de futuro, onde desenvolvemos um conjunto de oficinas onde se trabalho ao auto-conhecimento relativamente aos processos de aprendizagem, o projecto de vida e o conhecimento e valorização da cultura local. É uma área onde podemos investir mais, mas de momento não está nada pensado". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		1.6.2. Desejáveis	1.6.2.1. Autarcas	
			1.6.2.2. Escolares	
			1.6.2.3.	"Sou a favor das associações de pais, que eles sejam activos,... Sou a favor que existam essas tais parcerias, sejam das associações

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
			Associativos	de pais, sejam das autarquias,... temos é que estar todos direccionados para o mesmo, o sucesso educativo". (Ent.4/Ins/2007) "Eu penso que o Município de Sever do Vouga tem vontades importantes, vontade política do município e abertura para poder avançar para alguma iniciativa desse género [centros cívico-educativos], mas penso que falta trabalhar as questões da cooperação inter-institucional. Quando nós nos sentamos, os vários actores, cada actor tem os seus interesses e objectivos e penso que Sever do Vouga também não foge à regra. E vai ter que se fazer bastante trabalho para que os actores se despojem dos seus interesses mais particulares e possam colocar em favor do conjunto os seus conhecimentos o seu entusiasmo e as suas energias, para poder levar a bom termo uma iniciativa que se reveste de muitos aspectos inovadores. E estas iniciativas são inovadoras, mas também se revestem de algum risco e há sempre aquelas pessoas e entidades que não gostam de arriscar". (Ent.8/Ins/2007)
	1.7. Competências do Município	1.7.1. Actuais	1.7.1.1. Autarcas	"E eu sempre fui um bocado defensor de que as coisas devem ser bem definidas. Isto é, independentemente de eu ser favorável à Câmara ou as autarquias terem estas ou aquelas competências, devem ser bem definidas as coisas, no sentido de saber a quem é que compete o quê?" (Ent.1/Aut/2007) " (...) esta indefinição, ao nível dos transportes, ao nível das próprias competências na área do pessoal, nomeadamente ao nível do pessoal auxiliar gera alguns conflitos e depois ninguém se entende. (...) Embora a competência dos transportes, seja grande parte dela do Ministério da Educação, nós sabemos que no terreno não é isso que se passa, as Câmaras é que suportam a grande fatia do bolo e a nós custa-nos muito dinheiro do orçamento. No caso do pessoal é igual, quando há falhas, por falta de pessoal auxiliar, não é ao Ministério que as pessoas se vão queixar, nem aos professores, nem aos educadores é à Câmara". (Ent.1/Aut/2007) "É óbvio que as Câmaras não podem ter cada vez mais competências, sem transferência de verbas. Já hoje vivem uma situação terrível. Aliás a nova Lei das Finanças Locais bem apertar um bocado o cerco às finanças da Câmaras e vem reduzir em alguns casos os orçamentos". (Ent.1/Aut/2007) "(...) e eu sou a favor de que determinadas competências passem pela Câmara, para acabar também com a dualidade de classificações, ao nível interno nas diversas instituições, que é tipo "Eu sou funcionário do Estado e tu és funcionário da Câmara". (Ent.1/Aut/2007) "(...) há determinadas coisas que era bom que não funcionassem assim, de forma espartilhada e que fossem muito mais directas, independentemente de ser por nós ou pelo Ministério". (Ent.1/Aut/2007)
			1.7.1.2. Escolares	"Uma das coisas que se tem falado ultimamente é ao nível do pessoal não docente e digo pela minha experiência que de facto o pessoal não docente, a parte dos recursos humanos é a parte mais sensível destas organizações e de qualquer organização. Portanto, eu não sei até que ponto a Câmara Municipal, poderá ter uma proximidade suficiente para que consiga uma boa relação e gerir bem os recursos humanos". (Ent.5/Esc/2007) "E a Câmara está muito envolvida connosco nessas actividades principalmente na parte do pessoal [não docente]". (Ent.7/Esc/2007)
			1.7.1.3. Associativos	"Eles queixam-se que cada vez mais atribuições de competências, mas que as contrapartidas financeiras não dão". (Ent.2/Ins/2007) "(...) eu acho que seria útil era ter a capacidade de definir aquilo que são competências no local e as competências que deveriam ser exercidas ao nível supra-local, nacional ou regional. Depois deveríamos ver muito bem como é que essas competências se tinham de

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				coordenar ou de interagir umas com as outras". (Ent.8/Ins/2007)
		1.7.2. Desejáveis	1.7.2.1. Autarcas	"(...) é evidente que todas as transferências de competências que forem feitas para as autarquias tem que ser compensadas". (Ent.1/Aut/2007)
			1.7.2.2. Escolares	"E penso que a Câmara também teria essa vontade [de contratar o pessoal não docente]". (Ent.7/Esc/2007) "Pelo que eu sei e ouço falar num futuro próximo, as autarquias irão gerir a parte do pessoal não docente e quem sabe depois o pessoal docente, ao nível da sua contratação". (Ent.9/Esc/2007) "Em relação ao pessoal não docente, talvez até faça algum sentido porque nós temos alguns problemas, embora aí também trabalhemos em parceria. Como nós somos um Agrupamento, temos pessoal do Ministério da Educação ao nível dos Jardins-de-Infância e temos pessoal da autarquia e os horários já são conciliados, porque antes existia aquela situação de os funcionários do Ministério da Educação faziam um horário e o pessoal contratado pela autarquia faziam outro. Agora têm o horário conciliado e é-lhes pedido que trabalhem em parceria". (Ent.9/Esc/2007) "Ao nível do pessoal docente, se lhes forem dados meios e verbas para contratar o pessoal e se faça ao nível do concurso e as coisas funcionassem com isenção, e sem politizar até concordo". (Ent.9/Esc/2007)
			1.7.2.3. Associativos	"Quanto às auxiliares, se eles realmente pudessem ter essa competência, mas lá está eles não têm verba, por isso não se podem desdobrar de outra forma. Mas realmente eles deviam ter uma pessoa durante o horário lectivo, como têm para os Jardins-de-infância". (Ent.2/Ins/2007) "As escolas não, são um bocadinho postas de lado, mas de facto a autarquia se pudesse ter esse papel, seria muito melhor para as escolas, porque eles estão muito mais próximos, até porque o Ministério fica a um distanciamento muito maior. Não é? Com a Câmara acho que o entendimento seria muito melhor". (Ent.2/Ins/2007) "Agora em relação à educação primária, 1º e 2º CEB já são as Câmaras que têm a responsabilidade por exemplo da construção das escolas. Se calhar se fossem as Câmaras a tomar conta disso seria muito mais correcto e estaria muito mais correcto e muito mais desenvolvido." (Ent.3/Ins/2007) "Em termos de infra-estruturas eu penso que eles delegam um bocado nas Câmaras. Agora em termos de outras situações como o prolongamento de horários também estão a fazer isso. Mais do que isso, não estou a ver o Ministério da Educação a delegar nas Câmaras Municipais". (Ent.3/Ins/2007) "Temos que rentabilizar o que nós temos e isso só é possível se cada um fizer o seu papel. E muitas vezes dizemos só vou até aqui porque é até aqui o meu papel, e se todos fizermos isso, fica ali um espaço que não é de ninguém. Acho que não podemos ficar só pela nossa competência, temos que dar um passo à frente..." (Ent.4/Ins/2007)
2. Perspectivas Educacionais	2.1. Educação	2.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida	2.1.1.1. Autárquicos	"A Câmara tem dado formação aos seus activos a todos os níveis de formação profissional, de todos os grupos, desde à 3 ou 4 anos a esta parte, com protocolos com instituições de formação, nomeadamente com uma empresa de formação,... uma das grandes empresas nacionais de formação, que é a TECNOFORMA, inclusive é também nossa parceira no VougaPark. Mas já é parceira há uns anos através da formação a vários níveis, através da formação-acção, directamente para a criação de determinados planos



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>estratégicos até dentro da autarquia, colaborou connosco e está a colaborar na elaboração da Agenda 21 Local". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) A Câmara tem tido algum peso nisso e já desde há anos que mesmo antes de acabar aquilo que era a extensão de Educação de Adultos (...) promovia alguns cursos, mais ao nível da habilitação e não tanto profissional, mas também com alguns cursos mais ao nível profissional". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"A Câmara sempre foi parceiro nestas áreas [educação de adultos] porque sentia e sente que é de grande interesse a valorização habilitacional e profissional das pessoas e que a mesma é uma mais valia para o concelho e portanto, nós estando cientes disso, temos de apoiar essas coisas". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"(...) também estamos empenhados em algumas situações, nomeadamente, através dos Centros de Novas Oportunidades e do CRVCC do concelho, em que a Câmara tem sido sempre parceira e parte activa na promoção. E também através da dinamização dessa formação, dentro do seu espaço e dos seus colaboradores. Nós, ao assinarmos esses protocolos, comprometemo-nos também a facilitar a vida às pessoas cá dentro e que querem ter mais habilitações e se querem auto-promover". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Quando se fala da cidade educadora as pessoas esquecem-se do rural, por outro lado dá a ideia de escola, escola. E sabe que a vida é a maior escola que nós temos! (...) Eu acho que é necessário desmistificarmos, porque a vida é a melhor escola que nós temos. Agora depende do percurso de vida, e do projecto(s) de vida que queremos assumir". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			2.1.1.2. Escolares	<p>"Nós aqui temos uma professora que teve a preocupação de proporcionar uma formação aos auxiliares de acção educativa, no sentido de lhes preparar para essa função educativa no espaço em que eles não estão com o professor". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"O funcionário que está na biblioteca faz formação frequentemente sobre biblioteca e portanto nós proporcionamos aos nossos funcionários, sejam os administrativos que vão fazendo várias formações em contabilidade, na área de alunos, porque é importante eles irem mantendo sempre essas competências em constante desenvolvimento. Antigamente não se via isso, as pessoas vinham faziam aquele trabalhinho tipo guarda-livros o que não sabiam iam perguntar ao director e depois o director é que tinha que fazer". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"É aquilo que eu dizia há pouco, o que hoje é dado como um dado absoluto, amanhã está completamente colocado em causa e ultrapassado e a informação suplanta-se a cada momento e há que estar atento e adaptar-se à mudança". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			2.1.1.3. Associativos	<p>"(...)Temos parcerias como o Centro de Emprego de Águeda e com a Liconsultores, onde os funcionários das várias IPSS do concelho se deslocam normalmente à APCDI para fazer formação, por exemplo os cursos de "Primeiros Socorros". Decorreu um aqui na Fundação que envolveu todos os funcionários sobre "Alimentação e Nutrição". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Também colabora com os funcionários que querem fazer formação em horário laboral, dispensando-os durante esse tempo e até disponibilizando os transportes". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Sei que havia o ensino recorrente, mas não sei se ainda existe ou não. Recordo-me que alguns funcionários que trabalhavam na fábrica da Lactogal iam estudar à noite, para fazer o 12º ano. (...) Eu sei que existia muita gente que ia à noite às aulas. Eu também fui fazer o complemento de formação e muitos professores também foram (...) mas para nós é normal porque estamos habituados a formação regular, mas admiro as pessoas que trabalham e a consciência de que precisam de maiores qualificações." (Ent.4/Ins/2007)</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				"O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental". (Ent.8/Ins/2007)
		2.1.2. Pública/Privada	2.1.2.1. Autarcas	"Não sou tudo por uma coisa, ou por outra, por isso é possível existirem coisas diferentes, e é possível que as várias instituições estejam presentes. Não sou contra o ensino privado, como também não sou a favor que só haja ensino privado ou só ensino público. Portanto, eu acho que é possível co-existir os dois sistemas, na administração e gestão das escolas e dos agrupamentos". (Ent.1/Aut/2007)
			2.1.2.2. Escolares	"Eu acho que tende para a privatização, se bem que tem os seus aspectos negativos. A educação, a justiça e a saúde deveriam ser os grandes escudos do Estado, que deveriam defender ao máximo, mas de facto a tendência é a privatização". (Ent.7/Esc/2007) "(...)o que se pretende é valorizar a escola pública". (Ent.9/Esc/2007) "Aquilo que nos pedem é para nós sermos criativos, embelezarmos a escola, cativarmos os alunos, tentarmos alargar ao máximo o horário da escola e evitar que os alunos vão para a escola particular". (Ent.9/Esc/2007)
			2.1.2.3. Associativos	"É do domínio público, as pessoas continuam a ter acesso. (...) Vivemos aqui num concelho que é pequeno, onde não se sente tanto isso [privatização do ensino]". (Ent.2/Ins/2007) "Eu acho que deveria continuar a ser pública. (...) Aqui ainda não se nota muito, aliás aqui não se nota nada. Mas se calhar a tendência das várias áreas de governação, que são cada vez mais privadas, também a área da educação tende a ir um bocado para a privatização". (Ent.3/Ins/2007) "A educação não escapa à tentação que a economia neoliberal tem, de tomar conta de tudo aquilo que possa parecer que é rentável. Por isso, a área dos serviços é muito apetecida pelos agentes económicos". (Ent.8/Ins/2007) "Eu penso que a educação privatizada não resolve os problemas. Pelo menos aquilo que eu acredito é que a educação deve ser uma responsabilidade pública e pode também ter uma responsabilidade privada, mas que seja comunitária e não lucrativa. Por exemplo, poderíamos chamar de solidária!" (Ent.8/Ins/2007) "A educação não deveria entrar pela lógica comercial. Podem ser entidades exclusivamente públicas que é o modelo que nós temos maioritariamente, mas também temos o modelo que assenta no ensino privado, que é cooperativo ou associativo. Portanto eu acho que essa área da educação deveria de estar vedada à componente comercial e lucrativa". (Ent.8/Ins/2007)
		2.1.3. (Des)centralização	2.1.3.1. Autarcas	"A descentralização está a acontecer. A transferência de competências está a ser objecto de discussão e parece-me que neste caso, na parte dos autarcas, não está a existir grande objecção, porque é uma questão política". (Ent.6/Aut/2007) "Agora temos que ter a consciência plena, que existe o reverso da medalha. Não me refiro apenas à questão financeira e onde nós estamos a ter graves problemas, mas também à qualidade e perfil dos técnicos que irão promover no terreno este trabalho, que devem ser objecto de formações específicas, nomeadamente de promoção de valores e de empreendedorismo". (Ent.6/Aut/2007)
			2.1.3.2. Escolares	"Sem dúvida a descentralização". (Ent.7/Esc/2007) "Eu acho que pode ser desresponsabilizar o Ministério e responsabilizar a autarquia, que é o que tem acontecido com as actividades de enriquecimento curricular e cortar os meios. E aí eu vejo isso com muito maus olhos, que é uma maneira de dizer que me preocupa.



Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>Porque é aquilo que eu digo, se eles derem meios e verbas, porque não?” (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>“No fundo é aquilo que tem acontecido connosco! Cada vez mais nos delegam competências e no entanto, são as mesmas pessoas, com as mesmas horas de há anos e nas mesmas instalações degradadas. Temos o triplo, o quádruplo do trabalho, mais responsabilidade e somos as mesmas pessoas”. (Ent.9/Esc/2007)</p>
			<p>2.1.3.3. Associativos</p>	<p>“Eu pelo que estou a observar desde que entrou este novo governo que já lá está há três anos, se não me engano, eles estão a descentralizar um pouco os serviços. Mas os serviços em si, talvez estejam a tentar descentralizar, mas o que eu noto é que na hora ‘H’, quando é preciso tomar decisões importantes os Agrupamentos ainda não têm autonomia para tomar decisões. Estão sempre dependentes de Coimbra, e se calhar Coimbra ainda estão dependentes de Lisboa, maneira que eles não conseguem”. (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>“ (...) acho que a pouco e pouco deviam descentralizar e o Agrupamento a pouco e pouco devia de ter mais autonomia. (...)”(Ent.2/Ins/2007)</p> <p>“O órgão superior da educação a nível nacional é o Ministério da Educação, acho que deve continuar a ser o Ministério da Educação, até por uma questão de justiça, em todo o país seja da mesma forma, deve continuar a ser o órgão máximo e dar as instruções para baixo”. (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>“Aparentemente parece que está a delegar competências para as Câmaras, mas não sei se isso é mesmo verdade... Porque falava-se há muitos anos na autonomia das escolas, e a ideia geral com que nós ficávamos é de que realmente o poder não ia ficar só no Ministério da Educação. (...) O agrupamento tem poder para contratar o pessoal docente e não docente, mas continua a ser o Ministério da Educação que dá o aval. Penso que muitas vezes o Agrupamento e as autarquias até têm poder, mas a seguir vem uma orientação que contraria as decisões tomadas. No fundo, o trabalho e as despesas ficam para as autarquias e agrupamentos, mas quem está a comandar continua a ser o Ministério da Educação”. (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>“Isso depende muito de como é que vai ser estruturado no futuro o ensino e a aprendizagem no próprio país, eu penso que os municípios de uma maneira geral e Sever do Vouga não foge à regra, não têm competências instaladas para assumirem a 100% as responsabilidades de carácter pedagógico. Não foram apetrechadas para essa função e por isso não têm essas competências instaladas. Agora podem adquirir essas competências”. (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>“Penso que a tendência será até ao ensino secundário existirá uma responsabilidade cada vez maior dos municípios, mesmo que não seja o município por si, mas um conjunto de municípios. Estas coisas às vezes têm que ter alguma escala, um Município pode não ter competências instaladas de gestão pedagógica, mas dois ou três municípios já podem conseguir”. (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>“Eu penso que a tendência é os municípios assumirem mais responsabilidades na gestão, mas as escolas não podem deixar de ser responsabilizadas. As escolas deveriam de ter uma autonomia responsável, de maneira a que a própria escola pudesse ser responsabilizada por aquilo que está a fazer”. (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>“Se deixar de existir uma espécie de tutoria do Ministério da Educação sobre a escola e passar a uma espécie de tutoria municipal, pode não dar muito bom resultado, porque a demasiada proximidade é conflitual. Penso que não será benéfico substituir a tutoria de</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>um Ministério por uma tutoria de um município parece-me que não dará bom resultado, deveriam optar por outras soluções mais interessantes". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que a centralização não vai resolver problema nenhum, porque a escola tem que se ligar cada vez mais ao local, nomeadamente em termos dos conteúdos e das disciplinas". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Com a globalização, com a circulação das pessoas, com o acesso ao conhecimento que hoje também se tem, a escola caminha para ser cada vez mais autónoma, mas deveria deixar de estar fechada nas suas quatro paredes. É daquelas instituições que não é como uma fábrica que tem um dono e que trabalha de forma autónoma. A escola não tem dono, a escola é da comunidade, é do país, é de todos.... por isso também deve ter a intervenção de todos". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		2.1.4. Liderança	2.1.4.1. Autarcas	<p>"(...) é possível existir uma gestão participada e não existir uma gestão só de uma área. Não sou favorável à gestão de que se fala há uns anos, ou seja de que a gestão das escolas deve ser feita apenas por pessoas da área da gestão. Não é necessário que assim seja. É necessário que haja formação na área da gestão, mas eu penso que nas escolas e nos agrupamentos, quem sabe mais disso são os professores". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"É um caminho feito em conjunto, que pode trazer mais valias por ser a Administração Local, que estando na proximidade da realidade, possui um conhecimento mais realista, pragmático e concomitantemente mais dinâmico, inovador e se quisermos mais criativo e mais ajustado às necessidades e potencialidades. Para isso, é necessário que nos dêem condições para fazermos este trabalho". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			2.1.4.2. Escolares	<p>"Concordo perfeitamente [que a educação tem que ter cada vez mais a participação da Administração Local que pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma Educação e Formação consentânea com as características do concelho]". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Eu acho que a tendência é para o domínio das autarquias, mas vamos aguardar, porque para já está centralizada nas escolas". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			2.1.4.3. Associativos	<p>"Eu acho que a tendência será sempre das autarquias em primeiro plano, embora que depois as autarquias como não conseguem abarcar tantas responsabilidades, tantas competências, continuem a fazer parcerias com associações para de alguma forma as coisas funcionarem. E é o que está certo porque a autarquia não consegue abarcar tudo". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Se calhar nós [instituições] nem sequer temos os meios para isso. Os clubes e as associações nem sempre têm os meios para darem às pessoas aquilo que elas necessitam. Por isso, é que as Câmaras irão assumir um papel muito importante. E eu não tenho nada contra isso, porque a Autarquia Local é o órgão de gestão mais próximo das pessoas e que sabe as reais necessidades das pessoas e das associações e como é que há-de lidar ao nível de cada concelho". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que é mais para a autarquia e que as instituições são mais como um apoio". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Também é preciso existirem outros actores com intervenção nessa área, nomeadamente os actores económicos, os actores sociais, e as escolas deveriam abrir-se à participação na gestão da sociedade civil. Não só em questões pontuais, mas para que a sociedade civil possa assumir os desígnios da educação num determinado território. Talvez ultrapassando as barreiras do próprio município,</p>



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>embora a base seja sempre o município". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Talvez sejamos mais ousados se formos capazes de fazer uma coordenação estratégica de dois, três ou quatro municípios, que estão no mesma região, com problemas comuns e com as mesmas orientações políticas, estabelecendo sinergias que se acabam por cruzar, porque os alunos de um concelho vão trabalhar no outro e vice-versa". (Ent.8/Ins/2007)</p>
	2.2. Participação	2.2.1. Oportunidades	2.2.1.1. Autarcas	<p>"Mobilizar as instituições e a comunidade no sentido de entrarem na escola é possível, devido a algumas das experiências realizadas em outros contextos e entendo isso como um projecto desafiador". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas, estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado. Isto seria um ganho à partida da própria Câmara, ao proceder politicamente neste tipo de acção que não só se repercutiria na questão cívica, como também em todos os aspectos da vida sociocultural e económica do concelho, porque considero esta ideia assente num conceito de transversalidade (...). E isto tudo é possível, desde que as pessoas se livrem de todos os constrangimentos e preconceitos de uma participação mais activa". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			2.2.1.2. Escolares	<p>"Nós de facto temos uma equipa de pessoas, e quando falo de pessoas, falo do pessoal docente e não docente que de facto estão motivadas e trabalham muito em prol dos alunos e da sua aprendizagem. Não vamos considerar que todos participam (...). Ainda não se deu aquela mudança total, mas penso que um dia chegaremos lá, ainda está muito fresca aquela alteração que o Ministério fez aos professores". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) temos é que fazer um trabalho sistemático de envolvimento progressivo, para que as pessoas vejam que vale a pena e que se dediquem mais do que o que se dedicavam e se todos anos se dedicarem um bocadinho mais que o anterior já é muito bom". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"É como tudo, tem aspectos positivos e negativos. Um pai instruído e esclarecido até é uma mais valia para a escola, também temos pais que nos apontam o dedo e exigem da escola, coisas que nós não podemos responder (...). Também temos a experiência pessoal, no nosso caso somos professores e pais e temos sensibilidade e compreendemos as situações, mas às vezes as coisas não podem ser como nós queremos". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Eles até vão participando, pedem as cotas vão colaborando com material. Esta última Associação de Pais era constituída por poucos elementos e eles no final do ano deram o data-show, gravador de DVD e os cacifos para os meninos que nós lhe pedimos. Este ano a Associação de Pais vão colaborar na compra da fotocopiadora, porque a que tínhamos avariou". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			2.2.1.3. Associativos	<p>"Quanto mais houver possibilidade de termos várias pessoas envolvidas, cada uma com o seu ponto de vista, cada uma com a sua formação,... todos juntos conseguimos de alguma forma definir melhor estratégias. (...) Acho que é rico". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...) se houver um equilíbrio de forças, e as pessoas tomarem consciência que são necessárias e cada vez mais para que possamos fazer que a educação leve um bom rumo". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...) estou perfeitamente de acordo em que se envolva toda a comunidade, não é só a escola e os pais, pois são outras estruturas locais, todos juntos para que possamos desenvolver realmente bons projectos, seguir outro rumo". (Ent.2/Ins/2007)</p>

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"(...) as associações são um prolongamento do que se passa nas escolas. E nós no fundo levamos muito com aquilo que se passa na escola em termos de educação (...)" (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"(...) muitas vezes vem uma ordem de cima mas não se enquadra em determinados territórios... por isso toda a gente tem que se unir para dizer que essa orientação não se enquadra e que deveria ser de outra forma. Por isso é que os vários parceiros têm que se unir e fazer mais do que é da competência de cada um". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Isso é um processo que vai ser difícil! A sociedade nos últimos anos tem educado as pessoas para consumirem e as pessoas estão habituadas a consumir o que lhes dão, tenham que pagar ou não. Como é o caso da educação onde uma parte é gratuita e outra não". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		2.2.2. Fragilidades	2.2.2.1. Autarcas	<p>"A intervenção depende dos outros, nós só estamos aqui para reivindicar, exigir, pedir ou reclamar que isto não está bem. Mas quando somos solicitados para colaborar activamente, como é que queremos, normalmente nunca vamos lá". (Ent.1/Aut/2007)</p>
			2.2.2.2. Escolares	<p>"Quando se é mais velho, mais difícil é de se adaptar a essas novas obrigações e por isso a resistência é maior e isto é tudo uma questão de mentalidades e as mentalidades é aquilo que custa mais mudar na sociedade, portanto não vamos dizer que todos participam, não é verdade". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Há de facto aqueles que participam sempre e aqueles que ficam muito calados (...). Até temos discussões quando fazemos as reuniões, porque eu não sei até que ponto será profícuo obrigar as pessoas compulsivamente a participarem, porque eu ponho em causa até que ponto essa participação vai ser uma participação válida, acho que se deve procurar antes aquele envolvimento em projectos e isso já tem acontecido em alguns casos e as pessoas depois ganharam dinâmica e começaram a participar". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Com os quais [jovens] é extremamente difícil de trabalhar, porque eles são de facto totalmente inconscientes. Não é possível fazer um trabalho profícuo e dialogando com pessoas que estão ali numa situação que eles não sabem muito bem qual é. Aconteceu-nos isso no ano passado com a associação de estudantes, que acabou por não funcionar". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Aquilo que eu noto actualmente nos jovens e não sei se os meios de comunicação, nomeadamente a televisão não têm um efeito negativo nesse aspecto, hoje em dia quando vemos aqueles alunos com mais capacidades, com mais carisma, com mais responsabilidade, com objectivos e ideais bem definidos, que víamos à frente da associação de estudantes, quer dos grupos de trabalho, até como delegado de turma, aquilo que acontece agora é que são piores exemplos é que estão sempre à frente..."(Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Eu acho que actualmente a associação de estudantes serve apenas para organizar a viagem de finalistas e mais nada. Mas de facto, eu noto é que aqueles miúdos que têm um bom fundo e uma boa cabeça e que poderiam movimentar as coisas de uma forma positiva, não são aqueles que avançam, quem avança são aqueles que têm comportamentos que nós consideramos que não são os mais adequados". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Da Câmara sim, dos pais pouco, embora as Associações de Pais colaborem dentro do possível". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"E como sabe no Conselho Pedagógico, em que eu sou a presidente e na Assembleia de Escola em termos de reclamações até há e</p>



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>sabem apresentá-las, mas resolvê-las nem sempre". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Vamos a uma Assembleia-geral de Pais, no ano passado tínhamos cerca de 500 alunos e vieram 18 pais, quase em número insuficiente para os corpos sociais". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Há dois anos a Associação de Pais no Plano de Actividades propôs algumas actividades interessantes para angariar fundos e fez uma que eu não me lembro o nome no Parque Urbano, com fêveras, e eles ficaram muito desanimados porque aquilo foi num domingo à tarde e não apareceu quase ninguém. (...) Normalmente, não há muita participação neste tipo de actividades." (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Também acho que as pessoas de Sever do Vouga não participam muito nas actividades daqui por mais interessantes que sejam ao fim de semana". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"No âmbito deste projecto do Observatório de Qualidade nós fazemos inquéritos aos pais, aos alunos, aos professores, ao pessoal não docente, apontar o que está mal as pessoas até apontam, mas propostas de melhoria nem sempre vêm". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			2.2.2.3. Associativos	<p>"(...) os pais começaram a ver que podiam interferir e começaram a interferir às vezes abusivamente e em certas questões que às vezes não devem". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que a mudança é sempre um bocadinho difícil para todos. Para os pais e para os professores..."(Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Eu sei que há colegas que criticam um pai que venha avaliar ou dar dicas para a sua escola, mas se houver um bom senso das duas partes só vai beneficiar as crianças, só vai enriquecer o processo. Apesar que às vezes há falhas das duas partes (...)"(Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"É necessário que haja uma participação da sociedade civil, que pode ter uma participação da escola ou de instituições autónomas que prestam os serviços de educação". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		2.2.3. Espaços Existentes	2.2.3.1. Autarcas	<p>"Ao nível do debate dos grandes planos, aquilo que serão as grandes decisões do concelho, qualquer um deles passa sempre pela discussão pública. Não só divulgada publicamente, mas também pela discussão participada, através de fóruns, nomeadamente o PDM". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"O mesmo está a acontecer com a elaboração da Agenda 21 Local, que vai ter fóruns de discussão participada, de discussão pública para quem quiser, e vai ter mais do que um com certeza, em que as pessoas participarão directamente, ou não. Isso aí depende de cada um". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Apesar dos pais se alienarem da sua função educativa, há sempre aqueles que se sentem tocados no seu dever de pais ou de encarregados de educação e acabam por desencadear e participar nos processos socioeducativos muito mais do que daquilo que estaríamos a imaginar. Poderíamos dar como exemplo, as Associações de Pais. Há várias Associações de Pais no concelho, principalmente aquelas que foram sensibilizadas e criadas pela autarquia e tem havido uma participação muito profícua". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Sinceramente, considero que sentimos alguns constrangimentos face ao que me disse, muito embora exista sempre a Assembleia Municipal, que é o fórum por excelência, para discussão desses problemas e com a participação dos seus membros, ela é restrita apenas aos seus eleitos". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Temos outros recursos de aproximação da sociedade civil à comunidade escolar, como por exemplo o Boletim Municipal que reporta</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>exactamente as acções, as linhas mestras de visão e orientação da autarquia, face ao território concelhio.</p> <p>O próprio Plano de Estratégico de Desenvolvimento está na NET, na página do município e está também a no Boletim Municipal. É sempre uma forma de as pessoas poderem consultar e de se criar e promover alguma discussão à volta disso. Têm sempre essa possibilidade através da linha online e da nossa página e quando muito dirigir-se à autarquia e falar com quem de direito". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			2.2.3.2. Escolares	<p>"No nosso projecto educativo, não foi construído só por um grupo de professores, foi construído por professores, pessoal não docente, representantes dos pais e representantes dos alunos. O que foi uma coisa muito interessante de ver, porque a parte que chega ao confronto daquilo que eles não devem fazer, eles até são mais rigorosos do que nós. Portanto, a consciência está lá, não a admitem é no dia-a-dia, ou então como andam levados no tempo nem sequer tomam consciência disso". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Os pais já participam nas Associações de Pais e nos conselhos de turma e há uma valorização da sua participação." (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Temos o P J [Parlamento Jovem] e um professor responsável por isso". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Temos uma professora aqui da escola, que é a representante da educação e outra que é a interlocutora na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) com quem temos uma relação muito próxima e trabalhamos em conjunto e eu participo nas reuniões da Comissão Alargada (...)". (Ent.9/Esc/2007)</p>
			2.2.3.3. Associativos	<p>"A Fundação não tem nenhum membro do Conselho de Administração, nem técnico no Conselho Municipal de Educação". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"A Fundação faz parte do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e é membro do núcleo executivo da Rede Social". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"A Fundação tem ainda representação na CPCJ, onde faz parte da Comissão alargada e representa as instituições concelhias". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"A Fundação faz parte do núcleo executivo do RSI (Rendimento Social de Inserção), onde acompanha nas freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"De uma maneira geral não temos sido ouvidos nessa área, apesar de termos tido uma participação quando a Rede Social tinha um funcionamento mais regular. Aí pudemos expressar num ou outro momento a nossa opinião ao nível do Diagnóstico que foi feito. Mas excluindo essa parte, não somos chamados a dar uma opinião sobre as questões da educação básica, da formação profissional, nem da formação pós-secundária, nem da educação e formação de adultos". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		2.2.4. Espaços Desejáveis	2.2.4.1. Autarcas	<p>"É também um problema cultural. (...) Que passa pelas escolas, a participação dos miúdos. (...) Toda essa sensibilização tem mais força nas classes mais jovens e elas serão o elo de transmissão e de educação para o futuro (...)". (Ent.1/Aut/2007)</p> <p>"Através da Agenda 21 julgo que vai ser possível criar essa oportunidade de uma participação quase espontânea, como por exemplo, os fóruns comunitários para que as pessoas possam falar. Mas também, é preciso que possam ouvir e participar com consciência sobre os assuntos que estamos a tratar". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Na minha opinião, considero que falta um espaço votado para a comunidade, ou seja, um espaço que permita a realização de acções múltiplas, desde acções presenciais a acções por via da divulgação directa (ex: painéis, CD-ROM)". (Ent.6/Aut/2007)</p>



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"Era talvez necessário que se criassem horários flexíveis que convidassem as pessoas a participar e a expressar as suas ideias e necessidades. E deveria existir sempre um fórum online que permitisse esclarecer as pessoas em relação às questões que fossem lançadas. Era interessante que se trabalhasse essa forma de comunicação". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Em termos de espaços físicos, vejo esta zona envolvente da Câmara e o Parque Municipal, ótimos e ideais para criarmos fóruns de discussão. O problema é uma questão cultural, as pessoas não se sentem à vontade e não aparecem". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Era preciso, antes de tudo efectuarmos um trabalho de desmistificação, para que o processo se pudesse concretizar. Era necessário eliminar estas barreiras culturais e trabalharem-se fóruns comunitários. As dinâmicas de convívio e as actividades culturais iriam surgindo, quer pela via do convívio, quer pela via das dinâmicas empresariais, como pólo dinamizador do empreendedorismo, onde a própria comunidade poderia intervir/sugerir/influenciar mais a gestão autárquica, tendo em vista sempre o bem público, isto é a melhor qualidade de vida das populações. Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas, estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			2.2.4.2. Escolares	<p>"Queremos pais que nos ajudem a tornar as coisas mais fáceis e acessíveis, com mais solidariedade e não pais que nos apontem o dedo ou pelo menos que o façam de uma forma construtiva". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			2.2.4.3. Associativos	<p>"(...)tem que haver uma boa liderança, bem pensada, que as pessoas também se co-responsabilizem e que às vezes também não arranjem problemas". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"As coisas têm uma interacção natural, onde é importante que existam fóruns em micro-regiões, onde a questão da educação também possa ser abordada". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"O caminho seria um bocado esse, a população de um determinado território deveria opinar, participar nas decisões estratégicas para a educação de um determinado território nos próximos 10 anos. As pessoas deveriam ser ouvidas sobre isso!" (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Não pode ser ler documentos e apresentar pareceres sobre os documentos que já foram escritos, mas pode ser a partir de modelos mais participativos, mais abertos, em pequenos grupos, onde os animadores têm um conjunto de questões concretas que podem formular e as pessoas pronunciam-se sobre perguntas concretas, e não sobre documentos já elaborados". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"A um nível do indivíduo daquilo que cada um quer aprender, eu acho que deveria começar a partir da escola. Desde muito pequenino que as pessoas deveriam ser ajudadas a construir o seu processo de aprender. Portanto, há coisas que nós podemos acrescentar mas deveríamos partir sempre do potencial que a pessoa tem e da vontade que a pessoa tem de aprender. Se nós respondermos à vontade que cada um de nós tem de aprender o ensino vai ter muito mais sucesso". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu acho que há uma "cultura de aprender" que só se consegue introduzir num determinado território ou zona, se os vários actores tiverem um espaço de diálogo / debate, como por exemplo um fórum, algo informal, que não precisa de ter grandes regulamentos, nem ser uma coisa demasiado complexa,... um espaço onde as pessoas possam trocar experiências". (Ent.8/Ins/2007)</p>
3. Posicionamento	3.1. Cidade Educadora	3.1.1. Adesão do Município à	3.1.1.1. Autarcas	<p>"No âmbito do Movimento das Cidades Educadoras, nós somos sócios fundadores da AICE, mas ainda não foram desenvolvidas acções propriamente ditas no âmbito das cidades educadoras, neste concelho, com a dimensão nacional e internacional".</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
sobre a Cidade Educadora		AICE		(Ent.1/Aut/2007) “(…) foi em 2006. Fomos contactados em 2005 e começámos a ir aos congressos e só depois é que fizemos a proposta de adesão. (….) A candidatura foi feita internamente pelo gabinete de Acção Social, depois seguiu para uma assembleia-geral internacional, em que a sede da Associação é em Barcelona, mas as assembleias são descentralizadas, onde fazem a apresentação dos municípios que fizeram a candidatura e que por sua vez apresentam a sua intenção. Estamos na Rede Internacional juntamente com outros concelhos, do distrito de Aveiro, nomeadamente Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria da Feira”. (Ent.6/Aut/2007) “Desde logo, o objecto social da própria cidade educadora, está relacionado com necessidade de todos contribuímos para o bem-estar escolar, para o sucesso educativo e para a qualificação das pessoas e que por sua vez se possam fixar no concelho e ter uma qualidade de vida dentro daquilo que é o desejável. Por outro lado, pretende-se que as pessoas possam usufruir do direito de cidadania. São estes os princípios que estão vertidos, de certa forma, na Carta das Cidades Educadoras e foram as razões pelas quais aderimos ao Movimento das Cidades Educadoras”. (Ent.6/Aut/2007)
			3.1.1.2. Escolares	“Não [tenho conhecimento da adesão de Sever do Vouga à Associação Internacional das Cidades Educadoras]”. (Ent.5/Esc/2007) “Não são aquelas Cidades Geminadas? (...) Então não faço a mínima ideia”. (Ent.7/Esc/2007)
			3.1.1.3. Associativos	“Ainda não nos falaram sobre isso”. (Ent.2/Ins/2007) “Nunca ouvi falar”. (Ent.3/Ins/2007) “Eu já ouvi falar, mas não estou informada. Há realmente a confusão entre cidades Geminadas e cidades Educadoras”. (Ent.4/Ins/2007) “Sim, já ouvi falar”. (Ent.8/Ins/2007) “Eu acho que ainda não está tornado público, ou pelo menos publicamente ainda não é visível algum impacto sobre isso”. (Ent.8/Ins/2007)
		3.1.2. Oportunidades	3.1.2.1. Autarcas	“A adesão às Cidades Educadoras é mais num espaço de discussão, um espaço de debate e de troca de experiências. E a nossa perspectiva quando nós aderimos foi exactamente essa, era recolher experiências e também transmitir as nossas experiências”. (Ent.1/Aut/2007) “É nós, o que fazemos dentro do grupo quando reunimos é fazer troca de experiências, do que tem sido feito em determinadas áreas no nosso concelho e os outros dizem o mesmo, e esclarecer algumas situações e aprender. É sempre mais fácil juntos... aprendermos e fazermos melhor”. (Ent.1/Aut/2007) “(…) eu penso que ao nível dessa participação nas Cidades Educadoras, não haverá um conhecimento muito grande em relação a isso.(…) Mas as actividades e as realizações que possam ser tidas como relevantes na estratégia das Cidades Educadoras, elas existem no dia-a-dia e passam muito por isso, pela organização das próprias pessoas que às vezes fazem determinadas actividades, eventos e realizações que não são mais do que isso, fazer educação a partir delas”. (Ent.1/Aut/2007) “Só pelo facto de Sever do Vouga já ser conhecido em Barcelona, através da troca de correspondência, já é um sinal positivo. Para além disso, os encontros que têm acontecido ao nível nacional desta iniciativa, permitem uma visão global do muito que se pode

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>fazer e trabalhar em rede no contexto desta iniciativa das Cidades Educadoras". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...)qualquer acção que seja desencadeada ao nível da educação, ela deve ser vista num duplo sentido, porque pode vir a ser uma acção ligada à Cidade Educadora, partindo do princípio que é a comunidade que está a querer entrar na escola para criar essas condições de Aprendizagem ao Longo da Vida, que se repercutem na própria família". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"(...) Quando se fala na intervenção educativa, não me refiro à intervenção propriamente dita de foro pedagógico, mas uma intervenção ligada ao conceito de educação social e de educação para a cidadania. Também considero que se trata de um conceito e atitude cultural. Isto é, as famílias precisam de estarem receptivas para serem trabalhadas, para que o Plano de Acção desenhado pelos serviços, que consiste num projecto de intervenção para a saúde alimentar, para a inserção profissional e para a cidadania e integração escolar com sucesso, sejam acções que não vão para além dos alunos e dos encarregados de educação, abrangendo estruturas escolares e outras instituições locais. É o que considero ser um trabalho em rede". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			3.1.2.2. Escolares	<p>"Eu acho que sim, porque os cidadãos são os pilares da sociedade, não é? Se forem instruídos, se forem educados, se forem cívicos, autónomos, interessados, teremos uma sociedade melhor". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Eu acho que isto é importantíssimo, só que nem todos os alunos estão motivados para a educação, temos uma escola de massas. Há um número que está motivado e o nosso problema também passa por aqui, motivá-los para a educação para a informação e para a actualização constante. Temos um aliado potencial que é a NET e a informática, porque eles gostam muito e por aí acho que nós podemos fazer alguma coisa". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"E se tivermos esses aliados como a cidade educadora podemos fazer muita coisa. É como um comboio, as carruagens vão umas atrás das outras e interligadas". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			3.1.2.3. Associativos	<p>"Agora que os responsáveis e as pessoas que participam, aprenderam ou pelo menos é visível o entusiasmo que elas têm. Eu acho que é importante, as pessoas estarem inseridas em fóruns que discutem ideias e partilham experiências que são sempre espaços de aprendizagem". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que esse é o primeiro passo, ouvir os outros, ver o que os outros fazem, partilhar o que fazemos é o primeiro passo para a aprendizagem. Neste aspecto, acho que é uma boa iniciativa, uma boa aposta". (Ent.8/Ins/2007)</p>
	3.2. Centros Cívico-educativos	3.2.1. Potencialidades	3.2.1.1. Autarcas	<p>"Concordo em pleno, agora esta organização do sistema educativo, devesse fugir a esta nomenclatura, é possível de operacionalizar, bastava que houvesse espaço temporal e emocional para nos concentrarmos nesta ideia e para estruturar um Plano de Acção e movimentar as pessoas. Desde logo, trabalhar com o sector comercial e industrial e organizar o espaço". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			3.2.1.2. Escolares	<p>"(...) agora a Câmara vai ter vários espaços porque com as escolas desactivadas, as escolas são propriedade da Câmara Municipal, podem de facto promover esses espaços". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Nós aqui normalmente trabalhamos ao nível das Juntas de Freguesia, porque normalmente são os espaços onde as pessoas estão mais ou menos presentes". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Sem dúvida, os idosos têm muito que nos ensinar, têm uma cultura de vida e uma experiência de vida que podem contribuir para construção de cidadãos activos, intervenientes e participativos". (Ent.7/Esc/2007)</p>

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"Temos aqui como exemplo as bibliotecas públicas. Temos ainda pessoas que dizem isto não é para mim, eu não percebo nada disso e acho que temos que combater esta postura, porque todos somos capazes, todos somos cidadãos inteligentes". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"Aponta para uma aprendizagem permanente e ao longo da vida de todo o cidadão". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"O importante é a ideia nascer e depois com calma pode ser colocada em prática, mas para isso acontecer tem que nascer a ideia". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"É dar importância às pessoas, torná-las intervenientes". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			<p>3.2.1.3. Associativos</p>	<p>"Que a educação realmente precisa de ter uma articulação entre todos os vários intervenientes, que a escola não consegue dar resposta só por si às necessidades que a vida nos apresenta, principalmente estes novos jovens". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Nessas aldeias onde se está a verificar o encerramento, elas de alguma forma vão acabar por se notar ali uma lacuna... O próprio movimento da aldeia deixa de existir, as pessoas vão-se sentir cada vez mais isoladas, mais no seu canto, já não têm Às vezes quando essas escolas nas aldeias proporcionavam uma actividade até chamavam os avós, os tios e participavam em determinadas actividades e até se sentiam de certa maneira integrados ali e agora não". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...)de ali constituir núcleos, organizações, associações,... chamem o que lhe chamar, e chamar as pessoas que têm muito para dar. Era a partilha de saberes". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"(...)as pessoas deslocarem-se ao Centros ou os Centros às pessoas e existir ali um intercâmbio de gerações, de ideias, de coisas, porque se não tudo o que era tradição morre com essas pessoas e os novos nunca sabem e nunca têm acesso". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"Acho que o que se fala aí é do papel que as pessoas devem ter em prol da educação e o papel do governo municipal, como diz aí, tem na educação das pessoas da sua área de intervenção". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Eu acho que atendendo à dimensão do concelho que esses Centros nas sedes de freguesia era muito complicado. E o concelho não é assim tão grande quanto isso, tem zonas dispersas para o lado do Couto, de Talhadas, mas não é nada de transcendente. Acho que tendo a sede como ponto central na Vila, com as escolas e depois espalharem esses pontos que me falou, acho que isso seria o ideal". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"Se eu estou a imaginar isto bem, teria que ser mais aberto e que haver uma mentalidade muito mais de cidadania, coisa que aos portugueses ainda falta dar alguns passos. Para isso ser possível teria que existir uma organização muito bem montada, por pessoas muito capazes". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que isto poderia funcionar em qualquer localidade, desde que existisse uma boa liderança e que houvesse uma boa harmonia entre todos os parceiros. Isto não se faz num dia, num ano, nem em dois... leva muito trabalho e tempo. As pessoas têm que entender que têm que dar o seu máximo". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Eu acho que a ideia de tornar acessível ou permitir o acesso de toda as pessoas à aprendizagem, ao aprender, à partilha do saber e do conhecimento, é um desafio do futuro. O grande 'capital' que uma sociedade pode ter, é precisamente o conhecimento. O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"As pessoas vão lá, mas é preciso que percebam que aquilo lhes acrescenta alguma coisa à sua vida. Não precisam de ser</p>



Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>frequentadores permanentes, podem frequentar durante um ano ou dois e depois existirem momentos que por várias razões não frequentam esses espaços. Mas depois voltam. Estes espaços tinham que ser muito dinâmicos e tinham que ser ou pelo menos parecer que são úteis, porque senão as pessoas não vão lá". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu penso que ela não deve ser estática e ficar sempre no local, temos de encontrar um modo de ela poder sair desse Pólo, desse Centro, sair desse espaço e circular pelo concelho, porque há algumas aldeias que são bastante distantes da sede do concelho, tirando duas ou três que estão relativamente próximas, as outras são distantes". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		3.2.2. Fragilidades	3.2.2.1. Autarcas	<p>"Todavia na prática confrontamo-nos com muitos constrangimentos, desde logo com o programa escolar intenso do próprio Ministério da Educação, que não deixa margem de manobra para a conciliação destas acções com os vários actores. As escolas têm uma carga horária tão excessiva, havendo alguma relutância por parte dos professores e alunos em fazer outras formações que não sejam aquelas que lhes permitam ter direito aos créditos. Estas acções que estamos a planear têm de ser feitas à noite e ao fim-de-semana, devido ao facto de serem dirigidas a encarregados de educação". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Isto [<i>congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados</i>] é um pouco complexo porque estou a lembrar-me dos bens patrimoniais e de algumas organizações, tais como as colectividades, as associações sem fins lucrativos, por vezes difíceis de corresponder às contrapartidas e desafios, porque as pessoas que as integram, fazem-no de forma voluntária e 'carolice' e iriam tornar esta ideia dos centros cívico-educativos mais complexa(...)". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Deste ponto de vista [<i>o governo municipal deve assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade</i>], como me apresentou, dá a ideia de obrigação, talvez estrategicamente talvez não seja a melhor opção para se trabalhar culturas e mentalidades. Talvez seja mais importante promover acções que mexam com o íntimo das pessoas e a missão da instituição e deste modo não tem obrigatoriedade, não tem de partir da autarquia, pode acontecer com qualquer instituição local". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			3.2.2.2. Escolares	<p>"No secundário eu sei que é um bocado penoso afastar as pessoas dos seus locais, onde vivem para virem à escola, mas também é extremamente complicado levar atrás os recursos necessários para desenvolver actividades que de facto promovam algo nas pessoas". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"(...) motivar as pessoas para isso, porque isso passa muito pela motivação para aprender". (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"nós temos um currículo a cumprir e no ano passado tivemos que nos restringir quase única e exclusivamente a ele. Tivemos mesmo que retirar do nosso Plano de Actividades, quase todas as actividades que implicavam interrupção de aulas. (...) Um professor é avaliado se cumpriu ou não o programa, se as aulas previstas coincidem com as dadas e depois temos as provas de aferição e exames a cumprir, e, portanto, como é que vamos arranjar tempo nessas horas?" (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Mas neste concelho o 1º CEB não funciona às tardes ou às manhãs, onde as crianças vão um período do dia para escola e outro está livre para fazer outro tipo de actividades, por isso é muito difícil fazer essa conciliação". (Ent.9/Esc/2007)</p> <p>"Agora deslocar daqui para outro sítio, acho que não é uma boa ideia e acho complicado, porque é o tempo que se demora na ida e na</p>

Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				volta e não resta tempo para fazer mais nada. No futuro com todas estas obrigadoriedades, acho muito difícil". (Ent.9/Esc/2007)
			3.2.2.3. Associativos	<p>"Quando falou na escola estar aberta para outras funções após o horário lectivo, se calhar, a maioria das pessoas ainda sente dificuldade em aceitar isso pois sentem as coisas muito como delas e muito fechadas". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Eu acho que em relação ao passado, a maioria está muito diferente e melhor, as pessoas já se empenham mais, já se envolvem, mas daí até chegar aí [centros cívico-educativos] ainda falta um bocadito". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"As coisas deveriam funcionar mais perto". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"(...) acho que aí vai depender muito da experiência, da sensibilidade dos municípios e dos seus responsáveis por estas tarefas, mas deveria ter a participação de mais actores". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Se estes Centros tiverem apenas professores com a função de despejar matéria não responde sequer ao objectivo, porque eu penso que o objectivo destes espaços é a partilha do conhecimento, a partilha do saber e a aprendizagem conjunta, por isso exige pessoas muito bem preparadas, para que estes espaços possam ser animados. Caso contrário, estes espaços serão um fracasso". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Há algum trabalho a fazer no sentido de preparar as diferentes instituições – escolas, agrupamento, as câmaras e outros actores, que podem ter uma intervenção para se prepararem para ter uma iniciativa desse género". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"(...), se não circular pelo concelho, porque podem não ser espaços físicos estáticos, mas uma coisa móvel, para que as pessoas percebam que é útil e tornar acessível às pessoas que não estão todos os dias na sede do município". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		3.2.3. Liderança	3.2.3.1. Autarcas	<p>"Isto obrigaria a criar um organigrama muito bem estruturado. (...) Eu acho que teria de ser uma liderança partilhada, inter-relacional e de congregação de vários e potenciais líderes de grupos que por sua vez interagem entre si (...)". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"Não concordo que seja uma liderança do governo municipal, tem que existir uma movimentação de parcerias, vontades expressas de todos. Não tem que partir do próprio município, pode partir de uma colectividade ou de uma instituição que se predisponha a lançar a semente para o terreno, no sentido de lançar esse desafio e desencadear a disponibilidade das pessoas, ao nível emocional, físico e temporal". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"A autarquia pode ter aqui um papel de interlocutor neste processo e na dinamização de algumas instituições e de outras personalidades e entidades que sejam aqui entendidas como actores-chave e que poderão constituir os líderes de opinião, porque são pertinentes para o desenvolvimento e consolidação do processo. Vejo a autarquia como interlocutor e motor de desenvolvimento, em parceria com outras instituições". (Ent.6/Aut/2007)</p> <p>"A sociedade civil deve ser cada vez mais chamada à responsabilidade para a promoção do desenvolvimento das regiões. Não são só as instituições locais que são chamadas a colaborar com a autarquia; a sociedade civil terá cada vez mais um papel importante no processo de desenvolvimento territorial. Temos que nos consciencializar disto porque os fundos sociais vão terminar e como tal devemos estar preparados para novos desafios, completamente fora dos convencionais e não esperar que sejam as instituições que nos vão dar tudo, para que nós possamos ter a casinha, a água e todo o resto". (Ent.6/Aut/2007)</p>
			3.2.3.2. Escolares	"Eu acho que deveria ser uma sinergia de esforços, porque se for só dependência da escola, os recursos humanos, actualmente



Categories Centrais	Categories	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>existentes na escola, como o Ministério os pretende reduzir ao mínimo indispensável, seria de facto o sobrecarga muito grande, deixar só neles esse trabalho". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"tem que ser uma liderança partilhada, porque isto é assim cada um está digamos que por exemplo na escola, não será a Câmara que saberá gerir os recursos da escola, nem tem maneira de fazer esse trabalho". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Em termos de espaços é lógico que é a Câmara que é a instituição que mais facilidade tem em dizer quais são os espaços e as disponibilidades para desenvolver esse trabalho". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"[A escola deveria ocupar nestes centros cívico-educativos um papel central na] medida em que os alunos passam aqui a maior parte do tempo, concordo perfeitamente. Mas depois todos em conjunto". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			3.2.3.3. Associativos	<p>"Eu penso que deveria ser a Câmara, que teria aí um papel fundamental. Acho que sem a Câmara Municipal não será possível". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"A Câmara é que é o centro, no fundo consegue chegar a cada espaço, porque tem a ligação com todos". (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"(...)se fecharmos a participação só aos municípios e às escolas estamos a fechar muito a todo o potencial que podem ter estes Centros ou estes espaços de aprendizagem mais abertos aos diferentes grupos populacionais". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"Eu não sei como é que podem funcionar, mas o melhor seria fazer algumas experiências, ou recolher experiências que outros já tenham realizado". (Ent.8/Ins/2007)</p>
		3.2.4. Disponibilidade para a criação	3.2.4.1. Autarcas	<p>"E que isso já vai existindo, a disponibilização dos meios pela autarquia ou associados. Não haver aquela separação entre aquilo que é a educação formal e a educação promovida por outros organismos, nomeadamente pela autarquia. Eu penso que já existe um bocado disso. É evidente que se pretende essa colaboração permanente e a responsabilização de todos, penso eu que é o ideal(...)". (Ent.1/Aut/2007)</p>
			3.2.4.2. Escolares	<p>"E acho que também é bom as pessoas que saíram da escola regressarem à escola de uma outra forma, para fazer uma aprendizagem diferente". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Também acho que a escola se deve prolongar por vários pontos do concelho e daí aquela situação das "Escolas de Avós", mas deveríamos tentar que sejam os professores a dinamizar os alunos para esse trabalho de ligação da escola, porque eles é que são os elementos representantes da escola". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"O aluno é elo privilegiado para fazer a ligação ao meio, é o elo privilegiado para convencer essas pessoas a continuarem ou a começarem essa aprendizagem e portanto, para termos daqui uns anos uma juventude com um bocadinho mais de sumo, temos que os encaminhar para esse trabalho de carácter cívico, de voluntariado, até para eles constatarem que eles têm oportunidades que aquelas pessoas não tiveram, de certeza que aquelas pessoas lhes têm histórias para contar e que lhes vão de facto contar muitas coisas que eles não conhecem". (Ent.5/Esc/2007)</p> <p>"Eu estou de acordo com o que está aqui e que isto seja de facto uma realidade e que seja colocada em prática." (Ent.7/Esc/2007)</p> <p>"É uma questão de tentar pôr em prática. Nós estamos receptivos a isso, desde que seja por uma melhor educação no concelho". (Ent.7/Esc/2007)</p>

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Itens	Unidades de Registo ¹
				<p>"Sem dúvida, que estamos abertos a este tipo de iniciativas. Temos um projecto da biblioteca em que chamamos cá alunos do nosso Agrupamento à escola, temos um projecto que é o teatro ligado à biblioteca com encenações de peças e textos e tem sido um trabalho bastante positivo". (Ent.7/Esc/2007)</p>
			<p>3.2.4.3. Associativos</p>	<p>"Nós não estamos fechados a essas iniciativas, qualquer iniciativa era útil, para dinamizar o próprio Centro Social. Nós estamos aqui por exemplo até às 19h30m, se houvesse um projecto aliciante, porque não, depois das 19h30m haver outras coisas, para o espaço estar aberto para outros utentes que quisessem. E durante o período de férias em que as crianças às vezes se queixam que não têm o que fazer, haver uma dinâmica de partilha entre uns e outros, entre gerações, eu acho que sim". (Ent.2/Ins/2007)</p> <p>"A associação faria a parte dela, não é? (...) A parte desportiva, porque é aquilo que temos aqui para dar. Actividades nesse âmbito e depois colaborar com as escolas, com a Câmara naquilo que fosse preciso, para que esse projecto fosse uma realidade". (Ent.3/Ins/2007)</p> <p>"No que fosse possível, eu acho que sim (...). É cada Associação dar aquilo que tem. Mas é claro que não pode ser uma instituição a promover isso porque não tem recursos, nem as ligações necessárias (...). E não consegue chegar a todos os lados, saber o que há nas Talhadas, Dornelas, Cedrim,..." (Ent.4/Ins/2007)</p> <p>"Depois há sempre uma questão séria que são os recursos para fazer esse tipo de trabalho. E só funcionará se existirem pessoas preparadas e com competências, capacidade e sensibilidade para fazerem uma espécie de animação destes centros". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"A Solidários tem algum saber, alguma experiência, algum conhecimento acumulado da sua experiência de trabalho nestes 23 anos de vida. Em Sever do Vouga tem já algum historial de trabalho e de conhecimento da realidade. Agora os recursos que a Solidários tem disponíveis, têm por exemplo instalações, mas em termos de recursos humanos está neste momento muito limitada. Portanto, se não existirem outros recursos humanos ou até algum financiamento para custear as despesas das pessoas que possam dedicar tempo a estes projectos, caso contrário é muito complicado". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"(...) a Solidários está aberta a participar com opiniões, com sugestões, numa comissão de acompanhamento e de dinamização ou até participar num fórum do município. Isto pode fazê-lo de forma voluntária". (Ent.8/Ins/2007)</p> <p>"(...) tudo o que sejam intervenções operacionais, como por exemplo criar um Centro em Couto de Esteves em que a Solidários assumia uma parte importante de responsabilidade operativa, só com financiamento da autarquia ou a nível público, porque a fundação não tem recursos financeiros que pudessem suportar este trabalho". (Ent.8/Ins/2007)</p>

Apêndice VII

Matriz de Sistematização de Dados



Matriz de Sistematização de Dados

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
1. Organização Territorial da Educação	"(...) a grande dificuldade de todas as políticas, não é só em termos de políticas de educação, é nós querermos fazer mais do que aquilo que podemos, com o dinheiro que temos, não é? Depois tudo joga por aí... joga o orçamento e jogam as possibilidades de recorrer a outros meios, nomeadamente a candidaturas a fundos, etc. Daí que alguns intervalos dos mandatos e nomeadamente este ano de 2007 e até o de 2006, serem anos já de alguma dificuldade em termos de recursos a esses meios...." (Ent.1/Aut/2007)			X
	"O facto de não termos uma rede de transportes públicos constitui um constrangimento na deslocação e mobilidade das pessoas". (Ent.6/Aut/2007)	X		
	"Se fizermos uma análise mais atenta, verificamos que os problemas da educação não são só de ordem social, mas também de ordem pedagógica".(Ent.6/Aut/2007)		X	
	"(...) há uma excessiva carga horária para os alunos e julgo que até incorrectamente distribuída com algumas disciplinas que se esgotam num vazio que só desencadeiam nos alunos a desmotivação e dispersão, uma vez que não são aproveitadas para valorização das disciplinas consideradas fundamentais, ou neste caso nucleares". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"(...) são as famílias mais vulneráveis, com necessidades sociais e que são de certo modo transportadoras de uma pobreza geracional, isto é, pais com poucas qualificações, que não incentivam os filhos para o estudo, porque não têm esse conhecimento e essa experiência, e por sua vez não sabem incentivar a importância da escola no sucesso pessoal e profissional dos seus filhos. E isto transmite-se de geração em geração! "(Ent.6/Aut/2007)		X	
	"(...) o principal problema é a configuração do próprio concelho, a enorme dispersão que existe leva a que estes alunos sejam autênticos heróis de saírem de casa às 7h30m e chegarem a casa às 19h30m". (Ent.5/Esc/2007)	X		
	"Eu acho que escola sim, mas não só escola. Eu acho que isso é um problema que tem haver com a sociedade, porque eles precisam de ter alguma disponibilidade para que se as famílias quiserem investir em alguma área, pois a escola não é obrigada a oferecer tudo, que tenham disponibilidade para o fazer". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"(...) nós verificamos que ainda existem miúdos em que o suporte familiar é praticamente inexistente". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"(...) temos situações em que a família em vez de os apoiar e libertar para os deixar aproveitar essas oportunidades funcionaram como um obstáculo, de os impedir de ir mais além. No fundo queriam que eles aprendessem mais alguma coisa para depois os colocarem aí num restaurante ou numa tasquinha qualquer a trabalhar, para vir um ordenando para casa". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"(...) antigamente não existia essa oferta que há hoje e se calhar por isso é que os miúdos tinham outro tipo de valores face às pessoas com mais idade, porque passavam muito tempo com os avós, conviviam com os familiares. Actualmente vemos que esses valores não estão presentes nos jovens de hoje, nomeadamente com as pessoas de mais idade, que não vêem naquela pessoa, uma pessoa que merece ser respeitada (...) e acho que está relacionado com isso". (Ent.5/Esc/2007)		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	"Um dos problemas é a crise familiar e as dificuldades sócio-económicas, as quais se reflectem muito na escola. Mas principalmente a crise familiar. Há outros problemas como o alcoolismo, que têm impacto na escola, porque se as crianças tivessem um bom acompanhamento por parte das famílias, talvez não se verificassem muitos dos problemas que temos". (Ent.7/Esc/2007)	X		
	"Muitas das vezes, aponta-se como causa a falta ou deficiência da rede de transportes, mas dada a dispersão geográfica não é possível a Câmara fazer muito melhor". (Ent.9/Esc/2007)	X		
	"Acho que cada vez mais os encarregados de educação se estão a desresponsabilizar da sua tarefa educativa, e não podemos esquecer que os filhos são nossos e os primeiros educadores são os pais". (Ent.9/Esc/2007)	X		
	"Para existir escola a tempo inteiro é necessário termos os recursos, porque se é verdade que os pais trabalham e precisam que os filhos estejam aqui, também é verdade que os alunos necessitam de brincar e de estar em casa". (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"(...) a problemática da educação em qualquer território deveria de ser assumida em termos estratégicos pelos vários actores que estão no local. Nesse sentido, é uma falha e penso que em Sever do Vouga esse trabalho não está feito, porque a educação normalmente é considerada como um factor isolado do desenvolvimento e não é". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"A problemática da educação de hoje não é só dos meninos que têm 5 ou 6 anos! É desses, dos que têm 10, dos que têm 15, dos que têm 20,... No fundo, é a problemática do aprender ao longo da vida". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"(...)nunca entendi que fosse grande dificuldade e daí a nossa aposta aqui também ao nível da reestruturação dos espaços e da própria carta educativa tendo como opção, a criação dos centros educativos no centro de freguesia e não fazer como outros concelhos que criaram um ou dois centros no território e depois desviaram os miúdos todos para lá. O nosso objectivo nunca foi esse, pelo menos que a desertificação não existisse nas sedes de freguesia e eu penso que isso, atendendo aquilo que referiu, o facto das distâncias não serem por ai além, ou até serem pequenas..."(Ent.1/Aut/2007)		X	
	"(...) Nós aqui ainda temos uma grande fatia do orçamento a ser disponibilizada para essa parte [transportes], até porque são concelhos com lugares muito afastados onde é preciso fazer ligações... melhorar as ligações entre os lugares e o centro do concelho, exactamente para tentar que essa desertificação não se note tanto". (Ent.1/Aut/2007)	X		
	"O apoio directo, esse existe sempre, nós temos um serviço de acção social que faz esse apoio dia-a-dia acasos sociais, (...) casos de dificuldades económicas, apoio ao nível psiquiátrico e psicológico, etc". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"E há até outros organismos constituídos, por exemplo a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que a autarquia criou como a lei impõe e ela tem dentro de si mesmo, quer da comissão alargada, quer da comissão restrita, técnicos e gente da autarquia. Na comissão alargada estou eu e uma técnica da acção social da autarquia e na comissão restrita está outra técnica. Portanto, muitas dessas coisas passam por ali. Por exemplo ao nível dos jovens, tudo passa por ali. E com a ajuda, como é evidente dos serviços que são os que estão directamente na comissão, mas também, com o trabalho de retaguarda que podem fazer no apoio a crianças e jovens". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"(...) nós queremos que pelo menos as pessoas vivam cá. Não nos cria grandes problemas e confusão que as pessoas trabalhem fora e regressem à terra, que residam aqui e façam aqui a sua vida. É óbvio tem que existir sempre esse movimento de		X	



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	trabalhadores para fora e de fora para cá, tem que haver sempre, não é? Nós se calhar devido à falta de um determinado tipo de emprego, nomeadamente, ao nível da população feminina, temos esse movimento e existe essa procura fora do concelho. Mas tudo bem, se as pessoas continuarem a viver no seu espaço (...). (Ent.1/Aut/2007)			
	“O transporte escolar digamos que é um problema e ao mesmo tempo uma oportunidade, porque permitimos que durante o ano lectivo as pessoas possam também usufruir dos transportes escolares, na medida em que estes são também considerados transportes públicos”. (Ent.6/Aut/2007)	X		
	“Os professores enquanto pedagogos poderiam orientar com outros profissionais (ex: psicólogos, animadores,...) poderiam orientar os alunos para técnicas de estudo, embora isso seja uma procura de cada um. Não há receitas propriamente ditas mas podemos dar pistas, caminhos que se podem seguir. É um caminho que se faz caminhando!” (Ent.6/Aut/2007)		X	
	“A família é a principal instituição que tem a responsabilidade de orientar os seus filhos, educá-los e prepará-los para uma vida em sociedade, na escola e na comunidade. Se não existir a ponte entre os pais e a escola, não pode haver sucesso educativo, dentro daquilo que é entendido pelo verdadeiro ‘sucesso educativo’ e quase que o trabalho dos professores é votado ao insucesso”. (Ent.6/Aut/2007)		X	
	“O que nós tentamos é que de facto em termos de organização de horários, algo que conseguimos com a Câmara é não manter os alunos sempre, durante todos os dias, na escola desde manhã até às 18h, que é a hora do transporte. Tentar encontrar tardes livres e combinar com a Câmara para que existam transportes de regresso a casa, para proporcionar aos alunos o facto de estarem em casa, de poderem brincar, de jogarem os seus jogos, de fazer o seu estudo, porque antigamente os transportes de manhã e à noite, os alunos estavam o dia inteiro e era de facto como um emprego para eles e que se reflectia ao nível do insucesso”. (Ent.5/Esc/2007)		X	
	“Louvo o trabalho da Câmara que põe ao dispor das crianças um transporte de manhã, ao meio da tarde e ao final do dia. (...) Gastam muito dinheiro por ano, porque é um transporte que existe só para os alunos”.(Ent.7/Esc/2007)		X	
	“Não era contra a aglutinação do 1º e o 2º CEB, porque também são idades aproximadas. Ou até pré-escolar, 1º e 2º CEB, depois já não. São idades diferentes!” (Ent.4/Ins/2007)		X	
	“A cada nível e em cada uma das áreas temos definidas várias políticas. Por exemplo, na área da educação fizemos uma grande aposta na renovação de infra-estruturas ao longo destes últimos anos. Antes de conhecermos a obrigação de elaborar as Cartas Educativas, já nós tínhamos como opção política apontar para a criação de centros escolares, chamados agora de centros educativos. Pólos educativos nos centros das freguesias de forma a melhorar o ensino, quer ao nível da socialização dos alunos, que permitia que eles tivessem maior número de colegas nas turmas”.(Ent.1/Aut/2007)		X	
	“Neste momento penso que [a educação] é uma das grandes preocupações da Câmara e tem que ser mesmo. Há Câmaras que nem sequer se preocupam com isso. A nossa Câmara para além de se preocupar, tenta ajudar ao máximo. É a que promove as actividades extra-curriculares. Houve uma altura em que todas as crianças em idade escolar tinham acesso à piscina municipal.		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	Está a remodelar o Parque Escolar, com alguma resistência por parte dos habitantes de algumas localidades".(Ent.4/Ins/2007)			
	"Neste últimos seis anos, o investimento ultrapassou o meio milhão de contos, falando em contos ainda, ou seja para cima de 2,5 milhões de euros, que é um grande investimento num concelho como o nosso com orçamentos relativamente baixos. É um investimento de vulto!" (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"(...) quando há uma aposta que é do concelho ou da autarquia ao nível educacional, deve ser das escolas e dos agrupamentos e ao contrário é a mesma coisa. Nós por exemplo estamos empenhados na construção de uma nova escola EB 2,3 e temos contado com a ajuda e com o interesse do agrupamento de escolas, como eles têm contado com todo o empenhamento da Câmara nesse sentido".(Ent.1/Aut/2007)		X	
	"Sem dúvida que é um papel activo, não só ao nível dos transportes como também das refeições. E quando falo de transportes não é só a vinda à escola e o regresso a casa, nós temos os Percursos Alternativos e para irem às empresas, a Câmara é que disponibiliza esses transportes. Temos alunos da unidade de multi-deficiência que vêm à natação ou às actividades desportivas e a Câmara está a ceder o transporte".(Ent.7/Esc/2007)	X		
	"Em termos de infra-estruturas penso que temos e o concelho não é muito grande, está disperso, mas já alguns anos atrás tomaram uma política, que eu penso que é correcta, optaram por construir um polidesportivo descoberto na sede de cada freguesia".(Ent.3/Ins/2007)		X	
	"Eu penso que todas as crianças têm acesso a uma boa educação e a uma escola razoável na medida do possível".(Ent.4/Ins/2007)		X	
	"Penso que há alguns aspectos positivos na educação do concelho, nomeadamente o empenhamento da autarquia e se calhar de alguns professores e responsáveis, que apostam em fazer melhor e fazer bem. Penso que são uma boa aposta os cursos pós-secundários [CET's- Cursos de Especialização Tecnológica] que a Câmara Municipal tem desenvolvido e tem apoiado e incentivado através de uma parceria com a Universidade de Aveiro e com o VOUGAPARK".(Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Relativamente à política educativa da Câmara eu não a conheço, ... (risos) Não sei quais são os objectivos deles,... Eles devem ter uma política educativa, simplesmente acho que ela não é transparente e não é falada, nem discutida com os órgãos de gestão das escolas do concelho. Acho que de certa maneira deviam ser pessoas privilegiadas para manifestarem o que se passa na escola, porque trabalham com a realidade no seu dia-a-dia. Mas, não podemos interferir no trabalho dos outros..." (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Em relação à educação e formação de adultos, é uma área que ainda há muito a fazer e que a cooperação inter-institucional é fundamental, até para se identificarem as áreas de actividade que são estratégicas para o futuro e qual o papel que os diferentes actores poderiam ter nessa formação, digamos assim. É uma área que está muito embrionário, mas não é só em Sever do Vouga. Portanto, precisa de uma atenção e de um trabalho específico e depois em inter-ligação com os públicos mais jovens".(Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Nós por exemplo, integramos as actividades de enriquecimento curricular e aderimos a elas de forma global e com o máximo possível, nas três áreas. E isso quer dizer, mesmo com o apoio dado pelo Ministério da Educação, custa sempre às Câmaras muito		X	



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	mais do que aquele que é dado. Portanto, todas estas coisas são melhorias na qualidade de vida para os cidadãos, são mais hipóteses de melhorar o seu modo de vida e os seus tempos livres (...) e dar alguma garantia às famílias de ocupação útil dos miúdos nas escolas, mas isso custa dinheiro".(Ent.1/Aut/2007)			
	"Eu acho que eles estão a fazer uma grande aposta e vê-se pelo parque escolar, pelas actividades, a própria parceria que a Câmara fez com as instituições é uma mais valia, porque eu sei que há muitos municípios, há muitos concelhos em que as instituições com ATL acabaram e aqui não deixam acabar enquanto houver apoio (...)".(Ent.2/Ins/2007)	X		
	"Um das coisas que reparo é que utiliza as várias instituições e organizações do concelho, seja a Desafios, os escuteiros,... para promover acções como a limpeza da Rio Vouga. Penso que existe articulação entre as várias instituições". (Ent.4/Ins/2007)		X	
	"(...) eu não sei se essas actividades seriam para desenvolver as capacidades e competências nos jovens, se seriam para servir os pais, para terem os filhos ocupados nessas alturas..."(Ent.5/Esc/2007)		X	
	"(...) eu acho que eles deveriam intervir um pouco mais, porque eles não têm muitas tipologias de actividades. Se calhar não estão vocacionados para isso... Poderiam ter outra forma de actuar muito mais vocacionada para o desporto, já que nós não temos capacidade organizativa, então vamos dar meios, sejam financeiros, sejam logísticos aos clubes ou às instituições do concelho, que são muitas, para eles poderem organizar". (Ent.3/Ins/2007)		X	
	"(...) há um trabalho conjunto permanente e temos muito boas relações, com qualquer dos órgãos de gestão, quer seja da Escola Secundária, quer seja do Agrupamento. E temos também uma colaboração ao nível institucional em determinadas áreas. Normalmente, eles colaboram e participam activamente nos Conselhos Municipais, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação, mas também a outro níveis". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"(...) reunimo-nos regularmente e é constituído por gente de todas as áreas ligadas à educação, directamente implicadas ou não, representantes de instituições de solidariedade social, as escolas, os agrupamentos, a segurança, o instituto de emprego, a DREC, etc. Todos têm estado com regularidade presentes". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"O Conselho Municipal de Educação, esse funciona com regularidade e não diria que toma decisões, mas dá indicações e pareceres importantes na política de educação do concelho". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"(...) não tem sido difícil estabelecer parcerias, pelo menos com as Instituições de Solidariedade Social, tem-se conseguido fazer parcerias. Ou com a Juntas de Freguesia, ou com as colectividades também. Nós temos uma série de protocolos com as colectividades. Não tem sido assim tão difícil". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"Com a implementação desta nova modalidade fez-se o alargamento das actividades às outras disciplinas, nomeadamente à música, estudo acompanhado... E o inglês, passou a ser feito nas escolas ou nas instituições com quem protocolámos. Fizemos vários protocolos com as instituições de solidariedade social do concelho, com as 5 [Santa Casa da Misericórdia; Fundação Bernardo Barbosa de Quadros; Centro Social Maria da Glória, APCDI; Centro de Apoio à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga] todas elas têm protocolos connosco e são elas que muitas das vezes dão o espaço e... contratam as pessoas e nós suportamos os custos de tal situação". (Ent.1/Aut/2007)		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	"Nós temos tentado dar alguns passos para que haja uma aproximação, porque não faz sentido que duas escolas aqui encostadas não conseguirem fazer essa articulação, mas de facto é uma tarefa que é um bocadinho... eu diria que isto é quase uma utopia. Se por partes dos órgãos de gestão há a tentativa de fazer essa aproximação, por parte dos recursos humanos que pertencem a cada uma das escolas já é difícil a conciliação". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Não está dependente da Câmara Municipal, não recebe subsídios da Câmara Municipal, temos apenas alguns apoios para algumas iniciativas e a Câmara sempre se disponibiliza, como por exemplo disponibilizar espaços dos Centro das Artes para quando organizamos palestras, para quando convidamos grupos de teatro, nesse aspecto há essa colaboração. No entanto, articulamos com a Câmara e desenvolvemos actividades em conjunto, mas no fundo a Câmara é um parceiro. Não podemos dizer que é um suporte para a escola,..." (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Ao nível dos transportes dos PCA [Percurso Alternativos]; ao nível das AEC [Actividades de Enriquecimento Curricular] onde a Câmara é a entidade promotora; ao nível do prolongamento do horário dos Jardins-de-infância que funciona antes das 9h da manhã e depois das 15h30m, onde a Câmara assegura os funcionários; ao nível do pagamento dos salários às POC's [Programas Ocupacionais] dos Jardins-de-infância e do 1ºCEB; ao nível do fornecimento dos almoços em todas as escolas do 1º CEB não abrangidas pelos ATL's [Ateliers de Tempos Livres]; ao nível do contributo ao 1º CEB através da caixa escolar e do subsídio a livros e material escolar para as crianças carenciadas;..." (Ent.7/Esc/2007)	X		
	"Eu penso que o Município de Sever do Vouga tem vontades importantes, vontade política do município e abertura para poder avançar para alguma iniciativa desse género [centros cívico-educativos], mas penso que falta trabalhar as questões da cooperação inter-institucional. Quando nós nos sentamos, os vários actores, cada actor tem os seus interesses e objectivos e penso que Sever do Vouga também não foge à regra. E vai ter que se fazer bastante trabalho para que os actores se despojem dos seus interesses mais particulares e possam colocar em favor do conjunto os seus conhecimentos o seu entusiasmo e as suas energias, para poder levar a bom termo uma iniciativa que se reveste de muitos aspectos inovadores. E estas iniciativas são inovadoras, mas também se revestem de algum risco e há sempre aquelas pessoas e entidades que não gostam de arriscar". (Ent.8/Ins/2007)		X	
2. Perspectivas Educacionais	" (...) esta indefinição, ao nível dos transportes, ao nível das próprias competências na área do pessoal, nomeadamente ao nível do pessoal auxiliar gera alguns conflitos e depois ninguém se entende. (...) Embora a competência dos transportes, seja grande parte dela do Ministério da Educação, nós sabemos que no terreno não é isso que se passa, as Câmaras é que suportam a grande fatia do bolo e a nós custa-nos muito dinheiro do orçamento. No caso do pessoal é igual, quando há falhas, por falta de pessoal auxiliar, não é ao Ministério que as pessoas se vão queixar, nem aos professores, nem aos educadores é à Câmara". (Ent.1/Aut/2007)	X		
	"(...) há determinadas coisas que era bom que não funcionassem assim, de forma espartilhada e que fossem muito mais directas, independentemente de ser por nós ou pelo Ministério". (Ent.1/Aut/2007)	X		
	"Uma das coisas que se tem falado ultimamente é ao nível do pessoal não docente e digo pela minha experiência que de facto o pessoal não docente, a parte dos recursos humanos é a parte mais sensível destas organizações e de qualquer organização. Portanto, eu não sei até que ponto a Câmara Municipal, poderá ter uma proximidade suficiente para que consiga uma boa relação e		X	



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	gerir bem os recursos humanos". (Ent.5/Esc/2007)			
	"Eles queixam-se que cada vez mais atribuições de competências, mas que as contrapartidas financeiras não dão". (Ent.2/Ins/2007)	X		
	"(...) eu acho que seria útil era ter a capacidade de definir aquilo que são competências no local e as competências que deveriam ser exercidas ao nível supra-local, nacional ou regional. Depois deveríamos ver muito bem como é que essas competências se tinham de coordenar ou de interagir umas com as outras". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Em relação ao pessoal não docente, talvez até faça algum sentido porque nós temos alguns problemas, embora aí também trabalhemos em parceria. Como nós somos um Agrupamento, temos pessoal do Ministério da Educação ao nível dos Jardins-de-Infância e temos pessoal da autarquia e os horários já são conciliados, porque antes existia aquela situação de os funcionários do Ministério da Educação faziam um horário e o pessoal contratado pela autarquia faziam outro. Agora têm o horário conciliado e é-lhes pedido que trabalhem em parceria". (Ent.9/Esc/2007)	X		
	"Quando se fala da cidade educadora as pessoas esquecem-se do rural, por outro lado dá a ideia de escola, escola. E sabe que a vida é a maior escola que nós temos! (...) Eu acho que é necessário desmistificarmos, porque a vida é a melhor escola que nós temos. Agora depende do percurso de vida, e do projecto(s) de vida que queremos assumir". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"É aquilo que eu dizia há pouco, o que hoje é dado como um dado absoluto, amanhã está completamente colocado em causa e ultrapassado e a informação suplanta-se a cada momento e há que estar atento e adaptar-se à mudança". (Ent.7/Esc/2007)		X	
	"O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Não sou tudo por uma coisa, ou por outra, por isso é possível existirem coisas diferentes, e é possível que as várias instituições estejam presentes. Não sou contra o ensino privado, como também não sou a favor que só haja ensino privado ou só ensino público. Portanto, eu acho que é possível co-existir os dois sistemas, na administração e gestão das escolas e dos agrupamentos". (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"Aquilo que nos pedem é para nós sermos criativos, embelezarmos a escola, cativarmos os alunos, tentarmos alargar ao máximo o horário da escola e evitar que os alunos vão para a escola particular". (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"A educação não escapa à tentação que a economia neoliberal tem, de tomar conta de tudo aquilo que possa parecer que é rentável. Por isso, a área dos serviços é muito apetecida pelos agentes económicos". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Eu penso que a educação privatizada não resolve os problemas. Pelo menos aquilo que eu acredito é que a educação deve ser uma responsabilidade pública e pode também ter uma responsabilidade privada, mas que seja comunitária e não lucrativa. Por exemplo, poderíamos chamar de solidária!" (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"A educação não deveria entrar pela lógica comercial. Podem ser entidades exclusivamente públicas que é o modelo que nós temos maioritariamente, mas também temos o modelo que assenta no ensino privado, que é cooperativo ou associativo. Portanto eu acho que essa área da educação deveria de estar vedada à componente comercial e lucrativa". (Ent.8/Ins/2007)		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	"Agora temos que ter a consciência plena, que existe o reverso da medalha. Não me refiro apenas à questão financeira e onde nós estamos a ter graves problemas, mas também à qualidade e perfil dos técnicos que irão promover no terreno este trabalho, que devem ser objecto de formações específicas, nomeadamente de promoção de valores e de empreendedorismo". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Eu acho que pode ser desresponsabilizar o Ministério e responsabilizar a autarquia, que é o que tem acontecido com as actividades de enriquecimento curricular e cortar os meios. E aí eu vejo isso com muito maus olhos, que é uma maneira de dizer que me preocupa. Porque é aquilo que eu digo, se eles derem meios e verbas, porque não?" (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"No fundo é aquilo que tem acontecido connosco! Cada vez mais nos delegam competências e no entanto, são as mesmas pessoas, com as mesmas horas de há anos e nas mesmas instalações degradadas. Temos o triplo, o quádruplo do trabalho, mais responsabilidade e somos as mesmas pessoas". (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"Eu pelo que estou a observar desde que entrou este novo governo que já lá está há três anos, se não me engano, eles estão a descentralizar um pouco os serviços. Mas os serviços em si, talvez estejam a tentar descentralizar, mas o que eu noto é que na hora 'H', quando é preciso tomar decisões importantes os Agrupamentos ainda não têm autonomia para tomar decisões. Estão sempre dependentes de Coimbra, e se calhar Coimbra ainda estão dependentes de Lisboa, maneira que eles não conseguem". (Ent.2/Ins/2007)		X	
	" (...) acho que a pouco e pouco deviam descentralizar e o Agrupamento a pouco e pouco devia de ter mais autonomia. (...)"(Ent.2/Ins/2007)	X		
	"Aparentemente parece que está a delegar competências para as Câmaras, mas não sei se isso é mesmo verdade... Porque falava-se há muitos anos na autonomia das escolas, e a ideia geral com que nós ficávamos é de que realmente o poder não ia ficar só no Ministério da Educação. (...) O agrupamento tem poder para contratar o pessoal docente e não docente, mas continua a ser o Ministério da Educação que dá o aval. Penso que muitas vezes o Agrupamento e as autarquias até têm poder, mas a seguir vem uma orientação que contraria as decisões tomadas. No fundo, o trabalho e as despesas ficam para as autarquias e agrupamentos, mas quem está a comandar continua a ser o Ministério da Educação". (Ent.4/Ins/2007)		X	
	"Isso depende muito de como é que vai ser estruturado no futuro o ensino e a aprendizagem no próprio país, eu penso que os municípios de uma maneira geral e Sever do Vouga não foge à regra, não têm competências instaladas para assumirem a 100% as responsabilidades de carácter pedagógico. Não foram apetrechadas para essa função e por isso não têm essas competências instaladas. Agora podem adquirir essas competências". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Com a globalização, com a circulação das pessoas, com o acesso ao conhecimento que hoje também se tem, a escola caminha para ser cada vez mais autónoma, mas deveria deixar de estar fechada nas suas quatro paredes. É daquelas instituições que não é como uma fábrica que tem um dono e que trabalha de forma autónoma. A escola não tem dono, a escola é da comunidade, é do país, é de todos,... por isso também deve ter a intervenção de todos". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"É um caminho feito em conjunto, que pode trazer mais valias por ser a Administração Local, que estando na proximidade da realidade, possui um conhecimento mais realista, pragmático e concomitantemente mais dinâmico, inovador e se quisermos mais	X		



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	criativo e mais ajustado às necessidades e potencialidades. Para isso, é necessário que nos dêem condições para fazermos este trabalho". (Ent.6/Aut/2007)			
	"Também é preciso existirem outros actores com intervenção nessa área, nomeadamente os actores económicos, os actores sociais, e as escolas deveriam abrir-se à participação na gestão da sociedade civil. Não só em questões pontuais, mas para que a sociedade civil possa assumir os desígnios da educação num determinado território. Talvez ultrapassando as barreiras do próprio município, embora a base seja sempre o município". (Ent.8/Ins/2007)	X		
	"Talvez sejamos mais ousados se formos capazes de fazer uma coordenação estratégica de dois, três ou quatro municípios, que estão no mesma região, com problemas comuns e com as mesmas orientações políticas, estabelecendo sinergias que se acabam por cruzar, porque os alunos de um concelho vão trabalhar no outro e vice-versa". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas, estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado. Isto seria um ganho à partida da própria Câmara, ao proceder politicamente neste tipo de acção que não só se repercutiria na questão cívica, como também em todos os aspectos da vida sociocultural e económica do concelho, porque considero esta ideia assente num conceito de transversalidade.(...) E isto tudo é possível, desde que as pessoas se livrem de todos os constrangimentos e preconceitos de uma participação mais activa". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"A intervenção depende dos outros, nós só estamos aqui para reivindicar, exigir, pedir ou reclamar que isto não está bem. Mas quando somos solicitados para colaborar activamente, como é que queremos, normalmente nunca vamos lá." (Ent.1/Aut/2007)	X		
	"Quando se é mais velho, mais difícil é de se adaptar a essas novas obrigações e por isso a resistência é maior e isto é tudo uma questão de mentalidades e as mentalidades é aquilo que custa mais mudar na sociedade, portanto não vamos dizer que todos participam, não é verdade". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Há de facto aqueles que participam sempre e aqueles que ficam muito calados (...). Até temos discussões quando fazemos as reuniões, porque eu não sei até que ponto será profícuo obrigar as pessoas compulsivamente a participarem, porque eu ponho em causa até que ponto essa participação vai ser uma participação válida, acho que se deve procurar antes aquele envolvimento em projectos e isso já tem acontecido em alguns casos e as pessoas depois ganharam dinâmica e começaram a participar". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Aquilo que eu noto actualmente nos jovens e não sei se os meios de comunicação, nomeadamente a televisão não têm um efeito negativo nesse aspecto, hoje em dia quando vemos aqueles alunos com mais capacidades, com mais carisma, com mais responsabilidade, com objectivos e ideais bem definidos, que viámos à frente da associação de estudantes, quer dos grupos de trabalho, até como delegado de turma, aquilo que acontece agora é que são piores exemplos é que estão sempre à frente..."(Ent.5/Esc/2007)		X	
	"Eu sei que há colegas que criticam um pai que venha avaliar ou dar dicas para a sua escola, mas se houver um bom senso das duas partes só vai beneficiar as crianças, só vai enriquecer o processo. Apesar que às vezes há falhas das duas partes		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	(...)"(Ent.4/Ins/2007)			
	"É também um problema cultural. (...) Que passa pelas escolas, a participação dos miúdos. (...) Toda essa sensibilização tem mais força nas classes mais jovens e elas serão o elo de transmissão e de educação para o futuro (...)." (Ent.1/Aut/2007)		X	
	"Na minha opinião, considero que falta um espaço votado para a comunidade, ou seja, um espaço que permita a realização de acções múltiplas, desde acções presenciais a acções por via da divulgação directa (ex: painéis, CD-ROM)". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Era preciso, antes de tudo efectuarmos um trabalho de desmistificação, para que o processo se pudesse concretizar. Era necessário eliminar estas barreiras culturais e trabalharem-se fóruns comunitários. As dinâmicas de convívio e as actividades culturais iriam surgindo, quer pela via do convívio, quer pela via das dinâmicas empresariais, como pólo dinamizador do empreendedorismo, onde a própria comunidade poderia intervir/sugerir/influenciar mais a gestão autárquica, tendo em vista sempre o bem público, isto é a melhor qualidade de vida das populações. Qualquer acção que a Câmara viesse a desenvolver em benefício de alguma situação concreta ao colocar a questão às pessoas, estas sentiam-se co-responsáveis e envolvidas no projecto, que por si só fluiria e teria outras possibilidades de ser consolidado". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"O caminho seria um bocado esse, a população de um determinado território deveria opinar, participar nas decisões estratégicas para a educação de um determinado território nos próximos 10 anos. As pessoas deveriam ser ouvidas sobre isso!" (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Não pode ser ler documentos e apresentar pareceres sobre os documentos que já foram escritos, mas pode ser a partir de modelos mais participativos, mais abertos, em pequenos grupos, onde os animadores têm um conjunto de questões concretas que podem formular e as pessoas pronunciam-se sobre perguntas concretas, e não sobre documentos já elaborados". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"A um nível do indivíduo daquilo que cada um quer aprender, eu acho que deveria começar a partir da escola. Desde muito pequenino que as pessoas deveriam ser ajudadas a construir o seu processo de aprender. Portanto, há coisas que nós podemos acrescentar mas deveríamos partir sempre do potencial que a pessoa tem e da vontade que a pessoa tem de aprender. Se nós respondermos à vontade que cada um de nós tem de aprender o ensino vai ter muito mais sucesso". (Ent.8/Ins/2007)		X	
3. Posicionamento sobre a Cidade Educadora	"Desde logo, o objecto social da própria cidade educadora, está relacionado com necessidade de todos contribuímos para o bem-estar escolar, para o sucesso educativo e para a qualificação das pessoas e que por sua vez se possam fixar no concelho e ter uma qualidade de vida dentro daquilo que é o desejável. Por outro lado, pretende-se que as pessoas possam usufruir do direito de cidadania. São estes os princípios que estão vertidos, de certa forma, na Carta das Cidades Educadoras e foram as razões pelas quais aderimos ao Movimento das Cidades Educadoras". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Eu acho que ainda não está tornado público, ou pelo menos publicamente ainda não é visível algum impacto sobre isso". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"A adesão às Cidades Educadoras é mais num espaço de discussão, um espaço de debate e de troca de experiências. E a nossa perspectiva quando nós aderimos foi exactamente essa, era recolher experiências e também transmitir as nossas experiências". (Ent.1/Aut/2007)	X		



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	"E nós, o que fazemos dentro do grupo quando reunimos é fazer troca de experiências, do que tem sido feito em determinadas áreas no nosso concelho e os outros dizem o mesmo, e esclarecer algumas situações e aprender. É sempre mais fácil juntos... aprendermos e fazermos melhor". (Ent.1/Aut/2007)	X		
	"Só pelo facto de Sever do Vouga já ser conhecido em Barcelona, através da troca de correspondência, já é um sinal positivo. Para além disso, os encontros que têm acontecido ao nível nacional desta iniciativa, permitem uma visão global do muito que se pode fazer e trabalhar em rede no contexto desta iniciativa das Cidades Educadoras". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"(...)qualquer acção que seja desencadeada ao nível da educação, ela deve ser vista num duplo sentido, porque pode vir a ser uma acção ligada à Cidade Educadora, partindo do princípio que é a comunidade que está a querer entrar na escola para criar essas condições de Aprendizagem ao Longo da Vida, que se repercutem na própria família". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"E se tivermos esses aliados como a cidade educadora podemos fazer muita coisa. É como um comboio, as carruagens vão umas atrás das outras e interligadas". (Ent.7/Esc/2007)		X	
	"Sem dúvida, os idosos têm muito que nos ensinar, têm uma cultura de vida e uma experiência de vida que podem contribuir para construção de cidadãos activos, intervenientes e participativos". (Ent.7/Esc/2007)		X	
	"Temos aqui como exemplo as bibliotecas públicas. Temos ainda pessoas que dizem isto não é para mim, eu não percebo nada disso e acho que temos que combater esta postura, porque todos somos capazes, todos somos cidadãos inteligentes." (Ent.7/Esc/2007)		X	
	"(...)as pessoas deslocarem-se ao Centros ou os Centros às pessoas e existir ali um intercâmbio de gerações, de ideias, de coisas, porque se não tudo o que era tradição morre com essas pessoas e os novos nunca sabem e nunca têm acesso". (Ent.2/Ins/2007)		X	
	"Eu acho que atendendo à dimensão do concelho que esses Centros nas sedes de freguesia era muito complicado. E o concelho não é assim tão grande quanto isso, tem zonas dispersas para o lado do Couto, de Talhadas, mas não é nada de transcendente. Acho que tendo a sede como ponto central na Vila, com as escolas e depois espalharem esses pontos que me falou, acho que isso seria o ideal". (Ent.3/Ins/2007)		X	
	"Eu acho que a ideia de tornar acessível ou permitir o acesso de toda as pessoas à aprendizagem, ao aprender, à partilha do saber e do conhecimento, é um desafio do futuro. O grande 'capital' que uma sociedade pode ter, é precisamente o conhecimento. O acesso ao conhecimento de todas as pessoas, tenham a idade que tiverem, tenham a condição que tenham é fundamental". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"As pessoas vão lá, mas é preciso que percebam que aquilo lhes acrescenta alguma coisa à sua vida. Não precisam de ser frequentadores permanentes, podem frequentar durante um ano ou dois e depois existirem momentos que por várias razões não frequentam esses espaços. Mas depois voltam. Estes espaços tinham que ser muito dinâmicos e tinham que ser ou pelo menos parecer que são úteis, porque senão as pessoas não vão lá". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Eu penso que ela não deve ser estática e ficar sempre no local, temos de encontrar um modo de ela poder sair desse Pólo, desse Centro, sair desse espaço e circular pelo concelho, porque há algumas aldeias que são bastante distantes da sede do concelho,		X	

Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	tirando duas ou três que estão relativamente próximas, as outras são distantes". (Ent.8/Ins/2007)			
	"Todavia na prática confrontamo-nos com muitos constrangimentos, desde logo com o programa escolar intenso do próprio Ministério da Educação, que não deixa margem de manobra para a conciliação destas acções com os vários actores. As escolas têm uma carga horária tão excessiva, havendo alguma relutância por parte dos professores e alunos em fazer outras formações que não sejam aquelas que lhes permitam ter direito aos créditos. Estas acções que estamos a planear têm de ser feitas à noite e ao fim-de-semana, devido ao facto de serem dirigidas a encarregados de educação". (Ent.6/Aut/2007)	X		
	"Isto [<i>congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados</i>] é um pouco complexo porque estou a lembrar-me dos bens patrimoniais e de algumas organizações, tais como as colectividades, as associações sem fins lucrativos, por vezes difíceis de corresponder às contrapartidas e desafios, porque as pessoas que as integram, fazem-no de forma voluntária e 'carolice' e iriam tornar esta ideia dos centros cívico-educativos mais complexa (...)". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Deste ponto de vista [<i>o governo municipal deve assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade</i>], como me apresentou, dá a ideia de obrigação, talvez estrategicamente talvez não seja a melhor opção para se trabalhar culturas e mentalidades. Talvez seja mais importante promover acções que mexam com o íntimo das pessoas e a missão da instituição e deste modo não tem obrigatoriedade, não tem de partir da autarquia, pode acontecer com qualquer instituição local". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"(...) nós temos um currículo a cumprir e no ano passado tivemos que nos restringir quase única e exclusivamente a ele. Tivemos mesmo que retirar do nosso Plano de Actividades, quase todas as actividades que implicavam interrupção de aulas. (...) Um professor é avaliado se cumpriu ou não o programa, se as aulas previstas coincidem com as dadas e depois temos as provas de aferição e exames a cumprir, e, portanto, como é que vamos arranjar tempo nessas horas?" (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"Agora deslocar daqui para outro sítio, acho que não é uma boa ideia e acho complicado, porque é o tempo que se demora na ida e na volta e não resta tempo para fazer mais nada. No futuro com todas estas obrigatoriedades, acho muito difícil". (Ent.9/Esc/2007)		X	
	"Quando falou na escola estar aberta para outras funções após o horário lectivo, se calhar, a maioria das pessoas ainda sente dificuldade em aceitar isso pois sentem as coisas muito como delas e muito fechadas". (Ent.4/Ins/2007)	X		
	"Se estes Centros tiverem apenas professores com a função de despejar matéria não responde sequer ao objectivo, porque eu penso que o objectivo destes espaços é a partilha do conhecimento, a partilha do saber e a aprendizagem conjunta, por isso exige pessoas muito bem preparadas, para que estes espaços possam ser animados. Caso contrário, estes espaços serão um fracasso". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"Há algum trabalho a fazer no sentido de preparar as diferentes instituições - escolas, agrupamento, as câmaras e outros actores, que podem ter uma intervenção para se prepararem para ter uma iniciativa desse género". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"(...), se não circular pelo concelho, porque podem não ser espaços físicos estáticos, mas uma coisa móvel, para que as pessoas percebam que é útil e tornar acessível às pessoas que não estão todos os dias na sede do município". (Ent.8/Ins/2007)		X	



Domínios	Contributos Significativos	Significâncias		
		Pela Frequência	Pelo Conteúdo	Por outros motivos
	"Isto obrigaria a criar um organigrama muito bem estruturado. (...) Eu acho que teria de ser uma liderança partilhada, inter-relacional e de congregação de vários e potenciais líderes de grupos que por sua vez interagiam entre si (...)". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Não concordo que seja uma liderança do governo municipal, tem que existir uma movimentação de parcerias, vontades expressas de todos. Não tem que partir do próprio município, pode partir de uma colectividade ou de uma instituição que se predisponha a lançar a semente para o terreno, no sentido de lançar esse desafio e desencadear a disponibilidade das pessoas, ao nível emocional, físico e temporal". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"A sociedade civil deve ser cada vez mais chamada à responsabilidade para a promoção do desenvolvimento das regiões. Não são só as instituições locais que são chamadas a colaborar com a autarquia; a sociedade civil terá cada vez mais um papel importante no processo de desenvolvimento territorial. Temos que nos consciencializar disto porque os fundos sociais vão terminar e como tal devemos estar preparados para novos desafios, completamente fora dos convencionais e não esperar que sejam as instituições que nos vão dar tudo, para que nós possamos ter a casinha, a água e todo o resto". (Ent.6/Aut/2007)		X	
	"Em termos de espaços é lógico que é a Câmara que é a instituição que mais facilidade tem em dizer quais são os espaços e as disponibilidades para desenvolver esse trabalho". (Ent.5/Esc/2007)	X		
	"A Câmara é que é o centro, no fundo consegue chegar a cada espaço, porque tem a ligação com todos". (Ent.4/Ins/2007)		X	
	"(...)se fecharmos a participação só aos municípios e às escolas estamos a fechar muito a todo o potencial que podem ter estes Centros ou estes espaços de aprendizagem mais abertos aos diferentes grupos populacionais". (Ent.8/Ins/2007)	X		
	"O aluno é elo privilegiado para fazer a ligação ao meio, é o elo privilegiado para convencer essas pessoas a continuarem ou a começarem essa aprendizagem e portanto, para termos daqui uns anos uma juventude com um bocadinho mais de sumo, temos que os encaminhar para esse trabalho de carácter cívico, de voluntariado, até para eles constatarem que eles têm oportunidades que aquelas pessoas não tiveram, de certeza que aquelas pessoas lhe têm histórias para contar e que lhes vão de facto contar muitas coisas que eles não conhecem". (Ent.5/Esc/2007)		X	
	"No que fosse possível, eu acho que sim. (...) É cada Associação dar aquilo que tem. Mas é claro que não pode ser uma instituição a promover isso porque não tem recursos, nem as ligações necessárias (...). E não consegue chegar a todos os lados, saber o que há nas Talhadas, Dornelas, Cedrim,..." (Ent.4/Ins/2007)	X		
	"A Solidários tem algum saber, alguma experiência, algum conhecimento acumulado da sua experiência de trabalho nestes 23 anos de vida. Em Sever do Vouga tem já algum historial de trabalho e de conhecimento da realidade. Agora os recursos que a Solidários tem disponíveis, têm por exemplo instalações, mas em termos de recursos humanos está neste momento muito limitada. Portanto, se não existirem outros recursos humanos ou até algum financiamento para custear as despesas das pessoas que possam dedicar tempo a estes projectos, caso contrário é muito complicado". (Ent.8/Ins/2007)		X	
	"(...) a Solidários está aberta a participar com opiniões, com sugestões, numa comissão de acompanhamento e de dinamização ou até participar num fórum do município. Isto pode fazê-lo de forma voluntária". (Ent.8/Ins/2007)		X	

Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Apêndice VIII

Resumo dos Recursos Disponíveis nas Freguesias



Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívico-educativos:
uma aposta educativa na participação de todos(as)

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Cedrim do Vouga

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 8,47km ²	População Residente: 995	Densidade Populacional: 117,5

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Cedrim do Vouga

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Cedrim Escola do 1º CEB de Cedrim do Vouga Escola do 1º CEB do Paçô de Cedrim Escola do 1º CEB de Carrazedo
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Cedrim do Vouga
3º Sector	Associação Desportiva Águias de Carrazedo Associação Desportiva Paçô de Cedrim
Saúde	Unidade de Saúde de Cedrim

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Fachada Barroca da Igreja Matriz Vestígios de um Castro no Monte do Castêlo
Natural/Ambiental	Miradouro do Monte Castêlo Rio Vouga

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Couto de Esteves

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 16,95km ²	População Residente: 1055	Densidade Populacional: 62,2

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Couto de Esteves

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Couto de Esteves Escola do 1º CEB de Couto de Esteves Solidários- Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário (Cursos EFA)
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Couto de Esteves
3º Sector	Solidários- Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário LANCE- Liga de Amigos e Naturais de Couto de Esteves ACSCE- Associação Cultural e Social de Couto de Esteves Associação Desportiva e Cultural de Lourizela Cooperativa Agrícola do Vale do Vouga
Saúde	Unidade de Saúde de Couto de Esteves

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Pelourinho Altar- Mor da Igreja Matriz Dólmen da Cerqueira Solar da Casa da Fonte Eira Comunitária dos Amiais
Natural/Ambiental	Rio Lordelo Rio Teixeira Rio Gresso Praia do Rodo Pego Negro Cascata de Lourizela

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Dornelas

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 7,68km ²	População Residente: 662	Densidade Populacional: 86,2

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Dornelas

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Dornelas Escola do 1º CEB de Dornelas
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Dornelas
3º Sector	Associação Cultural e Desportiva de Dornelas
Saúde	Unidade de Saúde de Dornelas

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Casario Típico
Natural/Ambiental	Miradouro da Serra do arestal

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Paradela do Vouga

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 9,31km ²	População Residente: 797	Densidade Populacional: 85,6

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Paradela do Vouga

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Paradela Escola do 1º CEB da Horta Escola do 1º CEB de Eiras
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Paradela do Vouga Pista do Alto Roçário
3º Sector	Centro Cultural e Desportivo de Paradela do Vouga
Saúde	Unidade de Saúde de Paradela do Vouga

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Antiga Fábrica de Moagens
Natural/Ambiental	Miradouro da Torre da Igreja Matriz Praia Fluvial da Quinta do Barco

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Pessegueiro do Vouga

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Urbana	
Área Total: 16,01km ²	População Residente: 1906	Densidade Populacional: 119,1

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Pessegueiro Escola do 1º CEB de Pessegueiro do Vouga
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Pessegueiro do Vouga Pavilhão Multiusos da ACRPV
3º Sector	APCDI- Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado ACRPV- Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga Associação de Pais de Crianças Deficientes Integradas
Saúde	Unidade de Saúde de Pessegueiro do Vouga

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Ponte do Poço de Santiago (1913) Painel dos Apóstolos e as Estações da Via Sacra da Igreja Matriz
Natural/Ambiental	Serra de Santa Quitéria Miradouro do Calvário Miradouro da Lomba Ecopista do Vale do Vouga

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Rocas do Vouga

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Urbana	
Área Total: 15,71km ²	População Residente: 1977	Densidade Populacional: 125,8

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Rocas do Vouga

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Rocas do Vouga Jardim-de-infância de Sanfins Escola do 1º CEB de Rocas do Vouga Escola do 1º CEB de Nespereira Escola do 1º CEB de Irijó Escola do 1º CEB de Sanfins
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Rocas do Vouga Campo Cp. Bernardo Quadros
3º Sector	Fundação Bernardo Barbosa de Quadros Associação de Artesãos de Rocas do Vouga Cooperativa Agrícola de Sanfins
Saúde	Unidade de Saúde de Rocas do Vouga

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Caixotões Pintados da Igreja Matriz Cruz Processional
Natural/Ambiental	Miradouro do Cruzeiro

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Sever do Vouga

Localização e Dados Demográficos

Localização:		Área Predominantemente Urbana
Área Total: 12,36km ²	População Residente: 2728	Densidade Populacional: 220,7

Administração

Administração Central	Administração Local
Segurança Social Tribunal Repartição de Finanças Zona Agrária de Sever do Vouga	Câmara Municipal de Sever do Vouga Junta de Freguesia de Sever do Vouga

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Sever do Vouga Jardim-de-infância de Senhorinha Escola do 1º CEB de Sever do Vouga Escola do 1º CEB do Casal Escola do 1º CEB de Senhorinha Escola EB 2 e 3 de Sever do Vouga Escola Secundária com 3º CEB de Sever do Vouga Escola de Dança de Sever do Vouga CNO de Sever do Vouga
Cultura	Centros das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga Auditório ao Ar Livre do Parque Urbano de Sever do Vouga Auditório da Caixa Geral de Depósitos Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian Jornal Beira Vouga
Desporto	Pavilhão Multiusos de Sever do Vouga Piscina Municipal Polidesportivo do Parque Urbano de Sever do Vouga
3º Sector	Centro Social de Apoio à Criança e Jovem de Sever do Vouga Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga Associação de Moradores da Bela Vista Associação de Amigos do Rio Vouga Associação de Artesãos de Sever do Vouga Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Senhorinhense Associação de Professores do Ensino Básico Associação de Pais e Encarregados da Educação dos alunos da Escola EB 2 e 3 Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Lyons Clube Rotário Clube de Sever do Vouga Associação de Caçadores de Sever do Vouga Associação Cinegética e Piscícola de Sever do Vouga
Saúde	Centro de Saúde de Sever do Vouga Unidade de Saúde da Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga
Protecção Civil	Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga GIPS- Sapadores Florestais

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Igreja Matriz de origem Medieval Cruzeiro de Estilo Barroco Pelourinho da Vila Solar 'Paço da Vala' Casa da Aldeia Ruínas do Complexo das Minas do Braçal e Malhada
Natural/Ambiental	Miradouro da Meia Encosta Parque Urbano de Sever do Vouga

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Silva Escura

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 14,24km ²	População Residente: 1738	Densidade Populacional: 122,1

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Silva Escura

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Silva Escura Escola do 1º CEB da Vala Escola do 1º CEB da Remolha
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Silva Escura
3º Sector	Centro Social Maria da Glória Associação de Melhoramentos, Desporto e Turismo da Nossa Sra. da Penha Grupo Recreativo, Cultural e Social Silvaescurensense Mirtilusa
Saúde	Unidade de Saúde de Silva Escura

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Igreja Matriz do séc. XVII Pedra insculturada do Arestal (Pedra Moura)
Natural/Ambiental	Cascata da Cabreia Miradouro da Sra. da Penha

Ficha Síntese dos Recursos da Freguesia de Talhadas

Localização e Dados Demográficos

Localização:	Área Predominantemente Rural	
Área Total: 29,12km ²	População Residente: 1328	Densidade Populacional: 45,6

Administração

Administração Central	Administração Local
	Junta de Freguesia de Talhadas

Serviços

Educação	Jardim-de-infância de Talhadas Escola do 1º CEB de Talhadas
Cultura	
Desporto	Polidesportivo de Talhadas
3º Sector	Clube Desportivo e Recreativo de Silveira Associação de Jovens de Talhadas
Saúde	Unidade de Saúde de Talhadas

Locais de Interesse

Histórico-Cultural	Monólitos gigantes Igreja Matriz de estilo Barroco Vestígios do Dólmen do Chão redondo Anta das Arcas Troço da Via Romana
Natural/Ambiental	Miradouro do Monte Gralheiro Miradouro da Serra de Santa Maria Rio do Alfusqueiro